PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JESUITAS EM OLINDA:
Igreja de Nossa Senhora da Graça, Herança e Testemunho.

Marcos Albuquerque

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do Grau de Doutor em História.

ORIENTADOR:
Professor José Luiz da Mota Menezes.

Recife

1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BIBLIOTECA DE ARQUEOLOGIA
Profª Niède Guidon

JESUÍTAS EM OLINDA:

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA, HERANÇA E TESTEMUNHO

MARCOS ALBUQUERQUE

TESE APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR, ORIENTADA PELO PROFESSOR JOSÉ LUIZ DA MOTTA MENEZES.

RECIFE 1995

BIBLIOTECA DE ARQUEOLOGIA
Profª Niède Guidon

AGRADECIMENTOS

Agradecimento, manifestação cultural expressa pela linguagem e reflexo de uma ideologia. As formas de agradecer das diferentes culturas não deixariam de ser excelentes temas para dissertações e teses nas áreas da Antropologia, Psicologia e Filosofia. Por que se agradece? A quem se agradece? Como se agradece?

Parece-me que o agradecimento, em nossa cultura, enquadra-se em três grandes categorias. A primeira delas, constituir-se-ia no agradecimento formal, no agradecimento de polidez. A segunda categoria de agradecimento parece corresponder a um sentimento de emoção, característico de momentos de grandes descobertas. Finalmente a terceira categoria de agradecimento, neste esboço tipológico do agradecimento, parece corresponder a um momento reflexivo, avaliatório, que transcende às categorias anteriores.

Consuetudinariamente uma Tese inicia-se com os agradecimentos. Agradecimentos aos pais, aos mestres, ao orientador, ao datilógrafo, e às demais pessoas que de alguma forma contribuíram para a elaboração do trabalho.

Desta forma, consoante a ótica de um agradecimento reflexivo, destaco algumas pessoas que de uma forma mais ampla não contribuíram apenas para a elaboração deste trabalho, mas para a criação de um ambiente intelectual que o abrangeu. São portanto merecedoras do meu mais profundo agradecimento:

ARMANDO SOUTO MAIOR, baluarte do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, pela sua tenacidade, pelo seu idealismo, pelos obstáculos que soube vencer para que este Programa tivesse continuidade.

GABRIELA MARTIN ÁVILA, colega e amiga, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em história, que com sua dignidade e mais alto respeito profissional não poupou esforços no sentido de ver consubstanciada esta Tese. Sua maneira característica de administrar, possibilitou a continuidade do Programa e sua expansão a nível de doutorado.

JOSÉ LUIZ DA MOTA MENEZES, Orientador desta Tese, amigo, profissional competente com o qual qualquer convívio constituí-se em uma forma de enriquecimento intelectual.

ALICE AGUIAR, colega e amiga, Chefe do Departamento de História, seu apoio constante e cobrança quase maternal muito ajudou nos momentos difíceis.

GEORGE BROWN DO RÊGO, amigo, muito contribuiu, quando Reitor da UFPE, para o engrandecimento do Laboratório de Arqueologia.

GILBERTO FREYRE, amigo, muito contribuiu para minha formação profissional alicerçada em uma perspectiva de relações interdisciplinares.

MURILO DE BARROS GUIMARÃES, Reitor da UFPE, que com sua visão abrangente de Universidade, contribuiu de forma decisiva para a criação e consolidação do Laboratório de Arqueologia.

ANNETTE LAMING EMPERAIRE, grande estudiosa da arqueologia sul-americana e sobretudo amiga, muito contribuiu para a minha formação profissional.

LEROI GOURHAN, figura de pesquisador incansável, suas idéias e seu apoio muito contribuíram para minha formação nos idos de 1970.

VALENTIN CALDERON, companheiro de várias jornadas, seus ensinamentos no campo da análise cerâmica abriram novas perspectivas para um então iniciante em arqueologia.

ÍGOR CHIMZ, pesquisador que abriu grandes oportunidades para jovens arqueólogos na década de 60.

STANLEY SOUTH, pela sua visão sistematizadora e pelas perspectivas que abriu para o entendimento da arqueologia histórica moderna.

EDINALDO BASTOS, grande amigo, que à frente dos destinos da UFPE como seu reitor, muito contribuiu para a consolidação do Laboratório de Arqueologia.

MARIA ANTÔNIA MAC DOWELL, seu apoio e confiança muito contribuíram para o crescimento do Laboratório de Arqueologia.

PALHARES MOREIRA REIS, amigo que ao longo de décadas acompanhou, apoiando, as diferentes etapas do Laboratório de Arqueologia.

EFREM MARANHÃO, Magnífico Reitor da UFPE, pelo seu apoio confiança e amizade.

LUCIA FREITAS, sua atuação na coordenação do Curso de História permitiu-me tempo para dedicar-me a esta Tese.

ROGÉRIA FEITOSA, sua experiência com a escolaridade muito contribuiu para que pudesse superar os primeiros obstáculos que enfrentei, como coordenador do curso de História, permitindo-me compatibilizar a função administrativa com o desenvolvimento desta Tese.

EQUIPE DO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA, nas pessoas de Eleonora Guerra, Angelina Lima, Eliane Camilo, Viviane

Galvão, Jeannie da Silva Menezes, Maria das Graças Aires, Guilherme de Souza Medeiros, Andredick Fontes Moura, Gustavo Vilar Gonçalves, Kennya de Lima Almeida, pelo apoio recebido e pela seriedade com que desempenham as suas tarefas em nosso Laboratório. O apoio e a compreensão de toda a equipe muito contribuiu para a realização deste trabalho.

NEWTON OLIVEIRA, companheiro das primeiras andanças arqueológicas na década de 60, hoje consultor para hidrologia do nosso Laboratório. Seu, já antigo, jeep sempre se "comportou galhardamente" nas trilhas do sertão transportando nossas bagagens e pessoal.

RICARDO PESSOA, que sempre esteve presente, física ou intelectualmente, em nossos trabalhos, desde os primeiros, com sua visão crítica apurada. Seus ensinamentos geológicos muito contribuiram para a nossa formação nesta área do conhecimento.

VELEDA LUCENA, co-partícipe de todos os sucessos do Laboratório de Arqueologia. A sua inteligência, a sua dedicação à pesquisa, o seu apoio, o seu espírito crítico, a sua colaboração e compreensão, se encontram presentes em todos os momentos de minha vida de pesquisador.

À FACEPE, que financiou um projeto de pesquisa histórica complementar à pesquisa arqueológica.

A todos a minha mais profunda gratidão não apenas pelo apoio durante o desenvolvimento desta Tese, mas sobretudo pelo que significaram ao longo de uma trajetória dedicada à pesquisa arqueológica.

SUMÁRIO

JESUÍTAS EM OLINDA: **1**
IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA, HERANÇA E TESTEMUNHO .. 1

AGRADECIMENTOS ..... **i**

SUMÁRIO ..... **v**

ÍNDICE DE FIGURAS ..... **vii**

APRESENTAÇÃO **1**

INTRODUÇÃO **7**

CAPÍTULO I **54**

A MOLDURA QUINHENTISTA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA **54**

RELAÇÕES ENTRE A IGREJA E PORTUGAL 65

OS JESUÍTAS 68

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELO SISTEMA EUROPEU 78

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELO SISTEMA COLONIAL PORTUGUÊS 81

O SISTEMA AMERICANO 88

CAPÍTULO II **91**

A EXPANSÃO MISSIONÁRIA JESUÍTA, NOS PRIMEIROS ANOS. **91**

A MISSÃO DE PERNAMBUCO 101

CONSTRUÇÕES JESUÍTICAS NO BRASIL 108

O PROGRAMA 112

TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO 115

O PARTIDO ARQUITETÔNICO 117

CAPÍTULO III **120**

A IGREJA NA VILA DE OLINDA **120**

JESUÍTAS EM OLINDA 121

A VILA QUINHENTISTA DE OLINDA 131

AS PRIMEIRAS TERRAS DOS JESUÍTAS EM OLINDA 132

TOPOGRAFIA E AGENCIAMENTO 143
INDÍCIOS ARQUEOLÓGICOS DO AGENCIAMENTO 157
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO 165
USO DE MADEIRA 170
USO DO BARRO 172
USO DA PEDRA 174
USO DE TIJOLOS E TELHAS 181
FONTES DE CAL 182
O MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA 187
A MÃO DE OBRA 197
A CONSTRUÇÃO INICIAL 209
O USO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA, SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA 225
AS ÁREAS FUNCIONAIS 227
USO COMO TEMPLO DO COLÉGIO 235
A PRIMEIRA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA. 239
A SEGUNDA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA. 241
A TERCEIRA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA. 242
A QUARTA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA 245
A QUINTA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA. 248
A SEXTA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA 249
A SÉTIMA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA 250
USO DO TEMPLO PELA COMUNIDADE 253
USO COMO CEMITÉRIO 277
ASPECTOS DOS RITUAIS FUNERÁRIOS NA IGREJA CRISTÃ 286
OS RITUAIS FUNERÁRIOS NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA 292
O INCÊNDIO NA VILA 323
NOTAS FINAIS 337
ILUSTRAÇÕES 348
BIBLIOGRAFIA 458

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Artifício jesuíta para convencimento dos nativos. Ilustração publicada por Assumpção, op.cit. p 382, sob o título: "Concorrência dos Jesuítas com os feiticeiros" 349

Figura 2 - Fornos de cal de ostra, segundo ilustração de Debret. 350

Figura 3 - Ortofotocarta. Trecho da Folha 91/63 - FIDEM Gov. Estado de Pernambuco. Detalhe de Olinda. 351

Figura 4 - Ortofotocarta. Trecho da Folha 91/63 - FIDEM Gov. Estado de Pernambuco. Detalhe do centro de Olinda 352

Figura 5 - Ortofotocarta. Trecho da Folha 91/63 - FIDEM Gov. Estado de Pernambuco. Detalhe do Seminário de Olinda (antigo colégio jesuíta) 353

Figura 6 - Reprodução da cópia da planta de Olinda (1915), elaborada a partir da planta inserta no livro de G. Barleus, publicada por Menezes, 1976 op.cit.. 354

Figura 7- Pormenor do quadro de F. Post, Olinda, no qual Lúcio Costa identificou a Igreja do Colégio Jesuíta (após o incêndio) 355

Figura 8 - Lâmina representando o Colégio do Rio de Janeiro, existente em Roma (Leite, 1950). Observe-se a arquitetura ajustando-se à topografia. Reprodução a partir de Santos, op.cit. ... 356

Figura 9 - Elevação e planta do antigo Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, levantamento realizado pelo Exército Brasileiro, em 1881. Observe-se a construção escalonada. Reprodução a partir de Santos, op.cit 357

Figura 10 - Banca de comunhão da capela de S. Miguel, S. Paulo, publicada por Lúcio Costa, 1978 (1941). Esta grade de separação do presbitério, é considerada por Costa (op.cit. p.21) como contemporânea às obras de 1622. 358

Figura 11 - Interior da igreja de Saint-Bavon, Haarlem. Observe-se o piso da igreja inteiramente pavimentado por lápides. Foto apresentada por Ariès, 1981 op.cit.. 359

Figura 12 - Diferentes tipos de esquifes, ilustrados por Debret. 360

Figura 13 - Cortejo fúnebre, ilustrado por Debret. 361

Figura 14 - Outro cortejo fúnebre, ilustrado por Debret. Ver maiores detalhes nas notas após as ilustrações. 362

Figura 15 - As catacumbas, ilustrado por Debret 363

Figura 16 - Cavaleiro exposto em seu ataúde, ilustrado por Debret. 364

Figura 17 - Sarcófagos para conservação de ossos exumados, ilustrado por Debret. Ver maiores detalhes nas notas após as ilustrações. 365

Figura 18 - Vista panorâmica das escavações na Igreja. Foto do autor 366

Figura 19 - Vista parcial da escavações. Foto do autor 367

Figura 20 - Detalhe do aterro para implantação da quarta feição. Pisos de cimento queimado e mosaico (sexta e sétima feições). Foto do autor 368

Figura 21 - Detalhe da seqüência de camadas: aterro, base de tijolos para o piso de cimento queimado, piso de cimento queimado, argamassa de base e piso de mosaico. Foto do autor 369

Figura 22 - Remanescente do piso das primeira e segunda feições. Observe-se restos da base que suportava o segundo batente e marca da mesa de comunhão. Foto do autor..... 370

Figura 23 - Sucessão de camadas utilizadas para ampliação do presbitério, que se sobrepunham ao piso primitivo. Foto do autor. 371

Figura 24 - Perfil em que se observa a cova para o sepultamento S 33, anterior à terceira feição da Igreja. Foto do autor. 372

Figura 25 - Perfil em que se observa covas para sepultamento cortando aterros. Note-se fragmentos de cal dispersos na cova. Foto do autor. 373

Figura 26 - Aterro para implantação da sétima feição da Igreja, repousando sobre o mosaico, revestimento que foi mantido com esta reforma. Foto do autor. 374

Figura 27 - Batente das quinta e sexta feições. Piso (tijoleira quadrada) revestido pelo mosaico, preservando as dimensões das áreas funcionais. Foto do autor. 375

Figura 28 - Aterro que recobriu a lápide, contemporânea à camada de areia. Observe-se que abaixo da lápide não há marca de cova. Foto do autor..... 376

Figura 29 - Detalhe do que restou ao pé do arco da capela, do batente da primeira feição, removido para reutilização. Foto do autor. 377

Figura 30 - Detalhe do batente do altar primitivo, com piso em cantaria, coberto em reformas posteriores. Foto do autor. 378

Figura 31 - Marcas de sucessivos deslocamentos de lápides, por ocasião das reformas. Foto do autor.379

Figura 32 - Vista transversal da igreja, em frente ao púlpito e capela do lado do evangelho. Em primeiro plano, piso restos do piso primitivo, na área pública, e base do batente da segunda feição. Foto do autor. 380

Figura 33 - Detalhe da base do batente da segunda feição. Observe-se a marca do suporte da mesa de comunhão. Foto do autor. 381

Figura 34 - Em primeiro plano, batente da quarta feição, correndo sobre as lápides. Nesta feição a capela já teria ou estaria sendo desativada. No segundo plano, base do batente da terceira feição da igreja. Foto do autor. 382

Figura 35 - Detalhe de uma das lápides que foram parcialmente cobertas pela estrutura da quarta feição. Foto do autor. 383

Figura 36 - Detalhe do batente da quarta feição, que posteriormente recebeu capeamento de cimento 'portland'. Foto do autor. 384

Figura 37 - Detalhe do contato do batente da quarta feição, com o antigo acesso à capela, com piso em tijoleira retangular. Foto do autor. 385

Figura 38 - Aproximação da foto anterior, em que se pode observar o reboco entre a parede que entaipava a capela, e o batente da quarta feição da igreja. Foto do autor. 386

Figura 39 - Detalhe de restos do piso da capela (2a capela do lado do Evangelho), em tijoleira retangular. O batente de acesso, em pedra, é um reaproveitamento de lápides. Observe-se o encaixe (à esquerda, em baixo) de um tranca, possivelmente de uma grade. Foto do autor. 387

Figura 40 - Detalhe de um reaproveitamento de lápide, utilizada em uma soleira. Foto do autor.... 388

Figura 41 - Estrutura da quinta e sexta feições da igreja. Observe-se os suportes para assentamento do portão de acesso ao presbitério, através da mesa de comunhão. Foto do autor. 389

Figura 42 - Detalhe da estrutura da quinta e sexta feições, em tijolos, e argamassa de cal. Foto do autor. 390

Figura 43 - Secção tranversal da estrutura da sétima feição. Observe-se que o segundo batente foi implantado já sobre o aterro. Foto do autor. 391

Figura 44 - Acesso ao presbitério na sétima feição. Batentes em granito sintético e piso em mosaico. Observe-se que a mesa de comunhão havia sido removida. Foto do autor. 392

Figura 45 - Detalhe da feição anterior. Observe-se na porção inferior da foto (próximo ao piquete), o remendo, em cimento, aplicado ao local onde anteriormente estivera fixada a mesa de comunhão. Foto do autor. 393

Figura 46 - Sepultamentos sucessivos, cujas covas não coincidem. A não coincidência se deve a substituição do piso, que alterou a disposição das campas. Ver detalhes descritivos nas Notas às ilustrações. Foto do autor. 394

Figura 47 - Sepultamento com mãos cruzadas sobre o tórax. O crânio danificado por ter sido atingido por projétil. Observe-se que a compactação do terreno permitiu a retenção do molde do caixão utilizado. Foto do autor. 395

Figura 48 - Calota craniana atingida internamente por impacto. Detalhe da foto anterior. Foto do autor. 396

Figura 49 - Detalhe da foto anterior. A lesão interna se refletiu externamente, perfurando e provocando rachaduras no crânio. Reflete provavelmente a *causa mortis*. Foto do autor. ...397

Figura 50 - Marca e restos de sola de sapato, enterrado com o morto. Foto do autor. 398

Figura 51 - Sepultamento primário realizado sem caixão. Observe-se a marca da cabeça, moldada no aterro da cova. Foto do autor. 399

Figura 52 - Sepultamento realizado em frente ao altar lateral, quando a vala coletiva já havia sido desativada. Observe-se a parede da vala cortada pela cova deste sepultamento. Foto do autor.400

Figura 53 - Batentes de acesso à vala de sepultamento coletivo, em frente ao altar lateral (epístola). Observe-se a parede rachada, no local da ampliação. A parede fora rebocada. Foto do autor.401

Figura 54 - Área de acesso à cripta sob o piso da capela lateral (epístola) - vista interna. Foto do autor. 402

Figura 55 - Detalhe do sepultamento no interior da cripta. Observe-se o molde do caixão, constituído pela cal compactada. A camada de cal sobre o corpo, desmoronou. Foto do autor..... 403

Figura 56 - Sepultamento secundário, com cal, em caixão. Com a decomposição da madeira, restou o molde constituído pela cal compactada. Foto do autor. 404

Figura 57 - Detalhe de uma das lápides, parcialmente coberta pela estrutura da quarta feição. Observe-se a diferença de traço da última linha, do primeiro texto da inscrição. Sob esta lápide não havia sepultamentos, ou marcas de cova. Foto do autor. 405

Figura 58 - Detalhe de uma das lápides, parcialmente coberta pela estrutura da quarta feição. A inscrição não está mais legível. Em cima, à direita da foto, um outro sepultamento. Foto do autor. 406

Figura 59 - Marcas de cova que coalescem na superfície. Entre elas o terreno local não perturbado. Observe-se, à esquerda da foto, o vazio provocado pela decomposição do caixão. Foto do autor. 407

Figura 60 - Duas covas, sucessivamente abertas no mesmo local. Aquela na qual restou o molde do caixão, é um pouco mais profunda que a anterior, e um pouco deslocada lateralmente. Observe-se restos de argamassa de cal no aterro da cova. Foto do autor. 408

Figura 61 - Perfil em que se observa os sucessivos aterros. A camada de argamassa, fragmentada, do piso primitivo, lacra o terreno local. Foto do autor..... 409

Figura 62 -Perfil de um dos cortes da escavação da Igreja de Nossa Senhora da Graça, onde se observa o terreno local sem interferência humana. Foto do autor. 410

Figura 63 - Confessionário com a parede de fundo em tijolos, o que facilitaria sua ampliação como capela. Foto do autor..... 411

Figura 64 - Acesso à cripta, sob o piso da capela lateral (epístola). Visão externa. Foto do autor...412

Figura 65 - Interior da vala coletiva, para sepultamento, em frente ao altar lateral (epístola). Foto do autor. 413

Figura 66 - À direita da foto, o primitivo altar em cantaria (Evangelho). Observe-se no arco, perfurações, provavelmente locais de encaixe para suportes da talha. À esquerda, Porta não contemporânea à primitiva feição, posteriormente entaipada. Foto do autor. 414

Figura 67 - Detalhe da parede em pedra, onde se instalara o púlpito. Observe-se que na parede foi feita uma abertura irregular, posteriormente fechada com material diversificado (provável busca de 'tesouro'). Foto do autor. 415

Figura 68 - Testemunhos do piso do presbitério, durante a primeira feição. Coberto por aterro, foi sucessivamente cortado pelas aberturas de covas. Foto do autor....416

Figura 69 - Aterro para implantação da sétima feição. Observe-se a tijoleira quadrada (quarta e quinta feições), sobre a camada de areia. Observe-se ainda os buracos dos andaimes. Foto do autor.417

Figura 70 - Detalhe do pé do arco da capela lateral (Evangelho), em cantaria. e a parede de alvenaria mista, usada para entaipa-la. Foto do autor....418

Figura 71 - Disposição de dois sepultamentos não contemporâneos, com as 'campas'. Ver observações nas notas de final das ilustrações. Foto do autor. 419

Figura 72 - Medalhas associadas a sepultamentos. Fotos do autor. 420

Figura 73 -Medalhas associadas a sepultamentos. Fotos do autor. 421

Figura 74 - Imagem em terracota, associada a sepultamento. Fotos do autor....422

Figura 75 - Alianças, associadas a sepultamentos. Fotos do autor....423

Figura 76 - Detalhe do quadro de F. Post, capela com alpendre, e casa-grande de Engenho. 424

Figura 77 - Perfil esquemático da topografia dos outeiros de Olinda, a partir da ortofotocarta citada.425

Figura 78 - A. Planta da Igreja de Nossa Senhora da Graça, levantamento realizado por Menezes: situação antes das escavações. B. Projeto de Francisco Dias Sec. XVI - Rio de Janeiro....426

Figura 79 - Detalhe de uma tela de F. Post, em que se pode observar casas de taipa, com coberta de palha. A casa-grande, ainda que coberta de telhas, as paredes são de taipa. 427

Figura 80 - Planta esquemática, com a reconstituição das coordenadas que serviram de base às escavações....428

Figura 81 - Planta esquemática, com a reconstituição da primeira feição da Igreja, apresentando o piso de tijoleira retangular, em campa....429

Figura 82 - Planta esquemática, com a reconstituição da segunda feição da Igreja, apresentando o piso de tijoleira retangular, em campa....430

Figura 83 - Planta esquemática, com a reconstituição da terceira feição da Igreja, apresentando o piso de tijoleira retangular, em campa....431

Figura 84 - Planta esquemática, com a reconstituição da quarta feição da Igreja, apresentando o piso de tijoleira quadrada. 432

Figura 85 - Planta esquemática, com a reconstituição da quinta feição da Igreja, apresentando o piso de tijoleira quadrada, na área pública e em cimento 'queimado', no presbitério....433

Figura 86 - Planta esquemática, com a reconstituição da sexta feição da Igreja, apresentando o piso de mosaico na área pública e no presbitério. 434

Figura 87 - Planta esquemática, com a reconstituição da sétima feição da Igreja, apresentando o piso de mosaico na área pública e no presbitério. 435

Figura 88 - Planta de distribuição dos sepultamentos no interior da igreja. 436

Figura 89 - Localização das valas coletivas para sepultamentos. 437

Figura 90 - Detalhe de construção da vala, localizada em frente ao altar lateral (Evangelho). 438

Figura 91 - Detalhe de construção da vala localizada em frente ao altar lateral (Epístola). 439

Figura 92 - Distribuição dos aterros utilizados nas três primeiras reformas. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes onde ocorreram os aterros correspondentes. 440

Figura 93 - Distribuição do aterro (areia) utilizado na quarta reforma. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes onde ocorreu o aterro. 441

Figura 94 - Distribuição do aterro utilizado na implantação da base para o piso em cimento 'queimado' , quinta reforma. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes onde ocorreu o aterro. 442

Figura 95 - Distribuição da base utilizada na implantação do piso em cimento 'queimado' , quinta reforma. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes onde foi instalada a base. 443

Figura 96 - Distribuição da ocorrência de fragmentos de carvão. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência. 444

Figura 97 - Distribuição da ocorrência de fragmentos de cachimbo. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência. 445

Figura 98 -- Distribuição da ocorrência de estruturas funerárias com uso de cal. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência. 446

Figura 99 - Distribuição da ocorrência de estruturas funerárias sem uso de cal. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência. 447

Figura 100 - Distribuição da ocorrência de fragmentos esparssos de ossos, independentemente de haver uma estrutura funerária discernível. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência. 448

Figura 101-- Distribuição da ocorrência de fragmentos esparssos de cerâmica utilitária doméstica, relacionada a aterros. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência. 449

Figura 102-- Distribuição da ocorrência de fragmentos esparssos de objetos relacionados a vestuário, relacionados a estruturas funerárias. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência. 450

Figura 103-- Distribuição da ocorrência de metralha, relacionada a reformas na igreja. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência. 451

Figura 104-- Distribuição da ocorrência de marcas de andaimes, relacionadas a reformas nas paredes, forro e telhado da igreja. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência. 452

Figura 105 - Igreja de Nossa Senhora da Graça, após a restauração. Foto do autor. 453

Figura 106 - Vista frontal da fachada da Igreja de Nossa Senhora da Graça, com a feição que teria quando de sua construção (após a restauração). Foto do autor. 454

Figura 107 - Vista do conjunto do Seminário de Olinda, com sua igreja. Foto do autor. 455

Figura 108 - Igreja de Nossa Senhora da Graça, no conjunto do Seminário de Olinda. Foto do autor. 456

Figura 109 - Vista lateral da Igreja de Nossa Senhora da Graça, com a estrutura da capela lateral. Foto do autor. 457

APRESENTAÇÃO

A Igreja quinhentista de Nossa Senhora da Graça, em Olinda, foi escavada arqueologicamente no ano de 1973. Não havia, naquela ocasião, a menor pretensão de transformar os resultados desta pesquisa em uma tese de doutoramento. A pesquisa arqueológica, realizada sob a minha direção, constituía-se em um trabalho de rotina do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Pernambuco. Já naquela época, a arqueologia histórica constituía-se em uma das linhas de pesquisa desenvolvidas pelo Laboratório de Arqueologia, ao lado de pesquisas voltadas para períodos anteriores ao colonial no Brasil.

A pesquisa arqueológica realizada na Igreja de Nossa Senhora da Graça constituiu-se em uma experiência de significativa importância para diversas áreas do conhecimento, destacando-se sobremaneira a arqueologia, a história e a arquitetura. Esta experiência interdisciplinar apenas foi possível graças a um entrelaçamento de esforços e de interesses entre os órgãos envolvidos, notadamente a Fundarpe e a Universidade Federal de Pernambuco. A Fundarpe interessava-se primordialmente pelos trabalhos de restauração do monumento, enquanto que a UFPE, através de seu Laboratório de Arqueologia, pela pesquisa propriamente dita, ou seja, pela contextualização e interpretação do monumento do ponto de vista científico. Os resultados alcançados transcenderam às expectativas dos órgãos envolvidos. A documentação arqueológica complementou de forma substancial a documentação disponível, tanto a histórica, quanto a iconográfica. A

restauração do monumento foi realizada com a contribuição não apenas dos resultados das análises técnicas dos planos de construção, mas ainda da pesquisa voltada à história da arte, e da pesquisa arqueológica, que permitiu conhecer-se não apenas o que fora planejado, mas em grande parte, o que foi executado. A pesquisa arqueológica permitiu identificar muitos dos passos da construção e das sucessivas reformas; os materiais empregados, as reutilizações de material levadas a efeito. Subsídios indispensáveis a uma restauração, em que se pôde optar por reconstituir não só o espaço, mas as diferentes áreas funcionais no interior do templo. Espaços funcionais que ao longo do tempo, foram alterados; alterações das quais não se dispunha de informações quer textuais, quer iconográficas. Esta experiência interdisciplinar aplicada à restauração, parece, inclusive, ter sido a primeira do gênero, a ser realizada no Brasil. Os resultados obtidos me fizeram concluir e afirmar em palestras, conferências e artigos, que a restauração de um monumento deverá ser, necessariamente, antecedida por uma pesquisa arqueológica. Compartilha desta opinião, o historiador da arte e arquiteto José Luiz da Mota Menezes, responsável por aquela restauração. O Professor Luís Saia, um dos grandes especialistas em restauração no Brasil, quando, juntamente com seus alunos de pós-graduação da USP, esteve em visita às escavações, manifestou-se entusiasmado com o alcance dos resultados. Concordou ainda, com diversos especialistas nacionais e internacionais que acompanharam ou visitaram os trabalhos, unânimes em considerar imperiosa a necessidade de anteceder a elaboração de um projeto de restauração de um monumento, com uma pesquisa arqueológica.

A Igreja de Nossa Senhora da Graça, na cidade de Olinda, encontra-se hoje restaurada e devidamente conservada. Poder-se-ia acreditar que a missão se encontrava cumprida, tanto no que se refere aos trabalhos de restauração, como no que tange à pesquisa arqueológica. Entretanto, no meu entender, restava uma grande lacuna.

Lacuna esta, paradoxalmente situada na arqueologia do monumento. A pesquisa arqueológica forneceu elementos subsidiários à restauração da Igreja de Nossa Senhora da Graça, cumprindo desta forma sua missão naquele momento. Entretanto, a pesquisa arqueológica não deverá se limitar ao fornecimento de dados à restauração do monumento escavado. O cotidiano do monumento, resgatado arqueologicamente, ou seja, a vertente científica da arqueologia, perderá a sua essência caso não seja transformada em um trabalho que assegure a transmissibilidade do conhecimento produzido. Alguns artigos que publiquei, trataram da Igreja de Nossa Senhora da Graça; nenhum deles entretanto, foi suficientemente abrangente, de modo a permitir a visualização da amplitude e da complexidade dos dados obtidos, das informações resgatadas, enfim, do trabalho realizado. O mesmo não ocorreu com a pesquisa relativa à arquitetura, aos temas relacionados à história da arte, contidos naquele monumento. O Professor José Luiz da Mota Menezes, responsável pelos trabalhos de restauração, transformou suas experiências e pesquisa, em uma tese de Livre Docência intitulada "Igreja de Nossa Senhora da Graça e Real Colégio dos Jesuítas de Olinda". Restava, portanto, apenas o débito da arqueologia para com este monumento.

Na escolha deste tema para a tese, considerei, que o método arqueológico, diferentemente do histórico, transforma o documento primário encontrado, o sítio arqueológico. A escavação impossibilita o acesso de outros pesquisadores ao material *in situ*. Desta forma, não apenas o material arqueológico resgatado, mas ainda, suas relações espaciais e inte-relações, ficam restritas ao pesquisador que desenvolveu o trabalho. A publicação e divulgação dos resultados permitem o acesso a outros pesquisadores. A inexistência de um trabalho mais abrangente, mais detalhado do ponto de vista arqueológico, acerca da Igreja de Nossa Senhora da Graça, privava do acesso a este tipo de documentação, os pesquisadores que já se beneficiavam com os

resultados das pesquisas histórica, iconográfica e arquitetônica, divulgados.

A escolha deste tema para a tese, deve-se portanto, à expectativa de que a mesma venha a se tornar um trabalho complementar. Complementar aos documentos e aos trabalhos históricos existentes. Complementar ao trabalho arquitetônico, acima referido. Complementar ao conhecimento do monumento, oferecendo uma contribuição ao estudo de um período da história de Pernambuco e do Brasil.

O trabalho de pesquisa de campo teve como principal agente financiador a Fundação do Patrimônio Histórico de Pernambuco (Fundarpe). Órgão que respondeu pela manutenção dos operários braçais. O Crutac, programa da UFPE de integração de estudantes a atividades extra curriculares, sob a direção do Professor Guilherme de Alencastro Salazar, manteve um número considerável de estagiários que participaram dos trabalhos de campo. Ao treinamento, que propiciou aos estagiários o benefício de um aprendizado profícuo, responderam eles com um desempenho proficiente, de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Embora o trabalho de campo da Igreja de Nossa Senhora da Graça tenha sido realizado no início da década de 70, a precisão da escavação, o controle estratigráfico, representado por plantas e perfis pode ser considerado perfeitamente válido para os dias atuais. Lamento profundamente, entretanto, que àquela época os trabalhos voltados para os estudos esqueletais não tivessem atingido o patamar que se pratica na atualidade. Pois, considerando-se a população esqueletal encontrada, através destes estudos poderiam vir à luz conclusões verdadeiramente importantes no que diz respeito à constituição da população colonial. Faixas de mortalidade, hábitos de postura, conhecimento das fontes protéicas utilizadas, das carências alimentares, de infestações parasitológicas, e tantas outras relações, que muito contribuiriam para o

melhor conhecimento e compreensão do cotidiano dos que construíram e utilizaram a Igreja de Nossa Senhora da Graça. Por outro lado, o material ósseo resgatado nas estruturas funerárias, foi preservado, identificado individualmente, e entregue à Igreja. Em anos mais recentes, busquei reaver temporariamente o material para que fosse estudado por uma especialista, encontrando entretanto, uma oposição taxativa dos dirigentes eclesiásticos. Tecnicamente, talvez, esta tenha sido a maior perda ocorrida nesta pesquisa.

Ao redigir este trabalho, procurei minimizar alguns aspectos que julgo negativos na produção arqueológica convencional. Freqüentemente a construção arqueológica alicerça-se em uma descritividade exaustiva, algumas vezes infecunda, dos restos materiais encontrados, freqüentemente não concatenada explicitamente aos aspectos históricos. Não considero uma descrição minuciosa do material encontrado, bem como de suas relações espaciais, desnecessária, supérflua. São estes elementos materiais da cultura e suas relações que se constituem na matéria prima, na documentação primária para o arqueólogo. Entretanto a sua descritividade desprovida de historicidade perde grande parte de sua razão de ser, torna-se enfadonha.

Procurei, ao longo dos capítulos, entender a Igreja de Nossa Senhora da Graça não apenas como monumento da atualidade, ou como peça arqueológica, mas sobretudo busquei extrair as suas relações com o contexto histórico que a emoldurava. A Igreja de Nossa Senhora da Graça como sítio arqueológico ou como monumento arquitetônico não pode ser desvinculada de uma complexa trama de relações que transcende inclusive o regional. Relações que se manifestam como integrantes de um sistema[1] bem mais complexo do que apenas a Vila de Olinda ou mesmo a Capitania de Pernambuco. Envolve o sistema

---

[1] WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-Sistem: Capitalist Agriculture and the Origins of the Europeans World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1979.

colonial português, no seu fácies de Pernambuco[2], e ainda o próprio sistema português e suas relações com outros povos e sobretudo com a Igreja Católica Romana.

Espero que esta tese não apenas me confira o grau de doutor, mas que sobretudo venha a contribuir para um melhor entendimento da história de Pernambuco, em seu período colonial. Acredito que, independentemente do mérito que este trabalho possa ter, seu sentido maior consiste na apresentação de seus dados à comunidade científica. Dados que, não por cabotinismo pessoal, mas por implicações do próprio método arqueológico apenas eu dispunha. Com esta tese espero ter saldado uma dívida para com a comunidade científica e para com o monumento escavado, a Igreja de Nossa Senhora da Graça.

---

[2] WHITE, Leslie A. **O conceito de Sistemas Culturais. Como compreender tribos e nações**. Trad. Áurea Weissemberg. R. de Janeiro: Zahar Editores, 1978

INTRODUÇÃO

A Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Olinda, constitui-se em um monumento quinhentista que remonta aos primórdios da fixação portuguesa em terras americanas. O seu entendimento, quer do ponto de vista histórico, arqueológico, ou arquitetônico, deve transcender ao monumento, remetendo necessariamente o pesquisador para um quadro mais amplo, no qual se incluem diversos sistemas, dos quais a Igreja de Nossa Senhora da Graça não ultrapassa o patamar de uma de suas unidades funcionais.

Com freqüência, os trabalhos de pesquisa acerca de monumentos, assumem óticas bem definidas quanto a sua abordagem. Os arquitetônicos abordam questões relacionadas com o espaço ou mesmo com a história da arte. Os históricos, habitualmente privilegiam os documentos textuais, enquanto que os arqueológicos abordam os elementos materiais da cultura, sua natureza e distribuição espacial. As abordagens segmentárias, embora necessárias em determinado momento do conhecimento, impedem o entendimento processual decorrente da inserção do monumento em seu contexto mais amplo. A abordagem deste trabalho procurará não privilegiar nenhum destes aspectos particulares, mas sim, tentará entender o particular inserido no geral e este, manifestando-se através do particular.

Esta igreja, situada na cidade de Olinda, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade, é um dos templos religiosos católicos erguidos no início da instalação da já então florescente Capitania de Pernambuco.

A construção inicial que deu origem ao templo atual, correspondeu a uma ermida, erguida pelo então donatário, Duarte Coelho Pereira.

Os frades da Ordem Agostiniana, para os quais fora construída a ermida, não chegaram a Pernambuco naqueles primeiros anos da Capitania, e a ermida foi doada aos jesuítas. A ermida, e terras contíguas, para a construção de uma casa para a Ordem.

As primeiras referências à ermida datam de 1551, época em que foi entregue aos jesuítas. O fato dos jesuítas terem recebido esta doação, bem como o desenrolar de toda a estratégia missionária, remete a uma complexa trama do sistema mundial[3] quinhentista, que se delineava, e se expandia, atingindo o Novo Mundo.

A Igreja Católica encontrava-se enfraquecida. Roma encontrou na estratégia do Padroado uma forma de fortalecimento, ainda que tivesse a certeza de que seus poderes seriam restringidos no Novo Mundo. A Companhia de Jesus, recém criada, já deixava antever a grande força, oriunda dos objetivos da Ordem, bem como de seu treinamento, disciplina e estratégia.

O sistema colonial português necessitava da ação religiosa, tanto pelos aspectos ligados à cristandade, como pela necessidade de mão de obra especializada na empreitada de colonização do Novo Mundo. Sobretudo para servir de "amortecedor" entre a fúria desenfreada do colono e a população de vários milhares de indígenas que já povoavam o Novo Mundo.

Encontramos, portanto, na conjuntura mundial quinhentista, um quadro bastante complexo. A Igreja Católica buscando seu fortalecimento através de concessões. Portugal, beneficiado pelas concessões papais, fortalecido diante do sistema mundial. Ordens

---

[3] WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern ....** 1979.

religiosas emergentes, com objetivos próprios, encontrando no abalo sofrido por Roma e na estrutura do Padroado um ambiente favorável à consecução de seus objetivos.

Por outro lado, os objetivos coloniais, tanto portugueses como espanhóis, defrontaram-se com um Novo Mundo povoado; seriam possivelmente cerca de nove a onze milhões[4] de nativos. As populações encontradas no Novo Mundo, ora se encontravam dispersas, ou por vezes concentradas em grandes núcleos, cujas organizações sociais[5] abrangiam uma ampla gama de diversidade em termos de complexidade. Desde populações a nível de bando, nômades, dispersas, a populações a nível de estado antigo, envolvidas em uma ampla teia de inter-relações, de comunicações com os povos de uma vasta área do continente. Conexões que aos moldes do que se delineava na Europa, poder-se-ia considerar como um sistema americano de inter-relações sociais, culturais. Esta diversidade cultural, encontrada no Novo Mundo, viria a possibilitar uma experiência inter-cultural inédita. Cosmogonias diversas, economias nos mais diferentes estágios, interagiriam com a cultura dos "colonizadores" que cultivavam uma ótica baseada no euro-centrismo.

Emoldurado por esta complexidade, o sistema colonial português prepara-se para interagir com o sistema americano. Desta interação, da qual não podem ser excluídos combates, pactos, pestes, mortes, miscigenação, nascimentos, fome, avanços, retrocessos, aculturação, etc., resultou a gradual inserção do Sistema Americano no Sistema Mundial.

---

[4] STEWARD, J (1949) estimou em 1,5 a 2 milhões de nativos, a população Sul Americana, cálculo que tem sido frequentemente aceito. Trabalhos mais recentes de demografia histórica, com base na 'escola de Berkeley' realizados por Dobyns (1966) amplia consideravelmente este número. Para maiores referências ver Dobyns, H. F. (1966) op. cit..

[5] SERVICE, Elman R. **Primitive social organization**. An evolutionary perspective 2 ed. New York: Random House, 1971, 221 p.

Uma igreja, um engenho, um forte, não possuem existência em si próprios, e sim representam uma unidade funcional[6] de um sistema mais amplo no qual se encontram inseridos. Ou seja, tais unidades não podem ser entendidas isoladamente. Sua atuação, sua função, o papel que representa na trama social, somente pode ser entendido quando é possível inseri-los na articulação da sociedade à qual estão relacionados. De acordo com esta perspectiva, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, objeto deste trabalho, não poderá ser enfocada isoladamente. Para o sistema americano, tratava-se de uma perda de espaço, tanto físico quanto religioso. Para o sistema colonial português, era mais um tentáculo de suas ramificações. Para o sistema católico romano representava o aumento de seu poderio, paradoxalmente, mais um fruto de suas concessões. Para o sistema jesuítico, integrado por um lado ao sistema católico romano e por outro ao sistema colonial, significava sua própria expansão; atendia a seus planos maiores, viria a ser mais uma casa destinada a ampliar o efetivo dos soldados de Cristo.

No Brasil colonial do século dezesseis, a sociedade que se formava, caracterizava-se por uma trama de ampla complexidade cultural. Representava a interação de europeus, índios de diferentes grupos culturais e negros, escravos procedentes de distintas regiões e culturas. Por outro lado, a presença de tais grupos étnicos refletia-se muitas vezes, nos espaços funcionais. Deste modo, é lícito admitir-se o caráter parcial de informações provenientes de uma única unidade funcional. Entretanto, é a partir de estudos individuais das diferentes unidades funcionais que se pode chegar a estabelecer as bases para uma abordagem de problemas mais amplos, relacionados à dinâmica cultural.

O entendimento do processo colonial português, bem como de sua interação com o sistema americano e a posterior inclusão deste no

---

[6] SOUTH, Stanley. Historic Site Content, Structure and Function. **American Antiquity**, vol. 44, 1979.

Sistema Mundial, poderá ser consideravelmente enriquecido com a complementaridade benéfica existente entre a história textual e a arqueologia histórica.

Há menos de vinte e cinco anos atrás, a arqueologia histórica não era reconhecida por muitos dos que se dedicavam à arqueologia pré-histórica no Brasil. Afirmava- se, àquela época, que arqueologia histórica não era arqueologia. Os primeiros desbravadores desta "arqueologia", dificilmente encontravam espaço em simpósios ou congressos para apresentarem o resultado de suas pesquisas. Indubitavelmente a arqueologia histórica afirmou-se no Brasil. Hoje, em todos os congressos da área, é reservado um espaço considerável destinado a apresentação de trabalhos de arqueologia histórica.

Embora já se tivessem desenvolvido pesquisas de arqueologia histórica no Brasil desde a década de sessenta, foi no início da década de setenta que tiveram início os estudos integrados de arqueologia histórica e arquitetura, voltados para a restauração de monumentos. A prática de restauração de monumentos no Brasil já contava com larga experiência, quando se iniciavam as pesquisas arqueológicas históricas. Os trabalhos de restauração, em sua maioria, eram orientados por arquitetos, com amplos conhecimentos em história da arte. Os arquitetos, no entanto, nem sempre encontravam na documentação textual ou iconográfica, elementos satisfatórios para a execução de seus trabalhos. Por esta razão, removiam o reboco dos monumentos na esperança de encontrar indícios significativos para uma restauração mais segura. De modo análogo, removiam o solo na busca de algum resto de coluna ou outro qualquer elemento que ajudasse a elucidar as dúvidas surgidas na elaboração do projeto.

O "Plano de Restauração de Cidades Históricas", cuja execução em Pernambuco esteve a cargo da Fundação do Patrimônio Histórico de Pernambuco (Fundarpe), privilegiou em um dos seus primeiros projetos - Projeto Centro Histórico e Turístico de Olinda -, no período de 1974 a

1976, três monumentos da cidade de Olinda: O Palácio dos Bispos, a Igreja do Salvador (a Sé de Olinda), e a Igreja de Nossa Senhora da Graça. A orientação dos trabalhos de restauração contou com a participação do arquiteto e historiador da arte, Dr. José Luiz da Mota Menezes. A escassa documentação disponível ainda que não fornecesse dados objetivos acerca das transformações que se operaram durante os séculos, permitiram o levantamento de diferentes questões acerca da primitiva fisionomia da Igreja de Nossa Senhora da Graça. Pode-se tomar conhecimento de sucessivas reformas e ampliações que se fizeram na Igreja, sem no entanto conhecer em detalhes a natureza destas modificações. Deste modo, apenas as evidências arquitetônicas e os dados documentais não foram suficientes para se reconstituir algumas das antigas estruturas, que permitissem recuperar as primitivas feições da igreja.

A análise das estruturas arquitetônicas e sua correlação com a documentação textual, foram exaustivamente estudadas por Menezes, que elaborou sua Tese de Livre Docência[7] sobre o tema. Durante as análises realizadas, foi reconhecida a insuficiência de dados que permitissem uma reconstituição com base em dados concretos. Aliás, a escassez de fontes de informação relativa à arquitetura do século dezesseis é um aspecto que tem sido ressaltado, sobretudo por historiadores da arte no Brasil colonial[8].

Diferentes questões analisadas à luz da documentação e dos remanescentes aparentes da arquitetura dos séculos passados,

---

[7] MENEZES, J. Luiz da Mota- **Igreja de Nossa Senhora da Graça e Real Colégio de Olinda.** Tese de Livre Docência. Recife: UFPE. 1976.

[8] "O século XVI, no Brasil, é muito pouco conhecido no que se refere a arquitetura para fins religiosos, civis ou militares. As notícias que temos, documentadas, a respeito deste período, não nos permitem uma visão sistemática do que seria a introdução na colônia da arquitetura portuguesa e, a fisionomia das primeiras construções, nos é ainda ignorada, salvo através da documentação iconográfica legada pela Missão Nassau, no século XVII, ou pelos edifícios ainda remanescentes, alguns já bastante descaracterizados por ampliações ou reformas realizadas no correr dos demais séculos até o atual." MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976. p. 3

permaneciam em aberto. Deste modo recorreu-se ao estudo arqueológico daquele monumento, visando a recuperação de maiores detalhes acerca das feições da igreja, nos diferentes períodos.

Tendo em vista os termos da solicitação, apresentada pela Fundarpe, as escavações arqueológicas teriam como finalidade precípua pôr em evidência novos dados que complementassem as pesquisas históricas e arquitetônicas já realizadas. Desta forma, acreditava a Fundarpe poder obter maiores subsídios que possibilitassem uma restauração do monumento em bases mais sólidas[9]. E de fato, a pesquisa arqueológica contribuiu de forma efetiva para a execução daquele projeto de restauração. Projeto este que representa, no Brasil, o início de uma experiência, na qual uma restauração foi antecedida por uma ampla pesquisa arqueológica.

Atualmente, apesar de já ter sido superada a fase de afirmação da arqueologia histórica e de já haver demonstrado sua importância para os trabalhos de restauração de monumentos, alguns aspectos de sua prática podem ser discutidos. Tais aspectos incluem os limites, as convergências e divergências entre os objetivos arqueológicos e os de outras áreas com as quais se estabelecem inter-fácies. Tendo em vista a pesquisa realizada na Igreja de Nossa Senhora da Graça, buscarei sobretudo avaliar as relações entre a arqueologia e restauração de monumentos, tradicionalmente vinculada à arquitetura.

A história do Brasil do século dezesseis tem sido levantada basicamente a partir da documentação textual. Mais recentemente a incorporação de novas fontes, como a iconografia, além de estudos da história da arte, têm contribuído para o entendimento da história colonial, sobretudo a partir do século dezessete. Ainda que tais fontes

---

[9] ALBUQUERQUE, Marcos. Escavações arqueológicas realizadas na Igreja Quinhentista de Nossa Senhora da Divina Graça, em Olinda. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, n. 3. Recife, p. 89-90. 1980. p. 89

tenham permitido o delineamento geral das estruturas sociais e das relações entre suas unidades funcionais, algumas lacunas têm sido registradas. Não se pretende aqui discutir as raízes desses hiatos, se decorrem da qualidade intrínseca da documentação disponível ou se decorrem do tratamento e abordagem utilizados no trato da documentação. O ponto que se pretende enfocar reside na quase nula utilização de outras fontes, como por exemplo, os vestígios materiais da cultura, preservados ao longo do tempo.

As fontes que freqüentemente são referidas como "cultura material" têm sido pouco exploradas por historiadores nas Américas, e sobretudo no Brasil. Entretanto, nas duas últimas décadas, a abordagem da história através de uma visão fornecida por tais fontes, vem gradativamente ganhando espaço. Tais estudos enfocam, sobretudo, questões relacionadas a mudanças culturais, que muito têm contribuído para o entendimento dos processos de aculturação verificados no Novo Mundo, a partir do processo de colonização impetrado pelos europeus. Estas fontes têm mesmo, mais recentemente, permitido um novo enfoque àquelas questões, como se pode apreender dos estudos desenvolvidos por Hoover[10], acerca das missões religiosas espanholas na Califórnia. São questões que envolvem as transformações operadas naquelas sociedades, vistas sob a ótica das modificações introduzidas através da ação dos missionários no processo produtivo dos grupos. Absorção de novos padrões, re-interpretações destes padrões, objetivos buscados e parâmetros atingidos.

A gama de fontes de que se utiliza a história tem sido ampliada a partir do século dezenove, com amplas repercussões no século vinte.

---

[10] HOOVER, Robert L. Spanish-Native Interaction and acculturation in the Alta California Missions. Columbian Consequences: **Archaeological and Historical Perspectives on the Spanish Borderlands West** (vol.1) David Hurst Thomas, ed., Smithsonian Institution Press. (Chapter 24, 395,-406). 1989.

Ampliação que se dá, tanto à medida que novas formas de registro são utilizadas quanto à medida que novas formas de abordagem ou mesmo novas óticas permitiram considerar-se como documento histórico outros elementos da produção humana.

O século dezenove incorpora às fontes históricas, elementos significativos: amplia a documentação figurada através da invenção da fotografia e passa a utilizar, de modo bem mais sistemático que anteriormente, uma classe de documentos mencionada em seu conjunto como "restos". São vestígios de elementos do passado que não foram produzidos visando a transmissão de conhecimento às futuras gerações; nem mesmo à geração coeva. Antes constituíam-se, à sua época, em elementos do cotidiano destas sociedades. Entre eles figuram do mesmo modo as ruínas de uma cidade, restos de instrumentos, de utensílios, e de quaisquer outros elementos produzidos pelo homem. Mesmo os restos humanos passam a integrar esta classe de documento.

A incorporação desta classe de documentos permitiu um significativo avanço no conhecimento da história, sobretudo de povos ágrafos. Entretanto, o interesse pelo estudo, tanto de objetos, quanto de edificações de um passado mais distante, não foi despertado apenas no século dezenove. O interesse pela arte clássica, que levou à constituição de grandes coleções de objetos, motivava escavações como as que se desenvolveram a partir de 1748 em Pompéia. Os objetos resgatados eram vistos primordialmente por seu interesse na reconstituição da história da arte. Apenas a partir do século dezenove desperta-se para uma nova visão de que tais ruínas e objetos poderiam permitir reconstituir-se, ainda que em linhas gerais, parte da história de uma sociedade e de suas relações com outras.

Mesmo em se tratando de sociedades das quais se dispunha de documentação textual, os restos destas sociedades passam a ser vistos não apenas por seu valor estético, mas sobretudo por seu valor histórico. Sob esta ótica, não se lhes atribui mais uma mera valorização intrínseca

ao objeto, mas busca-se sua inserção no local do achado, sua situação e condições. Ou seja, busca-se através dos objetos encontrados entender as associações entre eles e o espaço onde foram encontrados, as disponibilidades técnicas dos grupos que os produziram, a estrutura econômica e social que os possibilitou.

Apesar desta classe de documentos ter sido utilizada, desde meados do século dezenove, como auxiliar para a reconstituição da história de povos dos quais também se dispunha de documentação textual, é bem mais tardia sua utilização na reconstituição de um passado mais recente. Deste modo, a utilização da documentação material não mais fica restrita às antigas civilizações. Passa-se a utilizá-la na reconstituição de passados mais recentes. É sobretudo a partir da segunda metade do século vinte que se intensificaram os estudos com base na arqueologia histórica.

Analisando o potencial representado pelos remanescentes materiais das culturas, Meneses chama a atenção para a necessidade de se "refletir sobre o alcance de um tipo de documento, as coisas físicas, como um campo de fenômenos históricos, sem o qual a compreensão de uma sociedade se vê comprometida. Esta reflexão é tanto mais necessária quando se verifica, ainda, o descaso habitual dos historiadores a respeito."[11] Avaliando ainda a participação da documentação arqueológica através dos vestígios materiais das culturas, aquele autor enfatiza as relações intrínsecas existentes entre o que se convencionou chamar 'cultura material' e a 'cultura'. Nestes termos, a documentação arqueológica representa, através dos diferentes elementos que constituem o registro, uma base de informações concernente à materialidade da cultura, através dos dados relativos à tecnologia, aos processos de transformação e de uso de matérias primas, etc.. Permite

---

[11] MENESES, Ulpiano. 1983:103

ainda uma ampla gama de informações relativas às formas de organização social, e formas de trabalho. Nos casos de contatos inter-culturais, a documentação arqueológica se mostra como fonte de estudo da dinâmica da transformação das culturas submetidas a novos relacionamentos, sejam eles entre grupos, ou com o novo ambiente. Deste modo, a abordagem arqueológica de um sítio histórico pode envolver uma gama de problemas de diferentes níveis, que podem ser tratados a nível intra-sítio ou a nível inter-sítios.

A arqueologia, como qualquer área do conhecimento científico, pode se dedicar ao estudo de quaisquer períodos sem que haja perda de sua identidade. Ou seja, não se restringe ao estudo de grupos ágrafos, ou de grupos desaparecidos. Lamentavelmente esta visão não se encontrava claramente delineada nos primórdios da prática da arqueologia histórica no Brasil. Esta, me parece, foi a principal causa das distorções conceituais que impediram a aceitação da arqueologia histórica por parte de alguns arqueólogos que se dedicavam ao período pré-histórico.

A arqueologia, privada do contato direto com a sociedade que pretende estudar, desenvolveu a capacidade de abordar a sociedade através de seus elementos vestigiais. Prefiro utilizar o termo 'elementos vestigiais' ao invés de 'vestígios materiais da cultura', por acreditar na transcendência do primeiro sobre o segundo. Outrora, nos primórdios da arqueologia, o arqueólogo abordava apenas os elementos materiais da cultura, entretanto, em virtude dos avanços alcançados pelas áreas afins e pela abordagem interdisciplinar buscada pela arqueologia, outras relações e 'tipos' de documentos foram detectados. As novas fontes da arqueologia.

A arqueologia, portanto, aborda a sociedade através de elementos vestigiais. Estes elementos podem ser divididos em três grandes categorias que se interpenetram;

1- Elementos vestigiais diretos.

2- Elementos vestigiais indiretos.

3- Elementos relacionáveis.

Os elementos vestigiais diretos, que permitem parte da abordagem da sociedade estudada pelo arqueólogo, são constituídos pelos elementos materiais preservados da cultura. Os objetos produzidos: a cerâmica, os artefatos líticos, artefatos em madeira ou metal, as estruturas, como fornos, fogões, abrigos, etc., representam bem este tipo de vestígio arqueológico.

Os elementos vestigiais indiretos são aqueles que não podem ser observados pelo arqueólogo de forma virtualmente direta. Ou seja, representam a forma de distribuição no espaço dos elementos vestigiais diretos, as associações entre estes elementos, as condições em que se apresentam e sua própria forma de conservação no interior do registro arqueológico. Observar-se-ia, nesta instância, sobretudo, as relações existentes entre a disposição, absoluta e relativa dos demais elementos estudados. As diferenças observadas neste tipo de relação, podem ser exemplificadas através de possíveis identificações de atividades refletidas por tais relações: um machado de pedra encontrado ao lado de uma fogueira, ou em conjunto com outros machados em elaboração, ou ainda acompanhando um morto em seu funeral, terá necessariamente interpretações diferenciadas, pois refletem, no mínimo, momentos distintos de sua utilização pela sociedade em estudo.

A terceira categoria, a dos elementos relacionáveis, constituem-se em um outro recurso de significativa importância para a arqueologia. Através dele, o arqueólogo poderá estabelecer relações objetivas entre as duas categorias anteriores. Para a identificação destas relações, progressivamente vem sendo incorporado um instrumental técnico, que permite o refinamento dos dados. Dentre o instrumental utilizado para

a constatação e entendimento destas relações, poder-se-ia destacar o papel da informática, através de programas estatísticos sofisticados.

Por outro lado, a arqueologia, do ponto de vista científico, independentemente do período que aborde, possui 'objeto material' e 'objeto formal' definidos. De um modo mais amplo, o objeto material de estudo da arqueologia é a 'sociedade', enquanto que o objeto formal é forma própria e única da abordagem arqueológica.

Sendo a sociedade o objeto material de estudo da arqueologia, o entendimento da mesma deverá nortear as buscas arqueológicas. Como, no entanto, é privado ao arqueólogo, na maioria das vezes, o contato direto com a sociedade em estudo, a contribuição da arqueologia ao entendimento desta sociedade, deverá estar baseada no estudo das relações entre os elementos vestigiais da cultura.

O objeto formal da arqueologia, constitui-se na maneira própria e única que foi desenvolvida por esta área do conhecimento com a finalidade de permitir o acesso à sociedade em estudo, através das relações entre os produtos materiais desta mesma sociedade. Entendendo-se como produtos, não apenas os objetos ou estruturas arqueológicas, mas ainda quaisquer outros registros da interferência humana, ou seja, o conjunto dos elementos vestigiais desta sociedade.

A arqueologia, portanto, não possui como objetivo o resgate de "peças" ou de "curiosidades" de uma sociedade. Tão pouco se realiza na identificação de antigas estruturas. Possui sim, o objetivo primordial de contribuir no entender e explicar uma sociedade através de seus elementos vestigiais, os elementos materiais, produto de suas atividades e das relações destes elementos entre si e com o seu meio ambiente.

O conhecimento produzido pela arqueologia integra o todo do conhecimento científico, entretanto, em virtude de seu *modus operandi*, sobretudo o interdisciplinar, não apenas recebe informações como também contribui de forma significativa para outras áreas do

conhecimento científico. O resultado de uma pesquisa arqueológica, ou seja as suas conclusões, apresentam distintos níveis de respostas. Estas respostas devem atender, em primeiro lugar, a questões cientificamente formuladas. Portanto, um projeto de pesquisa arqueológica deve apresentar como preocupação primeira atender a lacunas do ponto de vista científico. Entretanto, além dos problemas específicos da arqueologia, freqüentemente problemas de outras áreas constituem-se em motivo de estudo da arqueologia. Exemplifique-se como problemas relativos, a paleonutrição, a paleobotânica, a paleopatologia, a paleoclimatologia, a estratigrafia, dentre outros.

Por outro lado, a utilização do método científico no trato dos elementos vestigiais da cultura, gradativamente, importa técnicas de outras áreas do saber, incorporando para a interpretação de seus dados, análises de outras áreas do conhecimento. Atualmente a abordagem interdisciplinar presente na pesquisa arqueológica, representa a ampliação da gama de informações resgatáveis em um sítio arqueológico. Deste modo, suas fontes não mais se restringem a elementos produzidos pelo homem, mas abrangem ainda outros elementos contidos no registro arqueológico. O procedimento interdisciplinar não significa apenas a absorção, por parte da arqueologia, dos conhecimentos oriundos das demais áreas, mas sim sua integração a um processo de retroalimentação do conhecimento científico. Do mesmo modo que faz uso de conhecimentos gerados por outras áreas, a pesquisa arqueológica gera novas fontes de informações para estas mesmas áreas.

O produto de uma pesquisa arqueológica, necessariamente relaciona-se com o entendimento da sociedade estudada, assim como do meio ambiente a ela relacionado. Entretanto, estes resultados muitas vezes transcendem os aspectos puramente científicos, como se verá adiante.

O homem, como constante e contínuo inquiridor, sempre procurou explicar-se a si próprio. Suas origens, de onde veio, o que produziu, como produziu, sua razão de ser, etc.. Antes, todas as respostas a estas questões que extrapolavam o lapso temporal de domínio da documentação textual eram encontradas em explicações místicas provenientes das mais diferentes cosmogonias. Os mitos, as sagas e as lendas, evidentemente relacionadas ou originárias da tradição oral, envolviam quase sempre um núcleo histórico. O contínuo repassar ou o repassar objetivando o reforço de uma ideologia conduz a um esperado distanciamento dos fatos. A arqueologia tem conduzido à obtenção de respostas, em bases científicas, a grande parte destas preocupações. Por outro lado, nem todo o conhecimento humano é constituído pelo conhecimento científico. As várias modalidades de conhecimento como o popular, o religioso, o filosófico, interagem com o conhecimento científico. É sob este aspecto que a porção do conhecimento científico, oriundo da arqueologia, transcende a si própria interagindo com os demais.

É inegável que algumas descobertas arqueológicas abalaram aspectos do conhecimento religioso, bem como do filosófico. As informações introduzidas pela arqueologia provocaram a busca de novas interpretações, de modo a que houvesse um certo "equilíbrio" entre a "verdade arqueológica" e suas respectivas "verdades". É entretanto o conhecimento popular o 'meio de cultura' mais propício à proliferação de explicações fantasiosas para as descobertas arqueológicas. A imaginação fértil, associada a um fascínio pelo misterioso, tem criado explicações verdadeiramente fantásticas para os achados arqueológicos. Estas explicações, freqüentemente têm prejudicado a prática arqueológica bem como a imagem da própria arqueologia perante a sociedade. Tais explicações inegavelmente estão relacionadas à memória social.

A memória tem sido objeto de estudo das mais variadas áreas do conhecimento em diferentes épocas. Do ponto de vista de uma abordagem tanto histórica, quanto arqueológica, o entendimento da memória, em seu mais amplo sentido, torna-se de substancial interesse para o desenvolvimento destas áreas. Ressalte-se, inclusive, que do ponto de vista desta abordagem torna-se imperioso não apenas o entendimento da memória, mas ainda de suas perturbações. O papel exercido pela memória na constituição de fontes, é consideravelmente influenciado por diferentes tipos de perturbações, destacando-se entre elas a amnésia, como ressaltaram, Meudlers, Brion e Lieury em 1971[12]. Changeux[13], em 1971, destacou que o processo de ordenação dos vestígios relaciona-se diretamente com o processo de memória humana. Demonstra inclusive que este complexo processo transcende à ordenação, permitindo uma re-leitura destes mesmos vestígios.

Em todas as sociedade humanas encontra-se presente o "ato narrativo" que constitui-se na transmissão a terceiros de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto. É portanto, o "ato narrativo" na concepção de Pierre Janet o ato mnemônico fundamental. Este ato exige além de uma ordenação dos fatos uma capacidade de abstração. Como o "ato narrativo" exige uma linguagem de expressão, pode-se afirmar, em concordância com Henri Atlan[14], que existe uma aproximação entre linguagens e memórias. Para este autor, inclusive, "a utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da

---

[12] MEUDLERS, M.; BRION, S. & LIEURY, A. "Mémoire". Encyclopaedia Universalis, vol. X, **Encyclopaedia Universalis** France, Paris, 1971, pp. 785-91.

[13] CHANGEUX, J. P. Discussion a J.-P. Changeux e A. Danchin, **Appendre par stabilisation sélective de synapses en cours de développement**. Morin e Piattelli Palmarini, 1974, pp. 351-57.

[14] ATLAN, Henri. **Consciende et désirs dans des systèmes auto-organisateus**. In: Morin e Piattelli Palmarini, 1974, pp. 449-65.

nossa memória, que graças a isto, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar entreposta quer nos outros quer nas bibliotecas".

Em uma notável contribuição ao estudo da memória, Leroi-Gourhan[15] considera a existência de três tipos de memória: a memória específica, a memória étnica, e a memória artificial. Entende, aquele autor, como memória específica, aquela responsável pela fixação do comportamento animal, algo relacionado com a programação genética de cada espécie. A memória étnica seria responsável "pela reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas"; enquanto que, a memória artificial relacionar-se-ia com a eletrônica, com a cibernética.

Trabalhos mais recentes, sobretudo na área da psicanálise, preocuparam-se com as relações existentes entre o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura, e a memória individual, sobretudo através de manipulações conscientes ou inconscientes. Observou-se também que a manipulação da memória coletiva relaciona-se com a luta pelo poder. Observa Le Goff, que os "esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação de memória coletiva"[16].

Para o estudo da memória histórica observa ainda Le Goff, que "é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita e as fases de transição da oralidade à escrita"[17]. Para o estudo da memória oral torna-se imprescindível as colocações de Nadel[18] relativas aos Nupe da Nigéria. Segundo as observações deste

---

[15] LEROI-GOURHAN, André.. O gesto e a palavra. 2- **Memória e Ritmos**. Col. Perspectivas do Homem, n. 18. Porto, Edições 70, 1987, 247 p.

[16] LE GOFF, Jacques. Memória. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, Memória-história. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50.

[17] idem.

[18] NADEL, S. F., A black Byzantium. The kingdom of Nupe. **Nigeria.**, Oxford University Press. London, 1942

autor haveria dois "tipos" de história; a objetiva e a ideológica. A história objetiva seria "a série de fatos que nós, investigadores, descrevemos e estabelecemos com base em certos critérios "objetivos" universais no que respeita às suas relações e sucessão. A história ideológica, que Le Goff considera "memória coletiva" seria para Nadel "a que descreve e ordena os fatos de acordo com certas tradições estabelecidas"[19]. Esta história tenderia a confundir a história com o mito, buscando explicar a origem das sociedades através de uma memória caracterizada por uma maior liberdade e criatividade.

Algumas das características da "história ideológica" de Nadel, associadas às observações referentes a "amnésia coletiva" de Le Goff, instigam o arqueólogo a elaborar algumas considerações acerca do monumento arqueológico, quer histórico quer pré-histórico. Instigam sobretudo o desempenho do arqueólogo diante da memória social. Um monumento do passado que chegou aos dias atuais intacto, ou sob forma de ruína, constitui-se em um elemento da memória coletiva desta sociedade. Tentaremos pois, entender alguns aspectos fundamentais desta "memória", com relação ao monumento, à luz das considerações acima expostas.

Um monumento, um forte por exemplo, constitui-se materialmente em uma realidade do presente para a sociedade atual. Entretanto, inegavelmente, este mesmo monumento traz consigo, desde o período de sua construção, elementos que agregam-se sucessivamente à memória coletiva. Esta agregação de elementos à memória coletiva dá-se através de uma conjugação de processos sociais dos mais diferentes matizes. A implantação dos sistemas coloniais nas Américas, por exemplo, aporta uma documentação textual que se refere não apenas à sociedade européia transplantada, mas ainda às sociedades nativas

---

[19] op cit.

ágrafas, cujas memórias seriam até então essencialmente orais, exceto por manifestações pictóricas. Entre estas manifestações podem se incluir as gravuras e pinturas tanto rupestres quanto corporais, a "decoração" da cerâmica ou de instrumentos de madeira.

Do ponto de vista da amplitude tratada, a documentação textual relativa à fixação de europeus nas Américas, e suas relações com o novo ambiente a ser explorado, freqüentemente apresenta-se fragmentária. Seja por conservação, seja por extravios e danos nos transportes, destruição por fatores naturais, destruições intencionais, enfim toda gama de fatores que atingem de um modo geral a documentação histórica. Fragmentária, ainda, pela própria natureza das informações registradas. A triagem natural dos temas a serem registrados, que não necessariamente representa uma omissão intencional, mas que, quase sempre, se relaciona com a própria natureza do fato, restringe significativamente o universo das informações registradas - a memória escrita.

Por outro lado, o registro documental das novas sociedades americanas representa uma visão unilateral, mesmo quando se refere a assuntos relativos às sociedades nativas. As abordagens das sociedades nativas através da documentação textual, necessariamente representam uma interpretação exercida por elementos da sociedade européia, constituindo-se em uma fonte a ser complementada.

Do mesmo modo, a abordagem da própria sociedade colonial abrangida pela documentação textual, não necessariamente atinge a totalidade dos aspectos destas sociedades. Muitas das informações do cotidiano estão contidas, implícita ou explicitamente, na documentação, entretanto outros aspectos do comportamento destas sociedades não chegam ao presente através do registro textual. São freqüentes, por exemplo, os casos em que se constata divergências entre estruturas projetadas e a atual configuração destas estruturas. Freqüentemente as pesquisas arqueológicas têm demonstrado que projetos não foram

"amnésia" com relação à "memória oral", embora restem alguns registros de sua "memória escrita". O Forte Real do Bom Jesus, que deu origem ao Arraial Velho do Bom Jesus, local de grande e efetiva resistência ao invasor holandês, marco referencial da história social de uma época, não possui praticamente registro na "memória oral" da sociedade pernambucana, apenas a estrada que lhe dava acesso permaneceu com seu antigo nome (Estrada do Arraial), mas que a população não associa ao monumento. A Fortaleza de Santa Cruz, construção portuguesa, é popularmente conhecida como Forte de Orange, denominação de um antigo forte de construção holandesa, que existia no local, e que restou fixado na "memória oral". Uma pequena construção abaixo do nível do piso, encontrada no refeitório deste Forte foi re-interpretada e sucessivamente transmitida como sendo a entrada de um conjunto de subterrâneos que dariam acesso a Igarassu e Olinda, e que em seu interior 'encontram-se grandes riquezas, enterradas pelos holandeses'. O sistema de esgoto ao qual se achavam interligadas várias construções religiosas em Olinda, segundo a tradição popular, seriam túneis que interligariam diversos conventos de modo a permitir encontros amorosos entre padres e freiras. A cisterna do Forte de Óbidos, no Pará, foi registrada pela "memória oral" como sendo uma câmara de torturas. Monumentos pré-históricos que apresentam painéis de pintura rupestre são re-interpretados como "mapas de tesouros dos holandeses". Como estes exemplos, inúmeros outros poderiam ser citados para demonstrar a dicotomia existente entre a "memória oral" e a "história objetiva", bem como à "amnésia coletiva" relativa a diversos eventos.

No caso particular da arqueologia histórica brasileira, são comuns versões extraordinárias sobre as façanhas dos jesuítas no sul do país, bem como dos holandeses no Nordeste. Incluem-se, botijas, tesouros, cidades perdidas, túneis de fuga, túneis para colóquios amorosos entre padres e freiras, dentre muitos outros que conduzem curiosos e

"amnésia" com relação à "memória oral", embora restem alguns registros de sua "memória escrita". O Forte Real do Bom Jesus, que deu origem ao Arraial Velho do Bom Jesus, local de grande e efetiva resistência ao invasor holandês, marco referencial da história social de uma época, não possui praticamente registro na "memória oral" da sociedade pernambucana, apenas a estrada que lhe dava acesso permaneceu com seu antigo nome (Estrada do Arraial), mas que a população não associa ao monumento. A Fortaleza de Santa Cruz, construção portuguesa, é popularmente conhecida como Forte de Orange, denominação de um antigo forte de construção holandesa, que existia no local, e que restou fixado na "memória oral". Uma pequena construção abaixo do nível do piso, encontrada no refeitório deste Forte foi re-interpretada e sucessivamente transmitida como sendo a entrada de um conjunto de subterrâneos que dariam acesso a Igarassu e Olinda, e que em seu interior 'encontram-se grandes riquezas, enterradas pelos holandeses'. O sistema de esgoto ao qual se achavam interligadas várias construções religiosas em Olinda, segundo a tradição popular, seriam túneis que interligariam diversos conventos de modo a permitir encontros amorosos entre padres e freiras. A cisterna do Forte de Óbidos, no Pará, foi registrada pela "memória oral" como sendo uma câmara de torturas. Monumentos pré-históricos que apresentam painéis de pintura rupestre são re-interpretados como "mapas de tesouros dos holandeses". Como estes exemplos, inúmeros outros poderiam ser citados para demonstrar a dicotomia existente entre a "memória oral" e a "história objetiva", bem como à "amnésia coletiva" relativa a diversos eventos.

No caso particular da arqueologia histórica brasileira, são comuns versões extraordinárias sobre as façanhas dos jesuítas no sul do país, bem como dos holandeses no Nordeste. Incluem-se, botijas, tesouros, cidades perdidas, túneis de fuga, túneis para colóquios amorosos entre padres e freiras, dentre muitos outros que conduzem curiosos e

caçadores de tesouros a cavar, derrubar paredes, na busca de suas fantasias, e que poderiam transformar-se em milhares de páginas desta "arqueologia paralela".

A arqueologia histórica, por intervir em uma área povoada por conceitos preestabelecidos, com fortes vínculos com a memória coletiva, ou com a história ideológica, que em geral não apresenta limites rígidos entre a história e o mito, vê-se freqüentemente confrontada com esta memória de ampla liberdade de criatividade. Por outro lado, pelo fato de grande parte dos sítios históricos encontrarem-se em áreas que continuam povoadas, as pesquisas neles desenvolvidas tendem a despertar a curiosidade de um grande número de pessoas, a serem assistidas de perto pela população, atraída pelos trabalhos. Cabe, portanto, aos pesquisadores a missão de, além de estabelecer suas interpretações, desenvolver um trabalho de extensão, voltado para um maior esclarecimento da população, de modo a permitir um maior intercâmbio entre estas duas modalidades de conhecimento. Neste particular, entretanto, esta missão deverá ser estendida aos especialistas de outras áreas do saber, incluindo-se aqueles que se dedicam à restauração.

A contribuição da arqueologia para outras áreas do conhecimento se dá em diferentes níveis. A par da contribuição científica, relacionada à elucidação de problemas científicos, a pesquisa arqueológica traz à luz fontes confiáveis para os estudos de outras áreas. Tais fontes podem ser consideradas como uma produção técnica da arqueologia, uma vez que decorrem do emprego de técnicas arqueológicas na abordagem do sítio, resultando no fornecimento de dados, ou mesmo de informações de natureza técnica, a outras áreas.

Deste modo, a produção técnica, constitui-se em uma decorrência das preocupações científicas da arqueologia, não podendo, entretanto, constituir-se em sua essência, como já ocorreu outrora. Esta diferença, aparentemente sutil, é de significativa importância para o entendimento

dos objetivos, da contribuição da arqueologia ao conhecimento. Nestes termos, o estudo de um sítio histórico sendo desenvolvido apenas com o objetivo de resgatar aspectos de natureza técnica, ou artística, terá perdido de forma irremediável a possibilidade de resgate das relações entre os elementos do registro arqueológico, o que permite um maior acesso ao entendimento da sociedade, objeto principal do estudo arqueológico.

A produção técnica da arqueologia é uma conseqüência natural de suas preocupações científicas. Uma escavação arqueológica, portanto, cientificamente conduzida, necessariamente oferecerá um rigoroso controle da distribuição espacial dos elementos que constituem o conjunto, permitindo uma avaliação tanto cronológica, quanto de suas relações com o monumento e seus arredores. Este controle espacial é materializado de forma tridimensional de modo a permitir a localização de todos os dados encontrados, o que permite seu tratamento e posterior transformação em informação.

A pesquisa arqueológica conduzida sob uma ótica científica, deverá ter como objetivo responder a questões, cientificamente formuladas. Para o restaurador, no entanto, interessa mais de imediato os aspectos decorrentes do objeto formal da arqueologia, ou seja de sua prática operacional.

O estudo dos elementos materiais da cultura e suas relações entre si e com o meio ambiente, permite ao arqueólogo penetrar e interpretar parte dos diversos subsistemas de um sistema cultural. Este procedimento, no entanto, passa necessariamente por aspectos técnicos do sistema estudado e constitui-se em um dos segmentos de um projeto da pesquisa arqueológica. É justamente este aspecto o que se afigura de maior significância para o restaurador.

Os recursos técnicos de que dispõe a arqueologia para desenvolver um projeto de pesquisa, permite a detecção de um conjunto bastante amplo e objetivo de informações indispensáveis ao trabalho do

restaurador. De modo complementar à documentação textual ou iconográfica, o arqueólogo poderá fornecer ao restaurador, informações concretas quanto às diferentes etapas construtivas do monumento.

Ressaltamos mais uma vez que estes dados não se constituem no objetivo central de uma pesquisa arqueológica. Entretanto como a arqueologia testa as suas hipóteses, bem como estabelece as suas conclusões em função do estudo das relações entre os elementos materiais da cultura, obviamente estes dados necessariamente afloram antes da etapa final de uma pesquisa arqueológica. São exatamente estes dados que têm significativa importância para o trabalho do restaurador.

Caso a documentação textual correspondesse sempre à realidade, não seria difícil aos arquitetos elaborarem um projeto de restauração. Bastaria uma consulta às plantas e textos e seria obtida a feição do monumento no período desejado. Na prática, observa-se que nem sempre ocorre esta justaposição de informações. Ou seja, nem sempre, ou na maioria das vezes, a construção foi realizada conforme as plantas existentes. Sofrem modificações ao longo da obra, decorrentes das mais diversas razões: falta de recursos, falta de capacitação técnica da mão de obra, fatos novos relacionados com a estratégia administrativa ou militar, e muitos outros. Por esta razão, e por termos constatado este fenômeno ao longo de mais de duas décadas de escavações em monumentos, é que temos a certeza da necessidade da realização de uma escavação arqueológica em fase anterior à elaboração de um projeto de restauração de um monumento, e da amplitude que pode assumir esta contribuição.

Os resultados práticos da interação da pesquisa arqueológica e das análises histórica e arquitetônica, podem ser evidenciadas através dos resultados obtidos na restauração da Igreja de Nossa Senhora da Graça.

Um outro aspecto a ser ressaltado em relação ao resultado das pesquisas arqueológicas ali realizadas, diz respeito à recuperação não

apenas de dados relativos ao monumento em si, mas ainda à recuperação de peças de valor artístico-religioso-histórico, que remontam ao século dezesseis[20].

Em virtude destas peças terem sido recuperadas através da pesquisa arqueológica e, portanto, relacionadas em seu contexto, foi possível não apenas sua identificação cronológica do ponto de vista de sua feitura, mas sobretudo se pôde inferir a cronologia do descarte, o que trouxe valiosa contribuição no que se refere ao entendimento do contexto social, mormente durante a ocupação holandesa. Aquela primeira fase do projeto de pesquisa arqueológica na Igreja de Nossa Senhora da Graça, atendeu ao que considero os objetivos técnicos[21] da arqueologia histórica; em seguida, outras experiências foram realizadas, apresentando igualmente resultados satisfatórios. Sob esta visão, foi de significativa importância a contribuição técnica da arqueologia. Diferentes áreas do conhecimento beneficiam-se desta contribuição, dentre elas, especialmente a arquitetura, face a intercambialidade de conhecimentos, sobretudo voltados à restauração de monumentos.

Evidentemente os resultados obtidos através da pesquisa arqueológica, não substituem a análise estética dos objetos a ser executada pelo historiador da arte. Antes, fornece-lhe elementos complementares que subsidiarão a pesquisa. No caso particular da pesquisa arqueológica na Igreja de Nossa Senhora da Graça, houve uma junção de diferentes saberes. A pesquisa histórica, textual e iconográfica, a história da arte, a arquitetura e a arqueologia interagiram

---

[20] "Várias imagens são referidas por Serafim Leite em sua história como anteriores ao domínio flamengo. Junto com os restos do retábulo, encontrados pelas pesquisas arqueológicas, se estavam pedaços de quatro imagens em pedra: duas com corpo, inteiro, degoladas; um meio corpo também sem a cabeça e um pedaço de cabeça da última, da qual não se encontrou o corpo. Pelas dimensões poderiam ser do retábulo mor destruído. São imagens de excelente feitura e talvez as mais antigas existentes, atualmente no Brasil. A vestimenta além de suas características artísticas nos fazem remontá-las aos anos finais do século XVI, comparando-as ainda com as imagens portuguesas desse século." MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976:54.

[21] ALBUQUERQUE, Marcos. 1993

em fase anterior às obras de restauração que tiveram lugar naquele monumento.

Ainda que o objetivo central, inicial, da pesquisa arqueológica na Igreja de Nossa Senhora da Graça, tenha sido o fornecimento de dados para a restauração do monumento, os resultados obtidos transcenderam o estritamente voltado para a restauração. Além do estabelecimento de correlações entre as sucessivas modificações ocorridas ao longo do tempo, com as inerentes conotações espaço-temporais, afloraram inúmeros outros aspectos que se encontravam mergulhados no silêncio estratigráfico dos primeiros séculos da história do Brasil[22]. Aspectos compreendidos entre os objetivos científicos da arqueologia.

Com base nos dados históricos, a Igreja de Nossa Senhora da Graça em Olinda, como sítio arqueológico, representa um assentamento do primeiro século da colonização portuguesa, que se manteve com ocupação praticamente contínua ao longo de quase cinco séculos. As transformações ocorridas nas relações entre os países, nas relações da Igreja, no conhecimento das "fronteiras" do mundo, ao longo deste período não poderiam deixar de trazer seus reflexos ao sistema colonial português no Brasil. Mesmo a religião, freqüentemente mais conservadora que outros elementos sociais, sofreu, no período, marcantes transformações no sentido de suas relações com os demais subsistemas. Ao longo do período colonial, e mais tarde, após a independência do Brasil, a igreja foi utilizada, sofrendo eventualmente algumas modificações. Durante todo o período de utilização, foi preservada a função relacionada aos ofícios religiosos. Entretanto, a história da Igreja de Nossa Senhora da Graça mostra etapas de orientação diferenciada em suas atribuições. Tais diferenciações decorrem sobretudo por ela se relacionar inicialmente com o Colégio

---

[22] ALBUQUERQUE, Marcos. Escavações arqueológicas... **CLIO**, Revista...1980:90.

dos Jesuítas, e posteriormente, sob a égide da Mitra, ao Seminário de Olinda. O Seminário, por seu turno, conheceu também orientações distintas: no período entre 1798 e 1826, recebia alunos para o ensino teológico - os seminaristas internos -, bem como, alunos interessados exclusivamente no estudo de línguas, da retórica, e mesmo das ciências naturais e da geometria, os "alunos externos", sem vinculação ao sacerdócio. Posteriormente, passa a abrigar apenas o ensino teológico.

Por outro lado, ainda no primeiro século da história da Igreja de Nossa Senhora da Graça, já em sua configuração atual, a igreja sofre um período de abandono. É abandonada quando, no período florescente da Vila de Olinda, se dá a invasão holandesa em Pernambuco. Por breve lapso de tempo, as instalações do Colégio dos Jesuítas foram ocupadas por tropas holandesas[23] ; posteriormente, em decorrência do incêndio da Vila, a igreja permanece abandonada. São desta época as pilhagens realizadas nas ruínas de Olinda, que carreiam para as construções que se faziam no Recife, as pedras[24] dos edifícios da Vila incendiada.

Ainda que outros templos católicos tenham sido à época transformados para atender ao culto calvinista, não existem referências que sugiram ter sido a Igreja de Nossa Senhora da Graça utilizada como templo pelos holandeses.

O estudo arquitetônico desenvolvido sob a ótica da história da arte, realizado por Menezes [25], conclui que a estrutura básica da feição atual da Igreja de Nossa Senhora da Graça, corresponde, apesar de modificações posteriores, ao plano traçado, e executado pelos jesuítas. Estando a Igreja quase concluída em 1591, o incêndio ateado à Vila de

---

[23] COSTA, F. A. Pereira da. 1983, I:431.

[24] O termo "pedra" será aqui utilizado, de forma genérica, para referir-se indistintamente aos diferentes tipos de rocha utilizados na construção de alvenarias. Em consonância com a documentação textual, expressão "obras de pedra e cal", refere-se às construções em alvenaria de pedra com argamassa à base de cal. N.A.

[25] MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976.

Olinda em 1631, durante a ocupação holandesa, atingiu-a. Aquela que fora considerada pelos holandeses como a obra mais importante da Vila, teria, segundo os relatos da época, sido transformada em ruínas. Entretanto, a iconografia coeva contradiz os textos. Lúcio Costa[26] analisando a arquitetura jesuítica no Brasil chama a atenção para uma gravura de Franz Post, executada com base em seus esboços realizados quando de sua permanência no Novo Mundo, e publicada por Barléus (Figura 7). Nesta gravura se apresenta a estrutura da Igreja praticamente intacta, ainda que o telhado tenha sido duramente atingido. Outras construções da vila de Olinda da época, após o incêndio, estão também representadas nas gravuras, muitas delas efetivamente em estado de ruínas.

Considerando-se a seqüência de ocupação da Igreja de Nossa Senhora da Graça ao longo destes quatro séculos, resgatada através da documentação textual, o estudo arqueológico deste sítio apresenta dois pontos fundamentais a serem postos em relevo: o primeiro deles se refere à questão espacial, enquanto que o segundo diz respeito a questões de transformação social. Quanto à questão espacial, pelo menos a partir de 1592 a localização da igreja corresponde à atual, bem como seus limites e estrutura arquitetônica fundamental. Por outro lado, da estrutura primitiva, a Ermida de 1551, da qual se teria originado a Igreja, ou melhor que a teria precedido, não se dispõe, nas fontes textuais consultadas, de elementos que permitam afirmar se teria sido localizada na mesma área que a sua sucessora.

Quanto aos aspectos relacionados à mudança cultural, tem-se, que as modificações produzidas ao longo do tempo referem-se a uma mesma sociedade, em diferentes períodos. Constitui-se, portanto, praticamente

---

[26] "(...) no panorama de Franz Post, aqui reproduzido, observa-se muito claramente que os danos causados pelo incêndio - da mesma forma que em Lisboa com o terremoto - não foram de molde a desmantelar o edifício" COSTA, Lúcio. 1978 (1941) p. 25.

em um contínuo de uma mesma cultura. Vale ressaltar, que não se pretende obscurecer que esta mesma sociedade, em diferentes momentos, tenha recebido influências externas. Influências estas, diretamente relacionadas ao papel desempenhado por Portugal e sua colônia, no Sistema Mundial.

Em períodos mais recentes, durante o primeiro quartel do século dezenove, com a independência do Brasil de Portugal, a própria continuidade do regime de governo e a manutenção de grande parte das estruturas sociais, possivelmente não traria de imediato maiores rupturas na estrutura e funcionalidade daquela unidade religiosa. Mesmo a proclamação da República não parece ter produzido uma ruptura marcante, e sim, uma transformação gradual nas relações das instituições religiosas. Deste modo, tem-se que ao longo da ocupação da Igreja de Nossa Senhora da Graça, na sua feição de 1592, apenas dois momentos de descontinuidade de ocupação foram registrados. O primeiro, após o incêndio da Vila de Olinda (1631-1654); o segundo, após a expulsão dos jesuítas em 1760. Tendo sido os bens dos jesuítas confiscados pela Coroa, foram, o Colégio e a Igreja, transferidos para a Mitra em 1796. Em 1797, com a execução das "obras novas", teve início a instalação do Seminário de Olinda.

Em ambas as oportunidades, a reocupação se fez através de grupos integrantes de um mesmo sistema cultural.

Vale ressaltar ainda, que durante o período compreendido entre o início da presença jesuítica em Olinda (1551), e as retomadas da missão (1562 e 1569), as estruturas arquitetônicas então existentes não correspondiam à atual. Tratava-se inicialmente de uma ermida, supostamente em taipa. Neste período, outras construções sucederam à ermida. Reparos e ampliações foram registradas nos anos de 1562 e 1585/97, compreendendo portanto, modificações na estrutura arquitetônica do templo. Por outro lado, foram ainda registrados no período, dois momentos de desocupação, que correspondem aos anos de

1552/60 e de 1567/69, quando questões de ordem política, impeliram os jesuítas a abandonar Pernambuco.

Deste modo, a Igreja de Nossa Senhora da Graça será abordada, como registro arqueológico decorrente de uma ocupação contínua, em que se considerará os breves períodos de desocupação. Considerar-se-á ainda, as modificações sofridas por este sistema cultural ao longo do tempo, e as conseqüentes alterações funcionais delas decorrentes.

A abordagem adotada no estudo de sítios arqueológicos históricos esteve ao longo da história da arqueologia brasileira, voltada inicialmente para os estudos de contacto inter-étnico. Tais estudos praticamente restringiam-se a analisar e a posicionar cronologicamente o material indígena associado. Algumas tentativas tímidas foram feitas no sentido de avaliar as relações de fato existentes entre aqueles grupos, o dos colonizadores e os de nativos[27].

Posteriormente, a abordagem da arqueologia histórica se voltou a analisar as modificações impostas a monumentos, ao longo dos anos, visando o fornecimento de dados para a restauração. Evidentemente ambas as abordagens representam contribuições importantes e que devem ser avaliadas considerando-se a conjuntura geral dos estudos arqueológicos no Brasil à época. Por outro lado, a ampliação dos níveis de expectativa do potencial dos dados arqueológicos tem re-direcionado a abordagem do sítio arqueológico. Neste tocante, a introdução da análise sistêmica permitiu a reformulação de vários conceitos anteriormente adotados pela arqueologia. Uma importante contribuição à sistematização de uma teoria arqueológica tem sido proporcionada através do estudo de sítios arqueológicos históricos. Estes estudos têm-se caracterizado pela utilização de dados arqueológicos para inferir as atividades e as organizações do passado cultural, tomando por base

---

[27] ALBUQUERQUE, Marcos. op. cit. 1969 e 1984

conceitos de processo de constituição do registro arqueológico através das atividades desenvolvidas pelos grupos, interagindo com os processos naturais.

A proposta de abordagem de um sítio arqueológico histórico apresentada por South[28] e que tem sido utilizada por diferentes autores, tem proporcionado um amplo campo de utilização, de dados arqueológicos no estudo do sistema colonial britânico na América do Norte. No Brasil, algumas tentativas preliminares foram desenvolvidas por Albuquerque e Lucena[29], o que, evidentemente, ainda não permite o estabelecimento de relações inter-sítios. Por outro lado, esta proposta se constitui de um corpo coerente de idéias, que permite a análise de diferentes subsistemas representados através do registro arqueológico.

Nos termos da abordagem proposta por South[30], um sistema cultural como o colonial britânico na América do Norte é constituído por diferentes elementos funcionais, que apresentam graus diferenciados de integração com o sistema cultural. Com base na proposta apresentada por South, e, considerando-se evidentemente as diferenças existentes entre os sistemas culturais de uma e outra áreas, a abordagem adotada no estudo arqueológico da Igreja de Nossa Senhora da Graça considera-a como uma unidade funcional religiosa, inicialmente integrando a Vila de Olinda, que como elemento funcional do sistema colonial português está relacionado com o sistema mundial[31]. A relativa manutenção de sua estrutura física (total ou parcialmente), a preservação das funções religiosas, a continuidade da ocupação da igreja ao longo do

---

[28] SOUTH, Stanley. Historic Site...1979.

[29] ALBUQUERQUE, Marcos e LUCENA, Veleda. **Forte Real...**1988.

[30] " (...) we are dealing with a system, such as the British colonial system in the eighteenth century. This system is made up of 'functional elements', such as towns, plantations, forts, and farms, which are often called sites. These functional elements are made up of 'subsystems units' such as houses, smokehouses, kitchens, and brothels. These subsystems units are also known as sites." SOUTH, op. cit. 1979.

[31] WALERSTEIN, Immanuel. **The Modern...**1979.

extenso período, conduziram a considerá-la como um único sítio arqueológico histórico. As considerações tecidas acerca da continuidade de ocupação da igreja, praticamente desde o século dezesseis até o vinte, com a manutenção de no mínimo parte de seus elementos de constituição, enfatizam a necessidade de se tratar a igreja como um único sítio arqueológico, ainda que não seja negligenciado o fato de terem ocorrido significativas transformações no sistema cultural. As distinções relacionadas às modificações no sistema cultural deverão emergir do próprio registro arqueológico, sendo portanto assinalados no decorrer do trabalho. Do ponto de vista operacional não seria possível traçar previamente uma separação entre os dados arqueológicos provenientes de um e outro sistemas culturais, assim como não se poderia cogitar em privilegiar uma gama de dados em detrimento de outra.

Quanto ao que se refere à questão operacional da pesquisa arqueológica, buscou-se analisar o sítio, com base em seu conteúdo, e estrutura. Entende-se como conteúdo do sítio:

a- os artefatos - objetos produzidos ou utilizados pelo grupo, e relacionados a diferentes subsistemas;

b- estruturas arquitetônicas - elementos da tecnologia de construção, ou seus remanescentes, identificados no sítio;

c- estruturas relacionadas às diferentes atividades;

d- a estratigrafia - resultante da interação entre as atividades exercidas sobre a superfície ocupada e a própria constituição daquela superfície.

A estrutura do sítio corresponde aos dados relacionais, e está representada por padrões de distribuição espacial e pelas associações entre os diferentes elementos de conteúdo[32].

Nestes termos, pode-se inferir que os aspectos relativos às mudanças culturais operados ao longo desses quase cinco séculos, que foram discutidas anteriormente, conduzem a uma expectativa de que seus reflexos na igreja se tenham feito sentir através do conteúdo e estrutura do sítio.

Do ponto de vista da constituição do registro arqueológico, alguns aspectos permitem supor que a atuação dos componentes antrópicos teriam tido uma ação preponderante sobre os componentes naturais, na constituição deste sítio:

a- a área pesquisada corresponde àquela limitada pelas estruturas arquitetônicas da igreja, trata-se portanto de uma área protegida da ação natural;

b- durante o período considerado no estudo, teria havido praticamente um contínuo de ocupação;

c- as estruturas não teriam sido removidas durante as breves desocupações.

Deste modo é lícito se supor uma forte correlação entre o comportamento do grupo e a formação do registro arqueológico. Ressalte-se, entretanto, que não se pretende, com esta afirmação, estabelecer uma relação direta entre as áreas de atividades e o local do registro, assunto que será discutido mais adiante. Admite-se apenas que a existência do registro, implica em considerá-lo como resultante de um comportamento humano, admitindo-se a baixa participação dos componentes não culturais neste sítio.

---

[32] SOUTH, Stanley. Historic Site... 1979:214.

A Igreja de Nossa Senhora da Graça, integrante do conjunto do Real Colégio dos Jesuítas de Olinda, se constitui, nos dias atuais, em um dos poucos remanescentes que, reconhecidamente através da documentação textual e iconográfica, encerram uma estrutura arquitetônica quinhentista. Na realidade, a Igreja de Nossa Senhora da Graça corresponde ao mais antigo monumento jesuítico do Brasil que foi preservado, e do qual se dispõe de documentação[33]. Outras edificações do mesmo período, ou um pouco mais antigas, como é o caso dos Colégios dos Jesuítas no Rio de Janeiro e na Bahia, foram destruídos, conforme se pode apreender do trabalho de Menezes[34].

As pesquisas arqueológicas históricas, que no Brasil começam a ser desenvolvidas no final da década de 60 e nos anos 70[35], estiveram neste período, como foi mencionado, voltadas basicamente aos estudos do contacto inter-étnico e ainda para o resgate e a recuperação de dados com vistas a restauração de monumentos. Apesar do direcionamento enfeixado primordialmente para a Igreja de Nossa Senhora da Graça,

---

[33] "Esta igreja de Olinda, projetada pelo arquiteto jesuíta Francisco Dias, um dos colaboradores de Filipe Terzi (...) é, pois, a única igreja jesuítica quinhentista, com pedegree, ainda existente no Brasil, (...)". COSTA, Lúcio, Arquitetura Jesuítica no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 5. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde.(1941) 1978 P. 27.

[34] "Para as obras dos três Colégio da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, trazia o Irmão Francisco Dias já de Lisboa ordenação expressa. Mas o seu nome não tardou a soar no Brasil; e, em 1585, entrou nas estipulações entre a Câmara de Santos e os Padres da Companhia que fosse também ele o arquiteto. A Igreja de Santos, do risco de Francisco Dias, construída pelo ano de 1600 durou quase um século. Outra Igreja que também já não existe, foi a do Rio de Janeiro no Morro do Castelo, e, entre as do arquiteto Jesuíta, a que se edificou em primeiro lugar (...). Durou mais de 300 anos, até que já neste Século XX se demoliu o Morro do Castelo, com o qual desapareceu o que havia de mais histórico no Rio de Janeiro, a sua 'Acrópole Sagrada', autorizada expressão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na ordem da construção, a segunda igreja de Francisco Dias no Brasil foi a de Pernambuco, ou seja, a do Colégio de Olinda (...) Durante a invasão holandesa incendiou-se Olinda (1631) e cuidavam todos que a Igreja se tivesse desmoronado. Mas um quadro coevo de Franz Post mostra, sobranceiras ao arrasamento geral, intactas e de pé as paredes da Igreja. E do exame técnico do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Direção do Dr. Rodrigo de M. F. de Andrade) se concluiu modernamente pela identificação da actual com a antiga." MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...**1976:65-6.

[35] ALBUQUERQUE, Marcos **O Sítio Arqueológico...**1969, **Subsídios ao estudo...**1982, **Contacto euro-indígena...**1984.

não escapou aos pesquisadores a importância dos estudos voltados à compreensão da sociedade que o construiu[36].

Deste modo, tem-se que a análise do material arqueológico constituinte do sítio Igreja de Nossa Senhora da Graça, realizada na década de 70, buscou explorar prioritariamente aspectos relacionados à estrutura física do monumento, em conformidade com os objetivos de então, vinculados à constituição de um corpo de dados que suportassem os trabalhos de restauração. Entretanto, reconhecendo-se a potencialidade do farto material proveniente daquele registro arqueológico, buscou-se neste trabalho, mediante um tratamento diferenciado dos dados, uma abordagem voltada à recuperação do contexto sistêmico de constituição do sítio, ou seja, às atividades humanas que resultaram na formação do registro arqueológico.

Nestes termos, o objetivo central do trabalho foi dirigido no sentido de se buscar identificar um rol de atividades relacionadas às práticas religiosas, em diferentes momentos da sociedade brasileira - ao longo do período abrangido pela igreja -, cujo comportamento se tenha refletido através do registro arqueológico. Evidentemente não poderão ser estabelecidos padrões de comportamento através da análise de um único sítio, entretanto esta abordagem permitirá uma primeira aproximação, uma formulação preliminar para o delineamento de padrões de comportamento, através do registro arqueológico, da sociedade brasileira, a ser utilizado posteriormente a nível inter-sítios.

Portanto, o objetivo do trabalho foi buscado através da utilização dos dados decorrentes da pesquisa de campo realizada em 1974, que foram tratados de forma a permitir se estabelecer tentativamente os

---

[36] "Remontando a Igreja de Nossa Senhora da Divina Graça aos primórdios da fixação lusitana no Brasil, todo seu conteúdo arqueológico torna-se de essencial valia para a compreensão histórico antropológica desta época." ALBUQUERQUE, Marcos. **Escavações arqueológicas...**1980:90

primeiros padrões de constituição de um sítio arqueológico histórico, com base em um trabalho sistematicamente orientado.

A importância para a arqueologia da identificação de padrões de deposição que caracterizem determinados comportamentos sociais, tem sido, do ponto de vista teórico-metodológico, bastante aceita, sobretudo a partir dos trabalhos de Dickens & Bowen, 1978; Ferguson, 1977; Lewis, 1976, 1977; Schiffer[37], 1977; South 1977a[38], 1977b[39], 1979[40].

Os padrões de comportamento social gerando sistemáticas de deposição de refugo, e conseqüentemente de registros arqueológicos, permitem, através da identificação destes padrões de registro, avaliar-se o conjunto de atividades desenvolvidas, e conseqüentemente a função do sítio.

No caso da Igreja de Nossa Senhora da Graça, uma vez que se trabalha em um sítio de função conhecida, é possível se buscar a formulação das bases para a caracterização de padrões de deposição em sítios históricos do sistema colonial português.

As discussões acerca da possibilidade de aplicação de diferentes procedimentos e técnicas com vistas a se atingir os objetivos propostos, inclusive estratégias desenvolvidas para o estudo de sítios na América do Norte, e sua aplicabilidade em sítios do Brasil, têm sido levantadas por Albuquerque[41] e Lucena[42] em trabalhos anteriores.

---

[37] SCHIFFER, Michael B.1972 - Archaeological Context and Sistemic Context. **American Antiquity**, vol. 37, n. 2, p. 156-165.

[38] SOUTH, Stanley. **Method and Theory in Historical Archaeology**. New York Academic Press. 1977a

[39] SOUTH, Stanley. Archaeological Pattern of Material Culture on Hansel and Gretel. **The Modern World**. New York, Academic Press. 1977b

[40] SOUTH, Stanley. Historic Site Content, Structure and Function. **American Antiquity**, vol. 44. 1979

[41] ALBUQUERQUE, Marcos. Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, n. 5. Recife, p. 105-116. 1982.

Deste modo, os estudos arqueológicos na Igreja de Nossa Senhora da Graça estão relacionados a dois grandes blocos de objetivos. O primeiro, voltado para as obras de restauração, em que se buscou identificar as diferentes feições que apresentou a Igreja ao longo dos seus quatro séculos de existência. É a pesquisa arqueológica em sua vertente técnica, voltada para a restauração de monumentos. [43]

A partir deste estudo, pode-se resumir as obras na Igreja de Nossa Senhora da Graça em seis períodos. O primeiro deles corresponde à fase inicial da Igreja, em 1592, e o último, à feição que o templo adquiriu após os trabalhos de restauração, ocorridos em 1974, e que perdura até os dias atuais.

Os trabalhos de restauração realizados na Igreja respaldaram-se nos dados obtidos através da avaliação da documentação textual e iconográfica, nos dados obtidos com base em estudos da história da arte, e ainda com base nos dados obtidos através da pesquisa arqueológica.

Através dos dados arqueológicos foi possível evidenciar não apenas as modificações que interessaram a estrutura externa da Igreja, mas ainda as sucessivas etapas de modificações internas que sofreu o monumento. Tais modificações dizem respeito sobretudo a alterações espaciais de determinadas áreas funcionais - como o presbitério, a área pública e a mesa de comunhão. Foram evidenciadas mudanças no emprego de materiais de construção, relacionadas a cada uma das etapas de reforma da Igreja.

A abordagem de um sítio arqueológico com as características apresentadas pela Igreja de Nossa Senhora da Graça, que teve desde o

---

[42] LUCENA, Veleda, A Ocupação Humana e os Processos Deposicionais. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, n. 8. Recife, p. 169-175. (Série Arqueológica, 3). 1986.

[43] ALBUQUERQUE, Marcos. op. cit. 1993

início de sua ocupação o piso revestido, representou um desafio às técnicas de recuperação de informações para a arqueologia.

O segundo bloco de objetivos, está relacionado à abordagem científica da pesquisa arqueológica.[44] Sob esta ótica, os dados referentes às práticas funerárias, obtidos através das escavações arqueológicas no interior da Igreja, permitiram o estudo de uma ampla gama de ritos, que se relacionam a questões de mudança cultural.

Os estudos arqueológicos relativos à Igreja de Nossa Senhora da Graça, buscaram contribuir para o conhecimento das inter-relações e mudanças sociais, refletidas naquela unidade funcional do sistema colonial português no Brasil. A adoção desta abordagem dos dados arqueológicos está fundamentada na pressuposição de que existem relações entre o comportamento do grupo e a constituição do registro arqueológico. Entretanto, esta associação entre o comportamento do grupo e a constituição do registro arqueológico não pressupõe uma associação direta entre a atividade exercida e o local em que se constituiu o registro arqueológico daquela atividade. Ou seja, a distribuição espacial dos vestígios arqueológicos não necessariamente reflete a distribuição espacial das atividades passadas, como se acreditou durante a década de 60. A pressuposição de que se poderia esperar haver uma associação entre a perda, a quebra e o abandono de artefatos, e locais de atividades, e que, deste modo, a distribuição espacial das atividades se refletiria no registro arqueológico dos sítios de ocupação, representou efetivamente um passo fundamental para uma melhor captação das informações oriundas dos sítios arqueológicos[45]. Analisando a questão do relacionamento entre o contexto arqueológico e

---

[44] ALBUQUERQUE, Marcos. op. cit. 1993 p.:1

[45] "The loss, breakage, and abandonment of implements and facilities at different locations, where groups of variables structure performed different tasks, leaves a fossil record of the actual operation of an extinct society." BINFORD, op. cit. 1964 p.:425

o contexto sistêmico, embora admitindo que tenha sido este pressuposto de que o padrão espacial dos remanescentes arqueológicos refletem o padrão espacial das atividades passadas, Shiffer[46] chama a atenção para o fato de que tal assertiva não representa a totalidade dos casos, e ressalta o fato de que tais relações representam um problema digno de atenção para a arqueologia. Enfatiza ainda a necessidade de se reconhecer em que extensão e sob quais condições se processam tais relações.

Por outro lado, há que se considerar que o nível de complexidade das estruturas sociais, bem como a complexidade das inter-relações entre os diferentes subsistemas, além do grau de especificidade na distribuição das áreas de atividades e nos implementos e equipamentos utilizados pelo grupo, respondem diferentemente quanto à constituição do registro arqueológico. Tem-se, portanto, que as atividades exercidas sobre um piso de "chão batido" apresentam maiores possibilidades de deixar registro na estratigrafia - instrumentos perdidos, restos de peças, etc. - que aquelas exercidas sobre pisos de assoalho, e menos ainda aquelas exercidas sobre pisos que efetivamente lacram a estratigrafia precedente - pisos de pedras, de tijolos, de mosaicos, rejuntados. Por outro lado, observa-se que a constituição destes últimos pisos freqüentemente está associada a um maior grau de especificidade das áreas de atividades, ou seja que as áreas de atividades apresentam um maior grau de correlação com estruturas arquitetônicas. No caso da Igreja de Nossa Senhora da Graça, o grau de refinamento que se lhe pode ser atribuído, tendo em vista a documentação textual, é de se supor que a igreja tenha tido todo o piso revestido, possivelmente desde as suas primeiras etapas.

---

[46] "Perhaps the most important assumption made by many archaeologists is that the spatial paterning of archaeological remains reflects the spatial patterning of the past activities." SCHIFFER, Michael B.1972 - Archaeological Context and Sistemic Context. **American Antiquity**, vol. 37, n. 2, p. 156-165.: 156

Considerando-se que a área a ser pesquisada, com base nos objetivos definidos, corresponde àquela limitada pelas estruturas arquitetônicas da igreja, e admitindo-se ainda com base na documentação textual que teria havido praticamente um contínuo de ocupação, e ainda que no maior lapso de tempo em que ocorrera a desocupação, as estruturas não teriam sido removidas, é de se supor que a atuação dos componentes para a constituição do registro tenham tido uma ação preponderante sobre os componentes naturais. Deste modo é lícito se supor uma forte correlação entre o comportamento do grupo e a formação do registro arqueológico. Ressalte-se, entretanto, que embora se admita a forte correlação entre a constituição do registro arqueológico e o comportamento do grupo, não significa que se tente estabelecer uma relação direta entre as áreas de atividades e o local do registro. Entretanto, a existência do registro, implica em considerá-lo como resultante de um comportamento humano, admitindo-se a baixa participação dos componentes não culturais neste sítio. Deste modo, a identificação dos diferentes elementos do conteúdo do sítio, bem como de sua estrutura, permitem a análise da função do sítio no sistema cultural ao qual se relaciona[47].

Admitindo-se os limites impostos pelos objetivos propostos, tem-se que o objeto formal deste estudo, o sítio arqueológico, se restringe à Igreja de Nossa Senhora da Graça, considerando-se seus limites físicos balizados pelas estruturas arquitetônicas. Deste modo, as estruturas arquitetônicas, como um dos elementos de constituição do sítio, servirá de elemento guia para a análise do contexto arqueológico. Nestes termos, os atuais limites arquitetônicos da Igreja de Nossa Senhora da Graça, com base na documentação textual, representa a abrangência maior registrada para aquele templo católico. Tem-se, deste modo, que as fases anteriores à atual, de menores proporções, poderiam estar

---

[47] SOUTH, Stanley. **Historic Site...** 1979:214.

contidas nos atuais limites. Tal suposição se baseia no fato de que ao se planejar a ampliação da igreja jesuítica, cogitou-se de edificá-la em outro local, no que não foram atendidos os solicitantes.

Em se tratando de uma estrutura arquitetônica relacionada às atividades religiosas, e mais precisamente às práticas litúrgicas de culto católico, a Igreja de Nossa Senhora da Graça integraria um conjunto de solenidades, funcionalmente definidas, relacionadas a atividades específicas, tais como a confissão, a comunhão, o batismo, etc.. Tais atividades apesar de compartilhadas entre leigos e religiosos, compreendem uma distribuição espacial definida. Por se tratar, em sua fase de constituição, de um templo jesuítico, os parâmetros arquitetônicos desta igreja, não se restringem na sua concepção, aos ditames estilísticos de obras religiosas da época, mas assume características que traduzem a própria conceituação do que seria a ação jesuítica, as relações entre religiosos da ordem e os fiéis. Tais relações, segundo Menezes[48], teriam de fato influenciado diretamente a arquitetura jesuítica, de modo a chegar mesmo a ser considerado por alguns autores que "il modo nostro"[49] corresponderia a uma fórmula arquitetônica própria da Ordem. Entretanto, tal expressão compreenderia uma gama maior de conceitos que não apenas arquitetônicos, mas representava o modo de entender dos jesuítas, as relações entre a Ordem e o Povo.

O estudo arqueológico da Igreja de Nossa Senhora da Graça do ponto de vista de sua análise funcional deverá ser processada com uma inversão de ordem em sua etapa final. Inicialmente serão explorados os elementos de conteúdo do sítio, para em seguida se delinear os elementos de sua estrutura. Nestes termos se buscará traçar através da

---

[48] MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976. .

[49] "il modo nostro" é discutido por diferentes autores que se posicionam uns na defesa, outros na negação de que se trate efetivamente de uma "fórmula arquitetônica".

análise da distribuição espacial e de associações, os padrões que representarão a estrutura do sítio.

A análise da distribuição espacial dos elementos de conteúdo do sítio permitirá a identificação dos "padrões espaciais" no sítio, o que tem sido considerado como o principal elemento no delineamento da estrutura do sítio [50].

Diferentes autores têm buscado identificar padrões que caracterizem atividades desenvolvidas em distintos períodos e lugares, refletindo, desta forma, as resultantes no contexto arqueológico das atividades desenvolvidas através do contexto sistêmico. Nos estudos relativos aos sítios históricos da América do Norte, com base nesta abordagem, podem ser referidos como aqueles que formularam os primeiros padrões, os trabalhos de Dickens & Bowen, 1978; Ferguson, 1977; Lewis, 1976, 1977; Schiffer[51], 1977; South 1977a[52], 1977b[53], 1979[54]; Price & Price, 1978a, 1978b; Rathje & McCarthy 1977; Rauschenberg 1977; Turnbaugh & Turnbaugh, 1978. Estes trabalhos têm buscado delinear a abrangência do processo cultural através da análise quantitativa dos dados de sítios históricos, assim como delinear a estrutura padronizada de sítios, em bases intra e inter-sítios[55].

As bases que suportam o delineamento de padrões estão alicerçadas em alguns pontos fundamentais. O primeiro deles se refere à constituição do registro arqueológico; neste tocante dois trabalhos têm

---

[50] "The distribution of artifacts, architecture, features, and strata in 'spatial patterns' on a site, is a major element in sites structure delineation." SOUTH, Stanley. **Historic Site...** 1979:220.

[51] SCHIFFER, Michael B.1972 - Archaeological Context and Sistemic Context. **American Antiquity**, vol. 37, n. 2, p. 156-165.

[52] SOUTH, Stanley. **Method and Theory in Historical Archaeology**. New York Academic Press. 1977a

[53] SOUTH, Stanley. Archaeological Pattern of Material Culture on Hansel and Gretel. **The Modern World**. New York, Academic Press. 1977b

[54] SOUTH, Stanley. Historic Site Content, Structure and Function. American Antiquity, vol. 44. 1979

[55] SOUTH, Stanley. **Archaeological Pattern**... 1978:221.

servido de referencial principal: o de Binford[56], e o de Schiffer[57]. O primeiro trata dos modos de deposição dos artefatos que vão constituir o registro arqueológico. Neste trabalho o autor admite que os tipos de deposição podem ser observados através das formas de associação entre os artefatos, e mais ainda, através das condições em que se encontram os objetos (se objetos inteiros ou partes deles, se quebrados, se queimados, etc.). Outro aspecto para o qual chama a atenção quanto à identificação dos padrões de deposição, diz respeito às ocorrências relativas dos artefatos: se ocorrem isoladamente ou em conjunto. Nesta abordagem considera ainda a existência de áreas de deposição e a existência de espaços virtualmente vazios.

No segundo trabalho que tem sido utilizado nas formulações de base, Schiffer, aborda as relações entre o contexto arqueológico e o contexto sistêmico. Neste trabalho o autor analisa o fluxo ou "ciclo de vida" dos elementos, desde a fase anterior à manufatura, até o descarte. Busca demonstrar as relações espaciais entre as áreas de atividades e os locais de deposição, propondo padrões de deposição de refugo. Na elaboração deste modelo, o autor admite os pressupostos de que a cultura é vista como um sistema de comportamentos, constituído de subsistemas auto-reguláveis e inter-relacionados, que buscam e processam materiais, energia e informação[58]. Considera ainda que um sistema de auto-regulação pode ser definido como aquele em que no mínimo uma variável é mantida dentro de uma amplitude de valores especificáveis, a despeito de mudanças no ambiente do sistema[59].

---

[56] BINFORD, L.R. (ed.) **For Theory Building in Archaeology**, New York. Academic Press. 1977.

[57] SCHIFFER, Michael B.1972 - Archaeological Context and Sistemic Context. **American Antiquity**, vol. 37, n. 2, p. 156-165.1972.

[58] "a culture is viewed as a behavioral systems of self-regulating and interrelated subsystems which procures and processes matter, energy, and information." MILLER, 1965a; 1965b; CLARKE, 1968. apud SCHIFFER, 1972 op. cit.

[59] A self-regulating or homeostatic system is defined as one in which at least one variable is maintained within specifiable values despit changes in the system's environment (Miller, 1965a; Hagen 1961). SCHIFFER, - **Archaeological Context...** 1972:157.

Nestes termos o autor admite ainda que os valores das variáveis dos subsistemas são mantidos dentro de suas amplitudes através de atividades, que representam uma transformação de energia que envolve no mínimo uma fonte energética, que freqüentemente é humana, e age sobre um ou mais elementos materiais[60]. Analisando a abordagem do sítio arqueológico, Schiffer considera que as posições extremas adotadas anteriormente pelos arqueólogos, não representam na realidade, a maioria dos casos de sítios arqueológicos. Inicialmente o sítio arqueológico, da forma como era abordado, representaria um esfregaço espacial e comportamental não diferenciado, o que se observa pela indiscriminação espacial relativa entre as áreas de constituição do sítio considerado. Posteriormente a ênfase concedida à distribuição espacial dos achados, é acompanhada implícita ou explicitamente pela pressuposição de uma relação direta entre as áreas de atividade e o local do registro arqueológico. Ou seja, que os restos arqueológicos refletiam, na maioria dos casos os seus locais de uso nas atividades do passado.

Nos termos do modelo proposto por Schiffer - e que o autor ressalta ter sido utilizado implicitamente por muitos arqueólogos -, o contexto sistêmico abrange a aquisição, a preparação ou manufatura, o consumo ou uso, a manutenção, a ciclagem lateral, a reciclagem e o descarte - o que se constitui no "ciclo de vida" do elemento -, enquanto que o contexto arqueológico abrange o refugo. Deste modo, admite ainda que todos os remanescentes em um sítio são constituídos de refugo, quando constituintes do contexto arqueológico[61].

Outras abordagens mais recentes têm re-trabalhado a questão do contexto sistêmico e do contexto arqueológico no sentido de tornar

---

[60] SHIFFER, op. cit: 157

[61] SHIFFER, op. cit :1972.

compatível o conceito de conjunto de elementos que constituem o conteúdo do sítio (artefatos, estruturas, elementos de arquitetura e estratigrafia). São considerados, principalmente os casos das estruturas e elementos da arquitetura (entre estes últimos ressalte-se os aterros), cuja elaboração praticamente o incorpora ao contexto arqueológico[62].

Com base no estudo, sobretudo de sítios arqueológicos históricos do Norte e Nordeste do Brasil, observou-se que não apenas os artefatos, e as estruturas arquitetônicas seguem um padrão de distribuição espacial; mas ainda a intencionalidade de alteração na topografia, tanto no interior, quanto externamente às estruturas arquitetônicas, quando a estratigrafia é constituída por camadas de aterro, transportado pelo homem, não no sentido de descarte de material (etapa que para Schiffer antecede o refugo), mas no sentido de constituir uma nova superfície de ocupação[63]. Nestes termos o contexto arqueológico, constituído por aqueles elementos de conteúdo do sítio, referidos anteriormente, transcende ao que seria estritamente refugo, para assumir uma maior abrangência. Dentro de uma ótica semelhante poderia ainda ser discutido o caso dos objetos escondidos, citados por Binford [64] e South[65], que para aqueles autores, representam um tipo de agrupamento de objetos inseridos na categoria de "placing" ou "storing", que representam refugos do tipo "primário". Esta classificação considera ainda outras categorias de refugo, inicialmente divididos em três grandes blocos:

a- refugos primários - que abrangem uma gama de situações que vão desde objetos perdidos, aos objetos naturalmente arrastados até o

---

[62] LUCENA, Veleda. A ocupação humana e os processos deposicionais. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, Série Arqueológica, n. 8.169-175 Recife: 1986.

[63].ALBUQUERQUE, Marcos e LUCENA, Veleda. **Forte Real...**1988 e ALBUQUERQUE, Marcos e LUCENA, Veleda. **O Forte de Óbidos...** 1990

[64] BINFORD, 1978.

[65] SOUTH, Stanley. **Historic Site...** 1979.

local de deposição. Com relação aos refugos primários, o autor considera ainda que estes podem representar objetos abandonados voluntariamente - "refugo primário de facto" -, e os abandonados involuntariamente - "refugo in situ de facto";

b- refugos secundários - constituídos por objetos arremessados, e por aqueles que constituem os depósitos de lixo;

c- refugos deslocados - resultantes da manutenção da limpeza de uma área, através do varrer, do ciscar para fora de uma determinada área.

Cada tipo de refugo mencionado por aqueles autores é caracterizado por determinados padrões de tamanho, de distribuição espacial e de condições em que se encontram os objetos, além de condições de associação, se isoladamente ou integrando um conjunto.

Ainda ao que concerne à estrutura do sítio, o modelo proposto por South[66] admite que o estudo dos padrões espaciais podem privilegiar um tipo ou classe de artefato, excluindo outros dados, de modo a constituir as bases para o estudo da estrutura do sítio. Entretanto, enfatiza a necessidade de se estabelecer um nível de associação entre diversos destes padrões, com os diferentes elementos de constituição do sítio, que no seu entender representa a maior contribuição para a compreensão da estrutura do sítio, e conseqüentemente a identificação de sua função.

A análise dos elementos de conteúdo e estrutura do sítio pressupõe que estes elementos representam o subproduto de atividades de comportamento, exercidas pelo grupo que teria constituído o sítio[67].

Considerando-se que os subsistemas que integram um sistema cultural estão inter-relacionados, é lícito se supor que uma unidade

---

[66] SOUTH, Stanley. op. cit. 1979.

[67] SOUTH, Stanley. op. cit. 1979.

funcional de um subsistema encerre em seu conteúdo elementos relacionados a outros subsistemas. Alguns subsistemas estão representados na maioria ou praticamente em todas as unidades funcionais dos diferentes subsistemas. É o caso do subsistema que South denomina de "subsistema de tecnologia estrutural" [68].

De modo análogo, outros subsistemas inter-relacionados àquele ao qual a unidade funcional sob estudo está afeta, estarão representados através de subprodutos de suas atividades.

Nos termos do que foi discutido, a abordagem do sítio arqueológico da Igreja de Nossa Senhora da Graça em Olinda, buscará inicialmente sistematizar o estudo da distribuição espacial e as associações entre os diferentes elementos de conteúdo do sítio, com vistas ao estabelecimento da estrutura do sítio; em seguida se buscará estabelecer (tentativamente) os padrões de deposição e os tipos de refugo, a nível intra-sítio, com vistas a reconstituir as ações que lhes teriam dado origem

Considerando-se que através da documentação textual se pode reconhecer para o sítio sob estudo, a função de templo religioso católico, se poderá buscar identificar as relações entre o conteúdo e estrutura do sítio, e as atividades relacionadas àquela unidade funcional do subsistema religioso. Com base nestas premissas, se buscará atingir o objetivo central do trabalho, através da avaliação das relações entre o sistema cultural passado e seus subprodutos materiais, com base em dados históricos, etnográficos, em estudos acerca da "cultura material" e na análise do conteúdo e estrutura do sítio - dados provenientes das escavações.

---

[68] " (...) it should be noted that all ruins are expected to reveal remains in the form of architectural ruins and architectural group artifacts. Most of the ruins are also expected to reveal architectural features and functionally related architectural features (such as a series of postholes forming a structural cutline). These archaeological data are seen to reflect the subsystem I refer to as 'structural technology' (architecture, shelter, etc.)." SOUTH, Stanley. Historic Site... 1979:229

CAPÍTULO I

A MOLDURA QUINHENTISTA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA

A Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Olinda, constitui-se em um templo católico que data do início do processo da colonização portuguesa do Brasil. Este templo, não apenas foi contemporâneo deste processo, como ainda o acompanhou em todas as suas etapas até os dias atuais. Como estrutura arquitetônica, integrante do Colégio jesuíta, desempenhou papel preponderante em vários episódios da história da Capitania e do Brasil. Representou, para a Capitania de Pernambuco, a indispensável presença religiosa. Assistiu a criação da Vila de Olinda e a sua posterior elevação à categoria de cidade. Conjuntamente com o Colégio, contribuiu para a educação e formação de líderes locais. Serviu de apoio para a estrutura católica na formação de novos padres, indispensáveis à empreitada colonial portuguesa na qual a propagação da fé católica constituía-se em uma de suas metas. Abrigou, aquartelando, os holandeses que invadiram a Capitania em 1630. Testemunhou, de forma ardente, o incêndio de que foi vítima Olinda. Acolheu, entre suas paredes, três holandeses que em um momento de arrependimento pelo incêndio causado ao templo, gravaram em seu nicho principal, no altar mor, a sua mensagem de reconhecimento de culpa. Mensagem gravada em carvão. Carvão oriundo do incêndio do próprio Templo. Fomentou líderes revolucionários sobretudo os participantes da "Revolução dos Padres". Representou a tenacidade dos jesuítas no Novo Mundo, acolhendo-os em sua chegada na pequena ermida que antecedeu à Igreja de Nossa Senhora da Graça. Foi abandonada pelos seus criadores por ocasião de sua expulsão do Brasil. Mesmo com a expulsão de seus fundadores, este templo continuou a sua missão religiosa, agora sob a égide da Mitra. Atualmente, continua desempenhando função religiosa como templo católico, ligado ao

Seminário de Olinda, a despeito de integrar um conjunto maior considerado Patrimônio Histórico da Humanidade.

A Igreja de Nossa Senhora da Graça, portanto, constitui-se em um monumento que acompanhou a história de Pernambuco e do Brasil, da criação da Capitania até os dias atuais, não como ruína, mas como monumento vivo, sempre integrado à sociedade na qual se encontrava inserido.

Consoante a abordagem adotada, descrita na introdução deste trabalho, a Igreja de Nossa Senhora da Graça não deverá ser analisada exclusivamente através de si própria. Deverá haver um inter-cruzamento processual entre o ambiente histórico que a emoldurava, nos diversos períodos, e a particularidade inerente ao monumento. Particularidade, identificada através de variados aspectos como os construtivos, os morfológicos ou os funcionais. Desta forma, acredito, seja possível o entendimento do templo, enquanto elemento material, inserido em um contexto processual, histórico. De modo inverso, é possível o entendimento do templo como resultado do arcabouço social que o produziu.

De acordo com esta perspectiva analítica, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, não representa apenas um monumento, um templo, mas sobretudo, uma produção de uma época, de uma sociedade. Sociedade, que no século dezesseis já havia atingindo um considerável grau de complexidade.

A Europa se encontrava em um franco processo de expansionismo. Expansionismo demográfico, comercial, artístico e ideológico. Dentre os aspectos relacionados ao expansionismo ideológico destaca-se o aspecto religioso, materializado pela expansão da Igreja Católica.

A Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Olinda, surge em um momento histórico no qual a emergente Ordem Jesuíta passa a ocupar

um lugar de destaque no cenário coevo, tanto no europeu quanto no mundial.

A rápida e eficiente expansão da Ordem Jesuíta, constitui-se em tema já bastante explorado por diversos autores, mas ainda longe de ser esgotado. A verdade é que, em um espaço de tempo extremamente reduzido, a Ordem Jesuíta foi criada e expandiu-se por quase todas as partes do mundo. Contactaram com culturas as mais diversas possíveis, utilizaram-se de estratégias que permitiram o seu acesso a grupos que constituíam-se em obstáculos para a expansão do sistema colonial europeu. Torna-se indispensável que seja ressaltado que a expansão jesuítica não constituía-se apenas em um processo de expansão de uma ordem religiosa. A expansão jesuítica representava, sobretudo, a expansão de vários outros sistemas, como o europeu, de um modo mais amplo, o colonial português, o espanhol e sobretudo o católico romano. Este último, no século dezesseis, teve nos jesuítas o seu grande aliado. Aliás, o sistema jesuítico desenvolveu, ao longo de sua história, um verdadeiro processo simbiótico, não apenas com Roma, mas com os demais sistemas com os quais contactou. Processo simbiótico que inegavelmente lhes trazia conseqüências favoráveis, mas que indubitavelmente contribuiu para o estabelecimento ou fortalecimento de outros sistemas que se encontravam combalidos. Roma, inclusive, quando da aliança com Loyola, não imaginava o potencial que adviria deste relacionamento.

A Igreja católica, no século dezesseis, havia conseguido uma parcela significativa de poder. Poder, não apenas espiritual, mas sobretudo temporal. De há muito, a Igreja Católica não apenas opinava, mas sobretudo decidia sobre aspectos nitidamente temporais.

Ao longo de sua história, no entanto, a Igreja Católica vivenciou inúmeras crises, tanto internas como externas. Mediante uma estratégia variável e plástica, procurou sempre superá-las, de modo a propiciar sempre um crescimento acumulativo.

Em seus primórdios, a Igreja Católica defrontou-se com uma ferrenha perseguição de seus membros. Mortes, torturas, extermínios, constituíam-se em fatos corriqueiros. A livre prática do cristianismo era substantivamente tolhida. Os cristãos, impedidos de liberdade de culto, eram obrigados a professar o que não acreditavam. O não cumprimento dos cânones estabelecidos poderia custar-lhes a vida. Ainda no ano de 112, da era cristã, o Imperador Trajano determinou que os cristãos que recusassem a oferenda aos deuses e a adoração da imagem do imperador, deveriam ser executados.[69] Mesmo submetidos a toda sorte de perseguições, os cristãos conseguiram adotar estratégias que permitiram sua sobrevivência. Estratégias que se acumularam ao longo dos séculos, sedimentando uma experiência que mais tarde usariam contra seus adversários. Agora não mais contra seus perseguidores, mas contra aqueles que não professavam a sua fé. Inverteram-se os papéis; de perseguidos, os cristãos tornaram-se perseguidores. Esta inversão de papéis possibilitou um reforço substancial do poder cristão, agora católico. Lúcio III e Frederico Barba-roxa, preocupados com a crescente heresia decidem, em 1184, pela excomunhão e proscrição dos hereges. Nesta época, estimula-se a pena da fogueira, bem como é estimulada a procura dos hereges, independentemente de denúncias[70]. Praticamente tem início a figura da Inquisição que em 1232 assume proporções de instituição, respondendo diretamente ao Papa.

A Inquisição[71], organizada por Gregório IX em 1231, embora voltada primordialmente para assuntos de natureza de fé, gerou uma certa instabilidade na sociedade. Qualquer pessoa que fosse acusada de heresia seria privada de assistência jurídica bem como impedida de

---

[69] FRÖHLICH, Roland. **Curso básico de história da Igreja.** p.21

[70] Ibidem. p.95

[71] Ibidem. p.103

apelar para outras instâncias. Ou seja, o poder que a Igreja havia adquirido a tornava de tal modo absoluta, que o seu veredicto seria praticamente inquestionável. Aos condenados, esperava-lhes a fogueira, aos arrependidos, a prisão. Poucas ou quase nenhuma alternativa havia para os que caíam na malha inquisitorial. Restrições como proibições de conversas sobre assuntos de fé, eram corriqueiras. Essas restrições, inclusive, não apenas aplicavam-se a conversas públicas, como também às privadas. A Igreja, nesta época exercitando o poder espiritual, assumia um papel de soberania, alicerçado na intolerância e na força do poder temporal.

A transição, entretanto, ocorrida na Igreja Católica, que a transformou de perseguida em perseguidora, de vítima em algoz, não ocorreu de forma brusca. Ao longo dos séculos procurou, de forma gradual e acumulativa, o seu constante e contínuo fortalecimento. Fortalecimento não apenas quanto ao seu relacionamento externo, junto ao poder temporal, mas também, internamente, junto aos seus membros, tanto fiéis quanto clérigos. Face às vicissitudes de cada momento era adotada uma estratégia que se coadunasse com a situação vivenciada. A Igreja, através de sua experiência acumulada, possuía a consciência de que o seu fortalecimento apenas seria obtido através de uma estratégia ampla, que privilegiasse alternadamente seus inúmeros segmentos. Muitos destes segmentos, inclusive, diretamente relacionados com a sua estrutura de poder, tanto espiritual quanto temporal.

Internamente, estabelecia-se uma contenda que seria observada na história da Igreja nos séculos subseqüentes. A bipolarização entre o poder do papa e o dos bispos, causaram inúmeras rupturas internas com conseqüências negativas para a unidade da Igreja que se consolidava.

Não foram poucos os encontros promovidos visando a busca do equilíbrio entre estas forças. Precisava-se buscar uma justificativa ideológica para equilibrar estas forças de modo a não comprometer o crescimento harmônico da Igreja.

Alternadamente, a história da Igreja observou um movimento pendular entre estas duas forças. Ora o Papa tinha suas prerrogativas aumentadas, ora se via ameaçado pela atitude dos Bispos que de imediato reagiam procurando reduzir o poder papal. Esta disputa de poder, inclusive, não raras vezes sofreu uma grande influência do poder temporal.

Preocupado com a posição dos bispos na hierarquia católica, Cipriano, nascido em Cartago, entre os anos de 200 e 210, dedicou-se durante o seu bispado, essencialmente à unidade da Igreja. Afirmou, em sua obra *De Unitate Ecclesiae*[72], que a unidade da Igreja não é apenas representada, mas sobretudo garantida pelos bispos. Afirmou que cada bispo tem a mesma honra e o mesmo poder que Pedro.

Aproximadamente até o ano de 993 as canonizações eram realizadas pelos bispos ou por sínodos provinciais. É precisamente neste ano de 993 que tem lugar a primeira canonização[73] realizada por um Papa. Desta forma o culto aos santos passa a ser regido por Roma.

Posteriormente, porém com o mesmo intento de garantir sua posição na hierarquia católica, os bispos pretendem reduzir o poder papal. Por ocasião do Concílio de Basiléia[74], convocado em 1431 por Eugênio IV, o Papa sentiu-se ameaçado de perder alguns de seus poderes; utilizou-se então da estratégia da transferência do evento para Ferrara. Entretanto, mesmo a despeito desta estratégia, os Estados Gerais da França publicam, em 1438, uma série de decretos que reduzem os direitos do Papa. Segundo estes decretos, o Rei teria grande influência na nomeação dos bispos. Nesta mesma época, ficou decidido que alguém que se sentisse prejudicado por um julgamento

---

[72] Ibidem. p. 27

[73] Ibidem. p. 77

[74] Ibidem. p. 115

eclesiástico poderia recorrer ao tribunal do Rei. Embora reduzido a uma área restrita, houve apenas uma perda momentânea do poder da Igreja.

Os bispos, inegavelmente, conseguiram ao longo da história da Igreja, um aumento gradual de seu poder, tanto junto ao Papa como junto ao poder temporal. Os papas, entretanto, procuraram fortalecer-se no interior da Igreja e posteriormente junto ao poder temporal.

O poder papal cresce significativamente no ano de 1075 por ocasião do Sínodo de Quaresma. Neste Sínodo, Gregório coloca a dignidade papal acima da imperial. Afirma que fica a critério do Papa a deposição tanto do imperador como dos bispos. Nega subordinação a qualquer tribunal. No ano de 1302 o poder do Papa junto ao poder temporal cresce ainda mais significativamente. Bonifácio VIII define bem as relações entre o poder espiritual e o poder temporal. Através da bula *Unam Sanctam*[75] fica definido que a espada do poder temporal é confiada ao Imperador pelo Papa. Através desta mesma bula percebe-se um aumento do poder do Papa sobre os fiéis, pois fica definido que toda pessoa humana deve obediência ao Papa e sem a qual não pode conseguir a salvação. O Papa, de acordo com esta bula, seria portador do mais alto poder temporal associado ao já existente poder espiritual.

O gradativo poder adquirido pelo Papa permitiu à Igreja uma maior interferência nas decisões relativas ao poder temporal. Freqüentemente o Papa quando não intervinha diretamente, era consultado. A posse de Pepino o breve[76], em 751, exemplifica a interferência do poder papal junto ao poder temporal. Havia grandes dúvidas acerca da legitimidade de Pepino, entretanto, quando o papa

---

[75] Ibidem. p. 105

[76] Ibidem. p. 59

Zacarias, respondendo à sua consulta, emitiu parecer favorável, Pepino foi imediatamente sagrado Rei pelos bispos do Reino.

Roma continua célere em sua trajetória rumo ao aumento do poder temporal, até então obtido. A soberania espiritual e temporal de Roma, torna-se ainda mais consolidada no ano de 954, da era cristã. Nesta época, Roma conviveu com o influente senador, Albérico II. Este senador, em vida, havia já influenciado na designação de quatro papas. Próximo a sua morte, a sua influência ainda não havia sido reduzida, pois conseguiu ainda assegurar a designação de mais um papa[77]. Desta feita, seu próprio filho, à época com apenas 17 anos. Otaviano, então, se torna papa, adotando uma nova prática, a mudança de nome, o que ainda persiste até os dias atuais. João XII passa a ser o novo nome adotado por Otaviano, que como Papa reúne uma grande força na área temporal em virtude de sua origem. O papado de Otaviano marcou significativo aumento do poder e da soberania de Roma.

Em período mais recente, agora já em 1220, a prática adotada por Albérico II, é reeditada para a eleição de Henrique VII. Os príncipes eclesiásticos recebem do Imperador, em troca de seu apoio para a eleição de Henrique VII, importantes direitos reais. Estes direitos conhecidos como "regalias", foram obtidos na *Confoederatio cum Principibus Ecclesiasticis*[78]. Com base nestas "regalias", houve um novo aumento do poder de Roma, sobretudo quanto ao comércio, à moeda, à alfândega, e às fortificações.

O grande poder alcançado pela Igreja provocou algumas crises de crescimento. Crises internas e externas. O absolutismo vivenciado pela Igreja talvez tenha sido um dos grandes responsáveis por comportamentos conflitantes, por parte de alguns de seus segmentos. A

---

[77] Ibidem. p.75

[78] Ibidem. p.97

Igreja, entretanto, procurou reagir nos momentos de crise e tomar providências, adotando estratégias que permitissem a superação das mesmas. Alguns aspectos do comportamento de padres abalaram significativamente a Igreja, tanto do ponto de vista interno como externo. A vida mundana, que parte da Igreja havia adotado, começava a abalar o prestígio que a mesma havia alcançado. A revolta popular dos Patarinos[79], ocorrida em Milão em 1057, já bem demonstra o conflito entre as doutrinas pregadas e a prática adotada pelos sacerdotes. Era comum, nesta época, a presença de concubinas ao lado de padres. Prática que não se esgotou com a revolta.

Vinte anos após esta revolta, não apenas persistia o concubinato entre os padres, mas o mesmo era agravado por uma atitude venal de alguns bispos, que em troca de dinheiro, o permitiam aos seus clérigos. Roma reage, ameaçando os bispos de deposição. Aliás, a infringência desta norma já teria a reprovação dos sínodos dirigidos por Bonifácio desde o ano de 742.

A vida mundana, a que parte da Igreja se dedicava, não atingia apenas às camadas do baixo clero. O Vaticano, já em 1484, promovia festas, como a do casamento dos filhos ilegítimos de Inocêncio VIII. A corte papal e os cardeais da renascença, comungam da moral reinante entre os príncipes italianos. Embora com uma vida desregrada, Inocêncio VIII, preocupa-se com os processos de feitiçaria, através da bula *Summis desiderantis affectibus*. Processos, inclusive, que conferem posteriormente, um grande poder à Igreja. Poder oriundo da força temporal, alicerçado em argumentos de natureza espiritual.

---

[79] "... Revolta popular [1.057] em Milão (dos patarinos, de patária = ralé) contra a mundanização da Igreja: padres, que conseguiram seus cargos pela simonia ou que vivem com uma concubina, são perseguidos e forçados ao respeito de celibato." Ibidem: p. 85

O poder temporal, entretanto, face ao crescente poder papal, reage de modo a assegurar a sua autonomia. A deposição de Luís IV[80], decididamente constituiu-se em uma inequívoca demonstração da força papal. O fato de Luís IV não ter pedido a João XXII, em 1323, a confirmação de sua dignidade real, constituiu-se no motivo de sua deposição. Os príncipes eleitores da Alemanha, entretanto, preocupados com a subseqüente perda de autonomia do poder temporal, reúnem-se em Rense, no ano de 1338, e decidem que, independentemente da confirmação papal, o Rei que for eleito conforme o direito, exercerá o seu reinado.

Esta decisão demonstra nitidamente uma reação ao absolutismo romano, atuando em todos os segmentos, em todos os assuntos, desde os espirituais até os temporais.

A reação, entretanto, que teve uma das maiores repercussões no seio da Igreja foi indiscutivelmente a Reforma.

A Igreja, abalada pela Reforma, perde significativo território na Europa, e conseqüentemente no mundo. Portugal e Espanha, países, católicos por excelência, unem-se na defesa da cristandade e desempenharam um significativo papel para o soerguimento da Igreja. Roma encontra suporte financeiro e bélico para desencadear mais uma retomada. Portugal e Espanha, respaldados em Roma, encontram forças para enfrentarem uma nova etapa de suas histórias. Etapa que indiscutivelmente abriu novas perspectivas para o mundo de então, integrando o Novo Mundo, as Américas, ao sistema mundial. Houve, portanto, uma união de esforços no sentido de um fortalecimento global.

Os Jesuítas surgem aproximadamente neste quadro, emoldurados por uma estrutura complexa. Atenderão a seus interesses particulares e contribuirão de forma decisiva não apenas para o soerguimento da

---

[80] Ibidem. p.105

Igreja, combalida pela Reforma, como ainda para o fortalecimento da empreitada que se iniciava, a conquista do Novo Mundo.

RELAÇÕES ENTRE A IGREJA E PORTUGAL

Em momento próximo ao descobrimento do Brasil, a Igreja estabeleceu relações estreitas com Portugal. Relações que favoreciam indubitavelmente a ambas as partes. O inegável poder de Portugal junto às novas terras descobertas, demonstrava nitidamente a possibilidade de expansão da fé católica. A Espanha se apresentava aos olhos de Roma também como uma grande fonte de apoio para os planos da Igreja, entretanto, darei maior ênfase neste trabalho a ação de Portugal, em virtude do objetivo central direcionar-se para uma unidade funcional do sistema português na América, a Igreja de Nossa Senhora da Graça.

A Igreja funcionou como elemento multiplicador das descobertas portuguesas, até porque estava distribuindo o que não lhe pertencia. Na oportunidade em que Portugal realizava uma descoberta punctual, a Igreja, vislumbrando a possibilidade de também ampliar seus domínios, conferia a Portugal uma extensão incomensuravelmente maior.

A fusão entre o poder temporal e o espiritual, obtido pelo Rei de Portugal, lhe garantia uma inigualável soberania.

O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 com o aval de Roma, já delineava os destinos de Portugal e Espanha.

Os descobrimentos de novas terras, sobretudo as do Novo Mundo, apresentavam, em torno de 1500, um certo aspecto de Cruzada. O Estado português financiava a empreitada, fornecendo navios, e Roma nutria a expectativa de cristianizar um novo e gigantesco rebanho, a

custo bastante reduzido. Desta forma teve necessariamente que abrir mão de algumas de suas prerrogativas em favor do Rei de Portugal[81].

A ação portuguesa junto às novas terras descobertas, impressionou consideravelmente o papa Leão X. No ano de 1513 este papa enviou para D. Manuel a espada e o chapéu[82].

A aliança entre Roma e Portugal assumia proporções crescentes. Uma série de bulas seriam editadas beneficiando cumulativamente o Rei de Portugal. Através da Bula *Inter Caetera*[83], emitida pelo papa Calixto II, em 13 de março de 1456, reafirmava a bula de 1455 e conferia à Ordem Portuguesa de Cristo, os bens e direitos eclesiásticos para todas as terras desde o Cabo Bojador e Nam como ainda para toda a Guiné. Ainda por determinação desta bula ficou definido que seria responsabilidade do Grão Prior, o preenchimento de todas as jurisdições episcopais ordinárias nas terras ultramarinas. Jurisdição não apenas sobre as terras conquistadas, mas ainda sobre as que restava a conquistar.

A bula *Inter Caetera* aumentou de forma significativa a soberania do Rei de Portugal. Pois, cabia ao mesmo, por determinação papal, o direito de pronunciar sentenças eclesiásticas, aplicar censuras e punir com a excomunhão, além de aplicar penas de suspensão, destituição e interdição onde e quando surgisse a necessidade.

Com esta bula não se encerraram os beneplácitos papais para com o trono português. O papa Sixto IV, em sua bula *Aeternis Régis*[84], datada de 21 de junho de 1481, confirma os direitos outorgados ao rei de Portugal pelas bulas anteriores.

---

[81] BRUNEAU, Thomás C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. p 31

[82] Ibidem. p.33

[83] Ibidem. p. 32

[84] Ibidem. p. 33

O papa Leão X, no dia 07 de junho de 1514, emitiu a bula *Dum Fidei Constatian*[85]. Esta bula assegurava à Ordem de Cristo, o padroado de benefícios oriundos de todas as terras já descobertas e por descobrir. Esta bula assegurava ainda a D. Manuel, na qualidade de Grão Mestre da Ordem, todos os benefícios menores que eram exercidos pelo Grão Prior.

A estrutura do Padroado consistia em uma concessão de Roma em benefício de Portugal. Pois, com a criação desta estrutura, o poder de Roma seria reduzido em relação a Portugal, entretanto atendia a uma estratégia adotada por Roma que viria posteriormente a beneficiar ambos os segmentos. O padroado do benefício episcopal foi outorgado ao Rei na qualidade de Rei, enquanto que o padroado espiritual foi outorgado ao Rei, não pela sua qualidade de Rei, mas sim pelo fato do mesmo ser o Grão Mestre da Ordem de Cristo.

Apenas cinco dias após a edição da bula *Dum Fidei Constatian*, em 12 de junho de 1514, o papa Leão X emite uma nova bula, a *Pro Excellente*[86]. Com esta bula seria criada a diocese do Funchal, na Madeira, que incluía o território do Brasil. Com a criação desta diocese coube ao Rei de Portugal e a seus sucessores, o Padroado espiritual.

Ainda em 1514, o papa Leão X editou uma nova bula, a *Praecelsae Devotionis*[87]. Esta bula, datada de 03 de novembro, não apenas confirmava a jurisdição anteriormente concedida à Coroa, mas a ampliava para além das Índias, mesmo para regiões ainda então desconhecidas.

O poder de Portugal crescia geometricamente, e embora Roma tivesse cedido algumas de suas prerrogativas, também assistia ao seu

---

[85] Ibidem. p 33

[86] Ibidem. p.33

[87] Ibidem. p. 33

crescimento, através das novas descobertas e sobretudo decorrente da ação portuguesa quanto às preocupações para com a cristianização.

A empreitada colonial portuguesa necessitou indiscutivelmente de grandes somas. Recursos que Portugal não regateou, até porque posteriormente poderia ser considerado como investimento. Investimento não a fundo perdido, ou mesmo destinado apenas à expansão da fé cristã. Recursos que retornariam aos cofres portugueses de forma ampliada. Pois, os rendimentos da Coroa não restringir-se-iam apenas aos rendimentos materiais oriundos dos bens produzidos na Colônia. Retornariam acrescentados pelo aval de Roma. Pois, estabelecido estava que, a décima parte de todos os bens que fossem adquiridos legalmente, sejam de natureza predial, pessoal ou mista, seria devida a Deus e a seus ministros. Dívida que era regulamentada por constituição humana, embora possuísse 'instituição' divina.

OS JESUÍTAS

Portugal se encontrava próximo aos grandes descobrimentos marítimos, sobretudo ao descobrimento do Brasil. A aliança com a Igreja lhe conferia autoridade eclesiástica sobre as novas terras descobertas e as por descobrir. Autoridade que se justaporia ao poder temporal do qual naturalmente seria detentor.

A Igreja Católica, embora reforçada pela fidelidade ibérica, encontrava-se combalida com as idéias reformadoras, principalmente com as de Calvino e Lutero[88].

---

[88] MILLER, René Fulop. **Os Jesuítas e o segredo de seu poder**. p.107

O sucesso da aliança entre estes dois sistemas carecia de um elemento que apresentasse simultaneamente características aparentemente contraditórias. Características amortecedoras e catalisadoras.

Portugal, ao tempo do descobrimento do Brasil, encontrava-se com o seu potencial bélico pulverizado nos mais diferentes quadrantes do globo. Ações em África, na Índia, no Oriente, e agora na América. Não seria fácil, para Portugal, enfrentar militarmente uma multidão de indígenas americanos em um confronto armado. Não apenas pelo reduzido efetivo, como ainda pelo seu poder de fogo, que apresentava características antes de efeito moral que de efetividade bélica, sobretudo considerando-se que, para cada tiro de mosquete havia, em termos de tempo de re-municiamento, uma contrapartida de cinco flechas disparadas. Flechas, inclusive, mais certeiras que os mosquetes portugueses, e disparadas por um maior número de guerreiros. Guerreiros afeitos à região, adaptados ao campo de combate, conhecedores do potencial do ambiente, que consistia em seu maior apoio logístico.

Não seria fácil, para os portugueses, o confronto armado em moldes convencionais. Havia a necessidade, por parte dos portugueses, de uma arma poderosa, que apresentasse características amortecedoras entre as duas forças que se confrontavam.

Roma, ao contrário de Portugal, já não mais tencionava empreender uma nova cruzada. A perda de São João do Acre para os árabes[89], em 1291, constituiu-se em uma derrota de tamanha repercussão para Roma, que os papas não mais conseguiram, a partir desta data, organizar nenhuma nova cruzada. Portugal, sob o reinado de D.Sebastião, tentaria desastrosamente prosseguir nesta luta.

---

[89] Ibidem. p. 64

A estratégia que Roma pretendia utilizar a partir de então consistia na utilização de uma arma de natureza ideológica, cujo efeito bélico apresentasse um efeito catalisador para a consecução de seus objetivos, a cristianização de novos povos e a retomada do território perdido com a Reforma.

A cruz, símbolo do cristianismo, representante da expansão romana, marco das conquistas portuguesas, já havia sido fincada, por diversas vezes, em distintos e distantes pontos do continente americano.

Entretanto, a sofisticada e eficiente arma que apresentasse as características acima mencionadas, ainda não havia sido criada nem tampouco concebida.

As conquistas portuguesas em terras do Brasil tinham prosseguimento. Estava já por se implantar uma feitoria em Pernambuco[90] e [91], em 1516, por determinação do Rei a Cristóvão Jaques. Nesta mesma época, em período contemporâneo à Feitoria de Pernambuco, um jovem cavaleiro espanhol, divertia-se em caçadas, em exercícios d'armas, em aventuras galantes, em grandes orgias. Este cavaleiro, Inácio de Loyola, face à sua vida desregrada e às suas aventuras galantes, envolveu-se com um processo no qual o corregedor de Guipuzcoa, em seu relatório ao Tribunal Episcopal de Pamplona, o taxa de manhoso, violento e vingativo[92].

O conceito que gozava Loyola não era dos mais apreciados, sobretudo por tribunais episcopais. Entretanto, as mulheres da época o tinham em alta conta. Conquistador por excelência, atrevido e galante,

---

[90] ALBUQUERQUE, Marcos. O sítio arqueológico PE 13-Ln; um sítio de contato inter-étnico: nota prévia. **Pesquisas** Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia da área do Prata, São Leopoldo (RS): 79-90, (Pesquisas, Antropologia, 20; Estudos Leopoldenses, 13).São Leopoldo 1969.

[91] ALBUQUERQUE, Marcos Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, n. 5. Recife, p. 105-116. 1982.

[92] MILLER, René Fulop. **Os Jesuítas e o segredo de seu poder**. p.50

atraía para si as atenções femininas. Loyola dominava com muita sabedoria a arte da conquista. Explorava, com muita habilidade, o contorno delineado de suas pernas através do uso de culotes justos e colantes. Exibia com muito orgulho, nos torneios eqüestres, as suas fortes e delineadas pernas para o delírio de uma grande platéia feminina. As artes marciais, que bem dominava, já o fazia diferenciar-se dos demais, entretanto, a conjugação entre ser bom cavaleiro e possuidor de belas pernas o distinguia realmente, sobretudo por gozar as pernas masculinas, à época, um grande prestígio erótico.

Para Loyola, entretanto, os torneios na corte estavam por terminar. Deslocado a serviço do vice-rei de Navarra, passava seus dias em monótonos e exaustivos exercícios militares em Pamplona, desta feita apenas entre homens, sem a presença estimulante de um efetivo feminino. Loyola guardava, entretanto, a esperança de retornar à corte e poder vir a participar dos torneios que tanto apreciava. Esperava, sobretudo, que o seu retorno à corte se fizesse com pompas de herói. Para tal, a sua vaidade excessiva o impelia para a prática de algum feito heróico. As pretensões de Loyola não eram fáceis de ocorrer. Não por falta de vontade, ou de coragem pessoal, mas sobretudo por falta de oportunidade. A província que freqüentemente se encontrava envolvida em lutas internas e por invasões de franceses, desfruta de um período de paz, só momentaneamente perturbada por uma revolta em Nejara, logo sufocada.

O grande e esperado momento de Loyola apareceu no ano de 1521. Pamplona foi assediada por franceses. Os atacantes, numérica e militarmente superiores, fizeram com que a guarnição na qual se encontrava Loyola tentasse capitular, em momento anterior ao combate. Havia chegado o momento exato, tão ansiosamente aguardado por Loyola. Em reunião do alto comando, na qual se tencionava capitular, Loyola conseguiu, com um discurso inflamado, convencer seus superiores a uma reação. Avizinhava-se, ao olhos de Loyola o seu

momento de glória. Vislumbrava a entrada triunfal na corte, como defensor do reino, sobretudo aos olhos agradecidos de sua rainha.

A fatalidade, entretanto, tolheu seus planos. Uma de suas pernas fora atingida por um projétil de canhão, fraturando-lhe o fêmur. Começava, neste momento, a urdidura que forjaria a poderosa arma que viria em socorro da Igreja e que tanto ajudaria Portugal e Espanha em sua empreitada colonial.

Loyola foi transportado à Paris para tratamento. A sua fratura consolidou-se de forma irregular. A vaidade e a consciência da importância estética e erótica de sua perna, o fez autorizar a sua nova fratura com objetivos corretivos. Fratura cruenta, sem anestesia, porém suportada, sem gemidos, por uma vaidade exacerbada. Mais uma vez, a nova fratura não consolidou corretamente, desta feita apresentando uma excrescência óssea. Loyola, não satisfeito com o resultado e sobretudo preocupado com o calo ósseo, aparente e notável através de justos culotes, submeteu-se a nova intervenção, também cruenta. Desta feita, autorizou que o calo ósseo fosse sumariamente extirpado de seu fêmur, através de uma operação de serragem. O resultado traumático da intervenção o fez recolher-se em seu castelo para enfrentar uma tediosa convalescença. Nesta oportunidade, à falta de seu livro predileto, "Amadis de Gaula", resignou-se a ler o que encontrou na parca biblioteca do castelo: "Vita Christi"e "Flos Sanctorum".

Ao ler "Flos Sanctorum" impressionou-se com a vida de alguns santos. Verificou que a história de suas vidas assemelhava-se ao heroísmo solitário e andante de alguns cavaleiros de seus sonhos. Começou a repensar seus planos. Começou a perceber que outras posturas e aspirações poderiam preencher seus interesses pessoais. Mudanças significativas começaram a se processar em sua personalidade. Não com objetivos menores, menos grandiosos, ou menos heróicos. A mudança que se processava na personalidade de Loyola constituía-se em uma mudança de metas e de objetivos, porém

sempre grandiosos, sempre eivados por um espírito desbravador e ousado.

Após inúmeras reflexões, Inácio de Loyola resolveu, por fim, deslocar-se para Paris, abandonando a Espanha[93]. Esta viagem, que teve início no final do ano de 1527, não mais foi revestida de pompas cavalheirescas. Deslocou-se, a pé, conduzindo apenas um burrico carregado de livros.

Alguns anos depois, agora já em 1534, Loyola de joelhos na capela da Virgem Maria de Montmartre, faz um juramento de castidade e de pobreza. Estes votos, que foram realizados conjuntamente com seus maiores aliados, Faber e Xavier, representam a negação peremptória de toda a sua vida pregressa. Nesta oportunidade, Loyola revela aos seus companheiros que o seu sonho era a conquista da terra santa, a conquista de Jerusalém. Loyola, entretanto, admitia a dificuldade da realização de seu sonho e prevendo a possibilidade do mesmo não poder vir a se realizar, traçou uma estratégia que lhes permitiria uma saída alternativa, uma saída honrosa. Resolveram que caso a tomada de Jerusalém fosse impossível, eles se colocariam a serviço do Papa. Esta alternativa, entretanto, não se encontrava clara nem para Loyola como também para seus companheiros Faber e Xavier. Era uma alternativa que significava apenas estar à disposição da Igreja, estar sob às ordens e o comando do Papa.

O oferecimento de Loyola, a princípio, causou um certo embaraço ao Papa Paulo III, que não sabia ao certo qual a contribuição que poderia receber de três professores bem intencionados, porém sem um objetivo claramente definido. O Papa inclusive, encontrava-se, em 1538 desenvolvendo uma intermediação entre o Rei da França e Imperador da Alemanha que se encontravam em guerra.

---

[93] Ibidem. p 77

Como o papa necessitava de professores para a Universidade de Roma, foram aproveitados Lainez e Faber para proferirem conferências na Sapienza. Esta, pelo menos, foi a forma com que o Papa resolveu ocupar os três voluntários.

Nesta mesma época houve uma fome de grandes proporções na Cidade Santa. Em decorrência, muitos enfermos que tombavam pelas ruas, eram muitos os que necessitavam de ajuda. Os jesuítas assumiram a tarefa de transportar os doentes em padiolas e de tratá-los. Em virtude do grande número de enfermos, a tarefa era demasiado árdua para o número insignificante de jesuítas. Loyola começou a aperceber-se que a Ordem era impotente para o desempenho de tal tarefa. Esta constatação o conduz a re-direcionar os objetivos da Ordem. Mesmo mantendo a ajuda aos enfermos, Loyola e seus comandados começam a re-direcionar as suas ações, tornando-se mais pragmáticos. Em torno de 1538 começam a se preocupar com a prostituição, oportunidade em que tem início uma grande obra assistencial[94].

Paralelamente ao trabalho assistencial, os aspectos formais, indispensáveis à continuidade da Ordem, passam a preocupar Loyola. Em 1539 a Ordem dos Jesuítas tem o seu primeiro Estatuto[95]. Loyola, procurou reunir toda a sua experiência na elaboração destes Estatutos. Experiência baseada em sua vida pregressa, de farras e orgias, como também em sua vida militar. Ao longo de sua vida, Loyola conseguiu reunir um grande arsenal de experiências que lhe permitiu um grande entendimento da natureza humana, de suas fraquezas e anseios. Neste Estatuto, pode-se observar alguns aspectos de grande relevância para o entendimento da Ordem dos Jesuítas. Os Exercícios espirituais de Loyola constitui-se, indubitavelmente, em uma grande obra de

---

[94] Ibidem. p 88

[95] Ibidem. p.95

psicologia, tanto individual quanto social. Apresenta, em seu conteúdo, uma agudeza e perspicácia apenas possível de ser captada por alguém que realmente possua conhecimento vivenciado da natureza humana.

A doutrina apresentada por Loyola, possibilitou uma reversão de significativas proporções no pensamento católico de então. Permitiu que um simples mortal vislumbrasse a possibilidade de encontrar a Deus. Fato que era atribuído apenas a poucos escolhidos por influência dos místicos. Estes, acreditavam que apenas os escolhidos teriam visões a partir do êxtase alcançado através da contemplação infusa do sobrenatural. Não era fácil, nesta época, se alcançar a "perfeição" por meios próprios, através da vontade do homem. Por mais que fosse tentado, a grande maioria acreditava não se encontrar entre os escolhidos.

A doutrina de Loyola, quase que permitiu a socialização da salvação, do estado de graça, da perfeição. Os esforços individuais seriam o grande elo entre o homem e o Salvador. Aqueles que se esforçavam para obter o privilégio de uma visão e eram frustrados em seus intentos por acreditaram que não se encontravam entre os escolhidos, encontraram na doutrina de Loyola a oportunidade de reverter as suas posições diante da divindade, e sobretudo diante de si próprios. Loyola combatia o arrebatamento extásico e propunha que cada homem procurasse reconhecer de forma clara o que seria a vontade divina. O homem poderia alcançar a perfeição no momento em que todos os seus atos ou omissões estiverem direcionados para a maior glória de Deus. Esta perspectiva era demasiadamente alentadora para uma grande parcela da população que ainda não tinha tido o privilégio de uma "visão", conseqüentemente de se posicionar entre os escolhidos.

As idéias de Loyola não apenas encontraram adeptos entre a população dos não escolhidos. Importantes líderes da Igreja passaram a adotá-las e sobretudo a defendê-las. O fundador da Ordem dos Lazaristas, Vicente de Paula, chegou a defender a idéia de que a

perfeição poderia ser alcançada de "maneira comum"[96]. Inclusive, Vicente de Paula defendeu que o firme propósito, aliado à vontade, seria um meio mais seguro do homem alcançar a perfeição. Mais seguro, sobretudo, se comparado aos procedimentos preconizados e adotados pela Mística.

Loyola em conversa com Manare, seu irmão de Ordem, afirmou que o homem deve aspirar a Deus apenas de uma maneira adequada, a fim de que possa realmente alcançá-lo. Afirmou, ainda nesta conversa, que do mesmo modo que o corpo pode ser treinado para um melhor desempenho, a vontade pode ser dominada por meio de exercícios. Este treinamento deverá conduzir o exercitante para o encontro da vontade divina. Esta busca da vontade divina através da prática de exercícios executados com disciplina, constituem-se nos princípios norteadores da Ordem dos Jesuítas.

O teólogo jesuíta Francisco Suarez, dando continuidade ao pensamento de Loyola, afirmou que a santidade consiste na modelação da nossa vontade na vontade de Deus[97]. Gordinez, jesuíta espanhol, afirmou que não deveria ser considerado mais perfeito aquele que vivesse na mais profunda contemplação, mas sim aquele que, através de sua vontade, aspirasse o mais fervorosamente possível a perfeição[98].

O primeiro estudo dos Exercícios, designado como fundamento, constitui-se na base do pensamento jesuítico. Já neste estudo, Loyola deixa bastante claro que o homem possui como destino supremo, a obrigação de agir de acordo com a vontade de Deus. Entretanto, como já foi dito, a vontade de Deus deverá ser captada pela vontade do homem, ou seja, pela busca constante da perfeição. Para que os

---

[96] Ibidem. p.17

[97] Ibidem. p. 17

[98] Ibidem. p. 17

exercícios sejam postos em prática, torna-se necessário que o exercitante desenvolva a liberdade interior, sobretudo com relação aos bens terrenos, às paixões e aos sentimentos. De acordo com Loyola "é necessário que nos conservemos indiferentes a todas as coisas criadas e, desta maneira, não aspiremos mais a saúde do que a doença, mais a riqueza do que a pobreza, as honras mais que o opróbrio, uma vida longa mais do que uma curta existência"[99]. Esta indiferença, entretanto, não significa para Loyola algo como a ataraxia dos estóicos ou o quietismo cultivado pela mística medieval, muito pelo contrário, significa a forma de aprender a agir apenas de acordo com a vontade de Deus.

Durante todo o tempo de contato com seus discípulos, Loyola procura desenvolver idéias bem precisas com relação a dualidade do bem e do mal, do moral e do imoral, Cristo ou Satã. Loyola estimula seus discípulos a experimentarem o bem e o mal, o certo e o errado, o moral e o imoral, para que, através desta experiência, possam tomar uma decisão própria, individual, que possam vir a decidir acerca do caminho, escolhido através da vontade.

Para auxiliar na prática dos exercícios, Loyola utilizou-se de representações, de imagens da morte e do inferno, algumas da quais possuidoras de um atemorizante poder de convencimento (Figura 1).

A condenação eterna foi tema de inúmeros sermões proferidos no início do século dezesseis. Nesta mesma época, o ambiente se tornava favorável para alegorias referentes à morte. A religião e a ciência entregavam-se a especulações acerca da morte. Obras científicas tratavam de forma minuciosa das torturas da morte, enquanto que o ambiente religioso produzia obras sobre a "arte de bem morrer". Não

---

[99] Ibidem. p. 17

faltou material para a dramaturgia infernal de Loyola que tanto contribuiu para a consecução de seus objetivos.

Loyola conseguiu, indiscutivelmente, forjar uma ordem religiosa alicerçada nos mais rígidos princípios da disciplina militar, da Ordem e da obediência inquestionável. Esta organização interna da Ordem permitiu o seu crescimento, ordenado e controlado, em um lapso de tempo impressionantemente reduzido. Logo após a sua fundação, a Ordem dos Jesuítas ocupou os mais longínquos rincões do planeta. Dispersaram-se de forma ordenada e disciplinadamente organizada. A fé cristã voltava a ser aceleradamente disseminada, catalisada pela ação enérgica e eficiente dos soldados de Cristo. Roma, via seus domínios expandirem-se novamente. Portugal e Espanha, conquistavam novas terras em nome da cristandade. Os Jesuítas atendiam aos interesses de Roma e dos países ibéricos. A aliança parecia perfeita. Os três sistemas envolvidos absorviam a energia produzida pela aliança mútua.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELO SISTEMA EUROPEU

A empreitada colonial encetada por Portugal e Espanha, reflete complexas relações existentes na Europa dos séculos quinze e dezesseis.

Durante o Século quinze, Portugal premido pelo avanço islâmico que cerceava a rota de comércio terrestre entre a Europa e o Oriente, busca evitar o Mediterrâneo, onde teria que disputar aos italianos e mouros o comércio do Oriente, uma empresa que teria que se haver com concorrentes mais antigos e já instalados. Deste modo, o soberano português investe na ousada tentativa de obter um acesso alternativo para as Índias, através do "Mar Tenebroso" - o Atlântico-, de modo a

contornar o sul da África, e atingir o Oriente. Tal empresa levou-o paulatinamente, entre 1418 e 1483 a Porto Santos, Madeira, Açores, Bojador, sem contudo, ultrapassar o Cabo das Tormentas, no sul da África.

Em 1486 Bartolomeu Dias, consegue contornar o Cabo Nam. A expedição de Vasco da Gama, entre 1497 e 1498, seguindo a mesma rota, atinge Moçambique, Mombassa, Melinda, chegando a Calecute. Estava assegurada a nova rota para as Índias.

O Rei Francisco I de França, insatisfeito com a repartição de terras entre Portugal e Espanha, feita pelos Papas, oferece cobertura e mesmo alimenta a ação dos flibusteiros do Mar do Norte. Já em 1521 era intensa a ação dos corsários franceses, de modo a por em risco o domínio lusitano das costas do Brasil.

As expedições de guarda-costas, por seu turno, representavam uma ação temporalmente muito limitada, porquanto não podiam permanecer indefinidamente guardando toda a costa, não garantiam o transcurso seguro das embarcações que transportavam as mercadorias. Não era possível ao mesmo tempo, garantir os entrepostos comerciais da Coroa - as Feitorias - das pilhagens, e impedir que estrangeiros comerciassem livremente com os nativos em outros pontos do litoral. Buscar patrulhar qualquer área, representava deixar as demais a livre acesso dos corsários. As ações diplomáticas, por seu turno, pareciam não surtir efeito[100].

A opção que se apresentava para garantir a posse das novas terras, residia na sua efetiva ocupação. Uma ocupação que auto-garantisse a

---

[100] "Tendo-se agravado depois de 1521, a insolência dos corsários de Ruão e Dieppe, D. João III, enquanto ensaia utilizar remédios diplomáticos, trata de enviar esquadras de defesa da costa, a primeira em 1526, sob o comando de Cristóvão Jaques, e segunda em 1530, capitaneada por Martim Afonso de Souza, medidas entretanto precárias, pois, apenas os navios regressavam ao Reino, o mar voltava a encher-se de piratas, repetindo-se os encontros bélicos nos mares e litorais,(...)." COSTA PORTO, **Estudo sobre Sistema Sesmarial**. Recife, Imprensa Universitária. 1965.p. 23

defesa e que não representasse apenas a evasão de recursos da Coroa. Preferencialmente que promovesse o retorno ampliado dos recursos empregados. Problemas estes a serem resolvidos tanto por Portugal, quanto pela Espanha.

A ocupação econômica das terras americanas apresentou duas faces distintas: aquela voltada para o Pacífico, sob a tutela de Espanha, e a voltada para o Atlântico, sob o domínio português. Como foi mencionado anteriormente, a expansão comercial da Europa teria dado impulso ao contato entre a Europa e a América. A Espanha, tendo encontrado na área sob seu domínio a riqueza fácil, acumulada pelos povos do México e do altiplano andino, suscita um enorme interesse entre outros países da Europa. Provoca ainda mais o descontentamento destes últimos em relação à divisão das terras, imposta pelos Papas. Deste modo é gerado em decorrência, importantes problemas que deixam de ser estritamente comerciais, para assumir um caráter político[101].

De início, a ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma conseqüência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que os espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado.[102]

---

[101] "Não fora a miragem destes tesouros, que, nos primeiros dois séculos da história americana, somente os espanhóis desfrutaram, e muito provavelmente a exploração e a ocupação do continente teriam progredido muito mais lentamente." FURTADO, Celso Monteiro- **Formação Econômica do Brasil**. Brasília, Biblioteca Básica Brasileira XXXIV, vol. 6. Editora da Universidade de Brasília. 1963 p. 8 e 9

[102] Idem.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELO SISTEMA COLONIAL PORTUGUÊS

As novas terras descobertas, que antecipadamente haviam sido doadas por diferentes Papas a Portugal, provocaram uma situação de litígio entre Portugal e Espanha, até a resolução da questão por meios diplomáticos, consubstanciada pelo Tratado de Tordesilhas, em 1504. Entretanto, apesar do interesse de garantir a posse das novas terras, do ponto de vista do interesse econômico mercantilista, o Novo Mundo não apresentava maiores atrativos imediatos para Portugal. As sonhadas riquezas em metal, não encontrou Portugal na América. O ouro de que necessitava, para ressarcir-se do que escoara com o comércio, e que não voltara a circular, por ter ido abastecer os tesouros do Oriente, não podia ser pilhado nas costas do Atlântico, assim como faziam os espanhóis em seus domínios[103].

Deste modo, a ação portuguesa no Novo Mundo restringiu-se, nas três primeiras décadas, ao reconhecimento da costa e posteriormente à defesa contra as incursões de piratas, principalmente franceses.

As pressões exercidas por outros países europeus no sentido de disputar a posse de terras nas Américas, inclusive com as notícias de preparação de uma esquadra de invasão, promovida pela França, força Portugal a buscar novas estratégias para a manutenção de suas prerrogativas. A política de defesa eventual, esporádica, de envio (ou abandono) de pequenos contingentes ao longo do litoral não mais pôde

---

[103] "Terra e homem estavam em estado bruto. Suas condições de cultura não permitiam aos portugueses intercurso comercial que reforçasse ou prolongasse o mantido por eles com o Oriente. Nem reis de Cananor, nem sobas de Sofala, encontraram os descobridores do Brasil com quem tratar ou negociar. Apenas Morubixabas. Bugres. Gente quase nua e a toa, dormindo em rede ou no chão, alimentando-se de farinha de mandioca, de fruta do mato, de caça ou peixe comido cru, ou depois de assado no borralho. (...) O Brasil foi como uma carta de paus, puxada em um jogo de trunfos de ouro. Um desapontamento." FREYRE, Gilberto- **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora. 2 tomos.1958 vol. 1:115

ser mantida. Por outro lado, a ocupação deste território que não oferecia um retorno econômico imediato, representava para Portugal um desvio de recursos de atividades mais rentáveis. A aplicação da experiência da ocupação na África, com a ação da empresa espoliativa e extrativa, não parecia eficiente, face às despesas necessárias e o retorno econômico dos bens que aqui pudessem ser explorados. Buscam-se outras alternativas, inspiradas provavelmente na experiência portuguesa das ilhas do Atlântico[104]. Experiências nos Açores, Madeira, Canárias, São Tomé, ofereciam bons e distintos exemplos da colonização agrícola. Com ou sem população nativa; pequenos agricultores, livres, e grandes cultivos com escravos. Regiões de clima mais quente e de clima mais frio. Enfim, uma vasta experiência que já completava pelo menos um século. Experiência dos administradores da corte, experiência dos interessados em investir nas novas terras[105].

Contava-se, no Brasil, para a exploração do açúcar, com o acúmulo de experiência nas técnicas de produção. Já em 1452, Diogo de Teive é autorizado a construir e implantar na Madeira, um engenho movido a água, que ampliava significativamente a produtividade da indústria.

---

[104] "Muda, então, a Metrópole a orientação primitiva, conforme esclarece el-Rei, na carta de 28 de setembro de 1530, a Martim Afonso: 'Despois de vossa partida, se praticou se seria de meu serviso povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pesoas me requeirão capitanias em terra della. Eu quisera antes de nyso fazer allgua cousa esperar vossa vinda, pera com vosa emformação fazer o que bem me parecer (...) e porém fui emformado que dallguas partes fazião fundamento de povoar a terra do dito brasyll, e considerando eu com quamto trabalho se lançaria fora a gente que a povoase, depois de estar assentada na terra, determinei de mandar demarcaar de Pernambuco até o Rio da prata sincoenta legoas da costa a cada capitania, como vereis pellas doaçoens que logo mandei fazer.'COSTA PORTO, op. cit. 1965:23.

[105] "Em carta de data desconhecida, mas anterior a 1530, D. João de Melo da Cunha se oferecia para colonizar as próprias custas, levando consigo mil moradores, prontos a conquistar 'uma terra que nam tem nenhum proveito e que pode ter muito' tarefa exeqüível, ressaltava, porque 'os omens que comygo hão de ir são de muyta sustância e pesoas muy abastadas (...) e nam Sam omens que estimem tam pouco o serviço de V.A. e suas honras que se contentem com terem quatro índias por mancebas e comerem dos mantimentos da terra, como faziam os que de lá vieram' ".Ibidem p.:23-4.

Das discussões relativas à adoção de uma forma de exploração econômica da América, resultou na opção por se implantar um sistema de exploração agrícola das terras brasileiras. Ainda não se completara a segunda expedição de guarda-costa, decide-se o Rei em alterar a política para com as novas terras[106].

Adota um sistema de povoamento à custa de particulares, em que retoma em parte uma antiga fórmula adotada na ocupação de terras no próprio Portugal, um sistema sesmarial[107]. Aqui a ser administrado por um regime de Donatarias, as Capitanias hereditárias. Em seu estudo sobre o sistema sesmarial, Costa Porto ressalta que a fórmula adotada no Brasil foi aquela sugerida pelo Dr. Diogo de Gouveia, ou seja, as terras do Brasil foram divididas em grandes porções que eram "doadas" a vassalos aos quais o Rei legava "poderes majestáticos". Deste modo, aos donatários cabia poderes políticos de jurisdição de governo; lhes cumpria povoar, conquistar, defender da ação dos piratas e da sua ameaça de dominação das novas terras. Como ressalta aquele autor, um direito de posse apenas em parte, pois a si e a seus herdeiros, cabia além do poder político, como posse efetiva do solo, apenas dez das sessenta léguas de terra ao longo da costa da capitania, sobre as quais exercia domínio pleno, cumprindo apenas recolher o dízimo à Ordem de Cristo. Estas dez léguas, entretanto não poderiam ser contínuas, mas deveriam estar divididas em quatro ou cinco porções, entre as quais haveria terras cedidas a terceiros.

É portanto, a partir da implantação do sistema sesmarial que tem início, efetivamente, o povoamento das terras americanas de possessão

---

[106] Ibidem p.: 23

[107] "Ao introduzir na Colônia o sistema donatarial, determinou el-Rei D. João III aos capitães dessem terras de sesmaria, 'na forma que se contem na minha Ordenação', vale dizer, mandava transplantar para o novo mundo o mesmo ordenamento excogitado para o Reino, nos tempos de D. Fernando, fórmula de resto natural: como no Reino e para resolver o problema do solo inculto, o Soberano ordenava fossem as terras da conquista repartidas entre os moradores, - de sesmaria - adotando a velha terminologia de 1375." Ibidem p.: 37

portuguesa. A decisão pela implantação de uma política de colonização em bases sesmariais, esteve ligada à necessidade de buscar uma utilização econômica para as terras americanas que permitissem repor os gastos com a sua defesa, pela produção de bens para o mercado, para o comércio português[108]. Esse passo empreendido por Portugal iria efetivamente colocar as Américas no âmbito produtivo do Sistema Mundial.

Com a instituição do sistema sesmarial, sob o regime de donatarias, coube a Duarte Coelho a administração da Capitania de Pernambuco, com expressa determinação de aqui fundar engenhos de açúcar. Trazia consigo um número considerável de homens, determinado a empreender o povoamento da área sob sua jurisdição. A adoção do sistema sesmarial visava atender primordialmente às necessidades de ocupação da terra, incentivando o estabelecimento de um número mínimo de núcleos populacionais - as sedes das Capitanias - que promoveriam a guarda da costa, impedindo o comércio dos índios sobretudo com os franceses, e à própria expansão comercial portuguesa, com a implantação dos engenhos de açúcar.

Por outro lado, a implantação da empresa agrícola açucareira, dependeria do estabelecimento efetivo de uma população para trabalhar a terra. Não contavam aqui, como nos Açores[109] e Madeira[110], com uma terra desabitada; teria que ser disputada com os nativos. Entretanto, o clima se prognosticava mais favorável, ou no mínimo, mais

---

[108] "De simples empresa espoliativa e extrativa - idêntica aquela que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais - a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu." FURTADO, Celso, op. cit. 1963:11

[109] "Nos Açores, desabitado quando os portugueses começaram sua colonização em 1439, o açúcar foi rapidamente introduzido, (...)." SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 1988. p 24.

[110] "Na ilha da Madeira, (...). A colonização portuguesa desta ilha desabitada começou efetivamente sob os auspícios do infante don Henrique em 1425." Ibidem. p 24.

diversificado. Por outro lado a experiência nas Canárias, em que os habitantes locais foram utilizados na indústria açucareira, e até mesmo, levados à Madeira para mão de obra, não se prescindiu do uso de escravos.

Àquela época, também, já se havia associado ao cultivo da cana de açúcar, à escravidão negra. Como instituição, a escravidão na Europa persistira sob diferentes formas, desde a queda do Império Romano. Gradativamente foi sendo substituída por outros tipos de servidão e trabalhos forçados, até o século treze. Entretanto, na Península Ibérica, esta instituição integrada ao cotidiano dos países da região, persistia sob a forma de uma escravidão urbano-doméstica, que em Portugal "vegetou" durante um século, alimentada por prisioneiros da guerra intermitente entre muçulmanos e cristãos. Apenas a partir de 1440, a economia portuguesa passa a sofrer o impacto produzido pela escravidão. Desta feita os contingentes provinham da expansão portuguesa pela costa da África, que entre a busca de ouro e especiarias, incluiu o tráfico de escravos africanos. E a escravidão em Portugal, que até o século quinze, estava associada a trabalhos domésticos e urbanos, como uma forma de servidão, adota uma nova forma, vinculada aos trabalhos rurais, na lavoura canavieira ibérica. Transplantada para as ilhas do Atlântico, o cultivo da cana e a escravidão negra, segue naturalmente a expansão portuguesa no Novo Mundo.

Efetivamente esta agroindústria absorvia um grande contingente de mão de obra, incluindo-se mão de obra qualificada. Mão de obra que atenderia aos engenhos de produção de açúcar, e aos plantadores de cana, gente menos abastada, que não podendo montar um engenho, não podendo arcar com os custos, mesmo financiados, para a instalação de engenhos, plantava cana, que era processada nos engenhos. Plantadores e senhores de engenho, dependiam de um considerável número de trabalhadores, menos especializados para os primeiros, mais e menos especializados para os segundos.

A sociedade que se instalava carecia ainda de pessoal para o desempenho de outras atividades. Na defesa, na administração, para garantir o abastecimento. Para as construções, para a confecção dos instrumentos, dos utensílios. Para as funções religiosas. Enfim, para toda uma gama de atividades relacionadas tanto às estruturas agrárias, quanto às urbanas. À defesa, e à conquista[111]. Toda essa mão de obra, não seria de portugueses. Não se dispunham à execução de todas as pesadas tarefas inerentes aos engenhos. A experiência portuguesa nos engenhos de São Tomé, serviram de base na orientação da alocação da mão de obra: grande número de escravos africanos. Evidentemente, os primeiros engenhos utilizaram-se da mão de obra nativa. Só posteriormente os africanos são em número suficiente para o desempenho das tarefas, para atender aos engenhos.

Desembarcados no porto dos Marcos, próximo à desembocadura do rio Igarassu, no Canal de Santa Cruz, e próximo ainda à Feitoria instalada por Cristóvão Jaques, o donatário e seus acompanhantes dirigem-se para o sul, em busca de um local para dar início a instalação da sede da Capitania[112].

Entretanto, não durou este estado de compreensão entre colonizadores e nativos. Em pouco tempo, a preocupação dos

---

[111] "O empreendimento colonial português no Brasil exigiu certa retaguarda demográfica para sua efetivação: variado substrato humano branco, a fundamentar o universo social da economia escravista, necessitando ao mesmo tempo, uma espécie de estrutura urbana, responsável por atividades administrativas, militares e religiosas. Prover tal base populacional foi também preocupação da Coroa portuguesa, pois, além do carreamento de capitais para o erguimento de engenhos, era mister atrair colonos para compor o suporte mínimo de ocupação e defesa." FERLINI, V. L. Amaral- **Terra, Trabalho e Poder**. São Paulo, Co-edição Brasiliense/CNPq. (Coleção 100 Anos de Abolição - 1888-1988). 1988.p.:15.

[112] "Foy Duarte Coelho recebido dos Tupiambás (que assim se chamavão os Gentios que habitavão este monte, e suas ribeiras) com demonstrações gratas, respondendo n'elles o contentamento a grandeza do benefíco para que os envidava o Capitão Mor, offerecendo-se-lhes companheiros, se invadidos de outras nações, necessitasem da assistência das nossas armas. Como os nossos foram tratados do mayoral com mimos de hospedes, e os mais com agasalho de companheiros, pode sem contradição levantar Duarte Coelho hua torre ou castello de Pedra e cal (de que ainda aparecem ruínas), para nelle viver com a sua família, e ao pé delle hua povoação em que assistisse a sua gente." COSTA PORTO. op. cit.: 66

fundadores da Vila de Olinda, não se restringia à defesa contra os ataques franceses, ainda que estes ataques ocorressem. As relações com os grupos indígenas que ocupavam a área e as imediações, em pouco tempo se deterioraram[113]. Deste modo é de se compreender o empenho do Donatário de Pernambuco em fundar uma vila, e provê-la do aparato básico para sua sustentação e defesa. A vila, com sua casa-forte, representava o núcleo para a segurança dos colonos. Afastar-se muito dela, representava risco, tanto para aqueles que saíssem para o interior, como para os que ficassem. Insegurança representada pelos nativos, para os que se afastassem da vila e, face os corsários, insegurança para a própria vila, que ficaria desguarnecida. De fato, em sua carta de abril de 1542, Duarte Coelho esclarecia ao rei os motivos que o faziam permanecer na Vila, em lugar de avançar rumo ao interior à cata de riquezas[114].

O regime de Capitanias hereditárias pouco durou no Brasil, tendo sido substituído pelo de Governo Geral; entretanto, perdurou o sistema de sesmarias. Em Pernambuco, no entanto, a implantação colonial promovida pelo primeiro donatário, logrou se estabelecer. Ainda que em decorrência da instituição do Governo Geral tivesse sido extinto o regime donatarial, em Pernambuco é mantida a autoridade do donatário até após a expulsão dos holandeses (1654) [115]. Com a restauração, a Coroa suprime as prerrogativas do então Donatário, assumindo a administração da Capitania. Entretanto, apenas a partir de 1716 fica resolvida a questão entre os herdeiros da Capitania e a Coroa. O sétimo

---

[113] Ibidem p.:66

[114] " deixar aqui a cousa fornecyda e a bom recado por todallas vyas, em especiall por estes franceses que, se senyrem nam estar na terra, cometerão a fazer o que soyam fazer, mas nam poderam." LEITE, S. Hist. Col.... III: 314, apud Ibidem p.:24-5.

[115] "depois de serem os Olandezes expulsos dessa terra, julgou o Monarca não ser conveniente conservar nesta Capitania donatário, com o fundamento de não poder hum senhor particular defender a terra de invasão de inimigos e por esse motivo foi S.M. servido ordenar, no ano de 1654, se agregassem a sua Real Coroa estas Capitanias, transmutando-se em domínio seu." Texto da Ordem Beneditina, apud **Rev. Inst. Arq**. Vol XXXVII:59.

conde de Vimioso, entra em acordo com o Trono, abrindo mão de Pernambuco, a troco de 80 mil cruzados e outras compensações[116].

O SISTEMA AMERICANO

O novo mundo era alvo dos interesses de vários sistemas específicos, o europeu, de um modo geral, particularizado pelo português e o espanhol, o romano, e o jesuítico. Todos estes sistemas traçaram estratégias para as suas atuações em terras do novo mundo. Estas estratégias, no entanto, tiveram que adequar-se a situações particulares e diversificadas em função dos povos e culturas que se encontravam instalados e articulados há milhares de anos nas terras que posteriormente seriam conhecidas como Américas.

A vertente pacífica era principalmente ocupada por grupos que, de acordo com a classificação de Service[117], se encontravam a nível de chefia, uns, e a nível de estado antigo, outros. Na vertente atlântica não parece que se tenham desenvolvido estados. Ao longo do Amazonas, e até a sua foz, grupos possivelmente a nível de chefia têm sido reconhecidos arqueologicamente. A costa leste, litoral e interior, entretanto, os grupos têm sido referidos como em estágio tribal ou de bandos.

Nas terras americanas, o espaço se encontrava organizado, em grande parte por intermédio de guerras. Guerras internas, saques, comércio, intercâmbio cultural e biológico, constituíam-se em episódios

---

[116] COSTA PORTO, 1965 op. cit. p.:126.

[117] SERVICE, Elman R.**Primitive social organization**. An evolutionary perspective.2. ed. New York: Random House, 1971, 221 p.

quotidianos neste sistema que ainda não havia se confrontado com o elemento europeu.

Os portugueses que chegaram ao Brasil eram numericamente insignificantes se comparados com a população aqui existente. O litoral, como o interior, abrigava um grande número de grupos. Muitos dos quais, filiados a um mesmo tronco lingüístico, e mesmo falando a mesma língua, ou línguas muito próximas. A literatura etnográfica e arqueológica, tem considerado que na costa leste, grande parte dos grupos apresentavam uma organização social a nível do que é caracterizado por Service, como tribo. Entretanto, a própria documentação histórica, acerca dos contatos, e sobretudo acerca das guerras e armistícios, deixa entrever a necessidade de uma revisão do assunto. As relações de trocas, as grandes distâncias percorridas, com o objetivo que se poderia pensar como a formação de uma rota de comércio, a malha de caminhos implantados em meio a mata, sugere, no mínimo, que tais sociedades apresentavam uma trama de conexões, mais complexa que as consideradas habitualmente para as sociedades tribais. Um amplo sistema de alianças, uma complexa teia de sistemas de parentesco, uma grande mobilidade espacial, que chegara quase a inter-relacionar grupos sul-americanos do Atlântico e do Pacífico. Sobretudo na Amazônia, onde os rios tornavam possível o contato através da navegação, entre o litoral e os pés dos Andes. Navegação que não se restringia à fluvial. Construtores e navegadores de pequenas e grandes canoas, os nativos da costa leste, usavam-nas mesmo em investidas guerreiras. Evidentemente, não se pode comparar as capacidades de guerra das embarcações nativas, com as portuguesas. E neste campo de luta, levava vantagem o armamento europeu. Na floresta, no entanto, a diferença numérica, a velocidade de re-municiamento, a familiaridade com o ambiente, favorecia o nativo.

As relações entre nativos e portugueses, não se iniciara a partir da instalação da Vila. As feitorias régias, há quase vinte anos atuavam

como entrepostos, áreas de armazenamento de produtos dos nativos, que resultavam de trocas. Não eram apenas produtos da costa, nem apenas o fruto de coletas. As trocas implicavam no trabalho indígena. Mas um trabalho compreendido entre as atividades conhecidas, integrantes de sua cultura. A necessidade de mão de obra para os engenhos de açúcar, rapidamente faria degenerar as relações relativamente amistosas, que de início se estabeleceram. Da disputa entre colonos e jesuítas, por seus corpos, os primeiros, por suas almas, os segundos, praticamente foram dizimados os nativos.

CAPÍTULO II

A EXPANSÃO MISSIONÁRIA JESUÍTA, NOS PRIMEIROS ANOS.

A primeira metade do século dezesseis permitiu a consolidação de alguns aspectos consideravelmente significativos para o estabelecimento da empreitada colonial portuguesa no Brasil. O florescimento de algumas capitanias, a criação de algumas vilas, marcaram a fixação inicial do sistema lusitano em terras brasileiras.

As Feitorias ou Casas fortes edificadas, de início, em alguns poucos pontos do litoral não representaram uma defesa eficaz para evitar o assédio de outros povos, sobretudo franceses, visando o tráfico dos produtos da terra.

Como foi referido anteriormente, a eficácia das fortalezas e feitorias contra a ação dos corsários, principalmente franceses, se dava no plano prático, de forma punctual, ou seja, nos locais de sua instalação, sem maior abrangência espacial. Por outro lado, mesmo esta eficácia era discutível, face às freqüentes investidas dos corsários, atacando diretamente às Feitorias. A Feitoria régia, erguida em Pernambuco em 1516 por Cristóvão Jaques[118], a primeira instalada no Brasil, que teria sido erguida no continente, a margem do canal de Santa Cruz que separa a ilha de Itamaracá[119], mostrara-se incapaz sequer de defender-se dos ataques corsários[120].

---

[118] A exata localização da Feitoria pode ser definida através dos resultados obtidos com a pesquisa arqueológica desenvolvida em 1967 pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE.

[119] ALBUQUERQUE, Marcos 1969, 1982,1984.

[120] "Pero Lopes de Souza escreve que ao chegar ao 'rio de Pernambuco' em fevereiro de 1531 'havia dois meses que ao dito rio chegara um galeão de França e saqueara a feitoria e roubara toda a fazenda que nela estava del Rei Nosso Senhor', tendo o feitor, Diogo Dias, se retirado para o Rio de Janeiro. (...) Pouco mais tarde a feitoria foi alvo de um segundo ataque dos franceses, em começos de 1532, (...) ". GONSALVES DE MELLO, J.A. 1969:78-9

Por outro lado, vale salientar que a ação tanto das Feitorias quanto das esquadras de defesa da costa, conquanto buscassem atuar no plano prático da salvaguarda da posse das terras, no plano político não exercia significativa influência, vez que a terra permanecia efetivamente sem ocupação. Este representava o ponto central em que se fundamentavam, principalmente os franceses, para disputar a posse de terras na América.

Por outro lado, a Igreja Católica, que já havia experimentado o poder, se encontrava, como já vimos em mais detalhes anteriormente, abalada em decorrência da reforma protestante. No entanto, a Igreja Católica, era já detentora de uma grande, uma longa experiência em estratégias de sobrevivência; sobretudo uma grande experiência em contornar crises. Aliando-se às nações de domínio católico, notadamente Portugal, Espanha, França, Alemanha e Itália, participaria das conquistas de expansão colonial, tanto na Ásia, na África, como nas Américas[121].

Conjunturalmente, a primeira metade do século dezesseis permitiu uma grande arrancada do sistema colonial português em terras do novo mundo, que seria melhor observada a partir dos anos de 1550.

O início da segunda metade do século dezesseis seria marcado por um significativo incremento na complexidade do sistema colonial português no Brasil. Dataria deste período a chegada dos jesuítas ao Brasil, bem como a construção da Igreja de Nossa Senhora da Graça em Olinda. Os jesuítas, que já se encontravam suficientemente organizados a ponto de poder envolverem-se com a missão colonialista

---

[121] "No empreendimento da Colonização, a Igreja encontrou sua nova Cruzada, desempenhando o papel de um ativo, dedicado e eficiente parceiro dos reinos católicos expansionistas europeus, particularmente Portugal e Espanha. Coube a Igreja construir a mão desarmada, a ação política e social de cada expedição de conquista. Os missionários usando da pregação religiosa e da persuasão, acompanhavam a força armada na dominação de povos nativos da Ásia, África e América, e ao mesmo tempo ampliavam os domínios do Cristianismo, espiritual e materialmente." DIAS, 1988; HAUBERT, 1967.

portuguesa, passariam a interagir com a sociedade local, interferindo em praticamente todos os seus segmentos. Na vila de Olinda, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, viria a constituir-se em mais uma unidade funcional, representando mais uma conquista dos vários sistemas envolvidos com o processo colonial.

Em companhia do primeiro Governador Geral, chegaram ao Brasil os primeiros jesuítas[122]. Instalaram-se inicialmente na Bahia. Desde cedo trataram não apenas de promover os meios para a sua assistência à sede do governo da colônia, mas logo buscaram reconhecer, através de visitas, outras áreas povoadas pelos colonizadores. A partir de então iniciam sua obra, buscando abranger toda a Colônia. Fixam raízes, de início nas principais povoações, instalando Colégios; embrenharam-se nas matas, buscando a propagação da fé entre os nativos.

No Brasil, a ação dos missionários foi bastante diversificada, e alguns de seus membros exerceram um papel preponderante no delineamento das estratégias políticas da conquista. Constituíram-se aldeamentos em diferentes locais, e os "índios dos padres" foram seguidamente utilizados nas guerras promovidas em larga escala contra os indígenas, e nisso se seguia o Plano de Colonização, apresentado pelo Padre Manoel da Nóbrega, primeiro provincial dos Jesuítas no Brasil, que chegou com o primeiro Governador Geral[123].

---

[122] " (...) a 29 de março de 1549, chegavam ao Brasil os seis primeiros jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega, que iriam edificar e fundar na Bahia de Todos os Santos, então sede do primeiro governo geral do Brasil, a primeira casa e o primeiro colégio da sua ordem, onde se formariam e de onde sairiam os mais antigos sacerdotes do Brasil." NOGUEIRA, 1985: 9

[123] "O Pe. M. da Nóbrega, 1° Provincial dos Jesuítas no Brasil, acompanhou o núcleo de colonização, que chegou à Bahia em 29.03.1549 com o 1° Governador-geral. Distinguiu-se como autor do Plano de Colonização adotado na implantação definitiva da colonização portuguesa no Brasil, e pela sua atuação como conselheiro político e militar do 1° e do 3° Governadores-gerais. Teve influência total e irrestrita durante a administração de Mem de Sá 3° Governador) que colocou em prática, a nível de política de Estado, o Plano por ele sugerido (Leite, 1938, II, p. 118). Proveu assim as bases teóricas da fase mais agressiva da conquista, movida a base de guerras de larga escala contra os povos [Continua na página seguinte.]

A análise das ações e dos resultados obtidos pelas Missões jesuíticas, é ainda nos dias atuais, matéria bastante controvertida[124]. As Missões do centro-sul da América latina, sob a orientação de jesuítas espanhóis, mantiveram ao longo de sua existência, que não ultrapassou o Século dezoito, o caráter de um conjunto de sociedades indígenas cristianizadas, voltadas para a auto-subsistência, o que foi considerado por alguns autores como uma experiência comunista de vida [125].Ao contrário das Missões franciscanas da Califórnia, que se transformaram de centros de subsistência para instituições comerciais (no Século dezenove), as Missões jesuíticas no centro-sul da América latina, até a sua dizimação, mantiveram os princípios de isolamento, não se integrando, de modo mais amplo, ao sistema da economia mundial. Algumas tentativas de integração foram feitas, entretanto, a sociedade colonial, no Brasil, parecia não demonstrar interesse nesta integração, aos moldes propostos pelos religiosos. Este aspecto de sua conduta teria servido de argumento para que fossem as missões, qualificadas como uma tentativa de estabelecimento de um Estado em separado, o que viria a justificar os ataques que sofreram.

Por outro lado, ainda que tenha sido diferenciada a ação dos jesuítas no centro-sul do continente, notadamente no que se refere às missões dos povos Guarani, que obedeciam a Coroa de Espanha, e aquela desenvolvida na América portuguesa, vale salientar que a Igreja Católica como um todo, teria tido uma ação decisiva na conquista das novas terras.

As observações dirigidas às relações dos jesuítas no Sul do Brasil, parecem se aplicar em termos de Nordeste. Desde cedo, buscaram os

---

indígenas do Brasil, usando maciçamente os "Índios dos Padres" aldeados pelos missionários sob a sua chefia." DIAS, Carlos A. 1988: 81.

[124] HAUBERT, 1967.

[125] LUGON, 1977.

padres constituir aldeamentos, em que reuniam grande contingente de nativos. No caso de Pernambuco, entretanto, a ênfase na implantação de engenhos de açúcar, a necessidade de mão de obra gerada, conduziu a uma rápida deterioração das relações entre portugueses e nativos. As tentativas de acordo entre os dois grupos tornaram-se infrutíferas, face os constantes desrespeitos às cláusulas estabelecidas. As tentativas de aprisionamento e escravização dos indígenas, conduziu a represálias, muito duras ao sistema do colonizador. São freqüentes as referências aos assaltos e destruição causados pelos índios aos engenhos mais afastados[126]. Conflitos que se repetiam nas demais regiões, como na Bahia, no Rio de Janeiro, e outras áreas povoadas por portugueses.

As hostilidades tornaram-se tão fortes que já não se considerava seguro afastar-se das vilas. Os embates, as perdas causadas pelos ataques indígenas, logo conduziram o Governador Geral a restringir o acesso ao interior das terras. Mesmo a ação jesuítica neste campo foi tolhida, porquanto, por vezes, lhes foi negada a autorização para ir às aldeias[127].

Em Pernambuco, em 1560, seis anos após a morte do primeiro donatário, período em que a Capitania foi governada por sua viúva, chega Duarte de Albuquerque Coelho, filho de Duarte Coelho, e seu herdeiro, para assumir a Capitania. Trazia especial recomendação de

---

[126] "(...) em 15 anos de esforços, o lusitano não fora além da faixa estreita entre Igaraçu e a várzea do Beberibe, nos arredores de Olinda. De fato, é possível que o primeiro destes engenhos fosse o de Salvador (...) . o quarto, o de Santiago, de Olinda, de Diogo Fernandes, marido da famosa Branca Dias e que, como o de Igaraçú, foi destruído na luta com o indígena, de 1553, (...) " COSTA PORTO, 1965: 66-67

[127] "E tanto o Governador levou a sério a defesa dos moradores, vedando-lhes a penetração que, nada obstante devotíssimo da Companhia de Jesus, ouvindo em quase tudo o Padre Nóbrega, quando o Superior idealizou o plano de meter- se 'polla terra a dentro fazer casas no sertão', não o permitiu, comunicando a el-Rei 'eu lho defendy de maneyra e com palavras com que se devem defender as taes obras, dizendo- lhe que asy como se for V.A. alargando, se vão elles tambem', - e sugerindo ao Soberano, para evitar ficassem os jesuítas queixosos, 'acuda luogo a ysso, porque não queria eu ter com homens tam vertuosos e tanto seus amigos diferença de pareceres, porque sempre tenho ho meu por pyor e se não fora toda esta costa contra esta hopenião, não ousava eu lho impedir.' Hist. da Col. III, 366). Apud COSTA PORTO op. cit.: 71

"fazer face ao problema com os índios". Esta ação, em seus objetivos foi amplamente eficaz[128] (ver ainda nota de rodapé 4). O Padre Fernão Cardin, em 1583, em uma de suas narrativas, em que dá notícias de Pernambuco, aborda a questão da distribuição da população de Olinda[129], mencionando a significativa queda na população nativa.

É portanto, coerente a observação arqueológica, com base no estudo comparativo do material proveniente da Feitoria de Cristóvão Jaques (1516). Naquela instalação do início do processo de povoamento, o material de origem indígena é abundante, sobretudo nas etapas iniciais da fixação portuguesa. Progressivamente o material de origem colonial vai assumindo maiores proporções, até o completo desaparecimento do material de origem indígena. Na Igreja de Nossa Senhora da Graça, entretanto, já não foram registradas peças de origem indígena [130].

---

[128] "Quando os portugueses chegaram ao Brasil, calcula-se em um milhão e quinhentos mil a dois milhões o número de indígenas que aqui viviam, divididos em numerosos grupos tribais e lingüísticos. Os portugueses pensaram a princípio, como escreveu Caminha em sua saborosa Carta, que 'a esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos.' E começaram, logo nos primeiros dias, aquele método de dissolução cultural com que pensavam amansá-los. Não fora assim na Índia, com Vasco da Gama, nem assim o fará Cabral. As resistências opostas, uma terrível violência ensinaria que o Poder é Poder e que Portugal representava na época, ao abrir a Fronteira Mundial, o maior Poder agressor mundial. Na Índia, um e outro aplicaram verdadeiros terrorismos às populações desobedientes. Aqui esperavam não usar a violência. Mas o medo, que gera a violência e a agressão, já estava em Caminha, ao dizer que 'os índios andavam já mais mansos e seguros entre nós, que nós andávamos entre eles.' E assim foi durante longo tempo. Uma desafeição geral contra a terra e a indiada, dominava a gente portuguesa; um ódio incontido contra o gentio levava-a a praticar as maiores iniquidades, como as que praticaram Tomé de Souza, Mem de Sá e Jerônimo de Albuquerque, ao mandarem colocar à boca de bombardas, feitos em pedaços, os índios que mataram cristãos. Foi, portanto, na base do terrorismo, feito aqui, na Índia e na África que se impôs a paz cristã, que se sujeitou todo o gentio à lei dos colonos. Tirar o medo aos cristãos, senhorear o gentio pela guerra, amedrontá-lo com grandes ameaças, domá-lo e metê-lo no jugo e sujeição, tomar suas terras e roças e reparti-las pelos colonos, como escravos. Aí esta um quadro sumário dos contatos luso-indígenas do primeiro século que ensopou nossa terra de sangue indígena, apesar dos esforços da catequese jesuítica, sempre mais lembrada e louvada porque é a história triunfante e oficial." RODRIGUES, José Honório- Características do Povo Brasileiro. **Revista da Escola Superior de Guerra**, ano V, n. 12. Edição Comemorativa Quadragésimo Ano. Rio de Janeiro, p. 137-157. 1989.:137-8.

Ver ainda, dados mais atuais, propostos por Dobyns (1966).

[129] "Tem passante de dois mil vizinhos entre villa e termo, com muita escravaria da Guiné, que serão perto de dois mil escravos: os índios da terra já são poucos." (Cardim, 1583).

[130] ALBUQUERQUE, Marcos. 1969, 1980, 1984.

A ação dos Jesuítas no Nordeste, como foi referido anteriormente, com relação à América portuguesa, seguiu moldes diversos daquele das missões do centro-sul do continente. Sua ação esteve em grande parte voltada para as relações com o colonizador. Não se quer com isto obscurecer a preocupação constantemente voltada para a "conversão dos gentios" [131], mas, sobretudo nos primeiros anos de sua chegada, o reduzido número de padres, e a necessidade de atender às vilas, repletas de "pecados" e de cristãos "mal preparados"[132], teria reforçado a necessidade de permanência nas vilas. Sobretudo em virtude da política de centralização da metrópole, em cuja ação contava o governador-geral com o apoio dos jesuítas. Por outro lado, quando da chegada dos jesuítas ao Brasil, já se estabelecera as hostilidades entre indígenas e brancos, na maior parte das capitanias. Muitas delas haviam inclusive se tornado inviáveis em virtude dos conflitos e das destruições de estabelecimentos e pessoas, promovidas pelos nativos. Não menores destruições promovidas pelos colonos, mesmo aos índios aldeados[133]. Os trabalhos missioneiros junto aos índios do Nordeste, como de resto em praticamente em todo o Brasil, buscou sobremodo minimizar a reação indígena à ação colonizadora portuguesa. Não apenas isto, buscou ainda estabelecer condições tais de ascendência branca, de modo a permitir fossem os "índios dos Padres" utilizados nas

---

[131] "Quanto a conversão do gentio, que hé ho principal a que viemos, sinto que há mester muyto lume da graça para saber attinar com a verdade, porque como não tem quem adorem, salvo uma sanctidade que lhe vem de anno em anno, como já os Irmãos lhe terão scrito, facilmente dizem que querem ser christãos, e asi facilmente tornão atraz (...) " Carta do Padre Antonio Pires, aos Irmãos de Coimbra, datada de 4 de junho de 1552. Apud MENEZES, 1976:20

[132] "Não deixo de cuidar que vos espantareis como terra em que os homens pedem baptismo não hé já toda cristãa. A causa disso hé qua estando lá não se alcanção as cousas tanto como vendo-as, porque de tal parecer veo mandar-se, segundo cá se diz, que quantos se quisessem fazer christãos se fisessem, o que foy causa de se fazerem muytos erros e scandalos." Carta do Padre Antonio Pires, aos Irmãos de Coimbra, datada de 4 de junho de 1552. Apud MENEZES, 1976:20

[133] PIMENTEL, Alfredo. **Documento para a história da catequese dos índios e das missões religiosas no Brasil**. Arq. Público da Bahia, vol. 29, 1946.
MARTIN, Gabriela. Arqueologia nas Missões religiosas do Vale do São Francisco. Revista do CEPA Anais da V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. vol. 17 n. 20 Santa Cruz do Sul: FISC. 1990.

guerras, sobretudo contra outros grupos indígenas, que não se sujeitassem. O estudo comparativo das ações dos jesuítas com os indígenas e com o colonizador, tem destacado alguns aspectos, que giram em torno das diferenças, sobretudo em termos de tolerância para com os costumes [134].

No Nordeste, e até mesmo no Rio de Janeiro a ação jesuítica esteve, de certa forma, voltada a uma vinculação urbana; voltou-se então a ação jesuítica para a preparação de pregadores e para a instrução e educação, exercendo por vezes um severo patrulhamento nos costumes. Deste modo, uma das principais funções desempenhadas pelos jesuítas no Brasil esteve voltada para o ensino, tanto de formação nas disciplinas eclesiásticas, quanto voltado para o ensino público.

Entretanto, ainda que voltados em parte à ação urbana não se limitavam em cuidar dos brancos. A ação jesuítica estava voltada a todo o povo, inclusive índios e negros, mesmo que trabalhadores dos engenhos de açúcar[135]. Visava, portanto, sobretudo o elemento em contacto inter-étnico, diferindo, por conseguinte, da ação nas missões no Sul. As instituições implantadas ou defendidas pelos jesuítas no âmbito urbano, visava a integração destes grupos, em termos de consolidar a expansão do colonizador. Por outro lado, havia alguns interesses conflitantes entre a pregação jesuítica e o branco colonizador. Há referências de que no início da instalação da Vila de Olinda, as relações entre brancos e indígenas eram amistosas. Mas o quadro é rapidamente revertido, e em 1553 imperava um clima de grandes tensões. Já em 1555 não se permitia que pessoas se afastassem das vilas, face o perigo

---

[134] DIAS, 1988; HAUBERT, 1967.

[135] "Fue cosa para dar muchas gracias al Senor, ver este domingo passado una iglesia muy grande llena de esclavos que veníam a la doctrina, que seríam cerca de mil, fuera los que están en las haziendas, que son muchos, porque ay hazieda que tiene dozientos esclavos. "Carta do Padre Antonio Pires, de Pernambuco, aos 2 de agosto de 1551, apud LEITE, 1956 vol. I:261).

que representava o confronto com o indígena[136]. A ação jesuítica no Nordeste parece nem sempre ter sido satisfatória aos interesses dos colonizadores, tanto por suas críticas aos costumes, quanto por "não ajudarem na resolução dos problemas com os índios". De fato, a ação missioneira jesuítica no litoral do Nordeste foi prejudicada, pela implantação dos engenhos, e a demanda pela mão de obra nativa, gerando conflitos entre padres e colonos. Estabelecido o conflito entre nativos e colonos, optou-se pelo extermínio dos indígenas. A missão que se iniciara em 1551, logo cedo foi abandonada. Só mais tarde chegariam outras Ordens[137], e os próprios jesuítas, apenas a partir de 1569, estabelecem-se efetivamente em Olinda[138].

Por outro lado, as cartas de Manuel da Nóbrega, e sobretudo do Padre Antônio Pires, revelam que estes religiosos não aceitavam as relações sociais que se implantavam no Novo Mundo português, notadamente na Vila de Olinda. Tão pouco aceitavam o que consideravam a compactuação de religiosos, com os costumes[139] (maus costumes, em sua ótica), sobretudo aqueles relacionados às questões

---

[136] "Por outro lado, a prudência aconselhava a medir bem os passos dos moradores, ante o perigo do indígena brabo e comedor de gente, donde, aquele item do Regimento do Primeiro Governador: 'polla terra firme a dentro não poderá hir a tratar pessoa allguma sem licença vossa (...) e a dita licença não se dará senan a pessoas que parecer que irão a bom recado e que de sua ida não se seguirá prejuizo algum.' " COSTA PORTO, 1965: 70-1.

[137] " Olinda crescera. Em 1850 chegam os franciscanos; cinco anos antes chegaram os carmelitas, sete anos depois de 1585, em 1592, se instalam os beneditinos na capela de S. João, depois se mudarão para a capela de Mossa Senhora do Monte. Todos estes religiosos dão início aos seus estabelecimentos." MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976:46

[138] Relação dos lugares onde residiram e trabalharam os jesuítas em Pernambuco:
Colégio e Igreja de Olinda (hoje Seminário), Colégio e Igreja do Recife (hoje do Espírito Santo), Igreja das Congregações, anexa à outra (hoje da Conceição); Recolhimento o Coração de Jesus, de Iguaraçu; Aldeia de São Miguel de Muçui, S. André de Goiana, Itambé, Itapicirica, Ibatatá, Escada, Mucujé, Caeté, Ipojuca, Una; Engenho de Monjope, e de Nossa Senhora da Luz, Cotunguba e Cararibas, Quinta da Madalena, Aiama e Barreto. LEITE, Serafim, S.I. **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil** (1549-1760). Ed. Brotéria. Lisboa. 1953. p. 34

[139] Los clérigos desta tierra tienen más officio de demonios, que de clérigos; porque allende de su mal exemplo y costumbres, quierem contrariar a la doctrina de Christo, y dizen publicamente a los hombres que les es lícito estar en pecado con sus negras, pues que son sus cativas, y que pueden tener los salteados, pues que son canes, y otras cosas semejantes, por excusar sus pecados e abominaciones. De manera que ningún demonio tenemos acá que nos persigua sino estos. LEITE, 1956 -vol.I: 260

familiares. Neste aspecto, as preocupações jesuíticas voltadas para os costumes encontram raízes em preocupações anteriores da Igreja Católica como a Revolta dos Patarinos ocorrida em Milão nos idos de 1057, já mencionada anteriormente.

A MISSÃO DE PERNAMBUCO

Olinda, como uma das mais antigas vilas do sistema colonial português no Brasil, recebeu já em 1551 a visita do Padre Nóbrega e seu companheiro, o Padre Antônio Pires. De fato, a Capitania de Pernambuco não teria sido das primeiras a serem visitadas pelos jesuítas. É o próprio Padre Manuel da Nóbrega, que em carta aos irmãos da Companhia[140], escrita desta Capitania, relata que há cerca de um mês chegara à Capitania de Pernambuco, dando a entender que as demais, ou pelo menos várias outras já teriam sido visitadas[141]. Menciona ainda a necessidade da ação religiosa naquela Capitania, haja vista os "pecados muito arraigados" que lá teria encontrado[142].

Em suas cartas, os jesuítas dão conta do modo atencioso como foram recebidos pelos principais da vila de Olinda, sobretudo pelo

---

[140] "El Governador (Tomé de Souza) determina de yr presto a correr esta costa, y yo yré con él, y de los Padres que V.R. embiare, llevaré algunos comigo para dexar las Capitanias proveydas. El Rey nuestro señor escrevió al Governador que le escreviesse se avía ya Padres en todas, las quales sin quedar ninguna tenemos visitadas en todas estan Padres si no en ésta, en que al presentente estoy, llamada de Pernambuco, que es la principal y más poblada, y donde más abierta está la puerta, a la qual hast'aqui no havíamos venido por falta d'embarcación, y por sermos pocos". Carta do Padre Nóbrega ao Provinçal, apud LEITE, Serafim, S.I.- **Monumenta Brasiliae**, 4 volumes. Roma, Monumenta Histórica Societatis Iesu, ; 1956 -V.I: 260.

[141] Ibidem:p. 261

[142] "(...) a qual nos faltava por visitar e tinha muita necessidade que nenhuma outra, por ser povoada de muito e ter os pecados muy arraigados e velhos." Por outro lado, na colônia "muito há para se fazer e somos muito poucos". Ibidem:p. 261

Capitão e sua esposa[143]. Entretanto, à medida em que reconheciam as contradições no comportamento de grande parte daquela sociedade em relação aos "bons costumes", tornava-se delicada a situação dos padres da Companhia de Jesus. As críticas que dirigiam não apenas à sociedade leiga, mas sobretudo aos clérigos, levou-os, algumas vezes a temer por suas próprias vidas[144], naquela vila; apenas o respeito com que se impunham, parecia garantir-lhes a integridade.

O Padre Serafim Leite, na sua "História da Companhia de Jesus", faz referência à fundação da ermida, sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, entre as primeiras construídas quando do início da instalação da Vila de Olinda, e que seria oferecida aos religiosos de Santo Agostinho, que não vieram ao Brasil naquela época[145]. Esta informação revela ainda as expectativas quanto à concorrência das Ordens religiosas no processo colonial.

Menezes[146] chama a atenção para o engano no que se refere ao ano de 1550, referido por Leite[147], quando, pela documentação da época, se pode admitir que somente em 1551 os Jesuítas vêm a Pernambuco. As cartas do Padre Manoel da Nóbrega e do Padre Antônio Pires, os

---

[143] "Y aqui fuimos muy bien recebidos deste pueblo, principalmente de los Capitanes que son hombres virtuosos y amigos de Dios, y, porque esta tierra es poblada de mucha gente, ay tambiém en ella muchos pecados. Mas aunque esto sea, parecéme que la gente está docil, y bien inclinada. (...) Luego que aquí llegamos começaran muchos a se apartar de sus mancebas, y de otros pecados. Paréceme que fué por miedo, por les parecer que trayamos poder para los castigar." Carta do Padre Antônio Pires aos Padres e Irmãos de Coimbra, apud LEITE, Ibidem:p. 261

[144] "Quiérennos mal, porque les somos contrarios a sus malos custumbres, y no puedem sufrir que digamos las missas debalde en detrimento de su interesse. Pienso que si no fuera por el favor que tenemos del Governador y principales de la tierra, y ansí porque Dios no lo quiere permitir, que nos overian ya quitado las vidas. Esperamos que venga el Obispo, que provea esto con temor, pues nosotros no podemos por amor". LEITE, 1956 -V.I:263

[145] "Duarte Coelho fundou, num pequeno outeiro da sua vila de Olinda, uma ermida a Nossa Senhora da Graça com o intuito de a oferecer aos religiosos de Santo Agostinho, se viessem ao Brasil. Não vieram. Porisso quando os jesuitas chegaram a Capitania, em 1550, doou-lha o Governador."LEITE, Ibidem:431

[146] MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976.

[147] LEITE Serafim, História (...) , V. I.

primeiros Jesuítas a vir a Pernambuco, coincidem quanto ao ano de sua chegada nesta Capitania, pois, em carta datada de 02 de agosto de 1551, o Padre Antônio Pires informa da viagem da Bahia e chegada a Pernambuco[148].

Reunindo informações de diferentes fontes, tanto textuais quanto cartográficas, Menezes[149] apresenta uma lista de seis templos católicos, contemporâneos às primeiras décadas de instalação da Capitania de Pernambuco [150], mencionando adiante, mais outros cinco[151], que se instalam a seguir. São igrejas pequenas, construídas seja por ação do donatário, seja por iniciativa de particulares. A partir do final dos anos 1570 e ao longo dos 80 até a invasão holandesa, outras Ordens religiosas que chegam ao Brasil vão dar início a seus estabelecimentos. O número de construções religiosas acena como um dos indicadores da prosperidade que experimentava a Capitania, decorridos apenas quinze anos do início da instalação da Vila de Olinda, quando já se haviam passado trinta e três do descobrimento. Evidentemente, as bases econômicas que suportavam o Estado português, e sua posição no Sistema Mundial da época, se refletem no tratamento dispensado à Colônia, decorrente da expectativa de potencial que lhe é atribuído. A baixa expectativa de interesse para o mercantilismo dos produtos aqui

---

[148] "El Padre Nóbrega y yo partimos avrá quinze o veinte dias para es Capitania de Pernambuco, donde a seis o siete que somos llegado com assaz fortuna" Apud LEITE. 1956: 261

[149] MENEZES, José Luiz da Mota. Igreja de... 1976

[150] "(...) a colina da Sé, a principal da Vila se estende ao longo de Leste a Oeste, balisando seus extremos a Matriz do Salvador e o Hospital e a Igreja da Santa Casa de Misericórdia. (...) em uma outra colina (...) já existia em 1551, tendo como orago Nossa Senhora do Monte (...). Noutra colina, ao Sul, (...) encontrava-se construída antes de 1551, uma ermida de Santo Antônio e São Gonsalo (...). Frei Bonifácio Mueller acrescenta, (...) às ermidas citadas a de São João. Finalmente a última ermida, de fundação do Donatário, a de Nossa Senhora da Graça destinada em princípio aos frades de Santo Agostinho, é doada aos Jesuítas quando chegaram a Pernambuco em 1551." MENEZES, José Luiz da Mota. Igreja de... 1976: 5,6

[151] "Das igrejas ou capelas sabemos da existência daquelas mencionadas de S. João, N.Sra. do Monte, Misericórdia, e talvez a do Recolhimento de N. Sra. da Conceição. Outras surgirão até a invasão holandesa: a exemplo a de N. Sra. do Amparo, N. Sra. de Guadelupe. N.Sra do Rosário dos Homens Pretos e a segunda matriz de S. Pedro Mártir." MENEZES, José Luiz da Mota. Igreja de... 1976:46

identificados logo no início, traduzido pelo praticamente abandono inicial destas terras, segue-se a necessidade de povoamento imediato para garantir a posse, o que redundou na adoção de uma política de estabelecimento do regime de Sesmarias.

No sentido de buscar fornecer os meios para dar início à instalação dos jesuítas em Pernambuco, doa-lhes o Capitão a ermida, construída sobre um outeiro contíguo àquele em que fora instalada a casa-forte da vila. Deste modo, como já foi mencionado, a história da Igreja de Nossa Senhora da Graça, tem início, em 1551, sob a feição desta ermida.

Entretanto, pouco se demoram, nesta oportunidade, os padres da Companhia de Jesus em Pernambuco. Retornando Nóbrega à Bahia, permanece em Pernambuco apenas o padre Antônio Pires, que dá início às obras da Missão[152].

Pouco depois, incumbido pelo bispo de visitar o norte da Diocese, deixa também Pernambuco o padre Pires. Concluída a visita ao norte, o padre retorna à Bahia, a fim de prestar contas de sua missão ao bispo D. Pero Fernandes Sardinha. A missão de Pernambuco ficara portanto abandonada. A primeira tentativa de estabelecimento da Missão jesuítica em Olinda, não chegara a se concretizar.

Oliveira Lima[153] analisando as razões que teriam levado a ter permanecido provavelmente inativa a Missão de Pernambuco entre 1551 e 1560, tece algumas considerações que remetem à luta desenvolvida

---

[152] "(...) com a intenção de tornar ou de mandar mais número de sujeitos, bem necessários à tão grande seara. E pera que por entretanto se conservassem os princípios lançados, deixou na terra e como em reféns, o padre Antônio Pires, seu companheiro, porque além de sua virtude, era bem quisto, assi de portugueses, como de Índios (...). E não se enganou; porque foi conservando a missão no mesmo teor começado" VASCONCELLOS, Pe. Simão de, S. I. Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil. 2 volumes. Lisboa. 1765.apud MENEZES, José Luiz da Mota. Igreja de... 1976: p. 7

[153] OLIVEIRA LIMA, M. de. **Pernambuco seu desenvolvimento histórico**. Lepzig 1895; 2a. Ed. - Fac simile - Pernambuco 1975.

pelo Donatário de Pernambuco para manter a soberania em sua jurisdição, ameaçada pela instituição do Governo Geral. Atribui Oliveira Lima, que não apenas o exíguo número de jesuítas teria levado ao abandono da Missão em Pernambuco; a postura do velho donatário demonstrava que não estaria propenso a declinar de sua autoridade "quase soberana" seja em proveito dos padres, seja da Coroa. Os jesuítas, por seu turno, comprometidos com os objetivos da própria Ordem, viriam nesta postura do Donatário uma tendência contrária àquela definida pelos objetivos da Coroa. Os objetivos de centralização da administração da colônia, traçados pelo Conde de Castanheira, apostos nos regimentos que trazia o primeiro Governador Geral, teriam sido possivelmente incorporados pelos Jesuítas, entre suas metas. Seria do interesse da Companhia a supremacia dos ditames da Coroa, e sua própria interveniência neste sentido. O apoio jesuíta no sentido de implantar a centralização da administração no Brasil, viria a reforçar a posição da Companhia junto ao monarca português[154]. O Padre Simão Rodrigues de Azevedo, um dos companheiros de Loyola, então mestre do filho de D. João III, exercia influência junto ao rei, desfrutaria mesmo de posição preponderante na corte. Deste modo "à Companhia só convinha a própria suzerania, ou a do monarcha jungido ao carro triunphal de Loyola (...)"[155]. Na realidade, a instituição do Governo Geral na colônia, representou, como se pode apreender das observações

---

[154] "Duarte Coelho e sua molher san tan virtuossos, quanto hé a fama que tem, e certo creo que por elles nan castigou a justiça do Altissimo tantos males até agora. E por hé já velho e falta-lhe muito pera ho boom regimento da justiça, e por iso ha jurisdição de toda a costa devia de ser de V.A." Apud LEITE, Serafim, S.I.- **História da Companhia de Jesus no Brasil**, 10 volumes. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, Livraria Portugalia, Lisboa. 1950. Vol. IX, 419.

[155] OLIVEIRA LIMA (1975) 1985. p 18.

de Schwartz[156] o reflexo da transição que se operava no senhorialismo português, de centralização do controle pelo Estado absolutista[157].

Na Capitania de Pernambuco, defrontava-se Duarte Coelho além das questões internas e das pressões contra a sua soberania como Donatário, com problemas decorrentes da administração da Capitania de Itamaracá. A chegada dos degredados, e ao que parece a diferença de orientação na administração da Capitania vizinha, sobretudo em termos dos objetivos sociais, provocavam graves repercussões em Pernambuco. As queixas enviadas ao Rei por Duarte Coelho, não recebiam a atenção desejada[158]. Com a saúde abalada, fato que é mencionado já em 1551 por Nóbrega em sua carta[159], retorna em 1553 Duarte Coelho a Portugal. O governo de Pernambuco fica então a cargo da Capitôa Dona Brites de Albuquerque. Após o falecimento do Donatário na Europa, no início do ano seguinte, sucede-o como donatário, seu filho Duarte Coelho de Albuquerque; confirmação que se dá através do "Alvará del-Rei D. João III, de 10 de maio de 1554"[160].

O jovem donatário permanece na Europa, a fim de concluir seus estudos e o governo da Capitania continua a ser exercido por Dona Brites, até 1560, quando retorna a Pernambuco o segundo donatário. Neste período as tensões entre colonizadores e índios haviam assumido

---

[156] SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1853; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo:Companhia das Letras, 1988.

[157] "As capitanias hereditárias foram, pois, expressões do senhorialismo português, mas de um senhorialismo que estava, ele próprio, em transição, e que era cada vez mais controlado por um Estado centralizado e absolutista. (...) Os poderes de exercer a justiça e fazer nomeações nas donatarias, reminiscências dos antigos senhorios, foram rapidamente revogados na colônia, tendo sido bastante diminuídos após a criação do governo-geral no Brasil, em 1549." SCHWARTZ,op. cit. p.217

[158] "E se de minhas terras fugirem alguns malfeitores para outras com temor do castigo, ou doutras para a minha, esta tal liberdade e privilégio lhes não deve de valer, porque se assim fôr, digo senhor e afirmo, que se não povoará a terra, mas que em breve tempo se despovoará o povoado, (...)." Carta de Duarte Coelho para D.João III, sobre os degredados que vieram para a Capitania de Pernambuco. apud PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Anais Pernambucanos 1453-1590. Fundarpe (Col. Pernambuco 2a Fase, 2) 1985. V. I p.305.

[159] OLIVEIRA LIMA, 1975. p 20.

[160] PEREIRA DA COSTA, F.A. Anais Pernambucanos. V. I p.305.

um patamar de grande risco [161]. Os ataques desfechados pelos indígenas contra os engenhos de açúcar, levou à destruição muitos deles, e à morte, vários de seus proprietários e trabalhadores. Com o agravamento da situação, a própria vila de Olinda encontrava-se em risco. Atendendo ao pedido de socorro da colônia, acompanhado de seu irmão Jorge de Albuquerque e de várias famílias convidadas a se estabelecer em Pernambuco, retorna o segundo donatário, que trazia consigo "alguma força que o governo concedeu"[162].

Apenas em 1560 retornam os jesuítas a Pernambuco. Com a chegada do Padre Gonsalo de Oliveira e seus companheiros, são retomadas as obras da missão jesuítica em Olinda. Tais obras, de início, parecem interessar sobretudo a porção de habitação, para o recolhimento dos padres[163].

Esta segunda tentativa de implantar uma Missão em Pernambuco, no entanto, não funcionou por muito tempo. Em 1567, os dois padres João de Melo e Antônio de Sá retornaram à Bahia, ficando fechada mais uma vez a Missão Jesuítica em Pernambuco[164].

---

[161] Nesta segunda administração a colônia correu grandes riscos. Os índios Caetés levantaram-se de novo em guerra, e tão cruenta foi ela, que por vezes a capital Olinda se viu em grandes perigos, sendo necessário pedir socorro a Metrópole. A notícia do grande perigo em que se achava a Capitania, cujos inimigos audazes e intrépidos, ameaçavam aniquilar a florescente colônia, causando grandes danos, mortes e destruições de engenhos e fazendas e tendo a vila de Olinda em tão apertado assédio que seus moradores não se atreviam a avançar a mais de duas léguas da povoação, tomou o governo da Metrópole as necessárias medidas, e ordenou ao jovem donatário Duarte Coelho de Albuquerque, que estava em Portugal concluindo sua educação, que sem demora partisse para Pernambuco, a tomar conta do seu governo, ao que obedeceu ele, e trazendo consigo o seu irmão Jorge de Albuquerque, várias famílias nobres convidadas para se estabelecerem na colônia, e alguma força que o governo concedeu, chegaram a Pernambuco em 1560, tomando logo o donatário conta do seu posto." PEREIRA DA COSTA, F.A. Anais Pernambucanos. V. I p.305-6

[162] Idem.

[163] "A Missão é reiniciada e obras são realizadas no edifício primitivo, se acrescentando quatro aposentos ao rés do chão. Dando a entender o Padre Rui Pereira que era preciso acrescentar um par de câmaras à casa, por não ter mais do que uma assobradada; como souberam, um me deu as traves, outro as taboas, outro os pregos, outros os cravos; os carpinteiros se ajustaram de modo que o demais da obra fizeram em um dia, e dois a acabaram dentro da mesma semana." MENEZES, José Luiz da Mota. Igreja de... 1976:31.

[164] LEITE, Serafim, S.I.. Monumenta Brasiliae - Roma, 1956 -V.I:261.

Apenas na terceira tentativa, impetrada em 1569, chega de fato a consolidar-se a Missão em Pernambuco. Os jesuítas, vindos da Bahia, tendo como Superior o Padre Rodrigo de Freitas, trazem consigo outros padres e irmãos que chegavam de Portugal. Instalaram-se na residência de Olinda e dinamizaram as atividades no Colégio, que já em 1571 estava em funcionamento.

Exceto por breves espaços de tempo esta igreja se mantém em um quase contínuo de ocupação durante praticamente quatro séculos e meio. Seja em mão dos jesuítas, até a sua expulsão, seja servindo ao Seminário diocesano, a partir de 1799, quando passa à administração da Mitra. Mesmo desativado o Seminário, a Igreja de Nossa Senhora da Graça e as instalações do antigo Colégio, continuam servindo às atividades religiosas. Considerando-se a extensão do período histórico brasileiro, evidentemente a história desta igreja acompanha praticamente toda a experiência histórica do Brasil.

CONSTRUÇÕES JESUÍTICAS NO BRASIL

Durante 210 anos de permanência no Brasil (1549 - 1759), os jesuítas dispersaram-se nas mais diferentes regiões. Sua participação na constituição política, social, territorial, e mesmo étnica do Brasil foi notadamente significativa. Vinculados às suas causas, ao sistema católico romano, à coroa portuguesa, os jesuítas conduziram, modificaram, interferiram enfim, direta ou indiretamente no processo de colonização, nas estratégias adotadas, na formação da ideologia de brancos, de negros e de nativos americanos. Através de suas estratégias, que se ajustavam aos momentos, aos grupos a que se dirigiam, os jesuítas obtiveram ao longo do tempo de sua atuação, uma

posição proeminente seja entre os dirigentes da nova sociedade que se implantava, seja entre os membros das sociedades nativas.

Desde sua chegada ao Brasil, vindos com o primeiro Governador-Geral, buscam reconhecer todos os principais assentamentos coloniais, elegendo aqueles que viriam a servir de base, para a reprodução do próprio sistema jesuítico, e sua expansão. A responsabilidade que assumiram, para com o ensino na colônia, rendia-lhes ainda o acesso à formação das novas gerações. Os grandes objetivos da Ordem, no entanto, não lhes permitia permanecer a mercê das contribuições, dos donativos, sejam particulares, sejam os oficiais. Tais contribuições, embora importantes para a obra, eram insuficientes. O espírito empreendedor dos jesuítas os levou a lutar em diferentes frentes, da educação à guerra, da missão aos hospitais, da pregação aos engenhos, das fazendas aos ofícios artesanais urbanos.

Os assentamentos nas vilas serviam de base para sua atuação na expansão das fronteiras da fé e do domínio de seu sistema. A princípio estabelecimentos incipientes, fortaleciam-se à medida que se consolidava a ação jesuítica, tanto entre seus "benfeitores" quanto da própria produção de bens para o mercado. Dos assentamentos da Ordem no Brasil, de seus artesãos, um grande acervo foi preservado, é a herança das tradições construídas pelos jesuítas. Lúcio Costa o considera mesmo uma das contribuições mais significativas em termos de conjunto de monumentos de arte[165].

A Companhia de Jesus, do ponto de vista da arquitetura colonial, legou ao Brasil, o fruto material dos esforços empreendidos no sentido

---

[165] O considerável acervo de obras de arte que os padres da Companhia de Jesus nos legaram, fruto de dois séculos de trabalho penoso e constante, poderá não ser a rigor, a contribuição maior, nem a mais rica, nem a mais bela no conjunto dos monumentos de arte que nos ficaram do passado. É contudo, uma das mais significativas. COSTA, Lúcio, Arquitetura Jesuítica no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 5. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde. 1941. COSTA, Lúcio. 1941, p. 11.

implantar no Novo Mundo a fé católica. O acervo jesuíta, tanto arquitetônico, quanto de obras de arte, reflete os objetivos da Ordem, sua determinação, o esforço de seus representantes, sobretudo quando se considera sua distribuição espacial, e velocidade com que se dispersou. Ainda que atendendo a diferentes tipos de comunidades, as construções jesuíticas no Brasil, deixam transparecer em cada um de seus conjuntos, seus objetivos de catequese e de doutrinação. Construções sóbrias, sem maiores derramamentos plásticos[166], mas cujo espaço amplo parece mostrar a fé em seu trabalho de conversão, no número crescente de seus adeptos.

Em seu estudo da arquitetura jesuítica no Brasil, Lúcio Costa[167], busca analisar este conjunto tomando por base diferentes aspectos que não se restringem a questões artísticas, estilísticas, ou técnicas. Segundo este autor, para o estudo das obras de arquitetura, diferentes aspectos devem ser considerados. Em primeiro lugar há que se identificar o "programa" ao qual está a obra relacionada, ou seja, quais suas finalidades, quais as necessidades de natureza funcional a que deve atender.

O segundo ponto a ser observado, diz respeito às técnicas utilizadas. Neste campo enquadra-se não apenas o sistema de construção, mas ainda os materiais empregados. Neste tocante, importa muito, a meu ver, avaliar-se o domínio das técnicas empregadas, ou seja, avaliar-se a qualificação da mão de obra que executou o trabalho. A dificuldade na disponibilidade de mão de obra qualificada, parece ter-se constituído em um dos pontos de estrangulamento na execução das obras arquitetônicas e muitas das mais artes de então, na colônia. Com

---

[166] (...) a arquitetura da Companhia, no Brasil, foi quase sempre inimiga de derramamentos plásticos, despretensiosa, muitas vezes pobre, obedecendo em suas linhas gerais, a uns tantos padrões uniformes. E se devêssemos resumir, em uma só palavra, qual o traço marcante da arquitetura dos padres, diríamos que foi a sobriedade. COSTA, Lúcio, op.cit. p. 51.

[167] Idem

efeito, são freqüentes as referências textuais à dificuldade de se obterem bons oficiais, bons artífices. Seja para instalação de engenhos, seja para as obras de carpintaria, de cantaria ou quaisquer outras. Deste modo, acredito que importa avaliar-se não apenas o planejamento da obra, sua traça, sua concepção, mas ainda sua execução, o resultado do trabalho da mão de obra local, sua efetiva qualificação.

Um terceiro ponto a ser enfatizado, é o do "partido" adotado, ou seja, a interação existente entre as determinantes do programa e a forma como foram adotadas as técnicas.

Por último a análise das qualidades plásticas da obra, a comodulação e a modenatura, como é referido por Costa[168].

Evidentemente, a análise de elementos da arquitetura colonial necessariamente há que se voltar para aspectos que envolvem tradições, técnicas, capacitação daqueles que buscam transpor para a colônia suas próprias experiências e necessidades. Ou seja, as experiências e objetivos dos grupos colonizadores.

---

[168] Idem.

O PROGRAMA

Analisando o programa jesuítico de construções, Lúcio Costa[169], considera que no Brasil este programa teria sido mais modesto e menos independente que aquele desenvolvido na América (do Sul) espanhola. Baseia-se na análise arquitetônica dos conjuntos jesuíticos, e sua relação com as demais obras. Considera ainda o processo de crescimento urbano em seu entorno e os desdobramentos que têm lugar na própria relação da Ordem com a sociedade maior.

Assim considerando, chama a atenção para o fato de que nas "missões do sul", cada núcleo jesuítico constituía-se em si, no "povo", ou seja, a povoação[170]. Enquanto que o programa jesuítico brasileiro "não comportava os traçados urbanísticos integrais (...)"[171]. Deste modo, o programa jesuítico brasileiro assume características diferenciadas. Diferenciadas, não como plano geral de atendimento às finalidades, às necessidades de sua natureza funcional, mas quanto a não constituírem-se em unidades isoladas. Efetivamente, neste tocante, mantêm-se as linhas gerais da Ordem, que atendem aos objetivos da Companhia de doutrinação e catequese. Entretanto, na maioria dos casos, os núcleos

---

[169] COSTA, Lúcio. A arquitetura Jesuítica no Brasil. **Rev. Do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, V 5. Rio de Janeiro, 1941.

[170] "A planta de todos eles obedecia a um padrão uniforme preestabelecido. Os quarteirões, com as colunas dos alpendres em fila e bem alinhadas, se arrumavam como regimentos em volta da praça. Tudo se distribuía e ordenava com uma disciplina quase militar. Os jesuítas revelaram-se nestas Missões, urbanistas notáveis, e a obra deles, tanto pelo espírito de organização como pela força e pelo fôlego, faz lembrar a dos romanos nos confins do império. Apesar do atual desmantelo, ainda se adivinha, nos menores fragmentos, uma seiva, um vigor, um 'impulso', digamos assim, que os torna - estejam onde estiverem - inconfundíveis." Trechos do Relatório de Lúcio Costa à Diretoria do SPHAN, 1937, acerca de seis dos sete Povos das Missões. Apud COSTA, Lúcio. 1941 p.92-3.

[171] op. cit. p. 19.

jesuítas não estavam constituídos em si mesmos; seus Colégios faziam parte de organizações urbanas. Nos casos dos aldeamentos jesuítas do Brasil, ao contrário daqueles da vertente espanhola, também diferiram em sua evolução histórica. Em lugar de buscarem manter o isolamento, quando tais aldeamentos se tornavam mais densamente povoados, mais amplos, "ele era logo repartido com as demais ordens religiosas e autoridades civis"[172]. E nisto seguia-se ainda o plano traçado por Nóbrega.

Estas observações quanto a manifestação no Brasil do Programa jesuítico de construções, baseiam-se no que foi defendido por Costa[173] fundamentado em seus estudos acerca da arquitetura religiosa, e suas experiências de campo até 1941. Há que se considerar, portanto, uma provável restrição em seu universo de estudo. Diferentes fatores podem ser invocados no sentido de que esta visão pode abranger apenas parcialmente a questão: em primeiro lugar, o acesso que teria tido ou não, às missões, ou melhor, às ruínas das missões jesuíticas implantadas nos pontos mais distantes das áreas ocupadas pela colonização oficial ou mesmo particular (civil) - aldeamentos indígenas em que era restrito o acesso de leigos. O desmantelamento produzido em tais aldeamentos após a expulsão da Companhia do mundo português; o provável retardo no processo de redução de grupos indígenas, produzido pelo genocídio impetrado ainda no primeiro século, seja pela ação das armas, seja através da contaminação por doenças, que não só os poderia tornar mais arredios, como também menos receptivos. Ou ainda, a velocidade de expansão das unidades produtivas ao longo do litoral e interior, na vertente portuguesa e sua resultante de busca de mão de obra escrava, no interior, através das "bandeiras". Um outro aspecto a ser lembrado se refere ao fato e que na América espanhola (pelo menos na área da

---

[172] Idem. p.92-3.

[173] Ibidem.

Califórnia), a grande maioria dos aldeamentos indígenas, seguiu uma rota de urbanização. De início integraram-se ao sistema econômico local, para em seguida assumirem a integração no sentido social mais amplo, vindo posteriormente a constituírem-se em cidades. Por outro lado, seu estudo acerca da sucessão de construções jesuíticas ao longo do tempo, em cada local, em termos de durabilidade, de dimensões, etc., mostrou que as construções mais simples cediam lugar às mais elaboradas. Construções simples, de taipa de mão eram substituídas por alvenaria, e as pequenas ermidas e "casas dos padres" cediam lugar às obras de grande porte, igrejas e Colégios. Deste modo, por que não considerar que entre as missões - aldeamentos - o processo não teria sido interrompido ainda em uma etapa embrionária, face ao retardo do processo? Nos centro urbanos, apenas careciam de meios para executar obras mais sólidas; nos aldeamentos, além da questão de recursos, o choque das experiências culturais. Evidentemente uma análise não pode estar baseada em conjecturas. Entretanto, também não se pode negligenciar a observação do contexto, e cogitar que antes de se tratar de uma diferença entre objetivos vinculados ao mundo espanhol e português, a resultante arquitetônica se deva a uma diferença de estratégias, face a contextos diferenciados. Ainda um outro aspecto a ser considerado, é a questão do uso de técnicas de construção e da disponibilidade de matéria prima, sobretudo quando se tem em mente as missões na Amazônia. Como se verá mais adiante, a opção pelo emprego de diferentes materiais de construção, vinculava-se fortemente à sua disponibilidade no local. Ora, grande parte do território ocupado pela Amazônia, sobremodo nas áreas ribeirinhas, carece de barro e sobretudo de pedras adequadas à construção. Apenas em alguns trechos, a formação geológica local permite a disponibilidade de sedimentos argilosos ou o afloramento rochoso. Não é sem razão que, mesmo nos dias atuais é largo o uso de madeira em construções na Amazônia. Em resumo, de fato talvez, ainda pouco se saiba a respeito do plano de atuação das missões jesuíticas não urbanas, no Brasil, de

suas estratégias. Portanto, é possível que um estudo específico deste tipo de assentamento, que não é o objetivo deste trabalho, venha a esclarecer, a explicar, confirmando ou não, esta diferença que foi observada até então.

Do ponto de vista arquitetônico, o programa de construções, ou seja, as unidades que compunham o conjunto jesuítico, envolviam três funções básicas: o culto, os serviços e a habitação. A igreja com seu coro e sacristia, atendendo ao culto e à pregação; as classes e oficinas para o trabalho (seja dos Colégios, seja dos aldeamentos missioneiros); as demais dependências voltadas para a habitação e subsistência, em que se incluem os "cubículos", dependências de serviço (cozinha, refeitório,etc.), a botica e a cerca, limitando a horta e o pomar[174].

TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO

As primeiras instalações da Companhia, no Brasil, foram de "pouca dura", como se referiam os padres; "construções sumárias", de cobertura vegetal. As primeiras obras jesuíticas que se seguem, têm ainda o caráter provisório; são estruturas de taipa, em madeira e barro; a coberta, já então em telhas. Ainda segundo aquele autor, são, via de regra, construções assobradadas, cujos compartimentos eram forrados. A pouca durabilidade destas estruturas as fazia parecer "velhas" com pouco tempo de construídas.

---

[174] "Em 1583 construiu-se, para recreio dos Irmãos estudantes junto do Colégio, um novo tanque com poço e bomba para se regar o quintal em pouco tempo (...)".LEITE, Serafim, S.I.- História da Companhia de Jesus no Brasil, 10 volumes. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, Livraria Portugalia, Lisboa. 1950. V. I: p. 454-5.

O clima tropical úmido, incidente em grande parte da costa do Brasil, área em que se implantou a maioria das primeiras edificações jesuíticas, por suas chuvas intensas, assolava as construções de barro. A ampliação dos beirais, visando defender as paredes da desagregação do barro pela ação das águas que corriam dos telhados, ameaçando a estabilidade das edificações, nem sempre se mostrava suficiente. Sobretudo quando estas construções eram erguidas sobre as elevações, expostas à ação dos ventos. E esta foi uma das tradições portuguesas trazidas, aplicadas na escolha do local de implantação não só das vilas, mas ainda das sedes dos engenhos.

Os alpendres, ainda tradição da técnica portuguesa, foi uma das soluções freqüentemente adotadas, e que de alguma forma serviam não apenas para proteger os fiéis das intempéries, mas auxiliavam ainda na defesa das estruturas dos templos, sobretudo aqueles erguidos em taipa. Gravuras de Frans Post, em que se vêm, capelas de engenhos, possivelmente semelhantes às estruturas das primeiras ermidas, mostram o uso de alpendres na porção frontal destas capelas (Figura 76). O fato da presença de alpendres na arquitetura religiosa, ser uma tradição ocidental que data dos primeiros tempos do cristianismo[175] que atendia à divisão e separação de castas, como também a certas características da disciplina eclesiástica da época, não impede que aqui, bem tenha servido aos propósitos de defesa das estruturas em barro.

Atendendo às recomendações de Roma, no sentido de que se façam obras que atendam "à perpetuidade", tão logo quanto o possível, as estruturas provisórias das primeiras décadas foram substituídas por estruturas definitivas ou pelo menos mais definitivas. Atendendo à disponibilidade de cada local em termos de matéria prima, os templos são edificados em pedra e cal, ou em pedra e barro, ou ainda, "onde

---

[175] SAIA, Luís. O Alpendre nas Capelas Brasileiras. **Rev. do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, V 5. Rio de Janeiro, 1939.

houvesse bom barro e a pedra e cal fossem difíceis de se obter, recorria-se à taipa de pilão. Em São Paulo, por exemplo, fora do litoral."[176]

De fato, já na segunda metade do século dezesseis, as construções, em alvenaria de pedra, tanto religiosas quanto civis, eram comuns. Segundo Gabriel Soares de Sousa, "em um alto livre de padrastos (...) fez (Duarte Coelho) uma torre de pedra e cal, que ainda agora está na praça da vila".

Já em 1572 recebiam os Jesuítas em Salvador, uma igreja de pedra e cal, mandada construir pelo Governador, para o "Mosteiro de Jesus". Eram também de pedra e cal as igrejas jesuíticas de São Vicente (1553) e do Morro do Castelo (1588), no Rio de Janeiro. Todas estas relacionadas a Colégios da Companhia. Não foram estas, entretanto, as primeiras igrejas jesuíticas no Brasil. As igrejas de pedra e cal, correspondem a uma segunda, e em alguns pontos a uma terceira igreja, que se sucediam, atendendo aos objetivos da Companhia, em sua expansão, e às instruções de Roma, no sentido de que as construções atendessem à "perpetuidade - porque ainda que custe mais, sai mais barato".

O PARTIDO ARQUITETÔNICO

Ainda que o programa jesuítico de construções estivesse voltado, seja para uma atuação urbana, em contato direto com diferentes escalões e formações de autoridades (religiosas e leigas, civis e militares), seja para uma atuação de maior isolamento (aldeamentos indígenas), de

---

[176] COSTA, Lúcio. op. cit. p. 21.

certo, o partido adotado em ambos os casos demonstra uma unidade. Revela-se também como a manifestação, uma forma de materialização de alguns dos objetivos da Companhia. Seus objetivos de catequese e de doutrinação revelavam-se através da forma como se abriam suas construções ao mundo externo. Fundamentalmente através da igreja. A igreja que fazia a conexão entre a missão jesuíta e o povo. Erguida, quando possível, em termos topográficos, em local proeminente, preferencialmente deveria dispor na frente, de um amplo espaço aberto, que permitisse a aproximação não só dos convertidos, bem como de curiosos. Área em que a circulação pudesse ser livre, favorecendo diferentes níveis de aproximação, de modo a não inibir os menos decididos. Quanto a construções de habitações em torno desta praça, diferem neste tocante as unidades urbanas daquelas dos aldeamentos. Via de regra, nas primeiras, não se previa a construção de casas em torno deste terreiro, ainda que a expansão urbana, muitas vezes, talvez sobretudo após Pombal, tenha reduzido este espaço. Já nos aldeamentos a praça em frente a igreja era contornada, limitada, através da construção de habitações do povo.

Por outro lado, a par da forma como se abriam suas construções ao mundo externo, através das igrejas, o conjunto arquitetônico jesuítico se apresentava, por paradoxal que possa parecer, também voltado para o seu interior. Neste tocante, não diferia muito das construções dos antigos mosteiros e conventos, cuja tradição remonta a séculos anteriores. No conjunto, os corpos das construções se dispõem em "quadras", constituindo pátios internos, cujo número variava. Quanto ao tratamento dado ao pátio, Costa chama a atenção para o fato de que nos pátios jesuítas não se encontrava a atmosfera primordialmente voltada à meditação. Os objetivos jesuíticos de serviço, não se

vinculam à prática essencialmente contemplativa, que prevalecia em diferentes ordens religiosas[177].

Do ponto de vista do partido arquitetônico preferencialmente adotado ou mesmo criado pelos jesuítas, apresentava um dos "quartos" da quadra ocupado pela igreja (que se abria ao mundo externo), mantendo-se em alinhamento com o Colégio que lhe ficava contíguo. Quando no planejamento constavam duas torres, e de início apenas uma era construída, optava-se por aquela que estabelecia a ligação entre a igreja e o colégio; por outro lado, quando apenas uma torre era planejada, esta servia de arremate à fachada constituída pela igreja e o colégio[178]. As demais dependências distribuíam-se de modo a constituir a quadra.

---

[177] "(...) em conseqüência talvez da vida ativa dos padres, atividade esta decorrente do 'espírito' mesmo da Companhia e da sua Regra, faltam quase sempre nestes pátios - nos Colégios brasileiros, pelo menos - aquela atmosfera de sossego e de recolhimento, peculiar aos claustros dos conventos das demais ordens religiosas." op. cit. p.27.

[178] apud COSTA, Lúcio. op. cit. p. 27-9.

CAPÍTULO III

A IGREJA NA VILA DE OLINDA

JESUÍTAS EM OLINDA

A chegada do primeiro governador-geral ao Brasil, trazendo consigo padres da Ordem dos jesuítas, atendia a nova política da metrópole para com a colônia. O fracasso experimentado com a maior parte das capitanias, seja pelo absenteísmo dos donatários, seja pela incapacidade dos colonos de fazer face aos nativos, acelerou a adoção, na colônia, da nova política de centralização, que já se fazia sentir no reino[179]. Trazia o governador determinações explícitas quanto à política a ser adotada, seja em relação aos colonos, seja em relação aos indígenas. Para a elaboração das estratégias de ação, contava com a vasta experiência jesuítica, representada pelo primeiro Provincial do Brasil, que trouxera, o Padre Manoel da Nóbrega. O Plano de Colonização apresentado por Nóbrega ao Governador atendia aos objetivos de centralização de controle da colônia, preconizado pelo Conde de Castanheira e apostos nos regimentos trazidos pelo governador. Além de buscar-se constituir aldeamentos onde reuniam-se os "índios dos padres" que seguidamente seriam utilizados nas guerras promovidas em larga escala contra os indígenas que não se submetessem à colonização, incumbiram-se os jesuítas de percorrer toda

---

[179] SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 1988. p. 217.

a costa, visitando as capitanias, vilas e povoados. Nas capitanias deveriam instalar missões, provendo as vilas com seus padres, de modo a assegurar a doutrinação e mais tarde o ensino. Por suas cartas se pode observar o caráter de fiscalização dos costumes, que assumiram as Visitações promovidas pelos jesuítas.

A questão do ensino na colônia, negligenciado pela metrópole, constituiu-se desde cedo um fator de discriminação a ser enfrentado pelos filhos daqueles colonos que efetivamente fixaram-se na colônia. Mesmo aqueles cujo pai podia custear seus estudos na metrópole, sofriam no reino as discriminações decorrentes da falta de estabelecimentos de ensino na colônia. Aos jesuítas coube assumir o ensino no Brasil. Em suas missões, estabeleciam os padres casas que atendiam não apenas o ensino das letras (ler, escrever e gramática), além da doutrinação, como ainda o ensino de ofícios.

A Capitania de Pernambuco, sob estes aspectos representava um pólo colonial cujo interesse da metrópole, fosse talvez controvertido. Se por um lado representava a capitania mais próspera, a mais povoada, e cuja produção regular de açúcar efetivamente se iniciava, os investimentos pessoais realizados pelo donatário, o sucesso alcançado na empreitada, faziam-no refratário à política centralizadora do reino. Tais aspectos tornavam imperioso o estabelecimento dos jesuítas na vila de Olinda. Por outro lado, a par do conceito de "virtuosos" que o donatário e sua esposa, chegam a receber do provincial dos jesuítas, em suas cartas se pode perceber insinuações quanto à sua capacidade de manter a sociedade dentro dos padrões dos "bons costumes" e da moral religiosa. Decorrem, possivelmente, desta luta pela soberania, mais do que pela carência de pessoal, as dificuldades em se implantar solidamente a missão jesuítica em Pernambuco, nas duas primeiras décadas, desde a chegada da Ordem no Brasil.

A Vila de Olinda reflete desde a escolha do local para a sua fundação às obras ali instaladas, os objetivos de assentamento

permanente, nos moldes de uma estrutura urbana portuguesa. Erguida à beira mar, Olinda apresentava suas unidades de defesa, habitacionais e religiosas, distribuídas sobre colinas [180]. Em seus primeiros anos de fundação, à época da chegada dos primeiros jesuítas, Olinda seria constituída possivelmente de dois núcleos: o primeiro deles, do qual se dispõe de informações relativamente precisas, desenvolveu-se em torno da casa forte (ou torre, como algumas vezes é referida) edificada pelo donatário. O segundo núcleo cuja existência é aventada por Menezes, teria sido estabelecido no "Varadouro das Galeotas, junto ao cais de desembarque, onde se situaria a alfândega".[181] Os estudos de desenvolvimento urbano nos primeiros séculos do Brasil, desenvolvidos por Menezes, com base na documentação textual e iconográfica, revelam que em torno da época da chegada dos primeiros jesuítas à Olinda, a vila contava com duas ruas, Nova e Val de Fontes, ao longo das quais se distribuía o casario, além das igrejas, capelas, hospital, a ferraria e a Casa de Câmara[182].

Em uma outra colina, próxima àquela que encerrava o núcleo principal da vila, fora erguida uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, que em 1551, por ocasião da chegada dos jesuítas, lhes foi doada, juntamente com uma parcela de terra contígua. Situada a cavaleiro do monte, a ermida dispunha de uma situação eminente na

---

[180] "[Duarte Coelho] Avistou hum ameno, e aprasivel monte vesinho ao mar em altura de oito graus da Equinocial para o Polo Austral com a comodidade do Porto, que aly faz ô mar, abrindo a natureza em hua dilatada corda de serrania, que metida polo mar cinge muita distancia de terra hua abertura a qual chamão os naturaes Pernambuco, que na lingoa Brazilica val o mesmo que mar furado, ou rio furado (...)" LOURETO COUTO, D. Domingos- **Dezagravo do Brasil e Glórias de Pernambuco**. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXIV. Rio de Janeiro. (1757) 1904:p. 20.

[181] MENEZES, J. Luiz da Mota- **Igreja de Nossa Senhora da Graça e Real Colégio dos Jesuítas de Olinda.** Tese de Livre Decência para o Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1976. p. 6

[182] "Pela situação topográfica, a colina da Sé, a principal da vila, se estenderá ao longo de Leste a Oeste, balizando seus extremos a Matriz do Salvador e o Hospital e a Igreja da Santa Casa de Misericórdia. Duas ruas corriam de lado a lado, seguindo a linha da cumeada da colina, a de Val de Fontes e a Rua Nova. Nesta Rua Nova se situavam além das moradias, a Torre, a Ferraria e depois a Casa de Câmara." MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976:5.

vila. Por outro lado, a situação topográfica da área onde fora erguida a ermida, um outeiro, como é referido na documentação, dificultava a instalação das mais obras necessárias à Missão. Deste modo foi o terreno nas proximidades da ermida, aplanado a braço, pelo próprio padre, visando a construção de uma casa que serviria de recolhimento aos irmãos da Companhia. A casa, construída em taipa, foi inicialmente ocupada pelo Padre Antônio Pires, que a teria edificado[183].

Em janeiro de 1552, retorna Nóbrega à Bahia e a missão em Pernambuco é mantida pelo seu companheiro Padre António Pires, que continua a obra iniciada, tanto no plano religioso, de assistência aos colonos, negros e índios, quanto no plano material de ampliar as instalações jesuíticas.

As primeiras instalações dos jesuítas em Olinda, tanto a ermida, erguida pelo donatário, quanto a casa construída pelo Padre António Pires, que ali permaneceu por cerca de um ano, possivelmente constituíam-se em estruturas "de pouca dura", como são referidas na documentação da época as construções de taipa, quase sempre cobertas de palha. E foram assim os estabelecimentos jesuíticos dos primeiros anos no Brasil.

---

[183] "Obrada as cousas referidas, e tendo tentado o Padre Nóbrega o estado desta Capitania, fazendo primeiro capazes os moradores, voltou á Bahia com intenção de tornar, ou mandar mais numero de sujeitos, bem necessários a tão grande seára. E pera que por entretanto se conservassem os princípios lançados, deixou na terra, e como em reféns, o Padre António Pires seu companheiro, porque além de sua virtude, era bem quisto, assi de Portugueses, como de Índios. E não se enganou; porque foi conservando a missão no mesmo teor começado: pera cujo effeito lhe concedeu o Governador Duarte Coelho huma Ermida de N. Senhora da Graça, que edificara com intenção de trazer pera ella Religiosos de Santo Agostinho. Estava situada no próprio monte em que ao presente vemos edificado o Collegio da Companhia. N'esta ermida trabalhou com grande cuidado o servo de Deos, porque nella passava os dias e parte das noites em confissões continuas, e administração dos mais ministérios de seu instituto; e o pouco tempo que lhe sobejava, ocupava em arrasar o monte a poder de seu braço; e como era homem de grandes forças, chegou a fazer um largo terreiro, no qual edificou por suas mesmas mãos, casas de taipa, em que se agasalhou religiosamente, com recolhimento estremado; porque era mui dado à oração, e familiar tratto com Deos". VASCONCELLOS, Pe. Simão de, S. I. **Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil**. 2 volumes. Lisboa. 1765. apud MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976:6 e 7.

As estruturas de taipa, ainda que possam constituir registros arqueológicos menos evidentes que as estruturas em pedra e cal, são passíveis de resgate. Entretanto, a pesquisa arqueológica desenvolvida na Igreja de Nossa Senhora da Graça, não revelou vestígios destas primeiras construções. Alguns fatores podem ter concorrido para a ausência de remanescentes das primeiras construções:

A área escavada corresponde àquela onde foi erguida a partir de 1584, a igreja que corresponderia à terceira tentativa de fixação da Ordem em Pernambuco, ou seja, a igreja que chegou aos nossos dias. Tal como é mencionado na documentação da época para a primeira ermida, a igreja da terceira etapa, também foi erguida à cavaleiro do morro. Esta coincidência de informação entretanto, não significa necessariamente que ambas tivessem sido construídas exatamente no mesmo local. A topografia da área, decorre geomorfologicamente do re-trabalhamento, pelo intemperismo quaternário, de depósitos sedimentares do Grupo Barreiras, o que implica em apresentar topos aproximadamente planos. Por outro lado, o fato de corresponder geologicamente ao Grupo Barreiras, não define a extensão da área plana disponível, uma vez que, a extensão desta área está diretamente relacionada ao grau de remodelamento imposto, através do processo erosivo.

Pelo que se pode apreender pela análise das ortofotocartas da área (Figura 3), sobretudo analisando-se as elevações que não apresentam construções, e considerando-se as proporções entre a base do morro, a inclinação das encostas e os topos, a área onde foi instalada a ermida, não seria tão reduzida a ponto de não comportar duas ou mais estruturas. Portanto, pode-se afirmar que, a análise das ortofotocartas da área sugere que, a área plana ou semi-plana disponível, comportaria além de uma ermida, uma outra estrutura das dimensões da atual igreja, sem que se sobrepusessem. Ainda que a área plana não fosse suficientemente extensa para a implantação do conjunto de estruturas projetadas para a

missão, durante o processo de construção da igreja, as duas estruturas - a ermida e a igreja - poderiam ter coexistido. Deve-se considerar entretanto, que esta observação atende apenas ao aspecto de, do ponto de vista da área disponível, ter sido possível a coexistência das duas estruturas. Por outro lado, deve ser levado em consideração ainda, que a ermida, possivelmente, fora construída em taipa, ou seja, seria uma construção temporária. Deste modo, considerando-se que a ermida em 1551 já havia sido erguida, em 1569, quando do início da construção da igreja, havia decorrido pelo menos 18 anos. Portanto, é pouco provável que ainda se mantivesse erguida a primitiva ermida, quando da construção da estrutura que se manteve até o século vinte.

Ainda um outro aspecto a considerar, é que, nestes 18 anos que separam as duas estruturas - a primeira e a atual -, foi erguido um segundo templo, do qual também não foram registrados indícios arqueológicos na área escavada. Deste modo, torna-se ainda mais reduzida a chance de coexistência da primeira e terceira estruturas. Todavia, vale ressaltar, que as observações dirigidas às disponibilidades espaciais de coexistência entre estruturas, são válidas também quando se considera a ermida e o segundo templo, bem como ao se considerar este último e a terceira igreja.

Avaliando-se a coexistência da primitiva ermida e o segundo templo jesuíta em Olinda, Menezes admite que, quando chegam pela segunda vez a Olinda (1560), intentando a instalação da missão em Pernambuco, cuidaram inicialmente os padres das obras que diziam respeito à casa[184]. Tanto pelo material descrito, quanto pela velocidade com que a obra foi concluída, é de se admitir que não foram estes novos

---

[184] A Missão é reiniciada e obras são realizadas no edifício primitivo, se acrescentando quatro aposentos ao rés do chão Dando a entender o Padre Rui Pereira que era preciso acrescentar um par de câmaras a casa, 'por não ter mais do que uma assobradada; (...)' MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976:31.

cômodos erguidos em alvenaria[185]. Seriam ou em madeira (taboas) ou em taipa; neste último caso poderia ainda ser, pelo material referido, em taipa, de mão ou mesmo de pilão. A agregação de mais de uma técnica de construção a um mesmo edifício, não é característica estranha aos hábitos da época. Trata-se inclusive de prática que chegou aos dias atuais, podendo ser observada nas camadas da população de renda mais baixa, tanto nas cidades como no campo. Ainda o Padre Nóbrega, em carta aos irmãos de Coimbra, aludindo à igreja da Ordem na Bahia, assinala a utilização simultânea de mais de uma técnica de construção[186], possivelmente como prática de conciliação entre as disponibilidades de recursos e a maior exposição às intempéries.

Por outro lado, a antiga construção deixada pelo padre Antônio Pires, pelo que se pôde apreender da documentação, restringia-se a uma casa "assobradada", e à ermida recebida em doação. Apenas em 1563 foram iniciadas as obras da igreja, três anos portanto, após a retomada da missão em Olinda. Por outro lado, haviam se passado no mínimo 12 anos desde a construção da ermida por Duarte Coelho que, volto a enfatizar, ao que se supõem, seria construída em taipa. Com base em referências, que aludem à conservação das obras em taipa em outras vilas[187], é muito pouco provável que aquela estrutura estivesse em condições de uso, sem reparos, ou sem que tivesse sido conservada ao

---

[185] "(...) como souberam, um me deu as traves, outro as tábuas, outro os pregos, outros os cravos; os carpinteiros se ajustaram de modo que o demais da obra fizeram em um dia, e dois a acabaram dentro da mesma semana". apud MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976:31.

[186] "Quanto a la iglesia que tenemos en esta Vaia hasta el presente es la que hizemos e, llegando a esta terra, y por ser de taipa de mano y estar ia mui danificada, viendo los moradores de esta Ciudade que ia se caia y Su Alteça no la mandava hazer, determinaron todos, especialmente el Governador, a hacer una nueva parte della de piedra y cal; y esto se haze con tanto hervor por el amor que nos tienen, que criadose sennores y esclavos traen la piedra as las cuestas y pareceme, segun veo sus deseos, que presto le darán fiu." apud MENEZES José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976, p.34.

[187] "Ha nossa igreja que fizemos se nos cae, porque era de taipa de mão e palha. Agora ajuntarei estes senhores mais honrrados que nos ajudem a repará-la até que Deus queira dar outra igreja de mais dura, se a V.R. parecer bem falar nisso a El-Rey; se não os padres que vierem farrão outra, que viram com fervores, que dure outros três annos (...)." Carta do Padre Manuel da Nóbrega, datada da Bahia, 10 de julho de 1552, apud MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976, p. 33.

longo do tempo em que os jesuítas estiveram fora. Ainda que a ermida fora de taipa de pilão, e coberta de telhas, ainda assim seriam necessários reparos, pois pela situação, à cavaleiro do monte, com vistas para o mar, a igreja seria constantemente batida pelos ventos, e sobretudo pelas fortes chuvas, que amiúde são acompanhadas pela ação dos ventos, nos meses de outono-inverno. Fosse a ermida voltada à Vila, à matriz, como o é a atual, sua fachada sofreria durante nove meses por ano a ação dos Alísios e durante os três meses restantes a ação dos ventos de nordeste atingiriam a lateral e porção posterior da igreja; um embate praticamente constante durante o ano e ao longo dos anos. Considere-se ainda que a área em torno de Olinda corresponde, no litoral de Pernambuco, a um encrave de clima mais úmido, de maior incidência de chuvas do que aquele que se apresenta nas áreas circunvizinhas, como é o caso de Recife. O clima de Olinda, pela precipitação e distribuição de chuvas, aproxima-se daquele de Salvador, ou mesmo do sul da Bahia. Portanto, mais agressivo às construções em taipa.

Voltados à sua obra catequética, às necessidades de confissões, de culto, de pregação à comunidade, os jesuítas por certo estariam atentos às dependências da missão destinadas ao culto. Por certo não negligenciariam sua igreja, porta de acesso à comunidade. Diligentes como sempre se mostraram, os jesuítas, não prescindiriam de um local de culto, ainda que temporário, emergencial. Entretanto, este não é exemplo único de referências à preocupação inicialmente para com as instalações de assentamento da comunidade religiosa, de áreas de serviço da missão (oficinas, classes), e só mais tarde, para com as obras da igreja. Considerando-se as freqüentes referências em suas cartas, quanto aos "muitos pecados arraigados" em Pernambuco, e de como respondiam à ação dos jesuítas, "vindo a se confessar", deve-se admitir que de alguma forma os jesuítas dispunham de uma área destinada aos ofícios religiosos, aberta ao público. Por outro lado, à Vila interessava

a ação dos padres, sobretudo talvez, a instalação de uma escola. Não apenas escola de ler e escrever, mas sobretudo de ofícios, uma vez que os artesãos, tão necessários tanto na vila quanto aos engenhos, eram poucos.

Um outro aspecto a ser considerado, que do mesmo modo, envolve a possibilidade das estruturas terem sido construídas em locais distintos, ainda que no topo do mesmo outeiro, é a questão da necessidade de tornar compatível o longo período que demandaria a construção da terceira igreja, com as necessidades cotidianas de culto. Não só pela necessidade da prática de ofício, por parte dos padres, mas sobretudo pelos objetivos de catequese da Ordem, que implicam na disponibilidade de um local de pregação. Este aspecto é particularmente importante no que se refere ao período de construção do terceiro templo, haja vista que a obra iniciada em 1584 só em 1592 estava "coberta e pronta, só faltava caiar". Estenderam-se portanto, por um período de no mínimo 8 anos. O período, que é referido por Menezes, como abrangendo as obras da terceira missão, que se estende desde 1569 a pelo menos 1607, não pode ser considerado como efetivamente utilizado continuamente na construção. Diferentes fatores contribuíram para que as obras não tivessem lugar de imediato, retardando uma ação mais enérgica. Estas questões abrangeram desde a disponibilidade de recursos financeiros, à disponibilidade de mão de obra. Também o número de padres foi outro fator de retardo às obras. O reduzido número de padres dividia-se nas diferentes atribuições, que iam desde à pregação entre o povo (brancos, negros e índios) às atividades de ensino e ofícios religiosos, às confissões, cerimônias fúnebres, ações assistenciais, além da instalação propriamente dita da missão. Outro aspecto a ser considerado, é que apesar da igreja ter sido considerada como concluída, novas obras se fizeram ao longo dos anos. Não apenas obras de reparo, como se poderia esperar, mas novas construções, efetivamente. É o caso da instalação de capelas, que ao

longo dos anos são construídas por "amigos da Companhia". Duas delas são referidas por Serafim Leite como anteriores à invasão holandesa: a capela de São Jerônimo, inaugurada em 1615 cuja abóbada recebera uma cercadura em ouro e suas paredes, revestimento de azulejos; e a capela de Nossa Senhora da Paz, cuja imagem é levada a seu altar em 1620.

Do ponto de vista do registro arqueológico, do mesmo modo que na área escavada não foram identificados indícios das estruturas dos dois primeiros templos, não foram registrados indícios das primeiras estruturas de recolhimento dos padres, ou de suas oficinas. Considerando-se que a área plana disponível é relativamente restrita, e considerando-se ainda a complexidade e amplitude das estruturas ali implantadas, poder-se-ia supor que durante as freqüentes substituições de estruturas, tivesse havido superposições. Novas estruturas seriam construídas no local das antigas, ainda que fossem estruturas funcionalmente diferenciadas. Ou seja, após a conclusão de um novo templo, a área antes ocupada pela igreja, poderia ter sido utilizada para a construção de um outro segmento da quadra do complexo.

Este possível remanejamento de áreas funcionais requer, no entanto algumas ponderações, do ponto de vista do registro arqueológico. Em primeiro lugar, a ausência de indícios das antigas construções, na área escavada, pode estar relacionada à prática de ampliação da área plana disponível, através do rebaixamento do terreno, que teria suprimido os antigos vestígios. Este aspecto será discutido mais adiante quando se tratar da aquisição do terreno. Um outro ponto a ser considerado refere-se à utilização dos templos como cemitério: o que seria dos sepultamentos das antigas capelas? existiriam? seriam os ossos removidos para ossuários? seriam abandonados no próprio local? Estes aspectos serão discutidos mais adiante quando se tratar especificamente da utilização do templo como cemitério.

A VILA QUINHENTISTA DE OLINDA

Quando da chegada dos jesuítas a Olinda, a Vila já dava mostras de um povoamento até certo ponto planejado. Se não tivera, como o Recife dos tempos de Nassau um plano de ruas e quadras regulares, de lotes relativamente homogêneos, assentado em plantas, a ocupação de Olinda também não fora desprovida de uma avaliação das necessidades do momento e futuras. Necessidades da comunidade, como unidade funcional, e necessidades de seus habitantes, dos povoadores. Usando da prerrogativa que lhe cabia como Donatário, Duarte Coelho buscou distribuir, com base na conveniência das condições topográficas, o que se poderia qualificar como áreas funcionais da Vila. Este plano incluía um núcleo, situado a cavaleiro de um dos outeiros, próximo ao mar, em que se concentrariam a casa-forte (também referida como o castelo, a fortaleza ou a torre), à sua frente uma praça onde estava também a igreja que viria a ser a Matriz; a Misericórdia e o casario dos principais, organizados ao longo de duas ruas. Foram ainda reservadas áreas definidas para as atividades do comércio de subsistência, a feira; para oficinas como a do ferreiro, além das áreas para os passos, as feitorias, locais de estocagem das mercadorias a serem embarcadas. Estavam também definidas as áreas de porto, tanto para embarcações maiores, como para os pequenos barcos. Não foram omitidas as definições das áreas para a pastagem, do gado de pequenos proprietários, que não dispunham de terras fora da vila, bem como para aqueles que quisessem se dedicar às roças de gêneros de subsistência. Revelava-se ainda nas disposições das terras, a preocupação para com as fontes de água, enfatizando-se a defesa da cobertura vegetal à sua volta; a serventia

pública destas áreas. Foram ainda reservadas terras "para serviço da Vila e povo dela", além de terras para serviço do Conselho.

Segundo Gonsalves de Mello, não se conhece a data da criação do Conselho de Olinda, entretanto, já em 1537 uma "carta de doação"[188] concedia uma larga área de terra para constituir-se patrimônio da Câmara, além de uso e serviço dos moradores e povoadores da vila[189]. Seus primeiros vereadores, cujos nomes não são conhecidos[190], parecem ter negligenciado na guarda e conservação do documento referente à doação de terras concedidas pelo Donatário, pois já em 1550 os vereadores solicitavam ao Donatário que fosse "mandado tirar do livro do tombo e matrícula (da Capitania) a carta de doação que ele tinha dado a esta vila e moradores e povoadores dela". [191]

AS PRIMEIRAS TERRAS DOS JESUÍTAS EM OLINDA

Em 1551, quando da primeira tentativa de estabelecimento de uma missão jesuítica em Olinda, concedeu-lhes o donatário não apenas a ermida de Nossa Senhora da Graça, mas ainda terras em seu entorno, que garantissem a expansão da Ordem na Vila. Não foi possível conhecer o documento de doação das terras aos jesuítas, entretanto

---

[188] Gonsalves de Mello chama a atenção para o fato de que este documento é impropriamente conhecido como Foral de Olinda. N.A.

[189] "Criou o Conselho ou Câmara da sua vila de Olinda, em data não conhecida, e, em 12 de março de 1537, fez-lhe doação de uma larga área de terra tanto para construir o patrimônio próprio dele, como para uso e serviço dos moradores e povoadores da vila." GONSALVES DE MELLO, J.A, O chamado Foral de Olinda, de 1537. **Rev. do Arquivo Público de Pernambuco**. p 39.

[190] Apud GONSALVES DE MELLO, op. cit, p. 40

[191] Idem

alguns pontos podem ser considerados que permitam estimar-se a amplitude do terreno. Em primeiro lugar, poder-se-ia analisar a extensão das terras doadas a outros religiosos. Evidentemente não haveria necessariamente uma correspondência entre as áreas doadas a diferentes ordens; entretanto, através dos dados relativos a estas doações, pode-se, talvez, avaliar-se a ordem de grandeza dos espaços postos à disposição. A igreja de Nossa Senhora do Monte é uma dessas instituições das quais se dispõe de documentação descrevendo seus limites. Sua utilização como elemento comparativo decorre de sua situação, instalada no alto de um outeiro, nas proximidades da vila, mas fora da área que representa o núcleo propriamente dito. Ou seja, uma situação relativamente semelhante àquela da Igreja de Nossa Senhora da Graça. Dois documentos de doação fazem referência a seus limites. O mais antigo, de 1537, não corresponde efetivamente à doação daquelas terras a uma determinada ordem, mas traça seus limites ao exclui-la das terras doadas à Câmara de Olinda. O segundo documento, passado pela Governadora Brites de Albuquerque em 1582, refere-se diretamente às terras da igreja de Nossa Senhora do Monte. Atendia a Governadora à solicitação de um ermitão que cuidava da casa. Tendo ele ampliado ou substituído a antiga ermida por uma igreja maior, alegava em sua solicitação que, "ora começa a haver casa de oração de invocação da Senhora"[192]. Embora se soubesse que o Donatário fizera a doação daquelas terras à casa, a documentação não fora encontrada; e possivelmente não se atentou para as referências incluídas na carta de doação à Câmara. Posteriormente foi a casa ocupada por beneditinos que, chegados a Olinda em 1592, teriam de início se instalado na igreja de São João. A extensão das terras, vem descrita no foral de Olinda, constitui-se no chamado "monte de Nossa Senhora do Monte"[193]. Com

---

[192] Ibidem p. 51

[193] "monte de Nossa Senhora do Monte, águas vertentes para toda parte, tudo será para serviço da vila e povo dela, tirando aquilo que se achar ser da casa de Nossa Senhora do Monte, que é cem braças da [Continua na página seguinte.]

base no documento emitido em 1582, as terras desta casa foram demarcadas em 1584, constando do instrumento de demarcação, "um 'valado' da banda do norte do monte e de um 'caminho que vem ao longo das Fontainhas [...] acima do caminho do Conselho' (...) "[194].

Um outro aspecto a ser considerado, diz respeito a descrições de acidentes geográficos, e suas relações com a instalação da estrutura jesuítica em Olinda. Todas as referências convergem no sentido de apontar desde o início, à época da primeira ermida, a situação à cavaleiro de um outeiro. Referências posteriores dão conta de que as instalações dos Padres da Companhia seriam sobre a ponta de Jesus. Ponta esta que limitava ao norte a enseada, sobre a qual dominava Olinda[195] Referida deste modo, há que se entender que o outeiro ou suas fraldas atingiam o mar. Seria esta a extensão no sentido leste ou nordeste das terras da Companhia? até o mar? Pelo que se pôde apreender da toponímia atual, outras ordens, possivelmente, estendiam seus domínios até o mar. É o caso das terras dos franciscanos, bem como aquela dos carmelitas - observar a extensa praia de São Francisco e a praia do Carmo na Figura 3. Por outro lado, as terras do Colégio da Companhia, na Bahia, estendiam-se até o mar, não apenas isto, ali possuíam um porto[196]. De dentro de sua cerca os jesuítas podiam

---

casa ao redor de toda a parte, e assim o valinho, que é da banda do norte e rodeia todo monte pelo pé, até o caminho que vai da dita vila para o Val de Fontes, para o curral velho das vacas, que é tudo da dita casa de Nossa Senhora do Monte". Apud GONSALVES DE MELLO, op. cit, p. 51

[194] Idem.

[195] "Esta vila está situada em uma enseada da qual saem duas pontas ao mar; de uma delas se forma o cabo tão conhecido no mundo, por de Santo Agostinho, e a outra se chama a ponta de Jesus, por nela estar situado um formoso templo dos Padres da Companhia, chamado do mesmo nome. Contém em si a Capitania cinquenta léguas de costa, que toma princípio de onde parte com a Ilha de Tamaracá até o rio de São Francisco, e dentro nelas há infinitos engenhos de fazer açúcares, muitas lavouras de mantimentos de toda sorte, criações sem conto de gado vacum, cabras, ovelhas, porcos, muitas aves de volataria e outras domésticas, diversos gêneros de frutas, tudo em tanta cópis que causa maravilha a quem contempla e com curiosidade o nota". BRANDÃO, Ambrósio Fernandes 1966 - **Diálogo das Grandezas do Brasil**. 2a edição integral, aumentada por Gonsalves de Mello, op. cit, p26.

[196] "A cerca é muito grande, bate o mar nela, por dentro se vão os padres embarcar, tem uma fonte perene de boa água, com seu tanque (...).". CARDIN, Fernão - **Tratado da Terra e Gente do Brasil**. Rio de Janeiro. 1925. p. 255-256.

embarcar. No caso de Olinda, grande parte da encosta sudeste (onde o mar é mais próximo) do outeiro que comporta o Colégio dos Jesuítas, está ocupada pelas terras dos franciscanos (Figura 3). Pode-se mesmo observar uma rua (Av. Luiz Gomes) que, partindo da ladeira de São Francisco, acompanha lateralmente as terras daquela Ordem, no sentido Leste. Bem poderia esta rua representar os limites entre as terras jesuíticas e franciscanas. A expulsão dos jesuítas em 1760, e o confisco de suas terras, poderia ter conduzido ao acesso público daquelas terras e posteriormente à constituição de um caminho ao longo da cerca franciscana. Pode-se mesmo pensar que tal caminho fora mesmo anterior à expulsão. Ainda com base na toponímia, pode-se observar que as ruas daquelas cercanias não homenageiam Padres da Companhia. Ao contrário, homenageiam aquele que nos finais do século dezoito assume, em nome da Mitra, a direção do então Seminário de Olinda, o antigo Colégio dos Padres, agora expulsos. Considerando-se como possíveis referenciais de antigos limites, ruas principais, a avenida Luiz Gomes, assinalada na Figura 3 poderia corresponder aos limites das terras jesuíticas, dando-lhes acesso ao mar.

A questão do acesso ao mar, que se tem notícia em relação ao Colégio da Bahia, é possível que não tenha ocorrido em Pernambuco. O nome das praias poderia não estar relacionado à posse e domínio das terras pelas Ordens, apenas à proximidade de suas terras. Em sua carta de doação de terras à Câmara de Olinda, Duarte Coelho reserva 50 braças de terra, em direção ao interior, a partir do mar, para serventia da Vila e do povo, não podendo estas terras serem doadas[197].

---

[197] "Outrossim, dali mesmo do varadouro, rodeando pela praia ao longo do mar até onde sai o ribeiro de Val-de-Fontes, todo o mato desta dita praia até cinqüenta braças adentro da terra, tudo será serventia da dita Vila e povo, reservando que se não pode dar a pessoa alguma. E da dita ribeira sainte de Val de Fontes até o rio Doce, que se chama Paratibe, tudo será serventia do povo e Vila, até as varzeas que serão pouco mais ou menos duzentas braças de largo da praia para dentro das varzeas (...)" apud GONSALVES DE MELLO, O chamado ...:p.39.

Um outro ponto que pode servir de indicação no sentido de buscar conhecer a extensão dos domínios jesuíticos em Olinda, diz respeito a referência a uma pedreira em seus domínios. Considerando-se, de acordo com a citação, que desta pedreira foram extraídas as pedras para as construções jesuíticas, em sua feição iniciada em 1574, pode-se admitir que a pedreira citada correspondia a uma jazida de calcário, haja vista que este tipo de rocha predomina na construção da igreja iniciada logo a seguir. Por outro lado, o outeiro sobre o qual instalaram-se os jesuítas, do ponto de vista geológico, corresponde a um terreno sedimentar terciário, de origem continental, constituído de areia e argilas; portanto em que não ocorre o calcário. Este tipo de terreno, no entanto, permite a percolação de soluções ricas em ferro, que favorece a formação a constituição de concreções, de conglomerados areno-ferruginosos. Tais concreções foram freqüentemente utilizadas nas construções, sobretudo nos alicerces ou para o levantamento de paredes de alvenaria. Entretanto, a ocorrência destes conglomerados se dá de forma dispersa, constituindo na maioria das vezes blocos isolados. Mesmo que ocorressem em relativa abundância, não poderiam, efetivamente, ser referidos como pedreiras. Retomando a hipótese de que a referência à pedreira refletisse a existência de um depósito calcário, há que se considerar o perfil geológico da área, visando avaliar a possibilidade de existência daquela rocha na área. No trecho de Olinda, os sedimentos que respondem pela geomorfologia da área, correspondem a um pacote do Grupo Barreiras, cuja espessura varia. Esta variação se dá tanto em função da ação erosiva na superfície atual, em cada local, quanto em função da morfologia da antiga superfície terciária, em que se instalou o depósito. A cota do terreno sobre o qual foram instalados os edifícios jesuíticos, corresponde a uma altitude em torno de 55 metros (Figura 4).

Neste ponto, o pacote de sedimentos do Barreiras apresenta o topo relativamente pouco rebaixado, em relação às cercanias, quando se

considera que a cota de 55 metros corresponde à média das altitudes máximas da área. Por outro lado, sob o manto destes sedimentos continentais, perfis geológicos registram a ocorrência de calcário. Ocorrência não pouco significativa, haja vista que alguns destes depósitos foram utilizados como jazidas para a produção de cal.

A principal questão, no caso, não é efetivamente a ocorrência de calcário em Olinda, mas a cota desta ocorrência. Se admitirmos, mesmo que por hipótese, que a pedreira nas terras dos jesuítas, à qual se referem os textos, representa uma jazida de calcário, através da localização de zonas de ocorrência pode-se tentar avaliar a extensão destas terras. Deste modo, este levantamento deve buscar, no entorno do outeiro do Colégio, áreas com cotas compatíveis com a ocorrência de calcário.

Em primeiro lugar temos que considerar que a área em frente à igreja (face sudoeste) não apresenta condições altimétricas para a ocorrência, em Olinda, de calcário. Tão pouco poderiam as terras dos jesuítas entenderem-se muito nesta direção, pois por sua atual situação, a igreja estava voltada para o núcleo principal da Vila, com a sua matriz. No sentido sudeste encontram-se, muito próximo, as terras dos franciscanos, que se estabeleceram em Olinda a partir de 1585, portanto quando as obras da terceira igreja já estariam em andamento. Restariam portanto para análise os quadrantes do Norte, desde o Leste ao Oeste. A Norte e Nordeste, ainda que no sentido do interior das terras, os vales escavados no Barreiras oferecem cotas baixas. É principalmente o vale que separa o outeiro do Colégio, daquele da Igreja de Nossa Senhora do Monte, que interessa à análise. Acima, referi-me a este "Monte", quando tratava das informações contidas no Foral de Olinda. Quando neste Foral se trata das confrontações das terras da Câmara de Olinda, há uma referência ao vale que define o "Monte", chamando a atenção a observação quanto às "águas vertentes para toda parte". A abundância de águas em um vale paralelo à linha de costa,

sobretudo considerando-se o basculamento continental e a deflexão da superfície no sentido do mar, sugere a possibilidade de haver uma tendência na orientação das camadas geológicas não superficiais, no sentido do interior. Por outro lado, devo salientar que, esta mesma referência menciona a destinação das terras deste vale, "tirando aquilo que se achar ser da casa de Nossa Senhora do Monte, [...] tudo será para serviço da vila e povo dela", portanto não pertenceriam ao Colégio dos Jesuítas.

No sentido Leste, o rebaixamento natural das terras até o mar, sinaliza no sentido de possíveis ocorrências de afloramentos calcários.

Ainda quanto a extensão das terras dos jesuítas, a mesma referência textual que trata da "pedreira", embora igualmente pouco precisa, permite elaborar-se algumas outras hipóteses. A observação de "que dentro dos terrenos ficava uma fonte e uma pedreira", ainda que possa referir-se a áreas completamente díspares -a fonte e a pedreira -, ambas sinalizam no sentido das cotas mais baixas. Se por um lado a ocorrência de calcário seria mais provável que aflorasse nas proximidades do mar, a "fonte" poderia ocorrer em ambos sentidos. Entretanto, as referências às fontes, em outros textos apontam no sentido dos vales a sudoeste do Colégio. Saliente-se ainda que, quando no foral se trata das "terras da vila e do povo", refere-se às terras do "monte de Nossa Senhora do Monte" especificamente, e não às encostas do vale; portanto, não impedindo que uma das encostas estivesse vinculada à Câmara de Olinda e a outra ao Colégio. Por outro lado, não há referência específica a confrontações entre as terras da Câmara e aquelas dos Jesuítas. Este aspecto, entretanto, não deve servir para afirmar-se que não haveria tal confrontação, vez que, a data do Foral (1537) é anterior à doação das terras aos jesuítas (1551). Embora, como mencionei acima, aquela primeira carta de doação de terras à Vila tivesse sido perdida, o documento que tem sido utilizado por historiadores, é a transcrição do *Livro de Tombo e Matrícula* (da

Capitania), efetuada a pedido dos vereadores, em 1550. Portanto, além de ser a transcrição do registro de 1537, é ainda anterior a presença de jesuítas em Olinda.

Em atendimento à Ordenação que instituía no Novo Mundo o sistema donatarial, cumpria ao Capitão a doação de terras aos moradores e povoadores da Capitania. Interessava tanto ao reino quanto aos donatários, que as terras fossem povoadas, ocupadas, garantindo assim a expansão do sistema colonizador. Neste aspecto, os esforços desenvolvidos por Duarte Coelho lograram reunir em Olinda, uma população significativa para a época. Freqüentemente encontram-se referências que chamam a atenção para o número de habitantes de Olinda. Expressões como "das mais populosas" ou "tem passante de dois mil vizinhos [...] além de [...] perto de dois mil escravos", "em Olinda habitam inumeráveis mercadores", dão idéia do afluxo de população para Pernambuco. Controlada a resistência dos nativos das terras de Marin, dizimada aquela população que nos anos que se seguiram ao início da instalação Vila, atemorizava os portugueses e punha em risco a empresa, iniciada a produção de açúcar, concretizados os lucros, Olinda atraía a atenção não apenas de mercadores transitórios, mas ainda daqueles que buscavam uma permanência mais duradoura. Os terrenos da Vila doados, uns para uso particular, de habitação, de uso para o comércio, outros para uso coletivo da comunidade, para o pasto de pequenos criatórios, para a retirada de lenha, para retirada de madeira para construção, para garantir o abastecimento d'água, tiveram seu registro em livro, recebendo os beneficiários, "cartas de doação". Apesar dos esforços do donatário em organizar a administração de sua Capitania, nem sempre os interessados conservaram adequadamente seus títulos. Este não parece ter sido um fato incomum à época. Diferentes segmentos da sociedade de então têm problemas com a demarcação de suas terras, por perda da documentação. Como foi referido acima, a própria Câmara, os vereadores da Vila, já em 1550,

recorriam à transcrição do Livro de Tombo, para assegurar a posse das terras da comunidade[198]. Do mesmo modo, também foi perdida a carta de doação das terras à casa de Nossa Senhora do Monte, e já em 1582, é solicitada a transcrição do livro de tombo, para a demarcação destas terras.

A despeito do nível de organização demonstrado pelos jesuítas, não foi muito diferente no que diz respeito à documentação da doação inicial feita pelo Donatário. A carta de doação dos terrenos adjacentes à casa também foram perdidos (ou "não se acharam") quando necessitaram avaliar a disponibilidade para viabilizarem a instalação de um colégio. Isto, quando da terceira tentativa de estabelecerem uma missão em Pernambuco.

Entretanto, desde o início da década de 60, quando já falecera Duarte Coelho, os jesuítas já haviam decidido pela instalação de um colégio em Olinda. Uma carta do Padre Antônio de Sá, que em 1562 chega a Pernambuco em companhia do superior da Ordem em Pernambuco, o Padre João de Melo, dá conta do início das obras da igreja, aquela que seria correspondente à segunda tentativa de fixação jesuítica em Olinda.

À época, como foi mencionado acima, Olinda já havia sido definida como uma das vilas em que os jesuítas estabeleceriam um Colégio. Não mais uma simples "casa", como de início se estabelecera, mas um Colégio. Visavam portanto os padres, estabelecer em Olinda não apenas uma casa de ensino, mas um estabelecimento que atingisse vida econômica própria, ao qual ficariam subordinados os demais da

---

[198] "O texto (carta de doação) de 1537 não é conhecido através de documento coevo, pois os primeiros vereadores de Olinda não tiveram a cautela de conservar o precioso papel com os cuidados que merecia. Assim treze anos depois, os vereadores de 1550, dirigiram-se ao Donatário a solicitar-lhe que fosse 'mandado tirar do livro do tombo e matrícula (da Capitania) a carta de doação que ele tinha dado a esta Vila, moradores e povoadores dela.' " GONSALVES DE MELLO, J.A, O chamado... p 40.

vizinhança. A instalação de um Colégio demandava, pois, uma maior área, capaz de abrigar o conjunto de edifícios e demais estruturas que o compreendiam: a igreja, para as atividades de culto e de pregação; as classes e as oficinas, voltadas às atividades de ensino; além das construções voltadas à habitação dos padres, e mesmo dos alunos internos. Deveria ainda abrigar as dependências coletivas de serviço (cozinha, refeitório, etc.) e de atendimento, tanto à população da vila e arredores, como à própria comunidade jesuítica (a botica), além das áreas destinadas à produção de gêneros de subsistência: a horta e o pomar. Preferencialmente, a "cerca" dos padres deveria abranger ainda elementos que lhes garantissem certas facilidades, como água potável, fontes para obtenção de material de construção, e mesmo, lenha. Aos padres pareceu, de início, que as terras cedidas pelo Donatário, não atenderiam às necessidades vinculadas à implantação de um Colégio.

Embora não haja referência específica, nesta ocasião à documentação relativa às terras doadas, é possível que naquela oportunidade os padres não tivessem certeza quanto às dimensões das terras que lhes foram doadas. O longo afastamento que durara quase dez anos, poderia ser interpretado como um quase abandono dos padres, o que possivelmente permitira que pelo menos parte das terras fossem ocupadas por moradores. Sobretudo por serem terras próximas ao núcleo da vila, e estarem nelas contidas certas facilidades a assentamentos: tanto a fonte, quanto a pedreira.

Discutia-se entre os padres, naquela ocasião, se deveriam manter-se na primitiva área, ou buscar uma outra que melhor atendesse. A consulta levada ao Padre Provincial, na Bahia decidiu por manterem-se naquela área. Só então foi a construção iniciada, já em meados de 1562[199].

---

[199] "Começamos, dia de Sancta Anna abrir os alicerces da nossa igreja, e não começarão mais cedo porque ouve quaa diferença se tomaríamos outro sítio, por este parecer pequeno pera collégio. E foy [Continua na página seguinte.]

Fechada a casa mais uma vez em 1567, retornam os jesuítas em 1569; desta feita quatro padres instalam-se na casa, visando dar início à escola dos meninos[200]. Serafim Leite ao afirmar em seu texto que " (...) enfim, lhes apareceu o documento, por onde se concluiu que antigamente deram aos Padres escola nos terrenos adjacentes à casa" (grifo meu), dá margem a se supor que efetivamente os padres já não tinham certeza da extensão de suas terras. E mais, que diferiam as dimensões de "terrenos adjacentes à casa" da doação de terrenos à escola; reconhecia-se assim as diferenças de necessidades de uma e outra obra.

Um outro aspecto a ser ressaltado, ainda referente ao texto de Serafim Leite, diz respeito a afirmativa de que "lhes apareceu o documento" e mais adiante "com o seu aparecimento", que sugere terem os padres efetivamente recuperado a documentação perdida; mas mesmo assim aquele autor (jesuíta) classifica de negligência dos seus, a perda do documento.

Recuperada a documentação de doação e tomando posse de suas terras, reiniciam os jesuítas em Olinda a sua obra, mantida, desta feita, até 1760, quando de sua expulsão do Brasil.

---

necessário escrevello a Bahia ao Provincial para que com seu parecer se assentasse o que nisto se fizesse. Finalmente que se determinou que nos não mudassemos deste sítio e que se fizesse aqui a ygreja e a mais obra. LEITE, Serafim, S. I.- **História da Companhia de Jesus no Brasil**, 10 volumes. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, Livraria Portugalia, Lisboa. 1950. Vol IV: 34/40.

[200] "Como a casa de Pernambuco tinha sido fechada duas vezes, houve alguma negligência em garantir a posse dos terrenos doados por Duarte Coelho. Valeu aos Padres que, enfim, lhes apareceu o documento, por onde se concluiu que antigamente deram aos Padres escola nos terrenos adjacentes à casa; pela falta deste papel, viviam eles agora apertados. Com seu aparecimento, deu-lhes o Ouvidor posse deles. Puderam então viver mais desafogadamente, com a vantagem ainda de que dentro dos terrenos ficava uma fonte e uma pedreira, que muito ajudariam nas futuras construções, logo começadas, em 1574, com grande atividade." LEITE, Vol. op. cit. (I). p.454

TOPOGRAFIA E AGENCIAMENTO

Considerando-se a posição de destaque econômico que gozava a Capitania, em relação aos demais núcleos de colonização, pode-se considerar que teria sido um tanto quanto tardia, a fixação da missão jesuítica em Pernambuco. As primeiras tentativas, logo abandonadas, possivelmente refletem questões de ordem política que os teria levado a outras áreas. Também questões de efetivo, teriam contribuído para que não se fixassem mais cedo em Olinda. Poucos padres, uma terra imensa, muitos problemas. Desde sua chegada, acompanhando o primeiro Governador Geral, os padres da Companhia de Jesus empenharam-se em executar o chamado Plano de Colonização proposto por Nóbrega, e adotado sobretudo pelos 1º e 3º Governadores Gerais. Tornara-se imperioso resolver a questão dos conflitos entre nativos do Brasil e colonos portugueses. Anteviam, os jesuítas, o risco que corria a empreitada portuguesa, face aos ataques indígenas[201]. O maior empenho voltava-se aos entraves que afligiam o Governo Geral, considerando-se a política do Reino, voltada à centralização e não mais ao sistema donatarial. Era necessário "sujeitar o gentio", torná-los sob as ordens dos Padres e fazê-los guerrear contra os hostis. No mesmo período, não era diferente a situação de Olinda, mas os padres aqui não se demoraram. Apesar de reconhecerem as "virtudes" do Capitão e de sua esposa, e o quanto os colonos necessitavam de sua ação espiritual, retornam à Bahia, apenas cumprida a missão delegada pelo Rei de visitar todos os povoados.

---

[201] " (...). Desta maneira cessará a boca infernal de comer a tantos cristãos, quantos se perdem em barcos e navios por toda a costa; os quais todos são comidos dos índios e são mais os que morrem que os que veem cada ano; (...) " Plano de Colonização proposto por S.J Nóbrega. apud LEITE, 1938, II, p.117.

Durante a breve estada na Vila, no entanto, não deixaram de demonstrar a grande força de seu empenho à causa da Igreja. Não somente no sentido da catequese, de trazer aos costumes cristãos os colonos, mas ainda, no sentido empreendedor de sua obra. À ermida doada, logo trataram de ajuntar outras estruturas, construídas com suas próprias mãos, "a poder de seus braços".

As terras recebidas em doação, abrangiam uma topografia compatível não apenas com os parâmetros portugueses de situação para assentar suas estruturas urbanas, mas ainda com uma situação eminente, ao mesmo tempo isolada da vila, mas muito próxima. Uma posição destacada, muito adequada aos propósitos da Companhia. Se por um lado a situação à cavaleiro do morro faria sobressair dentre o casario, a casa da Ordem, por outro limitava-lhes a expansão das obras. Limitava-lhes não em termos imediatos, mas em termos dos objetivos de expansão, e sobretudo de continuidade do conjunto. Ainda que àquela altura ainda não estivesse perfeitamente delineado o partido das construções jesuíticas, a unidade de seus esteios já se encontrava presente.

O outeiro, ocupado no alto pela ermida, se do ponto de vista geomorfológico apresentava-se de topo plano, do ponto de vista do assentamento de um conjunto de estruturas arquitetônicas mostrava-se irregular. Carecia de obras de terraplanagem, que permitissem uma ampliação do espaço disponível para a instalação de outras edificações.

Apesar de serem poucos os padres, dois de início, e logo em seguida, apenas um, não lhes faltava ânimo. Por sua doutrina, estavam voltados não à contemplação, mas à ação. Doutrina que influenciara até religiosos de outras ordens, que levara Vicente de Paula a admitir que "a perfeição podia ser alcançada de maneira comum, por meio da vontade e do firme propósito, e isto até mesmo com mais segurança do que por

meio da mística contemplativa"[202]. Os inacianos não se deixavam abater. Enfrentaram o desafio. Puseram-se à obra, iniciando o árduo trabalho de desmonte, de aplanamento de uma superfície, suficientemente capaz de suportar a missão que, acreditou-se, se iniciava[203].

Apesar dos esforços empreendidos pelo Padre Antônio Pires que acompanhara a Pernambuco o Padre Provincial, a missão é abandonada pouco depois. Mas não foram vãos aqueles esforços. Retomada a missão em 1562, retornam os padres às mesmas terras. As obras da casa retomadas, dez anos após, no mesmo local. Novo abandono em 1567, mais breve que o anterior. Retornam os padres após dois anos, e desta feita a obra tem continuidade. Se não houve, desde o início, uma continuidade na permanência jesuítica em Olinda, retornaram a cada vez ao mesmo local, às mesmas terras da primitiva ermida. Chegaram a cogitar a mudança de local, para outro mais amplo, quando já se havia decidido que em Olinda seria instalado um Colégio, não uma simples casa. Careciam portanto de mais espaço, para a instalação do complexo que representava um Colégio. Mesmo assim permaneceram naquele outeiro.

Àquela época a vila crescera, adensara-se a população de colonos. A população escrava, por seu turno, duplicava o número dos que

---

[202] FRÖHLICH, Roland. **Curso básico de história da Igreja**. Tradução e adaptação por Alberto Antoniazzi; revisão por Antonio Lúcio S. Lima. 2. edição. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.p.:16.

[203] "E não se enganou; porque foi conservando a missão no mesmo teor começado N'esta ermida trabalhou com grande cuidado o servo de Deos porque nella passava os dias, e parte das noites em confissões contínuas e administração dos mais mistérios de seu instituto; e o pouco tempo que lhe sobejava, ocupava em arrasar o monte a poder de seus braços; como era homem de grandes forças, chegou a fazer um largo terreiro, no qual edificou por suas mesmas mãos casas de taipa, em que se agasalhou religiosamente, com recolhimento extremado; porque era mui dado à oração, e familiar no trato com Deos." VASCONCELLOS, Pe. Simão de, S. I. Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil. 2 volumes. Lisboa. 1765, apud MENEZES, J. Luiz da Mota- **Igreja de Nossa Senhora da Graça e Real Colégio dos Jesuítas de Olinda**. Tese de Livre Decência para o Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1976.

habitavam entre Olinda e seu termo. Entretanto, não seria efetivamente por falta de uma outra área disponível, que deixaram de mudar-se. Naquela mesma ocasião, ou mesmo em momento posterior, outras ordens instalaram-se em Olinda. Outras ainda, como no caso dos Beneditinos, transferiram-se de sua antiga casa, a ermida de São João, para a casa de Nossa Senhora do Monte.

A decisão dos jesuítas, de permanecerem no mesmo local que primitivamente lhes havia sido doado, implicaria em disponibilizar espaço para o conjunto de suas obras. Já não mais uma simples "casa", agora um "Colégio", como fora decidido no início da década de 1560. Era necessário, portanto, uma área que comportasse além do conjunto de edifícios que integravam um Colégio Jesuíta, uma área que abrigasse as demais estruturas que o complementavam. Havia, deste modo, pelo menos duas questões a serem equacionadas em termos da área disponível. A primeira delas, dizia respeito à totalidade da área disponível aos Padres. A segunda, a disponibilidade topográfica da área para a implantação do conjunto arquitetônico.

A questão do conjunto da área disponível, ficara resolvida quando recuperaram a documentação relativa às terras doadas pelo Donatário, como foi visto anteriormente. Em seu conjunto, atendiam às expectativas da Companhia. Restava examinar-se a viabilidade de implantação do conjunto de edifícios do Colégio: a igreja, as classes e as oficinas, as construções voltadas à habitação dos padres e dos alunos internos, as dependências coletivas de serviço interno (cozinha, refeitório, etc.) e as dependências de atendimento à população da vila e arredores, como a botica, que por vezes exercia a função de hospital.

Como foi visto anteriormente, as construções jesuíticas obedeciam a um programa determinado. Cada unidade funcional constituía-se em um corpo do conjunto. Integrado, fechado em si. Mas, sempre aberto à comunidade, convidando à aproximação de novos fiéis.

Este programa de construção, constituindo conjuntos, exigia por seu turno, que a área destinada aos edifícios fosse contínua. Por vezes, quando a topografia se mostrava inadequada, usaram de artifícios técnicos, de modo a compatibilizar a disponibilidade de área às regras do Programa. No Colégio do Rio de Janeiro (Figura 9), recorreram ao escalonamento dos edifícios, aterros e terraceamentos, conforme fosse viável. Abdicaram da planta traçada para o Colégio[204], substituindo-a por outra, melhor adequada às condições topográficas. Não abdicaram contudo, da unidade do conjunto, do Programa.

Analisando a implantação da igreja do Colégio do Rio de Janeiro, Santos[205] observa que, no início do segundo quartel do século dezoito, a questão da inserção da igreja na topografia acidentada onde se instalaram os jesuítas, não fora resolvida[206]. Como se pode observar na lâmina existente em Roma (Figura 8), que representa o Colégio do Rio de Janeiro, apresentada por Santos[207], as obras de agenciamento do terreno, incluíam rebaixamentos e aterros, além de uma arquitetura escalonada. Em seu conjunto, entretanto, não lograram resolver o controle das águas pluviais. O conjunto arquitetônico não fora instalado integralmente na cota mais alta; abrangia também parte significativa da encosta, de modo que as águas que desciam o morro atingiam a igreja.[208] Apenas após as "grandes obras" realizadas pelo

---

[204] Acerca dos planos para o Colégio do Rio de Janeiro, e sua inadequação à topografia, o assunto foi estudado por COSTA, 1978 (1941). Quando se tratar, mais adiante, acerca do plano utilizado no Colégio de Olinda, o assunto será abordado em maiores detalhes. N.A.

[205] SANTOS, Paulo F. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. **ACTAS, V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**, Coimbra 1963 vol. IV. Coimbra 1966.

[206] A lâmina de 1728, existente em Roma, também mostra a igreja encravada no Morro, que atingia uma cota bem mais elevada do que a da sua porta de entrada. op. cit. p 564 (Nota 3)

[207] SANTOS Paulo F. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. **ACTAS, V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**, Coimbra 1963 vol. IV. Coimbra 1966. Tábua III

[208] O Morro ficava tão junto à igreja, que às vezes a água que dele escorria, entrava pela porta lateral. Cortou-se esta parte do morro e fez-se um largo espaçoso, murado e magnífico que facilitava o acesso LEITE Serafim, História (...), VI, p.16.

Padre Luiz de Carvalho (entre 1724-1729) o largo terreiro aberto viria a resolver o problema de escoamento das águas para o interior da igreja[209].

Analisando-se a ortofotocarta referente a área em que se situa a Igreja de Nossa Senhora da Graça (Figura 4), observa-se que as elevações daquela área - os "três outeiros sobre os quais Duarte Coelho erguera sua Vila" - apresentam topos cujas altitudes se mostram aproximadas. Tratando-se de uma topografia esculpida sobre o Grupo Barreiras, esta coincidência de topos, aproximadamente planos seria de se esperar. Entretanto, não se pode, de fato, atribuir as sutis diferenças entre eles, exclusivamente a ação antrópica. A proximidade com o litoral, bem poderia responder, em parte, por tais diferenças, haja vista a brusca ruptura que acentua a ação erosiva nestas colinas, em função do desnível que se apresenta em relação ao nível de base. Por outro lado, a configuração morfológica do terreno, por sua constituição geológica sedimentar, e sob ação do clima úmido, se apresenta com encostas côncavas, ainda que, em muitos casos, de gradiente relativamente acentuado. A ação climática, o intemperismo natural, conduz a uma gradativa redução da área plana, pela erosão que, atuando de forma mais intensa a montante, carreia o material, depositando-o quando a competência do agente chega a seu termo. Deste modo, as áreas planas de topo são reduzidas, tornando-se gradativamente convexas. Por outro lado, os perfis geomorfológicos de encostas convexas conduzem a uma relação significativamente favorável no que se refere à alargar-se a área do topo. Ou seja, à ampliação da superfície disponível a construções em um só plano. O rebaixamento intencional da superfície, por ação antrópica, buscando-se manter o nivelamento, trunca de tal forma o perfil que, aproximando o topo da base, amplia a cada rebaixamento a área plana no topo. Ademais, a própria constituição geológica do terreno - de caráter sedimentar- contribui para favorecer a ação antrópica

---

[209] SANTOS Paulo F. op. cit. p 564. Nota 3.

de aplanamento e rebaixamento dos topos. Em virtude de não apresentar o inconveniente da presença de blocos de matrizes remanescentes, permite um aplanamento, praticamente isento de porções não intemperizadas que venham a conturbar a implantação das estruturas arquitetônicas. Concreções, caso haja, podem ser removidas, pois não estão integrando o embasamento rochoso, o cristalino.

Tais aspectos poderiam ter repercutido na eleição e utilização da planta arquitetônica, do conjunto do Colégio dos Jesuítas de Olinda.

Ainda analisando-se a ortofotocarta (Figura 3), observa-se que, é praticamente a partir da cota de 50 m que se distinguem os outeiros onde foi instalada a Igreja de Nossa Senhora da Graça daquele que representou o núcleo central da vila. Este último com uma cota máxima de 56 m, em área mais restrita, apresenta a maior amplitude na cota dos 52 m, em que se encontra instalada a Igreja do Salvador (Matriz de Olinda). Nesta mesma cota, possivelmente erguia-se a Casa-forte de Duarte Coelho, e espraiava-se a praça da Vila. Na cota dos 56 m estaria possivelmente, apenas a Misericórdia. É possível que tenha havido um trabalho de terraplanagem neste monte, entretanto, a distribuição das cotas de nível na área cimeira, são compatíveis com aquelas das encostas, inclusive na sua distribuição. Das escavações realizadas naquela praça[210], que visavam a localização da Casa-forte de Duarte Coelho, não tive acesso aos resultados, de modo que, não disponho de informações quanto a ter ou não havido trabalhos de terraplenagem naquela área. A distribuição vertical do horizonte "A" nos perfis pedológicos da área, seriam de grande valia ao analisar-se a possibilidade de trabalhos de terraplanagem naquele morro, bem como a cronologia destes possíveis trabalhos.

---

[210] As escavações foram dirigidas por Ulysses PERNAMBUCANO, em 1974

No caso do outeiro onde foi instalada a Igreja de Nossa Senhora da Graça, a amplitude que se observa, sobretudo na cota a partir dos 51 m., é uma alteração na tendência geral das curvas de nível. Nas curvas de 54 e 55 m, esta alteração se torna mais evidente, praticamente acompanhando as estruturas dos edifícios (curva de 55 m.) e das áreas de pátio externo (curva dos 54 m.).

Do ponto de vista da conformação do terreno, pode-se afirmar que existem fortes indícios de que a área teria sido rebaixada, visando ampliar a disponibilidade da porção plana. Entretanto, é a partir da análise do perfil de solo, que a utilização desta prática se torna irrefutável. Este aspecto, entretanto, será discutido mais adiante, quando se tratar da estratigrafia no interior da Igreja, resgatada através das escavações arqueológicas.

Do ponto de vista da documentação textual, a atividade de terraplanagem é particularmente referida por Vasconcellos[211], quando trata da primeira tentativa de estabelecimento da missão jesuítica, em Olinda. As referências aos esforços desenvolvidos pelo Padre Antônio Pires, em "arrasar o monte a poder de seus braços", tendo mesmo chegado a constituir "um largo terreiro (...) no qual edificou (...) casas de taipa...", não permitem uma visualização aproximada do que seria considerado "um largo terreiro". Entretanto, permite que se admita que a topografia da área não seria suficientemente plana para comportar a ermida e as casas de taipa erguidas pelo jesuíta. As últimas, estruturas erguidas por um só (teria ele contado com a ajuda dos colonos?) homem. Ainda que tais estruturas representassem àquela altura o embrião de uma casa jesuíta, não se tratava, possivelmente, de uma construção grande. Por outro lado, o "largo terreiro" a que se refere Vasconcellos, atenderia possivelmente às dimensões das casas que

---

[211] VASCONCELLOS, Pe. Simão de, S. I. 1765 apud MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976:7

seriam construídas; não seria provavelmente suficientemente amplo para suportar a estrutura do Colégio posteriormente construído. Deste modo, pode-se admitir a possibilidade de que, para construção do Colégio, novos trabalhos de agenciamento do terreno foram realizados. A análise da ortofotocarta não permitiu distinguir na morfologia atual do terreno "cicatrizes" da localização da antiga ermida, bem como das primeiras casas. Provavelmente, como já foi discutido anteriormente, as estruturas mais recentes substituíram as antigas, em cotas mais baixas, e no caso da igreja, possivelmente em outro local, uma vez que as atividades na igreja, não teriam cessado, ao longo dos anos que durou a construção.

Um aspecto importante, que merece ser avaliado, diz respeito ao período em que foi realizado o aplanamento. Ou seja, a que estrutura está ele vinculado. É pouco provável que toda a extensão tenha sido aplanada por ocasião da primeira tentativa de fixação da missão. Obra praticamente de um só homem, exercendo diversos outros afazeres, por um período de tempo muito restrito. Aproximadamente um ano. Durante a segunda tentativa de implantação da missão, um maior número de padres acorre a Pernambuco. A permanência é mais longa, pouco mais de sete anos. Na ocasião já se decidira que em Olinda seria instalado um Colégio, portanto uma obra mais complexa, de maior porte, uma espécie de sede, em relação às missões mais próximas. Entretanto, ao que parece através da documentação textual, não seria ainda, aquela igreja iniciada em 1563, a obra de caráter definitivo. As expressões utilizadas pelos jesuítas em suas cartas, denotam perfeitamente que a igreja não atendia às expectativas da Ordem. Tão pouco atendiam às expectativas da Vila. Era "pequena e em proporções, estreita"[212]. Quanto às acomodações do Colégio, as referências são ainda menos elogiosas. Oficinas mal acomodadas, além

---

[212] MENEZES, 1976:39

do reduzido número de cômodos. Naquela oportunidade, entretanto, as obras estenderam-se ao longo dos anos. Às acomodações do Colégio, incluindo-se aí as dependências de habitação dos padres, deu-se atenção logo após a chegada. Pelo que se pôde inferir pelos textos, não seriam obras de vulto, pois teriam sido concluídas em pouco mais de uma semana. Mas neste período outras obras devem ter sido edificadas, além daquelas iniciais. Quando se compara as descrições das estruturas em 1563, e as de 1585, observa-se uma grande diferença em termos do número de cômodos. Entretanto estes cômodos são referidos como sendo "velhos", portanto não teriam sido construídos neste último período. Por outro lado, possivelmente no início dos anos 1580, é traçado um novo plano para o Colégio, que atendesse "às necessidades da Ordem e do povo". "Necessidade", mas, ao que parece, não efetivamente "disponibilidade", haja vista as freqüentes referências à busca de recursos, a endividamentos, ao retardo das obras. Tempo suficiente para que o terreno fosse gradativamente trabalhado, no sentido de ampliar-se a área plana.

Um aspecto que chama a atenção, na análise da ortofotocarta, é o fato de que a curva de 55 m está completamente ocupada pelas estruturas arquitetônicas, enquanto que a de 54 m , na parte frontal distancia-se da de 55 m, formando um pátio relativamente largo. Na porção posterior do edifício, forma apenas um estreito pátio, que se estende ao longo de toda a estrutura. Em ambas as faces laterais, as curvas de 54 e 55 m estão mais próximas em alguns pontos, distanciando-se em outros, revelando a presença de pequenas áreas alargadas em pátio, e áreas de acentuado declive. Ainda em relação a esta curva de nível, observa-se que, contornando a porção posterior das estruturas, em direção à lateral voltada para o mar, forma um ângulo de pouco mais de 90°. Todas estas observações apontam para uma ação de aplanamento, dirigida à instalação do conjunto arquitetônico. Deste último conjunto arquitetônico.

Um outro aspecto a ser discutido quanto às atividades de agenciamento do terreno para a instalação do conjunto jesuítico, diz respeito à etapa que seria a primeira, a limpeza do terreno. Embora a documentação textual mencione com certo destaque, em algumas ocasiões, atividades como as de aplanamento, de construção, de transporte de material para a construção, de disponibilidade de mão de obra, as atividades relativas ao desmatamento da área, parecem não ter sido mencionadas. Por certo, a área deveria ter sido primitivamente coberta pela Mata Atlântica. Estaria ela, já em 1551, desmatada? A menção à área escolhida pelo primeiro donatário como "Marim dos Caetés", e as referências à presença indígena, bem como aos contatos havidos naquela ocasião em que se inicia o assentamento português na área, indicam a presença indígena naquelas paragens. Não se faz, entretanto, referência às estruturas da aldeia em si, apenas que os " (...) Tupinambás [...] assim se chamavão os Gentios que habitavão este monte, e suas ribeiras [...]"[213]. Provavelmente não seria ali a aldeia, ainda que, em termos topográficos, a área atendesse às preferências, detectadas arqueologicamente, destes grupos por locais de assentamento[214]. Seriam aí suas roças, ou mesmo antigas roças, em que a vegetação nativa começava a se restabelecer em meio às espécies cultivadas? ou apenas campo de caça? De qualquer sorte, território tribal. O que interessa mais especificamente à discussão que se pretende, é avaliar o tipo de vegetação que estaria ali implantada; a vegetação existente em 1551, em 1562, e posteriormente em 1569. Como já foi comentado, a documentação textual consultada não permite avaliar-se com segurança a feição da cobertura vegetal implantada sobre os outeiros e seus vales, quando da chegada de Duarte Coelho. Com

---

[213] LOURETO COUTO, D. Domingos- Dezagravo do Brasil e Glórias de Pernambuco. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXIV. Rio de Janeiro. (1755) 1904:p. 20.

[214] ALBUQUERQUE, Marcos. Ocupação Tupiguarani no Estado de Pernambuco. **Anais do I Simpósio de Pré- história do Nordeste**. Recife, 1987.

base no que é defendido por Gonsalves de Mello, o assentamento de Olinda teria sido iniciado em 1536[215]. Por outro lado, com base no Foral de Olinda, deve-se admitir que a floresta ocupava, em 1537, boa parte daquelas terras. Nesta carta de doação de terras à comunidade, pode-se observar ainda a preocupação com a utilização destes recursos vegetais, e mesmo com a sua conservação, tendo em vista a preservação dos recursos hídricos - as fontes. Mas não era apenas de mata, a vegetação de 1537. Ainda o Foral, faz menção a outras feições da cobertura vegetal. Cobertura nativa, bem como decorrente da ação humana. No primeiro caso, faz referência às campinas, aos alagadiços e aos mangues, além das "terras de arvoredo", aos "matos". Quanto à vegetação decorrente da ação antrópica, Duarte Coelho menciona em sua carta de doação as roças, o rocio, as reboleiras. Ou seja, áreas que estavam sendo cultivadas na ocasião (roças), as antigas áreas de roças (rocios[216]), e aquelas áreas anteriormente desmatadas (cultivadas ou não), em que a vegetação nativa tornava a ocupar (reboleiras). Com relação a este último, vale ressaltar que o sentido de "reboleiras" pode ser entendido, também como "grupo de árvores ou de vegetação arbustiva que sobressai, num campo"[217] ; ou "pequena cultura agrícola"[218]. Estas

---

[215] GONSALVES DE MELLO, O chamado Foral de Olinda de 1537:39

[216] GONSALVES DE MELLO, em "O chamado Foral de Olinda de 1537:46", esclarece o que entende por "rocio". "Rocio é, segundo Bluteau, 'o mesmo que praça', onde se fazem as feiras e o comércio de abastecimento alimentar." Entretanto, a extensão descrita para o rocio, no "Foral", parece ser um tanto excessiva, para que se possa considerar como uma praça. **"O rocio que está defronte da vila até o ribeiro, e do ribeiro até a lombada do monte que jaz para os mangues do rio Beberibe**, onde se ora faz o varadouro em que se corregeu a galeota, porque da lombada do monte para baixo, o qual o dito senhor Governador alimpou para a sua feitoria e assento dela, que é do montinho que está sobre o rio até o caminho do varadouro, **e daí pra cima todo o alto da lombada para os mangues será para casas e assentos de feitorias,** até um pedaço de mato, que deu a Bartolomeu Rodrigues, que está abaixo do caminho que vai para Todos os Santos". (grifo meu). Antes parece que o termo foi empregado à guisa de descrição da área, a ser utilizada para a instalação de casas, e feitorias. A descrição de uma área à época, identificável, a de uma antiga roça. Do mesmo modo que descreve a área 'alimpada' para a feitoria, que está excluida da doação, assim como o **pedaço de mato**, já doado. N.A.

[217] LACERDA, C. Augusto et GEIGER, Paulo. **Dicionário Aurélio Eletrônico**, V. 1.3, 1994.

[218] Ibidem.

informações não esclarecem, todavia, se tais áreas de cultivos anteriores seriam o resultado de atividades dos colonos ou dos indígenas. Ainda com relação à vegetação nativa, a preocupação com o uso mais racional da madeira, soma um outro tipo de informação, quanto ao porte da vegetação. A recomendação de que as árvores acima de um determinado porte, avaliado em termos do diâmetro do tronco não fosse cortada, exceto sob licença expressa[219], mostra a presença de uma floresta possivelmente primária, além de deixar entrever o medo de uma sanha desenfreada, no corte indiscriminado das árvores. Aliás, a preocupação de Duarte Coelho em não incentivar a atividade extrativa, mas a produtiva, é assinalada por Gonsalves de Melo[220].

Os textos consultados, que tratam da implantação da missão de Olinda, não somam informações relacionadas à cobertura vegetal do outeiro, seja em 1551, em 1562, e tão pouco em 1569. Teria, a área, sido previamente desmatada? Estaria em processo de reconstituição? ou um campo talado? Menos provável, esta última alternativa. O gradiente das encostas, se submetido por longo período à ação das intempéries, desprovido da cobertura vegetal, por certo apresentaria no mínimo, cicatrizes de um processo de ravinamento. E não é o caso. Por certo alguma cobertura vegetal restava. A própria mata em processo de regeneração, esforço da natureza que os quase 500 anos de impactos não conseguiram eliminar, apenas enfraquecer. Entretanto, como já foi referido acima, aquela documentação, não se fez referência a

---

[219] "(...) e assim árvores de palmo e meio de testa e daí pra riba não cortarão sem minha licença ou dos meus oficiais, que por mim o cargo tiverem, por que tais árvores são para outras cousas de maior sustância em especial, sob pena posta em meu regimento, (...) " apud GONSALVES DE MELLO, O Chamado.... p:39

[220] "(...) um fundador de nação, um defensor da estabilidade social e da ordem jurídica. Um criador de riqueza baseada na agricultura e não um explorador de bens da natureza. Um fundador de colônia de plantação e não de colônia de exploração. Daí porque se mostra tão irritado com os 'armadores de brasil'. GONSALVES DE MELO, J.A.., apud SOUTO MAIOR, Mário & SILVA, Leonardo Dantas; (Org.) **A Paisagem Pernambucana**, Ed. Massangana, Sec. Educação, Cultura e Esportes. Série Descobrimentos, 3. Recife. 1993.

"limpeza" da área, para implantação das obras, o que aliás não seria costume estranho à época. O Foral de Olinda menciona esta prática, relacionando-a à instalação de uma feitoria de Duarte Coelho[221].

No quadro de Post (Figura 7) há uma vegetação de médio porte (arbustos? árvores jovens?) recobrindo os morros. Seria em decorrência do abandono após o incêndio? Considerando-se a data da gravura, é possível que a vegetação documentada, representasse mesmo uma reconstituição natural após o incêndio de 1631. Entretanto, pode-se considerar ainda que, mesmo durante a ocupação haveria vegetação permeando a cidade. Observe-se que no detalhamento da gravura, se pode perceber uma vegetação diferenciada junto à pequena casa abaixo da igreja. Sugere, a gravura, que se trata de bananeiras. Por outro lado, as copas das árvores bem representam uma vegetação tropical, entretanto não se pode distinguir se se trata de vegetação nativa, ou árvores frutíferas cultivadas. Chama a atenção, neste detalhe a total ausência de coqueiros. No primeiro plano do detalhe (inferior direito) algumas formas poderiam ser interpretadas como afloramentos rochosos, o que é incompatível com a geologia da área.

Alguns aspectos podem ser levantados ainda, quanto ao panorama representado na gravura. A real posição do observador, e o efeito produzido no quadro, é uma delas. Talvez ele próprio não esteja em um ponto mais alto real, e sim imaginário. Parece, entretanto que mostra a Igreja de Nossa Senhora da Graça e São Francisco, visto a partir do Norte (NE). Talvez não seja São Francisco, mas a Sé. De qualquer forma na gravura, a Igreja de Nossa Senhora da Graça não se encontra efetivamente em um outeiro, a composição da topografia talvez seja meramente artística, e não reproduza a realidade. É possível que a gravura tenha sido baseada em esboço anterior, que não trazia estes

---

[221] "(...) porque da lombada do monte para baixo, o qual o dito Senhor Governador alimpou para sua feitoria e assento dela (...) " apud GONSALVES DE MELLO, O chamado ...p:41

detalhes, que foram executados de memória. Ou ainda que o artista dispusesse dos esboços dos edifícios, e os inserisse sobre um relevo que guardava na memória, portanto menos realista que as formas das construções.

Ainda um outro ponto a ser discutido, diz respeito a análise do perfil do outeiro, traçado a partir da ortofotocarta. Buscando-se tentativamente reconstituir hipoteticamente o perfil de como seria o outeiro em período anterior às obras de aplanamento (Figura 77), observa-se que, em seu ponto mais elevado, não deveria exceder a cota dos 60 m. Considerando-se que a cota máxima atual é a de 55 m, e que esta cota corresponde estritamente àquela das edificações, pode-se admitir que, nas extremidades desta curva, a cota natural seria a dos 55 m, considerando-se apenas a hipótese de nivelamento por remoção. Por outro lado, a curva de nível dos 55 m apresenta aproximadamente quadrangular, de cantos arredondados, com 74 m de lado, em média, o que corresponde a uma área plana de quase meio hectare.

INDÍCIOS ARQUEOLÓGICOS DO AGENCIAMENTO

Até o momento discutiu-se as obras de terraplenagem no outeiro do Colégio do ponto de vista de uma ação em que se buscou o nivelamento do terreno. Entretanto, em seu conjunto, a terraplenagem envolve um conjunto de operações de movimentação de terra, em que se incluem escavação, transporte, deposição e compactação de terras, suficientes para que se atinja uma determinada extensão ou cota para a realização de uma obra.

A partir dos dados obtidos através da documentação textual, todo este conjunto de operações poderia estar contido nesta atividade. Ou

seja, é possível apenas reconstituir o objetivo e o resultado, sem que se possa recuperar individualizadamente as ações. Entretanto, a partir da documentação gerada com base nas escavações arqueológicas, foi possível se chegar a um maior detalhamento destas ações. A análise arqueológica das ações voltadas à preparação do terreno para a implantação da Igreja de Nossa Senhora da Graça, foi baseada tanto em dados materiais, como em dados obtidos a partir de análises de relações. Ou seja, os dados relativos ao conteúdo e à estrutura do sítio. Foram considerados dados materiais, de distintas naturezas: objetos produzidos ou utilizados, estruturas relacionadas às diferentes atividades, e a estratigrafia, resultante da interação entre as atividades exercidas sobre a superfície ocupada e a própria constituição daquela superfície. Na análise de relações, foram consideradas, as relações espaciais, observadas sob a forma da distribuição espacial destes dados, e as associações entre os diferentes dados, sejam eles os artefatos, analisados em termos de suas relações com as atividades, as estruturas e a estratigrafia. Para a análise buscou-se ainda a identificação quanto ao uso, forma, função, condições e tamanho dos artefatos, dos elementos de arquitetura, das estruturas e da estratigrafia.

O outeiro onde se instalou o Colégio jesuíta, do ponto de vista fisiográfico, corresponde à "zona da mata" onde outrora dominava a Mata Atlântica[222]. Como foi discutido anteriormente, não se dispôs de dados textuais que esclarecessem quanto ao tipo e porte da cobertura vegetal daquele outeiro, quando da chegada dos portugueses. Por outro

---

[222] A área corresponde genericamente à "Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas" que "é a formação florestal das áreas com altitudes inferiores a 100m, representadas (...) de forma bem significativa, pelos tabuleiros do Grupo Barreiras, que se desenvolvem ao longo do litoral. Este ambiente, atualmente mostra-se quase todo desflorestado para uso agrícola (cana de açúcar). Os reduzidos agrupamentos florestais que ainda contam com remanescentes da floresta original situam-se coroando o topo dos tabuleiros, revestindo a porção superior das encostas, e raras vezes, descendo ao longo dos vales encaixados. Então é possível ter uma imagem da estrutura primitiva (...)". Projeto RADAM BRASIL. Ministério das Minas e Energia - Secretaria Geral. **Levantamento de Recursos Naturais** Vol. 30. Rio de Janeiro, 1983 p.584

lado, os grupos nativos que habitavam as cercanias antes do início do estabelecimento da Vila de Olinda, poderiam ter utilizado a área para instalação de suas aldeias ou roças, e com isto destruído a cobertura vegetal do outeiro. Por outro lado, quando da chegada dos jesuítas a Olinda, a colonização portuguesa na área, já se iniciara há cerca de 15 anos, e, pela proximidade do outeiro com a Vila, terem feito uso da madeira e lenha que lá havia, para atender às suas necessidades de construção e de combustível. Reforçando esta hipótese, existem referências do início dos 1560 que informam das dificuldades que já se encontrava, pela distância, em obter-se boa madeira para construções. Outro aspecto também já discutido, e que aqui vem a colaborar no sentido de auxiliar na reconstituição do quadro de então, é o fato de não haver menção à derrubada da mata, quando se trata dos esforços dos primeiros jesuítas para a implantação da missão em Olinda. Mesmo admitindo-se que a mata nativa houvesse sido derrubada, em algum momento, seja pelos índios, seja pelos colonos, o processo de reconstituição natural deveria estar em curso, exceto se ali houvesse sido instalado algum tipo de cultivo. Entretanto nenhuma informação, obtida até o momento, sugere que a área estivesse sendo trabalhada do ponto de vista agrícola. De qualquer sorte, o que interessa especificamente à análise arqueológica, é o fato da área ter sido relacionada a um tipo de cobertura vegetal densa, de ali ter havido uma mata.

De fato, não apenas interessa a este estudo, o tipo de cobertura vegetal, em período próximo ao início da ocupação jesuítica, interessa ainda o tipo de solo que suportava esta vegetação. A identificação do tipo de solo, por seu turno, permite avaliar-se, prospectivamente, as possíveis resultantes da ação antrópica de terraplenagem, e mesmo de outras ações. No caso do outeiro em que foi instalado o complexo jesuítico, o solo é do tipo Latossolo amarelo, desenvolvido a partir dos sedimentos do Grupo Barreiras. São solos muito profundos, tendo

seqüência de horizontes A, B e C. A espessura dos horizontes A + B, em geral é superior a 2 m. São porosos e friáveis, quando úmidos, caracterizando-se por uma boa drenagem[223]. Na atualidade, as áreas de ocorrência deste tipo de solo, estão, em geral, ocupadas por cultivos, sobretudo de cana de açúcar e fumo, o que eqüivale a dizer, em áreas desmatadas. Mesmo sob estas condições, persistem neste tipo de solo os horizontes A, que apresentam entre 20 (A1) e 40 (A3) cm de espessura[224], com forte presença de raízes. Esta seqüência de horizontes é particularmente útil à análise arqueológica no que tange à identificação dos trabalhos de terraplenagem realizados para a implantação da igreja.

Trabalhos de terraplenagem realizados em solos que apresentam horizonte A distinto, tanto os que envolvem processos de rebaixamento, quanto aqueles que envolvem aterros, promovem alterações na seqüência que são facilmente discerníveis. Solos decapitados, sugerem rebaixamentos do nível, enquanto que a inversão de horizontes (inversão do material), sugerem aterros. Evidentemente, tanto em solos decapitados quanto naqueles em que se observa a inversão de horizontes, o transporte do material pode decorrer, quer da ação natural, quer da ação antrópica. Entretanto, o gradiente da inclinação, as novas formas geradas pelo transporte, são elementos que permitem se inferir o agente do transporte. Um outro ponto a ser discutido, diz respeito à continuidade do processo pedogenético que passa a atuar na nova superfície gerada. Sobre a nova superfície, inicia-se a gênese de novos horizontes A, o que pode mascarar a ação de transporte, sobretudo nas áreas decapitadas. Nas zonas de inversão, dependendo da qualidade (tipo de horizonte) e espessura do pacote incorporado, distingue-se, com maior ou menor evidência, o paleossolo, do novo solo em formação.

---

[223] Ibidem. p. 456.

[224] .Idem

Do ponto de vista do perfil pedogenético, a área correspondente ao interior da Igreja de Nossa Senhora da Graça, não apresenta, em toda sua extensão, vestígios de horizonte A, o que permite afirmar-se que a área foi terraplenada por remoção. Ou seja, por uma ação de desbaste, de desbarrancamento. Por outro lado, a análise dos diferentes perfis resultantes das escavações arqueológicas no interior da igreja (Figura 18 e Figura 19), não trazem indícios de que a área teria sido ampliada através de aterros. Os aterros ali registrados não estão relacionados à ampliação da área disponível à instalação da estrutura arquitetônica do conjunto da igreja. São aterros que respondem por alterações nas cotas de piso da igreja visando a redistribuição das áreas funcionais internas, como se verá adiante.

Quando acima, foi discutida a inserção da estrutura da igreja na topografia, foi observado que a cota de 55 m, representa praticamente o contorno do conjunto das estruturas. Foi observado ainda, que a cota imediatamente inferior, a de 54 m, representa os pátios que contornam a frente da igreja e de uma das quadras do Colégio, voltadas para o antigo núcleo da Vila, bem como a face da igreja voltada para o mar. Os pátios terminam em uma crista, à qual se segue um declive abrupto. Estes pátios, não foram escavados arqueologicamente, como se discute alhures. Deste modo, não se dispõe de dados provenientes da escavação arqueológica para uma avaliação do tipo de trabalho de terraplenagem ali realizado. Contudo, outras inferências podem ser discutidas. Uma avaliação *in situ*, chama a atenção para o fato de que, o limite da curva de 55 m, se apresenta em desnível abrupto para a cota dos 54 m, e não como uma continuidade do declive (Figura 5). Uma vez que, a cota de 55 m, praticamente contida pelas estruturas arquitetônicas, não representa um aterro, mas antes, um desbaste do terreno, o desnível abrupto entre as duas curvas se deve também à ação de desbarrancamento antrópico. Desnível tão acentuado que, o acesso à igreja se faz através de uma seqüência de degraus. Este desnível,

entretanto é mais evidente, quase que restrito, à frente da igreja. Atenua-se em direção à portaria frontal, e ao contornar a igreja, em direção à torre. Deste modo, é gerada uma situação de maior destaque para a igreja, que passa a dominar o "terreiro", o pátio à sua frente (Figura 5).

O rebaixamento da área em torno do conjunto se fez de modo a constituir um terraço. Por outro lado, o estabelecimento deste terraço, a montante, foi executado por retirada de material, por desbarrancamento, entretanto a porção terminal, no limite da encosta, pode ter recebido aterro, oriundo do desbarrancamento. É muito provável que se tenha produzido aterros em uma ou várias áreas, sobretudo, a nível das encostas. O volume de material deslocado pelo rebaixamento do morro, foi efetivamente significativo. O material, necessariamente transportado para algum lugar. Os pátios em torno do complexo, sobretudo no "terreiro" em frente à igreja, deveriam ser mantidos isentos de atravancamentos, de modo a facilitar o acesso ao público fiel e aos curiosos. Livre para permitir às práticas de doutrinação, as reuniões em dias de festa. Uma prática usual, até os dias atuais, que bem poderia ter sido utilizada, é a de remoção dos excessos decorrentes de terraplanagens, sobretudo dos horizontes superficiais do solo, para áreas próximas, destinadas ao cultivo ou ao ajardinamento. Teria sido a horta ou o pomar, o local de depósito destes aterros? Beneficiados por este acréscimo da matéria orgânica, contida no horizonte A removido da área de construção? Por que não as próprias encostas, alargando um pouco mais o terraço? Pelo risco de desmoronamento? É este risco que aconselha a não escavar na área limite entre o terraço e a encosta, o que elucidaria tais questões, mas que poderia vir a provocar o início de uma voçoroca. Ou seja, o interesse de entender as atividades ali desenvolvidas, cede lugar à prudência de não acelerar a erosão.

Voltando à questão da estratigrafia no interior da igreja, como já foi referido, se pode observar através da análise dos perfis que todo o

horizonte A foi removido. E mais, que todo o solo no interior da igreja foi nivelado, por desbaste, até o nível necessário e suficiente para a aplicação do revestimento. Alguns aspectos podem ser considerados para o entendimento da adoção desta prática. Um destes argumentos que se pode avaliar, é a possível influência, exercida em uma construção, pela presença ou ausência deste horizonte de solo. Um aspecto reconhecido já de muito longa data em relação às construções, diz respeito à qualidade do solo em que se vai implantar as estruturas. Já as Velhas Escrituras fazem referência quanto a edificar a casa sobre a areia ou sobre a rocha. O sentido figurado, que ali se emprega, tentando diferenciar o objeto da crença, reflete a capacidade de observação quanto à importância do terreno no suporte às edificações. Ainda que seja forte a construção, suas bases têm que encontrar o apoio correspondente. Os solos ricos em matéria orgânica, são tidos como passíveis de ceder ao peso, mais que outros; e não é sem razão. A decomposição, a oxidação da matéria orgânica, reduz o volume do solo, promovendo abatimentos no terreno, possibilitando que as estruturas cedam, rachem. Daí a preocupação que muito freqüentemente se observa, de remover-se a camada superficial, evitando-se a presença de matéria orgânica nas bases. Entretanto, esta não seria especificamente a preocupação com as estruturas da Igreja de Nossa Senhora da Graça. A sólida e pesada estrutura de suas paredes, repousa sobre alicerces que atingem 2,5 m de profundidade, bases largas, profundas, confiáveis. Grandes pedras, unidas por argamassa de cal de boa pega. Soma-se a isto, o fato de que, a base do alicerce, sobre a qual efetivamente repousa o peso da estrutura, pela profundidade que atinge, não mais teria problemas com a presença do horizonte superficial do solo. Atinge sobejamente o horizonte B. Um outro argumento pode vir ainda a ser utilizado no sentido de se avaliar as razões da remoção do horizonte de solo, rico em matéria orgânica, por ocasião do nivelamento do terreno em que a igreja seria implantada. De acordo com o que foi acima mencionado, foram registrados aterros no interior do templo. Foram

utilizados para a elevação do nível do piso, em áreas específicas, e alguns destes aterros se mostraram ricos em matéria orgânica.

Destas observações, pode-se concluir que, de fato, a remoção da camada de matéria orgânica na área das estruturas, não está relacionada a questões técnicas de engenharia de construções, mas sim efetivamente às atividades de rebaixamento do nível do solo, a fim de se obter um espaço mais amplo, disponível à implantação do complexo. Argumentos semelhantes poderiam ser utilizados ao se avaliar a ausência de aterros no interior da igreja. Aterros, em geral menos compactados que o terreno natural, poderiam não oferecer a necessária segurança às bases. Entretanto, construções da mesma época, de porte semelhante ou talvez até maior, orientadas pelos mesmos dirigentes, foram erguidas em parte sobre aterros. É o caso do Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, no morro do Castelo. Portanto, a tecnologia disponível à época, permitia a utilização de aterros nestas construções; não foram usados na igreja de Olinda, por uma opção, por um partido adotado. Em Olinda foi possivelmente utilizada, mas já em obras posteriores, em área que não dizia respeito à igreja propriamente dita.

No caso da Igreja de Nossa Senhora da Graça, a opção por não se fazer uso de aterros, deve-se possivelmente à forma natural do terreno, que não apresentava desníveis significativos no topo[225].

Ainda um outro aspecto reforça o argumento de que a adequação do partido arquitetônico às condições locais, e não às questões de segurança, respondem pela não adoção de aterros nas obras daquela igreja. Como possivelmente em período muito próximo, o terreno deveria estar coberto pela mata, em conseqüência o solo deveria

---

[225] "Os Tabuleiros Costeiros apresentam interfluvios planos, geralmente entalhados por canais de margens abruptas. Localmente estão dissecados em forma de colinas convexas, de topos concordantes, formando uma topografia ondulada. Os topos tabulares, em geral, coincidem com os sedimentos cenozóicos do Grupo Barreiras (...). Ibidem., p. 389

apresentar grande número de raízes. Após a limpeza do terreno, destocado ou não, a remoção ou a decomposição das raízes deveria promover áreas em que a textura do solo não se mostrasse compacta. Tendo em vista que os alicerces atingem uma profundidade significativa, a presença de áreas menos compactadas não deve ter conduzido a maiores preocupações para com a instalação das estruturas. Mais que isto, à época da construção fora usual o sepultar nas igrejas. Mais que as árvores, os sepultamentos reduziriam em muito compactação do terreno. E houve sepultamentos na Igreja de Nossa Senhora da Graça.

O fato de ter havido sepultamentos nesta igreja, poderia ser invocado no sentido de que, esta prática, teria mascarado a existência do horizonte A no interior do templo. Que o contínuo abrir e fechar de sepulturas teria promovido uma inversão de camadas de tal ordem, que impossibilitaria o reconhecimento do perfil de solo, existente quando do início da utilização da igreja. Entretanto, embora o interior da igreja tenha sido intensamente utilizado nos rituais de inumação, nem toda extensão da igreja foi utilizada (Figura 88). Deste modo, as áreas que não foram utilizadas para sepultar, que não sofreram re-trabalhamento após a construção da igreja, confirmam a decapitação do solo na área.

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

Estabelecer-se no Brasil, iniciando a colonização de uma terra que se sabia, povoada de muitas tribos, visando, não apenas a exploração dos recursos naturais, mas um estabelecimento produtivo, foi efetivamente uma empreitada de grande porte. Requeria um planejamento específico, que permitisse não apenas criar as raízes para uma nova vida, mas para defendê-la. Evidentemente que o

estabelecimento de colônias, as longas viagens, não estavam fora das experiências portuguesas. Assentamentos de pequeno porte já haviam sido experimentados em Pernambuco. As feitorias-régias de 1516 e a de 1526, erguidas por Cristóvão Jaques, representaram, possivelmente, as primeiras experiências de assentamentos portugueses, mais prolongados, nesta costa. Mas ainda assentamento de aventureiros, de gente que viera a explorar os recursos naturais. Mas a empreitada Duartina não visava, como ressalta Gonsalves de Mello, apenas a exploração dos recursos naturais. Interessa-se por estabelecer unidades produtivas, uma colônia de produção.

A empreitada requeria colonos para fixar-se à terra, não apenas aventureiros de passagem. Tão pouco interessavam os "caramurus", no dizer de Honório[226] que se contentassem em viver como os nativos[227]. Era pois, necessário garantir à expedição, provê-la daquilo realmente essencial à instalação. E não seriam tão poucas pessoas a se instalarem. Era necessário garantir armas para defesa, munição, víveres, sementes, animais para iniciar o criatório, lavradores, artesãos, padres, homens práticos de guerra e de paz. Era também necessário aprender a viver na colônia, a usar de seus recursos, e fazê-la produzir subsistência e lucros.

Definido o local da Vila, tem início o assentamento propriamente dito. Bem recebidos pelos índios, contornado o primeiro elemento que poderia pôr em risco a defesa, cuida-se de garantir a subsistência. São implantadas as roças, instalado o curral[228], definidos os pontos para

---

[226] RODRIGUES, José Honório- Características do Povo Brasileiro. Revista da Escola Superior de Guerra, ano V, n. 12. Edição Comemorativa Quadragésimo Ano. Rio de Janeiro, p. 137-157. 1989.

[227] "e nam sam omens que estimem tam pouco o serviço de V.A. e suas honras que se contentem com terem quatro índias por mancebas e comerem dos mantimentos da terra, como faziam os que de lá vieram." COSTA PORTO, **Estudo sobre Sistema Sesmarial**. Recife, Imprensa Universitária. 1965. p.:24.

[228] "Escolhida a sede da Capitania, o Donatário começou a dividir a terra pela gente que o acompanhou. Fundaram-se as primeiras roças, os primeiros currais, entraram pelo Arrecife dos navios as embarcações, subiram pelo Beberibe os primeiros barcos (...)
Fixada a gente, firmada a atividade econômica de subsistência, o Donatário passou a organizar a administração de sua Capitania.". GONSALVES DE MELLO, J.A. O Chamado...:p.1

implantação das habitações. Nestes primeiros momentos fazia-se necessário construir abrigos para os novos colonos. Garantir sua defesa levantando-se uma fortificação. Onde teriam obtido o material necessário às construções? É pouco provável que àquela altura trouxessem consigo material para construção. Deveriam obtê-lo na própria colônia. Produzido, extraído. As primeiras construções, ainda que de "pouca dura" deveriam ser de rápida feitura. Não era estranho aos portugueses as construções de taipa; conheciam-nas da África, usavam-na em Portugal. Taipa de sopapo, e a taipa de pilão. Técnicas de construção rápida, e para as quais não faltava matéria prima na colônia: madeira e barro. Para a coberta, usaram "ramagens", folhas de palmáceas. Valia-lhes nesta técnica ainda, a experiência dos nativos, que os receberam com "mimos de hóspedes"[229] Abrigos de rápida execução; em regime de mutirão, em poucos dias estavam concluídos. Possivelmente de uso coletivo, comunitário, talvez por grupos. A própria constituição do contingente de colonos facilitaria esta prática[230]. No mínimo a grande maioria constituída de homens solteiros, ou que deixara na europa suas famílias.

Não se contentaram com estes primeiros abrigos, construíram ainda uma casa-forte - que às vezes é referido como "castelo de Duarte Coelho", em pedra e cal, que deveria garantir a segurança de sua gente. Segurança não só contra possíveis ataques dos nativos, mas ainda contra as investidas de corsários franceses que freqüentavam o litoral.

---

[229] Como os nossos foram tratados do mayoral com mimos de hospedes, e os mais com agasalho de companheiros LOURETO COUTO, D. Domingos- Dezagravo do Brasil e Glórias de Pernambuco. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXIV. Rio de Janeiro. (1755) 1904. p.20

[230] "Gabriel Soares lembra que os primeiros povoadores do Salvador ocupavam 'casas cobertas de palma ao modo do gentio' e o fato de tais casas terem sido habitadas por 'mancebos e soldados que vieram na armada' indica que os portugueses solteiros adotaram o costume indígena da moradia em comum, costume e gênero de construção ainda observados no alojamento dos escravos em Pernambuco no século dezessete. SMITH, Robert C. Arquitetura Civil do Período Colonial. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** - Textos Escolhidos. arquitetura Civil I São Paulo: USP. 1975 p. 95-190. p. 99.

Ergueram-se igrejas, a do Salvador, a da Santa Casa de Misericórdia, a ermida de Nossa Senhora do Monte, a de Santo Antônio e São Gonçalo, a de São João e a de Nossa Senhora da Graça. Como foi mencionado anteriormente, em suas primeiras feições, possivelmente em taipa, reconstruídas posteriormente em material mais duradouro.

As casas dos colonos, sobretudo daqueles de menores posses, continuaram a ser de taipa. Foram também de taipa casas-grandes de engenho, em que seus habitantes ocupavam um patamar suspenso do chão, usando a parte térrea como depósito. Uma descrição holandesa de uma casa grande de engenho dá uma idéia destas casas[231] que eram erguidas sobre esteios de madeira, sobre os quais repousava o piso da casa. Fechadas as paredes com taipa, recebiam o emboço, de tabatinga ou de cal.

Em sua maioria, as fortificações do primeiro e do segundo século da colonização também eram construídas em madeira, areia e barro. Estas não apenas por questões de disponibilidade de material, mas ainda, face às armas utilizadas. Armas de alma lisa, mas que faziam grandes estragos às paredes retilíneas, a pique, em pedra. Mais ainda, o impacto dos projéteis de canhão, ao chocarem-se contra as pedras, produziam estilhaços, reproduzindo outros tantos projéteis sobre os defensores. As paredes de areia, emboçadas com tabatinga, absorviam melhor o impacto, protegendo os defensores.

Com base nas pinturas de Post, (Figura 79) no século dezessete, pode-se observar um grande número de casas pequenas, e mesmo as casas grandes de engenho, construídas com toras de madeira amarradas

---

[231] "A maneira de construir deles consiste em fincar tantos esteios quantos são necessários para o tamanho da casa; sobre eles constroem um andar com a altura de um homem e por cima deste andar um teto, coberto de telhas ou de folhas de palmeiras. Usam o andar térreo para depósito, fechando-o por meio de um entrançado de varas emboçado e cuidadosamente caiado por dentro e por fora." COMMELYN, Isac., Histoire de la vie de Frédéric Nassau, Amsterdã, 1656. apud SMITH, Robert C, op. cit. p. 124.

com cipó, fechadas por uma trama de madeira mais fina e preenchidas com barro (taipa de sopapo), cobertas com folhas de palmáceas.

Mas Olinda não fora por muito tempo apenas casas de taipa, pequenas, de um só piso, rústicas. A partir da segunda metade do século dezesseis, são freqüentes as referências às casas de pedra e cal, algumas mesmo, assobradadas. A narrativa de Cardim[232] dá uma idéia do que seria Olinda em 1583, com "boa casaria de pedra e cal, tijolo e telha.". Falando sobre um dia festivo em Olinda, seu comentário de que naquele "(...) dia correram touros, jogaram canas, pato, argolinha e vieram dar vista ao colégio (...)" sugere que a vila dispunha de área pública, suficientemente ampla para possibilitar tais jogos. Possivelmente até jogos eqüestres, admitindo-se que a "argolinha" a que se referiu, fosse o jogo, que tendo origem medieval, foi trazido pelos colonos, e se conservou no Nordeste rural até os dias atuais.

Resolvido o problema das guerras contra os nativos, com quem se defrontavam desde os anos 1540, retomada a produção de açúcar, começam a chegar a Pernambuco novas levas de emigrantes. Não só aventureiros, em busca do lucro rápido, mas ainda colonos, dispostos a fixarem-se. Mercadores, financistas, lavradores. Homens dispostos a investir na terra, não apenas trabalho, mas ainda capitais. Com o crescimento da população de Olinda, crescia com ela a demanda de materiais de construção[233]. Com a ampliação de seu cabedal,

---

[232] CARDIN, Fernão - **Tratado da Terra e Gente do Brasil**. Rio de Janeiro. (1587) 1925. .p. 308

[233] "Dentro da Vila de Olinda habitam inumeráveis mercadores com suas lojas abertas, colmadas de mercadorias de muito preço, de toda sorte, em tanta quantidade que assemelha a uma Lisboa pequena.. A barra de seu porto é exelentíssima, guardada por duas fortalezas bem providas de artilharia e soldados, que as defendem; os navios estão surtos da banda de dentro, seguríssimos de qualquer tempo que se levante, posto que muito furioso, porque tem para sua defensão grandíssimos arrecifes, aonde o mar quebra. Sempre e acham nele ancorados mais de trinta navios, porque lança de si em cada um ano, passante de cento e vinte carregados de açúcares, pau do brasil e algodões. A Vila é assáz grande, povoada de muitos e bons edifícios e famosos templos, porque nela há o dos Padres da Companhia de Jesus e dos Padres de São Francisco da Ordem Capucha de Santo Antonio, o mosteiro dos Carmelitas e o mosteiro de São Bento, com religiosos da mesma ordem; em todos estes mosteiros assistem padres de muita doutrina, letras e virtudes. (...)" BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - **Diálogo das Grandezas do Brasil**. Recife, Imprensa Universitária. (1618) 1966.

interessam-se em construções mais sólidas, até mesmo ostentatórias. Multiplicam-se as construções em pedra e cal. Telhas substituem as palhas, tijolos passam a ter emprego mais largo. Em Olinda se busca novas minas de pedra.

USO DE MADEIRA

Logo no início da instalação da Vila de Olinda, preocupara-se Duarte Coelho em estabelecer as bases da administração da Capitania. Criada a Câmara (ou Conselho) da Vila, já em 1537 definia, com base em suas prerrogativas de donatário, as áreas de serventia pública. Estabelecia ainda o uso a ser dado a estas terras e aos "matos" nelas contidos. Definia ainda a qualidade e destino do material a ser usado. Mostrava desta forma sua preocupação para com as reservas, de água e de madeira[234].

O uso da madeira, nesta região tropical, coberta de matas, teve, como seria de se esperar, o mais amplo espectro. Desde matéria prima para construção arquitetônica, em que se incluíam as casas, os fortes, os armazéns, os engenhos, igrejas, pontes, etc., à construção de embarcações. Das construções mais rústicas, às mais sólidas. Nas construções de pedra, como linhas, traves, assoalhos, portas, janelas. Usada ainda na confecção da equipagem dos engenhos, pães de açúcar, moendas, rodas d'água; de utensílios para o manuseio da calda; na

---

[234] "E hei assim por bem lhe dar e confirmar para sempre e mando que todo o povo se sirva e logre os ditos matos, lenhas e madeiras para casas, tirando fazer roças, que não farão, e assim árvores de palmo e meio de testa e daí pra riba não cortarão sem minha licença ou dos meus oficiais, que por mim o cargo tiverem, porque tais árvores serão para outras cousas de maior sustância em especial, sob penas postas em meu regimento, e assim resguardarão todas as madeiras e matos que estão ao redor dos ribeiros e fontes". apud GONSALVES DE MELLO, O chamado ...p.:42

confecção do mobiliário, na feitura de imagens, de retábulos, de talhas, e também de armas. O transporte dependia em grande parte do uso da madeira; além das embarcações, os carros de bois, os bangüês, que atendiam desde o transporte dos gêneros para exportação, ao da cana para a moenda. O próprio cambito e as cangalhas eram de madeira. Representava a fonte de combustível por excelência; dos fogões das casas às fornalhas dos engenhos, das casas de farinha, das ferrarias aos fornos de cal, enfim, abrangia grande parte das atividades artesanais e industriais da colônia. Necessária a todas as esferas sociais, imprescindível à produção. E os "matos infinitos" não se constituíam de uma concentração de poucas espécies, como nas áreas temperadas. Oferecia uma tal variedade de espécies, que para cada atividade reconhecia-se as melhores madeiras. Já não se distinguiam apenas pelos "palmos de testa" que apresentava o tronco, mas pelas características da madeira, sua resistência às intempéries, facilidade de entalhe, pigmentos, flutuabilidade. Este uso de tal modo extensivo e intensivo, foi afastando gradativamente as matas dos centros populosos, tornando algumas espécies mais difíceis de se conseguir.

Uma das condições fundamentais para o funcionamento dos engenhos, era a existência de matas em suas terras. A mata foi, indubitavelmente, um dos grandes esteios para a Capitania.

USO DO BARRO

Como foi referido anteriormente, a configuração sedimentar da geologia da região de Olinda, lhe conferia amplas reservas de barro[235], do qual muito se utilizaram, nas construções, não apenas os colonos, mas até os dias atuais. Foi o barro para preenchimento das paredes de taipa, armadas de toras, paus a pique, entrelaçadas de madeira mais fina, amarradas com cipó, fechadas com barro. Barro ainda usado com uma outra técnica, em que grandes moldes, como caixotes, sem base nem tampa, eram preenchidos de uma mistura de barro e palha, socado e desenformado. Constituíam-se como que grandes tijolos crus, moldados uns sobre os outros, de modo a compor as paredes de adobe.

Barro ainda utilizado no assentamento da alvenaria de tijolo ou de pedras, em obras provisórias. Em mistura com a cal, que lhe conferia mais "liga", no emboço das paredes, das alvenarias de obras definitivas. Matéria prima para a fabricação de tijolos para alvenaria, para revestimento de piso. Usado no fabrico de telhas, de utensílios domésticos, enfim em toda a indústria cerâmica, prestando-se ainda para o uso como corante.

Em grande parte de Portugal já havia uma ampla utilização do barro nas construções, sob a forma de tijolos (cozido). Entretanto, no sul de Portugal, a utilização do barro foi ainda mais importante. Tanto sob a forma de tijolos, quanto sob as formas cruas de taipa ou de adobe[236].

---

[235] "O Grupo Barreiras constitui depósitos paleopliocênicos pouco consolidados de natureza continental, formados por materiais em geral areno-argilosos, compactos, em acamamento mal definidos, achando-se intercalados arenitos argilosos com quantidades subordinadas de argilas e siltitos com grande variedade na coloração. Projeto RADAM BRASIL. **Levantamento de ...**p. 207

[236] RIBEIRO, Orlando. **Geografia e Civilização**. Lisboa, 1961. Apud GONSALVES DE MELLO, J.A, O Recife e os Arrecifes. **Arrecifes** N.3-4 jan./dez. 1991 p. 13. Recife.

Sob o nome genérico de barro, está incluída uma grande variedade de tipos de sedimentos, constituídos principalmente por argila, que apresentam diferentes teores de areia e silte. As diferentes proporções destes materiais, assim como a própria composição mineralógica da argila, fazem com que o material se preste para fins específicos. Não é o mesmo barro que se presta à telha e à massa para alvenaria; para a taipa e para o reboco. Mais uma vez, a origem sedimentar[237] destes terrenos, as fontes das quais se originam, as diferenças de transporte a que foram submetidos, permitem a formação de depósitos distintos em sua composição, em suas características, em sua aplicação.

As edificações, casas, igrejas, armazéns, construídos em madeira e barro, podiam ainda receber um acabamento mais elaborado. Revestiam-nas com uma argamassa cujo teor variava conforme a disponibilidade e as posses. Uma primeira camada de emboço, que podia ser de uma argila retirada das áreas ribeirinhas, mais fina, ou de uma mistura desta argila com cal. O teor de matéria orgânica presente nestas argilas é fator importante para o processo. Em seguida, aplicava-se à parede uma argamassa de cal e areia, o reboco, para lhe proporcionar uma superfície mais lisa e uniforme. Revestiam-se, deste modo, externa e internamente as paredes, após o que, podiam ser caiadas.

---

[237] A litologia do Grupo Barreiras "compõe-se exclusivamente de terrígenos, arenitos e conglomerados altamente imaturos. A diferente composição das argilas que integram a matriz dos clásticos ou que se acamaram em leitos delgados, concede à formação as colorações vivas, vermelho, branco e roxo, que, à primeira vista, a distingue das outras." Projeto RADAM BRASIL. **Levantamento de ...**p. 207

USO DA PEDRA

No norte de Portugal, a tradição em termos de construção, está mais ligada às edificações em pedra. Sólidas construções, construções definitivas. Nos planos dos primeiros colonizadores, sobretudo daqueles que comungavam com os ideais do Donatário, de implantação de uma colônia de produção, de criar uma "nova Lusitânia", havia a valorização das obras em pedra e cal. Talvez mais, mesmo, do que daquelas de tijolos, ainda que cozidos[238].

Smith[239] chama a atenção para a persistência na arquitetura portuguesa, de elementos medievais. O Renascimento, que sob o ponto de vista urbanístico, se manifesta na Europa através de um planejamento urbano de ruas mais largas, que se entrecortam sistematicamente produzindo as quadras (sistema de arruamento em "xadrez"), não foi adotado por Portugal em suas colônias. Mantiveram a tradição de cidades construídas sobre uma elevação, fortificadas; ruas estreitas, irregulares; casas muito próximas. Foi assim em Olinda e também em Salvador, do mesmo modo como em Lisboa, de que se guardam memórias na Alfama e na Mouraria. O regimento mandado elaborar

---

[238] Gonsalves de Mello chama a atenção para a pouca confiança que os portugueses depositavam nas construções que não fossem de pedra: "As ruínas que, sessenta anos depois de sua conclusão, apresentou este Palácio (de Friburgo, no Recife), foram atribuídas por um pedreiro português, consultado a respeito, ao fato de ser 'obra flamenga toda feita de tijolo' - o que comprova a pouca confiabilidade entre portugueses em obras feitas com tijolos". Apud GONSALVES DE MELLO, J.A, O Recife e ... p. 15.

[239] "Os descobridores portugueses eram homens do Renascimento, mas como urbanistas pertenciam ainda à Idade Média. Constantemente recuraram-se a dotar (sic) o sistema de arruamento em xadrez, aparecido na Europa com o Renascimento, e trazido à América pelos conquistadores espanhóis. Pelo contrário, apegaram-se ao tipo de cidade medieval, construída sobre uma eminência fortificada, a que pertencem as cidades portuguesas, com todas as suas limitações: ruas estreitas e irregulares e casario apertado. Diziam eles que assim o faziam a fim de assegurar a defesa, quando na realidade estavam apenas seguindo uma tradição. Para onde quer que fossem levavam consigo a tradição nacional das cidades alta e baixa, das ladeiras íngremes e tortuosas que as ligavam entre si, e das capelas e fortes espalhados pelas alturas e sobranceiros aos terreiros compridos e irregulares de forma, à volta dos quais se alinhavam as igrejas e as moradas estreitas e altas.
Tal era o padrão de construção urbana que os colonizadores trouxeram para o Novo Mundo, depois de o terem levado à Madeira e aos Açores, à África, à Índia, e à China. SMITH, Robert C, op. cit. p. 98

por D. João III, em que ditava as normas a serem seguidas pelo primeiro Governador Geral, trazia instruções quanto às edificações: mandar "Fazer hua Fortaleza e povoação grande e forte em hu lugar coveniente". Trazia ainda instruções quanto a "construção de uma estacada de madeira ou muro de barro, e trazer consigo pedreiros, carpinteiros e oleiros para a fabricação de tijolos e telhas."[240] Tais obras foram levantadas de imediato, em madeira e barro: em 1549 a 'fortaleza', em 1551 estava concluída a 'parede' de madeira e barro, com seus dois baluartes. A casa de Câmara e o armazém construídos em 1549, em madeira e barro, eram consideradas obras provisórias, substituídas dois anos mais tarde por edifícios em pedra, cobertos de telha[241].

Abundância de pedras?, dificuldades com o fabrico de tijolos?, ou apenas a valorização atribuída pela tradição? O fato é que, as referências elogiosas, que buscavam ressaltar o "adiantamento" de alguma praça, sempre mencionam o tipo de material de construção. O uso da pedra na construção ocorre, via de regra, como uma segunda ou mesmo terceira fase nas construções, quando já estabelecidos, se permitem substituir os obras de provisórias, por outras mais definitivas. Entretanto esta substituição não se dá a nível do conjunto das construções. O uso da taipa, das construções em madeira e ramagens, das cobertas de palha, persistem contemporaneamente ao uso da pedra e cal.

Em Pernambuco, três tipos de rocha foram basicamente utilizados: o calcário, o arenito e o granito. Algumas vezes, também o gnaisse. Isto considerando-se as cidades litorâneas, ou mesmo do conjunto da zona da mata. No interior, agreste e sertão, dependendo

---

[240] apud SMITH op. cit. p. 101

[241] "Uma casa da câmara provisória e um armazém foram construídos de madeira e barro durante o inverno de 1549, e o último, pelo menos, coberto com folhas de palmeira. Dois anos depois, no entanto, Luíz Dias, prestes a voltar a Portugal, podia anunciar que aquelas construções haviam sido substituídas por edifícios maiores, de pedra, cobertos com telha, sendo o da câmara assobradado". Ibidem. p. 102

das ocorrências, outras rochas podem ter sido ainda utilizadas. Em Olinda colonial, basicamente o calcário e o arenito. O granito, mais ao sul, no convento franciscano de Serinhaém, utilizado apenas na alvenaria; a cantaria, entretanto, é de arenito. Nesta seleção de material, seguiu-se o princípio de utilizar-se preferencialmente as disponibilidades locais, considerando-se as características físicas de cada rocha, visando a compatibilidade com o trabalho a ser realizado.

Em Olinda, existe, possivelmente uma cronologia diferenciada na utilização destas rochas[242]. As construções mais antigas em calcário, que teriam predominado em período anterior à invasão holandesa; o uso do calcário e do arenito, talvez com maior freqüência a partir do início do século dezessete, quando se buscou "restaurar" a vila, e nos anos subseqüentes. O emprego tanto do arenito quanto do calcário coincidem no que se refere às funções. Ambos são empregados na alvenaria das paredes e alicerces[243]. Também nas obras de cantaria, ambos foram utilizados, porém não indistintamente. Parece ter havido preferências locais, temporais. Preferências que podem estar relacionadas à qualidade do material disponível nas fontes que estavam sendo exploradas[244].

O uso do granito e do gnaisse, obedece, como se poderia esperar, à vocação de sua própria natureza, às necessidades ou possibilidade de

---

[242] "Em Olinda, quase que se pode suspeitar da existência de dois períodos construtivos: um, o mais remoto, caracterizado pelo emprego de calcário na cantaria; outro, pelo emprego simultâneo de arenito e calcário. Ao primeiro pertenceriam as igrejas de Nossa Senhora das Graças, do Carmo e Santa Teresa, cuja cantaria é de calcário; ao segundo, quase todas as demais." CARVALHO, Ayrton. Algumas Notas Sobre o Uso da Pedra na arquitetura Religiosa do Nordeste. **Rev. do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, V 5. Rio de Janeiro, 1941.

[243] "Na Paraíba, onde jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas rivalizaram na execução de uma arquitetura religiosa monumental, verifica-se, ainda uma vez, a existência abundante do calcário, coincidindo o seu emprego em alvenaria e cantaria." Ibidem p. 129.

[244] "(...) As duas rochas (calcário e arenito) foram usadas, indistintamente, na alvenaria ordinária, enquanto, na cantaria, a partir de um certo tempo, parece que o arenito substituiu a pedra calcária nas fachadas, cimalhas e arcos, por oferecer maior resistência." CARVALHO, Ayrton,. Ibidem. p. 121 e 123.

emprego de uma rocha mais ou menos dura, mais ou menos trabalhável na cantaria[245].

De início, o calcário representava praticamente a principal fonte para as construções mais sólidas. Foi efetivamente um elemento decisivo em termos de material para as construções já 'definitivas'. Servia tanto como pedra para alvenaria, como para cantaria, prestando-se ainda para o fabrico da cal. Mais abundante ao norte da Capitania, as reservas de calcário, de natureza estratificada, apresentam variações de composição que oferecem distintos graus de dureza e compactação. Também o intemperismo a que está submetido, muitas vezes confere características físicas e químicas diferenciadas a seus estratos. Estas características diferenciadas permitem que se faça diferentes usos deste tipo de rocha. Sua extração, nem sempre é fácil, pois se apresentam quase sempre cobertas por um espesso manto de sedimentos do Grupo Barreiras, que em muitos casos atingem dezenas de metros. Entretanto, em determinados locais, este capeamento se torna, pela erosão, menos espesso, o que facilita a exploração da mina. Ao longo do litoral, nas áreas em que os tabuleiros são batidos pelo mar, em alguns pontos, também o calcário aflora, facilitando sua extração. Uma descrição na Crônica dos frades menores da província do Brasil, acerca da construção do Convento de São Francisco, na Paraíba, mostra a amplitude do emprego do calcário nas construções[246].

---

[245] "Na capital pernambucana ocorrem, simultaneamente, o arenito nos arrecifes e praias do litoral e, bem perto, o granito e o gnaisse. O emprego desses últimos é bem mais recente que o do primeiro. Em Serinhaém, contudo, situada a poucos quilômetros do Recife, encontramos o granito e o arenito empregados no convento de São Francisco, nas funções a que se prestam melhor cada um deles. A primeira dessas rochas, em alvenaria ordinária, nas paredes; a segunda compondo arcos, ombreiras e cimalhas." Idem.

[246] "Nesta da cerca do Convento se tirou, e tira, ainda que já hoje com algum trabalho de desmontar a terra pelos seus altos, toda a pedra, assim de cantaria como a mais que he necessaria a qualquer obra ou edificio. Consta de vários bancos, como explicão os mestres da arte. Do primeyro que se cobria ao principio, e pelas bayxas de pouca terra, e em muitas partes descuberto, se tira a pedra tosca, e dura de alvenaria, do segundo, otra menos aspera mas forte de que se faz perfeita e forte cal, do terceyro cabeços para fortalecer as paredes, e do quarto a que serve para se lavrarem portaes e outras [Continua na página seguinte.]

Em Pernambuco, o arenito utilizado provinha basicamente de dois tipos de fontes: os arenitos grosseiros, de origem continental, que ocorrem quase sempre na base do Grupo Barreiras, disponíveis sobretudo nas falésias da zona litorânea[247], e dos arrecifes, que ocorrem ao longo de quase todo o litoral[248]. Quanto aos primeiros, seu emprego tem sido pouco discutido, sobretudo no que se refere a Olinda; possivelmente em virtude de sua ocorrência localizada. Maior interesse tem despertado o emprego do arenito proveniente dos arrecifes litorâneos. Interesse e preocupação, pelo que representa a sua extração para a defesa, sobretudo do Recife, das águas do mar.

Até a ocupação holandesa, o Recife não representava mais que uma pequena povoação, de poucas edificações de maior vulto. Sob domínio holandês, passou a constituir-se em sede do governo, a partir da administração Nassau. Por sua situação geográfica, na desembocadura de rios que para ali convergem, seus terrenos, de origem sedimentar, não dispõem, na área continental, de afloramentos rochosos que possam ser utilizados para construção. Na área próxima a foz, local em que teve início a vila, sequer seus sedimentos se prestam satisfatoriamente para material de construção. O rio Capibaribe, principal contribuinte desta

---

semelhantes peças não tão dura e aspera, como as primeyras, mas muito mais alva, solida e liza, da qual se fazem lavragens.
Toda servio de grande conveniencia e menos custo para as obras do convento que muito depois se levantou de novo, tirando-se de dentro de sua cerca todo material de pedra cal e tãobem o saibro, que serve em lugar da areia, e he huã terra algum tanto vermelha que depois de tirada alguã, se segue esta athe se dar com o primeyro banco da pedreira, e tudo isto se tira dentro do terreno da cerca, sem a molestia de o pedir, e comprar fora." JABOATÃO, Fr. **Novo Orbe Seráfico Brasílico**, p 357, cap. VIII, & 304, livro III.

[247] "Nas falésias localizadas na zona litorânea, mostra-se composto (Grupo Barreiras) por argilas variegadas, arenitos avermelhados, com níveis caulínicos e um nível conglomerático posicionado preferencialmente na base, possuindo uma matriz arenosa e comumente reunidos por um cimento ferruginoso.
Os arenitos são grosseiros, mal selecionados, dominando o quartzo como mineral principal." Projeto RADAM BRASIL. **Levantamento de ...**p. 207

[248] "Os recifes de arenitos são bastante freqüentes em toda a costa e constituem estreitos cordões alongados paralelamente à linha de costa. Geralmente são calcários arenosos, contendo fragmentos de carapaças e algas marinhas. Recifes arenos ferruginosos de origem continental, são menos freqüentes". Idem. p.208

foz, assim como o Beberibe, têm significativa parte de seu curso em terras baixas. Ademais, estes rios, em suas cabeceiras, são submetidos a um regime hídrico pouco intenso, o que lhes confere um volume de água relativamente baixo. Aliando à baixa declividade de seu curso inferior, ao baixo volume de suas águas, estes rios sofrem grande influência das marés. Em conseqüência, as argilas e areias depositadas são ricas em sais (sobretudo NaCl), o que prejudica sua qualidade para uso na indústria cerâmica, por promover rachaduras. Sob influência das marés, grande parte deste estuário se apresentava periodicamente inundado, em parte coberto pela vegetação de mangue, os solos, halomórficos. Apenas nas áreas cujas cotas se mostram menos sujeitas à influência das marés, as argilas se prestam ao fabrico da cerâmica. Deste modo, apesar de topograficamente atender aos conceitos holandeses de defensabilidade, o Recife de então, não se mostrava pródigo em termos de material de construção. Recorreu-se a princípio aos destroços de Olinda, às pedras de suas construções arruinadas pelo incêndio. Depois à importação dos tijolos frísios[249], com que constituíram parte significativa de suas edificações. Só mais tarde, em áreas mais propícias, implantaram numerosas olarias.

Mesmo afeitos às construções em tijolos (não às de taipa), os holandeses não prescindiram das pedras. Usaram-nas muitas vezes, na constituição dos alicerces de suas obras[250].

Os portugueses da região por seu turno, como já foi mencionado, parece que não davam muito crédito às construções em tijolos; para eles

---

[249] Como os holandeses usaram largamente nas construções urbanas do Recife os tijolos trazidos dos Países Baixos - os seus Friese kiinkers e os Leidse klinkers - foi fácil identificar após a sua retirada da cidade, considerando apenas o material do edifício, quais as construções de origem holandesa ou portuguesa." GONSALVES DE MELLO, J.A. O Recife e ...p. 13.

[250] "(...) não houvessem os holandeses vulgarizado o uso dos tijolos cozidos, para o fabrico dos quais levantaram aqui inúmeras olarias - além dos tijolos importados aos milhares da Holanda. Mas mesmo eles não prescindiram do uso da pedra, sobretudo nas construções mais alterosas, ou mais vastas, ou mais nobres, nos alicerces em especial, como foi o caso do Palácio de Friburgo (...)". Ibidem p. 14

a pedra era imprescindível às construções mais sólidas. Não dispondo, no Recife, das pedreiras continentais, recorreram às do mar: os arrecifes. Já o faziam desde pelo menos 1617, segundo informação de um cavouqueiro português[251].

Apesar de conhecerem o risco que representava a extração de pedra nos arrecifes, segundo Gonsalves de Mello, não foi proibida a sua exploração. Recorreram a um expediente até hoje em uso: oneraram o produto com um alto imposto, a título de reduzir a prática[252]

E a prática continuou ao longo dos séculos. E ao longo deles sucederam-se as proibições em alternância com as liberações de explorarem-se os arrecifes. Proibições que têm início a partir das declarações de um ex-Ouvidor da Capitania, que em 1709 se dirige ao Rei[253]. Segundo Gonsalves de Mello, a partir de 1717, inicia-se a

---

[251] "(...) parecer de um cavouqueiro portugues, Manoel Monteiro, que declarou (1637) que há 20 anos trabalhava na retirada dessas pedras (arrecifes)." Idem.

[252] "No período da ocupação holandesa não foi proibida a retirada das pedras dos arrecifes, mas foi este material onerado com um alto imposto, de 50% do valor dos carregamentos (1637). Suponho tenha sido esta a maneira encontrada pelos invasores para coibir tal prática, cujos riscos para o Recife eles podiam perceber com a experiência de sua própria pátria." Ibidem.

[253] "A queixa que eu tenho dos moradores do Recife é pelo desfazimento contínuo com que destroem o mesmo recife de pedra, que Deus lhe pôs diante como antemural para que as águas de um elemento inteiro, unidas com as dos rios, que discorrem o Recife, não fossem a sua ruína, cobrindo e sepultando tudo que nele se acha edificado. Tiram os moradores estas pedras e as arrancam continuadamente para os seus edifícios. Muito receio que o mar venha a cobrar algum dia o que se lhe extraiu, contra toda a razão da conservação pública.
Os holandeses, que cuidam mais do comum que os portugueses, faziam em Pernambuco os edifícios de adobes, e na Europa se acham cidades inteiras e corte, de presente e de passado, feitas nesta forma. Sejam exemplos Valladolid e Madri e outras muitas cidades grandes.
Algumas vezes se fez presente a V. Majestade este dano, e eu dei esta mesma conta, porém os de Olinda, como tinham quase sempre as governanças de Pernambuco, logo informam que os recifes têm pedra infinita e que se tira aonde não faz prejuízo, e com esta dissimulação se vingam do Recife, que desejam ver alagado e destruído pelo impulso de seu ódio e emulação contra seus moradores.
Se V. Majestade for servido mandar considerar este dano, que no futuro pode vir a ser total, e, no presente, conduziu alguma grande parte do entupimento do porto e aumento do banco da barra (porque com a tirada das pedras se rebaixam em partes os recifes do mar, e entrando mais água do que antes, ficam chocando umas com outras, que entram elas barretas e discorrem dos rios, com cuja inquietação se movem as areias que vão parar no banco) será conveniente proibir que não se dêem licenças algumas para tirar estas pedras, por mais que se justifiquem as causas das necessidades e que as obras se façam de adobe, como faziam de antes e fizaram os holandeses, ou que tragam pedra das pedreiras da terra, como fizeram os que fundaram Olinda e outras partes." ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (Lisboa), Pernambuco, papeis avulsos, caixa 13, consulta do Conselho Ultramarino datada de Lisboa, 4 de setembro de 1709 e papéis anexos, entre os quais o parecer de José Guedes de [Continua na página seguinte.]

seqüência de proibições, que pela sua própria freqüência, indicam que não eram respeitadas, apesar das sansões que continham. Penas de multa, de prisão, e de degredo do Recife, por um ano. Se escravos, pretos, ou mulatos, de serviços por três anos nas obras reais das fortificações de Pernambuco.[254]

USO DE TIJOLOS E TELHAS

Embora os colonizadores portugueses do primeiro século, e parte do segundo, valorizassem as construções erguidas em pedra, pelo que se pode observar das referências elogiosas ao "casario em pedra e cal", a arte da olaria lhes era indispensável. Com o primeiro Governador Geral, entre os oficiais mecânicos, vieram oleiros. Neste mesmo ano de 1549, Duarte Coelho, em uma carta[255], relaciona diferentes atividades a que se dedicam seus colonos; entre elas, menciona a de oleiro. Evidentemente não se pode relacionar a existência de olarias especificamente ao fabrico de tijolos. Também a produção de telhas e de utensílios domésticos, a cerâmica utilitária, está relacionada às olarias. Vilas e engenhos dependem em parte da produção das olarias. Fornos de tijolo, fôrmas, para os engenhos, além da cerâmica doméstica.

Sá, datado de Lisboa 18 de junho de 1709. Apud, GONSALVES DE MELLO, J. A. O Recife e ...p. 15

[254] Idem.

[255] Carta de Duarte Coelho, datada de 15 de abril de 1549. apud GONSALVES DE MELLO, J.A. & Albuquerque, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**, reprodução fac-similar. Recife Imprensa Universitária, 1967.p.71

Antonil[256], já discute da conveniência ou não de se instalarem olarias nos engenhos de açúcar.

Também a Companhia de Jesus, desde cedo se preocupa em instalar suas olarias no Brasil e no Maranhão. Serafim Leite[257], identifica como sendo em São Vicente, com data de 1560, a primeira notícia que se tem do envolvimento de padres jesuítas em atividades oleiras. As olarias dos jesuítas por vezes estavam no âmbito de seus engenhos ou de suas fazendas, entretanto, por vezes eram isoladas, com administração própria, a cargo de um irmão que ali residia. A olaria de São Marcos, instalada no Maranhão, já na segunda metade do século dezessete, manteve-se em atividade até 1760, quando da expulsão dos jesuítas. Do inventário desta olaria, "havia 3 ou 4 rodas de fazer louça, várias fôrmas de fazer telha e tijolo e 2 ou 3 mesas sobre que se trabalhava a telha e punha a louça".[258]

Se os tijolos não eram tão 'estimados' quanto a pedra, a telha desfrutava de grande prestígio. As cobertas de palha, quando possível, eram sempre substituídas por telhas.

FONTES DE CAL

De calcário ou de arenito, de pedra ou de tijolos, mesmo de taipa rebocada, as construções, em grande parte, careciam de material

---

[256] ANTONIL , André João. **Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas** Ed Andrée Mansuy. Paris, 1965 p 586-90

[257] LEITE, Serafim, S.J. Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). Ed. Brotéria. Lisboa. 1953. p. 64

[258] Inventário do Maranhão, Brasil. 28. apud LEITE, Serafim., 1953. p 5.

cimentante. O uso da alvenaria de pedra seca não foi de maior importância; mais restrita a elementos de cantaria.

A cal foi o principal elemento de cimentação empregado nas construções da Olinda colonial. Sobretudo nas construções de maior porte. Ligas de barro também foram empregadas, estas mais em construções daquela segunda fase. Tiveram emprego ainda nas alvenarias de fornos, de fornalhas, visando evitar as rachaduras. Foram empregadas em rejuntes de pisos de ladrilho, sobretudo naqueles em que se previa, seriam periodicamente removidos, como se pôde observar nos primeiros pisos da Igreja de Nossa Senhora da Graça, recuperados através das escavações arqueológicas.

A tradição portuguesa de preparo de cal a partir da calcinação de rochas calcárias, foi transportada para o Brasil. Entretanto a cal aqui produzida, não se fez apenas a partir do calcário. Muitos dos fornos de cal, em Pernambuco, em Itamaracá, na Bahia, foram alimentados com conchas de ostras.

Com base nas informações de Cardim, pelo menos em 1587, fabricava-se no Brasil, cal a partir de ostra. Comentando a respeito do Colégio Jesuítico da Bahia, Cardim menciona que a construção do edifício em pedra, fora realizada utilizando-se cal produzida a partir de ostras. É possível que à época, este tipo de cal não fosse tão difundida, ou que houvesse dúvidas quanto a qualidade da cal produzida no Brasil, ou ainda quanto à qualidade da cal a partir de ostra, pois em sua narrativa, reforça a qualidade daquele produto, comparando-o com o produzido no Reino.[259]

---

[259] "O edifício é todo de pedra e cal de ostra, que é tão boa como a de pedra de Portugal." CARDIN, Fernão - **Tratado da Terra e Gente do Brasil**. Rio de Janeiro. (1587) 1925. p. 308

Por outro lado, grande parte das referências a fornos de cal, que aparecem sobretudo relacionados em testamentos e doações, não esclarecem quanto à matéria prima utilizada para a fabricação da cal.

As referências ao uso e à demanda de cal indicam que nos anos 1580, Olinda já comportava as construções 'mais sólidas', ou seja, não mais simplesmente aquelas de taipa. Pereira da Costa estima que em 1575 Olinda comportasse 700 casas de pedra e cal.

Embora em 1583 os jesuítas tivessem o seu colégio "velho e mal acomodado, a igreja pequena", já dispondo de recursos através de doações e dotações, em 84 "por não haver tanta comodidade de oficiais e cal, o edifício não começou."[260]. Em 1630, reclamavam os holandeses das dificuldades para fortificar Olinda, pois "aqui não há nem cal nem pedras, devendo o necessário para isso vir da Holanda (...)"[261]. Mas é evidente que havia como fabricar a cal. Quanto as pedras, mesmo que se tivesse esgotado a pedreira do Colégio, as de Itamaracá continuavam disponíveis. Vale a pela chamar a atenção, que este parecer foi em época anterior à tomada do Forte Real do Bom Jesus, quando os holandeses estavam confinados a Olinda, ao istmo e ao Povo dos Arrecifes. Sem acesso ao interior, sem efetivamente dominar a terra e suas unidades de produção.

É possível que os fornos não fossem muito próximos a Olinda. Que houvesse dificuldade em se ter acesso às minas de calcário da área. Que as unidades de produção de cal se distribuíssem mais para o norte da Capitania, para as bandas de Igarassu, ou mesmo em Itamaracá. Apesar de Itamaracá constituir-se em uma outra Capitania, sua produção

---

[260] Leite, 1950 Tomo I, p.456, apud Menezes, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976

[261] Carta ao Conselho dos XIX, dos engenheiros holandeses Pieter Van Bueren e Andreas Drewisch, apud GONSALVES DE MELLO, J. A.- Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 2. edição. Recife: CEPE, 1978, 292 p. (Coleção Pernambucana, 15). p.:47.

manteve estreitas relações com Pernambuco[262]. Nesta área, são freqüentes os afloramentos de calcário. A história geológica da área, demonstra que a basculação continental ali observada, promoveu uma ruptura que separou a ilha de Itamaracá do continente. Tal movimento fez ascender e pôr-se à mostra, o embasamento calcário[263], sobre o qual estão ali assentados os sedimentos do Grupo Barreiras. Ainda decorrente desta ruptura, instalou-se o chamado Canal de Santa Cruz, designado anteriormente por rio de Pernambuco.

As terras baixas que envolvem o Canal de Santa Cruz[264], para onde convergem numerosos rios, são cobertas por vegetação de mangue, entrecortadas por pequenos rios e gamboas, formando um intenso emaranhado. Ambiente este, o hábitat propício a uma rica fauna fluviomarinha, inclusive às ostras e outros moluscos. A coleta de ostras nesta área, ainda nos dias atuais é intensa, produtiva. Grandes montes de conchas, reunidas à margem de estradas e de caminhos, podem ainda ser vistos. Nos dias atuais, são comercializadas como matéria prima para indústria de ração e de fertilizantes, mas até as primeiras décadas do século atual, alimentavam fornos de cal.

A prospecção arqueológica que vem sendo realizada na área, sob minha coordenação, identificou vestígios de vários fornos de cal, há muito desativados. Até o momento não se dispõe de datações para estes fornos, mas, pelo que se pôde observar a partir das prospecções, a

---

[262] "(Itamaracá) dependia em quase tudo da Capitania de Pernambuco, inclusive de sua defesa militar. O sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno, ao escrever o relatório datado de 1609 'Relação da praças, fortes, povoações', etc., disse que estava ela tão unida à Capitania de Pernambuco 'que mais parece este povo aldeia de Pernambuco que Capitania per si'. (RIAP n..57, p.196)". GONSALVES DE MELLO, J.A. Manuscrito inédito. Apud. Silva, L. Dantas. **A Paisagem** ... 1993, p. XV.

[263] Este embasamento calcário corresponde às Formações Gramame e Maria Farinha. N.A.

[264] Canal de Santa Cruz é a denominação atual do antigo Rio Jussará, ou Rio de Pernambuco. Este é também o canal que separa a Ilha de Itamaraçá do continente; cuja barra (Sul) serviu de limite entre as Capitanias de Pernambuco e Itamaracá. Foi ainda aí, no primeiro porto de Pernambuco que desembarcara Duarte Coelho, abrigando-se inicialmente na Feitoria -régia, instada no local. É neste canal que deságua o Rio Igarassu, às margens do qual foi fundada a vila do mesmo nome. N.A.

estrutura de vários deles é compatível com a dos fornos do século dezessete. Foi ainda possível observar-se nesta prospecção, que alguns desses fornos haviam sido alimentados com calcário, e vários outros que queimaram ostra. A queima das ostras para o fabrico da cal, entretanto, era feita a céu aberto, em estruturas temporárias, que se auto consumiam. Apenas os resíduos da calcinação, o terreno queimado, restaria destas estruturas. A calcinação da ostra para o fabrico da cal, em estruturas abertas se fazia ainda no século dezenove, tendo sido ilustrada por Debret (Figura 2).

Foi nesta área, próximo ao rio Jaguaribe (na Ilha de Itamaracá), que existiu, pelo menos no século dezessete, fornos de cal pertencentes aos religiosos de São Bento. A qualidade da cal aí produzida, era conhecida no mercado de então: a cal de São Bento[265]. Observe-se a referência a "fornos", ou seja, mais de um na mesma propriedade (de Jaguaribe). Pelo que se pôde observar através das prospecções arqueológicas ali realizadas, o princípio industrial adotado, não correspondia a grandes fornos, mas a uma multiplicidade de pequenas caieiras.

Mas não apenas Itamaracá e Igarassu produziam cal. Também nas terras de Olinda existiram fornos de cal. As terras do antigo engenho de Nossa Senhora da Ajuda, um dos primeiros da Capitania, fundado por Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, são conhecidas atualmente como "Forno da Cal". Mais, entre os bens mencionados no testamento do Capitão Mor José de Sá e Albuquerque, falecido em 1711, estão incluídos fornos de cal, em terras de Beberibe (do termo de Olinda), que, ao que parece, vieram a pertencer, por doação, aos Jesuítas. Quando da expulsão dos jesuítas, nos meados do

---

[265] apud PEREIRA DA COSTA op. cit. p.403

século dezoito, foi a hasta pública a fazenda Forno da cal, que lhes pertencera.

O MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA

A pesquisa arqueológica desenvolvida na Igreja de Nossa Senhora da Graça, como foi mencionado acima, não revelou vestígios das construções relacionadas às primeiras tentativas de implantação da missão de Pernambuco.

De acordo com o que foi discutido acima, quando se tratou da igreja na vila, a ausência de vestígios arqueológicos daquelas estruturas, na área escavada, não decorrem da natureza dos materiais de construção empregados. Outros fatores terão concorrido para tal.

Com base no que se pôde apreender a partir da documentação textual, as primeiras construções dos jesuítas, assim como a ermida que lhes foi doada, teriam sido erguidas com material de "pouca dura", ou seja, seriam provavelmente obras em taipa, possivelmente cobertas de palha. Nas obras da segunda igreja, aquela construída em 1569, já se teria usado pedra. O que não se pode afirmar, é se a pedra foi utilizada apenas nos alicerces, ou se teriam sido também de pedra, as paredes. É neste período, que os jesuítas conseguem recuperar o documento de doação das terras ao Colégio, adjacentes à casa. Terreno que abrangia uma pedreira. Estaria esta pedreira sendo explorada por algum posseiro?, acreditava-se estar ela nos terrenos da Câmara?

De qualquer sorte, serviu a pedreira para as obras que se seguiram. De acordo com o que foi discutido, possivelmente tratava-se de um depósito calcário. Entretanto, sendo de calcário, é possível que

tenha sido explorada basicamente como pedra para as construções. Esta observação se baseia nas afirmações de Serafim Leite[266] acerca das dificuldades que enfrentavam para obtenção de cal: "por não haver tanta comodidade de oficiais e cal, o edifício não começou". Não teriam à época, os jesuítas fornos de cal? Não teriam quem lhes administrasse fornos de cal? Não teria sido instalado um forno nesta propriedade, ou apenas se usava queimar a pedra que não servisse para outra destinação, como fizeram os Franciscanos da Paraíba? O "não haver tanta comodidade de cal", poderia ainda, significar apenas, que a cal produzida era insuficiente.

A pesquisa arqueológica pôde ter acesso apenas às estruturas da terceira etapa, ou melhor, da terceira igreja erguida na missão jesuítica em Olinda, e das reformas que se sucederam nesta igreja.

A Igreja de Nossa Senhora da Graça, integrava os planos do conjunto do Colégio, revistos por Francisco Dias, arquiteto jesuíta. Iniciada a construção já na década dos anos 1580, viria a ser uma obra que atenderia à "perpetuidade", uma obra definitiva. E praticamente o foi, vez que, representa hoje, a mais antiga obra jesuítica que permanece de pé. Resistiu não apenas às intempéries físicas do meio, mas sobretudo às intempéries políticas. Da política pombalina, às das grandes reformas urbanas. Privada do prestígio político que desfrutara, Olinda pôde preservar-se. Manter alguns de seus monumentos dos primeiros tempos.

Esta obra que buscava "atender à perpetuidade" foi construída em alvenaria de pedra e cal, coberta de telhas, e coro com assoalho de madeira. A pedra utilizada na construção original, tanto na alvenaria das paredes estruturais da nave e na alvenaria das colunas, quanto na cantaria, foi predominantemente o calcário. Mesmo os retábulos dos

---

[266] LEITE Serafim, **História ...**, Vol. I. p.454

altares teriam sido em calcário. Embora já não restasse em pé o altar central, os altares laterais primitivos permaneceram. O Professor Ayrton Carvalho[267], que os estudou, conclui que aqueles altares em pedra são obra jesuítica. Por outro lado, as pesquisas arqueológicas revelaram fragmentos de um retábulo, provavelmente oriundos do altar mor destruído. Dentre aquelas peças, cantaria de calcário, encontraram-se fustes de colunas e fragmentos de capitéis. Além das peças do retábulo, foram resgatados através das escavações, elementos de quatro imagens, esculpidas em pedra. Menezes, que as estudou, considera que por suas "dimensões poderiam ser do retábulo mor destruído. São imagens de excelente feitura e talvez as mais antigas existentes, atualmente no Brasil. A vestimenta além de suas características artísticas nos fazem remontá-las aos anos finais do século dezesseis, comparando-as ainda com as imagens portuguesas desse século."[268]

As discussões relativas à traça no que diz respeito ao estilo, autoria e estudos cronológicos comparativos, bem como ao que se refere à execução arquitetônica da Igreja de Nossa Senhora da Graça, foram exaustivamente tratadas por Menezes[269], como tese de Concurso à Livre Docência. Deste modo, procurarei me ater estritamente àquilo que importa diretamente à interpretação arqueológica, estudo a que me propus.

A análise arqueológica das estruturas da Igreja de Nossa Senhora da Graça revelou que mesmo elementos estruturais da igreja, ao longo do tempo, sofreram alterações, reparos. Reparos que se sucederam deste o século dezessete, para restaurá-la dos danos sofridos pelo

---

[267] " Em pesquisas realizadas a serviço do SPHAN, tive ocasião de examinar os altares laterais da igreja de Nossa Senhora das Graças, no Seminário de Olinda, (...). (...) ser o retábulo daqueles altares de pedra calcária (...). (...) os jesuítas não desprezaram os ornamentos entalhados na rocha sempre que encontraram material mais fácil de manejar. CARVALHO, Ayrton. **Algumas Notas ...** 1941.

[268] MENEZES, José Luiz da Mota. 1976 p.:54

[269] MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976.

incêndio ateado a Olinda. Reparos de manutenção, para fazer face aos danos do tempo. Implantação de novas estruturas, como a construção de novas capelas, a construção da torre. Reformas para atender à nova função junto ao Seminário, quando o antigo Colégio é assumido pela Mitra. Reformas para atender a novas modas, ou a mudanças no ritual. Como foi dito, a estrutura fundamental da igreja permaneceu a mesma daquela concluída no século dezesseis, mas as relações com a sociedade conduziram-na a apresentar feições diferentes ao longo do tempo.

Tais modificações, como foi visto, deram-se em tempos diferentes. Novas técnicas haviam sido desenvolvidas, outros recursos, tendências distintas quanto ao uso de materiais e construção. Disponibilidades diversas. Deste modo, a pesquisa arqueológica ali desenvolvida, trouxe à luz conjuntos diferenciados de materiais de construção, através dos quais foi possível remontar muitas das alterações havidas. Alterações não apenas do ponto de vista físico da igreja, mas no seu uso (e desuso), no seu refletir a sociedade.

Além dos elementos estruturais, que integram o levantamento do corpo da igreja propriamente dita, uma série de elementos arquitetônicos foram agregados, em diferentes épocas, que definiram feições internas distintas. Estas feições respondem por diferenciações no uso de áreas funcionais da igreja. Refletem ainda, provavelmente, diferenças no contingente que permanecia vinculado ao Colégio. Um desses elementos, que freqüentemente variou, foi a distribuição espacial, dos espaços reservados ao público geral e aquele reservado a um público específico. Distribuição dos espaços, em termos de áreas relativas.

Estas duas áreas serão designadas neste trabalho, respectivamente como 'área pública' e 'presbitério'. Corresponde a primeira, àquela compreendida, no interior da nave, entre a porta principal de acesso

público, e a mesa de comunhão (Figura 10) [270]. A segunda, à área complementar da nave, exceto àquelas reservadas aos altares e capelas laterais.

Do ponto de vista arqueológico para a análise do material de construção, foram considerados dois grandes blocos de alterações: as que se relacionam às paredes, e aquelas que se relacionam ao piso.

Como foi mencionado acima, as paredes estruturais da igreja foram erguidas em alvenaria de pedra e cal, usando-se ainda a cantaria na constituição dos paramentos, dos arcos de acesso às capelas, aos altares laterais e ao altar mor. São ainda de cantaria os retábulos, cercaduras de janelas, portas, e outros elementos de arquitetura[271].

O emprego do tijolo é mais restrito. Atinge principalmente elementos tais como os púlpitos e os confessionários (Figura 63), construídos no interior da alvenaria de pedra, as abóbadas de capelas laterais. Foram ainda utilizados tijolos em diferentes momentos, quando se desativaram portas, janelas, capelas, confessionários, e o próprio púlpito, quando também se fechou a escada de acesso ao púlpito, construída no interior da parede. Utilizou-se ainda tijolos na cercadura de novas janelas abertas, na construção de valas e criptas, portanto em momento posterior ao da construção. O tijolo foi muitas vezes utilizado em associação com outros materiais, como a pedra. Nestes casos, nem sempre correspondiam a peças inteiras, mas a fragmentos de tijolos, o que equivale a dizer que seu emprego não se fazia como alvenaria de tijolos e sim alvenaria de pedra. Ou seja, era o emprego de retraços, restos de tijolos, material descartado de um outro emprego, reaproveitados. Por se ter utilizado tijolos como revestimento

---

[270] Observar que até a segunda metade do século vinte, a comunhão se fazia, com os fiéis lado a lado, postados de joelhos, sobre um degrau, limitado por uma grade (mesa de comunhão) que dividia transversalmente a nave central, ou, no caso das capelas laterais, a nave da capela. N.A.

[271] Ver detalhes sobre a cantaria nas obras de CARVALHO, Ayrton. 1941 e MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de....** 1976

de piso, as aberturas de covas no interior da igreja, deveria danificar algumas peças, que seriam substituídas; as descartadas seriam reaproveitadas. Um aspecto que merece ser mencionado, é a presença, entre estes fragmentos de tijolos, de elementos de origem holandesa, os *Friese klinkers* e os *Leidse klinkers*, referidos na documentação seiscentista.

Por ocasião das pesquisas[272] desenvolvidas na Igreja de Nossa Senhora da Graça, que precederam sua restauração, foi inteiramente removido o reboco das paredes, de modo a pôr à mostra a alvenaria. Chamou a atenção alguns núcleos de reparo às paredes, como o que se vê nas (Figura 32). Constituíam-se no preenchimento de aberturas na parede, de forma aproximadamente circular. Removido o material de preenchimento, observou-se que não chegavam a ultrapassar toda a espessura da parede. Tais aberturas, por sua forma, dimensões e distribuição, não sugeriam qualquer função específica de natureza construtiva, tais como para o encaixe de andaimes. Ainda com base nestes elementos de análise, as aberturas não sugeriam atividades vinculadas a um processo de demolição. Início de um processo de desmonte das paredes, relacionado, por exemplo, ao saque dos edifícios de Olinda após o incêndio, visando a obtenção de material para construções no Recife. Não sugeriam também reparos estruturais, reforço em paredes que se apresentassem rachadas, ou que apresentasse a argamassa friável, de baixa pega. Não havia evidências de rachaduras (e não atingiam a totalidade da espessura da parede), e a argamassa da área adjacente (e nos limites da abertura) não dava mostras de tendência a desagregação. Por outro lado, o volume da parede removida pela abertura, seria muito reduzido para comportar toda a argamassa

---

[272] A pesquisa relacionada à história da arte e arquitetura foi conduzida por MENEZES, José Luiz da Mota: a pesquisa arqueológica por ALBUQUERQUE, Marcos.

proveniente de um mesmo traço[273], no qual, eventualmente se houvesse cometido um erro de proporções. Uma outra hipótese levantada, e ao que parece, mais consistente com a análise, é tratarem-se tais aberturas de tentativas de pilhagem, a busca por tesouros escondidos. Remontariam, por exemplo à época em que, após o incêndio, esteve a igreja abandonada? ou foram produzidas por ocasião de alguma das reformas? às escondidas, mediante 'revelações' em sonhos? Tais atitudes foram freqüentes por longo período, persistindo nos dias atuais, ainda que com menor ênfase. Igrejas, tumbas, casas grandes no interior, ou mesmo quaisquer casas antigas, grandes ou pequenas, são as vítimas principais deste vandalismo. Entretanto, esta atitude não parece ser peculiar do Nordeste, ou mesmo do Brasil. Suas origens parecem remontar aos tempos (na Europa) em que eram freqüentes as pilhagens às cidades, e reforçada pelo ferrenho combate por parte da igreja, à usura[274]. Reforçada ainda pela crença, difundida pela Igreja de que, sob a condição de arrependimento e repasse do fruto da usura à Igreja, garantia-se o perdão. Por medo de ser roubado, pilhado, confiscado, alguns enterravam ou emparedavam botijas[275]. Atormentada, a 'alma' do usurário morto, através de interferência nos sonhos, buscava alguém, que se dispusesse a retirar o tesouro, e com isto libertava-se do 'tormento', a 'alma'. Daí as 'revelações' e as depredações. Trazida a 'tradição' para o Brasil, foi aqui reforçada pelas notícias através da tradição oral, das novas 'botijas'. Enterradas em tempos de paz ou de

---

[273] Verbete: traço
1. Composição (de um concreto ou uma argamassa) expressa por uma relação numérica indicativa das proporções, em peso ou em volume, dos diversos componentes. LACERDA, C. Augusto et GEIGER, Paulo. **Dicionário Aurélio Eletrônico**, V. 1.3, 1994. Na linguagem de construtores, por extensão, a porção da mistura (volume variável conforme a velocidade de uso) preparada a cada vez. N.A.

[274] LE GOFF, Jacques. **A Bolsa e a Vida** - Economia e Religião na Idade Média. Lisboa: Teorema, 1986.

[275] Verbete: botija: 1. Vaso cilíndrico, de grés, de boca estreita, gargalo curto e uma pequena asa. (...) 4. Bras. Tesouro enterrado. LACERDA, C.Augusto et GEIGER, Paulo. **Dicionário...**, V.1.3, 1994.

guerra, por senhores de engenho, fazendeiros, religiosos, gente rica. Com base nos mesmos temores, ataques, o fisco, invasores. No Nordeste, ainda mais reforçada, sobretudo na zona da mata, face a dominação holandesa. De fato existem muitos relatos de tentativas dos 'ricos da terra' de esconder ao invasor suas economias, seus bens móveis, ouro, jóias, paramentos das igrejas. E bem deve ter sido verdade, pois, existem relatos ainda das torturas impetradas pelo invasor, à população civil, visando obter informações acerca dos esconderijos dos bens[276]. No sertão, a tradição se volta para, em tempos mais recentes, o banditismo, o cangaço, como fontes de temor, que levaram a se emparedar tesouros. Daí a busca do tesouro, sobretudo nas antigas edificações; um processo que vem sendo retro-alimentado ao longo dos tempos.

No caso da Igreja de Nossa Senhora da Graça, as aberturas nas paredes foram preenchidas por alvenaria de cal (Figura 67), utilizando-se material variado: pedra (calcário e eventualmente arenito), fragmentos de tijolos, de telhas, e até mesmo fragmentos de coral (cabeça de carneiro).

O segundo grande bloco utilizado na análise do material de construção, reúne os elementos utilizados nas alterações que interessam à área do piso.

Não existem evidências de que a Igreja de Nossa Senhora da Graça tenha sido utilizada sem que seu piso estivesse revestido. Por outro lado, ao longo dos anos em que foi utilizada, o piso da igreja recebeu diferentes tipos de revestimento. Correspondem a três tipos

---

[276] Ver trabalhos que tratam da rendição do Forte Real do Bom Jesus, e da tomada de outras praças, p.e. em Duarte de Albuquerque Coelho, **Memórias Diárias da Guerra do Brasil**. op. cit.

distintos de revestimento: dois tipos de cerâmica[277], cimento 'queimado'[278], e ladrilho hidráulico[279] (Figura 22; Figura 27 e Figura 44).

À exceção de um caso, todas as alterações no revestimento do piso, acompanharam alterações na distribuição espacial das áreas pública e do presbitério. Como foi referido anteriormente estas duas áreas no interior da igreja, limitavam-se na mesa de comunhão. O degrau que acompanha em toda sua extensão a mesa de comunhão, limita áreas de níveis distintos. Quando se tratou do agenciamento do terreno, foi dito que toda a área no interior da igreja havia sido aplanada, posta em um só nível, o que foi evidenciado através da estratigrafia. Desde sua primeira feição, e cada uma das sucessivas ampliações da área do presbitério, em detrimento da área pública, o desnível foi produzido pela incorporação de aterros. Portanto, estes aterros foram incorporados à área da nave, em diferentes momentos, não estando relacionados entre si. Em termos dos materiais que os integram, são diferentemente constituídos. De um modo geral, informam quanto ao material disponível na ocasião. Em diferentes ocasiões, a incorporação de certos tipos de material ao aterro, correspondeu a uma forma de descarte do material oriundo das reformas empreendidas. Nestas ocasiões, a disponibilidade de material incorporado ao aterro, refletiu a extensão das obras a cada reforma.

---

[277] Os revestimentos de piso em cerâmica correspondem a: 1. tijolos retangulares, manuais, cujas dimensões médias são de 31,5 cm de comprimento por 14,5 cm de largura e 5 cm de espessura. 2. ladrilhos de 23 x 23 cm (quadrados). [Do esp. ladrillo, 'tijolo'.]. O termo ladrilho não foi empregado no texto, por se tratar de uma designação genérica que abrange peças de cerâmica e de cimento. No texto será utilizada a expressão 'tijoleira retangular', para os primeiros, e tijoleira quadrada para o segundo. N.A.

[278] Tipo de revestimento de piso em que uma superfície previamente preparada é capeada por argamassa constituída de areia e cimento, aplanada e nivelada. Sobre a argamassa ainda úmida é polvilhado cimento seco, passando-se em seguida a colher de pedreiro. O cimento seco que foi polvilhado, absorve umidade da massa, e pelo alisamento com a colher, preenche os poros da camada superficial da argamassa. Ao cimento seco pode-se ajuntar corantes, que irão modificar a coloração do revestimento do piso. Este revestimento promove uma superfície lisa, com algum brilho, e extremamente escorregadia quando molhada. N.A.

[279] Ladrilho de cimento, feito na prensa hidráulica. N.A

Outras estruturas foram ainda incluídas no interior da nave, que interessam à análise do material de construção empregado. São os altares, e estruturas para sepultamento, valas e cripta.

Dos altares primitivos, restou apenas os retábulos dos altares laterais. As estruturas de piso dos primeiros séculos, foram praticamente removidas, seja por sucessivos sepultamentos, seja para ceder lugar a novas estruturas.

À frente de cada um dos altares laterais, foram localizados a partir das escavações realizadas, estruturas funerárias, subterrâneas. Valas cavadas, revestidas com paredes verticais pelos quatro lados, e que ascendiam até o nível do piso As paredes, de tijolo e argamassa de cal, assentavam diretamente sobre o terreno. Foram revestidas internamente com argamassa de cal; o piso sem revestimento. Estas valas foram utilizadas para sepultamento (Figura 53).

Uma das capelas laterais, do lado da epístola, revelou sob seu piso uma cripta (Figura 54), que teve função funerária. Teto em tijolos, abobadado, paredes de tijolos com argamassa de cal, rebocadas também com argamassa de cal.

Com base na documentação textual foi possível levantar dados relativos à construção desta igreja, que estava praticamente concluída em finais do século dezesseis. Dados genéricos entretanto, muitos dos quais relativos aos planos, pouco informando da real execução, dos materiais de revestimento, das cotas, enfim, de um longo rol de questões que se fazia quando se buscou executar obras de restauração naquele templo.

A pesquisa arqueológica pôde obter respostas para muitas das questões formuladas, e ainda trouxe à luz outros detalhes, diretamente relacionados à vida cotidiana no templo. Pequenas e grandes reformas no templo, insuspeitadas, que refletiram hábitos, práticas, da comunidade jesuítica. Alterações no comportamento social, variações

de ritual, enfim, um longo rol de detalhes que refletem a dinâmica da sociedade, nestes 400 anos em que se manteve a obra, humildemente iniciada por um homem, que acreditava em uma missão a realizar.

A MÃO DE OBRA

Com a monetarização do sistema rural português, o crescimento urbano daí advindo, provocara uma crise de crescimento em Portugal. O adensamento da população urbana carecia de uma ampliação do mercado de artesanato a ser explorado na atividade mercantil. Ilhas do Atlântico dominadas por portugueses, absorveram colonos lusitanos, nas primeiras experiências de plantio para o comércio, que visava tanto o fornecimento de gêneros, quanto o de especiarias. As terras americanas, representavam uma outra alternativa à população portuguesa. Não apenas colonos para trabalhar a terra, mas ainda aqueles que viessem a possibilitar a implantação de uma infra estrutura urbana compatível. A implantação da empresa agrícola açucareira, dependia não apenas do estabelecimento de uma retaguarda demográfica, um efetivo de população para trabalhar a terra, mas ainda para fazer face às necessidades técnicas inerentes à indústria açucareira. Fazia-se ainda necessário, uma outra gama de população, que viesse a compor a estrutura urbana, responsável por atividades administrativas, militares, religiosas.

O sistema sesmarial, adotado no Brasil, buscava atender à necessidade de atrair colonos. Mas eram os técnicos experientes no fabrico de açúcar, os artesãos capazes de construir as moendas, as rodas d'água, que mais preocupavam os dirigentes, os que visavam estabelecer engenhos de açúcar. Duarte Coelho custeou pessoalmente a vinda de alguns destes especialistas, das Canárias, e da própria Península Ibérica.

O primeiro Governador Geral trouxe em sua expedição grande número de artesãos, que iriam iniciar a construção da vila, ocupando-se posteriormente, possivelmente, na instalação dos engenhos[280].

Entretanto não eram suficientes para fazer face às necessidades da colônia. Senhores de engenho e mesmo os donatários, disputavam os serviços dos artesãos; buscavam-nos em outras Capitanias, pagavam altos preços por seus serviços. A própria coroa adotara uma política de incentivo à vinda de artesãos, oferecendo, por duas vezes (1551 e 1554), isenção no pagamento do dízimo, por cinco anos, aos que viessem para o Brasil.

Schwartz[281], chama a atenção para o posicionamento social destes artesãos, face à importância de suas atividades para a infra-estrutura da colônia, considerando que, na descrição das ocupações de seus colonos, Duarte Coelho[282] delineia inconscientemente a hierarquia social de sua Capitania. Os artesãos são mencionados logo em seguida aos mercadores, e listados, possivelmente, por ordem de sua importância no fabrico do açúcar.

Também aos jesuítas preocupava a escassez de especialistas, para a sociedade e para a Ordem. Para a Ordem, valiam-se tanto dos Irmãos e dos Padres da Companhia, quanto dos serviços prestados por oficiais leigos, contratados. Entretanto, são freqüentes as referências jesuíticas com relação à carência de mão de obra. Obreiros para o serviço de suas atividades fins, de doutrinação, de educação, dos serviços das casas, dos

---

[280] SCHWARTZ, Stuart B., **Segredos Internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835. Trad. Laura T. Motta. Companhia das Letras/CNPq, São Paulo, 1988. p 37

[281] SCHWARTZ, Stuart B., op. cit.. p 38

[282] "[...] uns fazem engenhos de açúcar porque são poderosos para isso, outros canaviais e outros algodões e outros mantimentos que é a principal e mais necessária coisa para a terra, outros usam de pescar que outrosim também é muito necessário para a terra, outros usam de navios que andam buscando mantimentos e tratando pela terra [...] outros são mestres de engenho, outros mestres de açúcar, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros e oficiais [...]" Carta de Duarte Coelho, datada de 15 de abril de 1549. apud GONSALVES DE MELLO, J.A. & ALBUQUERQUE, C. p.71

demais serviços. Preocupara-os sobremodo, nos primeiros anos, a tarefa de instalarem-se, de construir seus locais de atividade. As Igrejas, as residências, os locais de doutrinação e de ensino.

Serafim Leite[283] considera duas espécies de ofícios, em que se ocupam os Irmãos da Companhia: aqueles comuns a todas as Casas, os ofícios domésticos ou comuns, e os Ofícios mecânicos[284]. Entre os primeiros estão: cozinheiro, despenseiro, refeitoreiro, porteiro, roupeiro, encarregado da limpeza, comprador e sacristão. Entre os mecânicos: alfaiates, sapateiros, barbeiros, pedreiros, ferreiros, torneiros, carpinteiros (entalhadores, escultores, pintores), livreiros e encadernadores, tecelões, curraleiros, hortelões, agricultores; enfermeiros, cirurgiões, farmacêuticos. Inclui ainda os ofícios que, por necessidade, no Brasil, também executaram: pescadores, pilotos, construtores navais e oleiros. Desta relação, nem sempre os ofícios foram exercidos por especialistas. Por serem poucos, muitas vezes um mesmo Irmão ou um mesmo Padre, desempenhava múltiplas atividades, a que se somavam às de doutrinação.

Entretanto, Nóbrega, o primeiro Provincial, freqüentemente retomava a questão, solicitando que se enviassem "Irmãos que fossem hábeis nas Artes e Ofícios"[285]. As tentativas de formar oficiais através das 'Escolas de Meninos', parece não terem tido efeitos muito significativos, em termos de número. Nas Aldeias, os índios livres, tão logo aprendiam um ofício, "[...] moradores e governantes subalternos

---

[283] LEITE, Serafim., **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil** (1549 - 1760).Ed. Brotéria - Lisboa, Livros de Portugal - Rio de Janeiro, 1953. p 19.

[284] A presente classificação segue em parte a divisão tradicional, em parte uma conveniência pragmática. A arquitetura é uma das Belas Artes, mas também, sob o aspecto das artes de construção, a primeira. [...]". LEITE, Serafim., 1953. op. cit. 37

[285] "Tratou-se disso mais a fundo com a visita do B. Inácio de Azevedo, o qual os procurou adquirir em Portugal, e por onde quer que passasse, e tanto da Companhia, como de fora. E na volta ao Brasil, em 1570, levava bom grupo e Irmãos com os seus ofícios próprios." LEITE, Serafim., 1953. op. cit.. p. 20

[vinham a] aliciá-los para os seus serviços, desorganizando as Aldeias"[286]. Também negros escravos eram ensinados de modo a poder dar continuidade aos serviços nas Igrejas, Colégios e Missões. Organizaram confrarias, como a Confraria dos Ofícios Mecânicos, estabelecida nos Colégio da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, que já no início do século dezessete, contava com oitenta membros, a primeira e mais de cem, a última[287].

A relação das Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil, apresentada por Leite, reflete não apenas a capacidade de organização da Ordem, como ainda a disposição para exercer quaisquer tarefas, onde se fizesse necessário. Nesta relação figuram ofícios, de um espectro efetivamente, muito largo, como pode ser observado no quadro apresentado adiante, organizado a partir das informações daquele autor.

Do ponto de vista do estudo arqueológico da Igreja de Nossa Senhora da Graça, interessa sobretudo avaliar a disponibilidade de oficiais treinados ou mesmo 'improvisados' que teriam tido atuação no âmbito da traça e construção da igreja. Ou seja, sobretudo arquitetos, mestres de obra, pedreiros, canteiros, carpinteiros, oleiros. Evidentemente na construção e adorno da igreja, outros oficiais teriam tido também, uma intensa participação: os entalhadores, embutidores, marceneiros, serradores, fundidores, pintores e douradores, sem mencionar aqueles vinculados às atividades do Colégio propriamente dito. Entretanto, o trabalho daqueles últimos oficiais à época da implantação da igreja, foi destruído, durante o incêndio de Olinda. A natureza da matéria prima por eles trabalhada, sensível ao fogo (à exceção das ferragens), não teria subsistido ao ataque.

---

[286] LEITE, Serafim., 1953. op. cit. p. 25

[287] LEITE, Serafim., 1953. op. cit. p 29

RELAÇÃO DAS ARTES E OFÍCIOS, NAS QUAIS FIGURAM NOMES DE JESUÍTAS VINDOS AO BRASIL

Artes e Ofícios de Construção	Arquitetos e Mestres de Obra Pedreiros, Canteiros, Marmoeiros Carpinteiros, Entalhadores, Embutidores, Marcineiros, Tanoeiros, Serradores Construtores Navais Ferreiros, Serralheiros e Fundidores
Belas Artes	Escultores e Estatuários, Pintores e Douradores, Cantores, Músicos e Regentes de Coro, Oleiros, Barristas
Manufaturas	Alfaiates e Bordadores, Sapateiros (Sapatos e Alpercatas, Artífices de Sola e Curtidores de Pele). Tecelões
Ofícios de administração	Administradores de Engenhos, Fazendas, Pastores, Agricultores e Procuradores, Salinas, Pescarias
Serviços de Saúde	Enfermeiros e Cirurgiões Boticários ou Farmacêuticos
Outros Ofícios	Mestres de Meninos e Diretores de Congregações Marianas Bibliotecários, Encadernadores, Tipógrafos e Impressores Pilotos Barbeiros e Cabelereiros Ofícios Domésticos
Artes e ofícios singulares	

Quadro com base em LEITE, Serafim, 1953. op. cit.

Se na Europa as construções jesuíticas contaram com nomes de profissionais de maior destaque em sua época, como o de Miguel Ângelo, nas Américas, sobretudo no Brasil, o quadro se mostrava outro. Chegados nos primeiros anos da colonização, tudo estava por fazer. Na Bahia, muito prestigiados pelo Governador, puderam ainda dispor de um profissional para as obras do seu Colégio. Mas havia todo um vasto território a ser ocupado pela Companhia. Valeram-se inicialmente do esforço e das aptidões de seus próprios membros. Não se intimidaram diante do ter que, periodicamente, reconstruir as obras temporárias, de material rapidamente perecível face ao clima. Trataram de arregimentar novos oficiais para servir no Brasil.

A despeito dos esforços, empreendidos desde sua chegada ao Brasil, em obter mão de obra qualificada, durante os primeiros anos, os Padres desenvolveram múltiplas atividades. Sobretudo no que se refere às construções[288]. A implantação da Ordem, na velocidade em que se desenvolveu, pela extensão que abrangeu, exigiu um grande esforço no sentido de fazer frente à escassez de mão de obra. Embora buscando fazer com que suas construções fossem sólidas, que resistissem ao tempo, instalaram-se de qualquer forma, nos limites das disponibilidades. Em diferentes ocasiões usaram, como foi visto, as construções em taipa. Mas não foi assim apenas entre os jesuítas. A construção civil, a oficial, valendo-se da mesma estratégia, chegaram a construir edifícios relativamente grandes, mesmo sem a concorrência de oficiais construtores[289]. Possivelmente, uns mais elaborados que outros, mas que permitiam a sua fixação.

Na construção da Igreja de Nossa Senhora da Graça, sobretudo em sua feição de 1567, da casa de Olinda, bem como do Colégio, em seu início, não puderam contar, os jesuítas, com oficiais bem treinados[290]. Ao contrário, desdobravam-se em diferentes atividades, no que eram auxiliados pelos "meninos" da Casa[291]. Praticamente toda a colônia era

---

[288] D'ajuntaremos os acheguos e cousas necessarias pera a ygreja nos custa muito trabalho, porque como quer que somos soos não temos que nos governe esta cousa. As vezes somos carreiros e ymos a mata a carregar os carros, outras vezes somos cavouqueiro com a gente que tira a pedra. Assi todas as mais cousas que são necessarias pera a ygreja, nos a negouciamos e cavamos; e, com todas estas dilligencias que fazemos, são aqui tão grandes os custos e carretos que não bastara a esmolla que temos tirada, pera acabaremos a ygreja". LEITE, Vol IV:34/40.

[289] "(...) a maioria das construções primitivas era de madeira, barro e materiais vegetais, de tal variedade e durabilidade que, no dizer de Branônio em 1618, era possível construir no Brasil boas casa sem o auxílio de pedreiros, ferreiros ou oleiros", Diálogo das Grandezas do Brasil, (1618) 1930, p. 193. Apud SMITH, Robert C. Arquitetura Civil do Período Colonial. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** - Textos Escolhidos. Arquitetura Civil I p. 98.

[290] "Os Irmãos Pedreiros, sumamente estimados na Companhia, sempre foram poucos, não só no Brasil, como em toda a parte [...]".LEITE, Serafim., 1953. op. cit. 43..

[291] "Todos trabalhavam. Até os meninos estudantes, pesar do Padre, lhes ir a mão nisso, quando sentiam vir as carretas pelas ruas, iam atrás delas e ajudavam a descargar as costas o ladrilho, telha e madeira; não havia quem os tirasse de trazerem água do poço para amassar o barro". LEITE, op. cit. vol. I: 454-5.

construída a um só tempo. Olinda, a vila da Bahia, os engenhos, tanto de umas quanto de outras Capitanias. As estruturas de defesa, as unidades religiosas, as casas da vila e das áreas rurais. Os pedreiros que aqui chegaram eram insuficientes; também na Europa, no século dezessete, não atendiam à demanda[292].

Dificuldades tanto na obtenção de material, quanto de mão de obra, retardaram o início da construção do Colégio em 1572. Também na Bahia as obras sofriam retardo. A questão da guerra com os nativos nos anos de 1560, envolviam tanto Padres quanto grande parte dos colonos. As obras dos jesuítas, que se empenharam na organização, na realização das estratégias e ações contra os índios que ameaçavam o Rio de Janeiro e outros assentamentos coloniais, eram agora retomadas. Desta feita com base na decisão real de que instalassem Colégios. Na Bahia, no Rio de Janeiro e em Olinda; decisão, dotação de recursos e de meios[293]. Tais recursos, parece, não atenderam aos objetivos da Companhia, que buscava iniciar suas construções de maior envergadura, e ao que sugere Santos[294], os oficiais locais não atenderiam ou os que lhes interessavam, não estariam disponíveis.

---

[292] "Ao abrir o terceiro quartel do século dezesseis dizia um Provincial de Espanha, quando fervia o trabalho das grandes construções que 'por um Irmão pedreiro daria uma dúzia de teólogos'. Archivum Historicum Societatis Iesu vol. I-XXI [XX] (1951) p 213-215 **Pintores Jesuítas do Brasil**, apud LEITE, Serafim, S. I. Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). Ed. Brotéria. Lisboa. 1953.

[293] "Expulsos os Franceses, fundada e consolidada a cidade do Rio de Janeiro, atendidas outras necessidades mais prementes da Colónia, retornaram os Padres e o Rei a idéia da construção de colégios; já agora não mais apenas na Bahia, mas também noutras Capitanias. A Companhia queria facilidades; solicitou-as em Lisboa o seu Procurador e obteve-as: 'Mando - diz D. Sebastião _ ao Ouvidor Geral das partes do Brasil e aos Ouvidores das Capitanias da Governança e da repartição da Baía de Todos os Santos e mais justiças delas, que dêem e façam dar e vender, com muita diligência, toda pedra, cal, madeira e mais achegas, que forem necessárias, para as obras dos colégios da Companhia de Jesus, da dita governança e façam dar e apenar para as mesmas obras todos os pedreiros, carpinteiros, cavouqueiros, carreiros, embarcações, servidores e quaisquer outros oficiais e coisas necessárias, pago tudo pelos preços da terra. Almeirim, aos 20 de fevereiro de 1575".. LEITE, Serafim. História..., I, p.52. Apud SANTOS Paulo F. **Contribuição...** 1963 vol. IV. Coimbra 1966. p.551.

[294] "Fizeram-se os planos do colégio da Bahia. Não se sabe quem os fez. E iniciaram-se as obras, mas 'verificou-se logo a falta de alguem entendido que as dirigisse e assegurasse a sua continuidade'. Em Lisboa, na Casa Professa de São Roque, da Companhia de Jesus, trabalhava um Irmão Francisco Dias, que em 1575 fizera a traça do colégio de Angra, na Ilha Terceira, e que era tido em muito boa [Continua na página seguinte.]

Em Lisboa, a igreja de São Roque, traçada por Filipe Terzi, arquiteto del-Rei, teve como Mestre de Obras, Francisco Dias, então já irmão jesuíta. Recorrendo o Provincial do Brasil a Lisboa, sugere o nome de Francisco Dias, para orientar as obras dos três colégios, no Brasil.

Pedreiro, Mestre de Obras e Arquiteto, Francisco Dias "foi Arquiteto e revisor das obras dos Colégios e Igrejas de toda a província". As obras em que se encontrava empenhado (as Igrejas dos Colégio do Rio de Janeiro, Santos e Olinda), distantes entre si, eram revisadas em freqüentes viagens por mar. Como companheiro do Provincial, Francisco Dias acumulava ainda as funções de marinheiro e piloto[295]. A vinda para o Brasil (1577), do arquiteto Francisco Dias, marca, segundo Santos[296] um novo capítulo na história da arquitetura no Brasil.

Francisco Dias não foi o único Arquiteto da Companhia, nos primeiros anos. Dentre os vinte e um Arquitetos e Mestres de Obra, da Ordem, relacionados por Leite, apenas seis estão compreendidos no período que antecede ao incêndio de Olinda, entre estes, três serviram em Pernambuco. Mas não só em Pernambuco. Estiveram antes na

---

conta. Indo a Roma o Procurador da Companhia no Brasil, conseguiu do P. Geral, que lho cedesse. Com a sua vinda em 1577, começa um segundo capítulo na arquitectura da Companhia de Jesus no Brasil.
De facto até então a Companhia só tinha empregado nas suas obras na Colónia, arquitectos a bem dizer improvisados. Servira-a, é verdade, Luís Dias, mestre arquitecto que projetou e executou a cidade do Salvador, mas nos poucos anos em que aqui esteve (1549-1553), não consta que tenha feito outro serviço que o de lhe vender uma casas. Seu sobrinho, Diogo Peres, que com ele veio e que como o tio foi 'mestre das obras' na cidade do Salvador, desejou-o Nóbrega, mas ignora-se se lho teriam cedido (...) O que se sabe com certeza ter servido à Companhia antes da vinda do Irmão Francisco Dias foi o pedreiro Nuno Garcia, degredado, chegado em 1549. Outros vieram depois (...). Também servia às obras da Companhia, e de muita maneira, o povo, com esmolas, materiais, escravaria, trabalho." SANTOS Paulo F. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. **ACTAS, V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**, Coimbra 1963 vol. IV. Coimbra 1966. p.553

[295] "[...] foi piloto do navio da Província 38 anos 'sem nunca padecer naufrágio'.". LEITE, Serafim., 1953. op. cit. p.160.

[296] SANTOS, op. cit. 1966. p. 553

Bahia e no Rio de Janeiro. Além do arquiteto Francisco Dias, a quem se atribui a traça do Colégio de Olinda e de sua Igreja, um outro jesuíta teria participado de sua construção o Irmão Pedro Álvares. O 'Mestre Pedreiro'[297] Pedro Álvares, trabalhou na Bahia em 1586, seguindo para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até a conclusão da Igreja do Castelo. Só após vem a Pernambuco, onde permanece até a invasão holandesa. Deste modo, quando de sua vinda à Pernambuco, já se iniciara a construção da Igreja do Colégio de Olinda.

O Arquiteto Gaspar de Samperes estava em Pernambuco em 1598, quando a Igreja de Nossa Senhora da Graça, já estaria concluída. Entretanto, o Colégio estaria 'apenas principiado'. Por outro lado, as obras no interior da igreja continuaram após sua conclusão: três novas capelas foram instaladas. O Padre Gaspar de Samperes, quando em Pernambuco como Arquiteto, participou de um período de intensas atividades de construção pela Companhia. Acompanhou a expedição de conquista do Rio Grande do Norte, sendo solicitado pelo Capitão Manuel Mascarenhas Homem, para dar uma boa traça para o forte que ali seria construído. Fora anteriormente, junto à Espanha, da milícia, e ali exercitara esta arte. É sua a traça da Fortaleza dos Reis Magos, posteriormente reconstruída por Francisco de Frias de Mesquita. Residiu na Missão do Rio Grande do Norte (1601), onde foi 'Prefeito das Obras'. De volta a Pernambuco, esteve como arquiteto nas missões de Goiana (1610), e na de Itambé (1613), tendo ainda visitado as Aldeias do distrito. Em 1635, estava no Forte Real do Bom Jesus, quando de sua rendição aos holandeses[298].

---

[297] "Pedreiro naquele tempo era quase sinônimo de Mestre de Obras. Assim foi o Irmão Francisco Dias antes de ser Arquiteto. [...] O primeiro pedreiro em exercício na Companhia, como Irmão, foi Pedro Álvares, minhoto que entrou em 1579 e foi morrer no desterro de Holanda em 1636. Correu com a construção da igreja do Rio de Janeiro e também com a de Olinda, aqui já como mestre de obras. De maneira que desta igreja do século dezesseis, ficou averiguado o Arquiteto (Francisco Dias) e o Mestre de Obras (Pedro Álvares)." LEITE, Serafim., 1953. op. cit. p.43

[298] Apud LEITE, Serafim., 1953. op. cit.

Entre os jesuítas que no Brasil desempenharam ofícios mecânicos, na lista elaborada por Leite, vários deles aparecem relacionados em mais de um ofício. Isto se deve às informações contidas nas fontes que consultou. Designados os Padres e Irmãos a exercerem distintas funções, em diferentes locais, aparecem eles, ao longo do tempo, exercendo mais de uma atividade. Por outro lado, reflete também, não diria a falta de especialização, mas a amplitude dos ofícios, a multiplicidade de tarefas que muitos deles exerceram, a necessidade de suprir a carência de bons oficiais no Brasil. Em Diálogo das Grandezas do Brasil, Brandônio[299] se refere a 'officiaes machanicos de que há muitos no Brasil de todas as artes", entretanto, a 'carência', que é referida por outros autores, resulta sobretudo, da concomitância, da velocidade que se buscava imprimir à implantação do sistema colonial português no Brasil, da amplitude da área a ser ocupada, das distâncias entre os núcleos de povoação, fossem vilas, aldeias, fazendas, ou engenhos.

Dentre aqueles que no Brasil desempenharam os ofícios de 'pedreiros, canteiros e marmoeiros', listados por Leite, vários deles surgem também entre os "Arquitetos e Mestres de Obras". No caso específico destes ofícios, observa-se que possivelmente se trata de um acúmulo de experiências, de um ganho de aprendizagem. É deste modo, que dois dos três "Arquitetos e Mestres de Obra" que trabalharam em Pernambuco entre 1551 e 1630, figuram na lista dos "Pedreiros, canteiros, marmoeiros". Mais seis aparecem nesta lista, durante o mesmo período. Entretanto, nenhum destes últimos, são referidos como tendo estado em Pernambuco. Concentraram-se sobretudo na Bahia; sendo que um deles trabalhou em um outro Colégio, sem que se saiba qual.

---

[299] BRANDÃO, Ambrósio Fernandes 1966 - Diálogo das Grandezas do Brasil. 2a edição integral, aumentada por Gonsalves de Mello (1618) 1930, p. 33

A Igreja de Nossa Senhora da Graça, bem como o próprio Colégio de Olinda, não prescindiriam do concurso de Carpinteiros, Entalhadores, Embutidores, Marceneiros, cujas obras deveriam revestir altares, constituir forros. Entretanto, do ponto de vista arqueológico, não restariam vestígios das obras destes artesãos das primeiras décadas, face o incêndio ateado, que teria consumido toda a madeira existente nos edifícios.

Os "Oleiros, barristas" da Companhia, são mencionados desde 1560, em São Vicente. Leite, entretanto, admite, que desde antes, já fabricassem objetos de barro[300]. Neste ofício contaram, provavelmente, os jesuítas, com a efetiva participação dos nativos de suas Aldeias. Afeitos à tecnologia ceramista, segundo aquele autor, "eles [os índios] sempre foram bons colaboradores dos Irmãos da Companhia nesta arte". Por outro lado, tem-se notícias, desde o século dezesseis, que em seus colégios, os jesuítas ensinavam esta arte, tanto a livres quanto a escravos, garantindo desta forma a produção para a Companhia, sem que houvesse a necessidade de recair sobre os Irmãos, a efetiva execução da produção oleira. Inclui-se aí a produção de tijolos, telhas, ladrilhos de revestimento e cerâmica utilitária. No Pará, um dos Irmãos, é referido como modelador de estátuas de barro, o que abre a perspectiva para a produção de imagens no Brasil, ainda que as freqüentes encomendas feitas em Portugal (grande parte relativas a imagens pintadas), tenha conduzido a admitir-se que pelo menos a grande maioria dessas imagens tenha sido importada. A relação apresentada por Leite no que se refere aos "Oleiros, barristas" da Companhia, compreende, no período, oito nomes, nenhum dos quais sendo referido como tendo trabalhado em Pernambuco. Concentram-se na Bahia e no Maranhão, seguindo-se o Rio de Janeiro. Também entre estes oficiais, pode-se observar um

---

[300] LEITE, Serafim., 1953. op. cit. p.64

trânsito entre os assentamentos em que servem, possivelmente relacionado à formação de novos núcleos de produção.

A CONSTRUÇÃO INICIAL

Diferentes aspectos relacionados à construção inicial da igreja de Nossa Senhora da Graça foram discutidos ao longo deste capítulo. São dados obtidos através da documentação textual, em que se aborda questões temporais relacionadas ao estado da construção. Tratou-se ainda de aspectos relativos à sucessão das estruturas implantadas, e os correspondentes materiais empregados. A disponibilidade e a especialização da mão de obra utilizada, também foi analisada com base nesta documentação textual.

Do ponto de vista da documentação arqueológica, oriunda das escavações realizadas, discutiu-se algumas questões relativas às atividades desenvolvidas no decorrer da construção da igreja. Nestas discussões procurou-se avaliar o esforço desprendido nos trabalhos de agenciamento do terreno, bem como a relação entre as disponibilidades topo-geológicas da área, e os objetivos buscados pelos jesuítas quanto à inserção da igreja na topografia. Um outro ponto discutido com base nos resultados da pesquisa arqueológica, diz respeito à disponibilidade de fontes para obtenção do material de construção da igreja. O levantamento destas fontes pode, aparentemente, apresentar um caráter especulativo, entretanto, quando confrontado com a documentação, e a pesquisa de campo, permite um nível de aproximação capaz de situar a interação dos colonizadores com o meio ambiente americano. Interação em termos das técnicas disponíveis, face ao conhecimento de então e seu emprego no Novo Mundo; quais as técnicas utilizadas, e sua relação com a conjuntura social, tendo em vista a especialização (ou não) da mão de obra; e ainda, quais os recursos do meio, técnica e

economicamente viáveis. Analisou-se ainda a utilização seletiva de materiais, possivelmente relacionada às técnicas disponíveis.

Se considerarmos a construção da igreja como uma empreitada que se conclui quando abre suas portas ao público para os ofícios religiosos, ou quando as notícias que dela se tem, dão conta de estar a igreja 'pronta', talvez incorramos no erro de assumirmos uma postura estática, que busco evitar. Em primeiro lugar, a Igreja de Nossa Senhora da Graça manteve-se ao longo de sua história, intrinsecamente relacionada ao Colégio Jesuíta de Olinda, como parte integrante de seu plano. E nestes termos, representou, do ponto de vista construtivo, apenas uma etapa da obra. Etapa que foi priorizada, haja vista que enquanto a igreja já estava "quase acabada", o Colégio "ainda não havia principiado".

Cabe aqui uma ressalva, em relação a este estudo fixar-se à igreja. O conjunto jesuítico de Olinda, com os seus já quase 400 anos, no caso do Brasil, além de representar um dos mais antigos, é uma das raras construções quinhentistas que se mantêm em pé, e permanece em uso. O conjunto arquitetônico constituído pela Igreja de Nossa Senhora da Graça e o antigo Colégio jesuíta, constituem-se em propriedade particular da Igreja Católica. Por outro lado, as dotações governamentais para as obras de restauração previam apenas a igreja, não estando, portanto, as demais áreas, incluídas. Deste modo, o restante do conjunto não pôde, na ocasião, constar dos objetivos da pesquisa arqueológica.

Sendo parte integrante do conjunto do Colégio, cuja edificação se estendeu pelo menos até os primeiros anos do século dezessete, a área continuou sob atividades de construção. Em segundo lugar, os próprios planos da igreja previam obras futuras, para a implantação de capelas patrocinadas por particulares. Ou seja, previa-se a continuidade das obras, mesmo após a conclusão do corpo principal da igreja. Em terceiro lugar, os trabalhos de ornamentação da igreja, as talhas, os

revestimentos, os forros, os retábulos não necessariamente estariam concluídos quando na igreja se começasse a oficiar as primeiras missas. Em quarto lugar, a própria dinâmica da sociedade, da Ordem, conduziu a modificações internas na igreja, ao longo do tempo, que foram detectadas através da documentação obtida através da pesquisa arqueológica.

Obras de grande porte, sólidas, destinadas a atravessar os tempos, não se construíam facilmente, em pouco tempo. A disponibilidade de recursos, evidentemente, permitiria a agilização. Entretanto, a própria estrutura artesanal do trabalho, demandava um tempo relativamente longo.

Os recursos disponíveis influiriam no ritmo que se imprimia às obras. Recursos financeiros, para aquisição de material, para pagamento de serviços; recursos em termos do próprio material em si, ou ainda recursos em termos de por à disposição dos padres, serviços, mão de obra[301]. Não se eximira o Rei de doações e dotações aos padres da Companhia. Entretanto a amplitude que a Companhia de Jesus buscava para seus domínios, cada vez mais, exigia grandes somas. A velocidade com que se dispersaram (em praticamente todo o mundo, e no Brasil, caso particular que no momento interessa), fundando casas, envolvia grande dispêndio de recursos, em um curto espaço de tempo. Por mais que aquelas primeiras casas fossem simples, pobres, mesmo assim, o próprio deslocamento de padres e irmãos, a aquisição, transporte de materiais, a mão de obra, demandava recursos. E aquelas

---

[301] "Uma carta do Padre Antônio de Sá, que em 1562 chega a Pernambuco em companhia do superior da Ordem em Pernambuco, o Padre João de Melo, nos dá conta do início das obras da igreja: '[...] como souberam, um me deu as traves, outro as taboas, outro os pregos, outros os cravos; os carpinteiros se ajustaram de modo que o demais da obra fizeram em um dia, e dois a acabaram dentro da mesma semana'." MENEZES, J. Luiz da Mota- **Igreja de Nossa Senhora da Graça e Real Colégio dos Jesuítas de Olinda.** Tese de Livre Decência para o Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1976 . p 31

primeiras obras não atendiam aos objetivos de "perpetuidade", buscado pelos jesuítas, saía-lhes mesmo 'mais caro' refazê-las continuamente.

Para a instalação da Vila do Salvador, Tomé de Sousa trazia Ordenações para construir além das obras de defesa e para a administração da vila, determinações para construir igrejas. Era o primeiro bispado do Brasil que se instalava. Um dentre os vários que, no mesmo período, o Rei de Portugal negociara junto a Roma, para instituir nas terras portuguesas da Europa e de além mar[302]. No Brasil, sucedem-se em vários pontos, construções de igrejas. Grande parte das igrejas construídas por donativos, seja de particulares, seja às custas da coroa. E não foram poucos os recursos da coroa portuguesa para a Igreja[303]. Data deste período (1549) a construção da casa da Companhia de Jesus, na Bahia, a primeira no Brasil[304]. Em seguida, fundam as casas de S.Vicente, e chegam também a Pernambuco. Atingem no ano seguinte Vitória, Porto Seguro e daí para Ilhéus. Logo as primeiras construções são substituídas. No mesmo local ou em um outro próximo. Na Bahia, a casa da Ajuda, dois anos após é abandonada, transferindo-se os jesuítas para o Monte Calvário (do Carmo, hoje em

---

[302] "Não houve recanto no reino onde este monarca não fundasse igrejas com largas dotações. Criou os bispados de Leiria, Portalegre e Miranda, nomeou o primeiro arcebispo de Évora, o primeiro bispo de Cabo Verde, o patriarca da Etiópia, e para o que pudesse acontecer, os bispos da China (co-sinese) e de Málaca, e mais, o bispo da Baía (sic). Causa vertigens pensar nas somas e oiro que foi para Roma, em troca destas mitras. ASSUMPÇÃO, T.J.Lino de, **História Geral dos Jesuítas**. Ed. Moraes, Col. Testemunhos Portugueses. Lisboa Portugal, 1982. p. 441 (nota 1).

[303] Além das casas da Companhia de Jesus, com que gastou rios de dinheiro, mandou construir ou aumentar grandemente as fundações dos monges de S. Jerónimo, dos religiosos da Ordem de Cristo, dos Carmelitas, o Mosteiro de S. Gonçalo de Amarante e coroou a sua obra introduzindo a Inquisição em Portugal. Não satisfeito em enriquecer a cúria romana empobrecendo o país, mandava avultadas esmolas à Galiza e à Espanha. Quanto aos jesuítas, [...], favorecia-os em toda a parte, por todos os modos, porque Loyola lhe metera na cabeça que ele era o segundo pai da Ordem, o que o determinava mandar lavrar provisões de especiarias das Índias e do Brasil, às casas e colégios de Espanha, França, Itália e Alemanha". ASSUMPÇÃO, T. J. Lino de, **História...**, 1982. p. 441 (nota 1)

[304] O primeiro núcleo de actividade da Companhia de Jesus no Brasil foi a cidade do Salvador, a cujo sítio, em 1549, na armada de Tomé de Sousa, [...] chegaram três padres e dois irmãos sob a chefia do Padre Manuel da Nóbrega. Ali ergueram os jesuítas uma casa-ermida de taipa, coberta de palha: a de Nossa Senhora da Ajuda. SANTOS, Paulo F. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. **ACTAS, V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**, Coimbra 1963 vol. IV. Coimbra 1966. p.544

dia), onde permaneceram desde 1553, até 1572, mas cuja igreja já em 1564 estava em ruínas. É interessante observar que em sua carta de 1557, Nóbrega considera como se não houvesse na época, efetivamente, uma igreja da Companhia, em Salvador[305]. Questão que Mem de Sá busca remediar, dando início em 1561 a uma igreja em pedra e cal, para 'o mosteiro de Jesus', com 'capela mor forrada de painéis para se poder pintar de figuras com óleo, havendo bom pintor que o saiba fazer'. Só mais tardiamente instalam-se os jesuítas no Terreiro de Jesus, cuja igreja, iniciada em 1561, não recebera ainda o telhado, em 1569. Só em 1572 estava concluída: uma "igreja capaz, bem cheia de ricos ornamentos"[306].

Em São Vicente, a primeira igreja fora derrubada pelo mar, em seguida, construiu-se outra, já em pedra e cal, que corresponde possivelmente àquela mencionada por Mem de Sá em carta, e que Nóbrega se refere como a melhor igreja da Ordem[307]. Em Pernambuco, onde o processo de efetiva fixação da Companhia de Jesus se deu mais tarde, as dotações reais vieram quando já se decidira a fundação do Colégio de Olinda. Antes, entretanto, contaram os jesuítas com doações esmolas e 'ajudas' de particulares, com o que ampliaram a casa e substituíram a antiga ermida.

---

[305] ''As casas que agora temos são estas: uma casa grande de setenta e nove palmos de comprido e vinte e nove de largo. Fizemos nelas as seguintes repartições: um estudo e um dormitório e um corredor e uma sacristia, por razão que a outra casa, que está no mesmo andar e da mesma grandura, nos serve de igreja, por nunca, depois de estarmos nesta terra, sermos poderosos para a fazer, o que foi causa de sempre dizermos missa em nossas casa. Neste dormitório dormimos todos, assim Padres como Irmãos, assaz apertados. Fizemos uma cozinha e um refeitório e uma dispensa, que serve a nós e as moços. Da outra parte está outro lanço de casas da mesma compridão. Em uma delas dormem os moços, em outra se lê Gramática e em outra se ensina a ler e escrever. Todas estas casas, assim umas como outras são térreas. Tudo isto está em quadra.' LEITE, Serafim, **História da Companhia de Jesus**, I p. 49-50

[306] Cardim, Fernão, **Tratados da Terra e Gente do Brasil**, p. 288

[307] "Tomé de Sousa, em sua carta de 1(de junho de 1553, descreve S. Vicente 'hua igreja mui honrada e honradas casas de pedra e cal, com um collegio dos irmãos de Jhesus', o que faz presumir que a igreja fosse ela mesma em pedra e cal. [...] no dizer do padre Nóbrega 'até em Portugal não possuiam ainda então os Jesuítas outra melhor'. COSTA, Lúcio. Arquitetura Jesuítica...op. cit. p. 23

Entretanto, em Pernambuco, como de resto nos principais focos de colonização portuguesa no Brasil, confrontavam-se os colonos com os nativos, em conflitos que punham em grave risco a empreitada colonizadora. Engenhos destruídos, vilas inteiras destruídas. Igarassu ameaçada; a própria Olinda em risco. Chegados a Pernambuco só em 1551, deixam a casa já em 1552. Em 1553, eram grandes as lutas travadas entre colonos e indígenas; lutas que se prolongam com grandes danos para os portugueses, até 1560. Com a morte do primeiro donatário em 1554, assume a administração da Capitania sua viúva, até o retorno do herdeiro, em 1560, que por ordem do Rei, deixava seus estudos em Portugal para 'fazer face ao problema dos índios', em Pernambuco. Só em 1560 retornam os jesuítas a Pernambuco. Com a chegada a Pernambuco do Padre Gonsalo de Oliveira e seus companheiros, são retomadas as obras da missão jesuítica em Olinda. Tais obras de início parecem interessar sobretudo a porção de serviço e habitação, para o recolhimento dos padres. De fato, as primeiras obras dos jesuítas em Olinda estão relacionadas às casas; residência, dos padres e internos, escolas, oficinas. Mas em 63 iniciam, com a ajuda do povo, a construção da nova igreja[308], ainda "pequena e em proporções, estreita"[309]. Com referência a esta que teria sido a segunda igreja jesuítica de Olinda, pouco se sabe a seu respeito. Além da expressão "pequena e em proporções estreita" é mencionado ainda que "no dia de santana começamos a abrir os alicerces da igreja". Entretanto, o fato de se fazer referência à abertura de alicerces, não conduz necessariamente a se entender ter sido esta igreja construída em "pedra e cal", haja vista que, em construções de "taipa de pilão" ou de adobe, também se

---

[308] [1563] "Tiramos esmolla pera a ygreja: assi d'ajudas como dinheiro, poderá cheguar tudo a quatro centos cruzados. Tudo o mais que tinha ayuntado pera ygreja valeria 10 cruzados.(Leite, vol. IV: 34/40). D'ajuntaremos os acheguos e cousas necessárias pera a ygreja nos custa muito trabalho, porque como quer que somos soos não temos que nos governe esta cousa. (Leite, vol. IV: 34/40)apud MENEZES José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976, op. cit. p.32.

[309] LEITE, vol. IV: 34/40 apud MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976, p.39.

costumava utilizar alicerces de pedra. Por outro lado, a adoção do adobe na construção, pode estar vinculada a diferentes aspectos: a) dificuldade de aquisição do material mais durável na área; b) custos da obra e disponibilidade de recursos; c) disponibilidade de mão de obra capacitada para execução da alvenaria de pedra, bem como da cantaria[310].

Esta igreja iniciada em 1563, e que substituíra a ermida primitiva, é mencionada por Leite[311], como de "medíocres proporções". De qualquer sorte, a nova igreja, seria possivelmente já mais sólida, e duradoura que a primeira. Seria aquela que, pelo menos até 1585 é mencionada[312], ou talvez, na qual até esta época abriam-se capelas. Nesta igreja, pelo menos os alicerces eram em pedra e cal[313]. Quanto às casas, no entanto, ainda seriam possivelmente de taipa, de difícil conservação, pois, apesar de suas "dezenove câmaras de sobrado", já se mostravam "velhas" em 1585. Entretanto esta nova igreja não satisfazia às aspirações da Ordem, nem atendia ao orgulho da terra: era "pequena, ainda que ostentasse bons ornamentos"[314]. Possivelmente atendeu até

---

[310] Referindo-se à Igreja jesuítica de Espírito Santo, relata o Padre Tolosa:" (...) as paredes (são) de taipa, por não haver aqui pedreiros: os alicerces todavia são de pedra e cal, que fizeram os padres de casa como souberam. O Capitão Belchior de Azeredo com toda a mais gente principal ajudaram com suas próprias mãos a trazer uma pedras grandes para os alicerces. Todos mandam seus escravos para a obra. Outros mandam as coisas necessárias para o nosso mantimento e da gente que trabalha. Uma pessoa nos tem dado três bois. E como andam quase cinqüenta pessoas nas obras, co a gente da casa, toda se sustenta de esmolas, que é para espantar em Capitania tão pequena onde há mais gente pobre que rica." LEITE, Serafim, Tratado..., I, p. 222

[311] LEITE, op. cit. Tomo I p:451 apud MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976. p. 33.

[312] "O Colégio de Pernambuco está situado em lugar eminente, de bom prospecto. O edifício é velho, tem dezenove câmaras de sobrado, as janelas ao mar para o oriente; as oficinas pequenas e velhas e não tão acomodadas, a igreja pequena mas ornada de bons ornamentos." **Cartas Jesuíticas III**. Cartas, Informações, Fundamentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.I. (1554-1594) Publicação da Academia Brasileira. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro 1933. Nota 554

[313] "Começamos, dia de Sancta Anna (26 de julho de 1563) abrir os alicerces da nossa igreja, e não começaram mais cedo porque houve quaa diferença se tomaríamos outro sítio, por este parecer pequeno pera collégio. E foy necessário escrevello a Bahia ao provincial para que com seu parecer se assentasse o que nisto se fizesse. Finalmente que se determinou que nos não mudássemos deste sítio e que se fizesse aqui a ygreja e a mais obra. LEITE, vol. IV: 34/40 apud MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976, p.32.

[314] CARDIN, Tratados, p. 278-9.

praticamente o final do século, às atividades de culto do Colégio, e à comunidade. De sua fisionomia, até o momento, não se pôde obter maiores informações, quer textuais, iconográficas ou arqueológicas[315].

Durante a construção desta segunda igreja, e até 1565, continuavam os conflitos entre índios e colonos. Despesas com a guerra, lucros cessantes com os engenhos destruídos; gastos adicionais na recomposição dos engenhos. Por outro lado, a capacidade produtiva de Pernambuco estava voltada em grande parte para o fabrico do açúcar, às atividades de exportação; deste modo, grande parte do que se consumia era importado. Das povoações próximas, Tejucupapo, Itamaracá, e até mesmo de Portugal. Além disso, a grande demanda de material, de mão de obra, elevava os preços, onerava os custos de todas as obras[316]. Estes aspectos poderiam ter contribuído para que as primeiras obras jesuítas em Pernambuco, ou melhor, aquelas construídas até a década de 70, não atendessem às aspirações 'da Ordem e do povo'. Desde 1574 fazia-se referência ao fato de que, nem o Colégio, e tão pouco a igreja atendiam à comunidade. Padres e moradores insistiam para que fosse edificado um conjunto maior e melhor equipado[317].

---

[315] "Da mesma forma que dissemos da ermida, cremos não se terá talvez jamais a oportunidade de saber a forma da segunda igreja dos inacianos em Olinda. Dela restou apenas a expressão: pequena e, em proporções, estreita." MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976:39.

[316] [1563] Assi todas as mais cousas que são necessárias pera a ygreja, nos a negouciamos e cavamos; e, com todas estas dilligencias que fazemos, são aqui tão grandes os custos e carretos que não bastara a esmolla que temos tirada, pera acabáremos a ygreja". LEITE, vol. IV: 34/40.

[317] Instavam moradores e padres por uma dotação real que viesse a fornecer os meios para a ampliação e funcionamento do colégio. A visita do procurador geral da ordem em Roma, em 1575, padre Gregório Serrano, veio a favorecer o atendimento àquele pleito. A instituição do Colégio de Pernambuco requeria não apenas a dotação de recursos financeiros, mas ainda a presença de um maior número de padres para ali assistir. A ação daquele procurador geral, tanto junto à corte pontifícia, quanto junto ao soberano, possibilitou a sensibilização do Rei D. Sebastião para com a questão, o que fez com que mandasse fundar em Olinda, através do alvará de janeiro de 1576, o colégio dos padres jesuítas". LEITE, vol. IV: 34/40 apud MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976. p.32.

Contribuíam para isso os moradores, com seus donativos[318] e rendas para o colégio, seja diretamente, seja através de suas capelas[319].

Com a abdicação de D. Catarina (1562), e mais tarde a declaração de maioridade de D. Sebastião (1568), consolida-se a influência dos jesuítas em Portugal. Mesmo com os preparativos para a Cruzada na África, as despesas e as pressões internas em Portugal, não impedem que os jesuítas obtenham em janeiro de 1576 um Alvará del-Rei D. Sebastião[320], para a implantação no Brasil de três Colégios Jesuítas[321], incluindo doações e dotações perpétuas[322].

Apesar das determinações de se instalar um Colégio em Olinda, desde 1576, o planejamento e a arrecadação de fundos para as obras, entre outros obstáculos, retardaram as obras. Um destes obstáculos estaria relacionado à disponibilidade de oficiais competentes para dirigir as obras[323]. Embora não se houvesse construído um Colégio aos moldes

---

[318] A par do trabalho, os donativos; até este ano [1574], já se tinham dado mais de 300$000 réis e, no ano seguinte, Pero Fernandes deixou um legado de 3.000 cruzados. LEITE, op. cit. VOl. I: 454-5.

[319] "(...)teve depois (1687)a igreja do Colégio mais uma valiosa doação, para a época, feita por Luís de Mendonça Cabral, senhor do engenho de Apipucos, que por escritura lavrada a 13 de fevereiro de 1687, vinculou 200$000 da renda da fábrica, aplicando os seus respectivos juros em benefícios da sua Capela de Santana, não mais existente desde muito." COSTA, F. A. Pereira da, **Anais Pernambucanos**, 10 volumes. Recife, Fundarpe, Diretoria de Assuntos Culturais. (Coleção Pernambucana, 2a. fase, 4). 1983.

[320] "(...)com data de 01 de janeiro do ano de 1576 [...] Alvará del-Rei D. Sebastião mandando fundar na vila de Olinda um colégio de padres jesuítas, atendendo assim aos constantes pedidos dos moradores da mesma vila, então patrocinado por informações favoráveis do Padre Gregório Serrão, procurador da ordem, sobre a importância da Capitania de Pernambuco - e de como estava povoada de gente nobre e rica, tendo por fim particular tomar a seu cargo os religiosos da ordem o serviço das missões desta conquista". Idem

[321] Colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

[322] "D. Sebastião manda fundar na vila de Olinda um Colégio de padres jesuítas com data de 01 de janeiro de 1576 (...) Para a dotação do colégio foi consignada uma pensão de mil cruzados (400 $ 000) anuais, pagos dos dízimos impostos sobre açucar, [...] Idem

[323] (...) foi elaborado um plano para o novo colégio, o que é registrado por Leite (1950), que não chegou a precisar a data deste plano:" (...) Constava o colégio, então de 19 câmaras assobradadas. Todavia, não bastavam para as necessidades crescentes do colégio, em conformidade com o desenvolvimento da terra. Pensou-se pois noutro maior. Para este colégio futuro, diz a informação do brasil, havia 166 cruzados de esmola que lhe fez el rei D. Sebastião, e, por se pagar mal e por não haver tantã comodidade de oficiais e cal, o edifício não começou. LEITE, 1950 tomo I, p.456.

do que se pretendia, as atividades naquela casa continuavam, atendendo a um número crescente de alunos. Em 1571 estava em atividade, na casa de Olinda, uma escola dos meninos, que funcionava em um edifício construído fora da portaria de entrada[324].

Em 1573 contava esta casa, com quatro padres e cinco irmãos, e já ofereciam uma classe de latim que contava com trinta alunos de matrícula e uma outra classe, a de ler e escrever, com setenta alunos.[325]

Com a morte de D. Sebastião (1578), o Colégio de Olinda obtém do Regente, não apenas a confirmação das dotações, mas, como interessava aos padres, a transmutação dos valores fixos em moeda, em quantidade de produtos[326]; produtos que no mercado de exportação possivelmente garantiriam uma maior renda[327]. Receberam ainda a doação de terras e insumos para nela produzirem[328]. Estas terras doadas

---

[324] LEITE, História...Tomo I 454-5

[325] MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976. p.49

[326] [a dotação do Colégio foi confirmada] em 1579 pelo Cardeal D. Henrique, como Regente do reino, mas transmudará aquela pensão em oitocentas arrôbas de açucar branco ou mascavado, e cem de - sinos, negro ou retames, - cujos preços eram então de 400 réis a arrôba dos primeiros, e de 360 réis do segundo de acordo com a mercê que D. Sebastião tinha feito para sempre, para a sustentação dos religiosos do Colégio". PEREIRA da COSTA, **Anais...**op.cit.

[327] "(...).apesar disso, porém, recebiam os padres a conferida pensão em açúcar, como refere Anchieta no mencionado escrito, cuja mercadoria, vendida em Pernambuco, importava nessa época em 1500 cruzados, e enviada a Portugal, por conta dos padres "deductis expensis", atingia a quase 2000. A arrecadação do gênero era feita em certos engenhos que os padres anualmente indicavam e como bem lhes parecia, - e arrendada a um homem de fora. - contudo, em 1578, o Provedor-mor da fazenda real, Cristóvão de Barros, em carta dirigida ao Rei, ponderava que cumpria revogar aquela concessão, porque não se achava quem quizesse arrendar os engenhos com semelhante ônus. Apesar disto, permaneceu a pensão dos engenhos em favor dos padres, a qual, pelo preço do açúcar em 1757, andava por mais de 2000 cruzados, 800$000". escrito do Padre José de Anchieta quando exercia o cargo de Provincial, apud PEREIRA DA COSTA **Anais...** , p. 426

[328] "No ato régio de transmutação daquela pensão, foi consignada uma côngrua de dez mil réis anuais para vinho e hóstias, e algum gado e lavora de mandioca em terras próprias, como tudo consta da respectiva provisão, lavrada em 24 de abril do referido ano de 1713, e refere Soares Martins sobre umas " terras próprias " citadas no Alvará (...) aquelas prometidas "terras próprias" foram efetivamente doadas, e eram essas "terras do Fundão", assim mencionadas no inventário judicial dos bens patrimoniais do Colégio, procedido em 1765, com a declaração de que foram doadas com a referida provisão do Cardeal Rei D. Henrique, cujos bens, dada então a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus, e extinta a ordem, foram seqüestrados pela fazenda real, e depois vendidos em hasta pública. Aquelas terras ficavam, naturalmente, situadas no lugar chamado Fundão, não muito distante da cidade de Olinda, e nas imediações da povoação de Beberibe". PEREIRA DA COSTA, **Anais...** op. cit.

aos Jesuítas pelo Regente, seriam, segundo a opinião de Pereira da Costa, correspondente ao atual bairro de Fundão, próximo a Olinda[329], patrimônio preservado pela Ordem até o confisco dos seus bens, por ocasião de sua expulsão do Brasil

A disciplina que desde o início caracteriza a Companhia de Jesus, decerto repercutiu nas construções jesuíticas. Como foi mencionado anteriormente, estas construções obedecem a um planejamento geral que conduz a parâmetros identificáveis em suas obras. As diferenças que apresentam, podem ser entendidas, quer a partir da época de construção, quer a partir das diretrizes que as orientam. Desde 1558, com a primeira Congregação Geral, estabelecem-se as primeiras diretrizes para as edificações jesuíticas, com o decreto "Ratio Æedificiorum"[330], através do qual fica determinado que suas casas devam ser sólidas, mas fiéis à pobreza, entretanto não faz menção às características das igrejas. Com bastante razão é de se supor, que a solidez destas obras deveria também ser buscada, à medida das disponibilidades.

Possivelmente, à medida que as disponibilidades se ampliavam, pelo próprio crescimento e aumento de prestígio da Ordem, aquelas diretrizes amplas, passam a receber uma orientação mais direta, individualizados os casos, mas buscando-se garantir a unidade. Cada obra é realizada mediante um plano preestabelecido. É a partir da segunda Congregação Geral que as obras jesuíticas, têm seus planos

---

[329] "(...) a respeito de uma referência de Soares Mariz sobre umas " terras próprias " citadas no Alvará (...) aquelas prometidas "terras próprias" foram efetivamente doadas, e eram essas "terras do fundão", assim mencionadas no inventário judicial dos bens patrimoniais do Colégio, procedido em 1765, com a declaração de que foram doadas com a referida provisão do Cardeal Rei D. Henrique, cujos bens, dada então a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus, e extinta a Ordem, foram seqüestrados pela fazenda real, e depois vendidos em hasta pública. Aquelas terras ficavam, naturalmente, situadas no lugar chamado Fundão, não muito distante da cidade de Olinda, e nas imediações da povoação de Beberibe." PEREIRA DA COSTA. **Anais...**

[330] " 'A regra a observar na construção de nossas casas e nossos colégios é que, na medida onde isso dependa de nós, sãos e sólidos; mas é preciso nos mostrarmos fiéis à pobresa. Que eles não sejam luxuosos ou extraordinários.' Das igrejas nada se disse." MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976 p. 37

necessariamente submetidos à apreciação do Padre Geral[331]. Menezes considera que, apesar de alguns dos planos destas obras terem sido elaborados com base em modelos, não teria havido imposição por parte do Geral. O mesmo autor comenta ainda que teria havido algumas tentativas de imposição, sobretudo a partir da terceira Congregação Geral, mas que não chegaram a se concretizar[332].

Entretanto, de fato os planos eram efetivamente submetidos às instâncias superiores. Não necessariamente no que se refere à questão estética, mas sobretudo atendendo a dificuldades que se enfrentava em algumas áreas, com relação à mão de obra qualificada: arquitetos ou ainda mestres-de-obra. Havia ainda, sobretudo no caso dos profissionais de fora da Companhia, que se fazer com que mantivessem os princípios fundamentais que regiam as relações entre os padres da Ordem e o seu público. Os partidos adotados nas igrejas góticas, as diferentes naves, não permitiam um livre acesso visual dos fiéis, à prática litúrgica, o que não seria desejável em uma igreja de uma Ordem engajada na contra-reforma. Os amplos espaços deveriam proporcionar uma visão total aos fiéis. Mesmo as capelas a serem construídas às expensas de "benfeitores", estavam submetidas a condições de padrões para a edificação[333].

As discussões quanto a ter efetivamente se constituído um "estilo jesuítico", o "il modo nostro", não se constitui em objeto deste estudo, e

---

[331] "Se deverá enviar ao Reverendo Padre Geral o plano de nossos edifícios a construir, para que ele [...] possa decidir aquilo que melhor pareça bom ao Senhor". apud MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976 p. 38.

[332] Idem.

[333] "[...] que espera começar a igreja deste colégio da Baia, e recebe do Padre Geral o modo de como se há-de haver nessa construção, e as condições com que os benfeitores, que quiserem, poderão edificar capelas dentro dela". LEITE, Serafim. **História...** op. cit. Tomo I, p.28-29. apud MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976. p. 38.

podem ser vistas em Costa[334], Pirri[335], Santos[336], Menezes[337], que trazem referências de outras obras que tratam do assunto.

As determinações de que as obras 'não se façam sem um plano prévio', devem efetivamente ter sido observadas. Por vezes foram elaborados mais de um plano para uma mesma obra. Dois, três planos, como é o caso do Colégio da Bahia. Noutros casos, o plano elaborado e, por alguma razão, descartado para uma obra, foi utilizado em outra. Tais questões permitem que se tenha uma visão de que se buscava através do planejamento, um ajuste entre as diretrizes da Ordem, as disponibilidades de recursos financeiros e de material, as necessidades da obra (para que comunidade) e as possibilidades oferecidas pelo local. O planejamento do que viria a ser o Real Colégio dos Jesuítas em Olinda é um desses exemplos de utilização (ou re-elaboração) de um plano projetado para um outro local. Santos em 1966, chama a atenção para a planta elaborada para o Colégio do Rio de Janeiro, buscando demonstrar através dos desenhos, que na realidade este plano teria sido executado em Olinda[338]. Retomando a questão, Menezes, através do estudo in sito, analisa detalhadamente as convergências entre a planta e as obras realizadas em Olinda, concluindo que, com algumas modificações, as obras do Colégio de Olinda foram executadas, a partir da planta elaborada para o Colégio do Rio de Janeiro[339].

---

[334] COSTA, Lúcio, Arquitetura Jesuítica no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 5. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1941.

[335] PIRRI, Pietro. **Giovanni Tristano e I Primordi della Architettura Gesuítica**. Roma 1955.

[336] SANTOS, Paulo F. - Contribuição ao Estudo da Arquitectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. **Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**. Coimbra. 1966.

[337] MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976:

[338] "Quanto aos Colégios do Rio de Janeiro e Olinda, demonstra-se que a planta da Coleção adquirida em 1773 em Roma pelo bailio de Breteuil, catalogada na Biblioteca Nacional de Paris como sendo do Colégio quinhentista da primeira destas duas cidades (rio de Janeiro), foi de facto adoptada, no mesmo século, no segundo colégio(o de Olinda); a igreja representada na planta, ainda é inequivocamente a mesma, como provam os desenhos [...]." SANTOS, 1966, op. cit. p.541, nota 4.

[339] MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976.

As condições topo-geológicas do terreno jesuíta do Rio de Janeiro, não se adequavam àquela planta; enquanto que, em Olinda ficava ela bem situada, conforme foi anteriormente discutido ao se analisar a inserção da igreja na topografia.

Por outro lado, mesmo planos elaborados e aprovados, por diferentes razões poderiam ainda ser modificados, mesmo no curso da obra. O Colégio da Bahia, é um desses exemplos, de que se tem notícia a partir da documentação textual. Para a elaboração do plano do Colégio da Bahia, os padres da Companhia de Jesus, no Brasil, já contaram com a presença do arquiteto (irmão) jesuíta, Francisco Dias. Planejamento que foi de perto acompanhado pelo Padre Visitador Cristóvão de Gouveia. Mas a obra não correu conforme o planejado. Não dispunham os padres da totalidade dos terrenos necessários à execução dos planos, tão pouco lhes foi possível adquirí-los. Deste modo resignaram-se a refazer parte daqueles planos, de modo a tornar compatível a obra com as terras disponíveis. Ao que parece, tais alterações foram decididas na própria Bahia, pois causou estranheza ao Visitador, que os planos iniciais tivessem sido alterados[340].

O plano que inicialmente fora decidido para o colégio de Olinda, não foi executado. O arquiteto jesuíta Francisco Dias, encarregado de planejar e executar as obras dos três colégios quinhentistas, foi chamado a rever o plano inicial, visando uma redução nas despesas. Mesmo assim os custos da obra eram elevados, demandando um longo período a

---

[340] Foi sob a direção dele [o arquiteto Francisco Dias] que se construiu o colégio (que abrangia a igreja 'de pedra e cal' construída por Mem de Sá, referida quando tratamos dos Primeiros Estabelecimentos), intervindo também 'activamente com as suas sugestões na elaboração dos planos, o Visitador Cristóvão de Gouveia', mas parece que em boa harmonia com o arquitecto, porque em 1589, quando ele já quase se concluía, estranha o tivessem modificado, porque os planos 'tinham sido elaborados com muito cuidado e de acordo o Irmão Francisco Dias, arquitecto'. As modificações que colocaram voltadas para a cidade as oficinas (as quais no projecto de Francisco Dias, se situavam do lado de dentro), fizeram-nas - explica Marcel Bellarte - por não ter a Companhia, adquirido, devido a explorarem-lhe os seus proprietários os preços de venda, os terrenos que lhes estavam destinados. SANTOS, Paulo F. **Contribuição...**op. cit. p 558

sua execução. Paulo F. Santos[341] analisando as construções jesuíticas no Brasil, e relacionando-as às atividades aqui exercidas pela Companhia de Jesus, observa que para o custo das obras não bastavam as contribuições dos fiéis e as concessões reais. Entretanto, não se resignaram os jesuítas com a dependência destes donativos. Buscaram constituir, desde cedo, meios próprios para fazer face às despesas com a sua obra. A par de sua obra missioneira, implantaram unidades produtivas, seja utilizando-se de mão de obra indígena, seja de mão de obra escrava.[342]

Iniciada a nova Igreja de Nossa Senhora da Graça em 1584, só em 1592 estava "coberta e pronta, só faltando caiar". Entretanto, o colégio, já em 1597, estava "apenas principiado" e endividado pelas obras. Por outro lado, não parece ter sido uma prática usual entre os jesuítas privilegiar as obras das igrejas, em detrimento de outros elementos do colégio. Através das correspondências, pode-se observar que via de regra as 'casas' eram construídas antes que as igrejas. O que é compreensível, face ao senso prático emprestado à sua obra, pelos jesuítas. Em suas Cartas (III) de 1555, Anchieta noticiando acerca da casa de Piratininga, menciona apenas "uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palhas" [343]. Apenas em 1561 refere-se à casa de noviciado, recolhimento e igreja.

---

[341] SANTOS, Paulo F. **Contribuição...**op. cit.

[342] "Para custear as despesas de tamanha empresa contribuíram com estipêndios e concessões o rei, e com dádivas e esmolas o povo. Mas não bastavam, e, não tardando que o compreendessem, práticos e empreendedores como eram, logo quiseram os inacianos criar uma base econômica própria e sólida às suas realizações. Daí as fazendas, engenhos e currais, de que os seus demais estabelecimentos tiravam o seu sustento e em que eles, os religiosos, se qualificaram tão exímios em serem agricultores, criadores e industriais, quanto o eram como pregadores e pedagogos." SANTOS, Paulo F. **Contribuição...**op. cit. p 543

[343] Apenas "uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palhas (...) a qual terá de comprido 14 passos e 10 de largo, que nos serve de escola, dormitório e refeitório, enfermaria e cozinha e dispensa". ANCHIETA, **Cartas III** p.43

Nóbrega, referindo-se ao colégio de Santiago no Espírito Santo, cujas obras ficaram a cargo do padre Afonso Brás, chama a atenção para a "sua grande casa" e "pobríssima igreja".

Um dos argumentos que suportam a afirmativa de que a Igreja de Nossa Senhora da Graça teria tido prioridade em detrimento do Colégio, está na afirmativa do Padre Provincial Pero Rodrigues, (citado por Leite) que esteve em Pernambuco em 1597, o qual, em seus escritos, informa que o Colégio estava apenas principiado, entretanto, referindo-se à Igreja, afirma que naquele ano já estava "quase acabada" [344].

As obras do Colégio prosseguiram lentamente; em 1604 estava endividado com as 'despesas feitas com o edifício novo'[345]. Mas em 1607, "ano em que a generosidade foi maior", as obras adiantaram-se mais que nos outros, ainda que não tenham sido concluídas[346]. As obras prosseguiram até pelo menos a segunda década do século dezessete, quando foi aberta uma grande cisterna no claustro (1615).

Entretanto, como foi referido anteriormente, o conceito de estar a igreja concluída em 1597, não implica em que, posteriormente, não tenha havido outras obras. As capelas dos benfeitores, por exemplo, são construídas posteriormente. A capela de São Jerônimo, cujo arco apresentava cercadura em ouro, e as paredes eram revestidas de azulejo, só foi construída em 1615. A de Nossa Senhora da Paz, cuja imagem é trazida em 1620, data deste mesmo ano. São portanto obras que prolongam as atividades construtivas no interior da igreja. E não foram apenas novas obras que se faziam na igreja. Ao longo deste período foram introduzidas algumas reformas na igreja. Mesmo durante aquele

---

[344] " (...) achou já uma igreja da traça de São Roque, quase acabada. Custaria 18.000 cruzados, começada pelo bom Padre Luiz da Grã, com duzentos réis ou dois tostões, tudo ou quase tudo de esmolas." LEITE, 1950: 264.

[345] MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...**1976. p. 50

[346] "Acrescentaram-se seis quartos e concluiu-se a capela. Assim prosseguiram as obras até a conclusão. MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976.

primeiro período da igreja que chegou aos nossos dias, período que se situa entre sua abertura ao público fiel, e incêndio de que foi vítima, durante a invasão holandesa, algumas reformas foram empreendidas. Dentre estas reformas, algumas são mencionadas pela documentação textual conhecida. A pesquisa documental e arquitetônica puderam revelá-las. Referem-se a implantação de capelas, aquisição de retábulos e de imagens. A pesquisa arqueológica permitiu identificá-las de outras reformas, não mencionadas na documentação textual conhecida. Reformas que apenas através da pesquisa arqueológica puderam ser observadas.

O USO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA, SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Por se tratar, inicialmente, de um trabalho conjunto, em que as questões de análise estética, vinculadas à história da arte e à arquitetura ficaram sob a competente direção do professor José Luiz da Mota Menezes, e as questões arqueológicas sob minha direção, uma e outra áreas apoiaram-se reciprocamente para a obtenção de seus resultados. As pesquisas incluíram a remoção completa do reboco das paredes, e a escavação ampla no interior do templo. A profundidade atingida nas escavações, variou em função da identificação, em cada ponto, das evidências de registro arqueológico. Isto é, os cortes aprofundaram-se até que fosse atingida a camada de terreno local, isenta de registros da atividade humana (Figura 62). Por outro lado, em algumas áreas, as escavações aprofundaram-se apenas até o limite do nível do piso primitivo. São áreas que poderiam por em risco a estrutura da igreja,

como é o caso das áreas em torno das colunas. Ao longo das paredes estruturais, em apenas um ponto, se atingiu o limite da interferência humana, a base dos alicerces, também em respeito ao risco que maiores aberturas pudessem trazer ao edifício. Em seu conjunto, as áreas preservadas, ou seja aquelas que, como foi dito, foram escavadas apenas até o limite do nível do piso primitivo, representam apenas uma pequena parcela do total da área escavada.

Como foi referido anteriormente, as pesquisas incluíram tanto a área de piso, que foi escavada, quanto as paredes, cujo reboco foi removido, trazendo à mostra, as interferências ali produzidas. Deste modo, foram considerados dois grandes blocos de registros: aqueles que se apresentaram na estrutura das paredes, e aqueles identificados no próprio terreno, no interior da igreja. Tais registros, embora compartilhando de meios diferentes, não foram considerados isoladamente. A análise desses registros se fez considerando-se suas relações internas, ou seja, no interior de seu próprio meio, e externas, relacionando-se registros de meios distintos. Portanto, ao tratar das modificações introduzidas no âmbito da igreja, de sua área interna, buscarei, sempre que possível, relacionar a modificações ou conservações na estrutura das paredes.

Um outro aspecto que merece ser salientado, antes de tratar das conclusões obtidas a partir da análise dos registros arqueológicos, é quanto a natureza das informações buscadas. Ao analisar as modificações introduzidas na Igreja de Nossa Senhora da Graça, não considerei apenas questões de ordem arquitetônica, mais sobretudo questões de ordem social. Ou seja, busquei extrair, ou antes, relacionar, ainda que hipoteticamente, as alterações materiais na igreja, como reflexo de possíveis alterações sociais, sejam elas de ordem demográfica, de estratégia, de relações de prestígio, ou mesmo de alteração na política interna da Ordem.

AS ÁREAS FUNCIONAIS

Em 1597 estava finalmente 'coberta e quase concluída' a igreja do Colégio Jesuíta de Olinda. Uma igreja que seria 'digna da Ordem e do povo', como era o reclamo. Haviam sido decorridos 46 anos desde o primeiro contato dos jesuítas com a Vila de Olinda. Talvez um longo tempo, para quem lutara por sua implantação. Jesuítas, pessoas da vila, efetivamente interessadas em ver ali funcionar o Colégio, a igreja do Colégio. Um tempo muito curto, considerando-se a extensão da obra da Companhia de Jesus, nas Américas, no Mundo. Um tempo muito curto, considerando-se também o pequeno número de padres da Companhia. E considerando-se ainda, o quadro da colonização das Américas, a Igreja de Nossa Senhora da Graça constituía-se em uma obra efetivamente de vulto para a época. Integrava o conjunto que em 1630, "campeava no ponto mais eminente da cidade [347]" e que "excedia a todos os conventos situados em Olinda, pela sua extensão e beleza[348] ".

Quando a Igreja de Nossa Senhora da Graça foi dada como pronta, concluíra-se possivelmente apenas seu corpo estrutural. Os elementos básicos para seu funcionamento. Entretanto, muito restava a ser feito.

O plano da igreja incluía elementos funcionais que, embora previstos, deveriam ser executados à medida que surgissem patronos. Por outro lado, internamente suas áreas funcionais estavam definidas. A primeira delas, a área reservada aos altares, compreendia três deles: o altar mor, em posição central, e mais dois, colaterais, simétricos em sua

---

[347] PEREIRA DA COSTA, **Anais Pernambucanos**, vol. I. p.432

[348] Ibidem.

feição voltada para o público. Estruturalmente diferenciados, pois um deles comportava, por trás, uma escada de acesso ao pavimento superior, comunicando a igreja com o restante do conjunto do colégio. Os altares colaterais não se comunicavam com o altar mor, entretanto compartilhavam um mesmo limite de acesso. O batente, único, que separava a nave dos altares, se estendia ao longo de toda a nave, no sentido transversal. Entretanto, cada altar apresentava um batente independente. Modificações posteriores suprimiram este batente em cantaria, entretanto um pequeno testemunho de sua existência pôde ser observado durante as escavações[i]. Por outro lado, o nível do batente em cantaria, prolongava-se em um piso, ainda em cantaria, projetando-se para o interior do altar (Figura 30). Dos batentes interiores, que via de regra constituem planos ascendentes que conduzem à porção mais nobre do altar, não se teve registro arqueológico. Foram suprimidos, possivelmente durante as reformas ou por saque.

Os retábulos dos primitivos altares colaterais, em cantaria, foram preservados até os dias atuais. Quanto a serem os atuais retábulos aqueles dos primeiros tempos da igreja, preservados ao longo dos séculos e das intempéries que se abateram sobre ela, este foi o parecer tanto de Lúcio Costa[349], quanto de Ayrton Carvalho[350]. Nem um nem outro, no entanto, faz menção ao altar mor. Deste, conhecia-se apenas o retábulo talhado em madeira, pintada de branco e dourado. Obra possivelmente de século posterior. Entretanto o retábulo do primitivo

---

[349] " a *nova* Igreja de Nossa Senhora da Graça, [...] os altares colaterais são contemporâneos de construção de fins do século dezesseis, [...]". COSTA, Lúcio. **A Arquitetura jesuítica...** 1978. op. cit. p 25.

[350] "Em pesquisas realizadas a serviço do SPHAN, tive ocasião de examinar os altares laterais da Igreja de Nossa Senhora das Graças, no Seminário de Olinda, apontados pelo referido arquiteto [Lúcio Costa] como um dos especimens de altares brasileiros do mais recuado daqueles períodos. [...] Daí o seu aspecto atual, o partido adotado na composição, e o espírito menos romântico dos seus ornatos coincidirem com os do primeiro período da classificação do Sr. Lúcio Costa." CARVALHO, Ayrton. Algumas Notas sobre o uso da pedra, na arquitetura religiosa do Nordeste. Arquitetura Religiosa (Textos escolhidos da **Revista do IPHAN**, 6 (1942) FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978. p 120-1.

altar mor, fora também em pedra talhada[ii], como os que compunham os altares colaterais[iii]. Um retábulo em cantaria de calcário, possivelmente em dois andares[351], constituídos por dois tipos de colunas da ordem coríntea[iv]. No andar inferior, o retábulo apresentava cinco nichos, em pedra. Os nichos das imagens, incrustados na parede, os capitéis e fustes das colunas, fragmentados, repousavam sob o piso do altar. Elementos até então desconhecidos, foram resgatados e identificados através da pesquisa arqueológica. Os nichos haviam sido cobertos pela estrutura do retábulo em madeira que compunha o altar à época em que as pesquisas foram iniciadas. De um provável andar superior, entretanto, além dos fragmentos de capitéis e fustes, nada restou[v]. Tem-se, deste modo, que em sua primitiva feição, a Igreja de Nossa Senhora da Graça apresentava três altares, que não se comunicavam entre si, limitados sob o arco das abóbadas em alvenaria, por um único batente, que lhe elevava o primeiro nível dos altares em 22 cm, acima do nível do presbitério. Os retábulos dos três altares foram em cantaria de calcário, assim como os arcos que limitavam cada uma das abóbadas dos três altares. Feitos do mesmo material, apenas os retábulos dos altares colaterais foram preservados, tendo sido destruído o do altar mor. Algumas hipóteses podem ser levantadas quanto à destruição do retábulo mor.

A primeira delas pode relacionar o desmantelamento de suas peças, ao incêndio ateado à vila de Olinda pelos holandeses. Apresentando um vão maior, em área e em altura, suas peças poderiam se mostrar mais vulneráveis à ação do fogo, do calor. Por se tratar do altar mor, com mais razão poderia ter tido as paredes forradas em madeira, como acontecia na igreja da Bahia, que apresentava as paredes

---

[351] "Os restos de capitéis da ordem coríntea, encontrados [na pesquisa arqueológica], indicam dois tipos diferentes, o que poderia sugerir os dois andares do retábulo mor." MENEZES, José Luiz da Mota. **Igreja de...** 1976, p. 54

forradas em madeira, para 'serem pintadas, em havendo quem o fizesse'. Revestimento em madeira, que ao contrário da pedra, constituía-se em material combustível. Ainda que, por seu volume, o revestimento de madeira não chegasse a fazer arder as pedras, aumentaria em muito a temperatura no interior do altar, abrigado do fogo mais amplo. Colunas possivelmente mais altas, tornavam-se proporcionalmente mais frágeis, ou a própria superposição (colunas superpostas para a constituição do segundo patamar do retábulo) das peças, as tornava menos estáveis, sob ação da dilatação diferenciada dos materiais superaquecidos.

A segunda hipótese, pode relacionar o desmantelamento das peças às pilhagens de que foram vítimas os edifícios de Olinda, quando ali se buscava pedras para construções no Recife. Como foi visto anteriormente, embora os holandeses tivessem a maioria de suas construções no Recife, em alvenaria de tijolo, os alicerces freqüentemente eram de pedras. Se portugueses ou brasileiros também pilharam as edificações de Olinda para suas construções, é muito pouco provável que buscassem estas pedras nos edifícios religiosos, mormente as peças do altar mor. Exceto se fosse para remontá-lo em uma outra igreja. Neste último caso, a falta de habilidade ou de condições técnicas, poderia ter conduzido a um acidente, que as danificou irreparavelmente. Acidente que poderia mesmo ter acontecido durante as obras de restauração do templo, após a dominação holandesa.

Uma terceira hipótese, poderia vincular a uma ação deliberada de substituir o retábulo mor, por um outro mais moderno, mais ao gosto de uma nova época.

Uma quarta hipótese, poderia vincular à ação deliberada de vandalismo iconoclasta, freqüentes nos confrontos entre católicos e reformados, ou mesmo entre católicos e povos de outras religiões.

Alguns pontos podem ainda ser discutidos, quanto a presença destes restos de retábulo, resgatados através das escavações. Em primeiro lugar, deve-se levar em consideração que os fragmentos

encontrados, não remontam a totalidade do conjunto. Por outro lado, embora tenha sido possível identificar-se colunas de mais de um tipo, representadas no conjunto da peças resgatadas, não é possível precisar quantas colunas de cada tipo estariam ali representadas. Sequer foi possível reconstituir-se uma única coluna, integralmente. Portanto, nem todos os fragmentos resultantes da quebra do retábulo, estavam ali depositados[vi].

Evidentemente, alguns fragmentos resultantes do fraturamento das peças poderiam ter sido reutilizados, para outros fins, mesmo ali, ou em outros locais. Entretanto, se esta reutilização fosse por parte de católicos, uma série de normas regulamentava tais reutilizações. Explicitadas na Constituição do Arcebispado da Bahia, é evidente que tais normas não teriam sido "inauguradas" por esta Constituição. Antes deveriam remontar a outras experiências da própria Igreja, muito possivelmente já parcial ou totalmente em uso no Brasil. Ainda que nem sempre piamente observadas.

Com base nestas observações pode-se supor que os tais restos do retábulo não foram intrinsecamente utilizados como material de aterro, mas sim que se aproveitou da atividade de aterro para 'descartar' as peças danificadas, protegendo-as de maiores ultrajes, posteriores. Por outro lado, a área em que foi realizado este aterro, poderia ser considerada como das mais 'nobres', no interior da igreja, isto é, em frente ao altar[vii]. Pode-se ainda supor, que o restante das peças que comporiam o conjunto, ou foi reutilizado como material para cantaria ou alvenaria, no próprio conjunto do Colégio, ou teria sido removido da igreja. Neste último caso, possivelmente durante a ocupação holandesa.

Esta última hipótese, encontra ainda um outro argumento a seu favor, além da possibilidade de uma atitude iconoclasta. É a presença de fragmentos de cachimbo de origem provavelmente holandesa de permeio com o material do aterro (Figura 97). Evidentemente este não é um argumento definitivo, irrefutável. Cachimbos holandeses

poderiam circular em Olinda, por vias comerciais, independentemente da ocupação que se deu, haja vista as antigas relações comerciais existentes entre Portugal e os Países Baixos. Por outro lado, o hábito de fumar no interior de templos, ainda que tenha ocorrido, era condenado, proibido mesmo, pelas determinações eclesiásticas[352]. Não só o hábito de fumar, mas o consumo do tabaco, aspirado ou mesmo bebido, como era hábito. Proibido e punido; penas nada suaves, como as que impôs o Bispo da Bahia, D. Pero Fernandes Sardinha[353]. Punições das quais não escapavam sequer os donatários[354]. Proibições também da metrópole[355], quando durante algum tempo, mesmo o plantio do fumo foi proibido.

Um outro aspecto a ser discutido, diz respeito às despesas concernentes a aquisição do retábulo. Não apenas a Companhia de Jesus, mas ainda as demais Ordens, faziam encomendas de diferentes elementos de suas construções. Imagens, retábulos, sacrários, além das alfaias e paramentos. Particulares, benfeitores de igrejas ou de Ordens, em seus donativos, incluíam, alguns deles, a encomenda de elementos de arquitetura interior, retábulos, relicários, imagens. Para a Igreja de

---

[352] (...) E outrossim dentro nas ditas Igrejas, ou Capelas, ninguém poderá estar com o cabelo atado, nem tomando tabaco de fumo, nem atar às portas delas os cavalos, nem ainda dentro do adro. E se alguém for compreendido em algumas das coisas aqui proibidas, será castigado a arbítrio de nossos ministros, porquanto são diversas as culpas, e umas merecem maior, e outras menor pena, salvo se estiver taxada por algum capítulo de visita, ou por costume imemorial, não havendo derrogação nossa especial. VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** (...) TÍTULO XXVII DA REVERÊNCIA DEVIDA ÀS IGREJAS, E LUGARES SAGRADOS.

[353] "(...) um pobre homem o bebia [o fumo] e o mandou por nu da cinta para cima na Sé [de Salvador], um domingo à missa, com os fumos ao pescoço " Carta de Duarte da Costa ao rei de Portugal, apud DIAS, Carlos Malheiro, (ed.), **História da Colonização Portuguesa do Brasil.** 3 Vol. Porto: 1922-1924 vol. III p. 375

[354] Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo, queixa-se ofendido ao Governador Geral Duarte da Costa, por ter sido penitenciado pelo Bispo Fernandes Sardinha, quando de seu encontro com ele em Pernambuco, por beber fumo. O Bispo chegara mesmo a declará-lo excomungado por aquele hábito, que segundo ele "fumo sem o qual não tinha vida". Carta de Duarte da Costa ao rei de Portugal, apud DIAS, Carlos Malheiro, p. 375

[355] Em 1639, foi expedida uma Ordem à Câmara de Salvador, "a quem plante ou mande plantar fumo por ser causa de se ocuparem nesta lavoura e deixarem a planta de mantimentos, tão necessários para a manutenção de gente da guerra e presídios desta cidade e povo", punindo com pena de degredo de dois anos em Angola e multa de cem cruzados, aos infratores. **Atas da Câmara de Salvador**, 6 vol. (Salvador s.d.) I p.390-9.

Nossa Senhora da Graça, em 1584 foi doado um retábulo cujo custo ultrapassava os 1.000 cruzados, preço bastante elevado para a época. O que não se pode precisar, no entanto, é a destinação deste retábulo, se para a igreja que então funcionava, aquela erguida em 1563, ou se estava já destinado à nova igreja, que naquele ano se iniciaria. Por outro lado, quando Leite menciona a doação do retábulo, não esclarece se esta referência corresponde à chegada do retábulo doado, ou ao início de sua feitura, ou ainda apenas ao compromisso de pagamento da feitura do retábulo. Data daquele ano a reformulação nos planos do conjunto do Colégio, efetuada por Francisco Dias, para reduzir os custos. Seria portanto possível que neste ano se fizesse a encomenda de um retábulo, desde que já estivessem definidas as proporções do altar a que se destinava. Uma outra hipótese, já mencionada, a de que o retábulo doado estivesse relacionado à igreja de 1563, o que implicaria em uma distância temporal já significativa (21 anos) entre a construção da igreja, seu uso, e a doação do retábulo. Sobretudo quando já se tinha em vista, planejada mesmo, a construção de uma outra igreja. Ainda quanto à hipótese do retábulo mencionado destinar-se àquela igreja de 1563, não se pode deixar de considerar que, quando de sua visita ao Colégio de Olinda, em 1585, Nóbrega refere-se à igreja como "pequena mas cheia de ricos ornamentos". Estaria ali já o novo e custoso retábulo? Por outro lado, uma igreja "cheia de ricos ornamentos", lhe faltaria até um ano antes um retábulo, ou este retábulo seria de uma de suas capelas laterais, que se abria? Em 1585, portanto no ano seguinte à doação do retábulo, inaugurava-se naquela igreja, a capela de Santa Ana, sob os auspícios de D. Águeda Gomes Cabral.

Menezes sugere a possibilidade de que este retábulo pudesse estar relacionado ao altar mor da Igreja de Nossa Senhora da Graça, que, como foi visto, fora posteriormente destruído. Por outro lado, o fato de ter sido encomendado, utilizado na igreja de 1563, não impediria que fosse posteriormente remontado na nova igreja. Esta aliás não foi uma

prática estranha à época. São freqüentes as referências a tais reaproveitamentos, mesmo quando as dimensões de uma e de outra áreas não eram as mesmas[356].

Em resumo, dos altares e seus primitivos retábulos, da Igreja de Nossa Senhora da Graça, restaram aqueles dos altares colaterais, e alguns elementos do altar-mor, resgatados através da pesquisa arqueológica.

---

[356] "O exame das características próprias a cada um dos retábulos das dezesseis capelas desta igreja [igreja do antigo Colégio do Salvador - Bahia], mostra muito claramente que os dois mais próximos da entrada (ambos de puríssimo desenho e de composição semelhante, senão mesmo, sob certos aspectos, mais renascentista que a dos primeiros altares aqui estudados) são os mais antigos e também que foram adaptados ao pé direito altíssimo das capelas onde estão colocados.(...)pois o estilo do corpo inferior dos retábulos (...) já não é o mesmo da parte superior mais antiga (...), e sim contemporâneo da talha das extensas nesgas existentes nas extremidades da parede de fundo da capela-mor, onde se vêem os mesmos motivos e a mesma técnica (...). Ora, se não foram feitos especialmente para a atual igreja, e se são mais antigos que todos os seus demais altares seiscentistas, de onde poderiam eles ter vindo, senão mesmo da igreja primitiva?" COSTA, Lúcio. A Arquitetura jesuítica...1978. p 71

USO COMO TEMPLO DO COLÉGIO

Uma igreja, como centro de atividades religiosas, abriga um certo número de rituais, cuja freqüência varia, de acordo com o papel de cada unidade no conjunto da comunidade. São rituais cuja execução envolve pessoas, ações, artefatos, tempo. Do ponto de vista arqueológico, as evidências de alguns destes rituais podem ser captadas através de registros de distintas naturezas. Entretanto, em sítios históricos, sobretudo naqueles que mantiveram o piso revestido, é pouco provável a incorporação de elementos materiais ao registro. A identificação de evidências diretas restringe-se a determinados rituais, que por sua prática envolve a intervenção no solo. É o caso dos rituais funerários, que serão tratados mais adiante. No caso da Igreja de Nossa Senhora da Graça, a grande maioria dos rituais, não deixou evidências diretas. Dois aspectos contribuíram de forma mais efetiva para a não incorporação, ou destruição de evidências arqueológicas. O primeiro deles, como foi mencionado, é ter tido a igreja, durante sua utilização, o piso revestido. O segundo, é o fato de que durante o período de utilização, terem sido sucessivamente implantados diferentes revestimentos de piso. A superposição destes revestimentos, ou sua quase total remoção dificulta ou ainda impossibilita a recuperação, mesmo que de evidências indiretas, como as áreas de maior afluência de pessoas, as áreas de maior trânsito.

Por outro lado esta mesma sucessão de pisos forneceu elementos indiretos relacionados à composição da população que freqüentava a igreja. Não do conjunto da população, mas de parte dela. De parte da população que, por determinações rituais, ocupava espaços diferenciados no interior da igreja.

A disposição, o acesso à igreja, de oficiantes e assistentes, de eclesiásticos e leigos, dos vinculados ou não à confrarias, dos senhores,

dos homens livres e dos escravos; dos penitentes, dos mendigos, dos doentes, desde cedo foi estabelecida pela Igreja. Regras de acesso e disposição no interior do templo, que comportou alterações ao longo do tempo, mas cujas raízes já são encontradas no cristianismo primitivo. Saia[357], estudando os alpendres das capelas brasileiras, chama a atenção para o que chama de "mestiçamento de um costume com a arquitetura", em que as soluções de um, em geral acompanham as soluções no outro. Ou seja, determinados costumes, levam consigo as soluções técnicas da arquitetura às quais estão ligados, ou, dito de outro modo, os detalhes de construção que se ligam a determinados costumes, acompanham ao longo do tempo, tais costumes. Seria este o caso da influência da basílica romana, cuja arquitetura influenciou a construção das igrejas católicas de então, (as basílicas) que, entre outras características, mantiveram as relativas ao telhado, e à divisão do espaço interno. A basílica dos romanos, edifício público onde funcionavam os tribunais e reuniam-se mercadores e outros mais, para tratar de negócios. O ritual católico de distribuição dos fiéis, seguira, em certa medida, à disposição das autoridades, dos cidadãos na basílica. A substituição da cerimônia civil pela religiosa, conservou as separações de acesso, as separações entre os locais reservados a determinado público: "[...] o oficiante religioso no mesmo lugar primitivamente ocupado pelo oficiante judicial." Nos tempos iniciais da Igreja, a divisão dos espaços em um templo, estava relacionado a questões de posicionamento social, bem como a questões de disciplina eclesiástica. A faculdade de participar das cerimônias religiosas era estendida a qualquer cristão, entretanto o acesso estava sujeito a determinadas normas. Determinadas categorias, como os penitentes, os catecúmenos, os mendigos, os leprosos, os endemoninhados, permaneciam do lado de fora da nave, no adro, em

---

[357] SAIA, Luís. O alpendre nas capelas brasileiras. Arquitetura Religiosa (Textos escolhidos da **Revista do IPHAN**, 3 (1939)) FAUUSP e MEC-IPHAN, 1978. p. 101

locais diferentes. A própria pia batismal[358], estava posicionada na galeria que fazia corpo com a fachada, área que compartilhava com os peregrinos. À medida que, com o tempo, os adros (fechados, cobertos) foram sendo reduzidos, as portas das igrejas abrem-se diretamente na rua[359]. As igrejas jesuíticas, em geral, abrem-se a grandes pátios, buscam a aproximação com os fiéis, buscam atrair os curiosos, intentam novos adeptos. Mas ainda se mantêm, de certo modo a distribuição de fiéis sob determinadas normas. Internamente a igreja se predispõe a reunir determinadas categorias. A Igreja apresenta, ela própria, uma estrutura hierarquizada. Ordem dos jesuítas, por suas origens e organização, em bases muito próximas às militares, reforça este caráter hierárquico.

Padres, irmãos, alunos, como grupos, posicionam-se diferentemente na hierarquia. Ocupam áreas diferentes no colégio, assim como na igreja. Também devem se diferenciar nas igrejas as áreas de religiosos e leigos. Entre os leigos ainda, reconhecem-se diferenças da hierarquia social, além de diferenças nas relações com a igreja: os beneméritos, os patronos de capelas, os vinculados às

---

[358]BATISTÉRIO - É o lugar da igreja onde está a pia batismal com água para o batismo. Deve estar em capela própria á entrada da igreja, do lado do evangelho. Não havendo capela, deve estar ao fundo da igreja, cercado por uma grade. No batistério deve haver um armário onde se conservem os Santos-Óleos, o sal bento e a concha para deitar a água sobre a cabeça do batizado; deve estar fechado, assim como a pia, ficando a chave em poder do Pároco. Convém que junto da pia do batistério haja alguma representação do batismo de Nosso Senhor.
A pia batismal é obrigatória em cada igreja paroquial; deve ser de pedra e dividida em duas partes, sendo uma para conservar a água batismal, e a outra para receber a água usada em cada batismo, a qual se escoará por um orifício para a terra. Não havendo essa divisão na pia, a água deve escorrer da cabeça do que se batiza para uma bacia, e depois lançada no sumidouro. O Bispo pode, para comodidade dos fiéis, permitir ou mandar que haja também uma pia batismal noutra igreja ou capela pública dentro dos limites da paróquia (C.774). LOURENÇO, Padre J. **Dicionário da Doutrina Católica.** Porto: Tipografia Empresa Guedes, 1945

[359] ADRO - Era um pátio quadrado junto à igreja, no meio do qual, antigamente, havia uma fonte com uma taça, onde os fiéis lavavam suas mãos e a cara antes de entrarem na igreja, símbolo da purificação dos pecados. Na taça da fonte estavam gravadas estas palavras: "lavai os vossos pecados e não o vosso rosto". Esse uso desapareceu, e a taça foi substituída pela pia de água benta à entrada interior a igreja, para os fiéis tocando-a com devoção, serem purificados dos pecados veniais. LOURENÇO, Padre J. **Dicionário da Doutrina Católica**. Porto: Tipografia Empresa Guedes, 1945.

confrarias da igreja. A distribuição dos fiéis no interior das igrejas, em termos do espaço físico que ocupam, pode encerrar ou não demarcações físicas. As distinções podem se dar a nível de uma diferenciação no mobiliário, em ser do lado do evangelho ou da epístola, em ser próximo ao altar ou próximo à porta, em ser antes ou após a grade de comunhão.

Ao iniciar, no item anterior, a análise das áreas funcionais no interior da Igreja de Nossa Senhora da Graça, admiti que desde a sua conclusão estas áreas estavam estabelecidas. Entretanto, a definição de algumas destas áreas funcionais sofreu alterações ao longo do tempo. Alterações que refletiam a própria dinâmica da sociedade[1]. O presbitério ou o coro[360], foi uma das áreas que ao longo de toda a ocupação da igreja, seja sob orientação jesuíta, seja sob orientação da mitra[361], foi submetida a alterações. Foram reformas que, apenas a partir da pesquisa arqueológica, puderam ser observadas. Por outro lado, as reformas no presbitérios não foram as únicas não mencionadas na documentação textual conhecida. Outras modificações que refletem mudanças de atitudes, também puderam ser observadas apenas a partir da documentação arqueológica.

A nave[362] da Igreja de Nossa Senhora da Graça, ao longo de toda sua existência, comportou duas áreas funcionais: o presbitério e a área pública. Entretanto, o espaço ocupado por cada uma delas, variou ao

---

[360] CÔRO - é a parte da capela-mor, onde o Clero assiste às funções litúrgicas. Deve estar separado do corpo da igreja por uma balaustrada que, coberta com uma toalha branca, serve de mesa de comunhão para os fiéis.
Também se dá o nome de côro a uma espécie de palanque elevado à entrada da igreja, para os músicos tocarem ou um grupo de fiéis cantar nas solenidades religiosas. LOURENÇO, Padre J. **Dicionário Da Doutrina Católica**. Porto: Tipografia Empresa Guedes, 1945.
Uma vez que a Igreja de Nossa Senhora da Graça apresenta ambos os 'presbitérios' referidos por LOURENÇO, visando evitar dúvidas quanto a área funcional a que se referem as observações, sempre que, sem ressalva, me referir a área onde o Clero assiste às funções litúrgicas, utilizarei o termo Presbitério. O termo 'Coro', será utilizado em relação à segunda acepção apontada, o local de músicos, cantores. N.A.

[361] Mitra: O bispado, como pessoa jurídica. N.A

[362] Nave, (...) é o espaço onde se agrupam os fiéis (...)." LOURENÇO, Padre J. Dicionário Da Doutrina Católica. Porto: Tipografia Empresa Guedes, 1945.

longo do tempo. Esta variação se deu no sentido da ampliação da área destinada ao presbitério, em detrimento da área pública[363]. As alterações produzidas, chegam mesmo a inverter as proporções entre as duas áreas, o que buscarei analisar, no sentido de avaliar possíveis relações com transformações sociais.

Presbitério e área pública ocupam toda a extensão do interior da nave, exceto as áreas reservadas aos altares e capelas. A primeira destas áreas funcionais, o presbitério, ocupa o espaço entre o altar mor e capelas colaterais, até a mesa de comunhão, compreendendo toda a largura do templo. A área pública, abrange o espaço compreendido entre a porta principal de acesso à igreja, e a mesa de comunhão. Distingue-se ainda seus limites, visto em corte longitudinal, através do desnível que se estabelece à altura da mesa de comunhão. As alterações produzidas na distribuição dos espaços entre as duas áreas funcionais, a cada vez, implicou em interferência nos pisos. Ao longo da história da igreja, foram detectados arqueologicamente cinco etapas de distribuição diferenciada nos espaços do presbitério e da área pública, tendo sido utilizados quatro tipos diferentes de revestimento do piso. Em seu conjunto, tais modificações emprestaram à igreja sete feições distintas, as sete etapas que abrangem a construção, restauração (após o incêndio), e reformas posteriores.

A PRIMEIRA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA.

Quando da construção inicial da igreja, a nave da igreja era praticamente dominada pela área destinada ao público fiel.

---

[363] As discussões relativas às análises das evidências arqueológicas, os registros que restaram destas modificações são apresentadas nas notas de fim.

Convergiam para o público, os arcos das capelas laterais, os arcos dos confessionários. De início, as capelas laterais não representavam mais que uma espécie de nicho embutido na parede, aguardando patronos. Esta era a conformação que apresentavam as capelas laterais, na estrutura fundamental da igreja. Os púlpitos, sacados a cada lado da igreja, logo após as capelas laterais que formavam o falso transepto, dominavam por sobre a área pública. Em nível mais elevado, pairando sobre o público. O acesso do pregador ao púlpito, se fazia através de escadas construídas no interior das paredes que o conduziam a uma altura de 2,4 metros acima do público.

O pátio em frente dava acesso através de um conjunto de degraus, à porta frontal, em duas folhas que se abriam em par, para o interior da igreja. Atingia-se então a nave em sua área pública, que se estendia até à mesa de comunhão. Em toda sua extensão, a área pública se apresentava em um só plano, que apenas era interrompido por um batente em cantaria de pedra calcária. O batente, contíguo à mesa de comunhão, servia à genuflexão no ritual do sacramento de comunhão. Acompanhando o nível da superfície do batente, cerca de 22 centímetros acima da área pública, seguia-se à mesa de comunhão, a área do presbitério[ii]. Então uma área reduzida, que ocupava apenas 11,3 %, do total dos 307,8 m^2 da área da nave.

A visão que se tinha, à porta da igreja, de seu interior, era de uma ampla área, revestida por um piso em tijolos 'batidos', retangulares, cujo assentamento formava um reticulado[iii], delimitando as 'campas' para sepultamentos (Figura 22).

O batente que estabelecia o limite entre a área do presbitério e a área pública, se estendia no sentido transversal da nave, incrustando-se de um e outro lado, ao pé dos arcos das capelas laterais, aquelas mais próximas ao altar (Figura 81). Com este limite entre as duas áreas, as capelas, estivessem ou não já construídas, abrir-se-iam na área pública.

Além da mesa de comunhão, via-se o piso do presbitério, mais elevado (Figura 29), apresentando contudo, o mesmo revestimento (Figura 68). Idênticos tijolos, idêntico padrão de assentamento (Figura 81). No limite dos arcos dos altares, nova elevação de nível. Ao batente em cantaria de calcário, seguia-se outro tipo de piso, este, em cantaria (Figura 29). Um piso mais 'nobre', revestia a área do altar. Os detalhes de outros níveis que, provavelmente, existiriam nesta área, perderam-se com as reformas, e não restaram vestígios que pudessem ser resgatados através da pesquisa arqueológica.

Nesta primeira feição do interior da igreja, a área do presbitério ocupava apenas uma reduzida área da nave, o que revela uma expectativa de público em cada uma das áreas significativamente diferenciado em termos numéricos.

A SEGUNDA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA.

A segunda feição interna que apresentou a Igreja de Nossa Senhora da Graça, correspondeu à primeira ampliação da área do presbitério[iv]. A mesa de comunhão foi deslocada em direção à porta principal, entretanto, a nave da igreja continuava sendo dominada pela área destinada ao público. Com este novo posicionamento da mesa de comunhão, o presbitério passou a representar 24,7% do total da área da nave (Figura 82).

Nesta ampliação do presbitério, serviu ainda de elemento referencial, os arcos de capelas laterais (Figura 32 e Figura 82). A partir desta reforma, entretanto, as capelas laterais que formam o falso transepto, já não mais se abrem para a área pública, mas sim à área do

presbitério[v]. Os púlpitos, entretanto, continuam a se sobrepor à área pública. Agora, praticamente no limite entre as duas áreas, quase que sobre a mesa de comunhão (Figura 32).

A visão do interior da igreja que se tinha à porta nave, era ainda de uma ampla área, cujo nível acompanhava a soleira da porta frontal de acesso. A área pública se estendia até o novo local da mesa de comunhão (Figura 33). O batente[vi] que estabelecia o limite entre a área do presbitério e a área pública, demarcava o assentamento da mesa de comunhão[vii]. Estendia-se no sentido transversal da nave, incrustando-se de um e outro lado, na imposta dos arcos das capelas laterais que formavam o falso transepto (Figura 82). Um piso idêntico ao primitivo, revestia ambas as áreas. Desde a porta, atravessando por sob a mesa de comunhão, até os arcos dos altares, corria um piso em tijolos 'batidos', retangulares, assentados de modo a formar um reticulado, que delimitava as 'campas' para sepultamentos (Figura 22, Figura 24 e Figura 82). Apenas o desnível entre as duas áreas, e o batente que entre elas se interpunha, quebrava a continuidade do piso. Um desnível relativamente discreto, que permanecia da ordem de 22 cm. Nos altares, provavelmente, limites e piso foram mantidos.

Nesta sua segunda feição interior, a Igreja de Nossa Senhora da Graça já dava mostras evidentes do uso de seu solo para os rituais funerários. Certamente neste período, lápides funerárias substituíam em alguns pontos, o revestimento em tijolos[viii]. Substituíram parte do piso, nas áreas em que os tijolos assentados em 'escama de peixe', que demarcavam os locais para sepultura.

A TERCEIRA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA.

A terceira feição interna da igreja, corresponde à segunda ampliação do presbitério[ix]. A mesa de comunhão foi deslocada em direção à porta principal, produzindo um acréscimo na área destinada ao presbitério. Apenas uma pequena ampliação, menor que a anterior. Com este novo posicionamento da mesa de comunhão, o presbitério passou a dispor de 29,0%, do total da área da nave (Figura 83).

Nesta ampliação do presbitério[x], não mais serviu de elemento referencial, arcos de capelas laterais, simétricas. As impostas dos arcos do confessionário e de uma segunda capela do lado do evangelho, serviram de referência[364]. (Figura 32 e Figura 83). Portanto, com esta reforma, duas capelas laterais, simétricas, se abrem para a área do presbitério, e apenas uma, assimétrica, na área pública. Os confessionários, entretanto, continuam abrangidos pela área pública. Como na feição anterior, os púlpitos permanecem, praticamente no limite entre as duas áreas, quase que sobre a mesa de comunhão. Desta feita, no entanto, já não mais se sobrepõem à área pública, mas ao presbitério. (Figura 34) [xi] .

A visão à porta da nave, era ainda, a de uma ampla área pública, no mesmo nível do piso anterior. Área que se estendia até a nova posição do batente onde se apunha a mesa de comunhão. Em termos de extensão, a nave da igreja, continuava a ser dominada pela área destinada ao público. Nesta nova distribuição do espaço interno, o presbitério passava a ocupar 33,24% da nave, praticamente um terço de toda a área.

Com esta reforma, ganhava a igreja um novo piso (Figura 46 e)[xii]; pelo menos na área do presbitério(Figura 68) [xiii]. É provável que um piso idêntico ao primitivo, revestisse ambas as áreas[xiv]. O mesmo piso

---

[364] A assimetria das capelas laterais, na Igreja de Nossa Senhora da Graça, é um aspecto que foge à maioria das obras jesuíticas do período, e será discutido mais adiante, quando se tratar especificamente das capelas. N.A.

em tijolos 'batidos', retangulares, assentados de modo a constituir as 'campas' (Figura 83) para sepultamentos. Desde a porta, atravessando por sob a mesa de comunhão, até os arcos dos altares, apenas interrompido pelo desnível entre as duas áreas[xv]. Agora dois batentes contíguos separam as áreas pública e presbitério[xvi]. É que o desnível entre as áreas foi ampliado (Figura 23), praticamente dobrando o desnível anteriormente existente[365]. Agora dois batentes quebravam a continuidade do piso, promovendo um desnível da ordem de 45 cm[xvii]. Estabelecia-se assim, talvez, uma maior 'distância' entre a área do público geral, e aquela reservada a um público especial[366].

Nos altares, provavelmente, os limites foram mantidos, entretanto, os pisos teriam sido elevados, de modo a ajustarem-se à nova cota do presbitério, e manterem-se em um nível mais alto. As capelas laterais tiveram seus pisos alterados. O nível do piso foi elevado, entretanto o revestimento foi mantido no mesmo padrão anteriormente utilizado (Figura 39), uma tijoleira retangular[xviii]. A tijoleira retangular, persistiu como padrão de revestimento do piso por um longo período, sendo utilizado até a invasão holandesa e mesmo após, quando o piso foi em parte refeito. Persistiu provavelmente a duas reformas, que incluíram ampliações do presbitério.

Nesta sua terceira feição interior, a Igreja de Nossa Senhora da Graça continuava a servir aos rituais funerários (Figura 25). Antigas e, possivelmente, novas lápides funerárias revestiam o piso, demarcando as sepulturas; substituíam parte das tijoleiras que revestiam as campas[xix]. Ao nível do chão, sem muitos adornos em relevo (Figura 58). Apenas as inscrições, identificando o morto, ou simplesmente implorando

---

[365] Nesta nova feição, são implantadas, portanto, duas alterações no presbitério: a ampliação da área, e a elevação de sua cota. N.A

[366] Tem-se portanto nesta etapa, duas modificações que interessam às relações área pública e presbitério: ampliação da extensão do presbitério, e elevação da cota desta área. N.A.

orações (Figura 57). Na implantação das novas dimensões e elevação do nível do presbitério, não foram negligenciadas as antigas lápides; deslocaram-nas, elevaram-se seus níveis. As antigas sepulturas foram respeitadas. Buscou-se manter as mesmas linhas mestras que separavam as covas, entretanto, o ajuste das campas nem sempre correspondeu exatamente às primitivas demarcações (Figura 71) [xx]. Nesta ocasião, é provável que tivessem ocorrido alterações nos locais de sepulturas perpétuas, como o que sugere uma das lápides conservadas até os dias atuais (Figura 28). De acordo com a mentalidade da época[367], a exata localização dos restos mortais, seria de menor importância que a preservação das lápides, com suas inscrições, quase sempre, pedindo orações.

A QUARTA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA.

A quarta etapa, corresponde à terceira ampliação do presbitério, quando a mesa de comunhão foi mais uma vez deslocada em direção à porta principal[xxi].

A esta ampliação da área do presbitério correspondeu ainda uma ampla reforma na igreja[xxii]. O reboco das paredes, pelo menos em parte foi refeito[xxiii]; restaurou-se o telhado[xxiv]. Até então, as ampliações efetuadas no presbitério, haviam sido dimensionadas de modo a considerar os vãos de abertura das capelas laterais, respeitando seus limites. Nesta quarta feição da igreja, entretanto, pelo menos uma das capelas laterais e um confessionário, estariam entaipados (Figura 34) [xxv]. Não se pode precisar, no entanto, se a supressão de capelas e

---

[367] Estas questões serão tratadas em maiores detalhes, mais adiante, quando se for analisar os sepultamentos. N.A.

confessionários é anterior a estas obras de ampliação do presbitério, ou concomitante a elas[xxvi] (Figura 37 e Figura 38).

Ainda um outro aspecto reflete uma significativa mudança de postura, no que se refere à administração da igreja. A implantação desta nova feição reflete o momento a partir do qual já não mais foram realizados sepultamentos no piso da igreja (Figura 61)[xxvii]. Além disso, com a reforma empreendida tornou-se evidente o desrespeito às lápides funerárias. Não que fossem removidas de seus antigos lugares, ou que fossem aterradas, ou mesmo, que fossem as pedras reaproveitadas. Talvez um desrespeito maior: pelo menos três delas permaneceram em seus antigos locais, mas foram parcialmente cobertas pela nova estrutura (Figura 35). Nesta situação as lápides têm as inscrições cobertas, e os nomes dos mortos, seus pedidos de oração, já não são mais vistos (Figura 35) [xxviii]. Tais observações podem talvez refletir que à época, pelo menos as famílias proprietárias dos jazigos não mais estavam presentes ou que já vigorava a proibição de sepultar no interior das igrejas. Não houve preocupação em deslocar as lápides, que foram mantidas ao nível do piso, ainda que parcialmente cobertas.

A desvinculação da igreja aos sepultamentos primários, vai mais além. O revestimento do piso, que até então, evidenciava a predisposição aos sepultamentos pela demarcação das covas, é alterado. A antiga tijoleira, constituída de tijolos manuais, retangulares, é substituída por uma nova tijoleira, ladrilho de cerâmica, de peças quadradas (Figura 84). Um piso único, revestindo a área pública e o amplo presbitério[xxix]. O assentamento das peças não refletia qualquer tentativa de definir quaisquer áreas funcionais à exceção daquela pública e o presbitério. A faixa central, espécie de passarela, que se prolonga da porta ao altar mor, tão comum nos pisos atuais das igrejas, não foi utilizada nesta feição da Igreja de Nossa Senhora da Graça. É possível que a introdução desta espécie de passarela nas igrejas, esteja relacionada à vulgarização dos assentos nas igrejas, ao disciplinamento

bilateral, simétrico, das fileiras de bancos, para quaisquer fiéis. Assentos não mais privativos de uns poucos. Efetivamente os assentos particulares, preferencialmente situados no presbitério, persistiram, entretanto, não predominavam, numericamente, como mobiliário da igreja.

Entretanto, o presbitério manteve-se com sua posição de destaque, elevado cerca de 40 cm acima da área pública[xxx]. A mesa de comunhão, assentada no limite do segundo batente[xxxi], não isolava integralmente as duas áreas. A circulação entre elas podia se fazer através de uma interrupção na mesa de comunhão, que no eixo longitudinal tinha assentado um portão[xxxii]. Os dois batentes, em cantaria de calcário, pelo menos no final desta feição, já davam sinais evidentes de um uso intenso[xxxiii]. O desgaste evidente das pedras, que as tornava irregulares, foi reparado através de um revestimento dos batentes, através de um capeamento com cimento (Figura 36). O rodapé, pintado das paredes, em vermelho tijolo, foi também reproduzido no espelho dos batentes.

É possível que esta quarta etapa de reforma na Igreja de Nossa Senhora da Graça, corresponda à incorporação do antigo Colégio pela Mitra, hipótese que será mais adiante discutida, quando tratar do uso da igreja pela comunidade, e em particular, quanto à manutenção das capelas.

A QUINTA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA.

A quinta feição interna da Igreja de Nossa Senhora da Graça, corresponde à quarta ampliação do presbitério[xxxiv], produzida pelo deslocamento da mesa de comunhão em direção à porta principal (Figura 20). O desnível entre as áreas mantém-se aproximadamente igual ao da etapa anterior. A mesa de comunhão, entre as áreas pública e o presbitério, corre por sobre o segundo batente, que já não mais é em pedra aparente[xxxv].. Um batente em alvenaria de tijolos, rebocado com cimento (Figura 41 e Figura 42).

Compreende esta reforma, obras nas paredes e no forro[xxxvi]; talvez ainda no telhado, e à substituição parcial do piso[xxxvii].

A nova visão do interior da igreja, mostrava uma área pública, bem distinta daquela inicialmente projetada para a igreja[xxxviii]. A área destinada ao público, já não mais dominava a nave. Praticamente eqüivaliam-se as duas áreas (Figura 85). Dois outros aspectos faziam ressaltar alterações na concepção estética e mesmo, talvez, funcional. É nesta quinta feição, o único momento em que as duas áreas apresentam revestimentos de piso diferentes[xxxix]. Ampliado o presbitério, foi mantido na área pública o revestimento anterior; o revestimento do presbitério, entretanto, foi substituído.

Na área do presbitério, a tijoleira quadrada foi retirada, em seu lugar foi implantado um piso de cimento 'queimado' (Figura 21) [xl], colorido. Do uso das cores advém a segunda alteração na concepção estética (possivelmente por reflexos funcionais). A quase totalidade da área é revestida por um piso de cor cinza, apenas substituído, ao longo das paredes laterais, a cada lado, por uma faixa de cimento vermelho. Cortando a nave longitudinalmente, desde a pequena porta no centro da mesa de comunhão[xli], até o altar mor, uma outra faixa de cimento

vermelho divide simetricamente o presbitério. Este padrão de piso foi, com suas variantes, de ampla utilização nas igrejas, no século vinte[xlii]. A faixa central dividindo, predispondo a distribuição do mobiliário, orientando a circulação. Este padrão de piso se presta, ou mesmo foi desenvolvido, para sistematizar a distribuição dos longos bancos coletivos, promovendo um passadouro central e outros dois laterais, mais estreitos. A coloração vermelha aplicada ao cimento seria talvez uma pobre imitação de um tapete púrpura, uma passadeira por onde desfilariam as autoridades.

Mas esta 'pobre imitação', talvez à época em que foi utilizada, na realidade não representasse um revestimento 'pobre'. Seria talvez a aplicação de um novo material disponível, em moda. Esta observação é reforçada ainda, por ter sido este revestimento aplicado nas áreas mais 'nobres' da igreja. No presbitério, assim como nos altares. Nesta ocasião, os pisos dos altares mor e laterais foram reformados, e revestidos com cimento queimado. Os batentes de acesso de cor cinza (natural do cimento), a área de celebração em vermelho.

A SEXTA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA

As reformas que conduziram à sexta feição interna da Igreja de Nossa Senhora da Graça, ao contrário das anteriores não se caracteriza por uma ampliação da área de presbitério; apenas pela justaposição de um novo revestimento de piso (Figura 86). Mantêm-se, portanto as relações espaciais entre as duas áreas, assim como o desnível entre elas. Os pisos anteriores também não são removidos. Ao contrário, servem de base[xliii] para o assentamento do novo revestimento, um ladrilho

hidráulico, estampado, cujo motivo pode ser observado na foto (Figura 27).

Nesta nova feição, toda a igreja, ou seja ambas as áreas apresentam uma faixa central, como um passadouro, constituído por duas linhas longitudinais de ladrilhos de padrão diferenciado, que também limitam as paredes, e os batentes.

A SÉTIMA FEIÇÃO INTERNA DA IGREJA

A sétima etapa de reformas na Igreja de Nossa Senhora da Graça, corresponde à quinta ampliação[xliv] da área do presbitério (Figura 69).

Nesta etapa, a mesa de comunhão foi deslocada em direção à porta principal, produzindo um novo acréscimo ao presbitério. (Figura 87) [xlv].

O revestimento do piso anterior, é mantido em ambas as áreas.[xlvi] Os batentes (Figura 43) [xlvii], bem como a soleira da porta principal de acesso, recebem revestimento em 'granito sintético' (Figura 44) [xlviii].

Nesta sétima feição da Igreja de Nossa Senhora da Graça, e desde as três anteriores, perdera-se a preocupação em manter-se uma coerência interna da igreja, com as linhas arquitetônicas de sua estrutura. O trabalho artesanal, sobretudo nas duas últimas feições, é substituído por elementos industriais, produzindo uma ruptura com o esmero, ainda que pouco erudito, com que foram elaboradas as peças de cantaria da igreja. É o reflexo de uma nova postura da sociedade diante do trabalho, diante da produção. São os novos valores que são incorporados e se expressam através dos planos de reforma dos antigos edifícios. Mesmo nas instituições religiosas, fazia-se necessário adotar o progresso.

Outras reformas de menor monta foram ainda empreendidas. A remoção da grade de comunhão (Figura 44 e Figura 45), foi uma delas. Talvez uma pequena mudança em termos do espaço da igreja, se comparado com a imensa modificação que se instituía na Igreja. Um complexo de medidas sucessivas que invertia os rumos mais conservadores: a supressão de grande parte das imagens, o latim, que deixa de ser usado nos ofícios; o altar que se volta para o público; a comunhão que segue um ritual diferente.

Considerando-se os objetivos de doutrinação e catequese dos jesuítas, pode parecer estranho, que ao longo do tempo se tenha reduzido a área destinada ao público. Público fiel, cujas fileiras, a cada dia deveriam se mostrar crescentes. Como crescente deveria ter sido o prestígio do colégio jesuíta junto à sociedade. À Ordem interessava ainda, que fosse também crescente o número de irmãos que para ali afluíssem, de modo a propiciar a formação de maior número de missionários, de soldados de Cristo. Por outro lado, como Colégio, comportava um certo número de padres e irmãos que desempenhavam as funções 'domésticas' e as de ensino. No Colégio estudavam também religiosos de outras Ordens, alunos de teologia. Os alunos das artes e ofícios, os de ler e escrever, os de retórica, de ciências, de latim. É provável que o próprio crescimento interno da Ordem, conduzisse à necessidade de ampliação do espaço reservado aos religiosos. Ainda mesmo, que os alunos não assistissem aos ofícios, no âmbito do presbitério.

As "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia" dispõem quanto a restrições de acesso ao altar mor[368],. Deste modo, pelo menos a partir de 1707 é vetado aos leigos permanecer no altar mor durante os ofícios religiosos. Poder-se-ia, portanto, entender que a restrição abrangeria do mesmo modo aos beneméritos e patronos, das capelas. Entretanto outras práticas igualmente vetadas por este documento, reconhecidamente foram usuais. Cadeiras de espaldar, por exemplo, eram utilizadas como elemento nas penitências: a interdição no uso dessas cadeiras é referido como uma das penitências aplicadas pelo bispo Fernandes Sardinha ao donatário da Capitania do Espírito Santo. Ou seja, ainda que proibidas em 1707, as cadeiras de espaldar eram utilizadas nas igrejas na segunda metade do século dezesseis, como elemento de distinção social. É possível pois que, nos primeiros séculos, assim como no século atual (pelo menos até os anos de 1960), a área do presbitério fosse utilizada por leigos, com suas cadeiras de brocado - os genuflexórios. De qualquer sorte, as informações arqueológicas apontam para uma gradual ampliação, ao longo do tempo, daquela área, na Igreja de Nossa Senhora da Graça. Fossem Padres, irmãos ou mesmo leigos 'capazes', 'muito grossos', quaisquer que fossem, ocupavam o presbitério. Este presbitério que foi gradativamente sendo ampliado pelos jesuítas. E esta ampliação representa, de qualquer sorte, um crescimento para os seguidores de Loyola. Ampliação de seu quadro interno, ou ampliação de seus benfeitores.

A prática de ampliação do presbitério não se encerra com a passagem para a administração da Mitra. Ao contrário, parece ser deste período as maiores ampliações, o que é compreensível haja vista que a

---

[368] VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** (...) TÍTULO XXVIII QUE NAS IGREJAS SE NÃO ASSENTEM EM CADEIRA DE ESPALDAS, OU TAMBORETES, NEM OS LEIGOS ESTEJAM SENTADOS NA CAPELA-MOR ENQUANTO SE FAZEM OS OFÍCIOS DIVINOS.

Igreja de Nossa Senhora da Graça passa a integrar o Seminário episcopal. Deveria portanto atender aos seminaristas, durante os ofícios religiosos.

USO DO TEMPLO PELA COMUNIDADE

A partir do século quinze, tem início em Portugal um crescimento significativo do número de religiosos. Este crescimento desproporcional, de religiosos, em relação aos demais ofícios, se mantém até o terceiro quartel do século dezoito. Um religioso para cada trinta e seis pessoas; são 3.189 eclesiásticos para 121 médicos, boticários, cirurgiões, mestres de ler e tabeliães, em meados do século dezessete[369].

E a Igreja, detentora de privilégios e rendas se manifesta atuante em todos os segmentos sociais. A Contra-Reforma é o reflexo do endurecimento das posições entre católicos e protestantes. O Concílio de Trento rege a contra-ofensiva católica. Os Jesuítas operam como defensores da ortodoxia católica.

Introduzidos em Portugal em 1540, sob a recomendação de Diogo de Gouveia, o velho, no mesmo ano do reconhecimento da Ordem pelo Papa, os jesuítas põem em prática os resultados de suas diretrizes: o treinamento rigoroso, a coesão disciplinar e a obediência às diretrizes da Igreja. Sua ação através dos Colégios, lhes garante a criação de uma "cultura comum" entre as elites da Europa. Um método de reconquista católica, a partir de uma pedagogia única a *Ratio Studiorum*, que privilegiava o estudo dos clássicos, com base no espírito dos humanistas: proveito para a doutrina da Igreja. Dentro deste espírito,

---

[369] OLIVEIRA, Nicolau Rodrigues. **O Livro das Grandezas de Lisboa.** 1620. apud NEVES, Guilherme P. C. Pereira das. 1984. p. 142.

fundam Colégios em quase toda a Europa. Em Portugal, o Colégio de Santo Antão de Lisboa, em 1553. Ali, outras casas de formação já se haviam fixado. A Universidade, dominada por conservadores formados pela escola de Paris. O recém criado Colégio das Artes da Universidade de Coimbra (1548), orientados pelos 'bordaleses', um conjunto de mestres de diferentes países, 'humanistas críticos'. As intrigas entre 'parisienses' e 'bordaleses' culmina com a denúncia ao Tribunal da Inquisição. Os 'bordaleses' são acusados de heresia pelos 'parisienses', e três deles são presos. Os demais, fogem. O Colégio das Artes, depois de um período de crise, é entregue à direção dos Jesuítas, em 1555. Um triunfo da Contra-Reforma. Aos jesuítas coube, na colônia, como na metrópole, o ensino. Os colégios dos meninos, no Brasil uma breve experiência, as classes de ler e escrever, o ensino da retórica, da filosofia, das artes. O dos casos de consciência.

Às 'missões' de reconquista (ou conquista - no caso dos nativos) para o catolicismo, somam-se os Colégios. Três deles são instituídos no Brasil quinhentista; entre eles o de Olinda. Colégios que emprestavam à comunidade em que se estabeleciam, prestígio e dignidade. Um centro para o qual convergiriam os futuros homens de prestígio. Fossem eles nobres, eclesiásticos ou oficiais das diferentes artes.

O estudo acerca dos diferentes papéis exercidos pelos colégios, pelo ensino, na tradição ocidental-cristã, ao longo do tempo, foi desenvolvido por Ariès[370]. Neste estudo ele procura demonstrar não apenas o papel dos colégios, mas ainda as modificações nas atitudes dos adultos em relação às crianças. As formas de tratamento e de relacionamento.

---

[370] ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Trad. Dora Falksman. Segunda edição. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara. 1981

Os grandes colégios dos séculos quinze ao dezessete na Europa, foram orientados por oratorianos, doutrinários e jesuítas. Diferiam nos objetivos e na freqüência, dos colégios dos séculos treze ao quinze. Inicialmente nos colégios não se ensinava. Representavam antes asilos — para estudantes pobres, que ali viviam sob regras monásticas — fundados e mantidos por doadores. Só a partir do século quinze passa-se a ensinar nos colégios. Os colégios dos meninos, instituição jesuítica urbana, seria talvez, experiência de retomada da antiga forma, daquelas instituições de séculos anteriores. Os colégios jesuítas no Brasil, representaram, pois, a possibilidade formal de reprodução de diferentes segmentos da sociedade: letrados, oradores, teólogos, e oficiais das diferentes artes[371]. Artes mecânicas, humanidades, retórica, filosofia, artes cênicas[372]. No colégio de Olinda, são cultivadas sessões literárias, musicais[373], diálogos, representações de enigmas[374]. Atribui-se mesmo

---

371 "Posteriormente [1579] abriu-se um curso de filosofia moral e um outro de teologia. Consoantemente com aquelas prescrições, refere o padre José de Anchieta nas suas Informações do Brasil, em 1584, que no referido colégio houve sempre escolas de ler, escrever e algarismo, uma classe de latim, e uma lição de casos, sendo a aula de instrução primária, freqüentada até quarenta rapazes dos portugueses. Contemporaneamente, como escreve o padre Fernão Cardim, os filhos dos principais de Pernambuco estudavam humanidades, isto é, na frase de A. J. de Melo, gramática, retórica, poesia, música, línguas clássicas e outras matérias; e efetivamente relatando o referido padre a festa que os estudantes de humanidades do colégio dos jesuítas fizeram então ao padre visitador na sua classe, diz que o receberam com um breve diálogo, boa música, tangendo e dançando muito bem. " PEREIRA DA COSTA, **Anais Pernambucanos,** vol. I p. 478

372 "Sobre esta fase inicial da instrução pública em Pernambuco [1595] escreveu o seguinte Loreto Couto: "para que o sol do magistério, que reside nos doutos, presidia ao dia das virtudes, ao passo que povoavam estas províncias, estabeleciam escolas onde os seus naturais adquiriam o mais rico ornamento do espírito. Os primeiros mestres que substituíram aos seculares, que ensinavam as classes públicas, foram o padre Afonso Gonçalves, de ler, escrever e doutrina, e de latim, o padre Amaro Gonçalves, religioso da Companhia de Jesus no seu colégio de Olinda. Estas classes foram abertas por ordem do Rev.mo. Provincial Luís da Grã, e o insigne padre João Pereira foi o primeiro que no colégio de Olinda leu filosofia e teologia moral, e a estes se seguiram outros famosos mestres com grande aproveitamento de seus ouvintes..." PEREIRA DA COSTA, **Anais Pernambucanos**, vol. I p. 479

373 "Os primeiros hinos que se cantaram em Pernambuco [1598], com acompanhamento de órgão e outros instrumentos músicos medievais, foram em louvor de Deus, nas solenidades religiosas celebradas nas igrejas da nascente colônia, e particularmente na do colégio dos padres jesuítas, em Olinda, onde havia uma escola de música e canto para o ensinamento dos neófitos brasilienses, os índios, assim chamados por aqueles padres. " PEREIRA DA COSTA, **Anais Pernambucanos**, vol. I p. 133.

374 "No dia 2 de fevereiro [1573] achou-se o Ouvidor Geral do Brasil, António Salemas, presente na festa de entrada do ano letivo do Colégio os Padres Jesuítas em Olinda, com oração de sapiência, [Continua na página seguinte.]

aos jesuítas, em seus colégios, as primeiras manifestações da arte de representar, o teatro no Brasil[375]. Aos jesuítas do Colégio de Olinda são também atribuídas as primeiras gramáticas da língua nativa[376].

Colégio e igreja participavam ativamente da vida social da colônia. Ao tempo ditado pelas atividades agrárias, sobrepunha-se o tempo eclesiástico. . O ritmo de trabalho nos engenhos, sobretudo por ocasião das moagens, não dava margem à liberação dos cativos para as atividades religiosas. Mesmo os administradores de engenhos de propriedade da Ordem, precisaram ser instruídos [Engenho Sergipe, 1692] para "respeitar as obrigações religiosas, mesmo que isso implicasse em prejuízo considerável para o engenho. "[377] Relações de conflito também quanto aos costumes de promiscuidade sexual. Por outro lado, os jesuítas buscavam também conciliar as desavenças que se formavam, sobretudo entre senhores de engenho. Interferiam na política[378], nas guerras de conquista, concorriam na economia,

---

diálogos entre alunos, representações de enigmas e prêmios de tal importância literária e desempenho que, a juízo daquele superior magistrado, na Universidade não se fazia melhor. " PEREIRA DA COSTA, **Anais Pernambucanos**, vol. I p. 405

[375] "neste ano [1575], estando no governo da capitania o Capitão Jorge de Albuquerque Coelho, na qualidade de loco-tenente de seu irmão o donatário Duarte de Albuquerque, então em Lisboa, teve lugar em Olinda a representação de uma peça dramática denominada: "Auto do homem rico avarento e lázaro pobre", levada à cena pelos padres jesuítas, sem dúvida no pátio do seu colégio, em um palanque com tôldo, que servia de palco, como então se fazia na metrópole. [...] seja como for, aquela representação firma a época da introdução do teatro em Pernambuco, e talvez mesmo, no Brasil, uma vez que se ignora a do Auto da Pregação Universal, escrito pelo Padre José de Anchieta, intercalado de cânticos sacros, com o fim de banir as cantigas dos neófitos brasilienses. Deve-se assim a introdução do teatro no Brasil, aos padres jesuítas". op. cit. p. 420-421

[376] "[...] Sucedeu no reitorado [do padre Luís da Grã] o padre Luís Figueira, que o exerceu até 1620. Homem de superior merecimento escreveu nas suas horas de lazer, uma preconizada arte de gramática da língua brasílica, que foi aprovada em congregação do colégio, mediante honroso parecer do padre Manuel Cardoso, incumbido do seu exame pelo padre reitor Francisco Fernandes, que naquele mesmo ano de 1620 assumira o cargo. " op. cit. p.421

[377] apud. SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. 1988. p. 101

[378] "( )[em 2 de agosto de 1584] A vulgarização desta triste notícia [o abandono de uma fortificação em virtude de uma revolta que estava ocorrendo na paraíba] em Pernambuco a todos alarmou, mas, como urgia, começou-se logo a providenciar sobre a gravidade do fato, e assim, em uma reunião em conselho, que teve lugar em Olinda, no colégio dos padres jesuítas, na qual, entre outras pessoas de distinção tomaram parte o bispo D. Fr. Antônio Barreiros, de visita pastoral na capitania, o Capitão-
[Continua na página seguinte.]

participaram de revoltas. Deste modo, imiscuíam-se em praticamente todas as atividades da sociedade colonial. O Colégio era ponto obrigatório de visita das autoridades que chegavam[379]. Ponto de encontro da sociedade nas festividades. Reuniões festivas da Ordem, quando da visita de seus pares[380].

Mas o Colégio representava para a comunidade mais do que uma casa de ensino, mais que a residência dos padres da Companhia, que o foco de disseminação das atividades missioneiras. Não era só as oficinas ou a biblioteca. Era ainda a farmácia que atendia ao público, distribuindo gratuitamente os remédios, a princípio a ricos e pobres, mais tarde cobrando dos ricos. A enfermaria, que atendia aos doentes do colégio, mas também se abria aos de fora em épocas de epidemias, quando os remédios eram distribuídos gratuitamente, sem distinções. Em alguns colégios, a enfermaria era mesmo regularmente aberta a

---

mor Governador D. Filipe de Moura, os oficiais da Câmara do Senado da Vila, o Provedor da Fazenda Real Martim Carvalho, e Ouvidor geral Dr. Martim Leitão". PEREIRA DA COSTA **Anais Pernambucanos.** p. 541.

[379] "[...] em dias de maio este ano [1576] chegou a Pernambuco em visita pastoral, o bispo da diocese do Brasil, D. Fr. Antônio Barreiros, [...]. Alegrou-se muito toda a terra com a vinda do prelado, e logo o foram visitar os padres jesuítas do colégio de Olinda, aos quais disse ele, que uma das coisas que o moveram a aceitar o bispado, foi haver na colônia padres da Companhia de Jesus, pela boa ajuda que lhe haviam de dar no seu pesado cargo. O bispo era muito dedicado à Companhia e nela tinha um irmão padre professo. Permaneceu hospedado no colégio por alguns dias, até que tomou casa, mas nas suas proximidades, para mais facilmente o visitar. Depois de alguns dias fizeram-lhe os estudantes do colégio uma festa de recepção, com algumas orações em prosa e em verso, em português e na língua do brasil, com muita satisfação de toda a gente que se achou presente, que foi da principal da terra; depois da oração houve a recitação de uma écloga pastoril, na língua da terra. PEREIRA DA COSTA, **Anais Pernambucanos**, vol. I p. 405

[380] "daqui partimos ao segundo de julho [1584], e aos 14 do mesmo, dia de S. Boaventura, perto do meio dia, deitamos ferro no arrecife de Pernambuco, que dista da vila uma boa légua. Logo vieram dous irmãos com redes e cavallos, em que fomos e no collegio fomos recebidos do padre Luís da Grã, reitor, e demais padres e irmãos com extraordinária alegria e caridade. Ao dia seguinte se festejou dentro de casa como cá é costume o martyrio do padre Ignacio de Azevedo, e seus companheiros, com uma oração em verso no refeitorio, outra em língua d'angola que fez um irmão de 14 annos com tanta graça, que a todos nos alegrou, e tornando-a em portuguez com tanta devoção que não havia quem se tivesse sem lágrimas. No tempo do repouso, que estava bem enramado e o chão juncado de mangiricões, se explicaram alguns enigmas e deram-se prêmios". Trecho da carta que escreve o padre Fernão de Cardim, da Bahia e datada de 14 de julho de 1585, a respeito da missão do padre Cristóvão de Gouveia a Pernambuco. apud PEREIRA DA COSTA, **Anais Pernambucanos**, vol. I p. 512

todos[381]. Enfermaria e botica, funcionavam no interior do colégio. Na Bahia, entretanto, o grande fluxo de pessoas que demandavam os remédios, chega a trazer transtornos ao funcionamento da casa; constrói-se então uma nova botica, externa. Efetivamente os jesuítas tiveram grande interesse, não apenas em lidar com os remédios conhecidos na Europa. Alguns deles buscavam sistematicamente conhecer a farmacologia local: conhecimentos adquiridos alhures, as meizinhas vindas da África, as plantas usadas pelos nativos[382].

O Colégio era ainda o pomar, a horta. Encerrados por uma cerca, que se constituía em uma unidade do complexo dos colégios jesuítas, estas áreas reservadas à agricultura integravam todos os estabelecimentos jesuíticos[383]. Serviam tanto ao consumo da casa, como, quando em excesso, os produtos eram vendidos. Nestas hortas e pomares, muitas plantas estrangeiras foram aclimatadas; e daí passaram a particulares; também dali, muitas plantas nativas foram difundidas. Não eram apenas os jesuítas que cultivavam hortas; outras ordens também tinham as suas. Hortas e pomares que representaram os primeiros "jardins de aclimatação" no Brasil, antes mesmo, de ser oficialmente instituído, o de Olinda, no século dezenove. Nestas cercas era possível o cultivo de parreiras, mesmo quando estava proibido o fabrico de vinho, e não se podia cultivar os vinhedos.

A cerca do colégio de Olinda, pela conformação topográfica do terreno, ocupava uma área de acentuado declive. Mesmo assim, os

---

[381] Santos Paulo F. **Contribuição...** 1966. op. cit. p. 547.

[382] "Esta hé a celebérrima tiriaga brasiliana, ou do Brasil, e tão estupenda para tantas enfermidades, como continuamente se tem experimentado, e se está experimentando. E eu a confessar a verdade, pela experiência que tenho de todas as quatro partes do mundo, e exercitando em todas ellas a charidade de applicar alguns remédios, digo que hé das tiriagas a que entre todas as outras tem a primazia, poes hé a que entre todas ellas obra mais promptamente e com mais efficacia. " Collecção de Receitas Arquivo ARSI, Opp NN. 17. apud Leite, Serafim S. I. **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil**. 1953 p. 298

[383] "A cerca com a horta e o pomar faziam parte do programa de seus estabelecimentos; não havia nenhum que não as tivesse. SANTOS, Paulo F. **Contribuição...**, p. 550-51.

cuidados com que era tratada, faziam-na produzir e abastecer o refeitório com uma vasta gama de hortaliças e de frutos[384]. Uvas e maracujás, compartilhavam do luxo de enramarem-se sobre fileiras de colunas construídas em tijolos. A disponibilidade de água, a fonte ali existente, e as comodidades instaladas, o poço e o tanque com bomba, facilitavam a rega, quando as chuvas não eram suficientes[385].

Ainda em Olinda, na cerca dos jesuítas, cultivou-se um jardim. O "melhor e mais alegre" que Cardim viu no Brasil. Que mesmo "se estivera em Portugal, também se pudera chamar jardim". Mas é a cerca da Bahia que impressiona particularmente o padre[386], pela abundância com que abastece aquele colégio: os padres, os irmãos e dos demais que ali viviam. E para a época não eram poucos.

As oficinas, onde se ensinava muitos dos ofícios, abriam uma perspectiva de aproximação com um determinado segmento da sociedade, os oficiais mecânicos. Entretanto, no Brasil, as profissões que na Europa eram normalmente exercidas por homens livres, brancos,

---

[384] "[...] à tarde fomos merendar à horta que tem muito grande, e dentro nela um jardim fechado com muitas ervas cheirosas e duas ruas de pilares de tijolos com parreiras e uma fruta que chamam maracujá, sadia e gostosa, e refresca muito sangue em tempo de calma, tem ponta de azedo, é fruta estimada. Tem um grande romeiral, de que colhem carros de romãs, figueiras de Portugal e outras frutas da terra. E tantos melões que não há esgotá-los, com muitos pepinos e outras boas comodidades. Também tem um poço, fonte e tanque, ainda que não é necessário para as laranjeiras, porque o céu as rega; o jardim é o melhor e mais alegre que vi no Brasil, e, se estivera em Portugal, também se pudera chamar jardim. " CARDIM, **Tratados...**, pp. 289-290.

[385] "Em 1583 construiu-se, para recreio dos Irmãos estudantes junto do Colégio, um novo tanque com poço e bomba para se regar o quintal em pouco tempo; e também se edificou grande ramada de videiras, sustentada de um lado e doutro por quarenta pilastras de ladrilho. ". LEITE, **História...**,. Vol. I:454-5.

[386] "A cerca é cousa formosa; tem muito mais laranjeiras que as duas cercas d'Évora, com um tanque e fonte, mas não se bebe dela por ser a água salobra; muitos marmeleiros, romeiras, limeiras e outras frutas da terra. Também tem uma vinha que dá boas uvas, os melões se dão no refeitório, quase meio ano, e são finos, nem faltam couves mercianas bem duras, alfaces rabões e outros gêneros d'hortaliças de Portugal em abundância; o refeitório é bem provido do necessário; a vaca na bondade e na gordura se parece com a d'Entre-Douro e Minho; o pescado é vário e muito, são por ver as pescarias da sexta-feira, e quando se compra vale o arrátel a quatro réis, e se é peixe sem escama a real e meio, e com um tostão se farta toda a casa, e residem nela de ordinário 28 padres e irmãos, afora a gente que é muita, e para todos há. Duvidava eu qual era o melhor provido, se o refeitório de Coimbra se este, não sei me determinar". CARDIM, Tratados,...p. 309 e LEITE, Serafim, **História...**, I, p. 399-340.

foram aqui aprendidas e executadas por escravos, negros e índios. Os padres da Companhia, seguidamente desfalcados em seus serviços e obras, por senhores de engenhos e outros mais que levavam seus oficiais livres, adotam o partido de ensinarem os ofícios aos escravos. Leite, chama a atenção, para o fato de que a documentação jesuítica refere-se aos índios e pretos que aprendem um ofício, como 'oficiais', termo "próprio dos mesteres portugueses, dentro da categoria de oficiais mecânicos"[387]. Não mais seriam aprendizes, e sim trabalhadores qualificados. E os homens dos trabalhos manuais ligam-se aos padres da Companhia, que com eles organizam as 'Bandeiras'.

Desde 1552, há referências a existência de uma Confraria do Rosário, à qual o Padre António Pires dizia missa todos os domingos e festas. Nas procissões da Quaresma, seriam perto de mil, entre homens e mulheres, de Guiné e da terra. Procissões às quais não se juntavam os brancos.

Quando em 1611 chega a Pernambuco a estátua de Santo Inácio, os 'oficiais mecânicos' com suas bandeiras participam das festas de recepção, em seguida aos soldados que abriam o cortejo. Em Pernambuco, em 1614 são fundadas as Bandeiras e Confrarias de ofício[388], organizadas pelos jesuítas; no colégio de Olinda, bem como no da Bahia e do Rio de Janeiro. Bandeiras às quais se ajuntaram, não sem controvérsias, os senhores de engenho. A Confraria de Pernambuco, tendo como patrona Nossa Senhora da Paz, em 1619, denominava-se "Irmandade da Paz", restabelecida após a invasão holandesa com o nome de "Congregação de Nossa Senhora da Paz". Integravam-na

---

[387] LEITE, Serafim., 1953. **Artes e...** p. 26

[388] "Nas corporações de ofícios mecânicos, com representação na 'casa dos 24' de Lisboa, havia ofícios embandeirados e não embandeirados. [...]. Bandeira, grupo de ofícios; Confrarias, de um só ofício e tinha o fim primordial de beneficência e auxílio mútuo, [...] cada qual com seu santo patrono [...] " LEITE, Serafim., 1953. op. cit. p.28.

sobretudo "plebeus"; os "nobres" passaram a constituir a "Congregação de Nossa Senhora da Conceição".

Corporações de ofício, entidades de ajuda mútua, estes aspectos de ordem político-social não serão aqui discutidos. Procurarei, entretanto, relacioná-las a consecução dos meios para construção e manutenção da igreja.

Como foi referido acima, em 1604 o colégio, efetivamente iniciado a pouco mais de sete anos, se encontrava endividado. A igreja, esta já concluída. Outras obras, entretanto foram sendo acrescentadas à igreja, à medida que surgiam benfeitores, patronos. As capelas laterais, gradativamente iam encontrando seus mantenedores. As alfaias, o azeite para a lâmpada, os tecidos para a ornamentação, as imagens.

Considerando-se a planta elaborada por Francisco Dias, proposta para o Colégio do Rio de Janeiro (Figura 78), como tendo sido o plano adotado na construção da igreja de Olinda, em sua estrutura, a Igreja de Nossa Senhora da Graça comportaria duas capelas laterais, simétricas, uma porta, do lado da Epístola, e uma porta, no lado do Evangelho. Comportaria ainda sete nichos, posicionados em simetria, quatro do lado do Evangelho e três do lado da Epístola. Assimetria buscada, se fazia pela confrontação de um dos nichos com uma porta. Nichos que poderiam constituir-se em confessionários. As capelas que apenas se insinuavam; eram apenas arcos nas estruturas das paredes laterais, como que nichos nas paredes. A porta do lado da Epístola, objetivava o acesso externo, para o público de fora. A revisão feita, tendo em vista a redução de despesa, possivelmente teria suprimido o pátio, projetado ao lado da epístola, como indica o levantamento realizado pelo Professor Ayrton Carvalho, para o Departamento do Patrimônio Histórico. O levantamento realizado por Menezes, em que se incluem as 'obras novas' (Figura 78), assinala uma segunda porta, simétrica àquela que dá acesso à sacristia. Neste último levantamento, está assinalada, do lado do Evangelho, uma porta (entaipada) simétrica àquela que dá acesso lateral,

ao público externo, dando acesso a um pátio, que seria também um passagem de circulação interna, do Seminário, já com as 'obras novas'. Por ocasião das escavações, esta porta já estaria desativada. A outra porta do lado do Evangelho, próxima ao altar, em todas as plantas dá acesso a um cômodo, provavelmente a sacristia. A última feição da igreja, aquela quando da pesquisa arqueológica, corresponde ao levantamento realizado por Menezes, difere em alguns pontos da planta atribuída a Dias. Diferenças possivelmente relacionadas à sua "revisão" nos planos, para conter as despesas, acrescidas das 'obras novas' e pequenas alterações posteriores.

A pesquisa arqueológica realizada, revelou, entretanto, outras diferenças entre as plantas e a execução das obras, no século dezesseis. A revisão dos planos, realizada por Dias, teria incluído ainda uma redução no comprimento da igreja. Analisando-se as proporções entre largura e comprimento, e considerando-se que a largura teria sido mantida, o comprimento da igreja teria sofrido uma redução de cerca de 3,78 metros. Esta redução, sem alterações na distribuição interna das áreas funcionais, colocaria o último nicho, limitando-se praticamente com a parede frontal, comprometendo o ritmo anterior. A pesquisa na igreja revelou que o último par de nichos, mais próximos à porta, não foi executado. Restariam, portanto no plano após a revisão, apenas cinco nichos. Entretanto, uma outra modificação foi observada durante as pesquisas. Em lugar do primeiro nicho, do lado do Evangelho, foi instalada uma terceira capela lateral. A assimetria produzida por esta terceira capela, é avaliada por Menezes[389], que conclui que seria

---

[389] "Somente nos deixava dúvida a contemporaneidade da terceira capela. A assimetria nunca foi aceita no século dezesseis como norma. Assim nos aventuramos a afirmar que a terceira capela assimétrica, tenha sido realizada, se demolindo um confessionário, e na época em que se abriu a parede que fechava a capela do lado direito [Epístola] para construir com corpo, corpo este que permaneceu isolado e em apêndice, por certo tempo, haja vistas (sic) os cunhaes que possui nos cantos externos e onde se vê também uma abertura em cantaria, em previsão para uma quarta capela que restituiria a simetria à igreja. Quando isto foi realizado não sabemos. " Menezes, 1976 op. cit. p.56

decorrente da substituição de um dos confessionários, prevendo-se uma nova substituição, no lado da epístola, que restituiria a simetria. É provável que a solução adotada na abertura da terceira capela, fosse prevista, e que os demais confessionários viessem a ter, em princípio, o mesmo destino. Outros fatores, entretanto vieram a podar a instalação de novas capelas. O próprio deslocamento do centro do poder, de Olinda para Recife na segunda metade do século dezessete, a instalação do Colégio Jesuíta do Recife ainda no século dezessete, teria contribuído para que restassem apenas três capelas na Igreja de Nossa Senhora da Graça.

Por outro lado, a construção destas capelas parece não ter sido contemporânea às primeiras obras da igreja. Isto é, as capelas não incorporavam a igreja que se concluía em 1597. O levantamento bibliográfico realizado, permitiu se identificar quatro capelas relacionadas à Igreja de Nossa Senhora da Graça. Três delas, anteriores à invasão holandesa, e uma quarta, a posteriori. Capelas construídas e mantidas por benfeitores, que em troca obtinham privilégios relacionados à direito de sepultura, para si e os seus. Obrigações e privilégios que se estendiam às gerações futuras[390].

A primeira capela mencionada, teria sido fundada em 26 de dezembro de 1585, por D. Águeda Gomes Cabral, a Capela de Santa Ana. A referência de Leite, "Fundou a Capela de Santa Ana, na igreja do Colégio", não deixa claro, se àquela época teria sido concluída, ou se se referia à data da doação para a construção. Este aspecto é particularmente interessante, pois àquela época a terceira igreja, em pedra e cal, ainda não estava concluída. Iniciara-se no ano anterior. As duas hipóteses podem ser consideradas. Quanto a ter sido em 1585

---

[390] "Alguns bemfeitores assumiram o encargo da construção e manutenção do culto em capelas ou altares laterais da igreja, auferindo assim os benefícios correlativos de sepultura para si, e para seus filhos e netos, segundo os usos e privilégios da Companhia. " LEITE, Serafim, **História...** Tomo I. p. 451.

feita a doação para a construção da capela, e portanto ter sido a capela construída neste edifício, concluído em 1597, argumenta favoravelmente a existência na igreja, em 1687, de uma capela da invocação de Santana. Por outro lado, àquela época, Luís de Mendonça Cabral, vincula a esta capela, 200$000 da renda de seu engenho[391]. Tem-se portanto referências a capela(s) sob uma mesma invocação, distanciadas em mais de um século. Por outro lado, é o mesmo, o nome da família benfeitora (Cabral). Um outro ponto a ser lembrado, diz respeito à doação de um retábulo, à igreja do colégio de Olinda, em 1584, ou seja no ano em que foi iniciada a construção da terceira igreja da casa. Um ano antes de ter sido fundada a capela de Santa Ana. Seriam ambas as doações referentes à igreja em uso, ou àquela em construção?

Com referência à hipótese de ter sido inaugurada a capela de Santa Ana, em 1585, não acredito razoável admitir-se que seria inaugurada uma capela em uma igreja, que sequer estivesse coberta. Por outro lado, durante a construção desta terceira igreja, estava em funcionamento a igreja iniciada em 1569. Igreja que apesar de "pequena" e "estreita em proporções", poderia comportar capelas. E, apesar das referências pouco elogiosas, de padres da Companhia, à igreja, ela não seria desprovida de prestígio, na Vila. A própria 'Capitôa', que falecera no ano anterior, tivera suas exéquias celebradas na igreja do Colégio[392].

---

[391] " (...) teve depois a igreja do colégio mais uma valiosa doação, para a época, feita por Luís de Mendonça Cabral, senhor do engenho de Apipucos, que por escritura lavrada a 13 de fevereiro de 1687, vinculou 200$000 da renda da fábrica, aplicando os seus respectivos juros em benefícios da sua Capela de Santana, não mais existente desde muito. PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais...**Vol. 2 p. 434

[392] "D. Brites de Albuquerque faleceu em 1584, como se vê dos trechos de uma carta do padre José de Anchieta, escrita na Bahia em 28 de dezembro do mesmo ano...'dona Beatriz de Albuquerque, Governadora e quasi mãe deste povo, faleceu este ano. ' O Padre visitador freqüentemente lhe prestou assistência em vida, e a acompanhou depois de morta. 'sempre foi benemérita da companhia, e pouco antes da sua morte, nos fez a esmola de 821$250. Por sua alma celebraram-se em a nossa igreja solenes exéquias e o reverendo bispo, o qual nessa ocasião aqui estava, presidiu às cerimônias com grande satisfação dos habitantes'. LEITE, Serafim. , **História...**Tomo I. p. 453.

A segunda capela referida, é a de São Jerônimo, inaugurada com grande pompa em 30 de setembro de 1615. A abóbada da capela apresentava uma " (...) bela pintura, envolta em artística cercadura de oiro, e tendo as paredes revestimento azulejar (...)"[393]. Data deste ano, a abertura de uma grande cisterna no claustro[394]. Considerando tratar-se da mesma cisterna, que existe no pátio interno, que por ocasião das pesquisas estava desativada, sua capacidade como reservatório de águas pluviais é realmente significativa. Medindo internamente cerca de 8 por 6 metros, com uma altura de aproximadamente 5 metros, a cisterna dispõe de um volume de cerca de 240 m^3. O teto é em abóbada de berço.

A última capela inaugurada antes da invasão holandesa, é a de Nossa Senhora da Paz, que em 1620 recebe em seu altar a imagem da santa. Capela esta que possivelmente está relacionada a Confraria de Pernambuco, fundada no Colégio, uma Confraria de ofício, que em 1619, denominava-se "Irmandade da Paz", tendo como patrona Nossa Senhora da Paz.

A última capela relacionada por Leite, relativa à Igreja de Nossa Senhora da Graça, é a de Nossa Senhora das Angústias, fundada em 1660, pelo Capitão João Pessoa Bezerra.

O estudo arqueológico, as capelas da Igreja de Nossa Senhora da Graça pôde revelar alguns detalhes de sua construção. Entaipadas, puderam após a remoção do reboco e paredes que as lacravam, ser observadas, quer do ponto de vista arquitetônico, quer do ponto de vista arqueológico. As duas capelas simétricas, mais próximas do altar, que formam um falso transepto, foram alvo de reformas que suprimiram grande parte do que poderia ser os testemunhos de suas feições

---

[393] LEITE, Serafim. , História...Tomo I. p. 453

[394] LEITE, Serafim. , História...Tomo V. p. 416-423.

primitivas. As impostas permaneciam quase intactas, entretanto o arco se encontrava danificado. Na capela do lado da Epístola, pode-se observar vestígios que indicavam que durante algum tempo, a capela restringia-se à espessura da parede. Fora fechada em sua parte posterior. Analisando do ponto de vista arquitetônico, com base na história da arte, Menezes admite que, embora não restassem vestígios de fechamento da capela simétrica àquela, ela deveria ter recebido tratamento idêntico[395]. Todas as capelas teriam sido profundas, o que se pôde observar através dos vestígios que restaram de sua destruição. As capelas do lado do Evangelho eram inter-comunicantes. O aprofundamento da capela do lado da Epístola, formou um volume isolado na lateral da igreja. Entretanto a concepção do conjunto de capelas, que não chegou a ser concluído, pôde ser observado, pelo menos em parte, através de detalhes que restaram. Os cunhais nos cantos externos e a marcação em cantaria, de uma abertura que constituiria a intercomunicação com uma segunda capela do mesmo lado, que não chegou a ser construída.

O piso da segunda capela do lado do Evangelho, em parte permaneceu intacto. Embora apenas tenha restado o piso sob o arco de entrada da capela, ou seja da porção engastada na parede, algumas observação puderam ser realizadas. Em primeiro lugar, o material utilizado no revestimento do piso, corresponde àquele utilizado tanto no piso primitivo, quanto nas duas etapas que se seguem. São tijolos manuais, retangulares, assentados sob uma camada de argamassa à base de cal. Por outro lado, o padrão utilizado no arranjo das peças, corresponde pelo menos em parte, ainda àquele das etapas referidas. Na área preservada os tijolos estão assentados em 'escama de peixe' (Figura 39), padrão que capeava as áreas destinadas aos sepultamentos, entre as faixas que delineavam as campas. Observe-se entretanto, que

---

[395] MENEZES, J. L da Motta, 1976. op. cit. p 55.

esta área específica não seria adequada a sepultamentos, por se estar sobre o alicerce da parede. O interior da área aprofundada da capela, entretanto, seria mais compatível com a prática. Observe-se na foto apresentada na Figura 70, vestígios da parede que entaipava a capela. Observe-se ainda a pintura na parede, a nível do rodapé, que deixa claro a continuidade da parede sob o arco. Um outro ponto que gostaria de chamar a atenção, diz respeito à soleira instalada sob o arco da capela. Trata-se do reaproveitamento de uma lápide funerária (Figura 39), seccionada no sentido transversal, e as partes justapostas de modo a constituir toda a soleira.

Uma outra correlação a ser extraída a partir da análise arqueológica, diz respeito às relações entre a desativação da capela e a implantação da quarta etapa, ou seja, da terceira ampliação da área do presbitério. Observe-se na Figura 34, que quando da instalação desta etapa, a capela já havia sido desativada. Ou ainda, a desativação da capela, corresponde às reformas empreendidas nesta quarta etapa. Como foi visto anteriormente, à esta etapa corresponde à substituição do primitivo padrão de revestimento de piso. Ou seja, a partir de então já não mais o piso refletia as áreas de sepultamento. O material anteriormente utilizado, a tijoleira retangular, é substituída por uma tijoleira quadrada. Mas, quando do entaipamento da capela, as lápides funerárias, não mais são consideradas, para a implantação das novas estruturas. As novas estruturas são apostas cortando as lápides, de modo a encobrir-lhes as inscrições. Os nomes dos ocupantes daquelas sepulturas. Possivelmente os nomes dos antigos benfeitores. Deste modo, as lápides restam apenas parcialmente expostas, sem que seus nomes estejam visíveis (Figura 34 e Figura 35). É possível que se mostrasse menos agressivo, a quem contribuiu (família, descendentes) para obter uma sepultura perpétua, que não restassem marcas evidentes do 'desrespeito' a seus túmulos. Sobretudo em uma cultura em que o túmulo considerado poderia ou não corresponder ao local do

sepultamento. A importância social vinculava-se ao túmulo. Fechada a capela, desconsiderados os túmulos. Seria o tempo que, apesar das 'gordas' esmolas, que garantiam um número infindável de missas, que se arrastariam por séculos, fazia esquecerem-se os mortos? Zelo pelos mortos, que segundo Freyre[396], não ultrapassa duas ou três gerações.

Embora não se disponha de informações textuais ou arqueológicas diretas, a conjugação de dados textuais e arqueológicos permitem que se proponham tentativamente algumas possibilidades de correlação.

Fundar capelas em igrejas e assumir sua manutenção, além de um ato piedoso, representou, na opinião de alguns autores, uma estratégia administrativa dos senhores de engenho. Sobretudo quando se tratava de vincular determinadas áreas da propriedade, e sua renda, a uma capela. Com isto evitava-se a repartição das terras. Por uma ou outra razão, os senhores de engenho, por sua própria situação social e econômica, constituíram uma boa parcela desses benfeitores. Evidentemente, nem sempre os engenhos 'iam bem'. Muitos foram vendidos, e a troca de donos poderia ou não ser refletida na manutenção das capelas. Mas, pelo que se pôde apreender, não só a troca de donos dos engenhos se refletia nas atitudes quanto à manutenção de capelas nas igrejas. Na Igreja de Nossa Senhora da Graça, a expulsão dos jesuítas do Brasil, e a entrega à mitra de seu Colégio, refletiram sobre as dotações oferecidas às capelas, sobre os antigos compromissos assumidos pelas gerações de seus instituidores. O Capitão-mor de Goiana, José Camelo Pessoa, descendente do instituidor de uma das

---

[396] "O zelo dos vivos pelos restos dos mortos não vai, entre nós, além de duas ou três gerações: a certa altura este zelo pára: e então a natureza tropical, em um triunfo fácil, invade tudo com o seu verde pagão; arrebenta pedras com suas raízes: pedras com suas inscrições que um dia foram douradas; algumas com brasões ou armas. Até sepulturas de bispos têm sido assim destruídas. " FREYRE, Gilberto. **Olinda** - segundo guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Liv. José Olímpio Ed. 1980.

capelas da igreja do Colégio, foi o seu último patrono[397]. Quando os bens dos jesuítas foram confiscados pela coroa, interrompeu seus vínculos como patrono da capela. Também os proprietários do engenho Monteiro, que tinham sob sua responsabilidade a manutenção de uma capela, suspenderam na ocasião, o cumprimento daqueles encargos[398]. A abdicação de seus deveres, possivelmente implicaria na perda dos direitos. Inclusive de seus direitos a sepultamento no interior daquela igreja.

Estariam relacionados as suspensões dos encargos, por parte dos proprietários, e o entaipamento das capelas?

O novo piso da igreja, de peças quadradas, deixa de se mostrar 'em campas'. A camada de areia que suportava as peças quadradas, não apresenta indícios de ter sido interrompida para novos sepultamentos. Entretanto é quase um século depois da expulsão dos jesuítas, que se começa efetivamente a respeitar a lei proibindo o uso de inumações em recintos fechados. Existiria, portanto, um lapso de tempo significativo entre a suspensão das doações de particulares e a observância da Lei que secularizou os cemitérios. Apenas se pode afirmar que quando este novo piso foi instalado, a capela já não mais estava aberta. Entretanto, não se tem elementos que permitam considerar que o entaipamento e a substituição do piso, tenham ocorrido durante a mesma reforma, ou em momentos diferentes. As fotos na Figura 37 e Figura 38, mostram em detalhe o reboco da parede de entaipamento, entre a parede e o batente da nova etapa. Entretanto, é comum em construções, descer-se o reboco abaixo do nível em que será aplicado o piso, antes de aplicá-lo.

---

[397] "Era administrador da capela em meados do século dezoito, quando se deu a extinção do Colégio, o Capitão-mor de Goiana, José Camelo Pessoa, descendente do instituidor, sendo assim o seu último padroeiro. " PEREIRA DA COSTA. **Anais....** p. 434

[398] "Incorporados os bens patrimoniais dos jesuítas à coroa, com a extinção da ordem, deixaram os proprietários do engenho Monteiro, dessa época por diante, de cumprir aquele encargo pio". PEREIRA DA COSTA. **Anais....** . p. 434

Apesar das reformas que suprimiram grande parte do que poderiam ser os testemunhos de suas feições primitivas, é possível se buscar algumas relações quanto as duas capelas simétricas, mais próximas do altar, que formam um falso transepto. Estas capelas, ao serem desentaipadas, denotaram que seus arcos se encontravam danificados, apesar das impostas mostrarem-se quase intactas (Figura 32 e Figura 34). Observa-se nestas impostas, as marcas de 'chumbamento', representadas por orifícios de forma quadrada, que se distribuem na face voltada para a nave. São evidências de justaposição de algum elemento a estas impostas. Possivelmente, trata-se das marcas dos encaixes de talhas, que teriam ornamentado os arcos das capelas. A referência mais detalhada que se pôde obter a respeito da ornamentação de capelas na Igreja de Nossa Senhora da Graça, refere-se à capela de São Jerônimo, cuja abóbada teve " (...) bela pintura, envolta em artística cercadura de oiro, e tendo as paredes revestimento azulejar (...)"[399]. Descrição que não informa diretamente quanto a talhas, mas, tais pinturas em princípio seriam aplicadas sobre um forro de madeira. Por outro lado, dois aspectos podem ainda ser levantados a partir desta descrição. Em primeiro lugar, quanto a utilização de uma 'artística cercadura de oiro'. Tendo sido a capela de São Jerônimo inaugurada em 1615, é provável que tenha sido alvo de pilhagens e vandalismo, durante a invasão holandesa. Mesmo que tivesse escapado ilesa, nos primeiros momentos, o fogo ateado à igreja, que chegou a destruir-lhe o teto, teria atingido, talhas e forros das capelas laterais. Quanto ao revestimento das paredes, em azulejos, também não restou elementos *in situ* que permitissem identificar em qual capela teriam sido utilizados. Entretanto, em duas áreas, de permeio com o aterro, foram localizados fragmentos de azulejos. Trata-se de azulejos em dois padrões distintos, um em azul sobre fundo branco, o outro azul, amarelo sobre fundo

---

[399] LEITE, Serafim. , História...Tomo I. p. 453. apud Menezes 1976 op. cit. p.53

branco. Do ponto de vista da tecnologia de fabricação, das cores e padrões que refletem, os azulejos resgatados através das escavações arqueológicas podem ser avaliados a partir de alguns parâmetros. Inicialmente quanto a freqüência de utilização deste tipo de revestimento entre os jesuítas, e o período em que são referidos. De acordo com Leite, o uso de azulejos nas obras da Companhia, sobretudo naquelas de maior porte, foi muito amplo, desde sua introdução em Portugal a partir de 1584[400]. Compunham desde as capelas-mores, às salas de aula, refeitórios, escadarias[401].

Em segundo lugar, buscou-se avaliar os fragmentos resgatados em termos das cores que apresentam. As peças da azulejaria portuguesa, de acordo com as informações fornecidas por Serafim Leite[402], foram inicialmente elaboradas a três cores: azul e amarelo sobre branco. Os padrões desenvolvidos com base nestas cores, correspondem sobretudo aos azulejos do século dezessete. No século dezoito os azulejos são predominantemente bicolores, com seus padrões em azul sobre branco. Deste modo, os fragmentos resgatados na Igreja de Nossa Senhora da Graça, correspondem, por suas cores, a dois momentos distintos: peças do século dezessete, e peças do século dezoito. Quanto aos padrões, o

---

[400] "Em quase todas as suas grandes Igrejas e Colégios se assinala este elemento (azulejos da Companhia de Jesus) das artes decorativas. A primeira vez que aparecem na Assistência de Portugal foi em 1584: 'Os grandes painéis decorativos de S. Roque, assinados e datados por Francisco de Matos, 1584, São um novo aspecto de sua transformação evolutiva' diz Reinaldo dos Santos, ao referir-se à entrada do azulejo em Portugal nos fins do século XV (sic.) (vindos de Sevilha e Málaga)". LEITE, **História...** V, 417-418. apud LEITE, Serafim. , 1953. op. cit. 66.

[401] "Na capela-mor há curiosos azulejos com a data de 1631. (...) em 1746-1747 se azulejaram todas as aulas, revestindo-se até certa altura de quadros alusivos ou simbólicos. São muito curiosos esses azulejos, pelo brilho do colorido, azul sobre fundo branco, mas ainda mais pela originalidade do desenho. Estão datados mas não assinados. " QUEIRÓS VELOSO, José M. de. **A Universidade de Évora - Elementos para a sua história**. Lisboa 1949 p. 86-7. apud LEITE, Serafim, 1953. op. cit. p. 66-7.

[402] As cores variam segundo o período de sua evolução: no século dezessete policromados, em que predomina o azul e o amarelo; no século dezoito eram quase só azuis e brancos - vidas de santos, obras de misericórdia, temas civis e marítimos, emolduramentos barrocos, e ornavam interiores e exteriores de igrejas, escadarias, palácios, colégios. Era um complemento essencial da arquitetura portuguesa [...]". LEITE, História V, 417-418. apud LEITE, Serafim, 1953. op. cit. p. 66.

tamanho dos fragmentos impedem uma descrição mais precisa. Deste modo, o material remetido à análise de um especialista, não permitiu um resultado mais esclarecedor.

No âmbito da nave, propriamente dita, poucos fragmentos de azulejo foram resgatados[i]. Entretanto, sob o piso da capela lateral, do lado da epístola[ii], concentrava-se a maioria dos fragmentos de azulejo[403].

O número de ocorrências de fragmentos de azulejo nos diversos níveis da estratigrafia da Igreja de Nossa Senhora da Graça, é um outro assunto a ser discutido. A baixa incidência de fragmentos de azulejo registrada no sítio, conduz a dois blocos de ponderações.

1. Possivelmente houve uma baixa freqüência de uso de azulejaria no revestimento das paredes da igreja;

2. O revestimento em azulejo ali empregado foi, com sucesso, cuidadosamente aplicado e removido.

Com relação à baixa freqüência de uso de azulejaria no revestimento das paredes da igreja, há que se considerar que à época do início da construção da igreja (1584), estava sendo introduzida a azulejaria em Portugal, proveniente de Málaga e Sevilha. Tratava-se portanto, de produto ainda relativamente raro, e que, possivelmente, não contava ainda com uma produção regular. Durante o primeiro quartel do século dezessete, já uma das capelas laterais da Igreja de Nossa Senhora da Graça, fora revestida de azulejos. É provável que esta prática viesse a se tornar mais freqüente, entretanto, o período de domínio holandês, que em seguida teve início, interrompeu o processo de 'refinamento' nas decorações. Mas decorreram-se quinze anos entre o revestimento da capela com azulejos, e a invasão holandesa. Deste

---

[403] É possível que a presença de restos de azulejos, esteja relacionada ao período de ocupação holandesa, como se verá adiante, quando se tratar dos efeitos do incêndio de Olinda na Igreja de Nossa Senhora da Graça. N. A.

período não foi possível resgatar informações, quanto a novas aplicações de azulejos na igreja; sequer, mesmo, quanto a instituições de novas capelas, exceto a referência à chegada e aposição no seu altar, da imagem de Nossa Senhora da Paz[404], o que não esclarece quanto à instituição e à construção da capela correspondente. Por outro lado, há pouco concluíra-se o Colégio. A julgar pelas referências ao endividamento em que se encontravam em 1604, sua construção teria representado, efetivamente um grande esforço financeiro. Construção suportada pela Ordem, pelo Rei, e provavelmente, em grande parte, pelos moradores de Olinda. E não era apenas o Colégio dos jesuítas que se construía à época. Outras Ordens trilhavam caminhos similares, de tornar sólidas suas construções, de ampliar suas instalações. As fontes de recursos, entretanto, praticamente eram as mesmas. Após a Restauração, todo o conjunto teve que ser recuperado, novas despesas. Toda a Olinda, os engenhos, casas, lojas; a própria economia teria que se recuperar. Restavam ainda as despesas da guerra. Mas o colégio foi restaurado, e construído o do Recife. Cogitaram de transferir as classes para Recife, ao que reagiram os olindenses[405]. Mas Olinda já perdera sua posição política, junto ao Governo Geral, junto à Metrópole. Mesmo assim o Colégio de Olinda ainda desfrutava de prestígio junto à sociedade[406]. A ação de seus padres continuava presente, atuantes politicamente.

---

[404] Relacionada à Irmandade da Paz.

[405] Fundando - se depois o colégio do Recife, quiseram os padres transferir para este novo estabelecimento as referidas classes; mas, reclamando ao soberano a câmara do senado da cidade de Olinda, foi atendida por ato régio de 6 de julho de 1719, mandando que o ensino de tais matérias permanecesse no colégio daquela cidade. PEREIRA DA COSTA...**Anais....** p. 436

[406] Gozava o estabelecimento do título honorífico de Real, conferido em época ignorada, mas do qual já estava em gôzo no ano de 1754, como se vê da oração fúnebre que recitou o Padre Cornélio Pacheco, da Companhia de Jesus, na Igreja de Nossa Senhora da Graça do Real Colégio de Olinda, nas exéquias do coronel Antônio Borges da Fonseca, celebradas no dia 16 de março de 1754, cuja oração foi impressa em Lisboa no mesmo ano. PEREIRA DA COSTA **Anais....** . p. 436

Outras capelas dever ter sido instituídas neste período, entretanto, apenas a de Nossa Senhora das Angústias, fundada em 1660 pelo Capitão João Pessoa Bezerra, é referida por Leite. Fundada provavelmente ainda durante as obras de reparação, após a ação holandesa. Uma nova capela, ou a reconstituição de uma anterior, depredada, e já sem patrono?

Não há referências quanto ao uso da azulejaria nesta capela, e em nenhuma outra além daquela de 1615. Teria efetivamente sido pouco usado, ou a baixa incidência de peças nas camadas se deve ao reaproveitamento dos azulejos, cuidadosamente removidos durante alguma das reformas, ou mesmo quando do entaipamento das capelas? As sucessivas modificações na igreja, a qualidade da massa utilizada no reboco, não deixaram vestígios que pudessem ser resgatados pela arqueologia.

Em resumo, a análise da distribuição espacial, associações e freqüência dos fragmentos de azulejos, face a natureza e origem das camadas de onde foram resgatados, não autoriza a afirmar que se trata de uma deposição primária, e portanto associar a cronologia da camada a reformas que incluíssem o uso de azulejos. Por razões análogas, não autoriza negar a simultaneidade entre as reformas no presbitério e na(s) capela(s).

Por outro lado, no conjunto do Colégio, a capela doméstica, apresenta nos dias atuais azulejos revestindo as paredes. Por ocasião das obras de restauração, Menezes analisou aquele revestimento, à luz das informações de Santos Simões[407]. Uma das hipóteses aventadas por Menezes, mas à qual ele próprio refuta, é a de ser esta capela doméstica,

---

[407] SANTOS SIMÕES, J. M. dos. Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822). **Corpus da Azulejaria Portuguesa**, vol. II. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 1965

aquela referida como a de São Jerônimo[408]. A refutação da hipótese é corroborada ainda pela referência à abóbada ou fórnix presente na capela[409].

Na abalizada opinião de Santos Simões, a origem destes azulejos, que segundo ele apresentava fabricação pouco esmerada, seria Porto ou Gaia, produto de uma oficina 'primitiva'. [410]

Por outro lado, Leite chama a atenção para o desenvolvimento das artes e ofícios dos jesuítas no Brasil[411], sobretudo no que concerne à busca de uma auto-suficiência. Embora afaste a idéia de estar sugerindo que os azulejos existentes nas igrejas e capelas jesuíticas, tivessem sido fabricados no Brasil, deixa sempre uma pista, para a

---

[408] "A capela doméstica, no andar superior, com forro de madeira em três panos, não possuindo mais nenhum retábulo contemporâneo à sua execução, é revestida de azulejos. (...) Seria esta a capela inaugurada em 1615 quando foram colocados azulejos coloridos nas paredes? Julgo data muito recuada para estes modelos de padrões, um dos quais, pelo menos, só aparece bastante mais tarde. É mais natural que após o incêndio de 1631, ou noutra altura, e ao adaptar-se esta sala a capela, se tenha aproveitado os azulejos de outros locais do edifício e até de mais de uma época. " MENEZES, J. L. da Mota. op. cit. 1976, p. 73-4.

[409] "(...) no dia de S. Jerônimo, inaugurou-se com grande pompa, na igreja, capela do mesmo santo, mandada edificar por um amigo da Companhia, homem nobre de Pernambuco; esta capela possuía o arco ou a abóbada (fornix) pintada com bela pintura (...). " MENEZES, J. L. da Mota. op. cit. 1976. p. 53.

[410] 'estão os azulejos impostos em silhar de 10 de altura, incluindo as cercaduras inferior e superior. São dois padrões policromos que constituem os tapetes azulejados, separados estes entre si por frisos de ½ azulejo, dispostos no sentido vertical. Os padrões são de repetição 2x2 e um deles de desenho muito raro. Pertence à série a que chamo de CAMÉLIAS mas apresenta uma variedade que aqui encontrei pela primeira vez. O outro padrão, muito mais freqüente, é bem dos princípios do século dezessete. São de notar certas particularidades técnicas - desenho e coloração - e ainda a péssima qualidade da pasta, a imperfeição da esmaltagem e o emprego de avivagens em segundo e até terceiro fogo. Julgo tratar-se de fabricação pouco cuidada e as tonalidades, emprego de ocres e simplificação dos desenhos, fazem-me supor que se trata de produto de primitiva oficina do Porto ou de Gaia. ' SANTOS SIMÕES, J. M. dos. **Azulejaria Portuguesa no Brasil** (1500-1822). Corpus da Azulejaria Portuguesa, vol. II. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 1965

[411] Os azulejos que ainda subsistem em diversas Igrejas e Colégios, estão a pedir estudo sistemático, conjugando estes espécimes com as notícias históricas que se forem coligindo sobre eles. Claro que a menção aqui deste assunto, visa apenas a não esquecer uma das manifestações artísticas das Casas e Igrejas da Companhia, sem levar consigo a sugestão de que os azulejos fossem feitos por Irmãos. Tudo é obra européia. As olarias propriamente ditas não estavam apetrechadas nem entrava na sua finalidade a execução de semelhantes trabalhos artísticos. Mas a figura singular (não há outra com a mesma arte em todos os Catálogos do Brasil e do Maranhão) do barrista ou figulo-estatuário Francisco Rebelo, surge na história nos meados do século dezoito, como um enigma que a perseguição geral deixou indecifrado, e dentro do qual se pode imaginar, além do barro artístico, alguma peça de cerâmica mais nobre. " LEITE, Serafim. , 1953. op. cit. p. 67-8.

possibilidade de não se ter tido suficientemente documentada as primeiras tentativas de uma maior elaboração da arte cerâmica. Exemplo que faz das imagens produzidas pelo figulo-estatuário Francisco Rebelo, do Maranhão. De fato, se as olarias do Brasil de então não estavam suficientemente 'apetrechadas' para o fabrico de azulejos, não seria esta a razão dos azulejos da capela doméstica apresentarem-se a Santos Simões como de 'fabricação pouco esmerada'? Não seria esta mesma impressão que causaria uma fabricação 'muito esmerada', ainda que em precárias condições? O fato de apresentarem 'avivagens em segundo e até terceiro fogo' não reforçaria, ao contrário uma hipótese de 'esmero, em precárias condições'? do fabrico em uma 'primitiva oficina'? Como o próprio Serafim Leite faz referência, talvez "Os azulejos que ainda subsistem em diversas Igrejas e Colégios, [estejam] a pedir estudo sistemático, conjugando estes espécimes com as notícias históricas que se forem coligindo sobre eles". [412]

O uso da igreja pela comunidade abrangia assim, desde a congregação de confrarias, irmandades, com suas funções corporativas, as oportunidades de ostentação, ainda que sob o véu da glorificação, através das capelas. Abrangia ainda os atos solenes de devoção, do batismo ao sepultamento, o início e o fim da vida terrena cristã.

---

[412] Serafim. , 1953. op. cit. p. 67-8.

USO COMO CEMITÉRIO

O papel desempenhado pela Igreja na sociedade colonial abrange não apenas diferentes segmentos da sociedade, como perpassou ou mesmo permeou todo o ciclo de vida da população. A interferência social se deu tanto a nível da sociedade como a nível individual.

A igreja como estrutura física atraía para si grande parte dos eventos sociais. Ali tinham lugar, além dos ofícios estritamente religiosos de culto, a legitimação de muitos dos contratos sociais civis. A Igreja casava e batizava; confessava e absolvia. Na igreja, com o batismo, definia-se publicamente os parentescos, era o reconhecimento dos laços familiares. Na igreja eram definidas as responsabilidades de sangue (familiares), e as responsabilidades perante a Igreja - os padrinhos.

Se à Igreja cabia introduzir socialmente os novos membros da famílias, a ela também cabia, e com talvez maior razão, conduzir aqueles que deixavam a sociedade dos homens, às portas da *nova vida*. Esta função não se limitava aos ritos de passagem; cabia-lhe ainda abrir suas portas, suas paredes e seu chão, para receber os corpos daqueles que repousavam, aguardando o Dia do Juízo. E o chão e paredes das igrejas do Brasil colonial apinharam-se de mortos, que em vida ou em morte através de seus parentes, disputavam um lugar privilegiado, o mais próximo possível dos altares, dos santos.

Esta prática católica de enterrar os mortos no interior das igrejas, dispersou-se em todo o Brasil colonial. À Igreja, através de seus representantes cabia a responsabilidade de dar sepultamento aos

cristãos. O que não significava que fosse a suas expensas; muito ao contrário. Representava antes uma significativa fonte de rendas.

Mas não era apenas da colônia esta prática. Sepultamentos no interior das igrejas são antes um marco do cristianismo de então. Entretanto, nem sempre fora assim junto aos cristãos.

No início do cristianismo, as práticas funerárias refletiam as velhas tradições de um vasto mundo *pagão*. Tradição de ampla difusão na Europa, que se fundamentava no conjunto de crenças referentes às *atitudes* para com os mortos. Mortos respeitados, cultuados, temidos. Temor que se expressava através de duas vertentes distintas: a contaminação material, que os corpos putrefatos trariam aos vivos, e o temor sobrenatural da alma dos defuntos.

No início de sua formação, a igreja cristã conservou muitas das práticas *pagãs*, em relação aos mortos. Relações que incluiam um nítido afastamento dos mortos, em termos dos locais frequentados pelos vivos. As práticas funerárias cristãs, dos primeiros séculos, mantinham traços comuns com antigas práticas de povos europeus. Os mortos eram afastados das áreas habitadas, das cidades, reunidos em áreas específicas -cemitérios das comunidades-, ou mesmo em tumbas de famílias. Poderiam ainda as tumbas serem dispersadas ao longo de estradas, como se fazia ao tempo áureo do Império Romano. Nestes primeiros séculos não se concebia que os mortos compartilhassem com os vivos, das mesmas áreas. A proximidade entre as práticas funerárias de *pagãos* e cristãos, os conceitos comuns acerca das relações entre vivos e mortos, premitiu, durante certo período, que os mortos de uns e de outros, compartilhassem as mesmas áreas de sepultamento. Posteriormente, os cristãos já não mais enterravam seus mortos, nas mesmas áreas que os *pagãos*. As necrópolis cristãs assentavam-se em áreas próximas a dos cemitérios comunais, entretanto, mantinha-nas isoladas umas das outras. Ambas fora-de-portas.

Por outro lado, a prática funerária cristã, conquanto mantivesse aproximação com a dos *pagãos*, quanto a se buscar isolar os mortos das áreas de convívio dos vivos, os rituais diferiam, e sobretudo divergiam as crenças em torno dos mortos. O culto prestado aos mortos, comum entre os *pagãos*, não escondia o temor que representava a proximidade dos mortos. Através dos rituais, buscavam manter os mortos afastados, evitando que retornassem e perturbassem os vivos. O temor aos mortos não se restringia às questões sobrenaturais. Consideravam tambem que os corpos enterrados ou mesmo cremados, tornavam-se impuros e poderiam contaminar os vivos.[413]

Tais conceitos, evidentemente com nuances peculiares a cada grupo, eram compartilhados por grande parte dos povos da antiguidade do velho mundo. Com base na crença de que os mortos poderiam vir a trazer malefícios, buscavam mantê-los afastados, fora dos muros das cidades..

As práticas funerárias cristãs dos primeiros séculos, mantinham uma significativa aproximação com as práticas pagãs. Paulatinamente, entretanto, os locais de enterramento compartilhados com os *pagãos*, vão sendo abandonados pelos cristãos, que passam a enterrar seus mortos em áreas reservadas, ainda que próximas aos antigos cemitérios dos *pagãos*[414].

---

[413] "a despeito de sua familiaridade com a morte, os antigos temiam a proximidade com os mortos e os afastavam de seus caminhos. Honravam seus locais de sepultamento, em parte porque temiam a volta dos mortos. A reverência que demonstravam para com as tumbas e "manes" se destinava a evitar que os mortos 'voltassem' e perturbassem os vivos. Se eles eram enterrados ou queimados, o morto era impuro; se eles ficavam mito próximos, haveria perigo de que contaminasse os vivos. Para evitar qualquer contacto o local dos mortos deveria ser separado do domínio dos vivos, exceto nos dias de sacrifícios propiciatórios; isto era uma regra que não se quebrava. AIRES, Philippe. **The Hour of Our Death**. Trad. Helen Weaver. Ed. Alfred A. Knopf, N.York. 1981:p.29

[414] "no início os cristãos observaram os costumes de suas épocas e compartilharam as atitudes prevalecentes em relação ao morto. No início eles eram enterrados nas mesmas necrópolis como os pagãos, posteriormente, próximo aos pagãos em cemitérios separados, porém sempre do lado de fora das cidades'. Ibidem: p.30.

A partir do século cinco, transformam-se as atitudes cristãs em relação aos mortos. Airès[415] chama a atenção para uma brusca inversão de atitudes que ocorre neste período. A longa tradição dos antigos, de afastar os mortos, é rapidamente substituída, entre os cristãos, por uma atitude de aproximação entre vivos e mortos. Os mortos não mais são levados para fora dos muros, para as áreas a eles reservadas. Ao contrário passam a ser trazidos para o interior dos templos. Esta mudança de atitude perante os mortos, entre os cristãos, reflete possivelmente outras transformações no campo das idéias. O temor pelos mortos, o medo de seu eventual retorno, é "substiuído pela crença na ressurreição da carne no dia do Juízo Final. Deste modo, os mortos não mais atemorizam os vivos. O antigo culto pagão, aos mortos, é direcionado entre os cristãos, fundamentalmente para o culto aos "santos mártires"[416] e suas tumbas.

Entretanto, estas atitudes não foram adotadas generalizadamente pelos cristãos. Duas grandes linhas divergentes, intalam-se entre os cristãos. Uma no Ocidente, outra instalada mais à leste, sobretudo na África.

Os monges do Oriente, herdeiros das idéias e princípios, dos eremitas do deserto, também quanto às suas relações com a morte, seguem a mesma trilha. Os eremitas, acreditando que o dogma da ressurreição da carne se opunha ao culto *pagão* das tumbas, passaram a demonstrar total indiferença quanto ao local das sepulturas[417]. São

---

[415] Idem

[416] Idem

[417] "como se pode mudar tão rapidamente da antiga repugnância para a nova familiaridade? Através da fé na ressurreição do corpo, em combinação com o culto dos antigos mártires e suas tumbas. As coisas podem ter se processado de outro modo; alguns dos primeiros cristãos, buscando mostrar sua rejeição às superstições pagãs, e sua alegria em retornar a Deus, não davam importância a seus locais de enterramento. Eles acreditaram que o culto pagão de tumbas estava em oposição ao dogma fundamental da ressurreição da carne. Santo Inácio de Antioch desejou que os animais selvagens não deixassem nada de seu corpo. Os (anchorites), no deserto egípcio, pediam que seus corpos fossem deixados insepultos e expostos à voracidade de cães e lobos, ou à caridade de estrangeiros que poderiam surgir após eles por acaso. 'Eu encontrei uma caverna' - escreveu um destes monges- 'e [Continua na página seguinte.]

numerosos os relatos dos antigos cruzados, que voltavam perplexos por se terem defrontado com os corpos insepultos dos cristãos do deserto. Não só os corpos dos ermitãos em suas cavernas, mas ainda corpos dos monges espalhados em suas ermidas, demonstrando sua total indiferença quanto ao destino de seus restos mortais.[418]

No Ocidente, buscou-se associar à fé na ressurreição, ao culto tradicional aos mortos, à sua tumba. Desviava-se o culto genérico dos ancestrais, de famílias, de clãs, para o culto dirigido à tumba dos santos mártires. E por um longo período, prevaleceram no Ocidente, as idéias que atendiam a um certo ajuste entre a nova fé e os costumes tradicionais. Uma conciliação entre a fé na ressurreição do corpo, com o culto às tumbas.

O desprezo pelo corpo, morto ou vivo, demonstrado pelos monges do Oriente, não repercutiu na massa dos cristãos na Europa, não se popularizou no Ocidente. A tendência observada no Ocidente, de ajustar os dogmas cristãos às velhas crenças, repercutiu ainda quanto ao destino a ser dado aos corpos. E é esta acomodação às velhas crenças que, entre os cristãos do Ocidente, assume a feição de um apego exacerbado à conservação dos restos mortais, advindo daí, a. crença na necessidade de um "enterro decente", e o extremo zelo em conservar intatas as sepulturas. E as velhas crenças continuam a 'inspirar' às crenças cristãs. O 'enterro decente' e a não violação das sepulturas,

---

antes de entrar, eu bati de acordo com o costume dos irmãos'. Uma vez que não houve resposta, ele entrou e viu um monge sentado que não falou. 'eu estendi minha mão e toquei seu braço, ele se transformou em pó em minhas mãos. Eu senti seu corpo e percebi que estava morto... Então eu me levantei e rezei, cobrindo o corpo com minha manta. Cavei um buraco no chão e enterrei-o, e o deixei'. Ibidem: p.31

[418] "... séculos depois, Jean de Joinville e São Luis, voltando da cruzada fizeram uma descoberta semelhante na ilha de Lampedusa. Eles foram dar em uma ermida abandonada. ""o rei e eu caminhamos até o fim do jardim. Sob o primeiro arco nós vimos uma capela caiada de branco e uma cruz vermelha e terra. Caminhamos sob o segundo arco e encontramos dois corpos humanos cujos ossos estavam espalhados. Alguns dos ossos ainda estavam juntos; os ossos das mãos estavam juntos dentro do manto. Eles estavam deitados voltados para o Leste do jeito como seus corpos deitaram no chão." op.cit. p. 31

assumem o caráter de condição à ressurreição no Último Dia. Estavam convencidos de que "aquele que permanecer insepulto não ressurgirá dentre os mortos"[419].

Por outro lado, a crença no retorno dos mortos apenas por ocasião do juízo final, conduziu os cristãos a não reteram as crenças que desembocavam no medo pelo morto. Ao contrário, o temor dos mortos, foi entre os cristãos, substituido por práticas de "convívio". Uma crescente familiaridade entre vivos e mortos que conduziu à coexistência nos mesmos locais. Os mortos não apenas passaram a permanecer no interior dos muros das cidades, como ainda passaram a ser sepultados no interior dos templos[420].

O convívio com os mortos, embora aceito pela maior parte da população cristã, foi de início combatido[421]. Alguns dos líderes, mesmo alguns "santos", demonstraram manter a antiga aversão à proximidade dos mortos, ainda que não atribuísse a aversão ao temor para com o morto.[422] e [423].

---

[419] Deste modo o antigo medo de morrer sem sepultura foi sincretizado pelos cristãos sob a forma de não ressurgir dentre os mortos. ARIÈS, Philippe. op. cit. 1981: nota 9 cap. I.

[420] Porém esta aversão à proximidade com os mortos desde cedo desapareceu entre os cristãos, inicialmente na África, depois em Roma. A mudança é notável pois reflete uma profunda diferença entre as antigas atitudes pagãs e as novas atitudes cristãs para cm a morte, uma diferença que existiu a despeito da mútua aceitação da morte domada. Entretanto, e durante um longo tempo - até o século dezoito - os mortos deixaram de perturbar os vivos e os dois grupos coexistiram nos mesmos locais e atrás das mesmas paredes. ARIÈS, Philippe. op. cit.1981: p. 30

[421] A lei das "doze tábuas" estipulava "que nenhum corpo seja sepultado ou cremado no interior da cidade". Esta estipulação foi repetida no "Código de Theodósio", que ordenou que todos os restos mortais deveriam ser removidos de Constantinopla: "todos os corpos contidos em urnas ou sarcófagos, no chão, devem ser removidos e deixados do lado de fora da cidade. ARIÈS, Philippe. op. cit. 1981: p. 29

[422] São João Crisóstomos compartilhou a aversão dos antigos em contactar com os mortos. Em uma de suas homília ele exortou a volta ao costume tradicional: "cuidem para que nenhum sepulcro seja construído na cidade. O que você faria se alguém fosse deixar um corpo no lugar em que você come e dorme? E você ainda deixa o morto (animam mortuam) não onde você come e dorme, mas próximo ao corpo de Cristo... Como alguém pode visitar a igreja de Deus, os templos sagrados, quando eles estão saturados de um odor tão terrível? (4) museu dos agostinianos, Toulouse no. 835" apud ARIÈS, Philippe. op. cit. 1981: p.30

[423] "Em 563 (tardio) encontramos traços desta atitude em um cânon do concílio de braga proibindo sepultamentos nas basílicas dos Santos Mártires: "não se pode recusar às basílicas dos Santos Mártires [Continua na página seguinte.]

Por outro lado, a questão da necessidade e inviolabilidade do sepultamento, relacionada à ressurreição, gerava desdobramentos sociais significativos. As pilhagens das tumbas condenavam, no entender do povo, o morto a não ressurgir. A manutenção intacta das sepulturas, inviabilizava rapidamente os locias sagrados para novos sepultamentos. As mortes acidentais, no mar, nas guerras longínquas, condenavam os insepultos. Contra este estado de coisas, alguns escritores eclesiásticos insistiram em afirmar que o poder de Deus era capaz de restaurar os corpos que tivessem sido destruídos do mesmo modo que foi capaz de criá-los. Mas seus esforços, durante muito tempo, foram vãos. O povo, de um modo geral, não fora capaz de estabelecer a distinção pregada pelos teólogos, entre a alma, o corpo (carne) e o corpo glorificado. Prevalecia, entre os cristãos, o forte sentido de continuidade do indivíduo, a ressurreição do corpo.

Don Leclercq em seu artigo "ad sanctos" no dicionário da Arqueologia Cristã sugere que o medo da violação das sepulturas, conduziria ao costume que mais tarde se tornou difundido, de enterrar o morto próximo às tumbas dos mártires. Os mártires eram os únicos entre os santos (isto é, os crentes) cuja admissão no paraíso era imediata. Eles cuidariam dos corpos e afastariam aqueles que quisessem profaná-los.

Ariès entretanto, considera que enterrar *ad sanctos* - isto é perto da tumba dos mártires, teve um outro motivo. Ele admite que o medo de violação que foi tão forte durante os primeiros séculos, dissipou-se relativamente cedo, no início da idade média. A partir de então, os sarcófagos, não mais continham qualquer coisa de valor que atraisse os ladrões. Admite ainda que o medo também perdeu seu motivo espiritual: é que, contanto que os corpos permanecessem sob a proteção

---

o privilégio que as cidades mantém inviolável de não permitir que ninguém seja enterrado entre seus muros (5) Duby, l'an mil, p. 76." apud ARIÈS, Philippe. op. cit. 1981: p.30

dos venerados santos, e no interior sagrado das igrejas, quaisquer mudanças que os agitasse não tinham importância. Os sacerdotes poderiam remover os ossos, sem que isso representasse violação das sepulturas[424]. Deste modo, "o motivo principal para sepultar *ad santos* era obter a proteção do mártir, não apenas para o corpo físico do morto, porém para o seu ser total no dia da ressurreição e julgamento"[425].

Em seu estudo acerca das atitudes humanas perante a morte, no mundo cristão, Àries considera, que a dástica mudança de atitude dos cristãos perante à morte, ocorrida em torno do século cinco, que transformou o antigo temor para com os mortos em um intenso convívio, perdurou até o século dezoito, quando esta relação já atingia 'as raias da indiferença'. A antiga aceitação do destino, da natureza que expressava através da morte, é substituida por uma aproximação, ou mesmo uma promisquidade entre vivos e mortos, no mundo cristão[426].

Quando no século cinco a igreja cristã rompe com a antiga tradição e admite os enterramentos nas áreas frequentadas pelos vivos, na verdade inverte-se o sentido atribuido à área sagrada dos mortos. Uma área antes vista como maléfica, passa a ser admitida como uma área de caráter benéfico. Entretando, desde o início, a Igreja buscou estabelecer que o enterro ad sanctos, não necessariamente significava

---

[424] Realmente, quantas vezes um corpo poderia ser violado, só para falar, sendo removido de seu lugar original pelos sacerdotes, freqüentemente sem qualquer cerimônia, porém sem serem profanados, desde que permaneciam no chão da igreja? ARIÈS, Philippe. op. cit. 1981; p.31

[425] Ibidem p 34

[426] "no último capítulo observamos a persistência de uma atitude perante a morte que permaneceu praticamente intocada por milhares de anos, uma atitude que expressou uma aceitação expontânea do destino e natureza. Esta atitude perante a morte tem sua contrapartida em uma outra atitude perante a morte que se expressou através da familiaridade com os locais e artefatos de enterramento. Esta mentalidade é peculiar a um período bem definido da história. Aparece claramente em torno do século cinco A.D., que se mostrou muito diferente dos séculos anteriores, e desaparece no final do século dezoito, sem deixar traços nos costumes de hoje. Portanto, este período - longo e claramente definido - se enquadra no interminável domínio do fenômeno que caracterizamos como 'a morte domada'. Ele começa com a reaproximação entre vivos e mortos, a invasão das cidade e vilas pelos cemitérios, que ficaram envolvidos pelas habitações dos homens. E termina quando esta promiscuidade não era mais tolerada." op. cit. p 29

enterrar-se no interior das igrejas. Para tal, existiam os cemitérios próximos às igrejas. Mas, ao que parece, não foi esta a prática de enterrar em cemitérios, a mais atrativa. E ao longo dos séculos sucedem-se as proibições, as restrições aos enterramentos no interior das igrejas. O Concílio de Braga, em 563 proibe os sepultamentos no interior das igrejas, permitindo que se sepultasse próximo às paredes, do lado de fora. E esta determinação 'prevalece' ao longo dos séculos, como regra geral. Entretanto, na prática, o que prevalece é o uso do interior das igrejas como cemitério. Os textos proibindo sepultamentos no interior das igrejas, repetem-se ao longo da Idade Média; em 813 (Concílio de Mayence); 895 (Concílio de Tribur); 900 (Pseudo-Concílio de Nantes). Mas eram estes próprios textos, dos Concílios que se mostravam repletos de excessões. Padres, freiras, notáveis das congregações, eram casos que podiam receber autorização especial do Bispo para serem sepultados nas igrejas. Apesar das reafirmativas de não se sepultar no interior das igrejas, até o século dezoito, as igrejas, constituiam-se, na verdade em cemitérios. Buscou-se então, preservar ao menos, a área do altar-mor, reservando-a aos ecesiásticos, no que se repetia o texto do Pseudo-Concílio de Nantes (900)

Com a Contra-Reforma, novas tentativas de disciplinar os enterramentos nas igrejas. O Concílio de Rouen (1581) impõe que todas as pessoas sejam enterradas nos cemitérios, admitindo, entretanto, serem enterradas no interior das igrejas, tres categorias de pessoas:

1- "Aqueles que dedicaram suas vidas a Deus, pois seus corpos foram escolhidos como templo de Cristo e do Espírito Santo".

2. "Aqueles que receberam honrarias e dignidadedes na igreja [padres ordenados]ou no mundo [ricos e poderosos], pois eles são ministros de Deus e instrumentos do Espírito Santo"[427].

---

[427] apud ARIÈS, op. cit. p 47

3. "Aqueles que por sua nobreza, suas ações e seus méritos, distinguiram-se no serviço de Deus e do bem comum."

Em 1683, o Concílo de Reims, reafirma as determinações de 1581, explicitando melhor a quem se referem as tres categorias.[428]

Não apenas os catóticos enterravam nas igrejas. A igreja Reformada tambem manteve a antiga prática cristã de enterrar no interior das igrejas.

E os enterramentos nas igrejas persistiram no Ocidente até pelo menos o final do século dezoito, chegando mesmo, no caso do Brasil, a serem amplamente praticados até 1850-55, quando as epidemias forçam medidas drásticas no cumprimento das proibições de enterrar no interior das igrejas[429].

ASPECTOS DOS RITUAIS FUNERÁRIOS NA IGREJA CRISTÃ

A significação religiosa da morte, no caso dos povos cristãos, foi socialmente explicitada através da elaboração de um complexo ritual. Através dos séculos, tais rituais sofreram tranformações, guardando, entretanto, algumas perssistências.

No início da Idade Média, os ritos funerários eram seculares, e o papel dos religiosos restringia-se a conceder as absolvições: antes, e após a morte. A partir do século treze o clero passa a dominar a condução dos rituais. O antigo costume de conduzir o morto de seu leito

---

[428] apud ARIÈS, op. cit. p 47

[429] Com a eclosão das epidemias de cólera e febre amarela (1850-1855) em todo país, a exigência do cumprimento das leis que proibiam o enterro nas igrejas se fez maior, pois o contágio dessas doenças era associado aos gases emanados dos cadáveres. Muitos dos nossos cemitérios secularizados são coethahneos dessas epidemias possuindo datas de origem muito próximas. GALVÃO, Viviane. **Influência Social e Religiosa dos Costumes Funerários no Brasil.** Comunicação apresentada à ANPHU, 1994. p. 13

à tumba, entretanto, persiste. A procissão que se seguia à vigília, até então era realizada por parentes e amigos do morto. Possivelmente a partir da ciração das ordens mendicantes, o pequeno grupo que conduzia o morto ao local do sepultamento, transformou-se em uma solene procissão eclesiástica[430]. Amigos e parentes passam a ser convidados a participar das procissões e o local de cada um, é definido pelo protocolo do ritual. Os novos oficiantes dos rituais passam a ocupar quase todo o espaço, a dominar as procissões. Praticamente substituem parentes, amigos e mesmo os que se dedicavam profissionalmente aos enterramentos. Padres e monges passam a carregar o corpo. Os membros das ordens mendicantes (Carmelitas, Agostinianos, Franciscanos e Beneditinos) vestidos ao modo dos penitentes, com os rostos cobertos, carregando velas e tochas, eram uma presença praticamente obrigatória nos funerais nas cidades. As confrarias são também uma presença significativa nas procissões. E o serviço funerário passa a ser exercido por confrarias que se dedicavam a sepultar os pobres[431].

Por outro lado, a composição da procissão, não é especificamente estabelecida pelo clero ou pelas tradições. São constituidas fundamentalmente a partir dos desejos expressos anteriormente pelo

---

[430] ARIÈS, Philippe. op. cit. 1981 p. 165

[431] A presença de diversas irmandades nos acompanhamentos dos defuntos - é necessário lembrar que o morto poderia pertencer a várias confrarias - gerou, em alguns casos, conflitos e desentendimentos na organização do cortejo. Estas desavenças estavam, em geral, relacionadas à acirrada competição entre as confrarias, pela ocupação de posições mais privilegiadas. A Santa Casa de Misericórdia detinha, entre seus vários privilégios, o direito de preceder as demais confrarias no cortejo. Alguns artigos da legislação eclesiástica permite entrever que as desavenças com relação a este assunto não eram incomuns:
'(...) e indo a Irmandade da Misericórdia sempre precederá a todas as mais Confrarias e Irmandades, e levará a sua bandeira diante das cruzes das Freguesias; e as mais Confrarias, e Irmandades se seguirão logo a dita bandeira, cada uma segundo sua antigüidade. e havendo dúvida sobre precedência entre as Pessoas Eclesiásticas ou Confrarias, o nosso Provisor as comporá de modo, que cesse toda a desordem, e escândalo, procedendo contra os culpados, ainda que seja isentos, com penas pecuniárias, e censuras (...)VIDE, Sebastião Monteiro da. op. cit.. Livro: IV. Título: XLVI. apud GALVÃO, Viviane. Religiosidade e Morte: Instrumentos Do Projeto Colonial Português. **Historical Archaeology in Latin America**. Vol. 9 Columbia: University of South Carolina, 1995 p.33

morto. A elas se incorporam além dos religiosos e confrades, os pobres da paróquia, que passam a receber esmolas para acompanhar os funerais, os orfãos e engeitados. Um costume que se pode observar desde o século treze até, pelo menos o dezoito[432].

Neste período o ritual funerário é complexo, longo[433]. Chega mesmo a durar vários dias. A preparação do corpo, a vigília, a procissão, as numerosas missas[434], as representações, que se repetem após o enterro. Entretanto, o sepultamento propriamente dito, é durante algum tempo uma cerimônia restrita aos religiosos. Ao chegar ao local do sepultamento, conduzido pela procissão, o corpo ficava aos cuidados dos religiosos encarregados de sepultá-lo.

De grande parte destes rituais, não se pode ter expectativa de registro arqueológico. Entretanto, parte da cerimônia que envolve o sepultamento do corpo propriamente dito, permite a geração de informações resgatáveis arqueologicamente. Por outro lado, o ritual que envolvia o corpo, não se concluia com o enterramento. Após um período que variava entre três a cinco anos, as covas eram reabertas, e

---

[432] op. cit.: 168

[433] "Os brasileiros têm por hábito expôr o defunto em suas casas, durante um dia ou mais, deitados, completamente vestidos, no caixão aberto e colocado sôbre um estrado fornecido pelo armador. fecha-se o caixão no momento de se retirar o corpo para transportar para a igreja onde é novamente aberto...Como irmão professo dessa ordem está o defunto vestido com a indumentária completa, a qual se compõe de um manto de crepe branco, capacete com penacho branco e botas de marroquim vermelho. O uniforme de baixo revela o seu pôsto militar. É sòmente no momento de fechar definitivamente o caixão, o que se faz nas catacumbas, que o armador volta à posse do capacete de papelão dourado e das botas alugadas. Estas afim de serem mais facilmente retiradas, são abertas por trás de modo a se colocarem apenas por cima das pernas do defunto". DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.(tomo II, vol. III) Cavaleiro de Cristo exposto em seu ataúde, p. 163

[434] Para abreviar o tempo que a alma passaria no purgatório e aumentar a glória das que já gozassem do paraíso celestial, a Igreja Católica recomendava a celebração de missas e ofícios, "os mais que cada um puder, conforme sua devoção e possibilidade" VIDE, Sebastião Monteiro da. op. cit.. Livro: IV. Título: L. Segundo o minucioso estudo de Reis, as missas consistiam no artigo mais caro do mercado funerário, o autor explica que apesar do pouco valor unitário deste item, "uma só missa não salvava ninguém" REIS, João José. op. cit.. p229.. Em Pernambuco, no século dezoito, um rico comerciante português destinou, em testamento, todos seus bens para a realização de benefícios para sua alma; com essa intenção, foram celebradas cento e vinte mil missas. GALVÃO, Viviane. **Religiosidade e...** p. 39

retirados os ossos. Seguia-se a partir da exumação dos ossos, um novo ritual, que poderia seguir diferentes cursos: ser enterrado em uma cova (ou vala) coletiva; ser recolhido em uma urna ossuária. Neste último caso poderia para os ossuários (em paredes) da igreja, ou serem guardados na própria urna por seus familiares ou na igreja. Esta última prática esteve relacionada com a cerimônia de exposição dos ossos

As covas, em geral, não continham identificação dos mortos, devendo ser reabertas num período de três a cinco anos, para receber outro corpo. O esqueleto removido poderia ser novamente inumado em uma cova coletiva ou recolhido em uma urna funerária guardada por seus familiares ou na própria igreja, nos carneiros. A origem desta prática, remonta ao início do século quinze, ou talvez um pouco mais cedo, quando começou-se a organizar grandes conjuntos de ossos, dispostos artisticamente nos *présentoirs*[435]. Posteriormente são confeccionadas urnas luxuosas para a guarda e exposição dos ossos, em meio a solenidades litúrgicas. Esta prática perdurou por um longo tempo, e seu desaparecimento se deu em diferentes épocas, em distintos lugares. A mais longa duração talvez tenha se dado na Bretanha, Nápoles e Roma. No século dezenove, foi proibida, sendo tolerada no oeste da Bretanha até a Primeira Grande Guerra, quando foi abolida. No Brasil, os *présentoir* são retratados por Debret, como se pode observar na Figura 17.

Deste modo, do ponto de vista do registro arqueológico, alumas cerimônias podem ser registradas; o sepultamento do corpo (sepultamento primário), a exumação dos ossos e a inumação dos ossos (no chão ou em valas). Outras práticas, relacionadas às determinações eclesiásticas, podem ainda ser identificadas arqueologicamente. Uma

---

[435] Espaços sobre as galerias dos carneiros, ou em áreas reservadas das igrejas, ou ainda em capelas, próximas às igrejas, construídas para esta finalidade, nos quais os ossos eram expostos. ARIÈS, Philippe. op. cit. p. 60.

delas é a que garante a livre escolha, por parte do morto, de seu local de sepultamento (desde que faça juz a esta escolha). A legislação eclesiástica previa aos fiés católicos o direito ao sepultamentos nas áreas sagradas, facultando-lhes a livre escolha do local, ou seja junto a que igreja seria sepultado[436]. A burla ou indução, por parte de padres ou ordens, para que se enterrassem em suas igrejas ou mosteiros, seria punida com a excomunhão. Reservava-se à familia o direito de reclamar, e nestes casos, garantia-se o direito de resgatar o corpo, para enterrá-lo no local escolhido. Os valores pagos pelo enterros seriam também restituidos à família[437]. Em termos do registro arqueológico a exumação do corpo e de ossos, refleteriam-se diferencialmente.

Um outro aspecto a ser analisado do ponto de vista arqueológico, diz respeito ao mobiliário que acompanhava o morto. Apesar da grande pompa de que se revestiam os rituais funerários, muito cedo restringiu-se o mobiliário funerário. As práticas de pilhagem dos sarcófagos, e a consequente violação das sepulturas, então muito temidas, levaram a manter-se a pompa do morto, após as cerimônias, restrita ao conteiner do corpo. Sobretudo quando e onde estes conteiners eram mantidos na superfície, expostos ao público. Quando a cerimônia de deposição do cadáver envolvia o sepultamento no solo, decresce de importância, desaparecem os sarcófagos. Em sua análise acerca dos diferentes tipos de conteiners para sepultamento, Ariès admite que o desaparecimento dos sarcófagos, teriam trazido consigo uma consequencia psicológica muito profunda, a perda da noção precisa de 'tumba'. E que, a

---

[436] A legislação eclesiástica previa que o fiel teria completa liberdade na escolha da igreja onde seria sepultado. Os padres que de alguma forma interferissem na escolha do local, em geral em benefício de sua igreja - o que implicaria em vantagem financeira - poderiam, segundo a lei, ser excomungados. GALVÃO, Viviane op. cit. p. 37

[437] "(...) E se com efeito enterrarem nas ditas suas igrejas, mosteiros, e cemitérios alguma das ditas pessoas induzidas, ficam obrigados a restituir os corpos à igreja em que deviam ser sepultados, (se forem pedidos) e todos os emolumentos que tiverem recebido dentro de 10 dias, os quais passados sem restituírem, ficam as ditas igrejas, e cemitérios delas ipso jure interdictos, até que plenamente satisfaçam." VIDE, Sebastião Monteiro da. op. cit.. Livro: IV. Título: LVI

importância atribuida aos esquifes, substitutos dos antigos sarcófagos, parece coincidir com a época em que as procissões se tornam um elemento essencial das cerimônias fûnebres. Quanto ao corpo, desde a época do uso do sarcófago, era envolto em um tecido, ou amortalhado. Quando passa a ser enterrado no solo, não recebe nenhuma proteção especial além do tecido que o envolve ou da mortalha. Em algumas regiões, no entanto gerou-se uma resistência a não utilização de uma proteção para o corpo. O esquife utilizado para o transporte, foi então transformado em um caixão de madeira, fechado, o ataúde. "O caixão tornou-se o substituto da tumba, uma tumba que era tão anônima quanto os túmulos de pedra haviam sido, e também destrutíveis. (...)A transição do sarcófago para o caixão, ao longo do tempo acentuou o anonimato do sepultamento, e a indiferença com relação ao seu exato local"[438]. No início da Idade Média, declinara de importância, a identificação das tumbas. Entretanto, a partir do século doze, entre os cristãos latinos, ressurge o interesse na identificação dos túmulos. Entretanto, pelo menos em parte, o anonimato perssistiu até o século dezoito[439], sobretudo entre os pobres.

A indiferença com que eram tratados os mortos, pobres, que sem qualquer assistência da Igreja, eram abandonados sobre o terreno até a decomposição, como acontecia com os justiçados e excomungados, despertou a piedade de pessoas caridosas. A partir do século quatorze, até o dezessete, criaram-se confrarias que se dispunham a atender estes casos, dando sepultura aos abandonados. A Santa Casa de Misericórdia

---

[438] ARIÈS, Philippe. op. cit. 1981:206

[439] "Mesmo entre os ricos e poderosos, a necessidade de perpetuar a memória de alguém através de um monumento visível, não se fez necessário por um longo tempo. Até os séculos dezesseis e dezessete existiram numerosos testamentos de pessoas de distinção, que diferiam de seus contemporâneos e pares, expressando o desejo de não ter uma tumba visível. Mesmo aqueles que requeriam tumbas visíveis, não insistiam que elas coincidissem precisamente com os locais em que seus corpos fossem enterrados; uma mera proximidade era suficiente. Para eles a tumba não era sinônimo de conteiner do corpo." ARIÈS, Philippe. op. cit. 1981:207

corresponde a uma dessas irmandades que registrava em seus Compromissos, providenciar sepultura para os pobres[440]

No Brasil, durante o século dezessete, a Santa Casa de Misericórdia exercia o direito exclusivo de transportar o morto. Para este serviço, dispunham de esquifes de diferentes graus de elaboração e luxo, os quais eram utilizados apenas para as cerimônias que antecediam o enterro, ou seja, por ocasião do sepultamento o morto era retirado de esquife, que retornava à sua origem. Através do "imposto da tumba", outras irmandades poderiam responsabilizar-se pelo sepultamento. E mais, a partir do século dezoito outras irmandades foram autorizadas a possuir seus próprios esquifes, entretanto mandendo-se a prática de usarem-no apenas para as cerimônias que antecediam ao sepultamento. Os caixões, de uso individual passam a ser utilizados após a suspensão do 'monopólio da tumba', e apenas a partir do século dezenove os caixões de uso individual se tornam mais frequente no Brasil[441].

OS RITUAIS FUNERÁRIOS NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA

Desde o início da colonização portuguesa do Brasil, eram estreitas as relações entre o Estado e a Igreja. A aproximação entre as duas formas de poder era, no caso de Portugal, neste período, face a instituição do Padroado. Como Grão Mestre da Ordem de Cristo, o Rei

---

[440] "dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, visitar os doentes e presos, dar abrigo a todos os viajantes, resgatar os cativos e enterrar os mortos." Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, apud CAMPOS, Adalgisa. **Notas Sobre Rituais de Morte da Sociedade Escravista**. Revista do Departamento de História. FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, n. 6, , jun., 1988.p. 113

[441] Apud GALVÃO, Viviane. **Religiosidade e ...**, 1995. p. 42

português acumulava os poderes temporal e religioso. Por outro lado, os religiosos que atuavam na área de domínio português, estavam subordinados à Mesa de Consciência e Ordem do Conselho Ultramarino, como funcionários da Coroa Portuguesa. E no Brasil, a condição de Católico, passa a ser essencial aos colonos.

A legislação eclesiástica romana exigia, que o sepultamento de seus fiéis se fizesse em locais sagrados. Ou seja, nas áreas reservadas a este fim, próximas a igrejas ou capelas. Desde cedo buscou-se oficialmente evitar os sepultamentos no interior das igrejas. Entretanto, são as próprias ordens emanadas dos Concílios que promovem a possibilidade de serem geradas as exceções. Possibilidade, no caso dos leigos, intrinsecamente relacionada a capacidade de gerar receita à igreja. Quando a cerimônia fúnebre se torna um ofício eclesiástico, sejam os sepultamentos em cemitérios sagrados, sejam no interior dos templos, gera-se uma delicada situação entre a obrigatoriedade de sepultar nestes locais sagrados, e a exigência de pagamento para o cumprimento da obrigação, pois em última análise é obrigação da igreja dar sepultura a seus féis. O arranjo que se fez, buscando conciliar as questões, está bem exemplificado nas Constituições do Arcebispado da Bahia. As áreas para sepultura não poderiam ser vendidas[442], mas cabia à Igreja, receber esmolas ao dar sepultura. Esmolas que não poderiam preceder ao sepultamento[443].

Desde cedo buscou-se oficialmente evitar os sepultamentos no interior das igrejas. Entretanto, são as próprias ordens emanadas dos

---

[442] "Como os lugares das Igrejas, Capelas, e Cemitérios deputados para sepultura dos mortos sejam religiosos e sagrados, sobre que se não podem fazer contratos, não se podem vender, nem comprar, ainda que se diga que comprar a terra somente, porque é estreitamente proibidos pelos Sagrados Cânones (...)."VIDE, Sebastião Monteiro da. op. cit.. Livro: IV. Título: LVI

[443] "(...) porém porque é lícito, e permitido por pio, e antigo costume dar-se pela sepulturas alguma esmola certa para a fábrica das igrejas, mandamos, que neste nosso Arcebispado se guarde o costume que nele há sobre este particular; dando-se a esmola costumada, (a qual senão pedirá antes do defunto ser sepultado) ou que o defunto mandar dar (...)"Idem, op. cit.. Livro: IV. Título: LVI.

Concílios que promovem a possibilidade de serem geradas as exceções. Possibilidade, no caso dos leigos, intrinsecamente relacionada a capacidade de gerar receita à igreja.

Nem sempre, as irmandades encontraram a mesma sutileza para a negociação dos locais de sepultamento. Ou a mesma prudência, quando normatizam a compra do direito a sepultamento na capela mor[444], local em princípio negado aos leigos. A igreja jesuíta também abre suas portas e pisos para receber seus fiéis e benfeitores.[445]

Quando do Concílio de Rouen (1581), estaria em funcionamento a segunda igreja do Colégio jesuíta. As determinações então emanadas, embora impusessem que todas as pessoas fossem enterradas nos cemitérios, sinalizavam com a perspectiva dos sepultamentos no interior das igrejas: definiam aqueles que poderiam ser sepultados no interior das igrejas. Perspectiva de disciplinamento, tão somente, pois, na prática, as igrejas ordinariamente eram utilizadas como locais de inumação.

Nesta segunda igreja jesuíta em Olinda, poderiam ter sido sepultados alguns dos 'principais' da terra. A Governadora, benemérita da Companhia, teve suas exéquias celebradas naquela igreja[446]. Quanto

---

[444] " (...) No caso de qualquer pessoa de qualquer qualidade ou condição que seja, queira comprar sepultura na Capela Mor, se fará junta de todos os irmão em geral, com o Reverendo Pároco e Capelão da Irmandade e logo darão parte ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Bispo, e o que o dito Senhor dispuser se fará (...).". Pernambuco. AHU. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos da Vila do Recife. Códice: 1303. Ano: 1782

[445] "Alguns bemfeitores assumiram o encargo da construção e manutenção do culto em capelas ou altares laterais da igreja, auferindo assim os benefícios correlativos de sepultura para si, e para seus filhos e netos, segundo os usos e privilégios da Companhia." LEITE, Serafim, **História...** Tomo I. p. 451.

[446] D. Brites de Albuquerque faleceu em 1584, como se vê dos trechos de uma carta do padre José de Anchieta, escrita na Bahia em 28 de dezembro do mesmo ano..."dona Beatriz de Albuquerque, Governadora e quasi mãe deste povo, faleceu este ano. "o padre visitador frequentemente lhe prestou assistência em vida, e a acompanhou depois de morta. "sempre foi benemérita da Companhia, e pouco antes da sua morte, nos fez a esmola de 821$250. "por sua alma celebraram-se em a nossa igreja solenes exéquias e o reverendo bispo, o qual nessa ocasião aqui estava, presidiu às cerimonias com grande satisfação dos habitantes. O mencionado prelado é o bispo do Brasil, d. Frei Antônio Barreiros, que a esse tempo estava de visita pastoral em Pernambuco. (...) Não menciona Anchieta [Continua na página seguinte.]

ao seu sepultamento, teria sido possivelmente em uma igreja, entretanto, não se pôde obter informações que permitissem afirmar qual das igrejas de Olinda, de então, a teria recebido. A Matriz do Salvador (Sé), o Igreja da Companhia, a da Misericórdia, a Capela de Nossa Senhora do Monte, cujas terras foram por ela confirmadas?[447]

Esta segunda igreja, ainda que não apresentasse grandes proporções, por ser "cheia de ricos ornamentos", demonstra que os padres da Companhia seriam prestigiados em termos das doações que recebiam. Considerando-se o disposto no testamento (pelo menos em um dos testamentos) de Jerônimo de Albuquerque, o de 1584, pode-se observar que dentre as doações em moeda, ditadas pelas obrigações religiosas, à Companhia fora reservado o maior quinhão[448], 40 cruzados. É ainda deste mesmo ano a doação de um retábulo, orçado em mais de 1000 cruzados. E do ano seguinte (1585), a construção (e manutenção) da capela de Santa Ana, na igreja da Companhia. Doações que quase

---

o dia preciso em que faleceu a ilustre matrona [d. Brites de Albuquerque]; mas, assistindo seus últimos dias o visitador dos jesuítas, padre Cristóvão de Gouveia, que em desempenho desse cargo permaneceu na colônia de 14 de julho a 16 de outubro deste ano de 1584, (...). Ignora-se o lugar da sua sepultura[d. Brites de Albuquerque], porém, é provável que fôsse na capela de Igreja de Nossa Senhora da Graça, que seu espôso, o donatário Duarte Coelho, fundara em Olinda, e servia então de igreja do colégio dos jesuítas, e na qual foram celebradas as suas exéquias. PEREIRA DA COSTA, op. cit. p.534 e535.

[447] Neste ano [1582] coube ainda a D. Brites de Albuquerque, viúva do primeiro donatário Duarte Coelho, dirigir pela quinta vez o governo da Capitania, tendo lugar as suas anteriores administrações pelos anos de 1540 a 1541; de 1553 a 1560; de 1573 a 1573; e em 1579. Este seu quinto governo consta da carta de confirmação das terras doadas à ermida de N. Senhora. do Monte, em Olinda, lavrada por ela em 16 de junho deste ano de 1582, cujo documento se declara _ Capitoa e Governadora desta Capitania de Pernambuco, vila de Olinda da Nova Lusitânea partes do Brasil, por el-Rei nosso senhor. _ desta carta existe uma cópia autêntica, passada por certidão, no arquivo do Instituto Arqueológico. PEREIRA DA COSTA, op.cit. p.535

[448] No dia em que eu falecer gastarão com pobres 20 cruzados (...) deixo aos padres da Companhia desta Vila quarenta cruzados. Mando que se dê de esmola às pessoas pobres e envergonhadas dez mil réis. Mando que se dê a Confraria do Santíssimo Sacramento vinte cruzados e assim mais mil e quinhentos réis, pelos anais que lhes devo e que me parece não lhes paguei. Deixo a todas as outras confrarias da Igreja Matriz desta Vila três mil réis cada uma, tirando a Confraria de Nossa Senhora da Conceição da dita Igreja que a esta deixo seis mil réis (...)".GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Recife: Secretaria da Justiça, Arquivo Público Estadual, vol. I, t.1, 1977. Testamento de Jerônimo de Albuquerque p. 85-90. (13 de novembro de 1584.)

sempre estavam relacionadas aos benefícios de orações, missas para os mortos, ou mesmo a consecução de direito à sepultura no interior do templo.

Tais doações, entretanto, não são uma característica da sociedade colonial brasileira. Antes refletem uma ampla rede de idéias, religiosidade, oportunidades econômicas, que tinham lugar nas sociedades do mundo ocidental.

No cristianismo, os conceitos de Céu, e Inferno regiam o imaginário acerca da morte. E a idéia de que os vivos poderiam interceder em favor dos mortos, traz embutida uma outra idéia que cria um lapso entre a vida terrena e a destinação eterna. O céu ou o inferno, já não são o destino imediato após a morte. Um período em que aqueles não 'totalmente bons' nem 'totalmente maus', aguardariam não no fogo eterno, mas no fogo do purgatório. Neste espaço intermediário, probatório, era possível a interveniência de preces, boas obras e indulgências, em favor dos que ali aguardavam o Julgamento Final. Justificava-se assim a idéia da possibilidade de haver sinais da presença dos mortos, pelo menos em sonhos, pedindo ajuda para suas almas, sob a forma de missas e preces. Este espaço que viria a ser o purgatório dos teólogos, correspondia a um tempo de intercessão e de perdão. E a idéia evoluiu rapidamente quando à idéia de uma possível redenção, foi reforçada, por uma idéia similar, porém separada, de pagamento. Tornava-se possível escapar das chamas eternas do inferno[449].

Embora, no século dezesseis, o 'macabro' já não fosse a forma predominante de buscar exercer o controle ideológico da vida em face a morte, a vida pós-morte, a 'vida eterna', continuava a exercer um papel fundamental sobre a vida 'terrena'. E grande parte da vida era dedicada à morte. As 'formas de bem morrer' e as 'estratégias de salvação',

---

[449] ARIÈS, Philippe, op. cit. 1981:141-70

direcionavam muitas das atividades, absorviam grande parte dos recursos gerados, acumulados.

Os enormes donativos dos nobres do século catorze, às causas pias e caridosas, aos pobres, aos hospitais, às igrejas, às ordens religiosas, às missas por suas almas, são vistos por Heers[450] como a causa do colapso econômico destes nobres. Vê ainda este comportamento como uma característica da classe e menos como um traço espiritual da época. Mas Lestocquoy[451], em seus estudos acerca dos mercadores de Florença, chama a atenção para o "dramático contraste entre a vida diária destes homens tenazes, que reuniram vastas fortunas, e o terror que eles tinha da eterna punição, por terem acumulado suas fortunas, através de meios duvidosos". Mercadores que também faziam volumosas doações à Igreja. Analisando a questão, Paul Veyne[452] admite que "As sociedades pré industriais se caracterizam pela disparidade na escala de fortunas pessoais, a nós inimagináveis, e uma total ausência de oportunidades para investir, exceto no caso de poucos profissionais que se especializaram ou desejavam assumir riscos. (...) Apenas a partir da Revolução Industrial é que o superávit anual pode ser investido em um capital produtivo, máquinas, estradas de ferro. Anteriormente (...) este superávit assumia comumente a forma de construções públicas ou religiosas. (...) cada fortuna precisa ser um dia ser redistribuída, e neste dia eles se mostravam menos hesitantes do que nós, para usá-la na construção de um templo ou igreja [ou para obras pias], e isto era sempre um bom investimento". Admite ainda que esta base "filantrópica" das cidades, estendeu-se por cinco séculos.

---

[450] HEERS, Jaques. **L'Occident aux XIVe et XVe siècles**. Paris Presses Universitaires de France 1966. p. 96.

[451] LESTOCQUOY, Jean. **Les Villes de Flandres et d'Italie.** Paris Presses Universitaires de France 1952

[452] VEYNE, Paul. Panen et circenses: L'Evergétisme devant les sciences humaines. **Annales: Economies, sociétés, civilisations**, 24, n. 3 (mai-jun)1969 p. 805.

Segundo Vovelle[453], no século dezessete e mesmo no dezoito, tanto nos países católicos quanto nos protestantes, a assistência pública dependia da caridade. Apenas a partir do século dezoito é que se observa o declínio das *causas pias*. Mas até lá, e mesmo no século seguinte, persiste a importância do caráter eclesiástico dos sepultamentos, que no Brasil, só no século dezenove é secularizado[454]. E ao caráter eclesiástico dos funerais, manteve-se associado o interesse não apenas em sepultamentos *ad sanctus*, nos locais sagrados, mas preferencialmente, no interior das igrejas.

Das sepulturas na segunda igreja jesuítica de Olinda, como da primeira (a ermida), não foram resgatadas informações, quer textuais, quer arqueológicas.

Concluía-se em 1592 a terceira e definitiva igreja jesuíta de Olinda. Uma igreja 'digna da Ordem e do povo' (da vila de Olinda). Concluída, mas com disponibilidade de planejamento para a ampliação das áreas de culto. Restavam por implantarem-se as capelas laterais, através de novos beneméritos, novos benfeitores, que possivelmente almejariam ser acolhidos após a morte, naquele solo sagrado. Era a igreja se abrindo aos rituais, às festividades, ao culto, aos mortos.

De acordo com o que foi discutido quando se tratou do uso da igreja como templo do colégio, a incorporação às camadas dos elementos vestigiais de práticas rituais, em sítios históricos, via de regra, é esparsa. Sobretudo ao se tratar de áreas em que se manteve o piso revestido. Entretanto, por sua prática de intervenção no solo, o registro dos rituais funerários, estão entre aqueles que detêm maiores chances de incorporar evidências arqueológicas diretas. Por outro lado, apenas

---

[453] Apud ARIÈS, Philippe, op. cit.1981. p.193

[454] Os ingleses, devido a sua grande influência no Brasil, obtiveram permissão em 1809, para possuir cemitério próprio; até então eram, em geral, enterrados indistintamente com outros acatólicos. Os cemitérios dos ingleses constam entre os primeiros secularizados no Brasil. GALVÃO, Viviane. **Religiosidade e...** . p 44

uma pequena fração do complexo ritual funerário é passível de gerar registro arqueológico.

Quando de sua construção, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, tivera seu piso revestido de forma a disciplinar as áreas de enterramento. E também nisso aplicavam o jesuítas sua disciplina. O revestimento em tijolos, demarcava sistematicamente cada local de sepultura, em módulos regulares, simétricos. A despeito das resoluções dos Concílios, por certo não se dispunham a propiciar sepultura no interior de sua igreja a uns poucos, raros casos, as exceções legitimadas em Rouen. A demarcação das campas estabelecida pelo arranjo da tijoleira em toda a área da igreja, sugere que os jesuítas predispunham-se, provavelmente, a destinar praticamente todo o piso da igreja aos sepultamentos (Figura 81)

Esta predisposição, embora aparentemente de encontro às determinações canônicas, de fato não representavam uma confronto com as ordens de Roma. Na Europa, na África, nas Américas, sepultar nas igrejas não representava de fato uma exceção à regra, como se poderia pensar, através das determinações. Nos Concílios, agindo como um colegiado, os religiosos mantiveram uma posição intransigente quanto às sepulturas no interior das igrejas. Sempre reforçando o caráter de exceção. Entretanto, agindo individualmente, exceto alguns casos isolados, não mantinham o rigor de evitar o uso das igrejas para os funerais. A uma consulta feita por padres da Bulgária, acerca da possibilidade de enterrar cristãos nas igrejas, o Papa Nicolau, citando a autoridade de Gregório, o Grande, responde que é possível, desde que os indivíduos em questão não tenham cometido pecados mortais. Sua justificativa se baseia em que a presença do túmulo, convida os parentes do morto a lembrarem-se dele e a recomendá-lo a Deus, cada vez que visitam o local sagrado[455]. Este ponto de vista, assumido

---

[455] ARIÈS, Philippe. 1981 p. 47

individualmente pelo Papa, ampliava significativamente o universo daqueles que poderiam ser enterrado nas igrejas. Mesmo o já amplo universo constituído pelos padres e por daqueles 'que por sua nobreza, seu exemplo e seus méritos, tenham prestado serviço a Deus e à religião'. Deste modo, seguindo-se mais a tradição que as determinações, as igrejas recebiam para o 'descanso', seus padres (e irmãos), bem como os leigos, patronos das capelas, os benfeitores e outros que optassem por ali serem enterrados, reservando em seus testamentos, ou através de seu testamenteiro, as esmolas 'convenientes'. Esta tradição tão amplamente praticada, deve ter sido repetida na Igreja de Nossa Senhora da Graça.

Embora o sepultamento na igreja representasse uma das 'estratégias de salvação', muitas vezes não era suficiente adquirir apenas este privilégio. Para muitos importava ainda definir em que local da igreja seria sepultado. Algumas áreas da igreja desfrutavam de maior prestígio que outras[456]. Prestígio diferencial que se vinculava à proximidade com os santos, a devoções, crenças, ou mesmo questões pessoais. A capela-mor, o transcepto (ou o falso-transcepto), as capelas dos santos de devoção, locais em geral reservados aos sacerdotes, aos beneméritos, a membros de confrarias, aos patronos de capelas. Uma 'esmola' condizente, poderia ainda garantir a sepultura em alguma das áreas reservadas[457]. As áreas próximas às portas de acesso à igreja, traziam também suas vantagens. As sepulturas estavam de imediato, visíveis a que entrasse na igreja, e o morto provavelmente seria

---

[456] O adro da igreja era local considerado sem prestígio, as covas ali situadas eram, em geral, cedidas gratuitamente, conforme previa a legislação e os próprios compromissos das irmandades. No início do século dezoito, algumas igrejas possuíam, em terreno adjacente, pequenos cemitérios destinados em geral ao enterro de escravos. Os que eram enterrados nestes cemitérios não pertenciam a irmandades, por estes sepultamentos não poderia ser cobrada nenhuma esmola. GALVÃO, Viviane **Religiosidade e...** . p 39

[457] A Irmandade do Rosário reservava para seus congregados uma sepultura simples, sem letreiro mas advertia que poderiam obter sepultura particular caso pagasse por ela o "justo preço" estabelecido pela mesa regedora. GALVÃO, Viviane. **Religiosidade e...** . p 38

lembrado e favorecido pelas preces dos fiéis. As pias de água benta, constituíam-se também em um elemento que favoreceria aos mortos sepultados em suas proximidades, pela maior possibilidade das sepulturas serem aspergidas, quando se fizesse uso da água sagrada. Também as áreas em que cada fiel habitualmente assistia aos ofícios, eram freqüentemente requisitadas para sepultura.

Entretanto, nem sempre a preferência por um determinado local implicava em uma exata localização. A mera proximidade, muitas vezes era suficiente. Outros contentavam-se em apenas escolher a igreja.

A distribuição dos sepultamentos na Igreja de Nossa Senhora da Graça parece refletir que seus devotos expressavam preferências por determinados locais. E que se valeram das disponibilidades para que seus desejos, suas preferências fossem atendidas.

Embora praticamente toda área da igreja estivesse em princípio disponível aos sepultamentos, com as campas demarcadas através da geometria das peças que revestiam o piso, nem toda a área foi utilizada com sepulturas. Evidentemente alguns locais poderiam, por questões de segurança, ser evitados. Possivelmente as áreas que circundavam as colunas do coro, seriam uma destas áreas de risco. Entretanto pode-se observar que um amplo espaço, que do ponto de vista arquitetônico, em princípio seria disponível, não foi utilizado. Poder-se-ia, a princípio, atribuir a não utilização deste espaço, à baixa freqüência de sepulturas na Igreja de Nossa Senhora da Graça, mas a recorrência aos mesmos locais, por diversos sepultamentos, sugere, uma outra interpretação.

Aqueles que recorreram à Igreja de Nossa Senhora da Graça, para seus funerais, buscaram sobretudo aproximar-se da capela-mor. Também as capelas laterais, que desde o século catorze tornaram-se

usuais nos templos católicos[458], parece ter representado um elemento de forte apelo para a escolha do local de sepultamento naquela igreja[i].

Entretanto, na área da própria capela, apenas dois sepultamentos foram realizados. Sepultamentos estes que poderiam corresponder ao de membros da própria Ordem, uma vez que, tratava-se de local reservado aos religiosos[459]. Por outro lado, um número superior a este, ao que parece de religiosos, foi sepultado em outras áreas da igreja. Se por opção individual, ou por tradição, não tenho como afirmar, os sepultamentos de religiosos na Igreja de Nossa Senhora da Graça, concentraram-se em frente ao altar colateral, do lado do Evangelho, e em frente ao altar mor; em ambos os casos, fora da área das capelas.

Também nesta igreja, pode-se observar, a preferência dos fiéis por terem suas sepulturas nas proximidades da porta de acesso principal. Os sepultamentos ali realizados, dispõem-se de modo a praticamente 'fechar' toda a entrada. Para onde quer que se dirigissem os fiéis ao se introduzirem na igreja, viriam forçosamente estas sepulturas. Por outro lado, a porta de acesso lateral, parece não ter tido a mesma importância. É provável que a ausência de sepultamentos nesta área se deva à funcionalidade atribuída ao acesso lateral, talvez um acesso restrito. Poderia também refletir o hábito dos fieis de utilizarem preferencialmente o acesso principal, tornando a porta lateral pouco freqüentada. Uma outra hipótese que pode ser estabelecida, se refere a orientação desta porta, voltada aproximadamente para o leste, para o mar, para a origem dos ventos na área. Uma região de constantes e fortes chuvas, durante grande parte de ano. Chuvas impulsionadas pelos ventos, que cerca de nove meses provém de sudeste. Ventos que

---

[458] A partir do século catorze foi necessário construir-se um maior número de altares nas igrejas para tornar possível o cumprimento do enorme número de missas, vigílias, e *Liberas*, encomendadas. ARIÈS, Philippe. op. cit. 1981 p. 47

[459] Não é possível afirmar que os sepultamentos da capela mor, sejam efetivamente de jesuítas. O mobiliário funerário associado, não permite se traçar uma correspondência direta. N.A.

fariam com que as chuvas atingissem o interior do templo através da porta, gerando, deste modo, freqüentemente, a necessidade de mantê-la fechada. E realmente a porta lateral foi definitivamente isolada, entaipada em uma das reformas da igreja.

Quando avaliei as preferências daqueles que encomendaram seus funerais à Igreja de Nossa Senhora da Graça, através da distribuição dos sepultamentos, a primeira correlação que busquei analisar, foi relacionada às capelas. Entretanto outras observações permitem estabelecer-se novas associações, que sinalizam outras variáveis que poderiam ter interferido na preferência/disponibilidade dos locais de sepultamento. A distribuição das áreas pública e do presbitério, permite se enfocar a questão das preferências por uma outra via.

Pode-se observar, através dos dados arqueológicos, que nos primeiros anos, não foram realizados sepultamentos na área do presbitério, no trecho demarcado para covas individuais[ii]. Tratar-se-ia de um área efetivamente reservada, cujo acesso era vedado aos leigos? Ou esta primeira disposição entre as duas áreas teria sido de muito breve duração? O que de fato se pode observar é, que após a primeira ampliação do presbitério um grande número de sepultamentos foi realizado na área[iii], refletindo a precedência da escolha do presbitério, em detrimento da área pública. E no presbitério, não foram sepultados apenas os padres. Também os leigos optaram (?) e foram ali sepultados.

Quanto aos sepultamentos na área pública, pode-se observar uma nítida preferência dos fiéis pelo lado do Evangelho, ao longo da parede lateral da igreja.

Contrastando com a tendência de se buscar os locais mais visíveis, mais freqüentados, mais próximos aos santos (inclua-se também as imagens), vários fiéis foram sepultados na parte mais afastada dos altares, entre as paredes laterais e frontal da igreja (Figura 88). Esta disposição é pouco visível quer por parte de quem adentra a

igreja, quer por parte de quem assiste aos ofícios. É uma situação que se contrapõe com a preferência por sepultamentos em áreas naturalmente visíveis, espontaneamente vasculhadas visualmente por quem freqüenta a igreja.

Observando-se o conjunto dos sepultamentos, chama a atenção a ausência de sepultamentos nas proximidades dos confessionários. É pouco provável que o mobiliário (peça de madeira em que se postavam, de cada lado, confessor e penitente), inviabilizasse a área para os sepultamentos. É pouco provável também que um local de tantas orações, absolvições, fosse desprestigiado por quem buscasse um bom local para sua sepultura. Um outro motivo poderia ter influído para esta ausência. Pelo que se pode apreender da análise das plantas iniciais da igreja (os projetos) e das diferentes configurações que assumiu a igreja, os confessionários, nichos incrustados nas paredes originais, predestinavam-se a serem transformados em capelas laterais, à medida que surgissem 'homens capazes' dispostos a se tornarem patronos. Construir e manter as capelas. Três delas foram construídas, e pelo menos algumas mantidas até a expulsão dos jesuítas. Estariam sendo estas áreas próximas aos confessionários, mantidas livres, aguardando que surgissem patronos para as capelas? Capelas, em frente às quais seriam eles e seus familiares sepultados? Haveria mesmo um planejamento na liberação das áreas de sepultamento, por parte dos padres, ou apenas atendiam às solicitações dos fiéis?

O privilégio de sepultar na Igreja de Nossa Senhora da Graça, embora tivesse se estendido a muitos dos fiéis, parece que não atendia a uma única regra. Uns parecem ter tido o direito a uma sepultura 'perpétua', enquanto que outros, receberam o privilégio temporário. Isto se considerarmos como túmulo perpétuo aquele em que os ossos do

morto não seriam removidos após um determinado prazo[460]. Removido para os ossuários, como foi prática durante um longo período, até os dias atuais. Os privilégios diferem ainda quanto a ocuparem individual ou coletivamente um túmulo. Túmulos coletivos que poderiam restringir-se apenas aos membros da família (mormente da família nuclear), ou aos membros de uma irmandade[461]; ou túmulos coletivos, de um modo mais amplo[462]. Nos túmulos coletivos desta igreja, utilizou-se como prática, tanto a superposição dos fardos funerários, quanto a exumação dos mais antigos[iv], cedendo lugar aos seus novos ocupantes. Dois, três ou mesmo mais, oito, sepultamentos, superpunham-se. Articulados, intactos, ou penas ligeiramente deslocados pelos enterramentos mais recentes. Outros foram exumados[463]. Os ossos exumados foram muitas vezes re-sepultados no mesmo túmulo, ao lado ou acima, dos novos sepultamentos. E a exumação ou não nas covas coletivas, perece que não estaria relacionada necessariamente, a serem ou não túmulos de família. Poderia antes constituir-se em uma prática de cada época, ou ainda a existência ou não de outros membros da

---

[460] As covas, em geral, (...), devendo ser reabertas num período de três a cinco anos, para receber outro corpo. O esqueleto removido poderia ser novamente inumado em uma cova coletiva ou recolhido em uma urna funerária guardada por seus familiares ou na própria igreja. GALVÃO, Viviane, **Religiosidade e...** p.37

[461] "Pareceu a toda a Irmandade por bem que a tumba em que enterravam os Irmãos de Nossa Senhora do Rosário, se não enterrasse outra pessoa que não fosse Irmão (...)". Pernambuco. AHU. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos da Vila do Recife. Códice: 1303. Ano: 1782. A respeito do mesmo assunto ver ASSIS, Virgínia Almoêdo de. op. cit.. p. 103. apud GALVÃO, Viviane **Religiosidade e...** p.34

[462] As pessoas que morressem sem eleger o local onde deveriam ser inumadas, caso não pertencesse a alguma irmandade, poderiam ser enterradas na sepultura de seus antepassados. Caso não possuísse jazigo de família, as Constituições recomendavam que o enterro deveria ser realizado em sua Igreja paroquial, com relação às viúvas, o sepultamento deveria ser realizado junto ao seu último marido. GALVÃO, Viviane **Religiosidade e...** . p.37

[463] "As sepulturas possuíam grande importância no catolicismo colonial, sendo o respeito aos mortos uma regra básica tanto na religião oficial quanto nas tradições populares. A exumação de corpos por párocos ou pela justiça civil, era terminantemente proibida sem a licença especial das autoridades eclesiásticas, cabendo a elas julgar a validade dos motivos. A pena para os que descumprissem esta recomendação era de excomunhão ipso facto e multa de cem cruzados. Também a trasladação das sepulturas dentro da mesma igreja ou para igreja diferente requeria a obtenção de autorização prévia destas autoridades." GALVÃO, Viviane. **Religiosidade e...** p.39

família. Quando me refiro à existência ou não, de outros membros da família, penso no caráter restritivo de alguns túmulos, em que estavam pré-definidos aqueles que poderiam ocupá-lo ["sepultura... para todos os seus herdeiros que são molher e filhas"]. Penso ainda na prática tão difundida, sobretudo a partir do século dezenove, de conservar em pequenas urnas os ossos exumados, mantidos não mais nos *carneiros* ou no interior do solo, mas guardados pelos familiares, freqüentemente nas igrejas, disponíveis para exposição, sobretudo no dia dos mortos.

A prática de exporem-se os ossos remonta à metade do período medieval[464], tendo se estendido em parte da Europa até pelo menos o século dezessete. Os *carneiros*, que de início representavam apenas um depósito de ossos, são transformados, a partir do século catorze, sob a influência do gosto pelo macabro, em verdadeiras exposições de ossos, muitas vezes artisticamente arranjados. Proibidas as exposições, no século dezessete, o anonimato das exposições nos carneiros é substituído pelas pequenas caixas de ossos, que permitiam observarem-se os ossos através de uma abertura, como se fora um relicário, no entender de Ariès[465]

Debret, quando trata das 'visitas às catacumbas nos dias de finados' (Rio de Janeiro), faz menção à exposição de pequenas urnas de madeira que encerravam os ossos exumados (Figura 17). Àquela época, antes do segundo quartel do século dezenove, ele se refere como se fora uma nova prática, que rapidamente ganha popularidade e refinamento artístico (as urnas).

É provável que esta prática de exposição dos ossos nas pequenas urnas, tenha sido tardia em relação aos sepultamentos na Igreja de Nossa

---

[464] ARIÈS, Philippe, op.cit. p. 60.

[465] Ibidem.

Senhora da Graça[466]. Entretanto, pequenas urnas para ossos, foram ali utilizadas para sepultamentos secundários (ver Figura 56). Mas nem sempre os ossos exumados, foram re-sepultados em urnas; a maioria foi sepultada diretamente no solo. Do mesmo modo que muitos dos sepultamentos primários, cujos corpos não receberam a proteção de caixões (Figura 51). Esta prática de enterrar o corpo, protegido apenas pela mortalha, não está relacionada apenas aos enterramentos na Igreja de Nossa Senhora da Graça, ou a práticas jesuíticas. É antes um costume, que no Brasil se estendeu até praticamente o século dezenove. Depois de expostos à visitação (Figura 15 e Figura 16), os mortos eram transportados em esquifes de uso comum (Figura 13 e Figura 14), seja da Santa Casa de Misericórdia, seja de irmandades[467], que apenas deixavam os mortos em seu túmulo, mas não eram enterrados com eles (Figura 12). O caixão individual, segundo a documentação textual, não foi de uso freqüente até o século dezenove. Apenas os 'ricos' assumiam a despesa de mandar armar, revestir, decorar, um caixão para nele ser enterrado[468]. Entre os que optaram por serem enterrados na Igreja de Nossa Senhora da Graça, não faltaram aqueles que optaram por

---

[466] "No Recife, outras igrejas mantêm algumas peças, possivelmente relacionadas a esta prática, como se pode apreender da observação jocosa de Valladares: "Ha, na igreja da Conceição dos militares, uma sala ossuária da irmandade repleta de lapides e de pequenos jazigos de mármore em forma de armarinhos, que hoje se presta, muito simpaticamente, como sala de aula de curso de datilografia." VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**. Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1972, 2 vols. (I) p.1105.

[467] O transporte dos mortos era realizado em esquifes, ou tumbas, confeccionados em diversos graus de riqueza de material. O direito exclusivo de transportar os mortos à sepultura foi adquirido, no século dezessete, pela Santa Casa de Misericórdia. Esta poderosa organização permitia que o ato fosse realizado por outras irmandades mediante o pagamento do "imposto da tumba". A partir do século dezoito, várias outras irmandades obtiveram o direito de possuir esquife próprio, o que consistia em motivo de orgulho para os seus membros. A importância deste item do ritual funerário, pode ser percebida nos compromissos da Irmandade do Rosário, que estabelece uma tumba exclusiva para o acompanhamento dos irmãos, não podendo ser utilizada para a condução de indivíduos que não pertencessem à organização. GALVÃO, Viviane. **Religiosidade e...** p.34

[468] Após o fim do monopólio da tumba, o transporte dos mortos passou gradativamente a ser realizado em caixões, tendo seu uso se tornado mais freqüente à partir do século dezenove. Os caixões eram, em sua maioria, de propriedade das irmandades e de uso coletivo dos irmãos. Apenas os mais ricos podiam arcar com a despesa de mandar fazer e armar um caixão particular para ser enterrado nele. GALVÃO, Viviane. **Religiosidade e...** p.34

caixões particulares (Figura 88 , Figura 47 e Figura 55). Quase todos leigos; apenas dois padres teriam sido sepultados em caixões particulares. Os túmulos de família, mostram que a disponibilidade financeira para a compra do caixão, estendeu-se a vários de seus membros (Figura 88). E sob o solo, apinharam-se, superpuseram-se caixões, cada um sem perturbar os que os precederam (Figura anterior, S19, S65 e S68). E esta prática conduziu às sepulturas mais recentes serem bem mais rasas que as primeiras. Outros, quando as covas se tornavam muito rasas, optaram por reunir os ossos do sepultamento imediatamente anterior (não de todos os sepultamentos da cova) nas pequenas urnas, cedendo espaço a um outro membro da família, o caixão e a urna, permaneceram reunidos na mesma cova (Figura 88 - S28, S72 e S73; S02, S22 e S33)[v].

Ao longo do tempo, com o uso do chão da igreja para enterrar os mortos, a homogeneidade que caracterizava o piso é gradativamente quebrada. Mantém-se em tijolos as linhas mestras que demarcam as campas; entretanto, a tijoleira em 'escama de peixe' que lacrava as áreas de sepultamento, é paulatinamente substituída por grandes blocos de pedra, em que se inscrevem referências à sepultura. Uma forma de identificação que de há muito se implantara entre os cristãos[469]. Uma identificação, uma homenagem ao morto, uma forma de fazer lembrar. As lápides no interior das igrejas, não se assemelhavam com os túmulos mais tarde construídos nos cemitérios. Tão pouco constituíam maiores volumes como os sarcófagos anteriormente depositados nas igrejas. As lajes deveriam manter o contínuo do revestimento, e suas inscrições não poderiam alterar o nível do piso. Também o teor das inscrições era

---

[469] "Quando os sarcófagos de pedra foram finalmente substituídos pelos caixões de madeira (...), tornou-se comum enterrar profundamente, sem qualquer sinal aparente na superfície. (Existiram algumas exceções: os caixões pintados na Espanha do século quinze ou as múmias expostas da Itália dos séculos dezessete e dezoito). Foi neste época que os sobreviventes começaram a deixar uma marca visível, embora que não necessariamente na cova. A tumba não era mais sempre anônima, como aquelas dos antigos sarcófagos; elas tinham uma identidade" ARIÈS, Philippe op.cit. p.235-6.

submetido às regras eclesiásticas. Sobre os túmulos caminhavam as pessoas, se assentavam bancos, cadeiras, sentavam os indivíduos. As figuras de santos, o nome de Deus, não deveria ser pisoteado. Os relevos das figuras em prece, não podiam ornar as lápides de chão das igrejas. Algumas ordens, em alguns momentos, chegaram mesmo a não admitir o uso de lápides em suas igrejas. Nas covas, não havia identificação dos mortos. Cultivava-se a humildade de um túmulo anônimo, que contrastava com os epitáfios repletos de elogios às obras dos beneméritos de outras igrejas. Outras ainda, permitiram a transformação de seus pisos em um grande conjunto de lajes tumulárias (Figura 11).

A Igreja de Nossa Senhora da Graça, provavelmente, recebeu um número de lajes maior que aquele que foi resgatado através das escavações arqueológicas. Outras práticas possivelmente respondem pelo reduzido número daquelas lajes. O desuso da igreja, como local de inumação, e a não preocupação em manter os antigos símbolos de fé, de devoção, fizeram com que os novos pisos revestissem, escondessem os túmulos. Talvez até mesmo a expulsão dos jesuítas, o abandono por parte dos antigos patronos, de suas obrigações de manutenção das capelas, tenha favorecido o descaso com que foram tratadas as lajes tumulárias. Outras igrejas conservaram um maior número de lajes tumulárias aparentes. Após a direção da Mitra, apenas uma laje foi mantida à superfície; as demais foram revestidas pelos aterros, pelos novos pisos. Mesmo antes dos novos pisos, muitas das lajes foram removidas, danificadas, reaproveitadas. Re-trabalhadas, usadas na própria igreja como soleira: de portas, de capelas. (Figura 39 e Figura 40). Provavelmente outras mais teriam sido removidas durante a ocupação holandesa. Diversas construções (e demolições) no Recife, revelaram o uso de fragmentos de lajes tumulárias como material de construção. Muito provavelmente das igrejas de Olinda, reduto que serviu de fonte de parte da matéria prima utilizada na construção das

bases, dos alicerces dos prédios do Recife holandês. Holandeses que também sepultavam em suas igrejas, que fechavam as sepulturas dos seus com lajes. Não se tratava pois de uma questão exclusivamente religiosa, eminentemente contra as práticas funerárias; mas uma questão de desrespeito para com os mortos do inimigo. Em contrapartida, os luso-brasileiros talvez também não tenham sido caridosos para com os 'hereges' mortos, sepultados em suas igrejas[470]. À saída dos flamengos, exigiam que levassem seus mortos, enterrados nas antigas igrejas católicas, reformadas para o culto calvinista.

Mas o respeito às lápides de seus pares, foi durante algum tempo observada na Igreja de Nossa Senhora da Graça. As sucessivas alterações nas áreas funcionais da igreja, promovendo a ampliação do presbitério, forçava o avanço sobre a área pública, através de aterros. Antigas campas foram soterradas, mas as lápides foram soerguidas. Mais de uma lápide foi removida de seu lugar original. Uma delas apenas elevou-se o nível, outra, assentada quase em frente ao púlpito do lado da Epístola, seria cortada pela estrutura da mesa de comunhão. A laje foi então deslocada no sentido de permanecer na área pública, exposta (Figura 31).

Por outro lado, a questão do respeito para com os mortos, vista através da preservação da lajes, deve ser discutida sobretudo com base nos conceitos de cada período. No entender de Ariès, de início o túmulo[471], a lápide estariam relacionadas a uma homenagem ao morto,

---

[470] Dag notule de 31 de janeiro de 1654. ARA, OWIC 75 Refere um folheto holandês contemporâneo que "três dias após a entrega deste lugar, os Padres fizeram desenterrar os nossos mortos que se encontravam na igreja e mandaram lançá-los de maneira infame em frente a ela, fazendo notificar aos que tivessem a haver com aqueles mortos para os fazer enterrar fora de portas, na praias; em caso contrário seriam os corpos lançados ao mar." Diário ou Breve Discurso p. 131. apud Gonsalves de Mello. J.A. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654).** IPHAN-MEC Publ. PHNG/3. Recife 1979.

[471] No século quinze, a lapide era encontrada freqüentemente próximo à tumba, sem que fizesse parte dela. Algumas vezes estava em um local separado. Entre os séculos dezesseis e dezoito, a lápide tornou-se a forma mais comum de laje tumulária (...) ARIÈS, Philippe. op. cit. p.285

sob o prisma de seu corpo. Entretanto gradativamente os conceitos de precedência da alma, eterna, sobre o corpo, efêmero, conduzem a que as inscrições nas diferentes lápides (de túmulo, de piso, de parede) reflitam mais um monumento à alma que ao corpo. Sobretudo as pequenas lápides de parede[472], com suas inscrições, mais serviam para lembrar os religiosos de suas obrigações para com aquela alma, cujas doações deveriam se converter em orações, em missas, etc.. Já não mais importava uma relação estreita entre o local da sepultura propriamente dita, e o local da inscrição em honra ao morto[473]. Importava sim, garantir que não fossem negligenciadas as preces por sua alma.

Mas o cuidado em manter aparente as lápides, na Igreja de Nossa Senhora da Graça não foi uma preocupação que tenha acompanhado as reformas na igreja. Até então haviam sido mantidas aparentes, de modo não a referenciar o local da sepultura, mas respeitando o desejo do morto de rogar por preces, de se fazer lembrar nas orações dos que por ai passavam. Novas reformas se fizeram na igreja, e as lajes tumulárias não mais foram consideradas. Não foram removidas, nem mesmo quando o aterro, a mesa de comunhão as atingia apenas parcialmente. Corria por sobre elas (Figura 34 e Figura 35). E as inscrições nas lajes ficaram perdidas para os que freqüentavam a igreja. Os pedidos de preces abafados pela estrutura do piso. Agora não mais uma indiferença pelo corpo, mas um desrespeito pela alma[474]. Estariam já

---

[472] "A importância atribuída à laje tumulária do século dezesseis ao dezoito foi tal que freqüentemente substituiu a tumba. E isto deu lugar ao surgimento a um tipo de laje mural que combinou em um único e simples monumento as características do epitáfio com figuras rezando e cenas religiosas, e as lajes tumulárias" ARIÈS, Philippe. op. cit. p 284

[473] "Mesmo entre os ricos e poderosos a necessidade de perpetuar sua memória através de um monumento visível, não existiu por um longo tempo. Nos séculos dezesseis e dezessete, numerosos testadores distintos, diferem da maioria de seus contemporâneos e pares, expressando que não desejavam túmulos visíveis. Mesmo aqueles que exigiam túmulos visíveis, não insistiam em que eles deveriam coincidir precisamente com os locais em que seus corpos tinham sido enterrados; uma mera proximidade era suficiente" ARIÈS. Philippe. op. cit. p. 207

[474] No século catorze um outro tema aparece. O morto não mais se dirige às pessoas vivas para convertê-las, mas para delas obter preces de intercessão, através das quais ele pode escapar da danação ou dos tormentos do purgatório. (...) É tomado cuidado para se distinguir a alma do corpo, [Continua na página seguinte.]

tão distantes no tempo aqueles que pagaram as infindáveis missas, que contribuíram com suas 'esmolas' para que suas almas desfrutassem a chance de receberem as orações dos fiéis? Estariam já apagados da memória de suas famílias, que não protestavam contra? Ou se fizera na sociedade uma transformação tal, que já não eram mais os mesmos que freqüentavam a igreja? Estes questionamentos me conduzem a avaliar a possibilidade de relação entre esta mudança de atitude quanto à preservação dos túmulos, e a mudança que se deu na administração da igreja. Do mesmo modo que famílias que mantinham capelas na igreja, descompromissaram-se para com suas obrigações, quando após a expulsão dos jesuítas, a igreja passou à administração da Mitra, teriam cessado ou sido redirecionadas outras relações? O entaipamento das capelas e a cobertura parcial das lajes, correspondem à mesma reforma. Estaria esta reforma associada, contemporânea ou não, às 'obras novas' que se fizeram quando da instalação do Seminário Episcopal? Como igreja do Seminário, tendia a Mitra a não incentivar a continuação dos sepultamentos naquela igreja? Terminava, então, o século dezoito ; já eram grandes as pressões no sentido de se abolirem os sepultamentos no interior das igrejas[475]; de que todos, sem exceção, fossem enterrados nos cemitérios.

---

um novo desenvolvimento neste gênero de literatura nos séculos treze e catorze. ARIÈS, Philippe op.cit.

[475] "A partir do século dezenove, pode-se observar entre os médicos uma reação adversa à costumes como a vigília, o uso coletivo do caixão e o enterro nas igrejas. Acreditava-se que os sepultamentos no interior dos templos facilitava o contágio de várias doenças, através da contaminação do ar. (...) na França do Século dezoito, estas teorias condenaram os cemitérios localizados no centro da cidade. Nossos médicos com certeza pretendiam seguir as soluções encontradas nos países mais 'civilizados'. Várias tentativas foram feitas no sentido de proibir as inumações dentro dos templos. Em 1801, D. Pedro I escreve ao governador de Minas dizendo ter em mãos 'uma representação sobre os danos, a que está exposta a saúde pública, por se enterrarem os cadáveres nas igrejas que ficão dentro das cidades populosas dos meus Domínios Ultramarinos, visto que os vapores, que de si exalão os mesmos cadáveres, impregnando a Atmosfera vem a ser a causa de que os vivos respiram um ar corrupto, e inficcionado, e que por isto muitas vezes padeção moléstias epidemi e perigosas (...). Sou servido ordenar-vos que logo que receberdes esta Carta Régia, procureis de acordo com o Bispo dessa Diocese, fazer construir em sítio separado de Vila Rica, e cujo terreno não seja úmido, mas cavado dos ventos, principalmente do Norte, e Leste, um ou mais cemitérios, onde hajão de ser sepultados, [Continua na página seguinte.]

Por outro lado, não só na Igreja de Nossa Senhora da Graça houve negligência na conservação das lápides, das pedras com epígrafes mortuárias. Foi antes uma prática bastante difundida, que comprometeu seriamente o acervo tumulário brasileiro[476]. Algumas instituições, entretanto, por umas ou outras razões, preocuparam-se em conservá-lo[477]. Do que restou destas lajes, das placas mortuárias, das epígrafes, muito ainda está a ser estudado[478]. Sobretudo no que se refere a um estudo da história social, nos seus aspectos que podem ser vislumbrados através desta documentação material e literária.

---

sem exceção todas as pessoas que falecerem'. Ordens deste tipo afetavam todo país, sendo quase sempre ignoradas pelas irmandades e pela população." GALVÃO, Viviane. **Religiosidade e...** p.44

[476] Todos esses templos erigidos antes da segunda metade do século dezenove tiveram a finalidade implícita de ser cemitérios de irmandades, inclusive o de São Gonçalo Garcia e de N. S. da Corrente, que ficam na parte baixa da cidade, no primitivo alagadiço, sujeitas às enchentes. Com a proibição de enterramentos nas igrejas e a construção do cemitério publico de Penedo em 1854, aquelas igrejas se apressaram a remover as lapides, as campas de tabuado e os despojos de seus irmãos, revestindo o chão de ladrilhos. Somente na de N. S. da Corrente se encontram junto aos altares algumas lapides de membros da família Lemos bem como algumas urnas e caixas de madeira ossarios, da mesma gente". VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e ...**1972, vol. I. p.1272

[477] As inscrições das pedras sepulcrais do claustro beneditino do Rio de Janeiro, na maior parte lavrada em granito da rocha local, formam um valioso conjunto que permite apreciar-se o estilo epigráfico de uma comunidade religiosa, desde o meado do século dezoito . A simples demarcação e perpetuação do ossário já constituem ruptura do comportamento religioso precedente de extrema renuncia e humildade. (...) A hierarquia foi mais ponderável que a humildade, superando ate a equanimidade do tamanho e espécie de pedra, a fim de admitir para os mais graduados, em relação a importância social e política as lajes de mármore importadas com emblemática em relevo, letras incrustadas e outros arremates de elevado custo. E de se presumir que a necessidade de laje maior correspondia ao desejo de inscrições mais prolixas. Com mais de uma centúria, a leitura daquelas epígrafes hoje nos permite supor que fossem ditadas pela necessidade de valorização da ordem religiosa em face das restrições políticas a partir do meado dos setecentos. A exaltação biográfica nas lapides beneditinas, como recurso de defesa da ordem impondo o devido respeito por seus notáveis membros, eqüivale ao recurso dos jesuítas da Bahia no segundo quartel dos setecentos (...), Em fazer nos medalhões do forro da monumental sacristia da igreja do colégio o retrato de seus heróis e saibos no Brasil. Certo é que a perseguição contra os jesuítas não e comparável à imposta sobre os beneditinos, que apenas sofreram a proibição de noviciado, limitação da ordem, perda de propriedade, extorsão tributaria e demais danos causados pelo ocultismo elitizado brasileiro. VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e ...**1972, V.I. p.1272 p. 18

[478] As lapides das igrejas recifenses, embora reduzidas e remanescentes que resistiram as sucessivas destruições, carecem ser estudadas tanto do ponto de vista de uma originalidade estilística, em confronto aos demais acervos brasileiros, como pela atração da epigrafia, que não poderá ser avaliada de muito valor histórico numa faixa apenas secular, mas simplesmente atrativa pelo contexto. VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e ...**1972, vol. I p.1105

A preocupação em perpetuar sua memória, comum nos séculos dezesseis e dezessete, se manifestava através do empenho em fazer construir túmulos visíveis. Entretanto esta preocupação já então refletia a idéia de remissão dos pecados, ou salvação da alma, intermediada pelas preces. Não apenas as preces dos padres, dos amigos e parentes, mas ainda as preces de qualquer cristão que rogasse por aquela alma. E as inscrições nas lápides bem refletem este estado de espírito. Não se observa nas lápides da Igreja de Nossa Senhora da Graça, a preocupação em expor uma 'biografia' do morto, glorificando-o, exaltando suas obras, atitude comum entre os séculos dezesseis e início do dezoito. Ao contrário, ali se vê refletida uma outra noção, contemporânea, que se externa através de demonstração de humildade, de humilhação mesmo. Expressa o reconhecimento de sua condição de 'pecadora', que aguarda a magnanimidade do Juiz Celestial. É a "SEPVLTVRA DE IGNACIA MATT[...] A PECADORA"[479], coberta por uma laje de mármore branco, acantonada, com uma flor de liz em cada vértice. Recobria a sepultura de pelo menos três indivíduos[vi]. Uma outra lápide, também em mármore, reflete a preocupação que se expressa a partir do século quinze e ao longo do dezesseis e dezessete, em tornar público as relações familiares, em manter reunida a família. Tumbas que se fazia para o primeiro dos mortos da família e se predestinava ao grupo familiar. É a SEPVLTVRA DE HENRIQUE DA FONSECA PINA Q MANDOU FAZER SVA MOLHER IZABEL DE GUSMÃO PARA TODOS SEUS HERDEIROS Q SÃO MOLHER E F^{AS}. A diferença no

---

[479] Este tipo de inscrição chamou a atenção de Valadares, em seu estudo acerca dos cemitérios brasileiros: "Há na sacristia de S. Pedro dos Clérigos do Recife uma lápide de chão em que dois pedem um padre-nosso e uma ave-maria, na qualidade de terem sido... 'os maiores pecadores que teve o mundo' " (apud 00129 p.1105). Esta mesma manifestação é relatada por ARIÈS (op. cit. p. 229) que admite que teria tido uma dispersão bem mais ampla do que normalmente lhe é atribuída. A brevidade das notícias que traz, não teria despertado o interesse de estudiosos da genealogia, da heráldica, das artes, e outras tantas áreas que freqüentemente se têm ocupado do estudo das inscrições lapidares. Entretanto, do ponto de vista da história social e das mentalidades, o estudo de tais lápides permite um notável acréscimo de informações. N.A.

talhe das letras, mostra duas fases na gravação. A primeira, com um traço mais seguro, denota da diferença na qualidade do artesão que a elaborou. A segunda fase, complementar, restringe o uso do túmulo em termos de grupo, entretanto não chega a nominar individualmente as pessoas. Estaria esta atitude refletindo um certo descaso para com o nome das filhas (a esposa já tinha seu nome referido como executora)? Ou apenas significa que a inscrição é anterior à morte destas pessoas, e portanto seus nomes não poderiam estar inscritos naquela ocasião? Por que não teriam sido inscritos posteriormente? Não chegaram a ocupar aquele túmulo? Teriam ido ajuntar-se ao grupo familiar de seu próprio esposo[vii]?

Uma outra lápide reflete ainda a preocupação em restringir o túmulo ao grupo familiar. Um grupo ainda mais restrito, pai e filho, do qual foi a esposa excluída. Estaria ela já sepultada em outra parte? Não viveria no local? Ou teria contraído outro matrimônio? Neste último caso, deveria ser enterrada junto com o último marido. Trata-se da "SEPVLTVRA DE JOÃO BEZERRA E DE SEV ERDEIRO FIDALGO DA CASA DE SVA MAGESTADE E CAVALEIRO PROFESSO 1768". Também ai o nome do herdeiro não é mencionado e a data possivelmente se refere à morte do primeiro. Esta foi a única lápide que permaneceu aparente na Igreja de Nossa Senhora da Graça, assentada juntamente com o piso em mosaico. Não seria contemporânea àquele piso, cujo material dista mais de um século da data ali inscrita. Poder-se-ia pensar que a lápide havia sido transferida, de modo a permanecer aparente após a reforma. Entretanto, sob a lápide, que se encontrava em frente ao arco da capela lateral do lado da Epístola, não havia sepultamentos. Por outro lado, a data ali inscrita, corresponde a um período em que os jesuítas não mais administravam a igreja, haviam sido expulsos do Brasil. Entre a saída dos jesuítas e a instalação do Seminário, decorreu um lapso de tempo, ao qual corresponde aquela data da lápide. É possível que a igreja de alguma

forma tivesse sido mantida aberta. Mas, pela reação dos patronos das capelas, e pela falta de definição da coroa, quanto a disponibilização daquelas instalações, é possível que à época se desse preferência a outras igrejas. Por outro lado, não é estranha a prática de se removerem, de transferirem lápides de uma para outra igreja. É possível, portanto que esta última lápide não seja originária da Igreja de Nossa Senhora da Graça.

Uma última sepultura se encontrava coberta por lápide; uma laje de calcário, acantonada (Figura 58). Rocha pouco resistente, ainda mais friável que as primeiras. Apresentava uma inscrição pouco profunda, que pela fragilidade da rocha e possivelmente pelo intenso transito a que foi submetida, foi praticamente perdida. É a mais 'pobre' das lápides que permaneceram íntegras, e como as demais serviu pelo menos a dois sepultamentos, provavelmente da mesma família[viii]. Outras lápides de calcário foram re-trabalhadas e reutilizadas na própria igreja, como soleira da porta lateral e de uma das capelas do lado do Evangelho (Figura 40 e Figura 39).

Mas não é apenas através das lápides que se pode avaliar através da morte, os reflexos da vida. As atitudes de demonstração de humildade religiosa, observadas através das inscrições lapidares, não refletem um consenso na sociedade. Tão pouco o desinteresse generalizado em manter conhecido o local em que o corpo fora depositado; ou seja, a idéia de que uma mera proximidade não era suficiente, de que era necessário preservar-se o local de sepultamento. Também a privacidade na morte, é um outro aspecto em que se dividem as posições das pessoas de então. Às covas coletivas contrapõem-se os jazigos privados. Não apenas uma sepultura permanente, que não precisasse ser aberta e os ossos exumados para ceder lugar a um novo corpo. Não uma simples cova, com uma lápide, mas uma cripta, a estrutura de um salão, relativamente amplo para receber e guardar os corpos. Sob o piso da capela lateral do lado da Epístola, foi construído

um salão que abrange praticamente a área da capela[480]. Estrutura em alvenaria de tijolos, com o teto em abóbada (Figura 54 e Figura 64), cujo pé-direito é quase suficiente para que uma pessoa se mantenha em pé[481]. Na cripta apenas um sepultamento, com os pés voltados para o altar, posicionado do lado esquerdo da entrada. Uma área ampla demais para um só corpo. Por outro lado, fora colocado em um dos lados, não no centro, sugerindo desta forma que outros corpos seriam ali colocados. Provavelmente as circunstâncias se encarregaram de manter a privacidade pretendida na tumba. Ao que parece apenas uma vez ela foi utilizada. Possivelmente um enterro cheio de pompas, em que o morto utilizou um caixão particular, que com seu corpo foi encerrado na cripta. Caixão forrado de tecido, cujo interior foi preenchido com cal, em quantidade suficiente para envolver todo o corpo[482]. A cal comprimida, ajustou-se à forma interna do caixão. Decomposta a madeira, restou a forma no bloco de cal que se formou (Figura 55). A cripta, que originalmente deveria apresentar à entrada um tampo móvel, que servia de piso a parte da capela, logo cedo[483] foi definitivamente cerrada, através de um aterro[ix]. O isolamento da cripta poderia corresponder à desativação, mesmo que temporária da capela, ou mesmo a substituição de seu patrono. De qualquer sorte, houve um período em que a capela original foi bastante danificada pelo incêndio. Seria esta a capela revestida de azulejos, dos mais antigos, tricolores. A significativa presença de fragmentos de azulejo no interior do aterro, de

---

[480] O espaço útil da cripta é de aproximadamente 4,5m^2 com uma largura de 1,9m e profundidade de 2,35m.

[481] Cerca de 1,5m

[482] O uso da cal nos sepultamentos, com e sem caixão, foi registrado por Debret, ainda no século dezenove. : "Perspectiva de um desses caixões alugados com as tiras destinadas a retirar o corpo para enterrá-lo ou depositá-lo no jazigo; tem-se apenas a precaução de cobrir o rosto com um lenço, antes de jogar a cal que vai consumi-lo ou a terra destinada a cobri-lo." DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.** São Paulo: Ed. Univ. São Paulo. 1978 p.243 descrições são relativas a prancha de nº 26

[483] Possivelmente meados do século dezessete. N.A.

permeio com fragmentos de carvão, permite supor que o calor das chamas teria danificado no mínimo o assentamento dos azulejos, fazendo-os, em parte, despencar das paredes e danificarem-se. Deste modo, a capela concluída em 1615(?), azulejada, de arcos com cercadura dourada, teria sido no mínimo parcialmente destruída pelo incêndio, pelo vandalismo 'herético', e aquele túmulo, provavelmente destinado particularmente a uma família, seria isolado, para não mais voltar a ser usado.

Por outro lado, como as sepulturas privativas, as coletivas se apresentavam de mais de uma forma. As valas comuns também tinham seu espaço na Igreja de Nossa Senhora da Graça. Duas delas[X], em frente aos altares colaterais. Estas valas (Figura 89, Figura 90 e Figura 91), recebiam provavelmente os enterros mais modestos, ou talvez os corpos dos irmãos da confraria do Rosário, que ali, já no século dezesseis, junto aos padres, desenvolvia suas atividades. Mas não apenas os pobres eram sepultados nas valas coletivas. O mesmo espírito de humildade religiosa, levava alguns a optarem pelos locais comuns, junto aos pobres[484]. Mesmo que isto não representasse uma redução na 'esmola' a ser oferecida à igreja.

Os mortos sepultados nestas valas não dispuseram de caixões particulares. Os corpos foram sepultados, protegidos por suas mortalhas, cobertos por uma espessa camada de cal. Nestas valas apenas a cal cobria os corpos amortalhados; não se utilizava terra. Possivelmente um taboado ou uma laje nivelava o piso; a cal serviria (?)

---

[484] ARIÈS apresenta e analisa o texto de uma inscrição tumulária, que bem representa o 'espírito de humildade' que lavava alguns a optarem pelo sepultamento nas valas comuns. "(...)Portanto, sem levar em consideração o lugar de onde veio, (...) Anne requer que seu corpo seja depositado entre os pobres, nesta cova. Rezemos queridos amigos, para que a sua alma esteja entre aqueles abençoados pobres, que são celebrados nesta igreja." [Anne Merle morreu a 9 de junho de 1529] apud ARIÈS, Philippe, op. cit. p 222-3.

para preservar os vivos dos odores e miasmas; aceleraria a decomposição do corpo[485].

Pelo menos uma dessas valas, aquela disposta em frente ao altar colateral do lado do Evangelho (Figura 90), foi utilizada por pouco tempo. Muito cedo foi aterrada[xi], sem que os ossos de três indivíduos tivessem sido exumados. Ossos que permaneceram em meio ao bloco que se formou com a cal que serviu para recobrir seus corpos. Com o desuso da vala, e talvez a própria perda de sua memória, a área voltou a ser em parte utilizada para novos sepultamentos (Figura 52)Agora não mais como vala comum, mas túmulos individuais, para sepultamentos primários (Figura 88- S92 e S94,) e secundários(Figura anterior - S93 e S95). As novas covas não obedeciam aos antigos limites das paredes da vala[xii], obedeciam antes as campas do piso.

A utilização da cal não se restringia aos sepultamentos nas valas e criptas (Figura 55). Também os sepultamentos no solo (Figura 56, Figura 25 e Figura 98), em sua maioria, recebiam uma camada de cal[xiii]. Fossem eles diretamente no solo ou em caixões. Sob lápides ou não. O uso da cal, além de representar uma prática relacionada à manutenção (ou busca) da salubridade do ambiente, estava associada à preocupação de acelerar o processo de decomposição da fração mole do corpo. Em determinadas ocasiões, chegando mesmo a integrar parte do ritual de inumação[486].

---

[485] Acerca do uso de cal em sepultamentos em cemitérios do Rio de Janeiro, Reis comenta: Estes (os mortos) ficavam em covas retangulares, com oito a seis palmos de fundo, cobertas com pedra de lioz, mármore, ou madeira. As covas eram numeradas para evitar que fossem abertas aquelas recentemente usadas. Para ajudar o processo de decomposição, cobriam-se os cadáveres com cal. REIS, João José. **A morte é uma festa - Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras. 1991 p.175

[486] "Vejamos agora o cerimonial que acompanha o irmão à sua última morada. Durante o ofício funerário é o corpo exposto de rosto descoberto, no seu esquife colocado sobre um estrado adrede preparado no coro da igreja. Terminadas as orações fecha-se a tampa do caixão; em seguida seis irmãos o transportam em procissão até as catacumbas e o colocam no segundo estrado; abre-se novamente a tampa e iniciam-se as últimas orações exigidas, a que assistem numerosos confrades. Terminado o ofício, fecha-se o caixão para depositá-lo perto do jazigo que lhe é destinado, abrindo-se [Continua na página seguinte.]

O ritual de preparação do morto envolvia a disposição do corpo (sua postura), vestuário, e o mobiliário que o acompanharia. Apesar da longa tradição entre os cristãos, de sepultar em decúbito dorsal, estendido, pequenas variações podem ser observadas com relação ao posicionamento das mãos.

No século dezenove, se pode observar através da iconografia de Debret, que o posicionamento das mãos não se apresentava uniforme. Com base naquelas representações,entretanto, parece haver uma maior tendência para uma postura das mãos à altura da cintura(Figura 12, Figura 13 e Figura 14), com os dedos entrelaçados. Possivelmente uma postura que favorece à imobilização, até que rigidez tome conta dos músculos. Uma vez que não existisse uma regra rígida quanto ao posicionamento das mãos, é possível que dois fatores principais interferissem naquela disposição. Um deles seria o mobiliário, ou seja, os objetos, de culto ou de adorno, mantidos com o morto. O segurar uma cruz, um ramalhete de flores artificiais, o portar uma espada (Figura 12 e Figura 14). O segundo fator, seria a própria compleição física da pessoa a ser sepultada. Um ventre proeminente, provavelmente comprometeria o equilíbrio dos braços e mãos sobre a cintura (Figura 15). Através daquela iconografia, se pode observar ainda, que o posicionamento das mãos parece não estar relacionado ao

---

uma última vez a tampa. Um irmão servente carregando a caldeirinha apresenta o hissope a cada um dos confrades que desfilam por ordem de antigüidade atrás de seu clero. Finda a aspersão um segundo irmão servente, estacionado ao pé do caixão, junto a um pequeno recipiente cheio de cal já umedecida, entrega um pouco a cada assistente numa pequenina pá, para que seja jogada sobre o corpo do defunto. Fecha-se novamente o caixão, levando um dos parentes a chave do cadeado. Finalmente coloca-se o corpo no jazigo e os assistentes cedem o lugar aos pedreiros encarregados de fechar imediatamente, com tijolos e cimento, a sepultura que só é aberta no fim de um ano mais ou menos, para se retirar os ossos na presença de um membro da família, que os faz encerrar à chave numa outra pequena urna mais ou menos ornamentada em que se inscrevem os nomes e as qualidades do defunto e a idade em que morreu. Esta nova urna é reunida a muitas outras numa sala anexa ao edifício e a esse fim destinada. E a urna de que a família só possui a chave, fica definitivamente em poder da irmandade. ." DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca ...** (descrições são relativas a prancha de nº 7) p. 250

sexo do morto, como foi sugerido pelo professor Cláudio Torres [487]. Os mortos sepultados na Igreja de Nossa Senhora da Graça, cujas sepulturas permaneceram intactas, permitiram que se observasse que, em termos do posicionamento das mãos, a flexibilidade do ritual seria mais ampla que aquela do século dezenove representada por Debret. Basicamente três tipos de postura puderam ser observados: mãos entrelaçadas sobre a cintura; cruzadas sôbre o tórax (Figura 47); cruzadas sobre a bacia (Figura 46). Mãos abertas, testemunhando que 'deste mundo nada se leva', ou mãos fechadas, encerrando a 'verdadeira riqueza', uma relíquia, uma imagem (Figura 74) uma medalha (Figura 72 e Figura 73), um rosário. Rosários e medalhas (Figura 72 e Figura 73) parecem ter sido os amuletos preferidos pelos que foram sepultados naquela igreja. O rosário, uma devoção amplamente difundida pós Trento (1545), pendia nas mãos dos doentes, assim como na cinta dos mortos. Juntamente com o escapulário, o rosário estava relacionado à salvação das almas do purgatório. Diferentes representações de rosários e escapulários, foram registradas por Vovelle[488], em igrejas na Provence. Rosário em torno da cintura de almas que estavam sendo salvas das chamas e conduzidas ao paraiso.

A preparação do morto incluia ainda vesti-lo de acordo com seus desejos, posses; com os ritos e supertições de raizes muito antigas. As mortalhas, os trajes das irmandades, hábitos de ordens, 'vestimentas de santos', eram frequentemente mencionados nos testamentos, nas

---

[487] Em palestra, seguida de debate, realizada na UFPE, em 30 de março de 1993, através do Projeto Cumplicidades, o professor Cláudio Torres, Diretor do Campo Arqueológico de Mértola (Portugal) levantou a hipótese de que durante os séculos catorze e quinze, as mulheres seriam sepultadas com as mãos cruzadas sobre a bacia. Entretanto ressaltou que até então não se dispunha de elementos permitissem qualquer afirmativa segura neste sentido. N.A

[488] VOVELLE, Gaby & VOVELLE, Michel. Vision de la mort et d'au-delà en Provence d'après les autels des âmes du Purgatoire, XV - XX siècles. **Chaiers des Annales**, n. 29. Paris Armand Colin, 1970. apud ARIÈS, Philippe. op. cit. p. 305-6.

recomendações acerca dos funerais. Via de regra sem sapatos[489]. Do vestuário, adornos e objetos pessoais e de devoção, sepultados com os mortos na Igreja de Nossa Senhora da Graça, restaram testemunhos de sapatos (Figura 50) arranjos de flores artificiais com folhagens de ouropel, lentes e alianças, além de objetos de culto, imagens em miniatura (Figura 74) e os mais frequentes, as medalhas e os rosários. Um dos mortos manteve consigo, entre as mãos, uma moeda; objeto estranho ao ritual oficial, mas uma prática que a tradição popular conservava sob certo sigilo[490]. A cruz, um símbolo que do século quinze ao dezenove tornou-se popularmente relacionado à morte; que no século dezoito já se encontrava definitivamente vinculado aos túmulos[491], não foi observado entre os remanescentes dos funerais nesta igreja. Mesmo as inscrições nas lápides não incluem cruzes entre seus símbolos e adornos.

Dos muitos mortos observados na Igreja de Nossa Senhora da Graça, um chama a atenção de maneira particular, em virtude das condições de sua morte. Os ossos do crâneo mostravam que fora vítima de um projétil de arma de fogo, que se alojara em seu crâneo (Figura 47, Figura 48 e Figura 49). Uma morte repentina, tão temida. Não se tratava provavelmente de um duelista, outra deveria ter sido a causa que

---

[489] Se o finado não houvesse escolhido a mortalha com a qual seria enterrado, poderia ser vestido com suas melhores roupas. Os mais ricos poderiam usar sapatos e meias novas, pois acreditava-se que caso o defunto fosse enterrado com vestígios de areia no vestuário, sua alma não conseguiria desligar-se da vida terrena. GALVÃO, Viviane. **Religiosidade e...** p.32

[490] Nas mãos, o morto normalmente levava uma vela e um rosário. Um costume pagão aconselhava colocar uma moeda em suas mãos para pagar a S. Pedro a entrada no céu. Já na Grécia antiga, a moeda era colocada na boca do morto, para que ele pagasse ao barqueiro que o conduziria em sua viagem ao reino dos mortos. GALVÃO, Viviane. **Religiosidade e...** p.32

[491] "(...) do século quinze ao início do dezenove, observamos a formação de um modelo para as tumbas comuns nos cemitérios, no qual o símbolo da cruz ocupava toda a área deixada para a decoração e iconografia. Estabeleceu-se definitivamente no século dezoito e começo do dezenove, um período em que os cemitérios estavam começando a ser povoados pelas tumbas visíveis de uma classe de pessoas que nunca as haviam tido, o modelo mais tarde foi difundido e estandardizado, e foi cuidadosamente preservado, mesmo em regiões vistas como descristianizadas. (...) nos últimos dois séculos a cruz tornou-se o símbolo de morte." ARIÈS, Philippe. op. cit. p. 276

o fez ser alvejado. Os duelistas, e mesmo seus padrinhos, perdiam o direito à sepultura na igreja. O combate, a luta armada na guerra, estes sim, superavam as desditas da 'morte não anunciada', da morte sem preparação. Era a morte gloriosa, com amplos direitos à sepultura cristã; na própria igreja.

O INCÊNDIO NA VILA

O conjunto arquitetônico jesuíta de Olinda, constituía-se em uma obra planejada e executada de modo a representar a própria solidez da Igreja, da Ordem. Da própria vila de Olinda, enriquecida principalmente com base na produção de açúcar, com um ativo comércio. Movimento portuário, negociantes que, como os senhores de engenho, se fixavam na terra, e outros que apenas temporariamente se encontravam assentados. Financistas, que atuavam junto à produção e ao comércio. Negreiros, aventureiros, apresadores de índios. Conquistadores de terras. Olinda rivalizava, em alguns momentos talvez, até mesmo superasse, a sede do governo da colônia. Governadores Gerais recebiam especificamente a instrução para permanecerem em Salvador. Mesmo assim, muitos se demoravam em Olinda. A ostentação de Olinda se fazia sentir nas casas, nas igrejas, nas festas da vida e da morte. Nos prolongados banquetes regados a vinho, nas roupas, nos arreios dos cavalos. A educação e a instrução, estavam a merecer cuidados; e o Colégio Jesuíta centrado em Olinda e dispersado nas aldeias se propunha a atender o ensino sob um amplo espectro. Do ensino religioso catequético, ao ensino teológico. Das artes de ofícios à retórica; da gramática à matemática; do ler e escrever à música. Propósito de ação intensa, sobretudo considerando-se o ainda reduzido número de jesuítas face à sua empresa. A arquitetura das

obras jesuíticas refletiam estes propósitos, mais de ação que de meditação, muito comum a outras ordens, sem contudo desprezar o seu aspecto; de se impor. Também isto conseguiram; o Colégio dos jesuítas, com sua igreja, no início do segundo quartel do século dezessete, era a construção mais imponente de Olinda, na opinião de relatos coevos[492].

A cidade de Olinda, sobretudo as unidades produtivas da Capitania despertavam o interesse de conquista de outros grupos. E quando os holandeses dirigiam-se para invadir e conquistar Pernambuco, traziam em seus planos, já definido, que o conjunto jesuítico seria seu quartel general. Planos que incluíam apenas Pernambuco, ou ainda que apresentavam painéis alternativos, caso 'não soprassem bons ventos'. O interesse em dominar a colônia portuguesa da América, estendia-se além. Três alvos, seriam prioritários, e de qualquer destes buscariam ampliar os domínios[493]. Eram alvo ainda as

---

[492] "O colégio de Olinda, graças à magnificência do plano da sua construção, ficou com a sua execução, um belo e vasto edifício, e que, ao juízo do predicante calvinista João Baers, que acompanhou a expedição do invasor holandês em 1630, excedia a todos os conventos situados em Olinda, pela sua extensão e beleza. _ 'é construído em forma de quadrado, escreve ele, e tem no centro um pátio; é alto, de dois andares, com galerias duplas ao longo dos mesmos, e os quais dão entrada a todos os compartimentos, ou celas, situadas em redor, em número aproximadamente de quarenta'. _ soberbo edifício, na frase de um outro escritor coevo, e também holandês, campeava no ponto mais eminente da cidade, dispunha de uma grande renda proveniente de um avultado patrimônio, e os habitantes da praça eram muito dedicados aos padres que os governavam como bem entendiam". PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais...** Fundarpe (Col. Pernambuco 2a Fase, 18 vol.) Vol. I. 1985.:432..

[493] "Entretanto, em caso de insucesso ou de êxito da investida, havia planos de ocupação de outras cidades já considerando as possibilidades de novos insucessos, caso ocorressem. Com relação a essa estratégia, que começaria a partir de Olinda, (...). E com pé firme ai, poderia a esquadra iniciar novos ataques: ao Rio de Janeiro, em primeiro lugar ('julgamos tal cidade no sul tão aproveitável e útil à Companhia quanto a cidade de Pernambuco [i, é, Olinda] no norte`) e 'no caso de mau sucesso, o que Deus não permita, e que a nossa tentativa contra Pernambuco fracasse, deverão seguir para o Rio de Janeiro e procurar dominar a cidade por todos os meios`, bem como a Paraíba; no caso, porém, em que a direção dos ventos não permitisse atingir o Rio de Janeiro 'deverão velejar para a Bahia de Todos os Santos e procurar subjugar a cidade do Salvador, fortificá-la e guarnecê-la e os bens aí obtidos enviá-los para aqui` (Holanda)" GONSALVES DE MELLO, J. A.- **Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 2. edição. Recife: CEPE. (Coleção Pernambucana, 15). 1978.p. 45.

embarcações portuguesas que vinham das Índias[494]. Os planos para Olinda, primeiro alvo da empresa, incluíam a pilhagem da cidade e sua fortificação[495], para defesa da conquista.

Uma conquista, de início, possivelmente mais fácil do que esperavam. Não desembarcaram no Povo (Recife), onde uns poucos fortes defendiam o porto. O desembarque, mais ao norte, à altura de Pau Amarelo, carece ainda de uma melhor avaliação. Uma área perigosa à navegação, arrecifes rasos mas encobertos pelas águas; uma barra estreita. Uma área de aportagem reduzida para o número de embarcações que compunham a esquadra; área difícil para manobra, sobretudo de embarcações à vela, concentradas.

A resistência oferecida pelos da vila não foi capaz de fazer face ao ataque, por terra, dos holandês, que desembarcaram ao Norte. O ataque por terra, possivelmente poupou a vila de maiores danos que seriam causados por um pesado bombardeio. Mas não a poupou da pilhagem. Cada um dos focos de resistência foi sendo tomado por combate, e por desistência de luta dos luso-brasileiros, que nas circunstâncias não dispunham de forças capazes de enfrentar o inimigo[496]. O colégio dos

---

[494] Outra parte da esquadra deveria partir para a ilha de Santa Helena a esperar e aprisionar três naus portuguesas cuja vinda das Índias Orientais era esperada ('e no caso de aprisionamento dever-se-á ter cuidado que nenhum diamante ou outras coisas de valor sejam subtraídas`).GONSALVES DE MELLO, J. A.- **Tempo dos flamengos.....**p. 45

[495] A cidade de Olinda, que seria o ponto de partida, deveria, então, por ordem dos Chefes da frota, que se destinavam a conquistar Pernambuco, (...) ser fortificada (...) seus pontos mais altos e, especialmente o convento dos jesuítas devido à sua situação. GONSALVES DE MELLO, J.A. **No Tempo dos Flamengos...** p. 45

[496] "Próximo da cidade, na margem direita do rio Doce, combateram holandeses do coronel. Diederick Waerdenburch e os comandados de Matias de Albuquerque. Os holandeses, dispondo de 2.948 soldados e de dois canhões. Matias, de 550 milicianos, 200 índios de camarão e 100 cavaleiros. Os invasores, desembarcados na véspera em Pau Amarelo, progrediram pela manhã divididos em três corpos: vanguarda, 934 homens chefiados pelo ten. coronel. Celvan der Elst; centro, 1.049, sob o ten. Coronel. Van Steyn Callenfels; retaguarda, sob o maj. Foulcke Houncques. Iniciado o ataque, lanças holandesas subiram o rio para hostilizar e tentar desordenar a retaguarda dos defensores, o que conseguiram. As formações de voluntários milicianos confundiram-se e não opuseram a resistência esperada. Matias viu-se compelido à retirada para Olinda com os poucos homens que permaneceram ao seu lado. Os holandeses ocuparam o colégio dos jesuítas e dominaram a vila, tendo perdido entre 50 e 60 soldados, enquanto os vencidos da jornada sofreram 150 baixas, entre feridos e mortos. [Continua na página seguinte.]

jesuítas foi tomado[497] e saqueado[498]. Mas, ao que parece, tiveram os padres, tempo suficiente para reunir e esconder as alfaias da igreja[499], e por a salvo algumas de suas relíquias[500].

E no Colégio dos jesuítas instalaram-se os dirigentes holandeses em terra[501]. A tomada do colégio, parece ter servido para os da terra, como símbolo da queda da vila[502]. Ao combate, seguiu-se a fortificação

---

Morreram o cap. Salvador de Azevedo, que defendera o colégio, e André Temudo. Matias passou-se de Olinda para o Recife." PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 368

[497] Tendo vencido a resistência dos luso-brasileiros, ao longo do trajeto percorrido pelos holandeses, do ponto em que desembarcaram na costa pernambucana até a então vila de Olinda, os holandeses ocuparam o prédio do convento e colégio dos jesuítas, na ocasião defendido pelo capitão Salvador Azevedo, apenas com 22 soldados, conforme nota do tradutor Alfredo de Carvalho. Richshoffer, que enfatiza o ímpeto dele e de seus companheiros durante os conflitos que vinham sendo travados, escreveu: "(...). Do mesmo modo assaltamos á viva força o convento dos jesuítas, levando a ferro e fôgo quantos ouzaram resistir-nos. Em seguida fizemos fluctuar da torre e das janellas a fóra as nossas bandeiras". apud PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 57.

[498] Em 1630, quando se deu a invasão holandesa, e era reitor do colégio o padre Leonardo Mercúrio, ficou o edifício bastante danificado pela resistência oposta ao inimigo por um punhado de soldados incumbidos da sua defesa, e abandonado pelos padres à rendição da praça, (...). Os que primeiro entraram fizeram boa prêsa, cabendo-lhes entre outras coisas, muitas peças espanholas de oito reales, (...) PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 431.

[499] "Enterrando os padres toda a prata e riquezas do colégio para não caírem presas do inimigo, em 1641, veio de Portugal o padre Francisco de Vilhena, colegial de Olinda, com a incumbência de retirar todos esses cabedais e conduzí-los à metrópole, e feito isto, sem o menor incidente, seguiu ele para a Bahia e daí para Lisboa; mas, quando no têrmo da sua viagem, foi o navio aprisionado por corsários turcos, e completamente saqueado, foi o padre conduzido para Argel, onde acabou os seus últimos dias de vida no mais miserável cativeiro." PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 342

[500] Das pelejas, além de prisioneiros, trouxe Souto (...). Também a relíquia de Santa Úrsula, que pertencia ao colégio dos jesuítas, os quais a tinham deixado na casa de um morador. PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 345.

[501] (...) como refere Richshoffer, ficando depois o edifício servindo de quartel-general das tropas holandesas, e convenientemente fortificado com algumas trincheiras contra qualquer surprêsa dos pernambucanos. Foi no colégio de Olinda onde primeiro tremulou o pavilhão das invasoras cortes holandesas. PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 431.

[502] Vendo as bandeiras holandesas flutuando da torre e janelas do convento dos jesuítas de Olinda, os luso-brasileiros, conforme as próprias palavras de Richshoffer, (...) Os do outro lado da cidade, nos dous fortes de pedra e na trincheira situados na praia, e percebendo que não só a nossa rectaguarda marchava resolutamente sobre elles, como também do lado do sul desembarcavam novas tropas que o sr. General mandava como socorro, não se demoraram em resistir-nos, e, depois de dispersarem algumas peças, fugiram abandonando tudo. O mesmo fizeram os burguezes da cidade, que dias antes haviam occultado na floresta as melhores alfaias, comquanto isto lhes tivesse sido prohibido, sob pena de morte, pelo governador hespanhol, afim de que, procurando guardar os seus bens, o auxiliassem mais fielmente na defeza da cidade. Como, porem, lhe desobedecessem, temendo mais aos hollandezes que a elle, fez incendiar os seus armazens na aldeia povo, onde foram destruidas pelas chamas quinze mil caixas de assucar, afóra considerável quantidade de tabaco brazileiro e de vinho [Continua na página seguinte.]

da vila visando inicialmente sustar alguma surpresa por parte dos da terra, e mais tarde qualquer tentativa de recuperação por parte de Portugal (Espanha). As construções religiosas foram, por sua situação eminente as primeiras guarnecidas[503]. É interessante se observar que quando são arrolados os pontos fortificados pelos holandeses, não há menção à torre ou castelo (casa fortificada) construída por Duarte Coelho, então há menos de um século. Uma torre de pedra e cal. Que fora residência do donatário, e construída para a defesa dos moradores e da vila. Estaria então, já arruinada? ou a Matriz do Salvador constituía-se em uma melhor posição estratégica, muito próxima?

Na vila abandonada, ruas, conventos, lojas e casas foram ocupadas pelos invasores, que usufruíram dos pomares e adegas de Olinda[504]. Olinda se manteve como refúgio holandês até 1631, confinados que estavam ao litoral, entre o Povo e Olinda, receando a mata, pelas emboscadas dos da terra.

Em Olinda instalaram um templo calvinista, na igreja Matriz[505]; quanto à Igreja de Nossa Senhora da Graça, tenho referência em termos

---

de hespanha, para enorme danno da Companhia das Índias Occidentaes. apud PEREIRA DA COSTA. op. cit. p.57-8.

[503] ... O general Teodoro [Diederick] Waerdenburch fortificava-se na vila sem perder tempo. Fazia algumas baterias em que colocou artilharia, uma no colégio dos padres da Companhia de Jesus, outra na igreja-matriz, na Misericórdia outra, e outra na Conceição, que era tudo no alto da vila. Cobriu todas as casas com trincheiras estacadas; nas principais estradas havia corpos de guarda. Receava que o nosso general lhe desse alguma noite aziaga; e receava bem, porque ele o tencionou por vezes, mas a carência de gente não lhe permitia executá-lo. PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 59.

[504] "Na maior parte, durante a noute, no convento dos jesuítas, mantendo bôa guarda. Muitos, porem, que se encheram de vinho de hespanha, ficaram deitados nas ruas e casas como brutos irracionaes, dando motivo a continuos rebates falsos, de modo que até o romper do dia pouco podemos descançar. Não obstante estivéssemos todos muito fatigados do constante pelejar e do intoleravel calôr, de prompto nos restauramos com o delicioso vinho de hespanha e refrescamos com limões, laranjas e assucar". (relato de Richshoffer) apud PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 59.

[505] "Durante a curta permanência do invasor em Olinda, foi o templo [a igreja Matriz da paróquia, igreja do Salvador] aproveitado para o culto da seita calvinista, para o que foi convenientemente acomodado, tendo lugar no dia da páscoa a primeira prédica feita pelo ministro João Baers, com o fim de introduzir ali a prédica da palavra de Deus e o verdadeiro culto divino, tendo sómente como asssistentes, por parte da nossa gente, muitos pretos e pretas, que a seu modo atendiam quietos e devotos aos ofícios divinos, segundo um documento da época, até que ficou abandonada com o [Continua na página seguinte.]

de sua ocupação neste primeiro período da presença holandesa, exceto de que no conjunto jesuítico instalara-se o quartel-general das tropas.

Do mesmo modo que não fora difícil aos holandeses conquistarem Olinda, consideravam que sua defesa a um ataque não seria fácil. Sobretudo por, diferentemente dos portugueses, que temiam principalmente um ataque pelo mar, os holandeses temiam-no por mar e também por terra[506]. Divergiam as opiniões daqueles que estavam no Brasil, de seus dirigentes na Holanda. Os primeiros não acatam a ordem de empenharem-se em fortificar intensamente a vila, e tentam a ameaça de incendiá-la, para obter acordos de paz com os da terra[507]. E o desembarque dos soldados de Orquendo, serviu de argumento para o cumprimento das ordens de destruir Olinda[508]. À época, grande parte dos holandeses já se concentrava em Recife. Desde abril de 1630, planejavam e logo executaram a obra de fortificação de um convento - o convento de Santo Antônio - na ilha de Antônio Vaz. Para este forte, transferiu-se o comando holandês. Portanto o Colégio é abandonado, como sede do governo invasor.[509] O incêndio ateado à Olinda em novembro de 1631, atingiu o colégio e sua igreja.

---

assento dos holandeses na praça do Recife, e caiu mesmo em ruínas, envolvido no incêndio geral de Olinda, que teve lugar em 1631. PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 472

[506] Waerdenburch, os seus subordinados e os engenheiros que serviam na tropa foram unânimes em reconhecer a grande dificuldade de manter sem perigo para a segurança da conquista recente, a cidade de Olinda. Solicitaram imediatamente permissão para destruí-la e concentrarem-se no Recife e na ilha do Antonio Vaz". GONSALVES DE MELLO, J.A. **No Tempo dos Flamengos...** p. 46

[507] GONSALVES DE MELLO, J.A. **No Tempo dos Flamengos...** p. 47

[508] "Sua Exa. [o Príncipe de Orange] foi de opinião que autorizássemos V.S. e o Conselho de Guerra, no caso em que o inimigo desembarcasse com grandes forças e que V.S. não encontrasse meios de defender a cidade no todo ou em parte, a abandoná-la com toda ordem, demoli-la e inutilizá-la inteiramente." Carta do Conselho dos XIX ao Conselho Político de Pernambuco, datada de Haia, 15 de fevereiro de 1631 e também datada de Middelburg, 30 de maio de 1631, in BSN, apud GONSALVES DE MELLO, J.A. **No Tempo dos Flamengos...** p. 48.

[509] Abandonado pelos holandeses com a subsequente posse da praça do Recife, novos revezes estavam ainda destinados ao colégio como o incêndio geral de Olinda em 1631. Entretanto, acudindo a nossa gente a apagar o fogo dos templos para que de todo não ficasse abrasados, como refere o cronista contemporâneo, Diogo Lopes de Santiago, e os padres da Companhia de Jesus correndo à sua igreja com os índios das suas missões, conseguiram assim que não ficasse com muito dano. PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 432

A extensão em que cada edifício de Olinda foi atingido, possivelmente variou. A disponibilidade, a quantidade por área, de material combustível em cada um, deveria variar, resultando em diferentes tempos a que foram submetidos ao calor intenso. A qualidade do material de construção, a espessura das paredes, o material cimentante utilizado, todos estes fatores influenciariam na amplitude da destruição. Ter o fogo ateado consumido todo o material, ou ter sido em tempo atalhado, evidentemente também influiria na extensão dos danos[510]. O colégio de Olinda teria sido 'acudido' pelos padres da Companhia, que atentos, à frente dos índios de sua missão, buscaram minimizar os efeitos do incêndio provocado[511].

As referências acerca do estado em que ficaram o Colégio e a Igreja após o incêndio de Olinda são contraditórias: Leite, referindo-se às construções jesuíticas, o Colégio e a Igreja, admite que "com os holandeses tudo isto ficou reduzido a um montão de ruínas onde crescia o mato"[512]. Por outro lado, corroborando os estudos realizados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Lúcio Costa[513] chama a atenção para o panorama de Olinda de Franz Post, relativo ao século dezessete, que lhe permitiu identificar a estrutura da igreja, cujas paredes estão em pé, e o telhado arruinado.

Por outro lado, mesmo durante a ocupação holandesa, a Igreja de Nossa Senhora da Graça, parece ter sido, pelo menos em parte,

---

[510] "Acudiram ali [no dia seguinte ao incêndio da vila de Olinda] muitos moradores, com aquela mágoa de quem nesta vila foi nascido e criado, e no desejo de atalhar o incêndio e ruina de suas casas; pensando voltar à sua habitação com a prosperidade que dantes gozavam, e com a brevidade que alguns imaginaram." ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de. op.cit.. p.102

[511] (...), Acudindo a nossa gente a apagar o fogo dos templos para que de todo não ficassem abrasados, como refere o cronista contemporâneo, Diogo Lopes de Santiago, e os padres da Companhia de Jesus correndo à sua igreja com os índios das sua missões, conseguiram assim que não ficasse com muito dano. PEREIRA DA COSTA. op. cit. p.432

[512] Leite, Serafim. op.cit. 1950 tomo V p.416.

[513] COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, vol. 5. Rio de Janeiro, 1941.

reparada[514]. entretanto, em 1645, com a guerra da restauração, volta a ser abandonada até 1654[515].

Ainda quanto a questão dos danos causados ao colégio e sua igreja, Menezes chama a atenção para o que considera um certo exagero, a informação de que o colégio se havia `conservado intacto, sobre uma das colinas [o qual] custou mais de um milhão e duzentos mil francos a edificar'[516]. Mas, à época desta observação (1666), é provável que já se houvessem feito muitos[517] reparos. Se considerarmos que durante o governo Nassau, período em que houve liberdade de culto, os padres voltaram a ocupar o colégio e a oficiar na Igreja de Nossa Senhora da Graça, teriam tido cerca de 8 anos para reparar pelo menos em parte, os danos. Além disso, após a restauração, já haviam se passado 12 anos até a observação citada.

Um aspecto que deve ser observado quando se analisa a questão dos danos causados ao colégio e sua igreja, é o que significa para cada observador estar a igreja arruinada. Para os padres de Companhia, que se empenhavam por dotá-la de 'bons ornatos', a destruição de retábulos e sobretudo das imagens, ainda que as paredes restassem em pé, significaria de certa forma estar 'destruída'. Gerações posteriores, sobretudo os que buscam reconhecer nos antigos edifícios, obras de

---

[514] Mas, ao que parece, o templo [Igreja de Nossa Senhora da Graça] foi reparado, e reabriu as suas portas ao culto católico, no tempo das liberdades e franquias religiosas outorgadas por Maurício de Nassau, como se vê da aclamação revolucionária de 1645. PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 472

[515] [durante] o govêrno de Maurício de Nassau (1637-1644), em que foi permitido aos católicos o gôzo da livre prática da sua religião, ocuparam logo os padres jesuítas o seu colégio de Olinda, e na sua bela igreja, apesar mesmo de um tanto arruinada, celebraram os atos do culto, como se vê desta legenda de um painel da época, (...) Com a guerra da restauração que irrompeu em 1645, e somente terminou em 1654, caíu de novo o colégio em abandono. PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 433

[516] Somos inclinados a crer mais, embora houvesse certo exagero na afirmativa, em Urbain Souchu de Rennefort, que em 1666, data bem próxima da restauração, viu o Colégio e declarou sobre o Colégio dos Jesuítas, `conservado intacto, sobre uma das (quatro) colinas custou mais de um milhão e duzentos mil francos a edificar'." Menezes, J. Luiz da Mota. op. cit. 1976 p. 52.

[517] Leite, que admite que "com os holandeses tudo isto ficou reduzido a um montão de ruínas onde crescia o mato". (Leite, op. cit. 1950 tomo V:416), informa que em 1666, as obras do Colégio de Olinda, estavam concluídas. (Leite, op. cit.1950, tomo V:420).

séculos precedentes, terem-se preservados as paredes, a estrutura arquitetônica fundamental, significa não ter sido destruída pelo incêndio. Ou mesmo para quem, da época, comparava o estado em que ficara o colégio, com o estado do convento do Carmo, por exemplo, cujas pedras haviam sido em grande parte removidas e transportadas para o Recife. Daí talvez, as contradições entre as opiniões expressas.

O que se pôde concluir a partir das escavações arqueológicas, é que as estruturas fundamentais da igreja não sofreram maiores danos por fogo. Entretanto, a grande quantidade de restos de carvão dispersos, e mesmo algumas áreas de concentração de carvão, sinalizam no sentido de que efetivamente a igreja foi vítima de incêndio (Figura 96). Incêndio que poderia ter ocorrido mesmo em um outro momento.

Outros fatores, no entanto, me levam a crer que o incêndio ali registrado, corresponde ao período de dominação flamenga[518]. A presença de pelo menos quatro imagens de pedra, todas decapitadas, sugere, como foi discutido, uma atitude de vandalismo iconoclasta, compatível com atitudes semelhantes, praticadas pelos holandeses na Bahia[519]. Imagens sepultadas em uma das capelas laterais, em cuja cova observou-se grande quantidade de carvão. Se as imagens foram danificadas antes ou após o incêndio, ou mesmo na ocasião em que punham fogo, não tenho como precisar. Entretanto, posso admitir que a disposição para agredir às imagens, não era compartilhada por todos os

---

[518] Os efeitos da ocupação holandesa, na Igreja de Nossa Senhora da Graça, foram discutidos anteriormente, quando se tratou dos altares, das capelas e dos sepultamentos naquela igreja. N.A.

[519] " quando os holandeses, depois de renderem a cidade da Bahia, (em 1624), começaram com raiva herética e desatinada, a quebrar imagens dos santos, foram-se a sacristia do colégio, arremeteram a um crucifixo muito devoto, que nela estava, e arrastando-o o lançaram de uma varanda abaixo. Caiu em terra; quebrou-se a cruz de pau, e com a força do golpe se fez em pedaços; e a imagem (coisa maravilhosa!) Que não era de outra matéria mais forte, antes mais fraca, ficou tão inteira, como se a terra dura em que caiu, estivesse alcatifada de colchões ou colchins brandos. Aí esteve jazendo dois dias, à falta de quem o levantasse; nem faltou quem, levado de uma fúria mais herética e infernal, lhe fizesse mil injúrias; até que, enfim, quis o libertador dos homens, que um o fôsse seu." padre Antônio Vieira na sua Ânua ou Anais da província do Brasil dos anos de 1624 e 1625, datados de 30 de setembro de 1626 PEREIRA DA COSTA, op. cit. p.437.

holandeses. É mesmo provável que entre eles houvesse alguns católicos que lamentavam tais atitudes. É o que revela uma inscrição a carvão, no nicho central do primitivo retábulo do altar mor, na qual pelo menos três holandeses lamentando, fazem um reconhecimento de culpa, datam (1631) e apõem seus nomes. Possivelmente as imagens teriam sido sepultadas quando a partir de 1637, os padres reocupam o colégio, numa prática compatível com o que depois seria preconizado pelas Constituições do Arcebispado da Bahia[520], do século dezoito.

Do mesmo modo que me referi em relação ao conjunto dos edifícios de Olinda, a propagação do fogo no interior da igreja, estaria diretamente relacionado a qualidade e quantidade de material combustível presente. A utilização de retábulos em madeira, as imagens pintadas ou mesmo 'de vulto', em madeira, constituíam-se provavelmente nos primeiros elementos atingidos. O mobiliário da igreja, em termos de confessionários, cadeiras, bancos, ainda que em número reduzido, esparsos, constituíam-se em combustível de fácil acesso, e possivelmente de rápido consumo. Isto é, em pouco tempo estariam destruídos. O madeiramento do telhado (ainda que o fogo não lhe fosse diretamente ateado), apesar da altura do pé direito, seria aquecido pelas chamas que consumiam a mobília, os retábulos.

No interior da igreja, provavelmente, as chamas produzidas pela combustão da madeira dos retábulos, terminariam por atingir parte do

---

[520] "Para que nas Imagens Sagradas se evitem totalmente as superstições, abusos, profanidades e indecências que já houveram e se podem introduzir, encarregamos muito aos nossos Visitadores e mais Ministros, que com particular cuidado nas Igrejas, Ermidas, Capelas e lugares pios de nosso Arcebispado que visitarem façam exame se nas Sagradas Imagens, assim pintadas, como de vulto, existe algumas indecências, erros, e abuso contra a verdade dos mistérios Divinos, ou nos vestidos, e composição exterior, coisa contra a forma de direito, de nossas Constituições. E as acharem mal, e indecentementes pintadas ou envelhecidas se façam tirar de tais lugares e as mandarão enterrar nas Igrejas em lugares apartados das sepulturas dos defuntos. E os retábulos das pintadas, sendo primeiro desfeito em pedaços, que queimarão em lugar secreto e as cinzas se deitarão com água na pia batismal, ou as enterrarão, como das imagens fica dito. E o mesmo se observará com as Cruzes de pau." TÍTULO XXI - QUE NÃO SE PINTE A IMAGEM DA CRUZ, NEM A LEVANTEM EM LUGARES INDECENTES E QUE SEJAM REFORMADAS AS IMAGENS ENVELHECIDAS.

madeiramento do telhado logo acima, dai propagando-se ao restante da cobertura. Portas e janelas, pela própria espessura da madeira utilizada, teriam possivelmente um consumo mais lento. O coro da igreja, com sua escada e assoalho em madeira, a guarda do púlpito, constituíam-se ainda em material combustível para alimentar o incêndio.

Leve-se em consideração ainda que o incêndio ateado a toda a vila, produziria uma elevação geral da temperatura, favorável à propagação do fogo. A igreja, contígua ao colégio, constituía-se em um grande conjunto que ardia, produzindo no ambiente uma temperatura extremamente elevada. E este fator dificultaria muito o acesso àqueles que buscassem seja salvar os pertences, seja tentar debelar o fogo.

Por outro lado, a situação do conjunto, no topo de uma elevação à beira mar, seria provavelmente batida pelos ventos o que ajudaria a dissipar o calor do incêndio. Entretanto, Olinda foi incendiada no final de novembro (24 de novembro de 1631). A esta altura do ano, o período de maior intensidade de ventos já passara, contudo, como já mencionei, durante praticamente todo o ano a região é varrida pelos ventos.

Nesta época do ano, as chuvas de outono-inverno, da região, já haveriam cessado. Uma época próxima ao solstício de verão do hemisfério sul. Há menos de um mês do solstício, em Olinda, a 8° de latitude sul, o sol já transpusera o zênite. As temperaturas já se mostravam em torno das médias das mais elevadas do ano. Além disso, a região atravessara um período de seca prolongada. Mesmo no litoral, os reflexos da seca podem se fazer sentir. Ainda que a região não atinja níveis mais elevados de ressecamento, pelas chuva, pelos ventos que vêm do mar, em seu conjunto o ambiente se mostra mais seco. A madeira de portas, móveis, telhados, mais susceptível ao fogo.

Mas o conjunto jesuítico, sobre a 'ponta de Jesus' estava praticamente isolado do restante da vila. Nesta situação seria menos atingido, prejudicado, pelo calor geral produzido pelo incêndio da vila.

Ainda que os ventos pudessem dissipar, amenizar um pouco a temperatura geral da vila, no interior das estruturas, o calor seria intenso, insuportável mesmo. As paredes de pedra, produziam um ambiente adiabático. A arquitetura da igreja, de poucos vãos abertos (duas seteiras do lado do mar - Figura 109), não facilitava a circulação do vento. Se os padres com seus índios tivessem tido acesso ao colégio, à igreja, no início do fogo, teriam tido condições de salvar alguma coisa, entretanto se quando chegaram, o fogo já se tivesse propagado, provavelmente pouca coisa poderia ter sido feita.

As estruturas em pedra não sofreram grandes danos. Paredes, arcos, não foram duramente atingidos. A pedra calcária de que são constituídos teriam apresentado as marcas dos danos. O revestimento dos altares (Figura 66), o mobiliário, imagens, escadas, coro, tudo foi possivelmente, total ou parcialmente destruído. Portas e janelas podem ter sido danificadas. O forro, o telhado, estes foram destruídos. A queima do madeiramento, ainda que não consumisse totalmente as linhas e terças, o dano nos caibros promoveria o desabamento das telhas.

As estruturas ficaram sem o telhado, mas em pé; os adornos, as alfaias, provavelmente perdidas. Mas, para muitos, não se perdera o ânimo. Tão logo obtiveram permissão, voltaram os padres a ocupar o colégio, ainda sob o domínio holandês. Mais uma vez afastados, durante a guerra (1654-1654), se empenham em recuperá-lo, mesmo sob as condições adversas que se impunham. Olinda praticamente destruída durante a dominação holandesa, não recupera, com a restauração, sua condição de sede do governo. Questões econômico-financeiras e questões de estratégia militar se opõem à reconstrução de Olinda, negam-lhe a condição de sede de governo. O General Bezerra de

Menezes desaconselha a reedificação da vila, insistindo na manutenção da que fora a cidade Maurícia, o Recife, como sede da Capitania[521].. Foram vãos os esforços para obter-se o apoio para a reconstrução da vila. Os templos poderiam ser restaurados, bem como, os particulares que optassem poderiam reconstruir suas casas; os prédios, as instituições oficiais, no entanto permaneceriam no Recife.

Não seriam apenas questões de estratégia militar ou de ordem financeira, como eram apontadas, que conduziam às discordâncias quanto à reedificação ou não da Vila. O fator político seria, no entender de Barbalho[522] o fator preponderante na questão, que posteriormente desaguaria no conflito entre os Olindenses, brasileiros de muitas gerações e portugueses, comerciantes mais recentemente chegados - os Mascates.

---

[521] "Aqui me chegam notícias que a Câmara da Vila de Olinda pretendia que V.S. e todos os Tribunais de sua jurisdição se passassem do Recife para a mesma Vila, e suposto que não creia que VS. se resolva a querer tomar sobre si uma ação que envolve tão grandes inconvenientes ao serviço de Sua Majestade como se deixam considerar (...) de nenhum modo convém se pratique, e a razão é: porque examinados bem todos os motivos que se podem oferecer por parte dos que pretendem a reedificação da Vila, e os que há para se conservar o Recife na forma em que o deixei, não há dúvidas que serão incomparavelmente mais graves os da conservação daquela Praça que os da reedificação daquela Vila; pois é impossível que no presente estado das coisas se conservem ambas as praças, e aquela em que assiste o Governo é só a que se pode conservar, e a experiência mostrou bem na minha mudança do Arraial para Nazaré e de Nazaré para o Recife, que só o lugar onde o Governo e os Tribunais reside se perpetua e aumenta, o mesmo se havia de seguir no Recife, se V.S. se mudasse com efeito para a Vila por mais que o zelo e cuidado de V.S. trabalhasse por conservar as forças e casarias de Sua Majestade porque se levantarem as ruínas da Vila se haviam de arruinar os edifícios do Recife, ou porque só subsistem enquanto neles se mora, ou porque já alguns poderão ser exemplo de que se desfizeram no Recife porque se levantaram na Vila. (...) E se o Recife é uma Praça de que tanto pende a conservação desta Capitania; a freqüência dos negócios que só alenta seus moradores, e eles se acham em tão última miséria que não têm com que sustentar- se, nem sustentar a Infantaria, que mal chega a guarnecer os portos do Recife, - e com que cabedais hão de reedificar a Vila, fortificá- la e pagar Infantaria que a defenda? E se a Vila é um acomodado alojamento para o inimigo, e a nós não aproveitou para a defendermos, nem os holandeses como tão grandes soldados se aproveitaram dela para a conservar; - como será justo que tratemos de reedificar uma Vila que nos prejudica, e não conservar uma Praça que nos defende?! e quando o povo não tem sangue para o preciso, como se há de tirar dele substância para o supérfluo? (...) Eu não digo que não se reedifiquem os templos, nem eu isto digo e visto que, quem tiver cabedal, reforme as suas casas; mas se em muitos anos se não há de restituir a Vila aquele estado florente em que se perdeu: como antes de estar capaz de levantar-se e sustentar a Infantaria que lhe é necessária, se há de passar para ela o Governo e Tribunais em que se supõe a infabilidade de sua reedificação; principalmente quando a penúria dos moradores o impossibilita?!..." Barbalho, 1986:24-25.

[522] Idem

Apesar das discordâncias havidas, e da própria mudança que se operou nas funções entre as duas cidades, a Igreja de Nossa Senhora da Graça foi restaurada[523], permanecendo em poder dos Jesuítas até sua expulsão do Brasil, em 1755. A instalação de um outro colégio jesuíta em Pernambuco, o Colégio do Recife, em alguns momentos ameaçou a transferência das classes de Olinda para o Recife, mas a questão foi decidida em favor de Olinda[524].

A igreja de Nossa Senhora da Graça, a despeito de todas as atribulações, não apenas foi restaurada após o incêndio de Olinda, como continuou a desempenhar suas funções religiosas até os dias atuais. A intervenção arqueológica a que foi submetida, sucedida pela arquitetônica, permitiu um acréscimo no conhecimento que da mesma se dispunha. Conhecimento não apenas da obra duartina, ou mesmo da obra jesuítica, mas de um complexo mais amplo, no qual se encontra inserido este templo. Este tema não se encontra esgotado por esta tese, pesquisas complementares, ou mesmo a rotação metodológica do observador, permitirão, com certeza, uma mais ampla compreensão do processo de fixação européia nas terras que viria a ser chamada de Novo Mundo.

---

[523] "A reedificação iniciou-se logo após a expulsão dos invasores, e em 1660 ia em plena atividade, dentro de um plano que se qualifica de elegante. Dois anos depois haviam-se erguido as paredes mores do Colégio, enquanto que a maior parte das antigas casas de Olinda permanecia arruinada. Em 1666 estava concluído." Leite, op. cit. 1950, tomo V:420.

[524] Fundando-se depois o Colégio do Recife, quiseram os padres transferir para este novo estabelecimento as referidas classes; mas, reclamando ao soberano a Câmara do Senado da cidade de Olinda, foi atendida por ato régio de 6 de julho de 1719, mandando que o ensino de tais matérias permanecesse no colégio daquela cidade. PEREIRA DA COSTA... op.cit.. p. 436

NOTAS FINAIS

[i] O único testemunho preservado deste limite entre o altar e a nave da igreja, (Figura 30) restou ao pé da coluna que separa o altar mor e o altar do lado do evangelho (terço inferior, esquerdo da foto). Seu limite coincide com a projeção do arco que limita aquele altar, deixando sacada a base da coluna que suporta o arco. Os arcos do altar mor e os dos altares colaterais, se apresentam em um mesmo plano (plano frontal). Por outro lado, a base da coluna que os separa, saca dos limites de cada batente. Portanto, com base nestas observações se pôde inferir que também no plano horizontal (vista de topo) os três altares não se achavam interligados, reforçando, conseqüentemente, o que foi dito anteriormente, que cada altar apresentava um batente independente. N.A.

[ii] As escavações arqueológicas revelaram uma série de peças fragmentadas de cantaria, que puderam ser identificadas como fustes e capitéis de colunas, compatíveis, por suas proporções, com o que seria o retábulo do altar mor. Compatíveis ainda com a feitura dos retábulos dos altares colaterais. N.A.

[iii] "Os três retábulos, incluindo na análise os restos encontrados, são de gênero comum ao fim do século dezesseis, de gosto maneirista e identificados com os de mesma época existentes no Brasil e em Portugal." MENEZES, José Luiz da Mota. Igreja de... 1976, p. 54

[iv] Os fragmentos resgatados referem-se a dois tipos diferentes de colunas da ordem Coríntia. Estes dois tipos, no entender de Menezes, poderiam corresponder a dois andares no retábulo do altar mor. N.A.

[v] As peças fragmentadas, encontravam-se incorporadas ao aterro que se fez junto ao altar. N.A.

[vi] Por outro lado, todas as peças identificadas como concernentes ao retábulo mor, foram encontradas no interior de uma mesma estrutura mais ampla, ainda que dispersas em seu interior. Sua deposição corresponde, portanto, a uma mesma atividade, a um mesmo momento. Encerradas em uma estrutura de aterro, o tamanho dos fragmentos não condizem com os demais fragmentos que constituem o aterro. Destacam-se por apresentar uma média de tamanho muito acima dos restantes. Ou seja, restos de calcário nas proporções daqueles relacionados ao retábulo, não foram incorporados a aterros. Naquelas proporções, os restos de calcário apenas são encontrados constituindo estruturas de alvenaria, cimentados entre si por argamassa de cal. Esta observação é válida tanto para o aterro que contém estes restos de retábulo, quanto para os demais aterros, encontrados no interior da igreja. N.A.

[vii] Um outro aspecto a ser ainda considerado, é que o material constituinte deste aterro, ao que indica sua composição, não teria tido como fonte o terreno externo à igreja, que trouxesse consigo elementos de refugo de outras áreas funcionais, estranhos às atividades desenvolvidas no interior do templo. E este é o caso de muitos dos aterros, incorporados ao interior da igreja, como já foi visto quando se tratou do material de construção na Igreja de Nossa Senhora da Graça. O material aí utilizado é proveniente de atividades de construção, provavelmente no interior do templo, que conduzem inclusive à presença de ossos humanos esparsos, de permeio com o aterro. A presença desses ossos será discutida quando for tratado das questões relacionadas às atividades funerárias. N.A.

[i] Se a mentalidade de um povo, em uma determinada época, pode ser avaliada através dos textos, muitas das ações podem ser perceptíveis através do registro arqueológico. Por se tratar de um sítio que ao longo do tempo permaneceu em uso, e tendo o piso revestido, era de se esperar que a Igreja de Nossa Senhora da Graça, do ponto de vista do registro arqueológico, não se apresentasse com aquelas características sistematizadas por Binford, como refugo primário. Entretanto, do mesmo modo como me referi anteriormente, que as substituições de revestimentos de piso, possivelmente suprimiram elementos de vestígio de atividades, as reformas internas que deram origem a tais substituições, possibilitaram a preservação de registros de outra natureza. Aqui não se aplicaria de forma direta as conceituações de Ascher e posteriormente Schiffer acerca da influência de diferentes processos de

abandono do sítio sobre a forma de apresentação dos vestígios arqueológicos. Entretanto em se admitindo extrapolar o conceito de abandono de sítio, de modo a incluir o abandono de estruturas, se terá, de fato, refugos primários. N.A.

[ii] O desnível entre as duas áreas não decorreu do rebaixamento da cota da área pública, mas sim da elevação da cota da área do presbitério. Sobre o terreno terraplenado, na área reservada ao presbitério, foi incorporado um aterro, constituído de material oriundo da área externa ao templo. Como foi discutido no item referente ao material de construção na Igreja de Nossa Senhora da Graça, este aterro, à época de sua implantação, foi contido por um batente em cantaria de pedra calcária, ou mais provavelmente de arenito, instalado sobre uma camada de argamassa à base de cal e argila. Depois de ter sido revestido o piso de ambas as áreas, o desnível promovido pelo aterro, produziu uma diferença de cota da ordem de 22 cm.

[iii] Nesta sua primeira feição, a Igreja de Nossa Senhora da Graça teve o piso revestido por tijolos retangulares, cujas dimensões médias são de 31,5 cm de comprimento, por 14 cm de largura e 5 cm de espessura (Figura 22). Os tijolos foram assentados sobre uma camada de argamassa à base de argila e cal, de fraca concentração. Sobre a área pública, a argamassa repousava diretamente sobre o terreno local, enquanto que na área do presbitério, diretamente sobre a camada de aterro.
A disposição dos tijolos na formação do piso, segue um padrão regular que consiste em faixas longitudinais, paralelas entre si, que cortam outras faixas, também paralelas, estas no sentido transversal da igreja. Ambas as faixas são constituídas por tijolos assentados em paralelo uns com os outros, dispostos de modo que o comprimento de cada peça esteja perpendicular ao eixo longitudinal da nave (Figura 81).
As faixas longitudinais distam entre si, em média, 0,95 m, enquanto que as transversais distam 1,90 m entre si. Em seu conjunto, as faixas formam um reticulado, que constituem espaços internos, estes revestidos também com tijolos, mas que apresentam padrão de assentamento em "escama de peixe". Neste último padrão, os tijolos estão dispostos perpendicularmente uns aos outros, de modo que o topo (largura) de um ajusta-se à lateral (comprimento) do outro (ver detalhe na Figura 22).
A malha formada por este padrão de revestimento de piso, orienta a disposição das covas para sepultamento, à guisa de campa. Entretanto, não existiram estruturas de alvenaria subterrâneas, que limitassem os locais de cova (Figura 59).

[iv] A ampliação desta área foi feita através da incorporação de um novo aterro, cujo material foi proveniente mais uma vez da área externa, no qual vieram incorporados fragmentos de faiança e matéria orgânica. Resulta, portanto, não de um 'empréstimo' cavado em profundidade, mas possivelmente da raspagem de uma área superficial. Verbete: empréstimo: 4. Construção -. Escavação feita no terreno para dele retirar material destinado a aterro. LACERDA, C. Augusto et GEIGER, Paulo. Dicionário Aurélio Eletrônico, V. 1.3, 1994.

[v] A Figura 32 , corresponde a uma vista transversal da igreja, à altura em que esteve assentado o batente de acesso ao presbitério, nesta segunda etapa. É uma vista tomada do lado da epístola, enfocando o lado do evangelho. Observe-se os restos da argamassa que unia o batente ao piso. A pedra trabalhada que servia de batente, estaria, pois, à esquerda desta linha de argamassa, ou seja em direção à área pública. Observe-se ainda, à direita e acima da foto, o vão do arco da primeira capela do lado do Evangelho. Portanto, nesta disposição, como me referi acima, esta capela, assim como a sua simétrica no lado da Epístola, já não se abriam na área pública, e sim na área do presbitério. Por outro lado, como se pode observar na mesma fotografia, os púlpitos, um dos quais pode ser visto na foto, à esquerda, em cima, ainda se encontram nos limites da área pública. (Figura 32 e Figura 82).

[vi] O limite entre as áreas é ainda demarcado por um batente em cantaria, possivelmente um reaproveitamento total ou parcial do batente primitivo. Na Figura 29, pode-se observar um testemunho, remanescente da incrustação do batente, na parede lateral da igreja, e um testemunho do piso primitivo da área pública Para a contenção do aterro, o batente foi mais uma vez assentado sobre uma argamassa de barro e cal. Na implantação desta segunda etapa, parte do antigo revestimento do piso foi removido, nos limites da área a ser anexada ao presbitério, visando, possivelmente o reaproveitamento das peças. Observe-se na Figura 23, um testemunho da tijoleira primitiva, na área pública, em que estão agregados restos da argamassa que fixava o batente em pedra. Note-se além da argamassa, que o piso em tijolos está interrompido, constituindo uma linha irregular, apresentando inclusive, tijolos quebrados. Irregularidade e quebra, decorrentes da remoção do antigo

piso. Um pouco acima, na foto podem ser observadas duas camadas de aterro (mais escuros), separadas por uma camada mais clara, resultante da fragmentação da argamassa que suportava o piso. Esta camada, é constituída pela argamassa que se apresenta completamente fragmentada em decorrência da supressão do piso.

[vii] A Figura 33, é um detalhe dos restos da argamassa que suportava o batente da segunda etapa. Observa-se, no centro da foto, uma marca de madeira, impressa quando a argamassa ainda não havia consolidado. Corresponde esta marca, possivelmente, ao suporte da mesa de comunhão, daquela etapa da igreja.

[viii] Uma outra informação que pôde ser resgatada arqueologicamente, acerca desta segunda etapa, foi o uso de lápides funerárias, incrustadas no piso da igreja. Na Figura 31, próximo ao centro, à direita, pode-se observar no resto do piso, à direita dos restos da argamassa que suportava o batente, que existe uma marca regular (retangular), uma reentrância, na qual o piso não está revestido. Foto foi tomada de topo, em que os altares estão à direita e a porta principal à esquerda. Deste modo, acima, corresponde ao lado do evangelho e a parte inferior ao da Epístola. N.A.
Uma observação atenta permitirá se identificar, que existe uma faixa de tijolos em paralelo, a uma peça de tijolo acima (na foto) desta área, que é simétrica a uma outra, logo abaixo da mesma marca. São as faixas laterais que demarcam as campas das sepulturas. Observe-se ainda, que o limite da marca da lápide (prolongando-se para o topo da foto), corresponde a uma outra linha de tijolos paralelos, que corresponde à faixa transversal da 'campa'. A lápide existia no local, quando da primeira ampliação do presbitério, tendo sido removida, de modo a não ser recoberta. A remoção teria se dado por ocasião desta reforma, uma vez que no seu local não foram repostos os tijolos de revestimento do piso.

[ix] A ampliação da área do presbitério, nesta terceira etapa, foi identificada arqueologicamente por uma nova estrutura que se superpôs ao piso da área pública, mais próximo à porta principal, que as anteriores. Corresponde, não mais a uma simples camada e argamassa de fixação do batente, mas a uma estrutura de arrimo. Esta estrutura, em tijolos, pedra e argamassa de cal, se distribui em uma faixa de 1 m de largura, em média, no sentido transversal da igreja. Esta estrutura forma dois patamares: um mais alto, que abrange uma espessura de 40 cm, mais próximo ao altar, e um mais baixo, do lado da porta principal, com a espessura máxima de 10 cm. Cada uma destas faixas de espessura diferente, apresenta-se com 50 cm de largura, em média. Sobre a faixa menos espessa, foi assentado um batente em pedra, cuja marca negativa pode ser observada ao longo da estrutura. A faixa mais espessa, e que portanto atinge uma cota mais alta, corresponde ao arrimo, propriamente dito. O arrimo suportava um novo aterro, desta feita mais extenso, e mais espesso. Aterro que, não mais como os precedentes, os quais apenas preenchiam o espaço da ampliação do presbitério, mas que, se estendia por toda a área do presbitério, elevando-lhe o nível. Restos remanescentes desta camada podem ser observados na Figura 23. A camada mais clara, corresponde à fragmentação da argamassa que suportava o piso, fragmentada em decorrência da supressão dos tijolos que constituíam o revestimento do piso. As duas camadas de aterro (mais escuros), que podem ser observadas na foto, correspondem aos aterros da segunda e terceira etapas de crescimento do presbitério.

[x] O aterro utilizado para a ampliação desta área foi mais uma vez proveniente da área externa e, do mesmo modo, a já estavam incorporados, fragmentos de cerâmica utilitária e matéria orgânica. Resulta provavelmente, portanto, mais uma vez, de material removido de uma camada superficial do terreno, ao qual se encontrava já incorporado material de origem antrópica.

[xi] A Figura 34, corresponde a uma vista parcial da igreja, à altura em que se pode observar os locais em que estiveram assentados os batentes de acesso ao presbitério, das terceira e quarta feições da igreja. Observe-se a estrutura, no solo, que se dirige à parede entre os arcos das capelas laterais. Corresponde ao arrimo de contenção do aterro da terceira feição, junto a qual fora assentado o batente. A estrutura que corre sobre as lápides, corresponde à feição seguinte, e será tratada mais adiante. Observe-se ainda que o limite do presbitério, nesta terceira feição, se fazia junto à imposta do arco da segunda capela lateral, de modo que a capela se abria na área pública. Por outro lado, como se pôde observar na Figura 32, na parede entre as capelas, estão localizados os púlpitos. Deste modo, nesta feição ainda se encontram próximos ao limite da área pública, entretanto, já sobre o presbitério.

[xii] Observar na prancha citada que vários sepultamentos encontram-se 'desalinhados' sobrepondo-se parcialmente, o que sugere que a delimitação das campas não foi rigorosamente a mesma anterior.

[xiii] Na implantação desta terceira etapa, parte do antigo revestimento do piso da área pública bem como do presbitério, foi coberto pelo aterro, não tendo sido reaproveitadas aquelas peças para o novo piso. A Figura 68, permite se observar testemunhos da tijoleira do que revestia o presbitério nas primeira e segunda etapas, e que foi coberta pelo aterro da terceira etapa. A não continuidade destes testemunhos se deve a sepultamentos realizados posteriormente a esta etapa. Tais sepultamentos, realizados em épocas onde o piso apresentava um nível mais elevado, interromperam a antiga camada de piso. N.A

[xiv] É provável, que o não reaproveitamento dos tijolos para o novo piso se deva ao desgaste que as peças deveriam apresentar, face ao uso. Outra hipótese que poderia ser levantada, é a da substituição do padrão de revestimento do piso, seja com a alteração no material, seja em seu padrão de assentamento. De fato não existiram remanescentes diretos do revestimento do piso desta terceira etapa. Entretanto, vestígios indiretos deste revestimento, permitem supor que pelo menos foi mantido o material de revestimento, ou seja, tijolos retangulares. Como já foi mencionado, os tijolos que constituíam o revestimento do piso foram assentados sobre uma camada de argamassa à base de argila e cal, de fraca concentração. Observe-se na Figura 24, abaixo das camadas superficiais, duas camadas horizontais esbranquiçadas. Estas duas camadas serviram como base para a tijoleira retangular primitiva em épocas diferentes. A camada de argamassa inferior corresponde a primeira e segunda etapas. A camada de argamassa superior corresponde à terceira etapa ou seja a segunda migração do presbitério, em extensão, e à primeira elevação de sua cota. Entre estas duas camadas aparece a camada escura de aterro N.A.

[xv] Os tijolos do antigo piso, se não foram reaproveitados no novo piso, pelo menos em parte o foram para constituição do arrimo que suportava o aterro desta etapa. A estrutura que aparece na Figura 31, imediatamente acima da lápide, corresponde àquele arrimo da terceira etapa. Observe-se a utilização de tijolos. Por suas dimensões, estes tijolos poderiam ser provenientes do antigo revestimento do piso.

[xvi] O batente que estabelece o acesso entre as duas áreas, corresponde possivelmente um reaproveitamento total ou parcial do batente primitivo, que foi utilizado no patamar mais baixo. É de se esperar que tenha havido um segundo batente em pedra, compondo o conjunto, o que é reforçado pelas marcas, em negativo, no patamar superior da estrutura. Na Figura 34, em sua porção média, à esquerda, pode-se observar um testemunho, remanescente do arrimo que suportava o aterro da terceira etapa. É a estrutura que se dirige para a parede onde se vê o vão do púlpito (acima, à esquerda). Ainda na mesma foto, vê-se a relação entre esta estrutura e a parede que separa os arcos das primeira e segunda capelas laterais, do lado do evangelho. Trata-se da estrutura mais à direita da foto, não aquela que corre sobre as lápides. Nesta etapa, o batente inferior limitava-se com a imposta do arco da capela.

[xvii] Nesta terceira etapa, apenas a cota da área pública foi mantida; o piso da área do presbitério foi elevado por meio de um novo aterro, em cerca de 20 cm, promovendo um desnível entre as duas áreas de cerca de 45 cm.

[xviii] A estratigrafia das capelas laterais, coincide com aquela identificada na área do presbitério. Sobre o terreno local, foi implantado um aterro de cerca de 20 cm, o qual foi revestido por uma tijoleira (tijolos retangulares), provavelmente em 'escama de peixe'. A tijoleira foi assentada sobre uma camada de argamassa, constituída de barro e cal, bastante friável. Este seria o piso primitivo da capela, que corresponde, a segunda feição da igreja, ou mesmo, talvez à primeira feição. Os tijolos deste piso foram removidos para a elevação do nível da capela, e sobre os restos da argamassa que os sustentava, foi incorporado novo aterro, que elevou o piso da capela, tornando-o compatível com o piso do presbitério na terceira feição da igreja. Mais uma vez, o piso da capela foi revestido por uma tijoleira em escama de peixe (Figura 39), assentada sobre uma argamassa de barro e cal. Este seria o piso correspondente à terceira feição da igreja. Posteriormente este piso foi revestido com cimento. N.A.

[xix] No assentamento de lápides contíguas, foi mantido, em tijolos, as linhas de demarcação entre as campas (Figura 34). As lápides apresentavam dimensões próximas às da campa, com pequena

variação entre umas e outras. Entretanto nenhuma excedia tanto a área reservada a cada sepultamento, a ponto de sobrepor-se a uma outra cova. N.A

[xx] Evidências disto, podem ser observadas através da não coincidência exata de muitos sepultamentos. Por vezes a abertura de novas covas atingia parcialmente sepulturas anteriores. Ora o desvio se apresentava no sentido lateral, ora no sentido do comprimento (Figura 88).

[xxi] Para a implantação desta etapa construiu-se uma parede de arrimo em tijolos, pedra e argamassa de cal, que se estende em uma faixa de 1,1 m de largura, em média, no sentido transversal da igreja. Esta estrutura forma dois patamares: um mais alto, que abrange uma espessura de 40 cm, mais próximo ao altar, e um mais baixo, do lado da porta principal, com a espessura máxima de 10 cm. Cada uma destas faixas de espessura diferente, apresenta-se com 50 cm de largura, em média. Sobre a faixa menos espessa, foi assentado um batente em pedra, que não foi removido pelas reformas subseqüentes. A faixa mais espessa, e que portanto atinge uma cota mais alta, corresponde ao arrimo, propriamente dito, enquanto que a faixa de cota mais baixa, ao suporte para a pedra do batente de acesso (Figura 34).

[xxii] A ampliação do presbitério foi produzida através da incorporação de um novo aterro, cujo material foi, desta feita, proveniente da própria igreja. A caliça resultante de reformas nas paredes da igreja, e restos de telha (Figura 20).

[xxiii] A execução de obras nas paredes e teto, implicavam na 'armação' de andaimes, que permitissem o acesso aos operários. Quando assentados em pisos revestidos, em geral não deixam registro no solo; deixam-no nas paredes. Quando assentados sobre o terreno, sobre aterros, são, em geral, fincados no chão, do que resulta a formação de registro arqueológico. Por sua função, os andaimes são estruturas temporárias; retiradas ainda no decorrer das obras. Os espaços gerados pelas estacas foram então preenchidos pelo material de aterro, constituindo-se, em registro arqueológico da atividade. Estas marcas dos andaimes distribuem-se ao longo das paredes, a partir da linha 6 (Figura 104), até as proximidades da porta principal.

[xxiv] A análise da constituição do aterro utilizado nesta reforma, permitiu observar-se que a esta ampliação correspondem obras que interessam não apenas ao piso, como às paredes. O material utilizado como aterro sugere a amplitude da reforma empreendida, que atingiu inclusive o telhado, haja vista a quantidade de fragmentos de telha que integra o aterro. N.A.

[xxv] Nesta quarta etapa o arrimo do aterro foi instalado em frente a abertura da segunda capela do lado do Evangelho, e em meio a um dos confessionários do lado da Epístola (Figura 84). Ou seja, nem um nem outro estaria mais em atividade. Haviam sido entaipados. Por outro lado, as Figura 37 e Figura 38, mostram em detalhe o limite do batente da quarta etapa, em meio ao arco da segunda capela lateral.

[xxvi] Observe-se nesta foto (Figura 38), a existência de uma camada de reboco entre a argamassa de sustentação da pedra do batente e a pedra da soleira da capela. A presença deste reboco demonstra que esta capela já havia sido fechada por ocasião da instalação do arrimo e batente desta etapa. Entretanto, este detalhe permite apenas observar-se que a capela foi entaipada antes do assentamento dos batentes, do novo piso. E esta é uma seqüência procedimentos, usual em obras de reforma, pois a implantação de reboco é uma atividade que antecede à de assentamentos no piso. O fato de haver sido o entaipamento da capela anterior ao assentamento do arrimo e do batente, não anula, portanto, a possibilidade de que tais obras tenham sido concomitantes. Por outro lado, não se pode obscurecer que as capelas bem poderiam ter sido entaipadas em um momento qualquer, entre as 3 e 4 feições, podendo portanto corresponder ao fechamento da capela.

[xxvii] Uma outra informação que pôde ser resgatada arqueologicamente, acerca desta quarta etapa, foi o desuso das lápides funerárias, incrustadas no piso da igreja. Na Figura 34, próximo ao centro, à esquerda, pode-se observar a estrutura do arrimo da quarta etapa, passando sobre duas lápides funerárias. Nesta situação as lápides têm as inscrições cobertas pela estrutura, e não mais podem ser removidas sem dano para o arrimo.

[xxviii] A Figura 34 registra o arrimo da quarta etapa correndo sobre as lápides n°. 2 e 4. Observe-se que a base que suportava o batente (e conseqüentemente o batente) da terceira etapa terminavam próximo às lápides, sem contudo recobri-las.

[xxix] O novo revestimento de piso, agora implantado corresponde a uma tijoleira de elementos quadrados, que medem 23 por 23 cm, assentados sobre areia. Estes tijolos ou ladrilhos de cerâmica (Figura 27) foram assentados em diagonal, isto é a linha diagonal da peça, paralela ao eixo longitudinal da igreja (Figura 84) Neste revestimento não foi registrado a demarcação de uma faixa central de passadiço, muito freqüente nos pisos de igrejas. Apenas uma faixa, ao pé do batente, e uma outra limitando o batente superior, foram assentadas em paralelo com os eixos da igreja.

[xxx] Nesta quarta etapa, as cotas das duas áreas foram mantidas, e para tal, o antigo revestimento em tijolos retangulares, foi removido. O desnível entre elas, portanto mantém-se em torno dos 40 cm, com o acesso através de dois batentes, como na etapa precedente.

[xxxi] Possivelmente as pedras trabalhadas, utilizadas na constituição dos batentes, seriam, pelo menos em parte, reaproveitamento de etapas anteriores (Figura 36). Observou-se nas etapas anteriores que os batentes em pedra haviam sido removidos, quando da instalação das novas etapas, e por suas dimensões poderiam corresponder à mesma cantaria, ainda que pelo desgaste fosse em parte substituída.

[xxxii] As marcas de assentamento da mesa de comunhão sugerem a existência de um portão ao centro da igreja, ligando as duas áreas.

[xxxiii] É provável que as peças de cantaria que constituem os batentes, correspondam, pelo menos em parte, ao reaproveitamento dos antigos batentes, de etapas precedentes. Um aspecto entretanto, chama a atenção: em algum momento, foi aplicado às pedras, um revestimento (Figura 36). Este revestimento pode ter sido ou não contemporâneo às reformas que implantaram esta quarta feição. Alguns argumentos favorecem a hipótese de que estas obras mantiveram os batentes em cantaria, sem revestimento, que pelo uso foram desgastados (ou acentuou-se o desgaste anterior), e em uma outra reforma, de menor amplitude, foi revestido. Outros argumentos, entretanto, sugerem que poderia ter sido concomitante àquelas reformas.
Entre os argumentos que sinalizam no sentido que o revestimento seria posterior àquelas obras, está relacionado ao tipo de revestimento utilizado. O revestimento aplicado sobre o batente, corresponde a um capeamento com argamassa de cimento 'Portland', enquanto que nas demais obras até então, utilizou-se argamassa à base de cal. Os próprios batentes desta feição, foram assentados com uma argamassa à base de cal. Após as obras, ao longo do tempo, com o uso, o batente se mostrava desgastado. A disponibilidade do cimento 'Portland' no Brasil e a maior dificuldade em substituir-se as pedras do batente teriam levado a optar-se pelo capeamento do batente.
Por outro lado, no sentido de que o revestimento dos batentes tivesse sido realizado durante aquelas obras, pode-se também admitir que no período já teria havido a introdução do cimento 'Portland'. Evidentemente que a utilização concomitante de argamassa à base de cal e cimento 'Portland', não é estranho. Mesmo após a introdução do cimento 'Portland' no Brasil, por um período relativamente longo, manteve-se uma ampla utilização da argamassa à base de cal. Entretanto, este último tipo de argamassa não apresenta dureza suficiente para ser utilizado como revestimento de batentes, soleiras, etc.. Áreas sujeitas a uma maior ação de atrito, mais sujeitas ao desgaste. Daí o uso das soleiras e batentes preferencialmente em cantaria de arenito. O cimento 'Portland', entretanto já apresenta uma maior resistência, compatível com o uso para revestimento de áreas de maior trânsito. É possível, portanto, que por ocasião das obras, ambos os cimentos fossem disponíveis, mas que, pelo custo, se tivesse optado por um uso mais amplo da argamassa à base de cal; e que apenas o batente, já desgastado, fosse revestido com cimento 'Portland'. Neste caso, as obras e o revestimento do batente teriam se dado à mesma época.

[xxxiv] A ampliação do presbitério foi produzida através da incorporação de um novo aterro, cujo material foi proveniente mais uma vez da área externa. Desta feita, entretanto, não mais de uma área próxima, mas sim das áreas baixas, de depósitos ribeirinhos ou da praia. O material do aterro é constituído predominantemente por areia - grãos de quartzo e restos de carapaças calcárias de pequenos animais marinhos; onde a fração argila é praticamente ausente.
O material correspondente ao aterro, distribui-se em três blocos de depósitos:
1. Aterro em área restrita, limitada pela estrutura de arrimo da terceira etapa, e a estrutura de arrimo da quarta etapa; correspondendo a área de ampliação do presbitério.
2. Depósitos em áreas restritas, visando o nivelamento da superfície, que ocorrem tanto na área pública, quanto na área do presbitério.

3. preenchimento de perfurações (registros de estacas temporárias).

[xxxv] Para a implantação desta etapa construiu-se uma parede de arrimo em alvenaria de tijolos, se distribui em uma faixa de 1,1 m de largura, em média, no sentido transversal da igreja (Figura 41 e Figura 42). Esta estrutura forma dois patamares contínuos: um mais alto, que abrange uma espessura de 40 cm, mais próximo ao altar, e um mais baixo, com a espessura máxima de 30 cm. Cada uma destas faixas de espessura diferente, apresenta-se com 50 cm de largura, em média. Sobre a faixa mais próxima à porta, foi construído um batente em alvenaria de tijolo, revestido de cimento, que não foi removido pelas reformas subseqüentes. A faixa mais espessa, e que portanto atinge uma cota mais alta, corresponde ao arrimo, propriamente dito, enquanto que a faixa de cota mais baixa, representa o batente de acesso.

[xxxvi] A distribuição das marcas de estaca, relacionadas a esta reforma, não se restringem às áreas próximas às paredes. Distribuem-se a uma distância não mais compatível com a execução de obras nas paredes, mas compatíveis sim, com obras relacionadas ao telhado ou melhor, com o forro. Estes registros sugerem que esta nova ampliação do presbitério, corresponde a uma reforma na igreja bem mais ampla, atingindo piso, paredes, capelas, e forro.

[xxxvii] Na área pública foi mantido o mesmo revestimento em tijoleira quadrada. Peças de 23 por 23 cm, assentadas em diagonal (Figura 27) em que não se registrou demarcação de faixa central de passadiço. Apenas uma faixa, ao pé do batente, foi assentada em paralelo com os eixos da igreja.
Na área do presbitério, no entanto, o antigo revestimento foi removido e substituído por um piso em cimento 'queimado'. Enquanto que para os revestimentos de piso até então utilizados o terreno recebeu apenas um breve tratamento preliminar, o piso em cimento 'queimado' foi assentado após uma cuidadosa preparação do terreno. Inicialmente o terreno foi nivelado por uma camada de barro, "socado". Em seguida recebeu um revestimento preliminar com tijolos manuais, rejuntados com argamassa de cimento 'Portland'. Em seguida o cimento 'queimado' propriamente dito. Este piso apresentava uma faixa ao longo do eixo central a nave, de 1,30 m de largura de coloração vermelha. Faixa que se repetia simetricamente, ao longo das paredes laterais. As faixas laterais, também em cimento 'queimado' vermelho, eram entretanto mais estreitas, com apenas 60 cm de largura (Figura 85). No restante do piso, o cimento não recebeu corante.
A seqüência das camadas para o assentamento deste piso, pode ser observada na Figura 21.

[xxxviii] A esta etapa já não mais importa relacionar seu dimensionamento às capelas e confessionários nas proximidades do novo arrimo, pois já se encontravam fechados desde a etapa anterior.

[xxxix] A utilização simultânea de dois tipos de revestimento de piso na Igreja de Nossa Senhora da Graça ocorre apenas nesta feição. As razões que teriam conduzido a esta prática, poderiam estar relacionadas a pelo menos dois fatores. O primeiro deles, o interesse em promover uma maior distinção entre as duas áreas, artifício que até então e mesmo posteriormente não foi utilizado. O segundo, estaria relacionado a uma contenção de gastos nas obras, substituindo-se o piso, apenas nas áreas em que se mostrava realmente necessário. Talvez se esperasse em um futuro, completar a substituição. Mas como considerar que na área do presbitério, pelo uso, o piso desse mostras de precisar ser refeito. Provavelmente não seria pelo desgaste das peças que o revestiam. Mesmo as peças da área pública, que continuaram em uso por mais tempo, mostravam-se muito desgastadas. E possivelmente a área pública seria submetida a um maior fluxo de pessoas. Uma hipótese que pode ser levantada, se refere à possibilidade do piso do presbitério apresentar-se com o seu nivelamento comprometido por abatimentos do solo. Nesta área está concentrado o maior número dos sepultamentos realizados na igreja, sendo portanto uma área mais sujeita a abatimentos.

[xl] Cimento 'queimado' é um tipo de revestimento de piso em que sobre a base preparada distribui-se uma camada de cerca de 2 a 3 cm de uma massa preparada com a mistura de cimento e areia cuja proporção varia em torno de 8 de areia para 1 de cimento. Sobre a massa nivelada, salpica-se pó de cimento, que é em seguida espalhado e uniformizado dobre a massa, com uma colher de pedreiro. Ao pó de cimento pede-se ajuntar corantes em pó (xadrez) que darão o colorido ao piso. Sem o corante, o piso assume a coloração cinza. Quando seco, o piso se mostra liso ao tato, e dependendo da habilidade do pedreiro, bastante uniforme. Sob condições de umidade, torna-se escorregadio. Apresenta o inconveniente de rachar face a dilatação e contração dos materiais, Freqüentemente é

utilizado com juntas de dilatação, em madeira ou vidro. É sensível a qualquer abatimento na base. N.A.

[xli] Na área central da nave, dispostos simetricamente de modo a permitir uma passarela central, estão dois suportes, ainda em alvenaria de tijolo, que suportavam um portão duplo, de acesso ao presbitério (Figura 41e Figura 42). Observe-se nas fotos, a estrutura de arrimo desta etapa, apresentando os suportes para fixação do portão.

[xlii] A utilização de faixas centrais ao longo de toda a nave, estendendo-se da porta principal de acesso ao altar mor, teve ampla dispersão. Diferentes tipos de revestimento foram adequados a este padrão. Desde as tijoleiras simples, em tijolos 'batidos', aos ladrilhos hidráulicos, em cerâmica ou de cimento. O padrão era obtido seja pelo uso de peças de diferentes cores ou decorações, até por um assentamento diferenciado (em paralelo, em diagonal, etc). com os ladrilhos hidráulicos, foi comum ainda a assentamento de 'barras' que limitavam as faixas.

[xliii] Para o assentamento dos ladrilhos utilizou-se de argamassa à base de cimento e areia. A seqüência das camadas na área do presbitério, está documentada nas Figura 20 e Figura 21. Nestas fotos, pode-se observar a parede D no trecho 8-10, correspondente à área do presbitério nesta etapa. No sentido descendente, tem-se as seguintes camadas: no topo, a camada constituída de mosaico (ladrilho hidráulico), logo abaixo do mosaico a camada de argamassa que fixa o mosaico. Abaixo da camada anterior, a camada que constitui o piso de cimento 'queimado', que em época anterior constituiu o piso da Igreja, (quinta etapa) e que apenas se apresenta na área do presbitério. Abaixo da camada anterior observa-se a camada constituída de tijolos retangulares que serviram de base para o piso de cimento. Em seguida, a camada constituída de barro apiloado que serviu de base para a camada anterior. Segue-se a camada constituída de fragmentos de caliça e reboco associados a fragmentos de telhas. Camada que serviu de aterro para o estabelecimento da quarta etapa.

[xliv] Para a ampliação do presbitério, foi utilizado como aterro, principalmente metralha. A Figura 27 mostra o contato deste aterro com os batentes da etapa precedente. À esquerda da foto aparece trecho do batente da quinta etapa. Abaixo do nível do batente aparece a tijoleira quadrada (em perfil). Sob a camada anterior aparece a areia que constituiu a base para a camada anterior. Abaixo da camada de areia pode-se observar duas manchas de estaca, preenchidas com areia. Provavelmente trata-se de vestígios da utilização de andaime à época da implantação da quinta etapa. Acima da tijoleira quadrada pode-se observar a camada de argamassa de cimento sobre a qual está fixado o mosaico. Na foto, entretanto, o derramamento da metralha sobre o perfil, impede uma melhor visualização das peças de mosaico. Sobre o mosaico, tem-se a camada constituída de metralha. Camada foi utilizada como aterro para o estabelecimento da sétima etapa.

[xlv] Verbete: metralha 6. Brás. Pedaços de tijolo ou de pedra, reboco, etc., nas demolições de prédios. LACERDA, C. Augusto et GEIGER, Paulo. Dicionário Aurélio Eletrônico, V. 1.3, 1994

[xlvi] Apesar de ter sido mantido o padrão de revestimento, não houve reaproveitamento de material, pois, na área a ser aterrada, os mosaicos não foram removidos. Na Figura 26, pode-se observar o aterro de metralha, repousando sobre o piso de mosaico da etapa precedente. O não reaproveitamento das peças pode estar relacionado, não ao desperdício de material, mas à dificuldade de remover-se as peças sem dano, em virtude da utilização de argamassa de cimento na sua fixação.

[xlvii] Para a ampliação desta área foi construído em alvenaria de tijolos e cimento um novo arrimo, que pode se observado na Figura 43. Esta foto mostra um corte transversal da parede de arrimo para sustentação do aterro para o estabelecimento da sétima etapa e o correspondente batente. Na parte de inferior da fotografia vê-se a camada de barro local, na qual se pode observar uma marca de estaca (provavelmente de andaime) preenchida com areia. Sobre o barro local, a camada de areia, que serviu de aterro para a quinta etapa. Sobre esta camada, do lado direito da foto, vê-se, em perfil a tijoleira quadrada, e sobre esta última, o mosaico. Ainda com base nesta fotografia, pode-se observar que a estrutura que serviu de arrimo foi construída em dois momentos. No primeiro momento foi construída a estrutura correspondente ao primeiro batente. Consolidada a estrutura, colocou-se o aterro de metralha, até a altura correspondente. Sobre o aterro foi levantado o restante da estrutura de contenção, o segundo batente.

[xlviii] 'Granito sintético' é um tipo de revestimento cuja aparência assemelha-se ao granito polido (Figura 44 e Figura 45). É constituído por uma massa de cimento, corante e fragmentos de quartzo, que depois de "curado' recebe polimento. N.A.

[i] Quanto à análise de sua distribuição espacial dos fragmentos de azulejo, na área da nave, a natureza e origem da camada onde foram resgatados, não autoriza a afirmar que se trata de uma deposição primária. Isto é, que sua deposição no local se deu diretamente em decorrência de obras de reforma na igreja, relacionadas seja à implantação ou a remoção dos azulejos. A análise das associações, do conjunto de artefatos contidos em cada camada, bem como da natureza e origem do material predominante destas camadas, permite afirmar que os fragmentos de azulejo estavam incorporados a duas camadas de aterro distintas. Ambas constituídas predominantemente por material da própria formação local, que foi transportado para o interior da igreja. A este sedimento local se achavam incorporados elementos decorrentes de atividades antrópicas e grande quantidade de matéria orgânica. A presença de material, no interior destas camadas de aterro, não teria sido intencional, mas circunstancial e, provavelmente, a incorporação pelo menos de grande parte do material se deu no próprio local que serviu de fonte. Possivelmente, as fontes de onde foi retirado o aterro, correspondiam seja a depósitos de lixo, seja à camada superficial do solo, nas cercanias da igreja, à qual se incorporara fragmentos de artefatos do grupo da tecnologia de construção, bem como de cozinha. Deste modo, apenas se pode afirmar, que a ampliação do presbitério correspondente aos aterros identificados, se deu em momento posterior a trabalhos que envolviam obras de revestimento com azulejos. Obras que poderiam estar, ou não, diretamente relacionadas à Igreja ou a suas capelas. Por outro lado, não se pode descartar a possibilidade de que, durante o processo de reforma na igreja, que promoveu o aterro em pauta, não tivesse havido, simultaneamente, uma reforma na(s) capela(s), relacionada ao assentamento ou remoção de azulejos.

[ii] Uma cripta funerária, sob o piso da capela (Figura 54 e Figura 64), foi desativada, em momento anterior ao entaipamento da capela. O acesso à cripta foi aterrado em momento anterior ou contemporâneo ao estabelecimento da terceira feição da igreja. De permeio com este aterro, registrou-se a presença de grande quantidade de carvão, fragmentos de cachimbo (holandeses), fragmentos de peças de cantaria (fustes de colunas e possivelmente um fragmento de uma pia de água benta) e fragmentos de azulejo. Ainda neste aterro, foi identificado um meio-corpo de imagem, também em pedra. N. A.

i Analisando-se a distribuição e a freqüência dos sepultamentos nesta igreja, observa-se que a grande concentração se estabelece acima da linha média que separa os altares da porta de acesso principal da igreja (Figura 88). Sobretudo na área para a qual convergem as duas primeiras capelas laterais. A terceira capela lateral, que não apresenta uma correspondente simétrica, mostra uma densidade um pouco mais baixa. N.A.

ii Um aspecto que chama a atenção quando se observa a distribuição espacial dos sepultamentos, é a constituição de três nítidos alinhamentos de sepulturas (Figura 88). Ao se superpor a planta dos sepultamentos sobre as plantas dos pisos de cada uma das feições da igreja, observa-se que, a grande maioria dos sepultamentos que integram o alinhamento mais próximo à capela mor, não é compatível com aquele piso. Naquela primeira feição da igreja, o batente que separaria o presbitério da área pública, correria por sobre as covas. Ou seja, os sepultamentos se encontrariam sob a mesa de comunhão, parte sob o presbitério, parte sob a área pública. Entretanto, a mesma análise realizada com base na distribuição das áreas funcionais, durante a segunda feição da igreja, tanto o primeiro, quanto o segundo alinhamento, se mostram compatíveis com o piso daquela segunda feição. O terceiro alinhamento é compatível com os pisos de ambas as feições, pois se encontram em uma área que nos dois momentos correspondia à área pública. N.A.

iii Observa-se ainda que, entre o segundo e o terceiro alinhamentos, existe uma faixa praticamente livre de sepultamentos. Apenas três sepultamentos, do lado do evangelho, foram realizados nesta área (Figura 88). Esta faixa de menor densidade de sepultamentos corresponde à coluna que separa as duas capelas laterais, do lado do Evangelho. Analisando-se a sucessão de pisos da igreja, observa-se que aquela coluna entre as duas capelas laterais, serviu de demarcação para os limites do presbitério nas feições dois e três. Ou seja, o terceiro alinhamento de sepulturas, coincide, ou melhor, é compatível com o limite da área pública, na terceira feição da igreja. N.A.

iv Via de regra, não se procedeu a uma exumação completa dos ossos. Foram resgatados ossos esparsos nos aterros da grande maioria das covas identificadas, o que remete a uma exumação incompleta (Figura 100). N.A.

v Ver na tabela abaixo, os sepultamentos nº.3,7,50 e 107.

Quadro da distribuição espacial dos sepultamentos em caixão

NUMERO	LINHA	COLUNA	NÍVEL
006	D-F	02-04	045-075
098	D-F	02-04	085-105
029	H-J	02-04	095-105
003	D-F	04-06	115-135
007	D-F	04-06	075-125
050	D-F	04-06	125-145
107	D-F	04-06	145
106	D-F	08-10	105-125
005	A-D	08-12	perturbado
044	A-F	08-12	perturbado
020	H-J	10-12	110-150
104	F-H	20-22	115-125
057	F-H	24-26	115-135

vi Sob a lápide foram identificados os restos mortais de pelo menos três indivíduos, catalogados sob os números S005, S044 e S101.

vii Sob esta lápide na realidade não existia sepultamentos. A análise arqueológica, entretanto, demonstrou que esta lápide havia sido removida de seu local de origem, deslocada de modo a não ser recoberta pelo aterro do novo presbitério (ver Figura 28). No local que se supõe o de origem da lápide, encerrava três indivíduos. N.A

viii Sob a lápide foram identificados os restos mortais de pelo menos dois indivíduo, catalogados sob os números S08 e S100 (Figura 88).

ix Este aterro corresponde provavelmente a restauração da igreja após a expulsão dos holandeses, ou mesmo durante a ocupação holandesa. De qualquer sorte, após o incêndio. A grande quantidade de carvão que permeia o aterro ali depositado, bem como os fragmentos de colunas, pias de água benta, imagens, sugere este posicionamento cronológico, conforme foi discutido anteriormente quando se tratou das imagens.

x A primeira vala, localizada em frente ao altar colateral do lado da Epístola (Figura 89 e Figura 91), atinge à profundidade de 2,05 m tomando-se como referência o nível do piso de presbitério, à época. De início a vala deveria apresentar um comprimento de 2,08 m, temo, posteriormente sido ampliada para 3,07 m. Esta ampliação do plano inicial, no sentido oposto ao altar, pôde ser observada a partir das descontinuidades nas paredes laterais (Figura 53). A amarração dos tijolos que constituem estas paredes está interrompida à altura que se supõe corresponder ao limite inicial da vala. Até estes pontos, que inclusive sofreram rachadura, os tijolos estão dispostos em paralelo, a partir daí são assentados de modo 'amarrado'. Esta linha, praticamente coincide com o limite do último batente, não alterando, por conseguinte o espaço útil aos sepultamentos. Apenas o acesso ao interior da vala teria sido modificado. É possível que inicialmente a vala não dispusesse de um acesso através de degraus, que então foram construídos. Os batentes de acesso à vala, em número de quatro, são em pedra trabalhada, que repousa sobre um embasamento de tijolos. Em média apresentam 28 cm de altura por 28 cm de profundidade, com 60 cm de largura, o que corresponde à largura útil da vala. As paredes em alvenaria de tijolo, singela, repousa sobre o terreno local. O piso não foi revestido.

A segunda vala, localizada em frente ao altar colateral do lado do Evangelho (Figura 89 e Figura 90), atinge a profundidade de 1,48m, tomando-se como referência o nível do piso de presbitério, à época. O acesso à vala se faz através de três batentes que não apresentam efetivamente uma estrutura consolidada. Dois tijolos, dispostos em paralelo revestem cada um dos cortes no solo, à guisa de batentes. Os tijolos foram assentados sobre uma camada de argamassa à base de cal, que é do mesmo

tipo que a argamassa que promove o rejunte entre os tijolos. Apenas a superfície horizontal dos batentes foi revestida, permanecendo o solo aparente na face do espelho. Em média os batentes apresentam uma altura de 32 cm, com uma profundidade de 40 cm, para uma largura de 34 cm. Deste modo, a porção revestida dos batentes não corresponde a largura útil da vala que é de 88 cm.

Pode-se supor que os batentes da vala, resgatados na pesquisa, não correspondam aos originais, ou ainda, que originalmente a vala não dispunha de batentes de acesso. O terreno no qual foram esculpidos os batentes para serem revestidos, não corresponde ao terreno local. Antes trata-se da área de um antigo aterro, possivelmente uma antiga cova. A falta de solidez, de compactação deste material redundou no desmoronamento do batente inferior, que se apresentava inclinado. Por outro lado estes degraus poderiam ainda representar a reconstituição dos primitivos, que, embora construídos sobre o terreno local, com o uso teriam sido danificados.

A vala é constituída por paredes de alvenaria de tijolos, que repousam sobre o terreno local. Alvenaria é inicialmente dobrada, continuando a partir de então em alvenaria singela. O piso não é revestido.

xi Este aterro parece corresponder ao término da ocupação holandesa, pois, em meio ao entulho foram encontrados diversos fragmentos de peças que haviam provavelmente constituído o retábulo do altar-mor. São terços, fustes e bases de colunas; e mais, fragmentos de imagens, como uma porção da face de uma imagem, e o torso de uma outra, ambas esculpidas em pedra. Carvão e fragmentos de cachimbos (holandeses) foram ainda encontrados neste aterro. N.A.

xii Estes sepultamentos atingiram em diferentes ocasiões, as paredes da vala, danificando-as parcialmente (Figura 52). A distribuição destes sepultamentos (Figura 88) sugerem que obedeciam a uma nova disposição sistemática, que não mais considerava a existência da vala. As paredes foram cortadas e em parte removida, tendo sido os corpos parcialmente depositados sobre os restos da parede. Nestas condições foram registrados os sepultamentos de número S92, S93, S94 e S95. N.A.

xiii Quando analisei a utilização da cal nos sepultamentos, levei em consideração tanto aqueles sepultamentos que efetivamente permaneciam no local, e que portanto puderam ser individualizados, quantificados, como também aqueles dos quais havia indícios apenas. Ou seja, a presença de ossos esparsos, de permeio com o material de preenchimento da cova (Figura 98). Algumas covas apresentavam além de ossos esparsos, decorrentes de exumações incompletas, concreções de cal, dispersas no aterro. A associação destes ossos com a cal (ossos impregnados de cal) sinalizava no sentido de que o sepultamento anterior havia sido realizado com emprego de cal. N.A.

ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Artifício jesuíta para convencimento dos nativos. Ilustração publicada por Assumpção, op.cit. p 382, sob o título: "Concorrência dos Jesuítas com os feiticeiros"

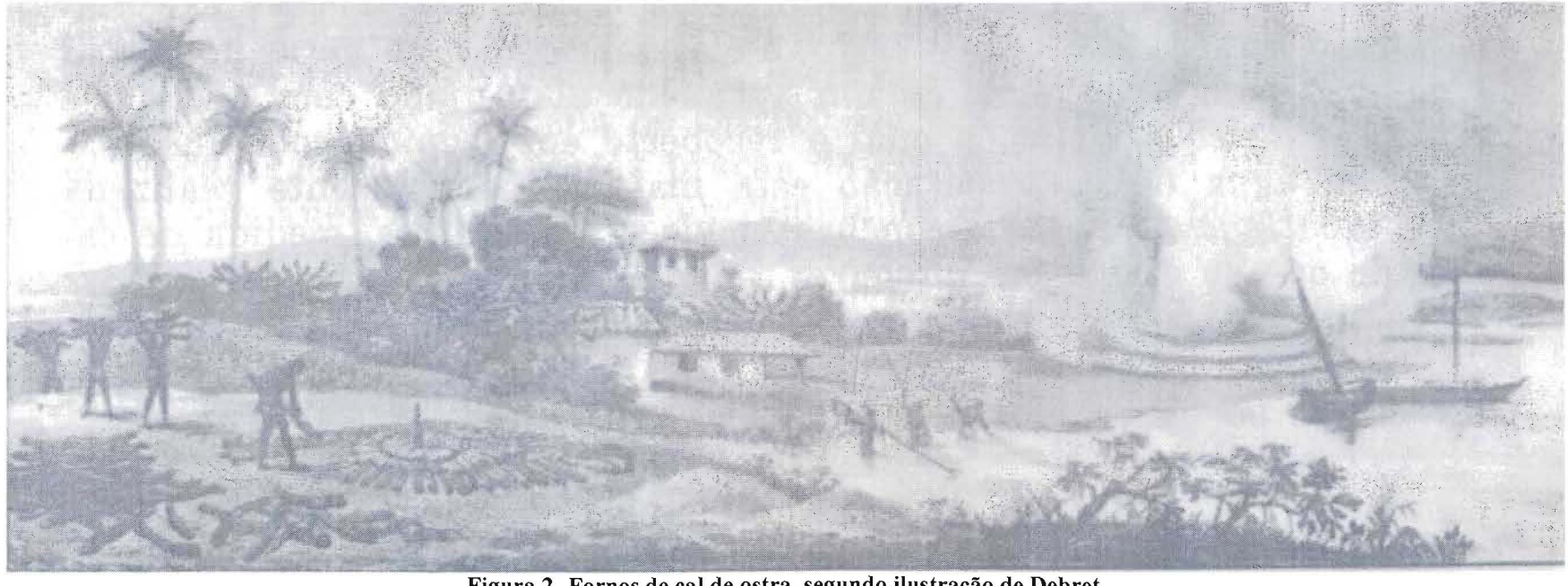

Figura 2- Fornos de cal de ostra, segundo ilustração de Debret.

Figura 3- Ortofotocarta. Trecho da Folha 91/63 - FIDEM Gov. Estado de Pernambuco. Detalhe de Olinda.

Figura 4 - Ortofotocarta. Trecho da Folha 91/63 - FIDEM Gov. Estado de Pernambuco. Detalhe do centro de Olinda.

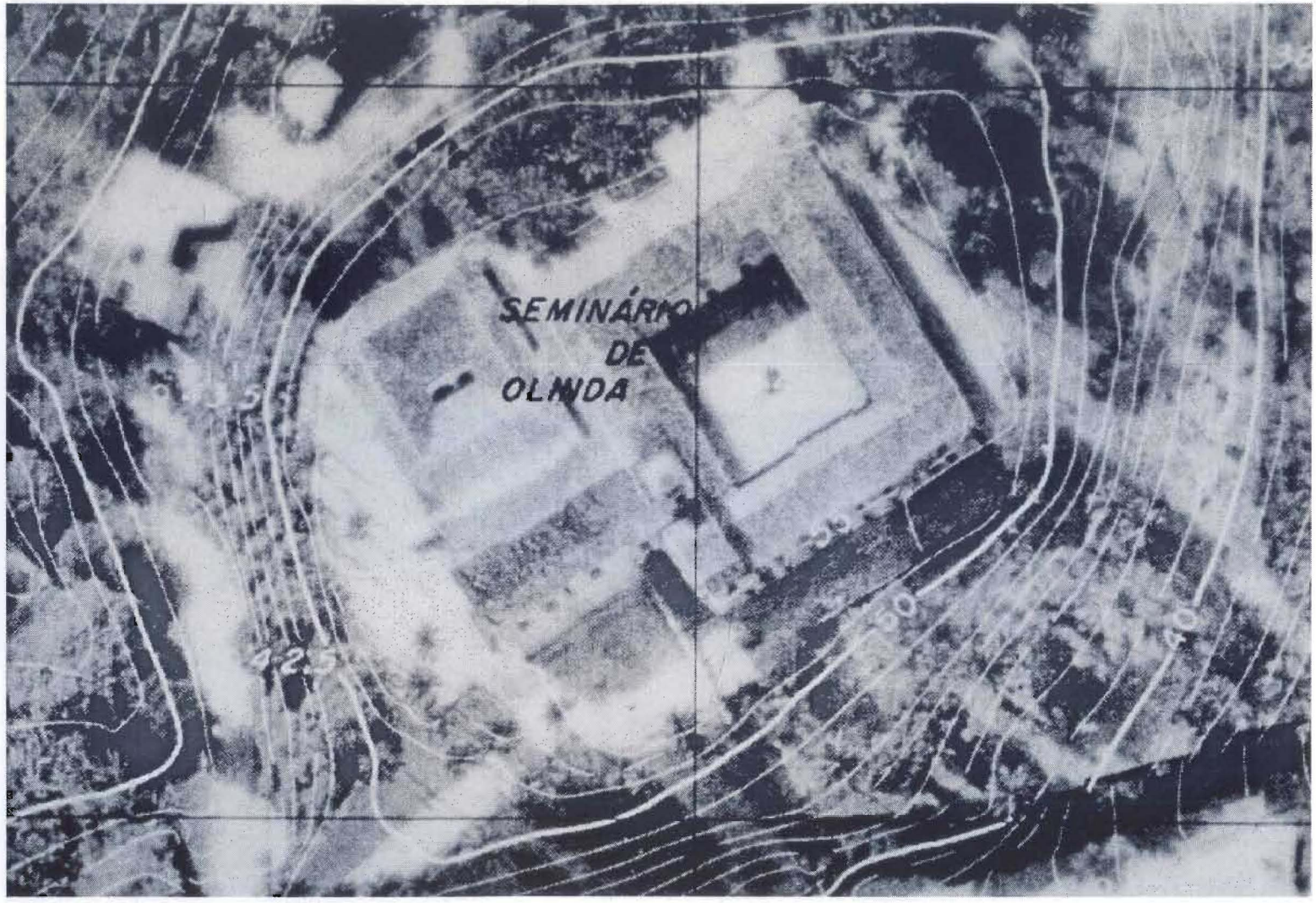

Figura 5- Ortofotocarta. Trecho da Folha 91/63 - FIDEM Gov. Estado de Pernambuco. Detalhe do Seminário de Olinda (antigo colégio jesuíta).

Figura 6- Reprodução da cópia da planta de Olinda (1915), elaborada a partir da planta inserta no livro de G. Barleus, publicada por Menezes, 1976 op.cit..

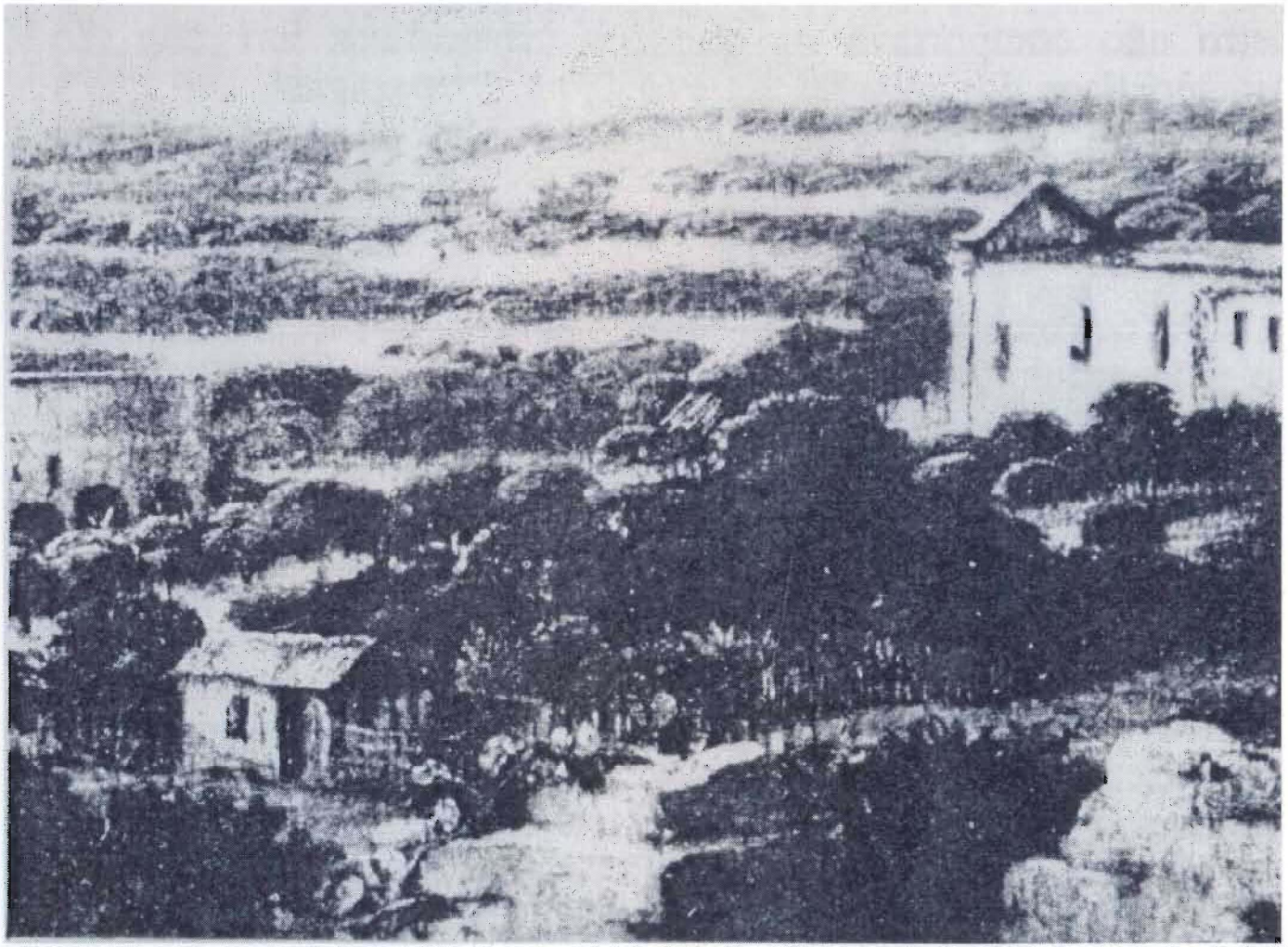

Figura 7- Pormenor do quadro de F. Post, Olinda, no qual Lúcio Costa identificou a Igreja do Colégio Jesuíta (após o incêndio).

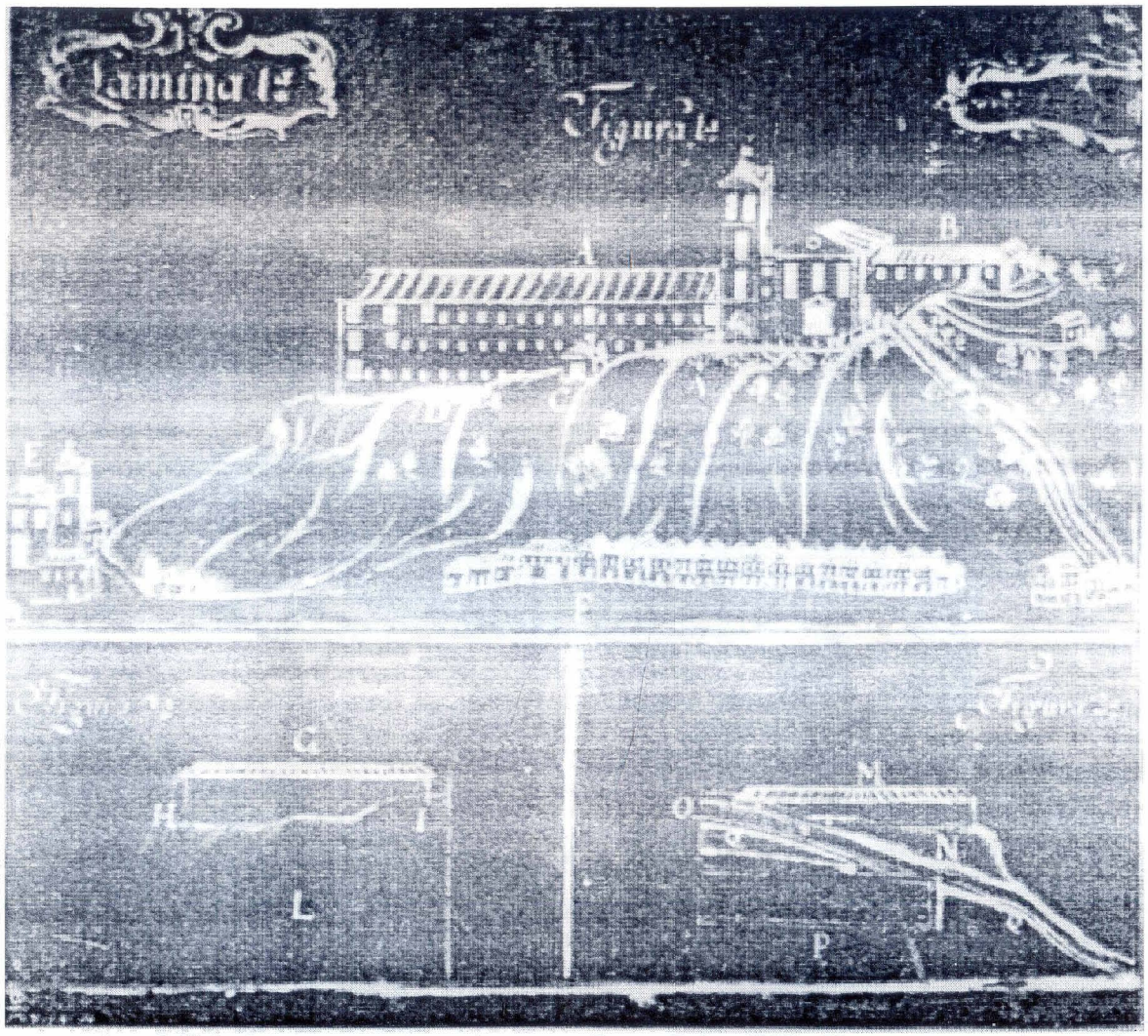

Figura 8- Lâmina representando o Colégio do Rio de Janeiro, existente em Roma (Leite, 1950). Observe-se a arquitetura ajustando-se à topografia. Reprodução a partir de Santos, op.cit.

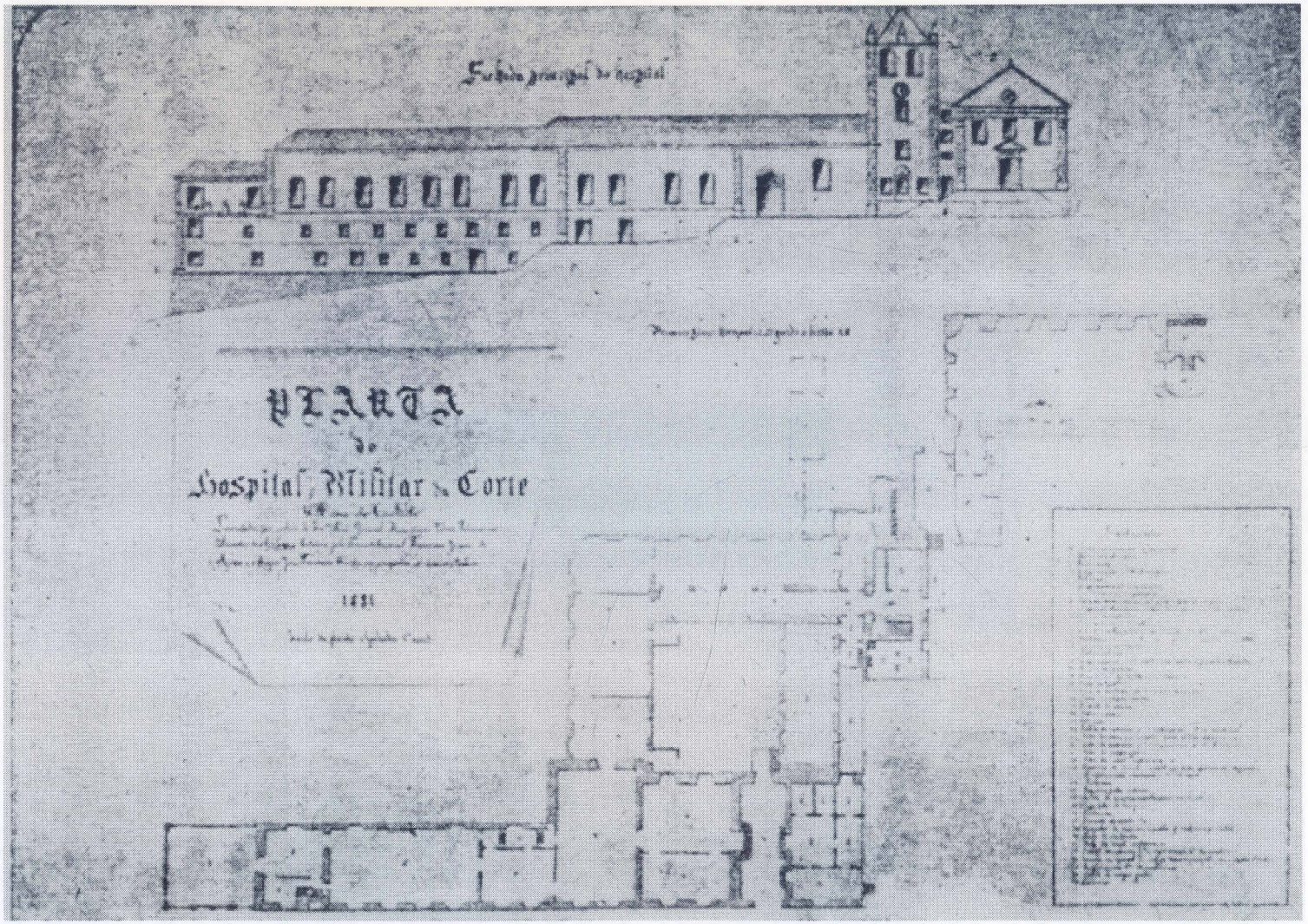

Figura 9- Elevação e planta do antigo Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, levantamento realizado pelo Exército Brasileiro, em 1881. Observe-se a construção escalonada. Reprodução a partir de Santos, op.cit.

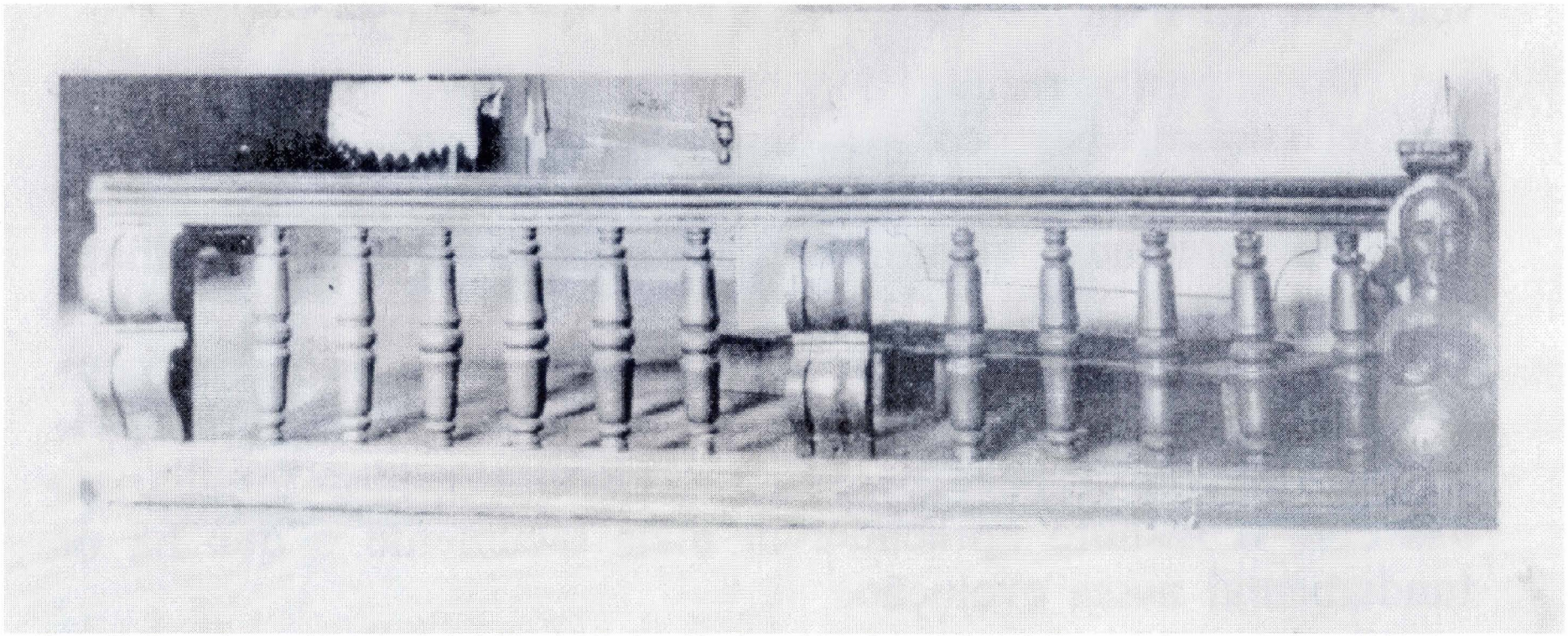

Figura 10 - Banca de comunhão da capela de S. Miguel, S. Paulo, publicada por Lúcio Costa, 1978 (1941). Esta grade de separação do presbitério, é considerada por Costa (op.cit. p.21) como contemporânea às obras de 1622.

Figura 11- Interior da igreja de Saint-Bavon, Haarlem. Observe-se o piso da igreja inteiramente pavimentado por lápides. Foto apresentada por Ariès, 1981 op.cit..

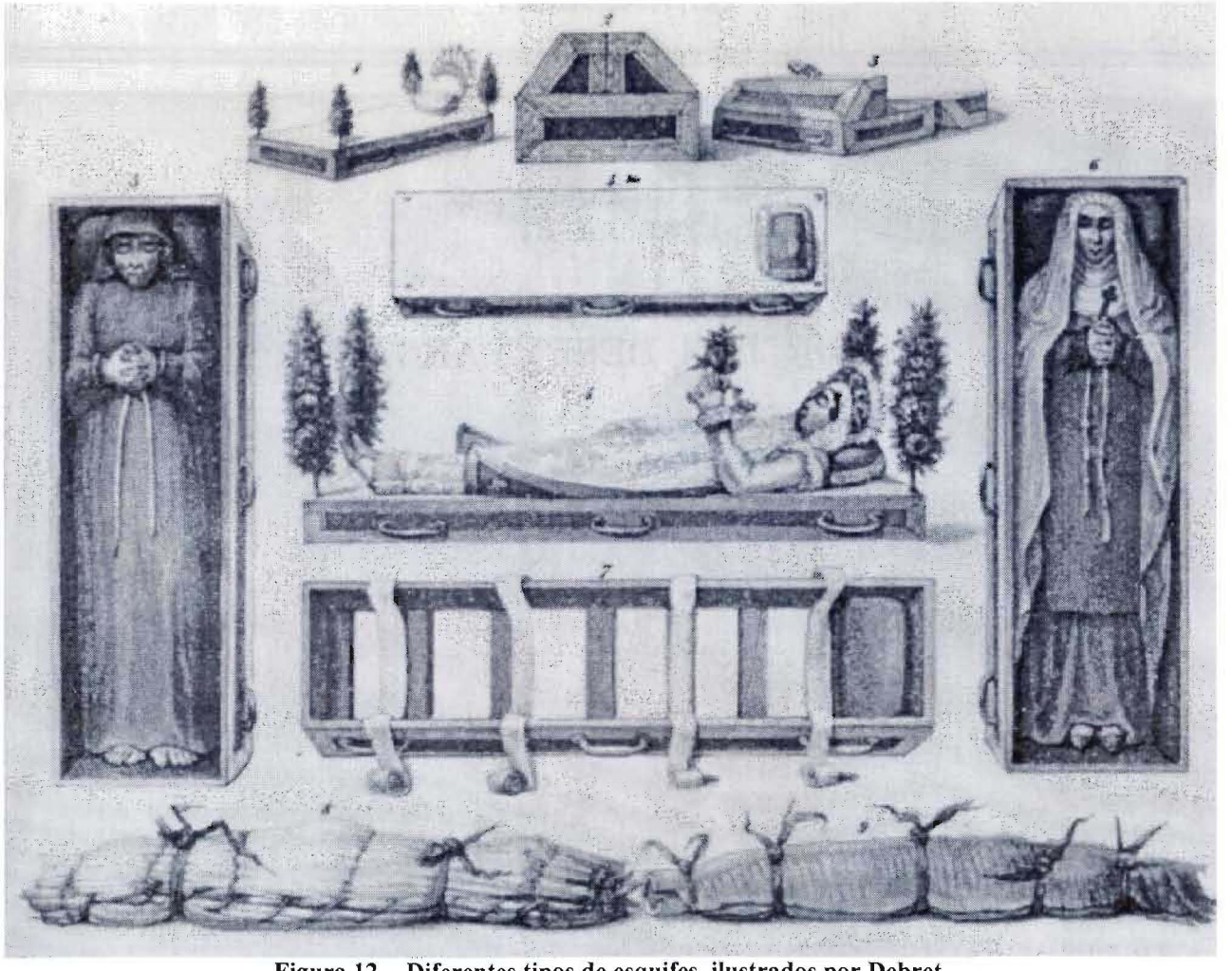

Figura 12 - Diferentes tipos de esquifes, ilustrados por Debret.

Figura 13 - Cortejo fúnebre, ilustrado por Debret.

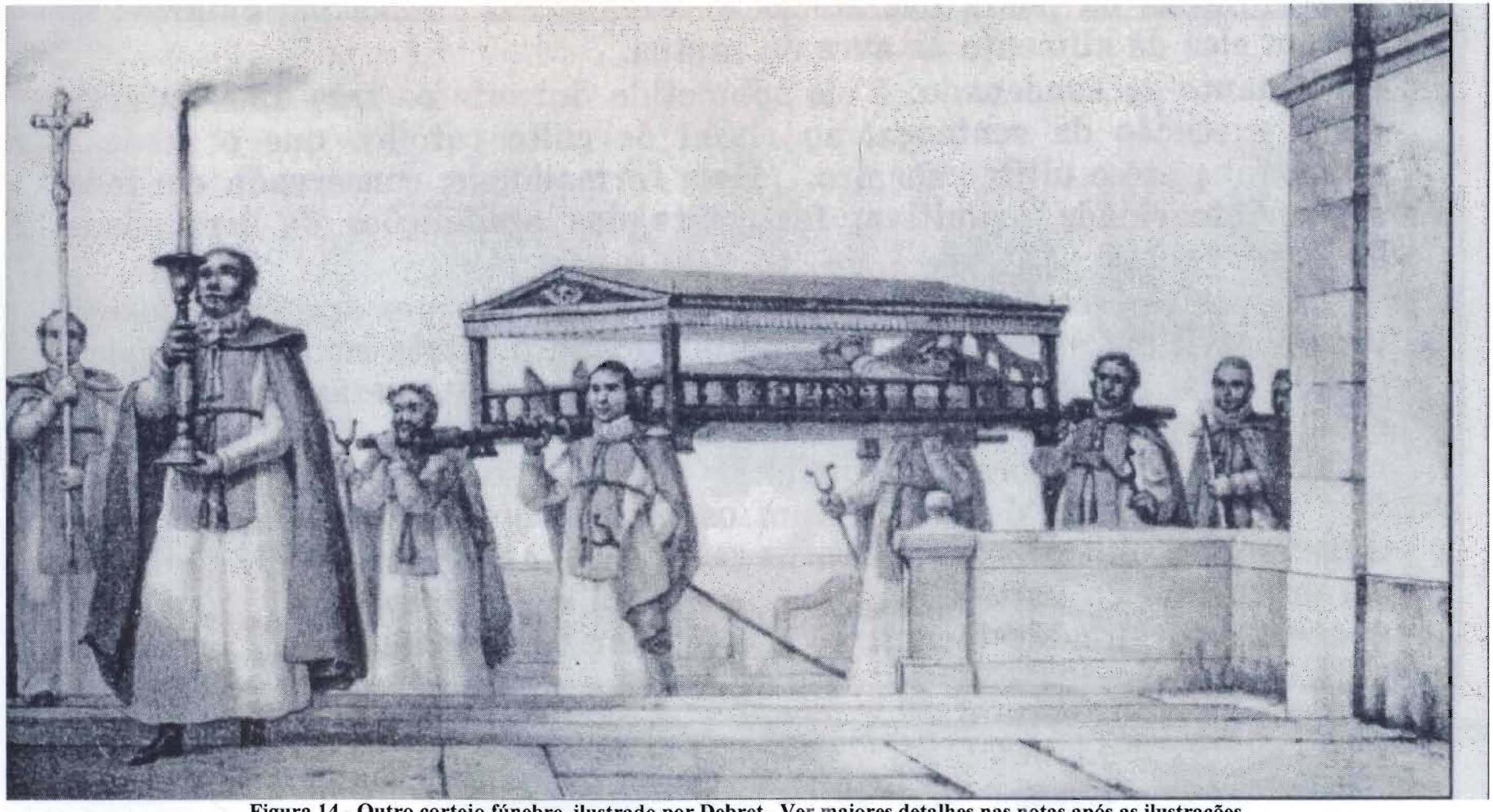

Figura 14 - Outro cortejo fúnebre, ilustrado por Debret. Ver maiores detalhes nas notas após as ilustrações.

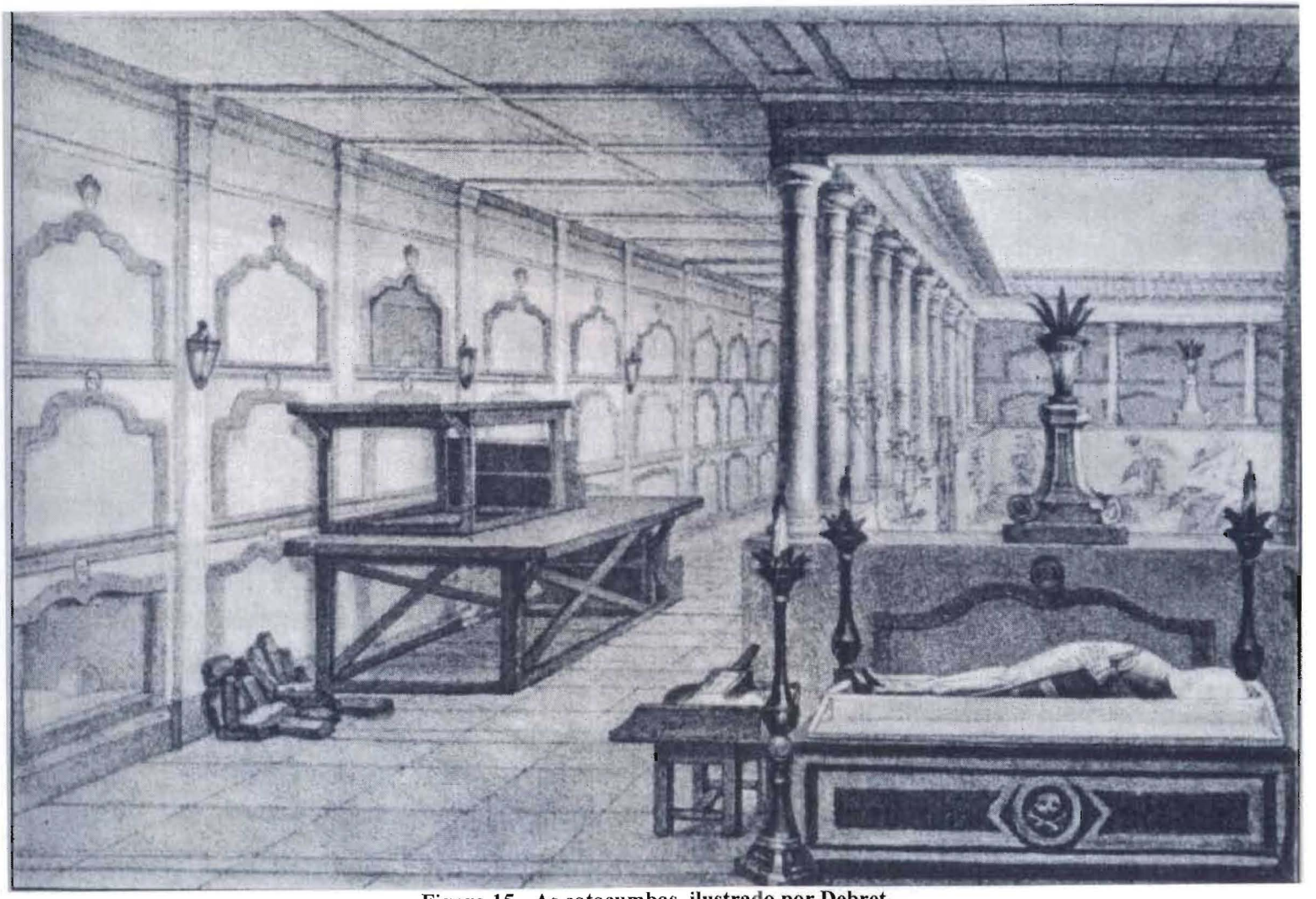

Figura 15 - As catacumbas, ilustrado por Debret.

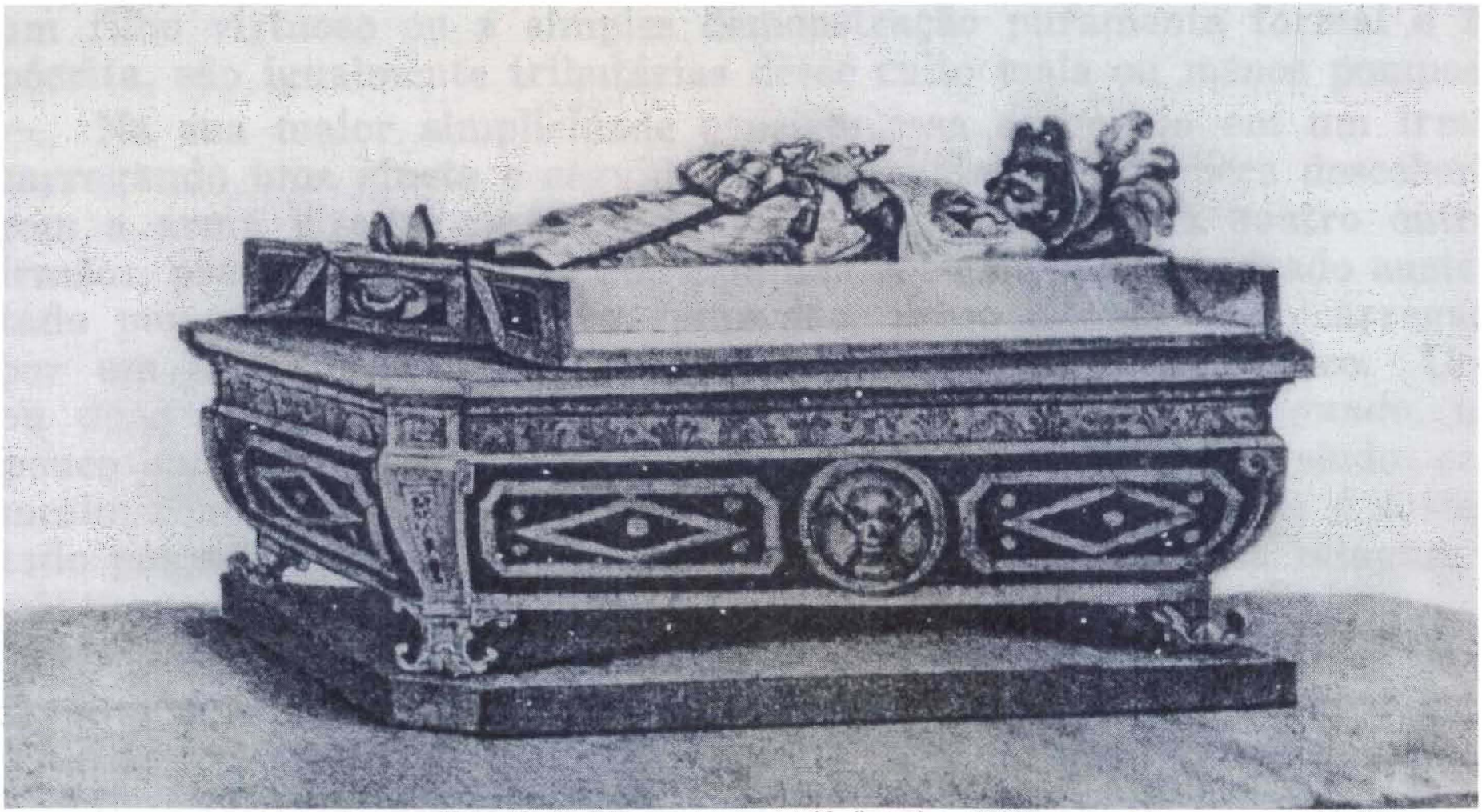

Figura 16 - Cavaleiro exposto em seu ataúde, ilustrado por Debret.

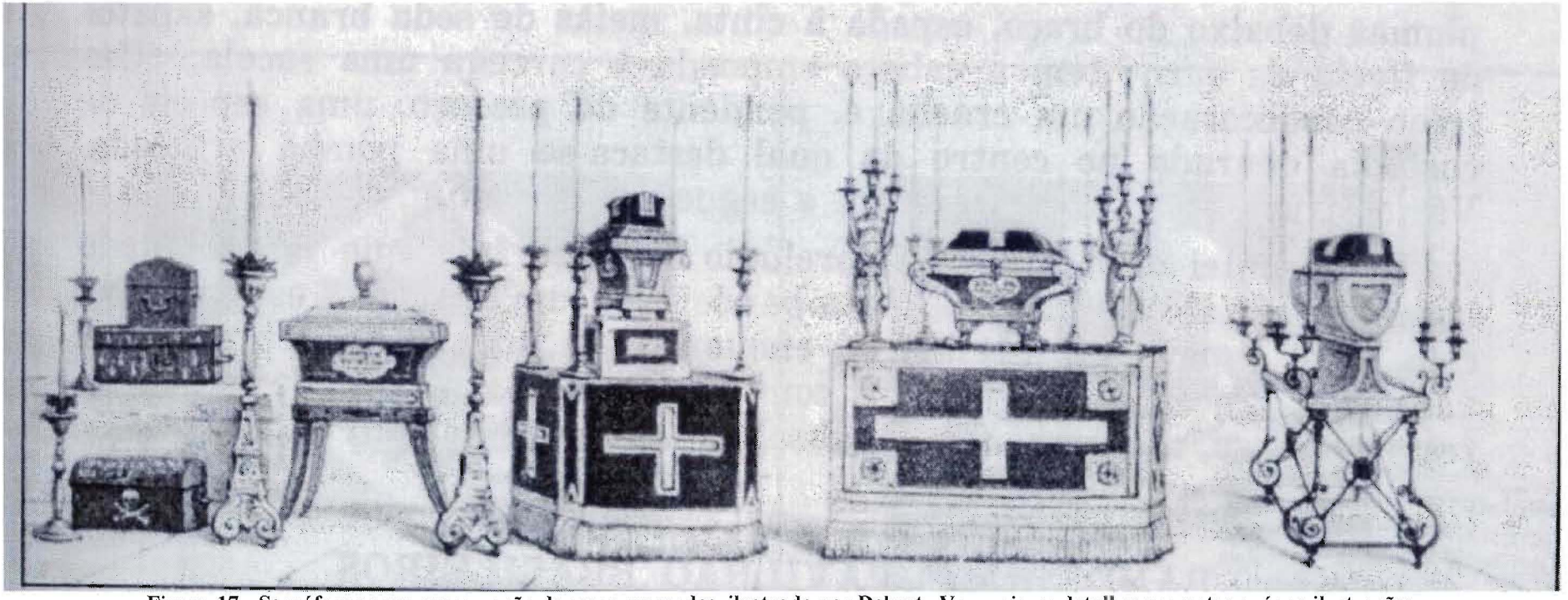

Figura 17 - Sarcófagos para conservação de ossos exumados, ilustrado por Debret. Ver maiores detalhes nas notas após as ilustrações.

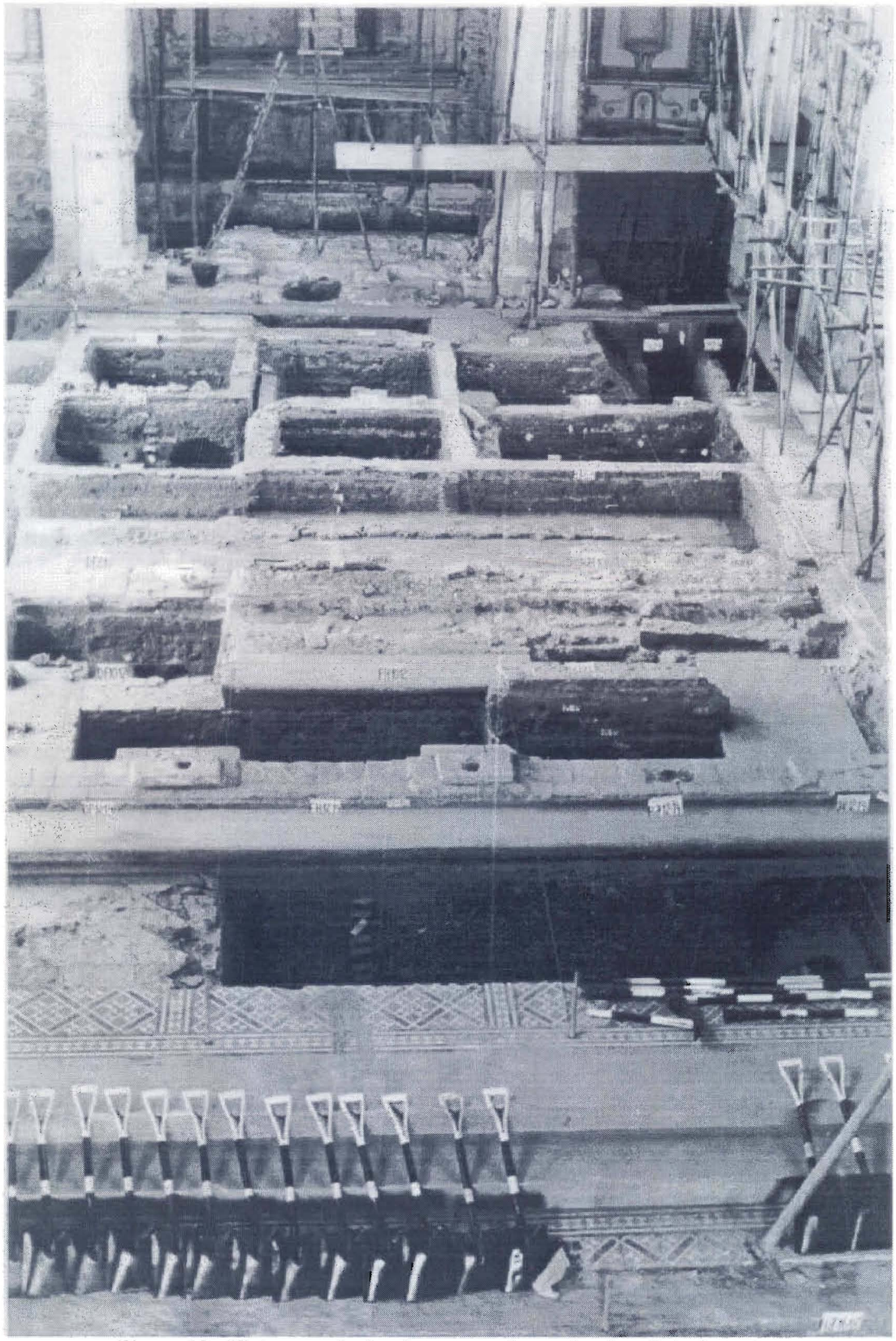

Figura 18 - Vista panorâmica das escavações na Igreja. Foto do autor

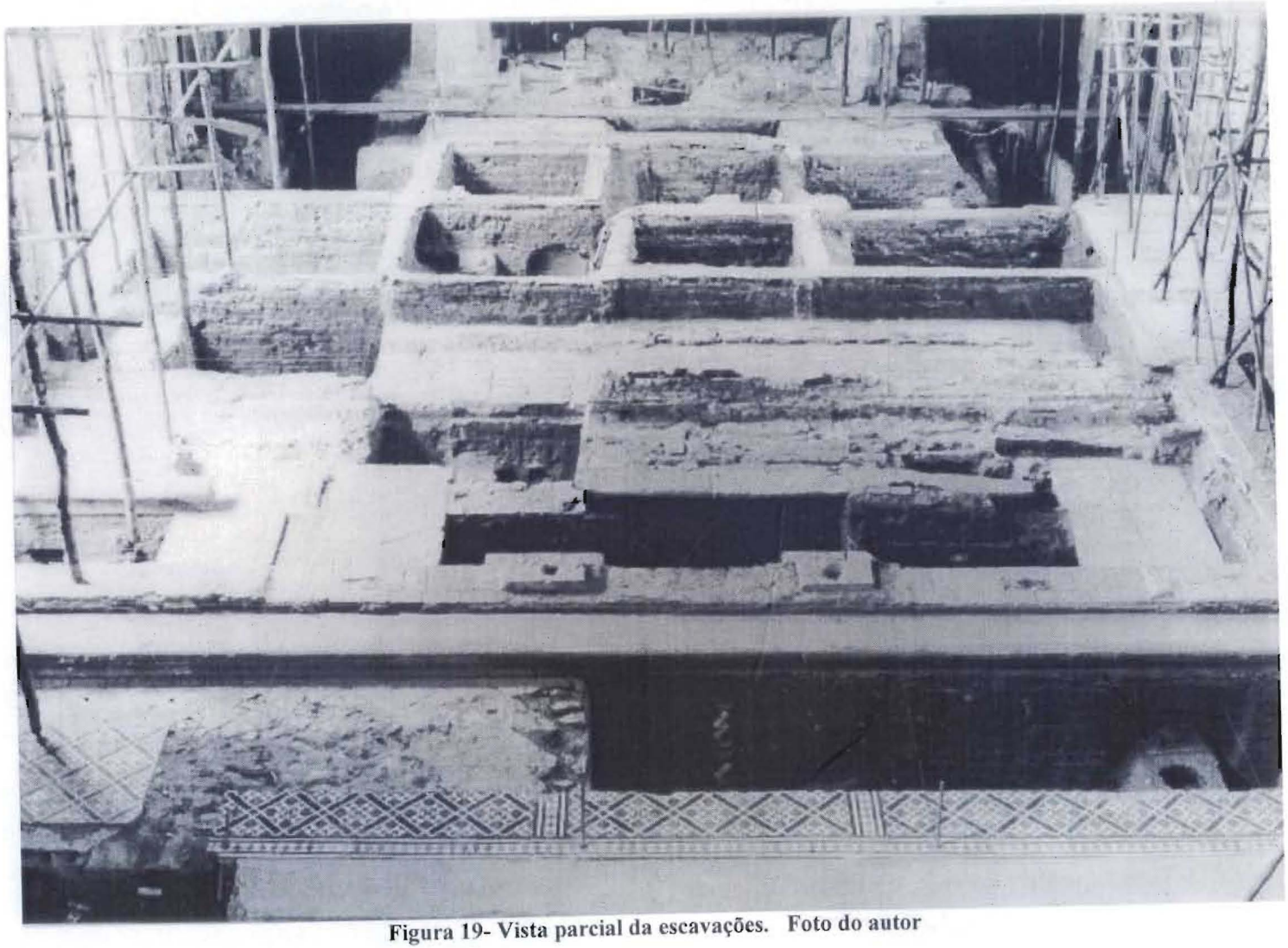

Figura 19- Vista parcial da escavações. Foto do autor

Figura 20 - Detalhe do aterro para implantação da quarta feição. Pisos de cimento queimado e mosaico (sexta e sétima feições). Foto do autor

Figura 21 - Detalhe da seqüência de camadas: aterro, base de tijolos para o piso de cimento queimado, piso de cimento queimado, argamassa de base e piso de mosaico. Foto do autor

Figura 22 - Remanescente do piso das primeira e segunda feições. Observe-se restos da base que suportava o segundo batente e marca da mesa de comunhão. Foto do autor.

Figura 23 - Sucessão de camadas utilizadas para ampliação do presbitério, que se sobrepunham ao piso primitivo. Foto do autor.

Figura 24- Perfil em que se observa a cova para o sepultamento S 33, anterior à terceira feição da Igreja. Foto do autor.

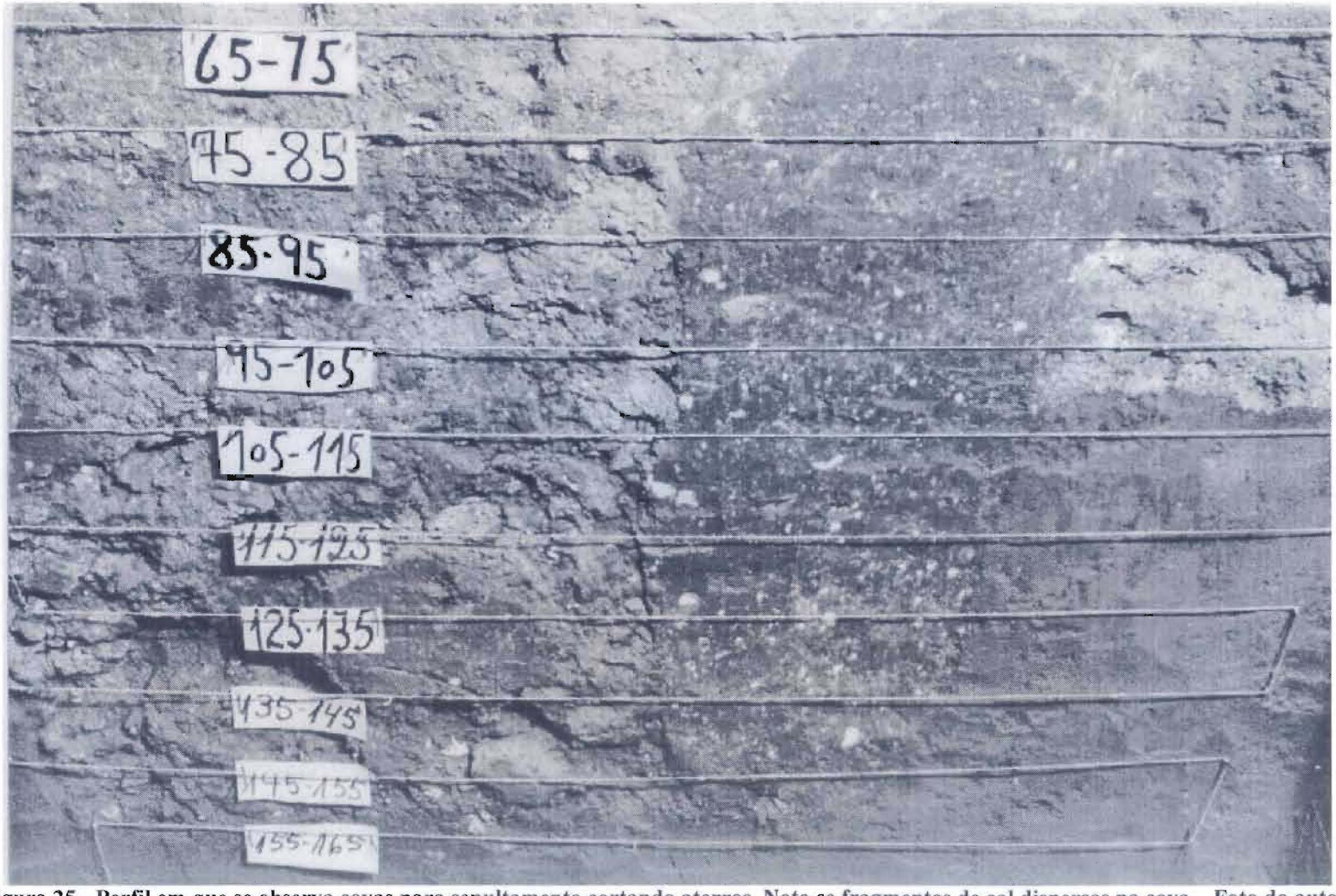

Figura 25 - Perfil em que se observa covas para sepultamento cortando aterros. Note-se fragmentos de cal dispersos na cova. Foto do autor.

Figura 26 - Aterro para implantação da sétima feição da Igreja, repousando sobre o mosaico, revestimento que foi mantido com esta reforma. Foto do autor.

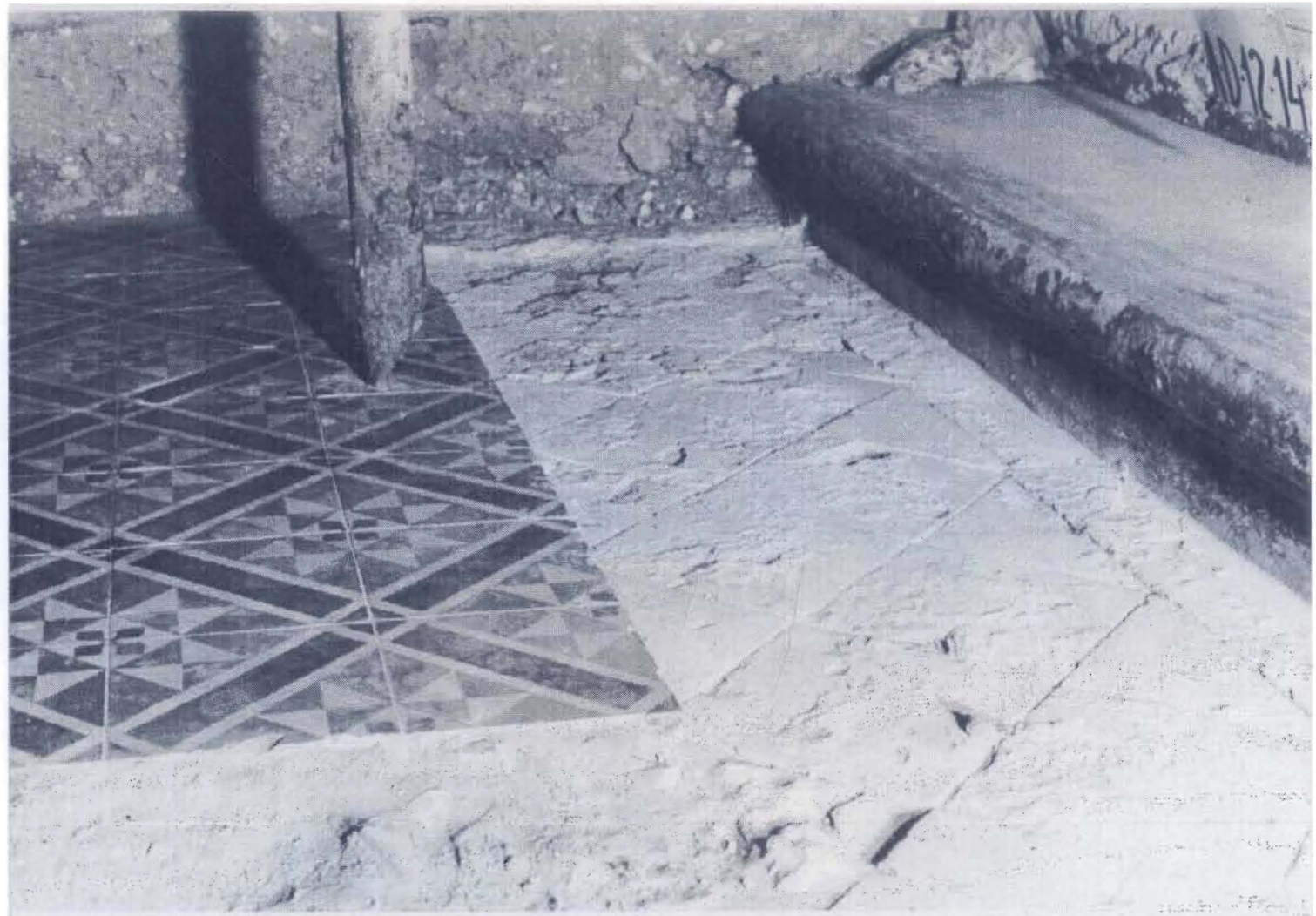

Figura 27 - Batente das quinta e sexta feições. Piso (tijoleira quadrada) revestido pelo mosaico, preservando as dimensões das áreas funcionais. Foto do autor.

Figura 28 - Aterro que recobriu a lápide, contemporânea à camada de areia. Observe-se que abaixo da lápide não há marca de cova. Foto do autor.

Figura 29 - Detalhe do que restou ao pé do arco da capela, do batente da primeira feição, removido para reutilização. Foto do autor.

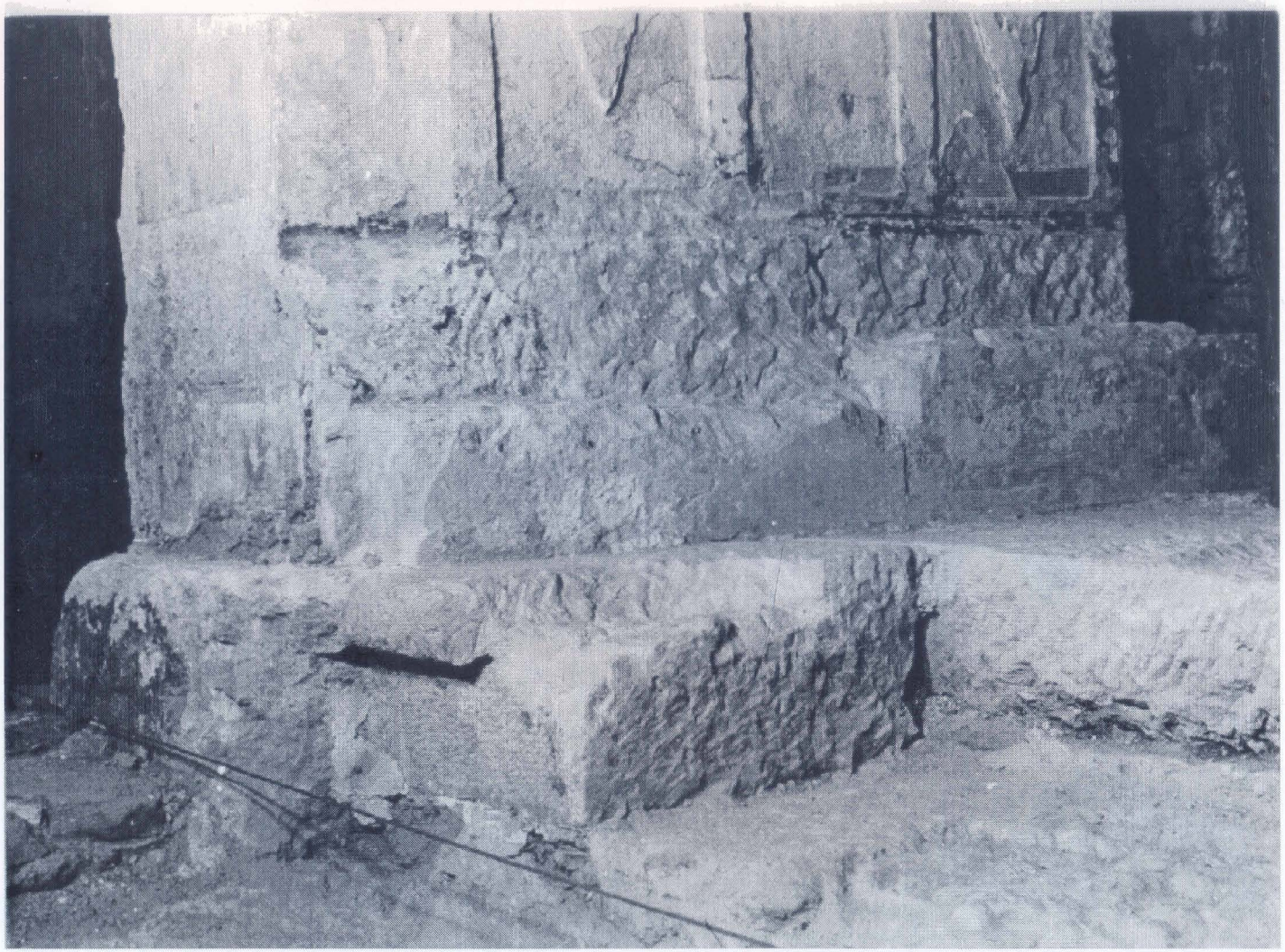

Figura 30 - Detalhe do batente do altar primitivo, com piso em cantaria, coberto em reformas posteriores. Foto do autor.

Figura 31 - Marcas de sucessivos deslocamentos de lápides, por ocasião das reformas. Foto do autor.

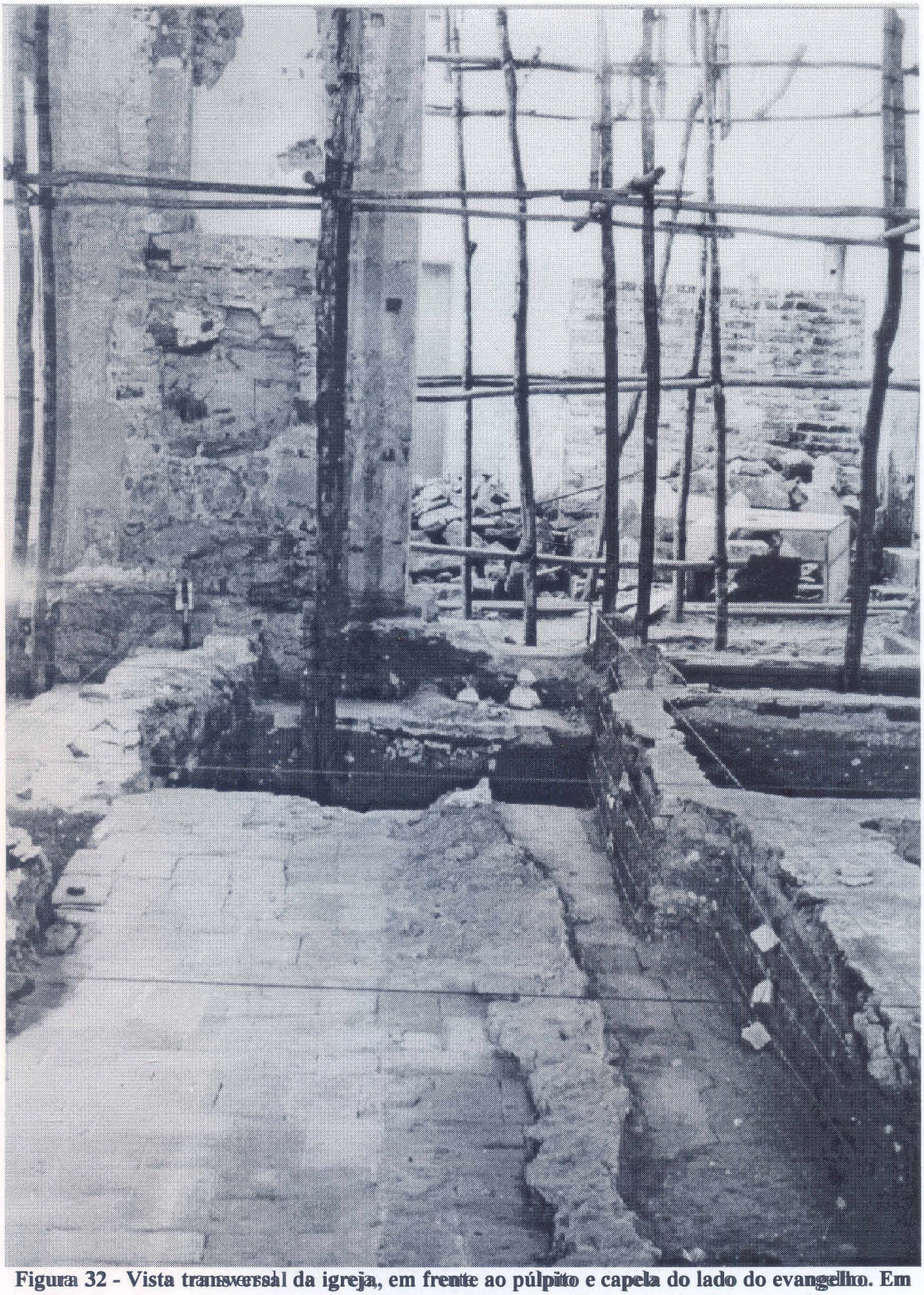

Figura 32 - Vista transversal da igreja, em frente ao púlpito e capela do lado do evangelho. Em primeiro plano, piso restos do piso primitivo, na área pública, e base do batente da segunda feição. Foto do autor.

Figura 33 - Detalhe da base do batente da segunda feição. Observe-se a marca do suporte da mesa de comunhão. Foto do autor.

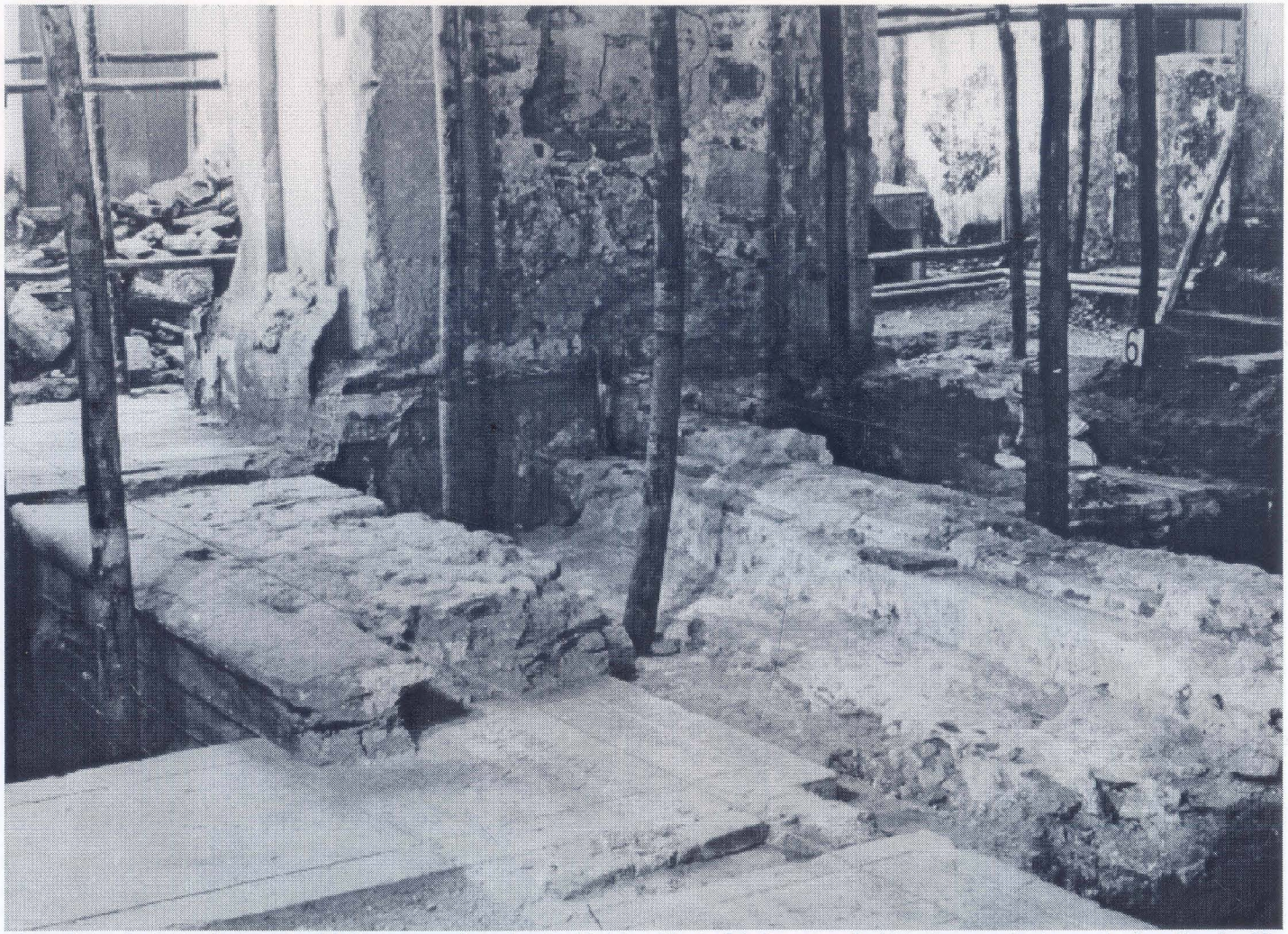

Figura 34 - Em primeiro plano, batente da quarta feição, correndo sobre as lápides. Nesta feição a capela já teria ou estaria sendo desativada. No segundo plano, base do batente da terceira feição da igreja. Foto do autor.

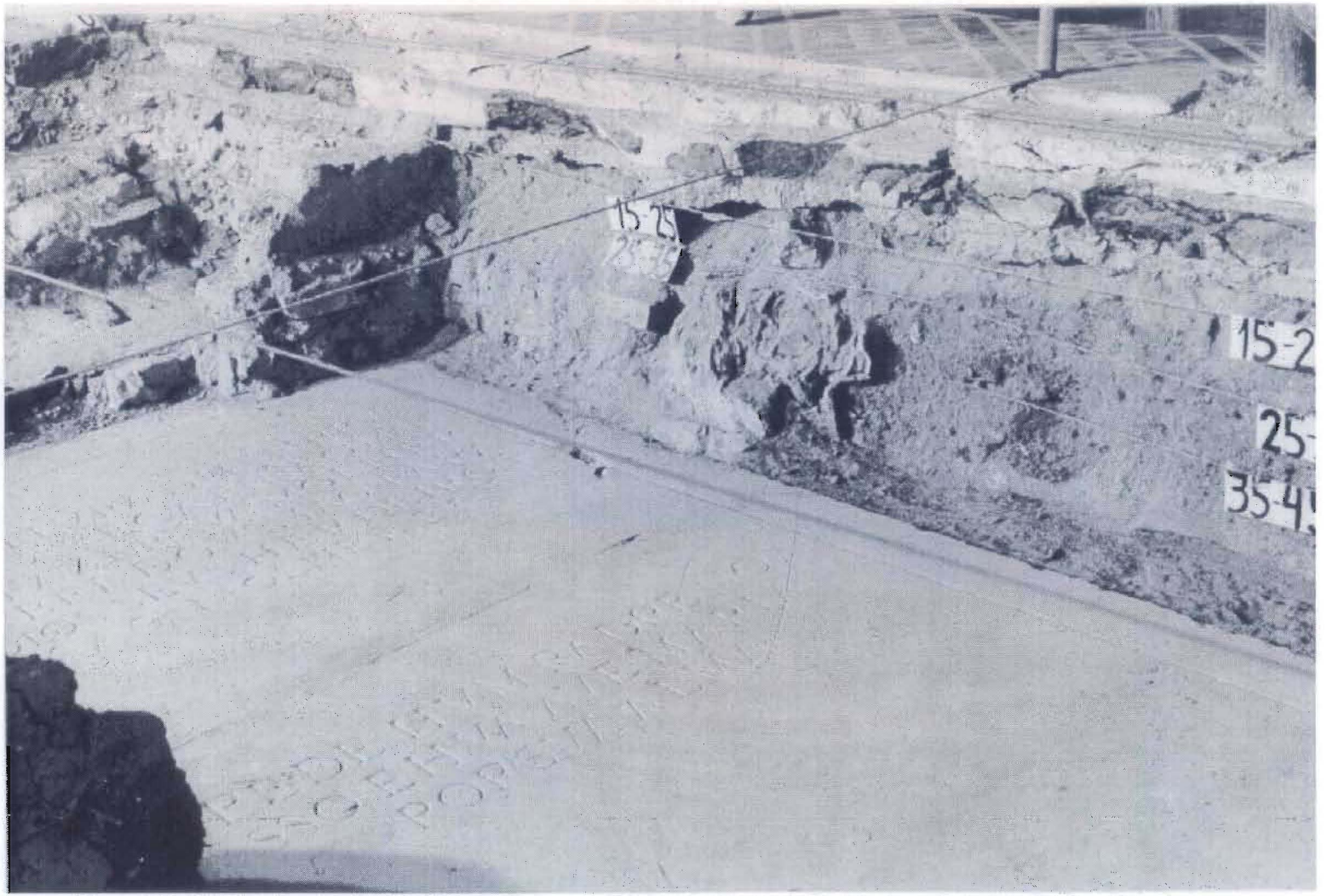

Figura 35 - Detalhe de uma das lápides que foram parcialmente cobertas pela estrutura da quarta feição. Foto do autor.

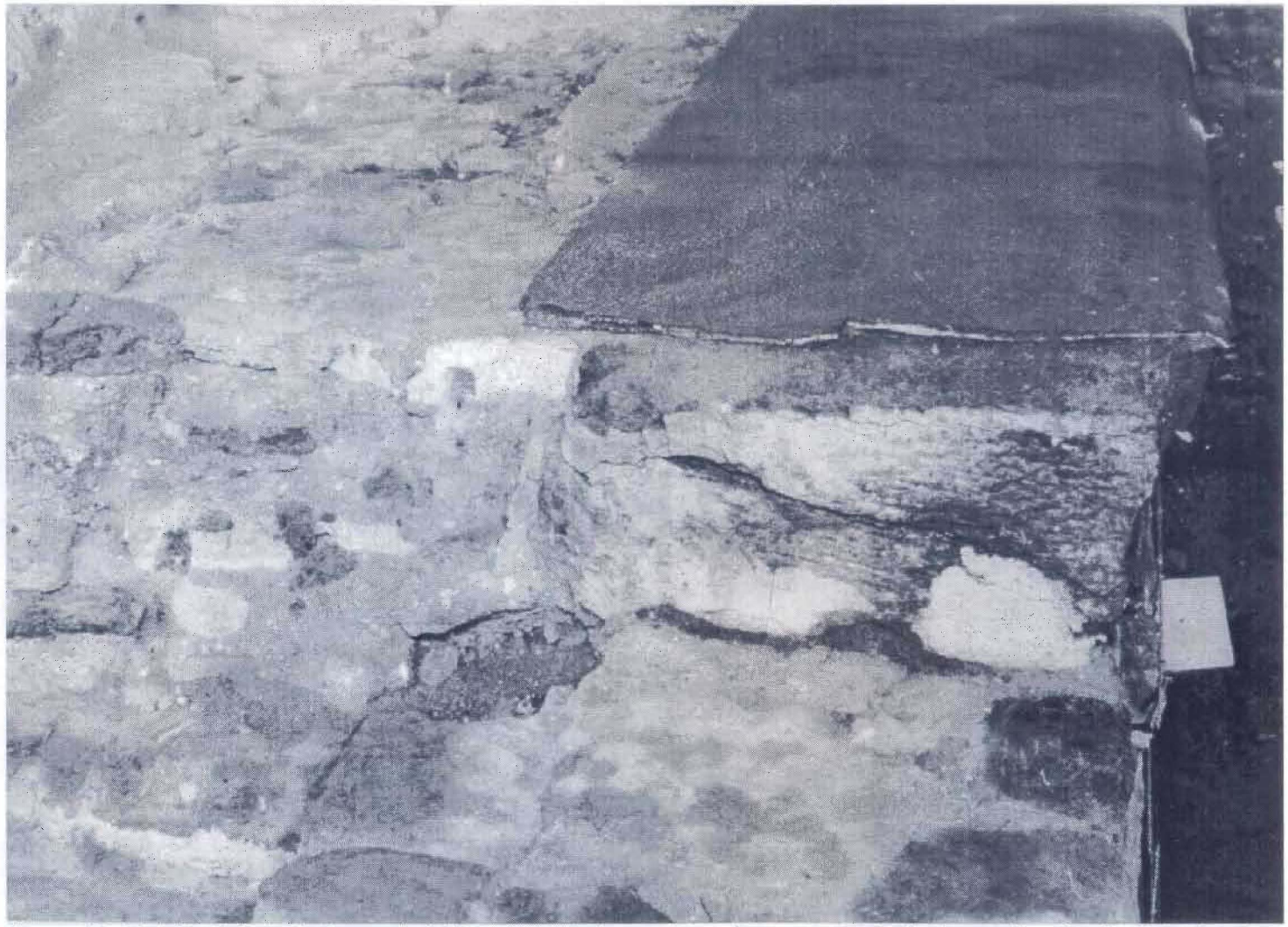

Figura 36 - Detalhe do batente da quarta feição, que posteriormente recebeu capeamento de cimento 'portland'. Foto do autor.

Figura 37 - Detalhe do contato do batente da quarta feição, com o antigo acesso à capela, com piso em tijoleira retangular. Foto do autor.

Figura 38 - Aproximação da foto anterior, em que se pode observar o reboco entre a parede que entaipava a capela, e o batente da quarta feição da igreja. Foto do autor.

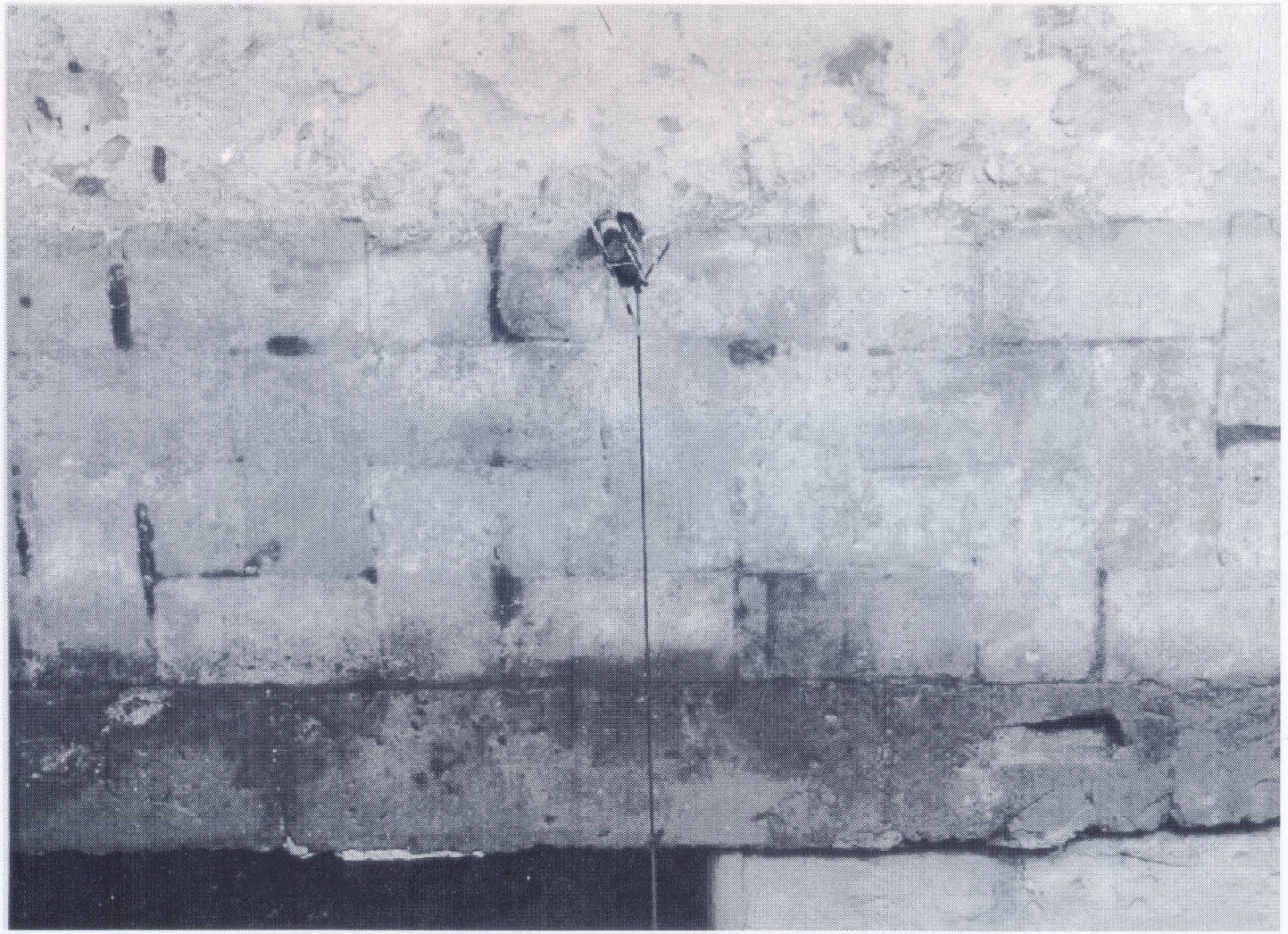

Figura 39 - Detalhe de restos do piso da capela (2a capela do lado do Evangelho), em tijoleira retangular. O batente de acesso, em pedra, é um reaproveitamento de lápides. Observe-se o encaixe (à esquerda, em baixo) de um tranca, possivelmente de uma grade. Foto do autor.

Figura 40 - Detalhe de um reaproveitamento de lápide, utilizada em uma soleira. Foto do autor.

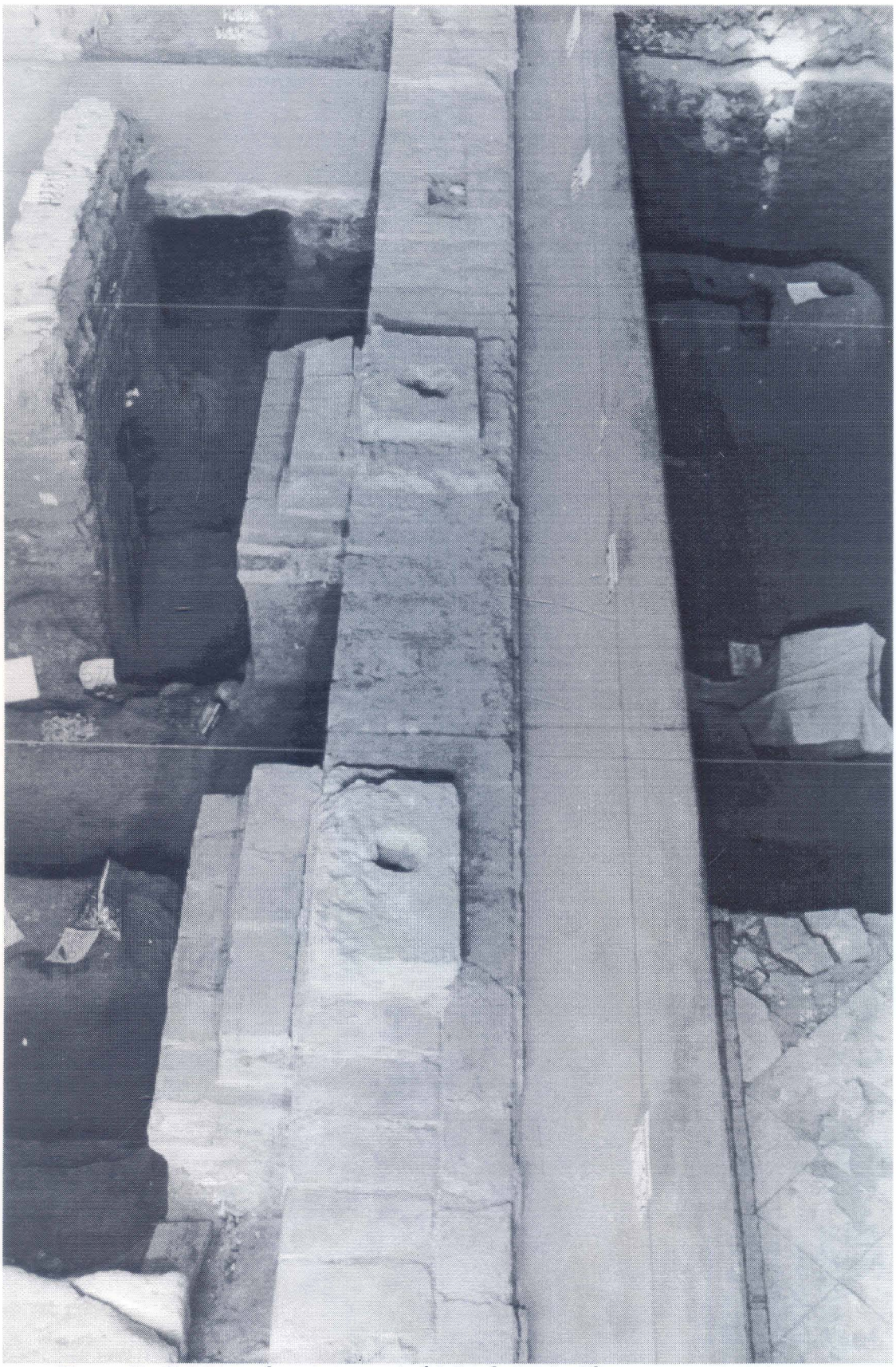

Figura 41 - Estrutura da quinta e sexta feições da igreja. Observe-se os suportes para assentamento do portão de acesso ao presbitério, através da mesa de comunhão. Foto do autor.

Figura 42 - Detalhe da estrutura da quinta e sexta feições, em tijolos, e argamassa de cal. Foto do autor.

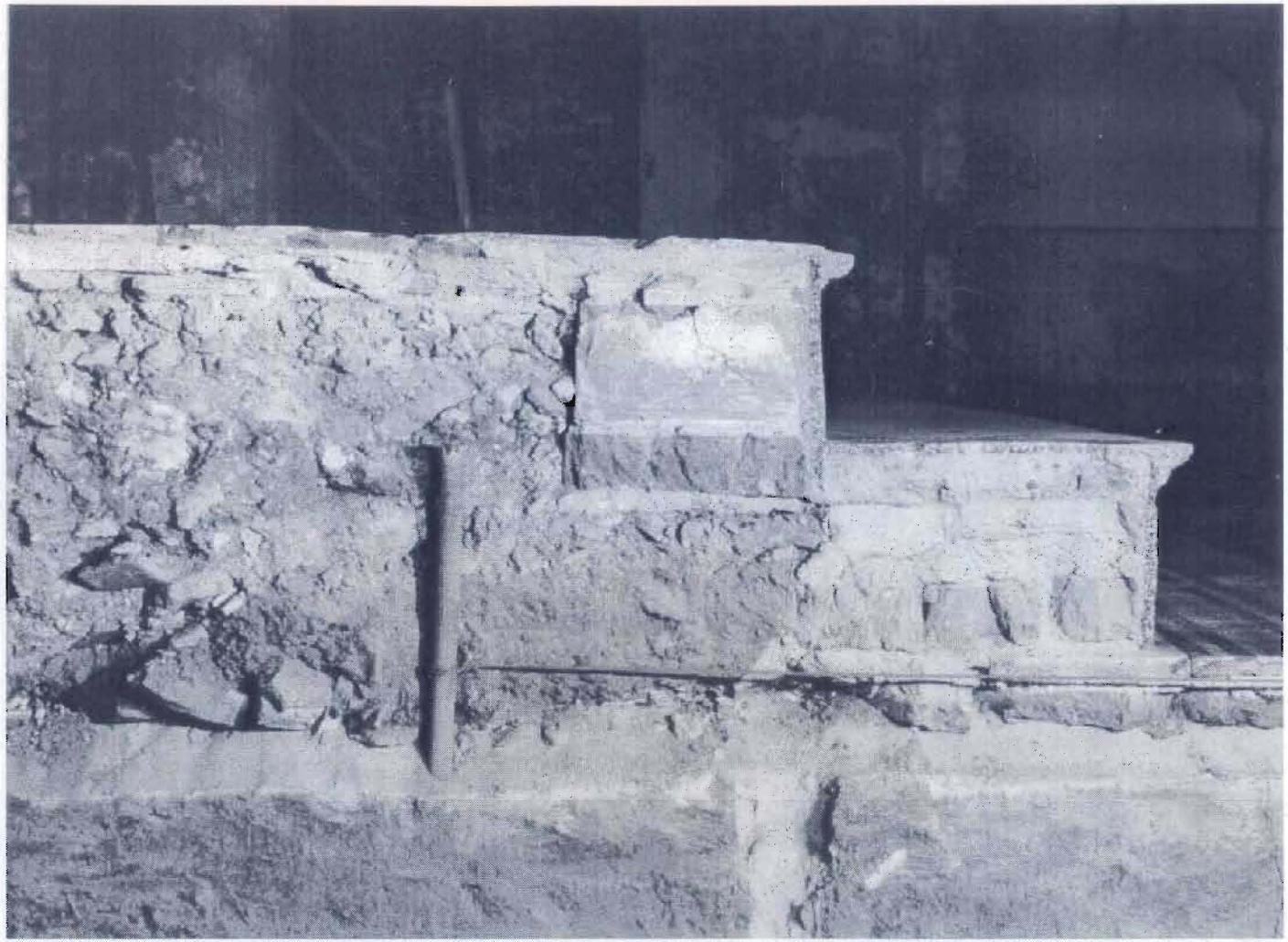

Figura 43 - Secção tranversal da estrutura da sétima feição. Observe-se que o segundo batente foi implantado já sobre o aterro. Foto do autor.

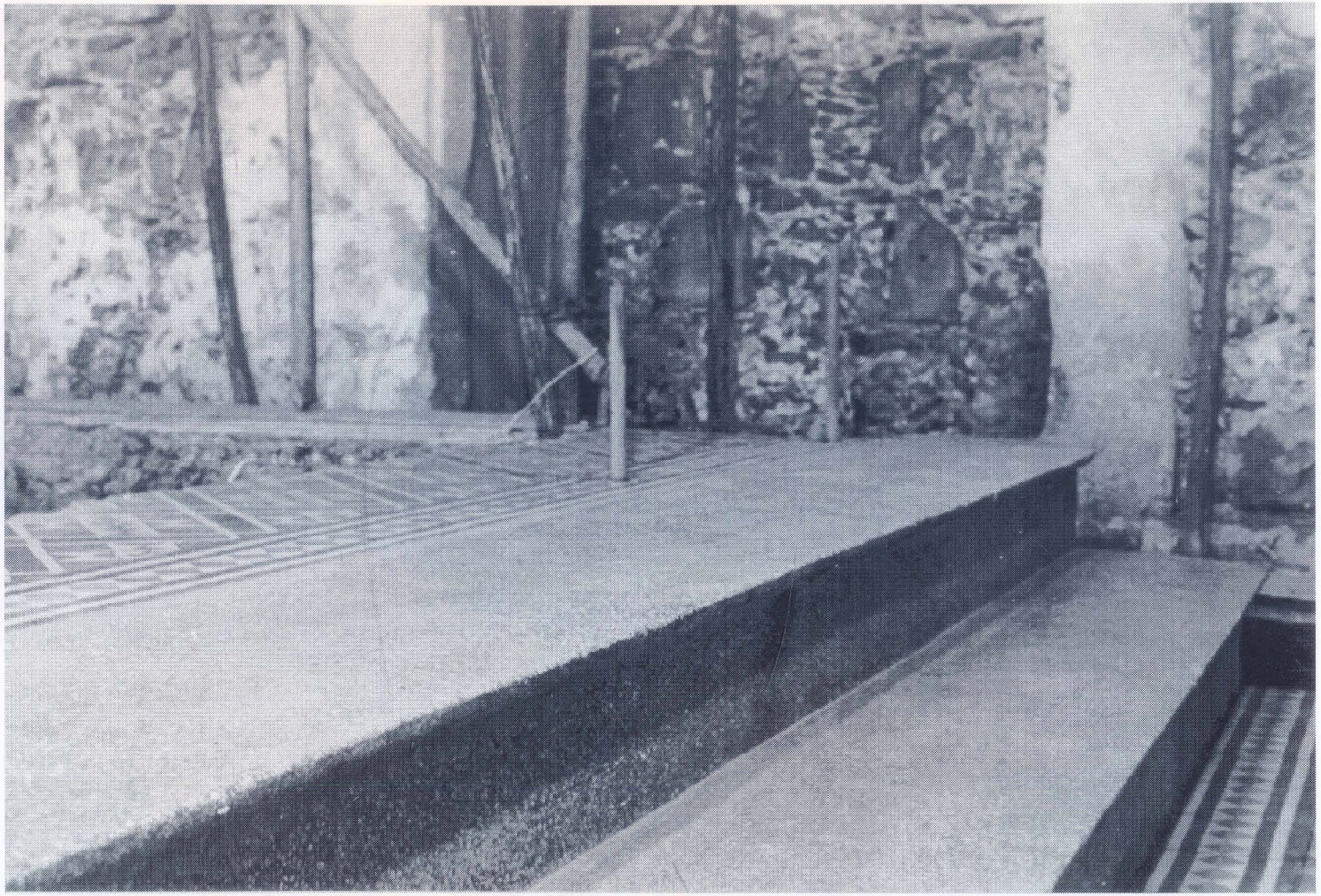

Figura 44 - Acesso ao presbitério na sétima feição. Batentes em granito sintético e piso em mosaico. Observe-se que a mesa de comunhão havia sido removida. Foto do autor.

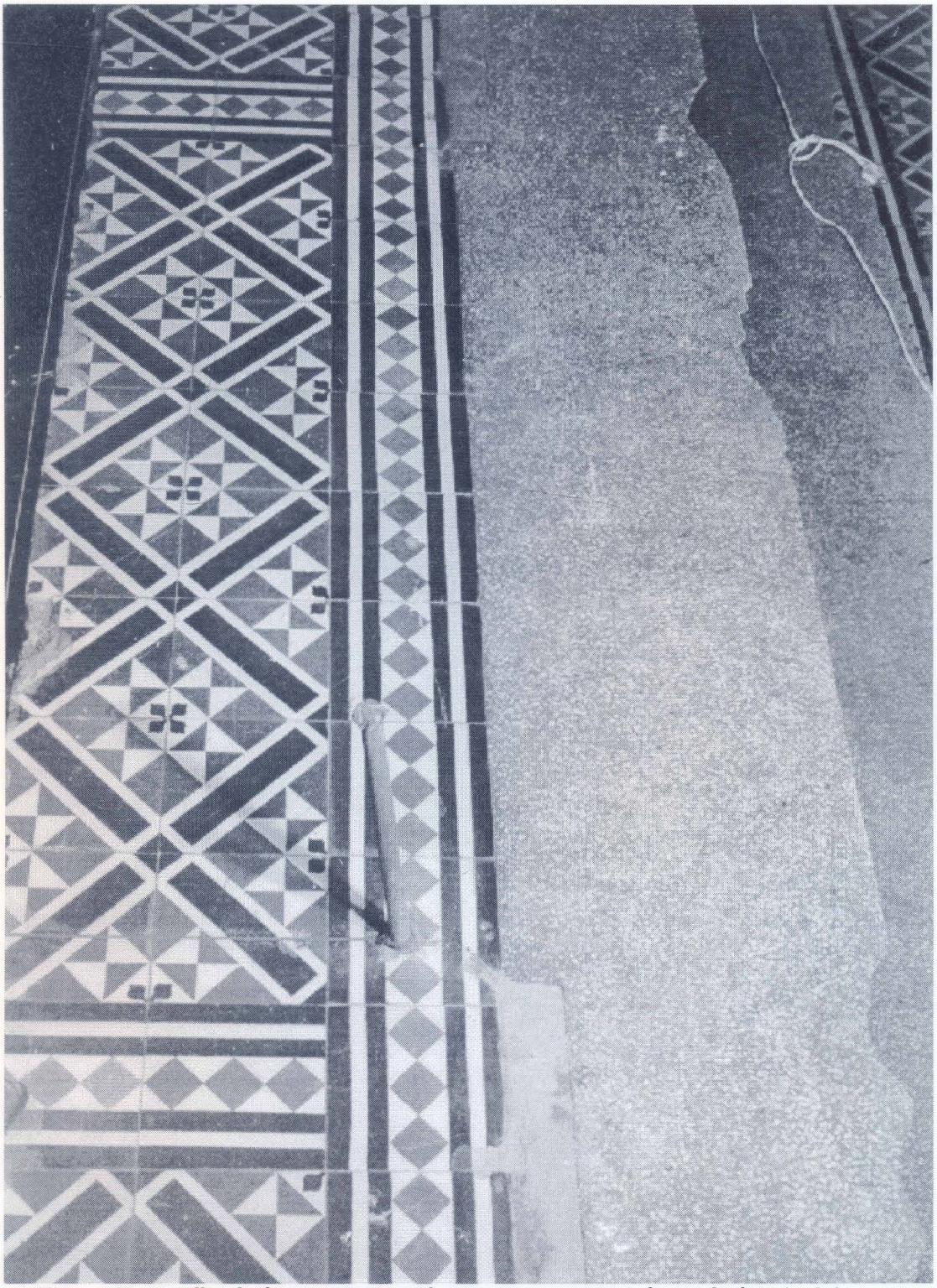

Figura 45 - Detalhe da feição anterior. Observe-se na porção inferior da foto (próximo ao piquete), o remendo, em cimento, aplicado ao local onde anteriormente estivera fixada a mesa de comunhão. Foto do autor.

Figura 46 - Sepultamentos sucessivos, cujas covas não coincidem. A não coincidência se deve a substituição do piso, que alterou a disposição das campas. Ver detalhes descritivos nas Notas às ilustrações. Foto do autor.

Figura 47 - Sepultamento com mãos cruzadas sobre o tórax. O crânio danificado por ter sido atingido por projétil. Observe-se que a compactação do terreno permitiu a retenção do molde do caixão utilizado. Foto do autor.

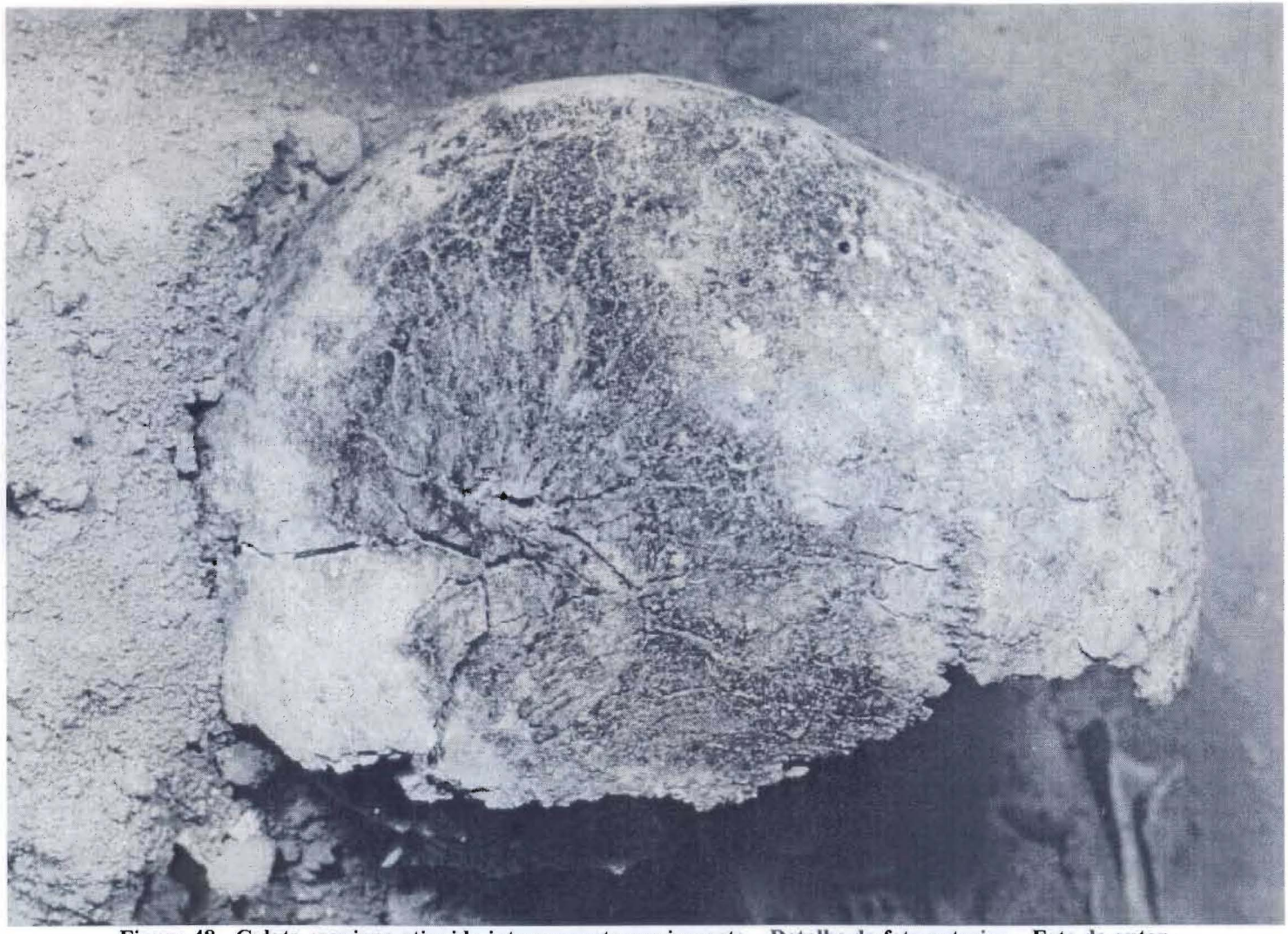

Figura 48 - Calota craniana atingida internamente por impacto. Detalhe da foto anterior. Foto do autor.

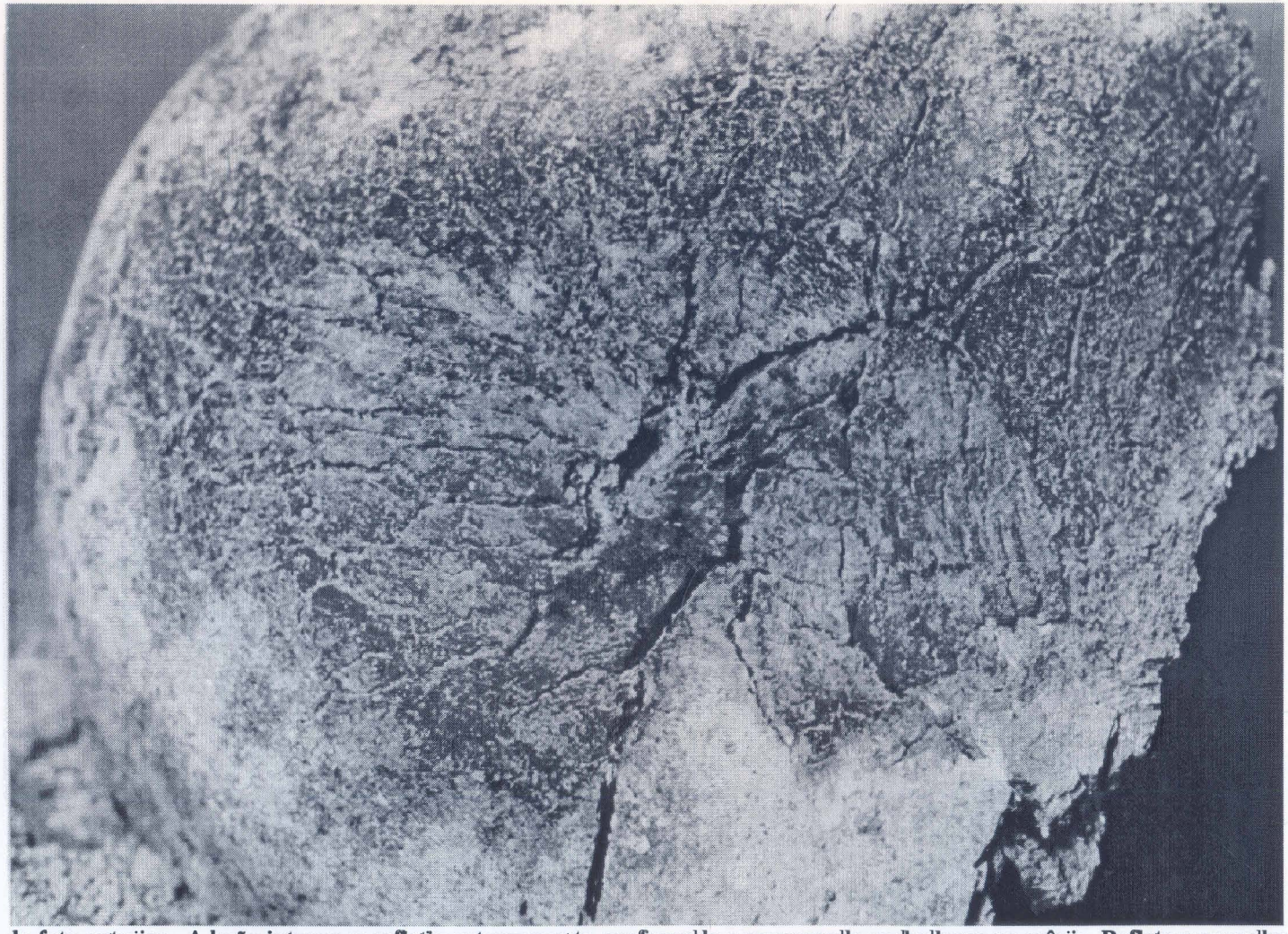

Figura 49 - Detalhe da foto anterior. A lesão interna se refletiu externamente, perfurando e provocando rachaduras no crânio. Reflete provavelmente a *causa mortis*. Foto do autor.

Figura 50 - Marca e restos de sola de sapato, enterrado com o morto. Foto do autor.

Figura 51 - Sepultamento primário realizado sem caixão. Observe-se a marca da cabeça, moldada no aterro da cova. Foto do autor.

Figura 52 - Sepultamento realizado em frente ao altar lateral, quando a vala coletiva já havia sido desativada. Observe-se a parede da vala cortada pela cova deste sepultamento. Foto do autor.

Figura 53 - Batentes de acesso à vala de sepultamento coletivo, em frente ao altar lateral (epístola). Observe-se a parede rachada, no local da ampliação. A parede fora reboçada. Foto do autor.

Figura 54- Área de acesso à cripta sob o piso da capela lateral (epístola) - vista interna. Foto do autor.

Figura 55 - Detalhe do sepultamento no interior da cripta. Observe-se o molde do caixão, constituído pela cal compactada. A camada de cal sobre o corpo, desmoronou. Foto do autor.

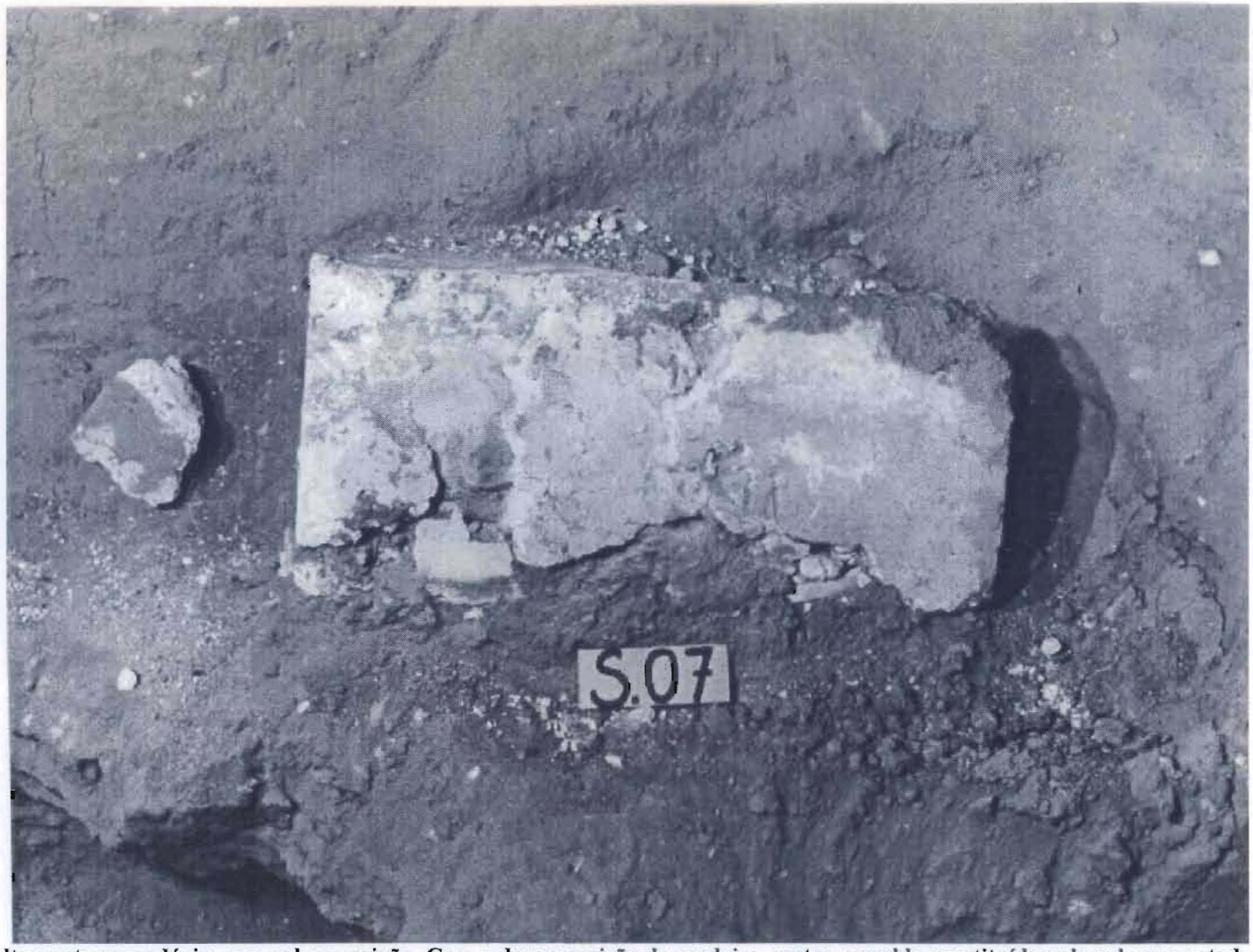

Figura 56 - Sepultamento secundário, com cal, em caixão. Com a decomposição da madeira, restou o molde constituído pela cal compactada. Foto do autor.

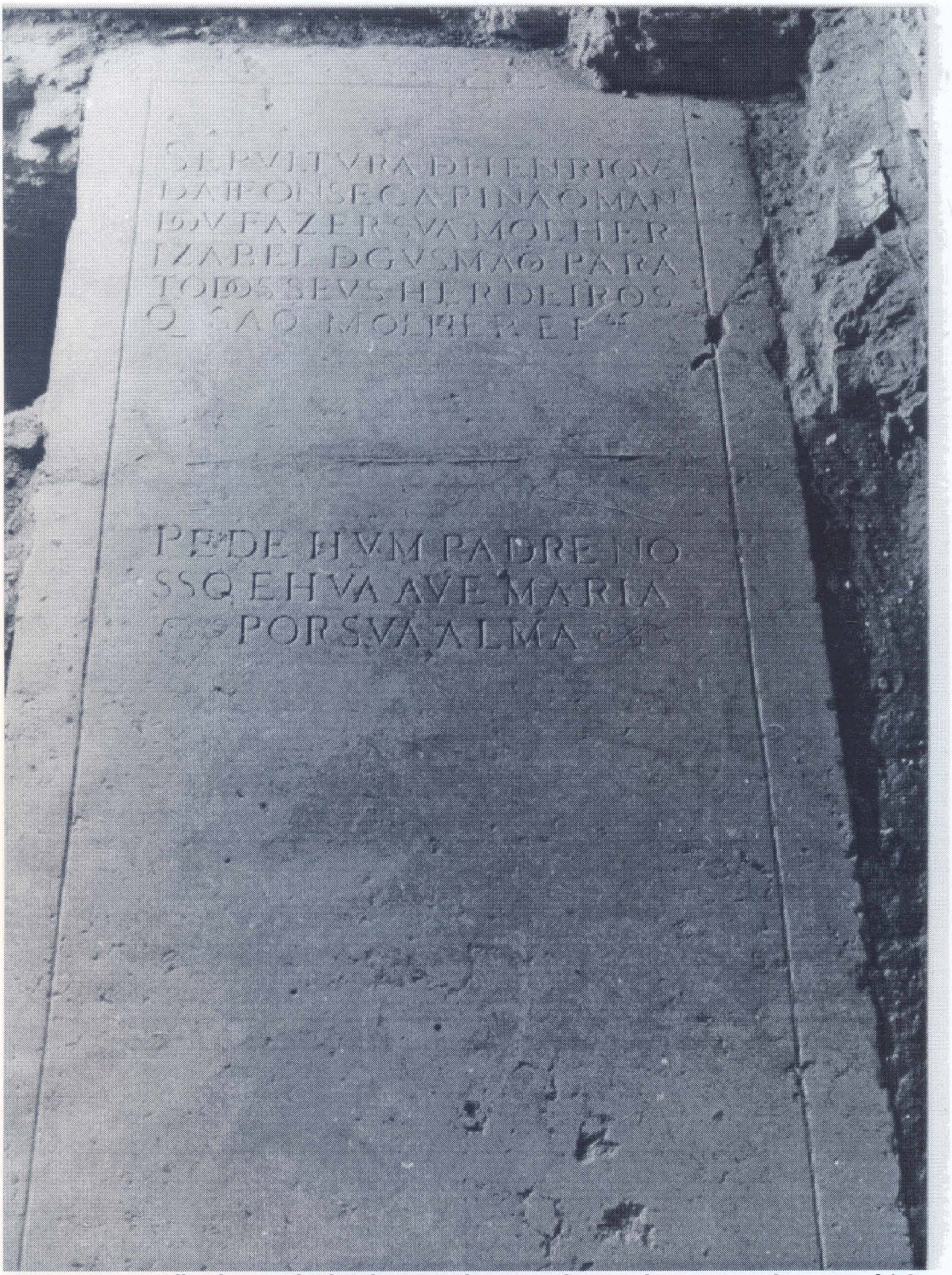

Figura 57 - Detalhe de uma das lápides, parcialmente coberta pela estrutura da quarta feição. Observe-se a diferença de traço da última linha, do primeiro texto da inscrição. Sob esta lápide não havia sepultamentos, ou marcas de cova. Foto do autor.

Figura 58 - Detalhe de uma das lápides, parcialmente coberta pela estrutura da quarta feição. A inscrição não está mais legível. Em cima, à direita da foto, um outro sepultamento. Foto do autor.

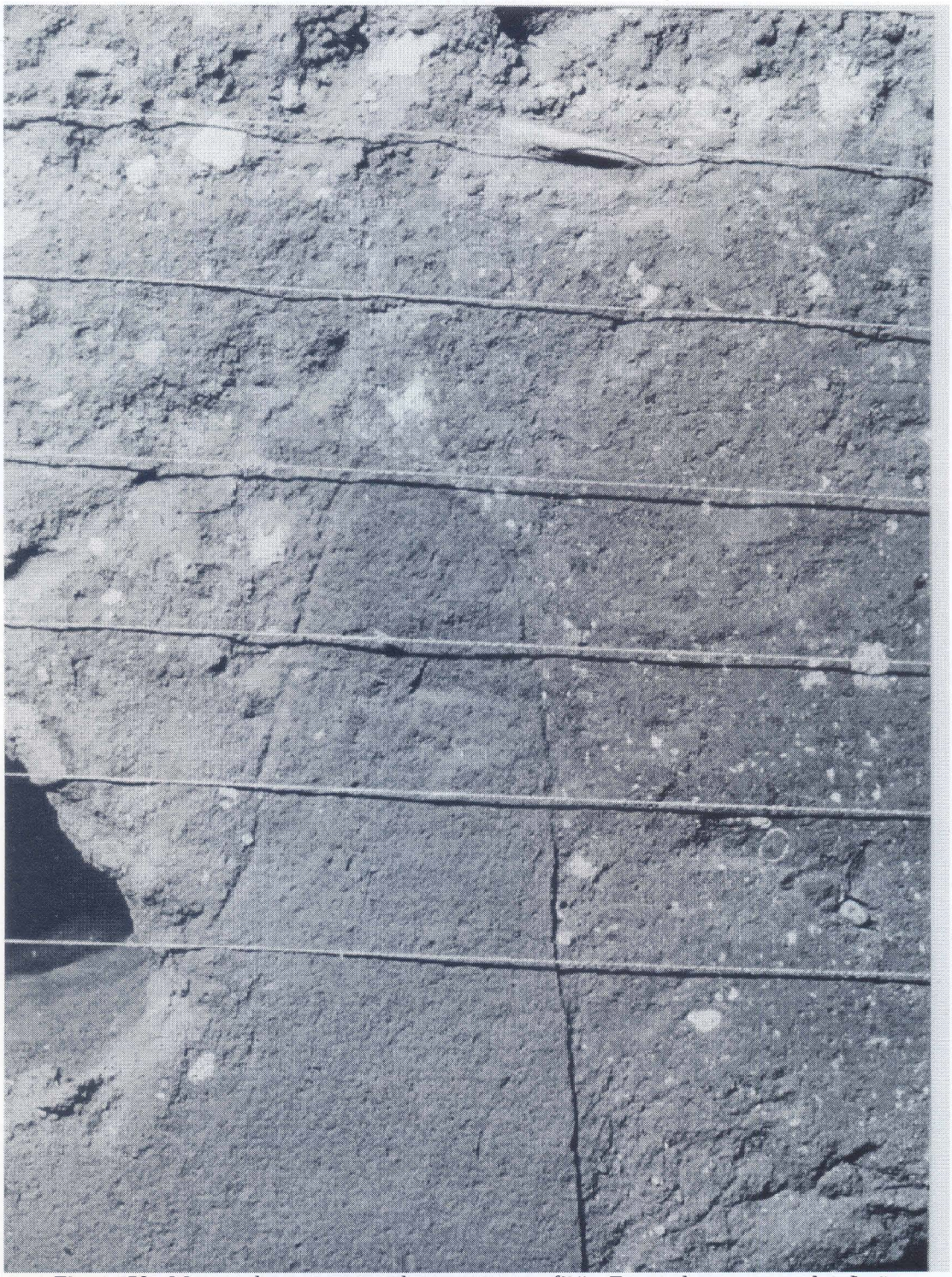

Figura 59 - Marcas de cova que coalescem na superfície. Entre elas o terreno local não perturbado. Observe-se, à esquerda da foto, o vazio provocado pela decomposição do caixão. Foto do autor.

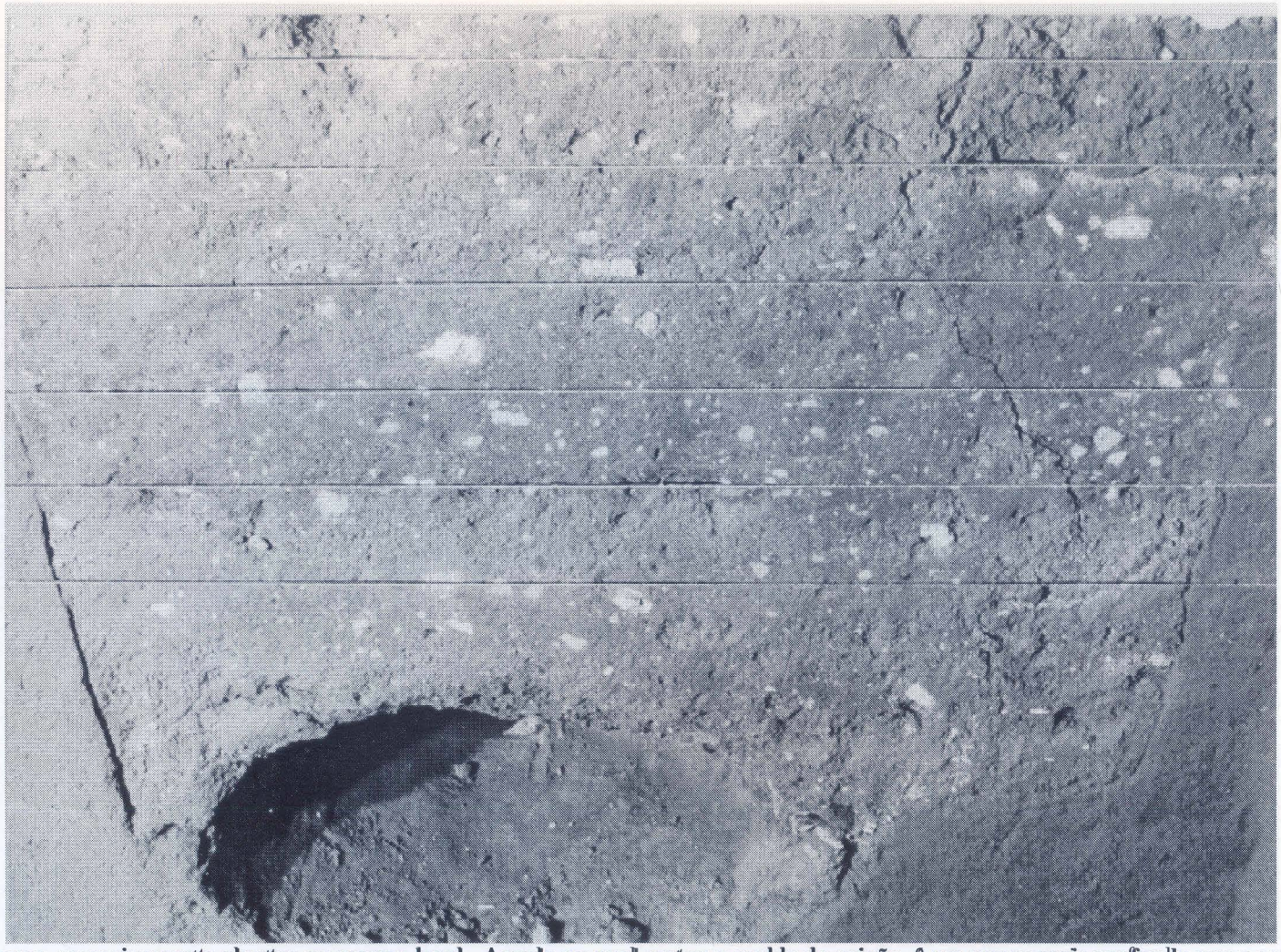

Figura 60 - Duas covas, sucessivamente abertas no mesmo local. Aquela na qual restou o molde do caixão, é um pouco mais profunda que a anterior, e um pouco deslocada lateralmente. Observe-se restos de argamassa de cal no aterro da cova. Foto do autor.

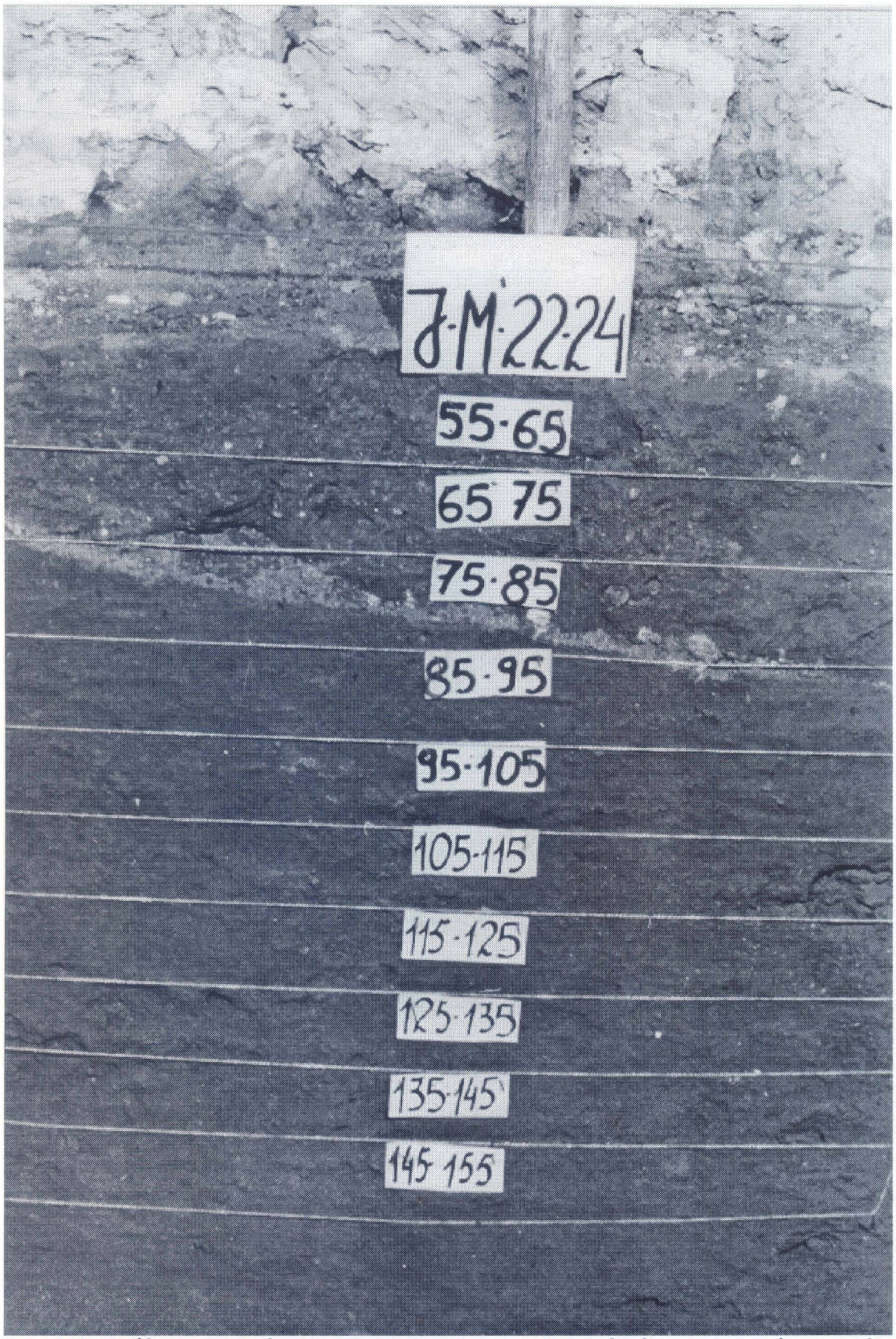

Figura 61 - Perfil em que se observa os sucessivos aterros. A camada de argamassa, fragmentada, do piso primitivo, lacra o terreno local. Foto do autor.

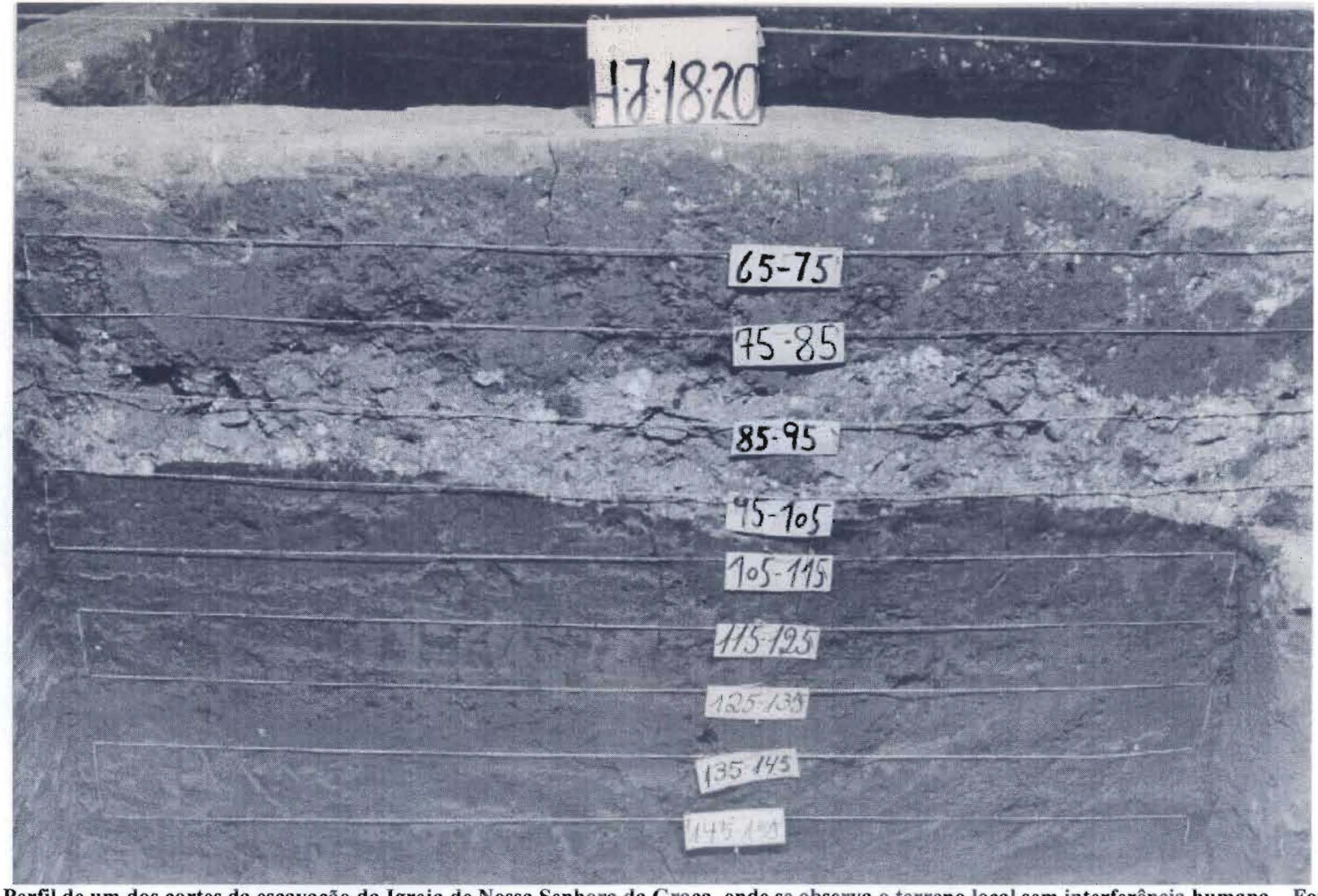

Figura 62 -Perfil de um dos cortes da escavação da Igreja de Nossa Senhora da Graça, onde se observa o terreno local sem interferência humana. Foto do autor.

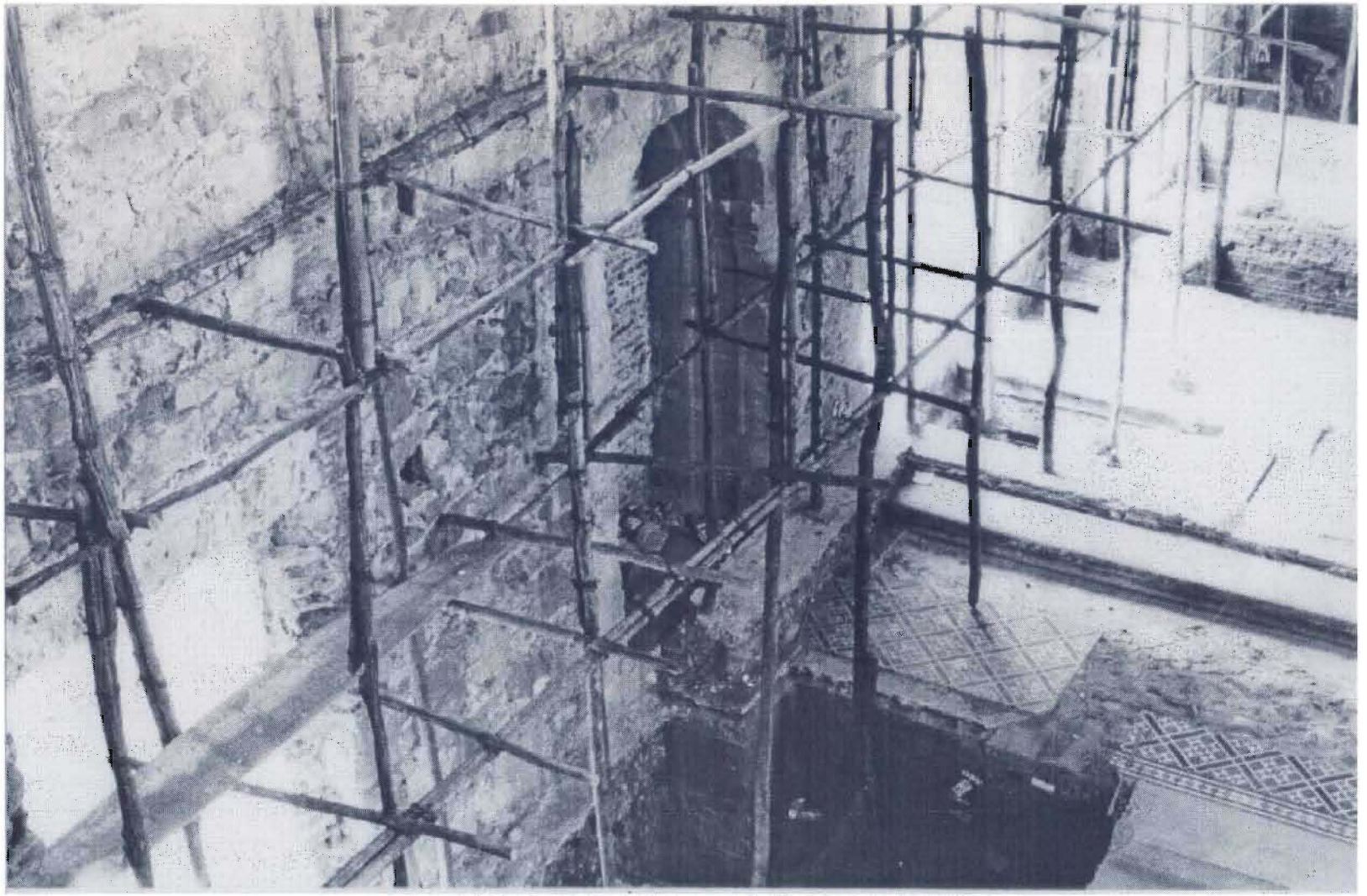

Figura 63 - Confessionário com a parede de fundo em tijolos, o que facilitaria sua ampliação como capela. Foto do autor.

Figura 64 - Acesso à cripta, sob o piso da capela lateral (epístola). Visão externa. Foto do autor.

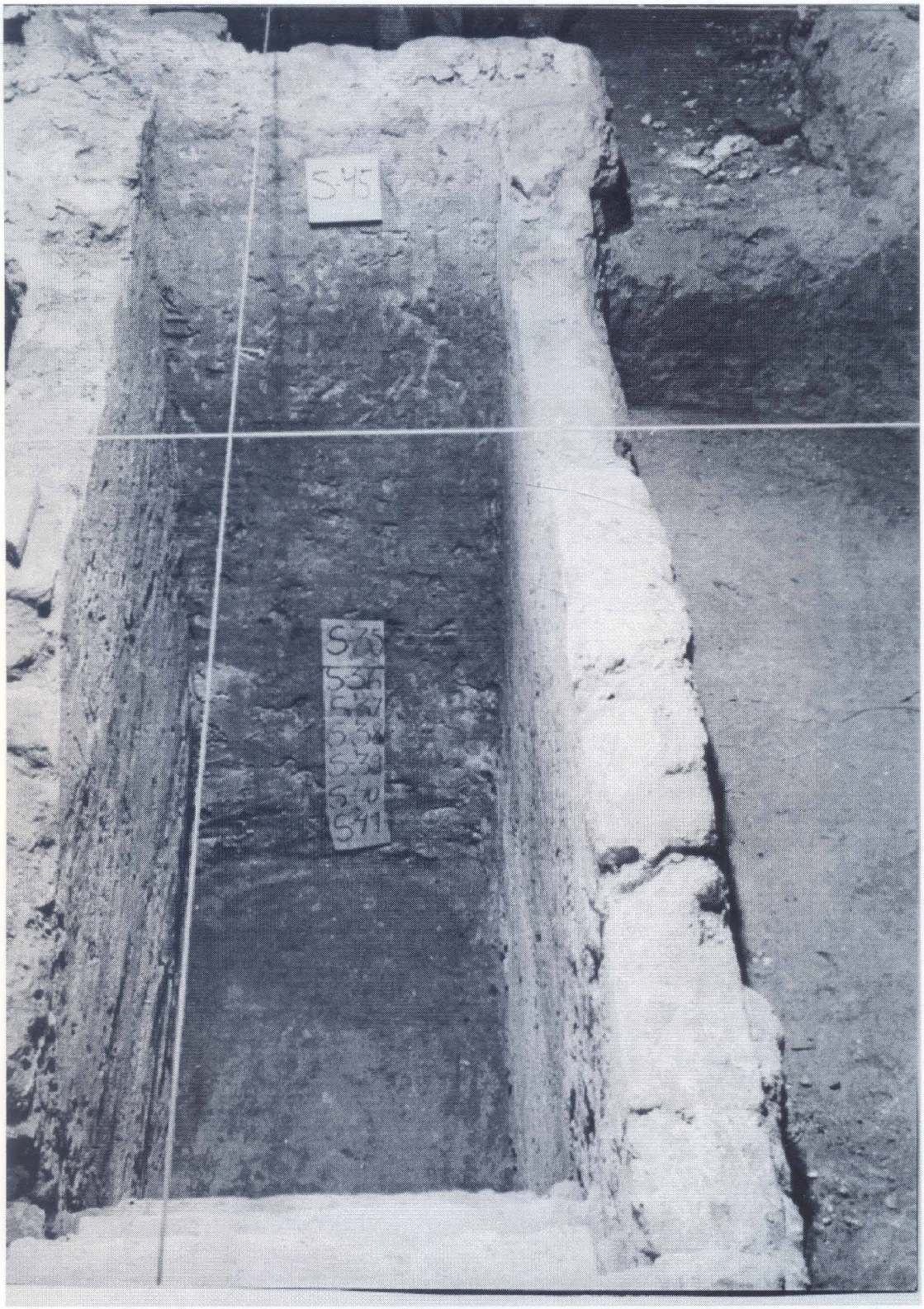

Figura 65 - Interior da vala coletiva, para sepultamento, em frente ao altar lateral (epístola). Foto do autor.

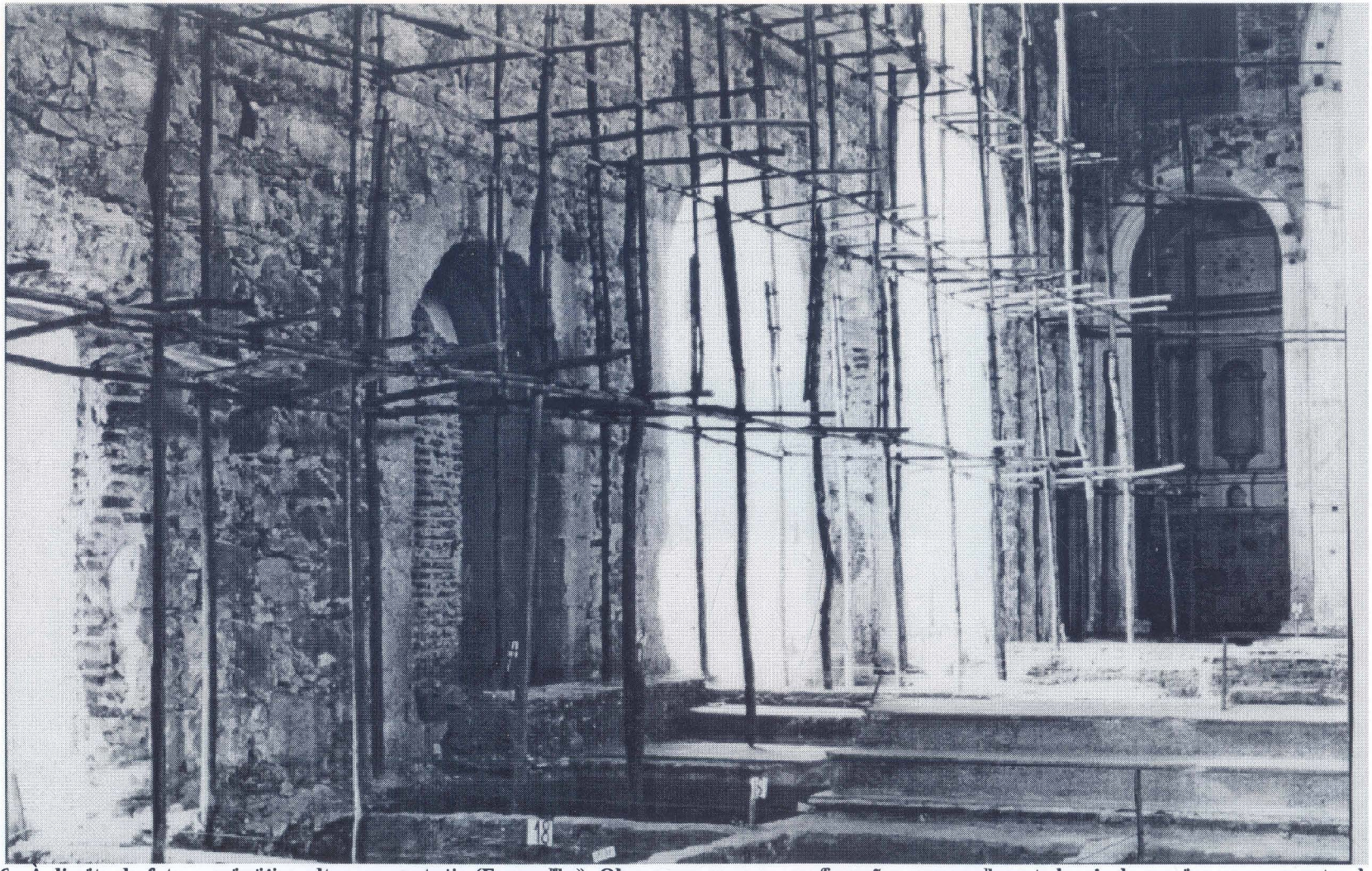

Figura 66 - À direita da foto, o primitivo altar em cantaria (Evangelho). Observe-se no arco, perfurações, provavelmente locais de encaixe para suportes da talha. À esquerda, Porta não contemporânea à primitiva feição, posteriormente entaipada. Foto do autor.

Figura 67 - Detalhe da parede em pedra, onde se instalara o púlpito. Observe-se que na parede foi feita uma abertura irregular, posteriormente fechada com material diversificado (provável busca de 'tesouro'). Foto do autor.

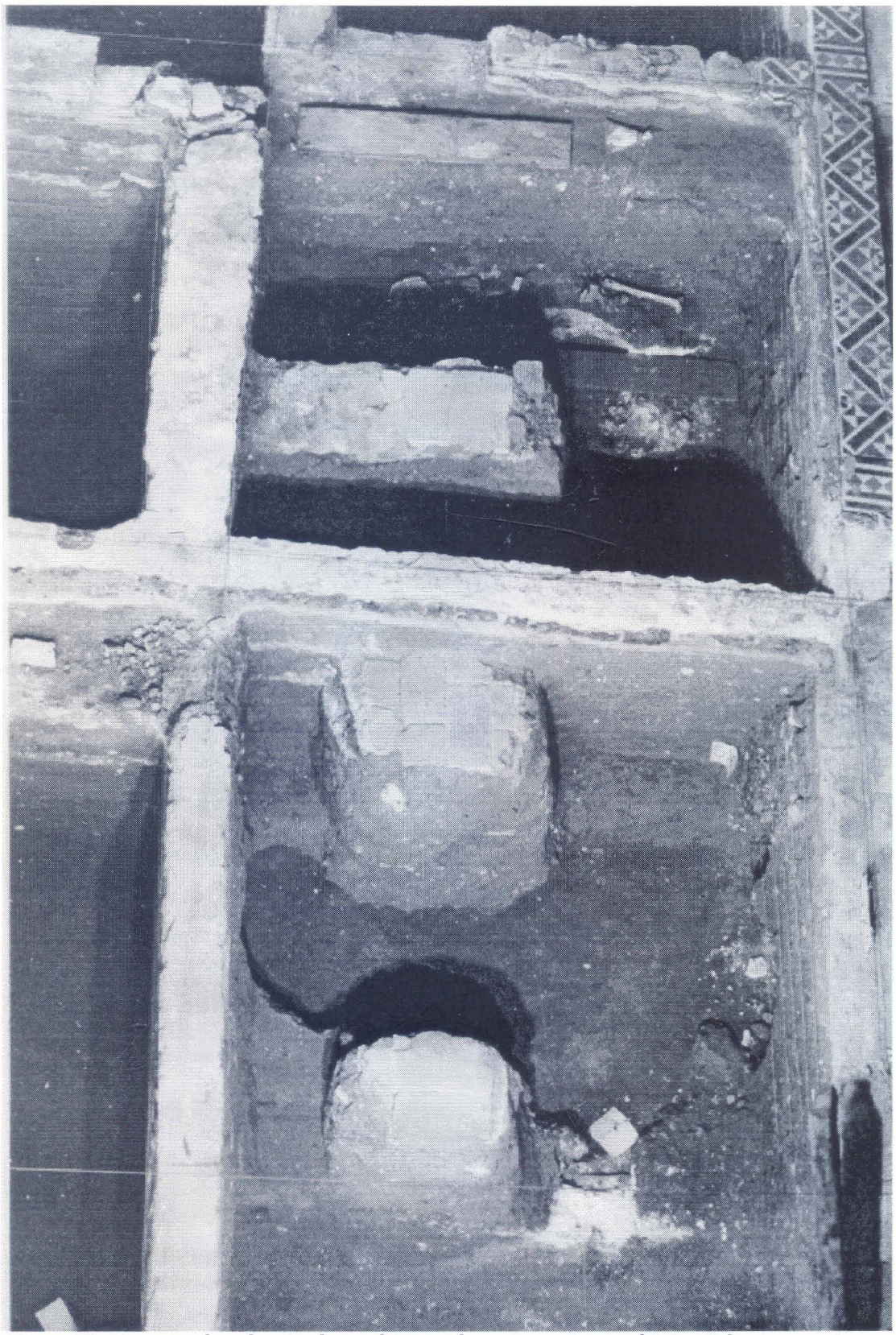

Figura 68 - Testemunhos do piso do presbitério, durante a primeira feição. Coberto por aterro, foi sucessivamente cortado pelas aberturas de covas. Foto do autor.

Figura 69 - Aterro para implantação da sétima feição. Observe-se a tijoleira quadrada (quarta e quinta feições), sobre a camada de areia. Observe-se ainda os buracos dos andaimes. Foto do autor.

Figura 70 - Detalhe do pé do arco da capela lateral (Evangelho), em cantaria. e a parede de alvenaria mista, usada para entaipa-la. Foto do autor

Figura 71 - Disposição de dois sepultamentos não contemporâneos, com as 'campas'. Ver observações nas notas de final das ilustrações. Foto do autor.

Figura 72 - Medalhas associadas a sepultamentos. Fotos do autor.

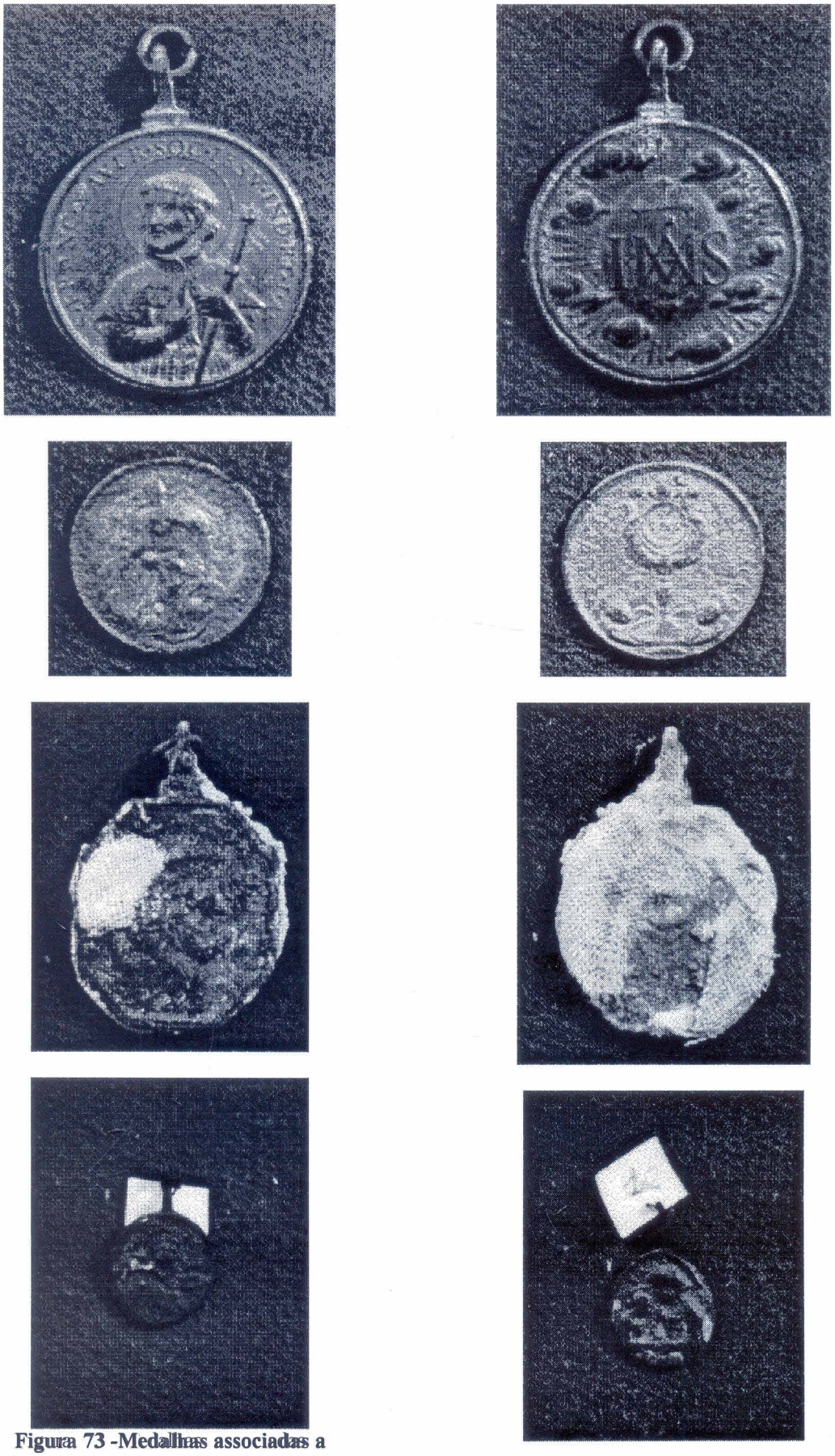

Figura 73 -Medalhas associadas a sepultamentos. Fotos do autor.

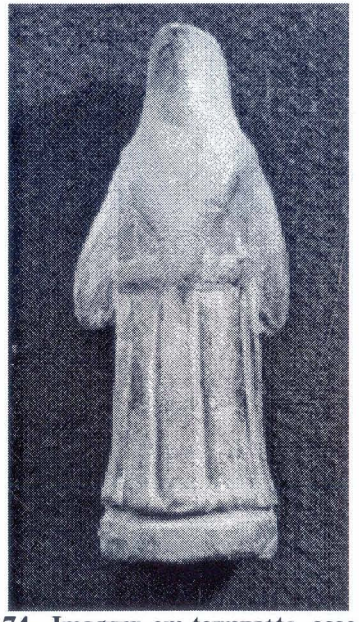

Figura 74 - Imagem em terracota, associada a sepultamento. Fotos do autor.

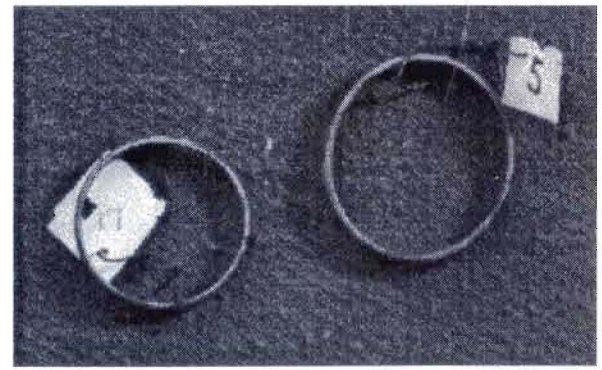

Figura 75 - Alianças, associadas a sepultamentos. Fotos do autor.

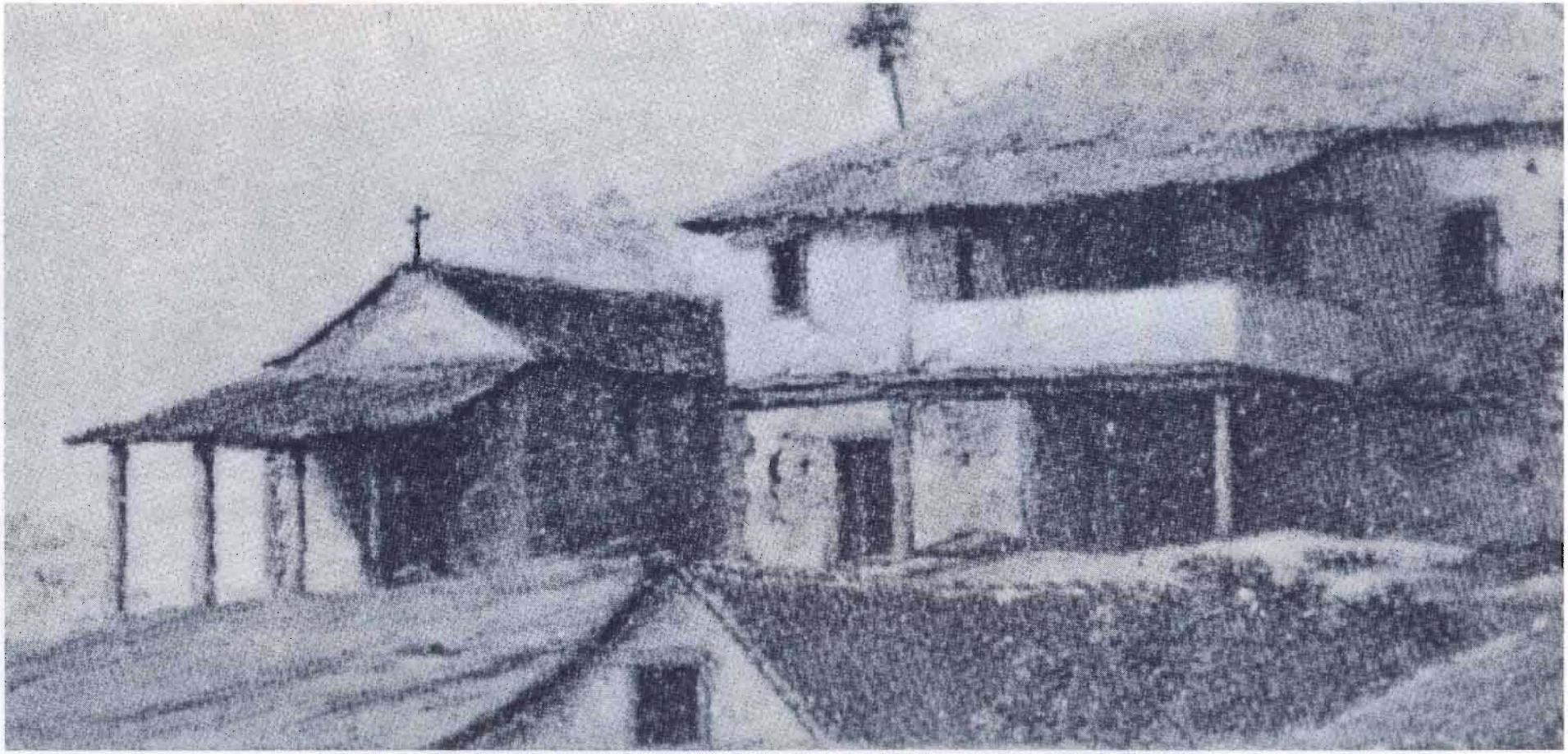

Figura 76 - Detalhe do quadro de F. Post, capela com alpendre, e casa-grande de Engenho.

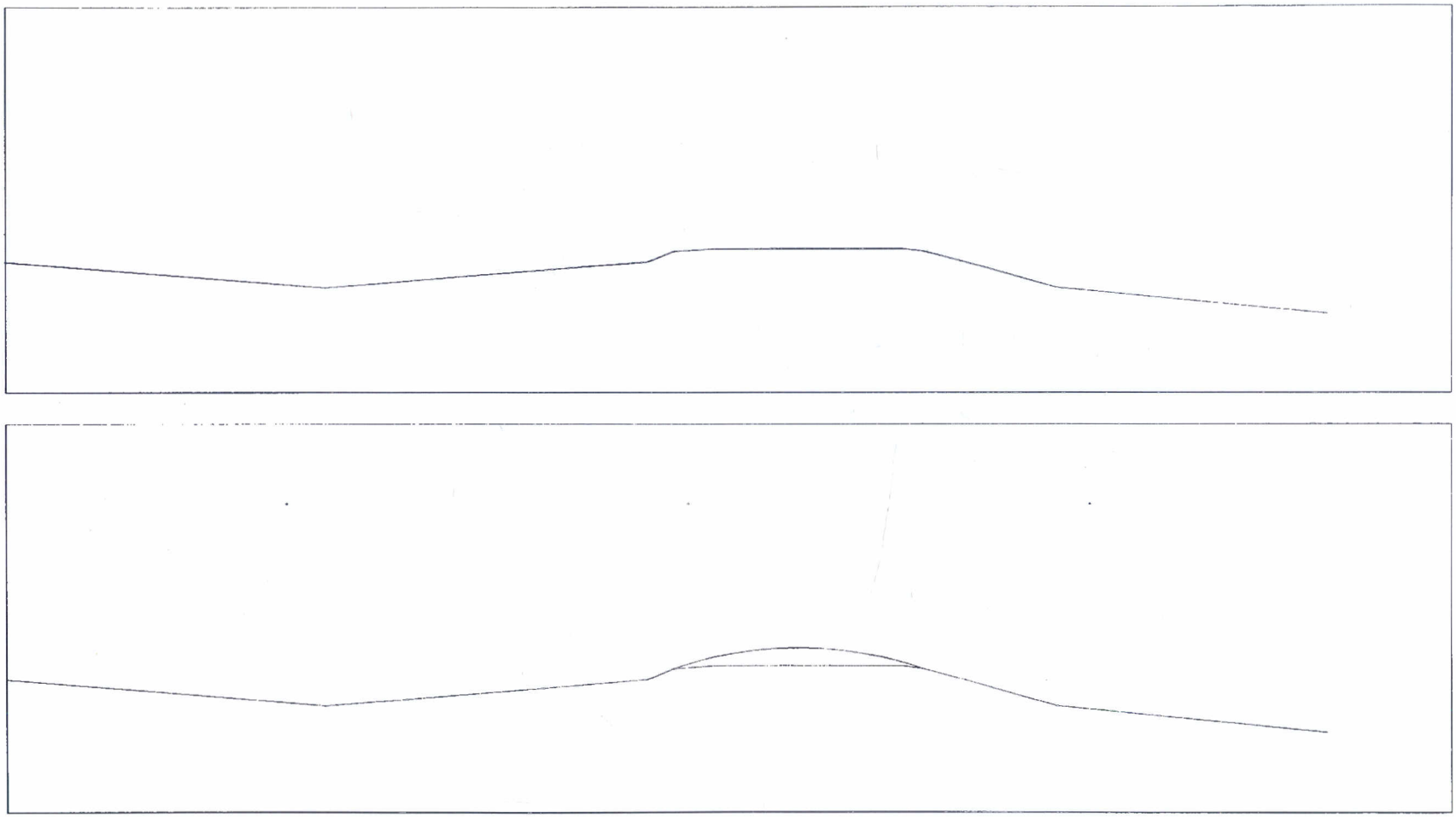

Figura 77 - Perfil esquemático da topografia dos outeiros de Olinda, a partir da ortofotocarta citada.

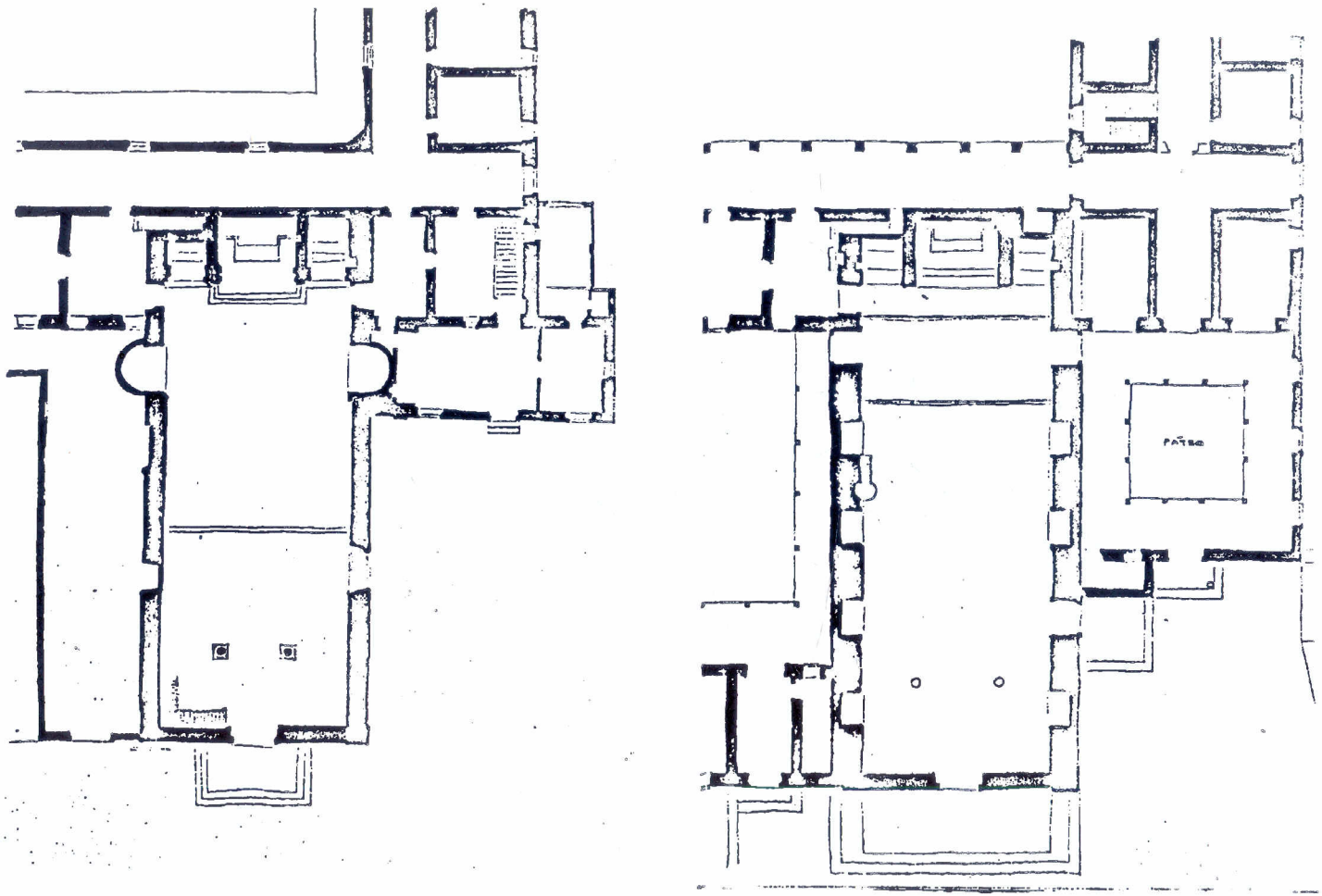

Figura 78 - A. Planta da Igreja de Nossa Senhora da Graça, levantamento realizado por Menezes: situação antes das escavações. B. Projeto de Francisco Dias Sec. XVI - Rio de Janeiro.

Figura 79 - Detalhe de uma tela de F. Post, em que se pode observar casas de taipa, com coberta de palha. A casa-grande, ainda que coberta de telhas, as paredes são de taipa.

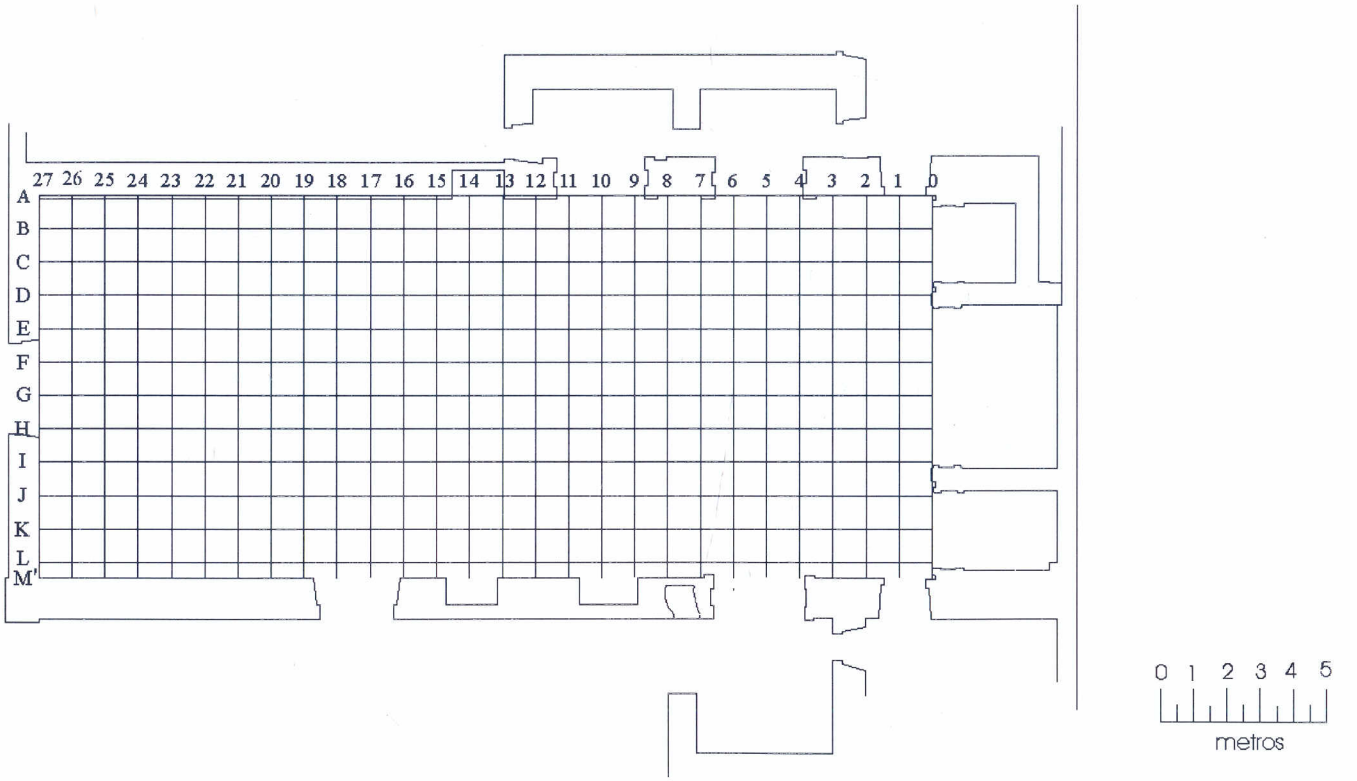

Figura 80 - Planta esquemática, com a reconstituição das coordenadas que serviram de base às escavações.

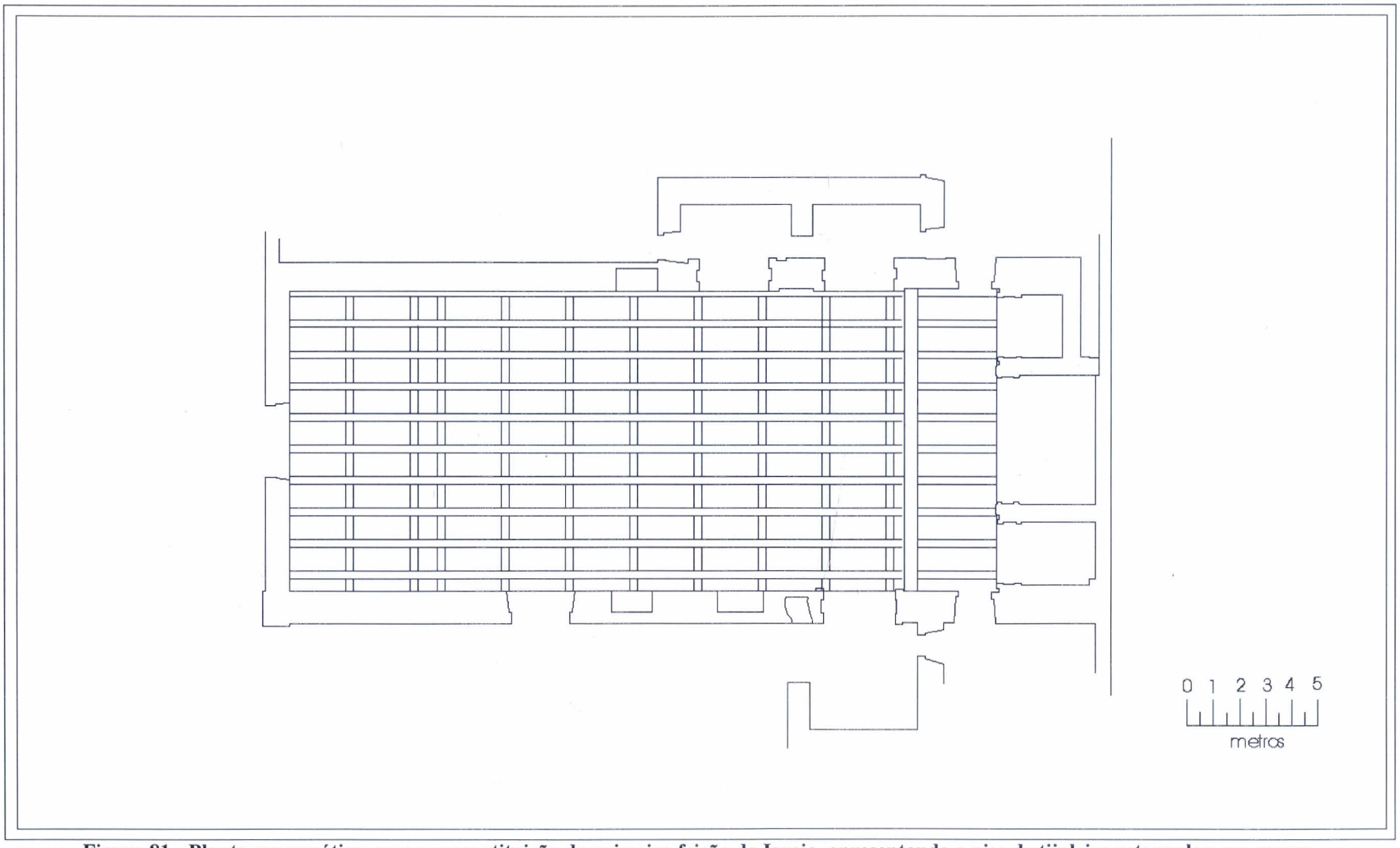

Figura 81 - Planta esquemática, com a reconstituição da primeira feição da Igreja, apresentando o piso de tijoleira retangular, em campa.

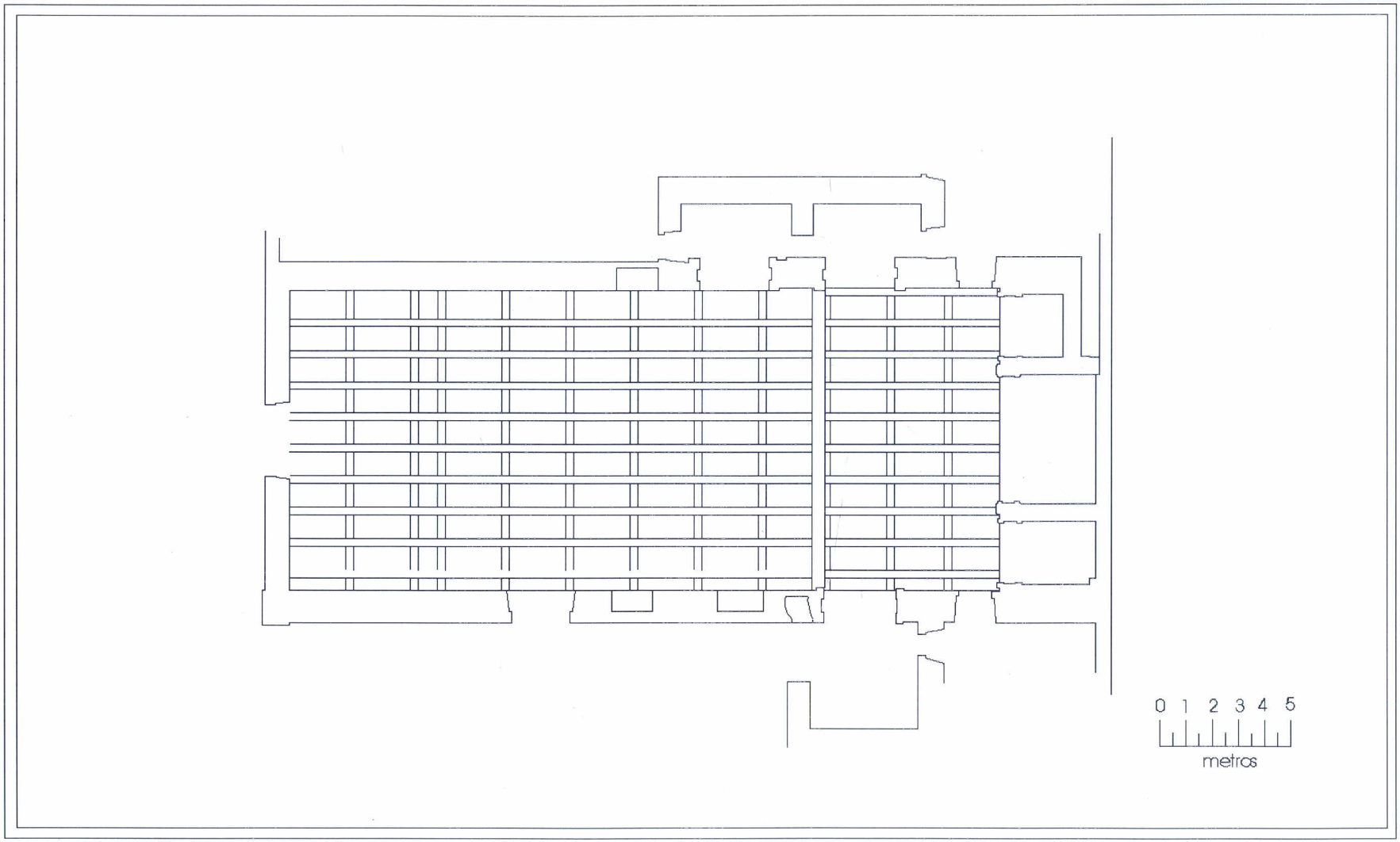

Figura 82 - Planta esquemática, com a reconstituição da segunda feição da Igreja, apresentando o piso de tijoleira retangular, em campa.

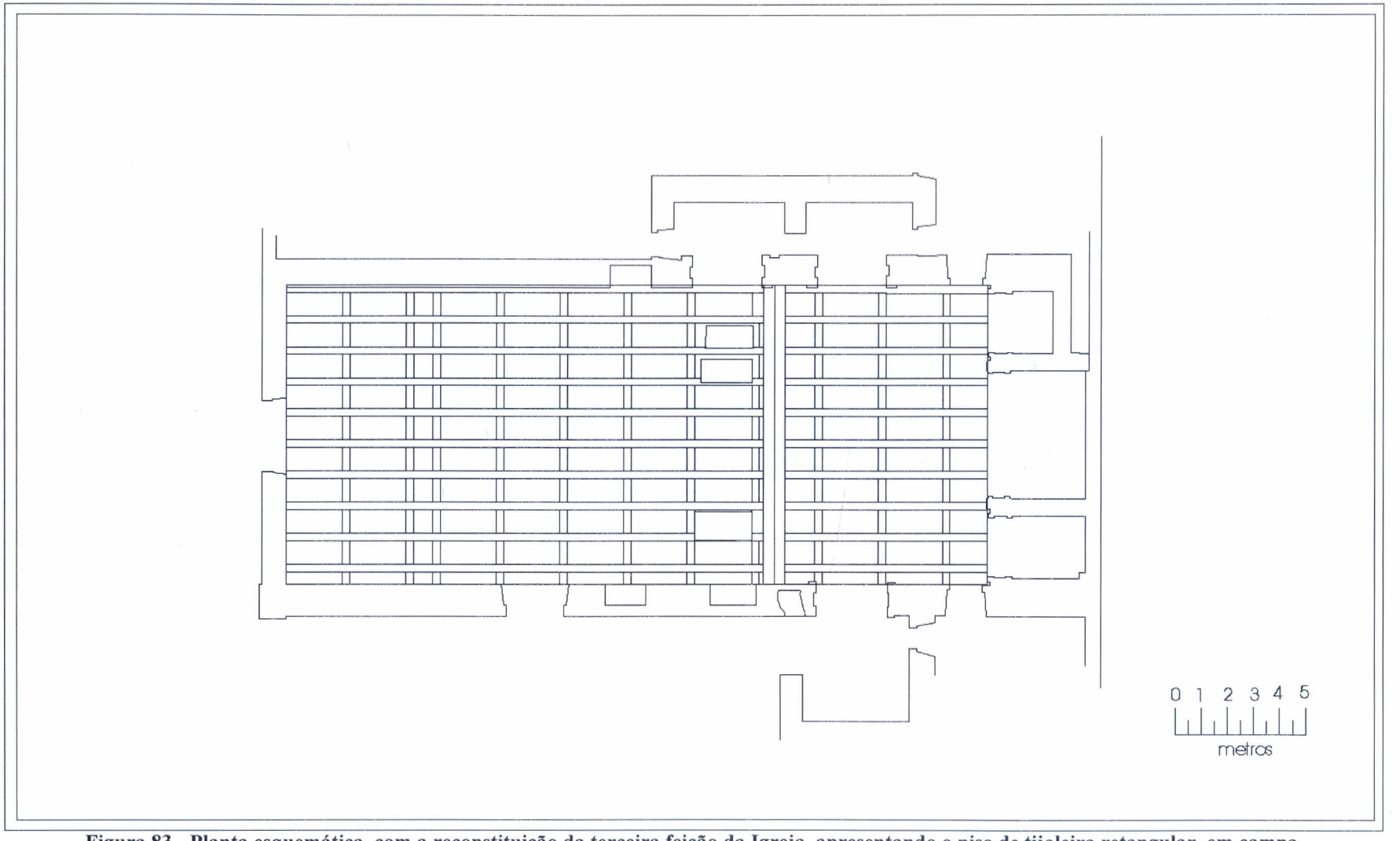

Figura 83 - Planta esquemática, com a reconstituição da terceira feição da Igreja, apresentando o piso de tijoleira retangular, em campa.

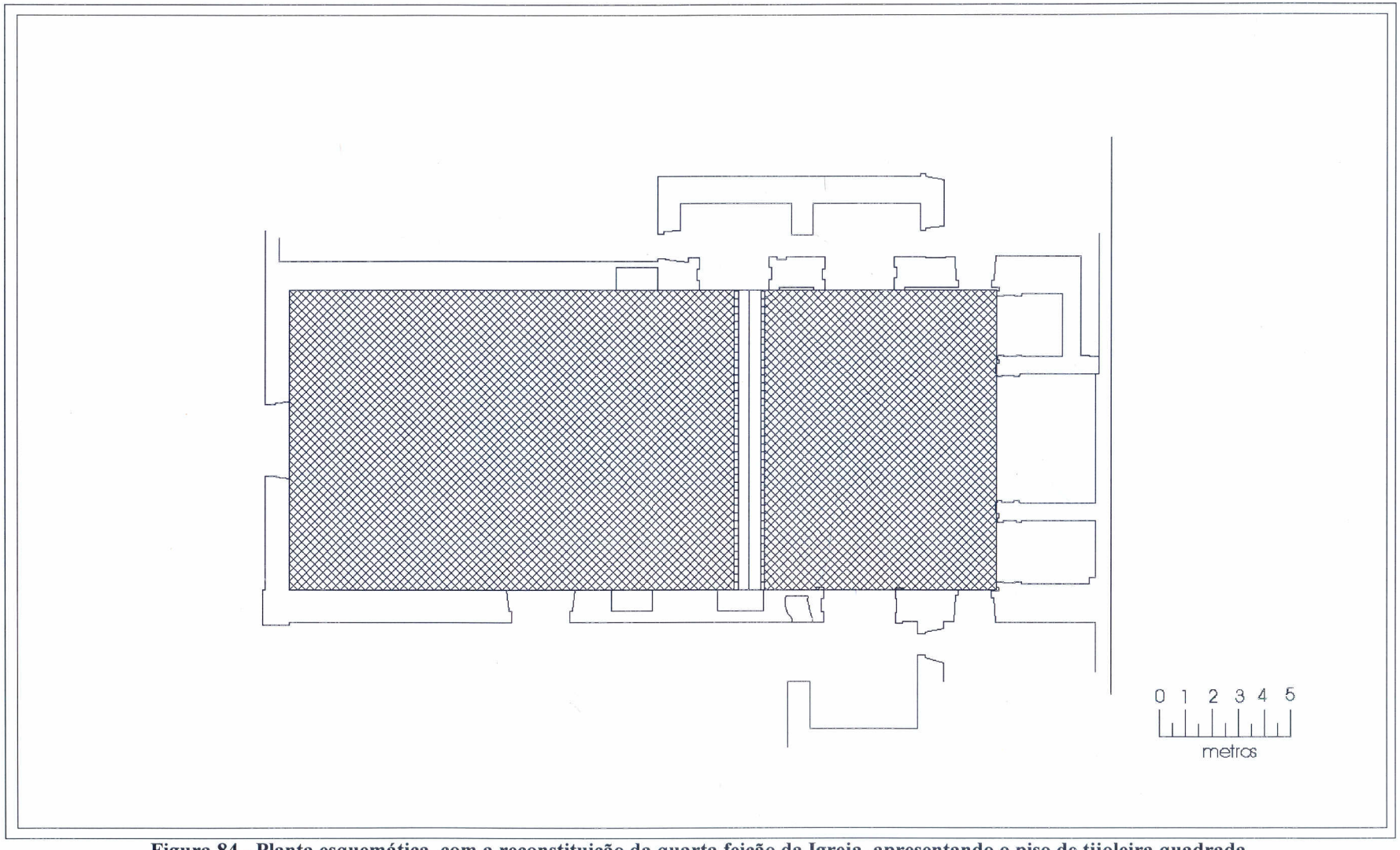

Figura 84 - Planta esquemática, com a reconstituição da quarta feição da Igreja, apresentando o piso de tijoleira quadrada.

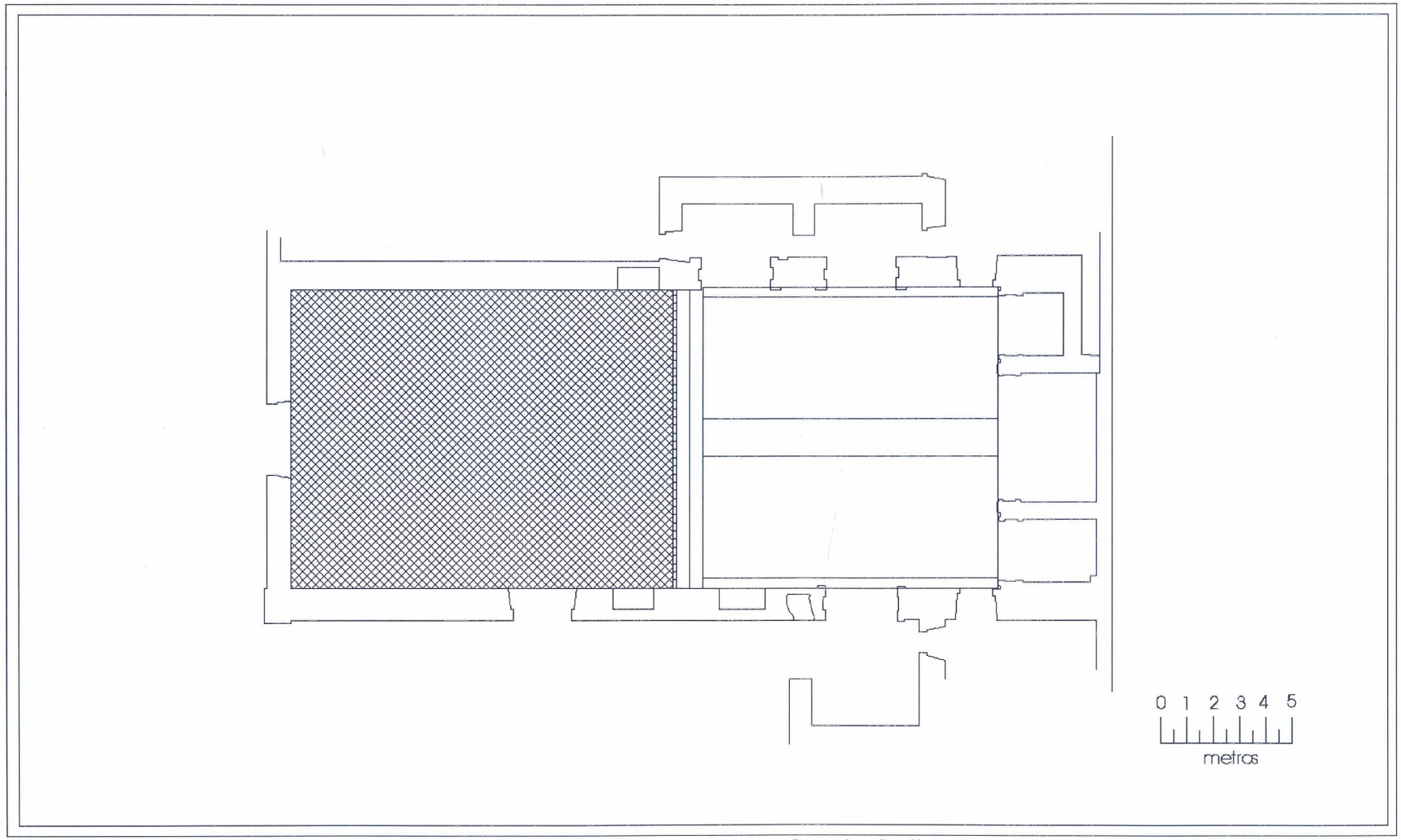

Figura 85 - Planta esquemática, com a reconstituição da quinta feição da Igreja, apresentando o piso de tijoleira quadrada, na área pública e em cimento 'queimado', no presbitério.

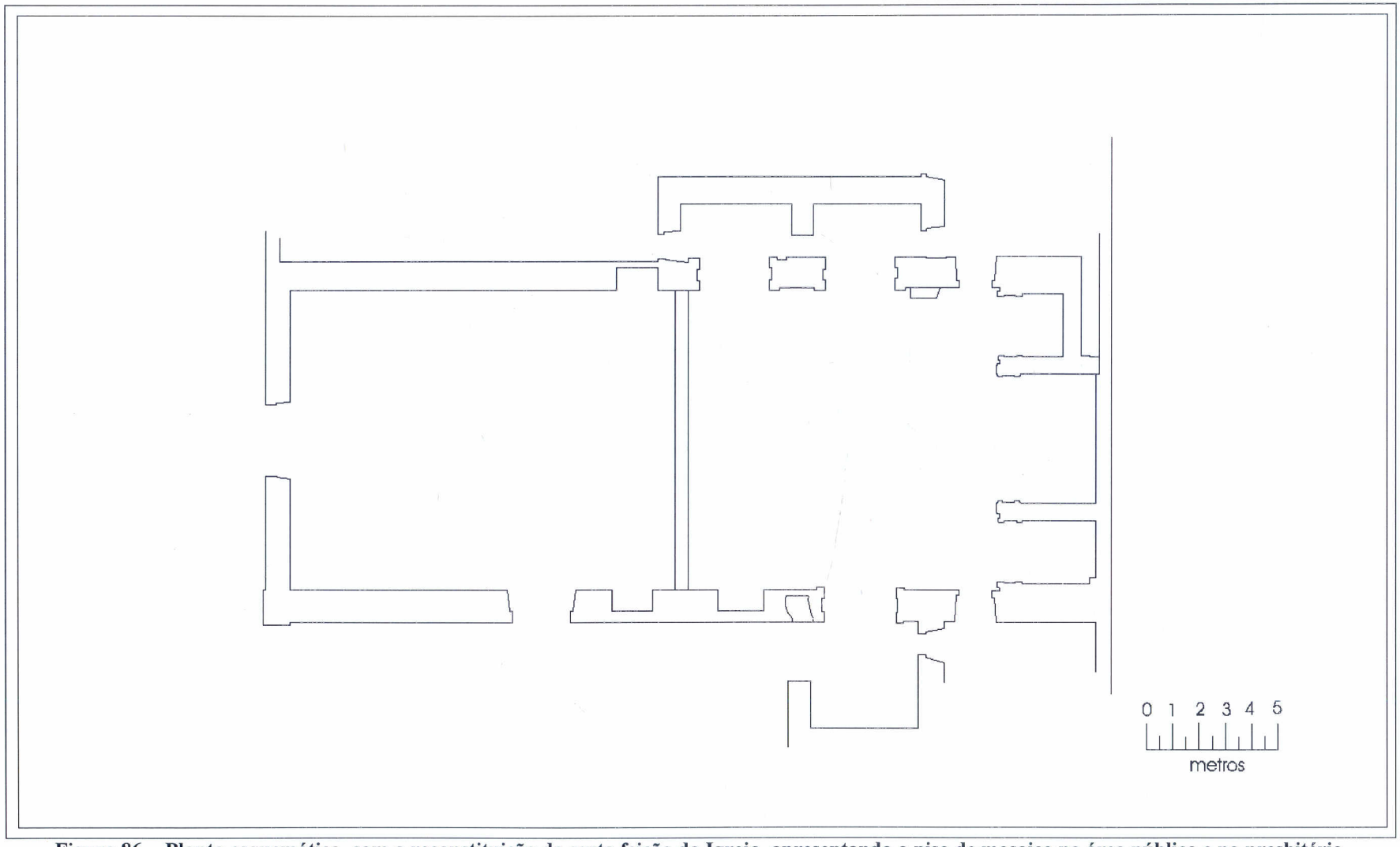

Figura 86 - Planta esquemática, com a reconstituição da sexta feição da Igreja, apresentando o piso de mosaico na área pública e no presbitério.

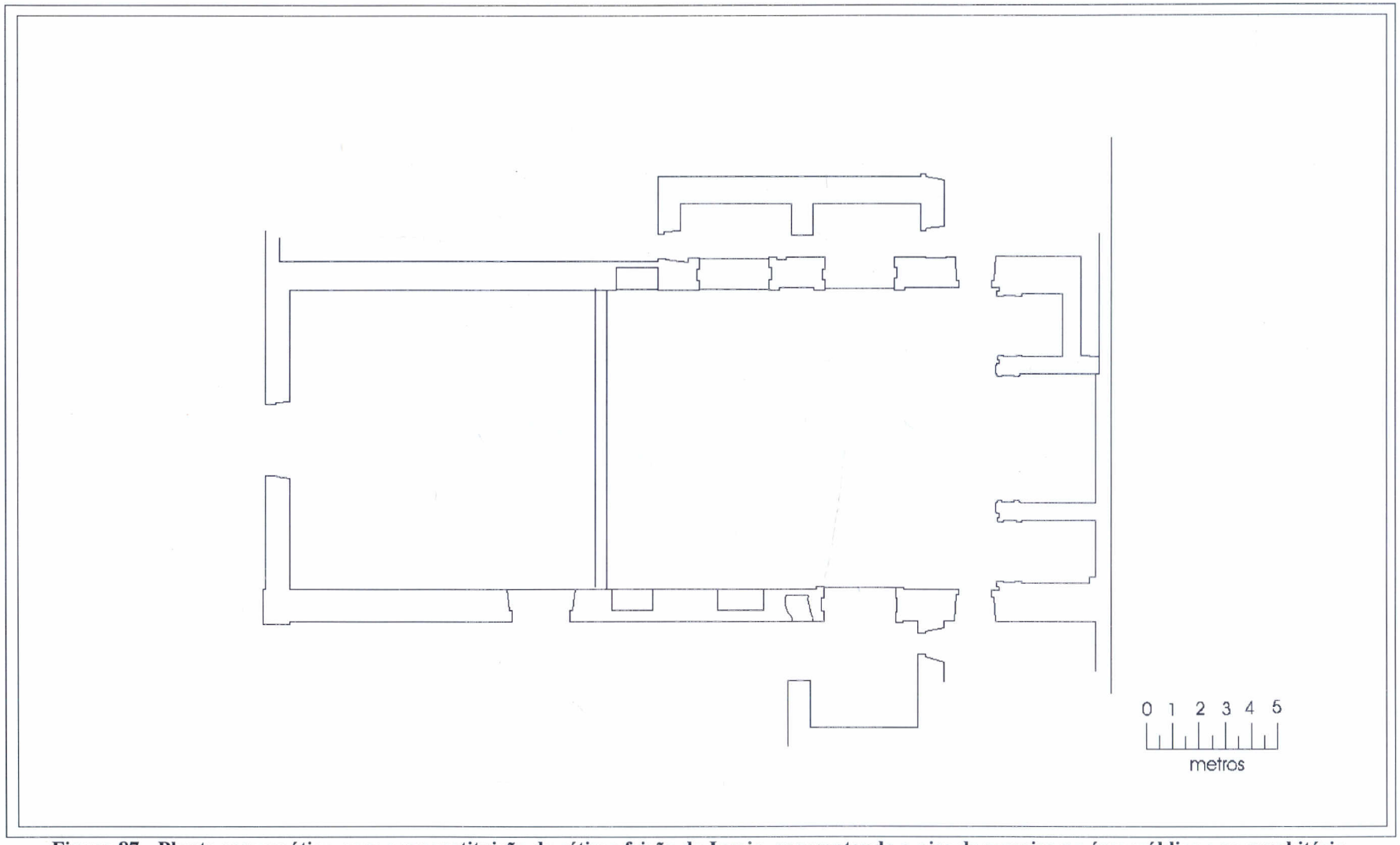

Figura 87 - Planta esquemática, com a reconstituição da sétima feição da Igreja, apresentando o piso de mosaico na área pública e no presbitério.

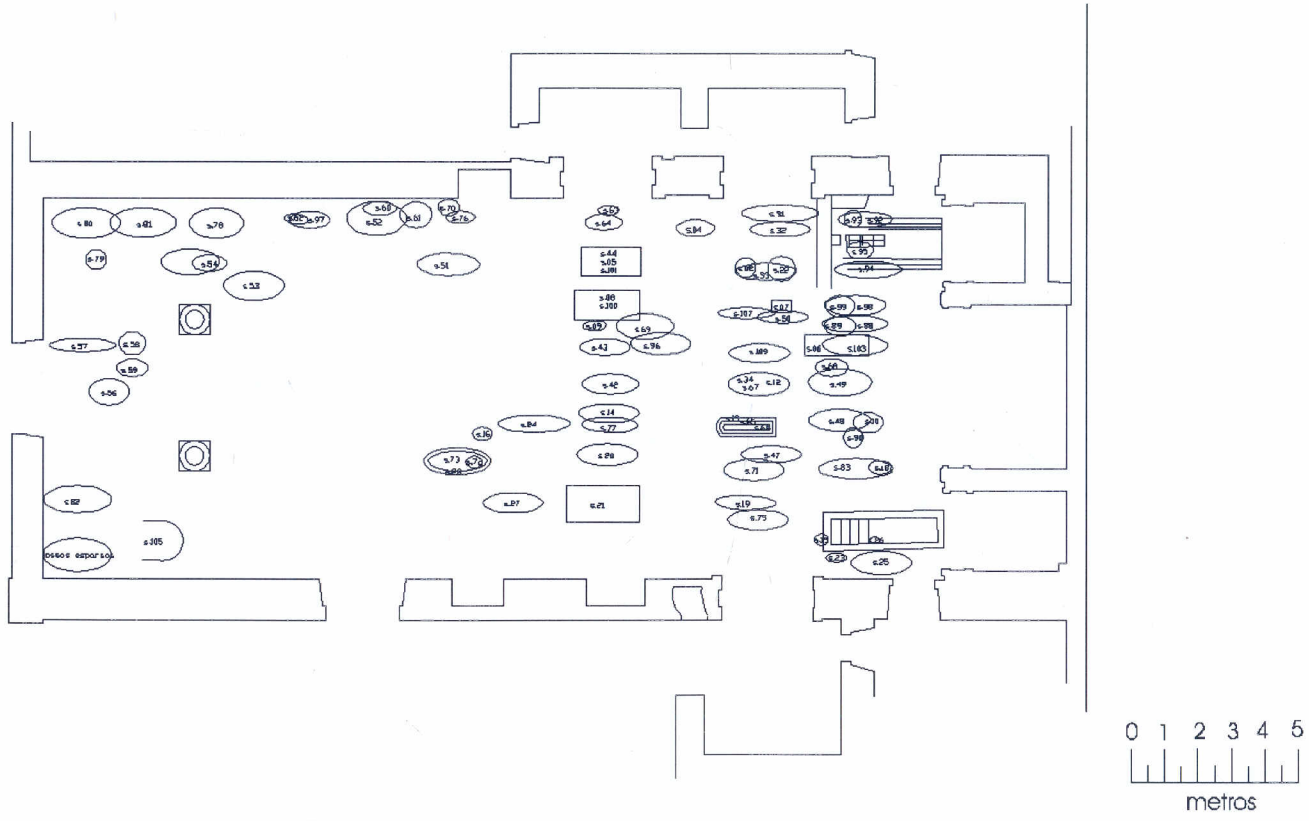

Figura 88 - Planta de distribuição dos sepultamentos no interior da igreja.

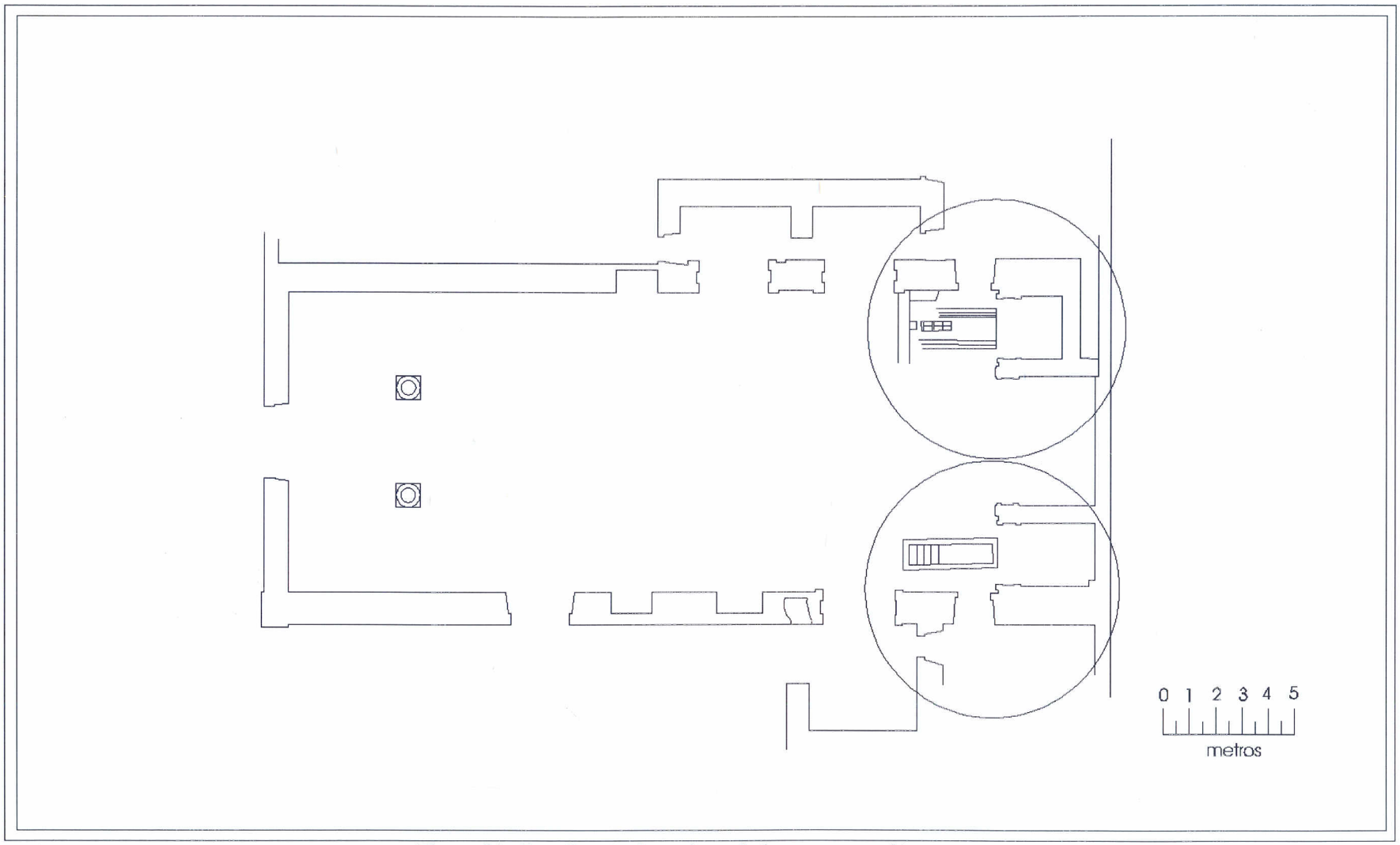

Figura 89 - Localização das valas coletivas para sepultamentos.

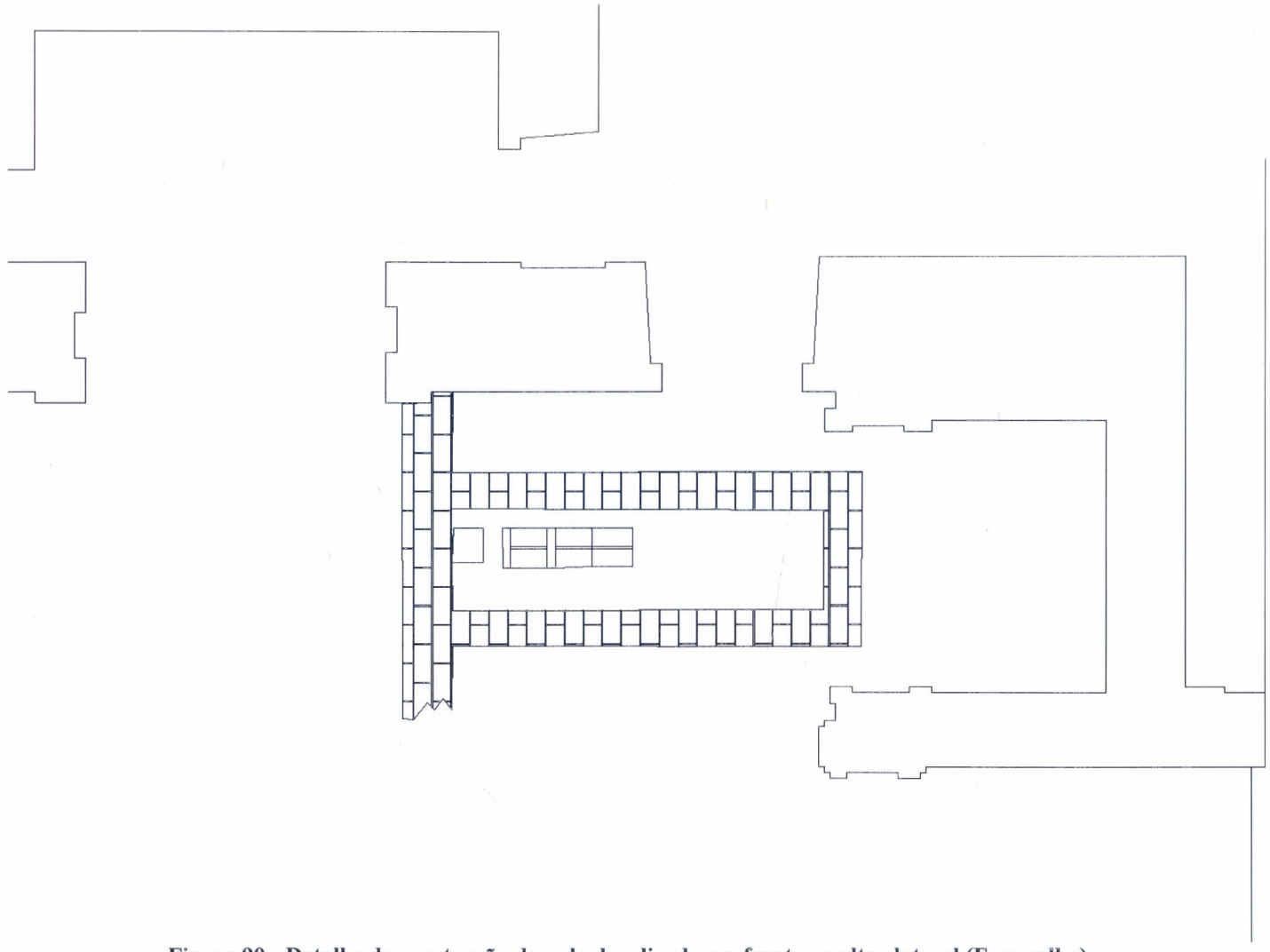

Figura 90 - Detalhe de construção da vala, localizada em frente ao altar lateral (Evangelho).

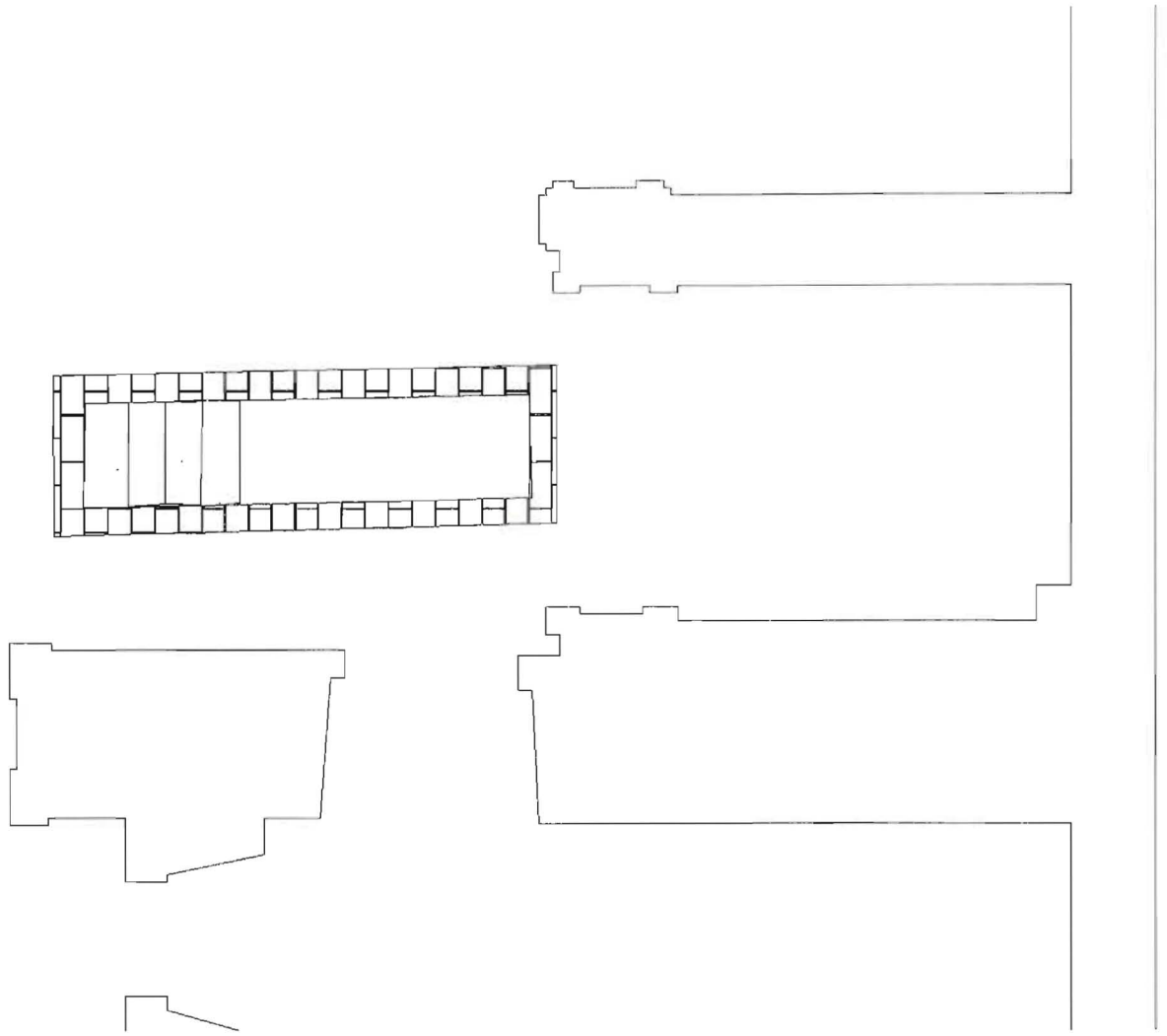

Figura 91 - Detalhe de construção da vala localizada em frente ao altar lateral (Epístola).

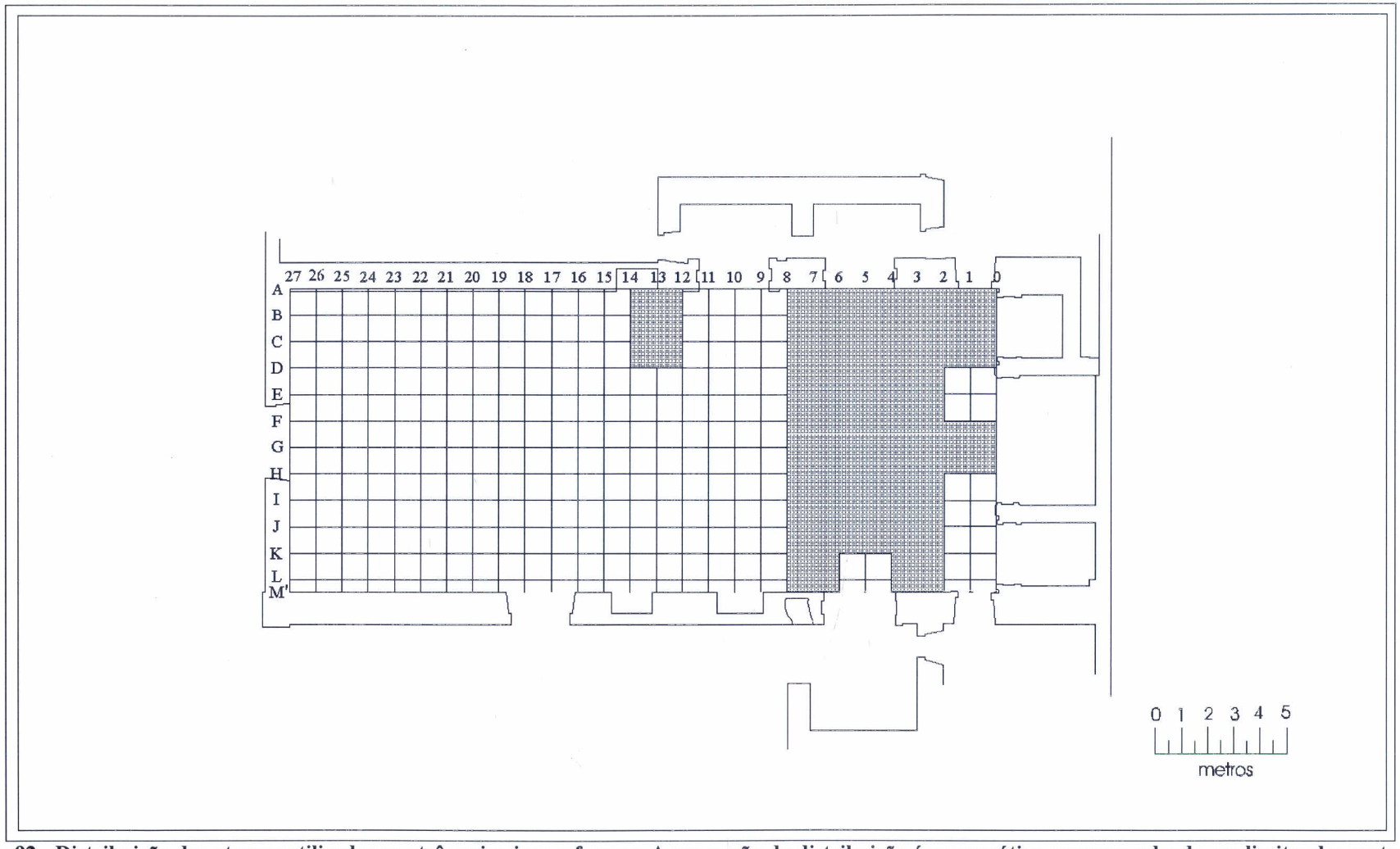

Figura 92 - Distribuição dos aterros utilizados nas três primeiras reformas. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes onde ocorreram os aterros correspondentes.

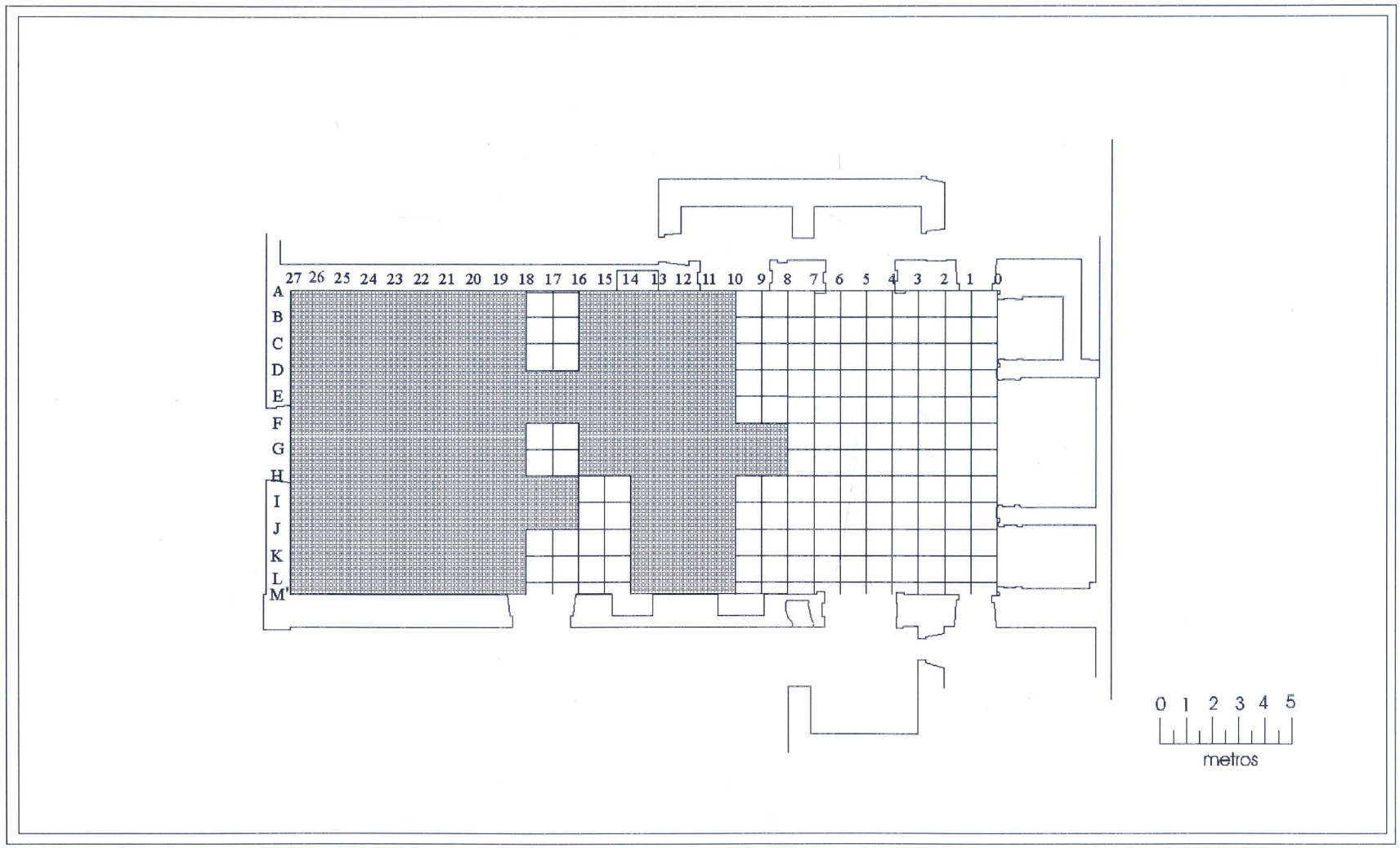

Figura 93 - Distribuição do aterro (areia) utilizado na quarta reforma. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes onde ocorreu

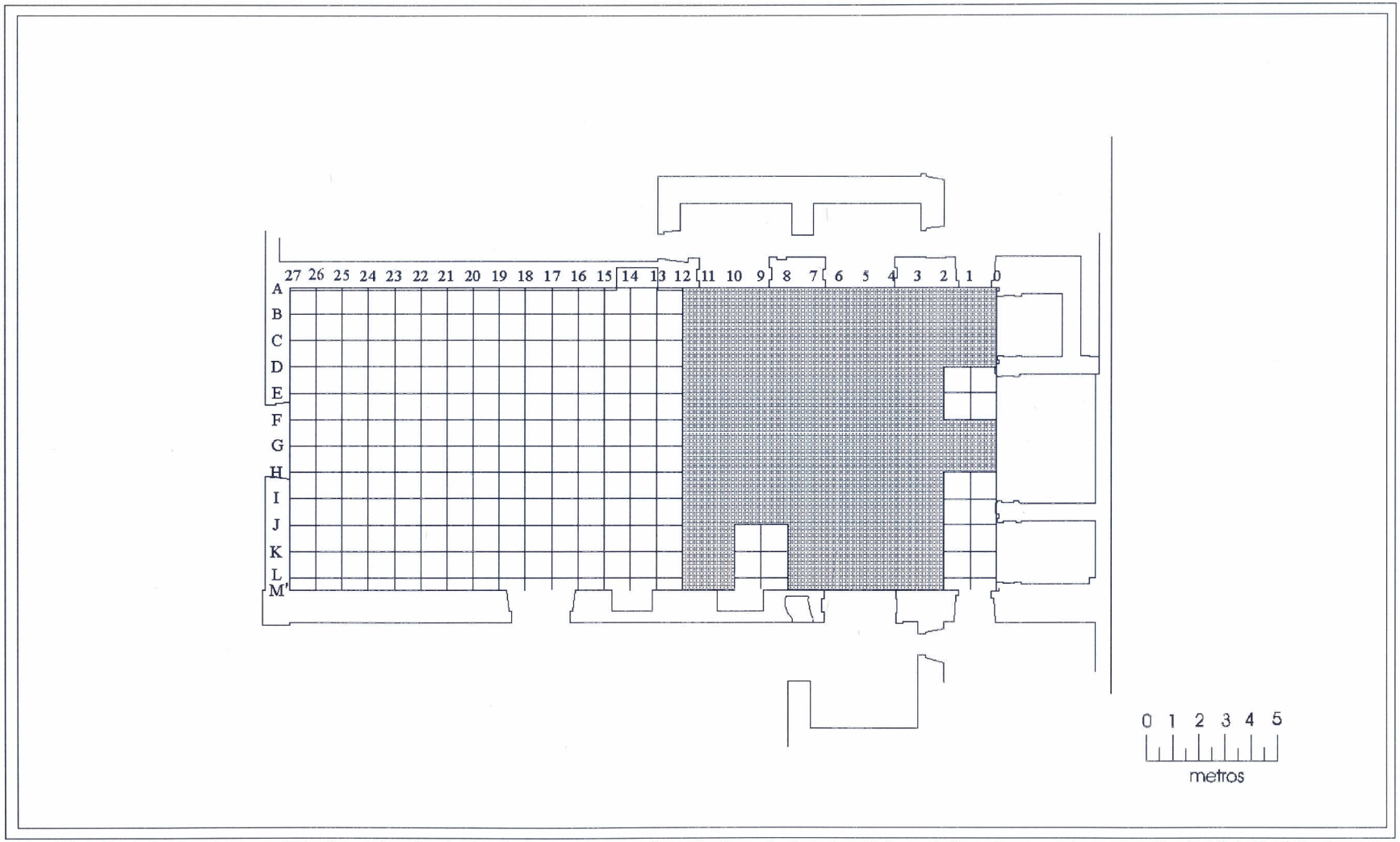

Figura 94 - Distribuição do aterro utilizado na implantação da base para o piso em cimento 'queimado' , quinta reforma. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes onde ocorreu o aterro.

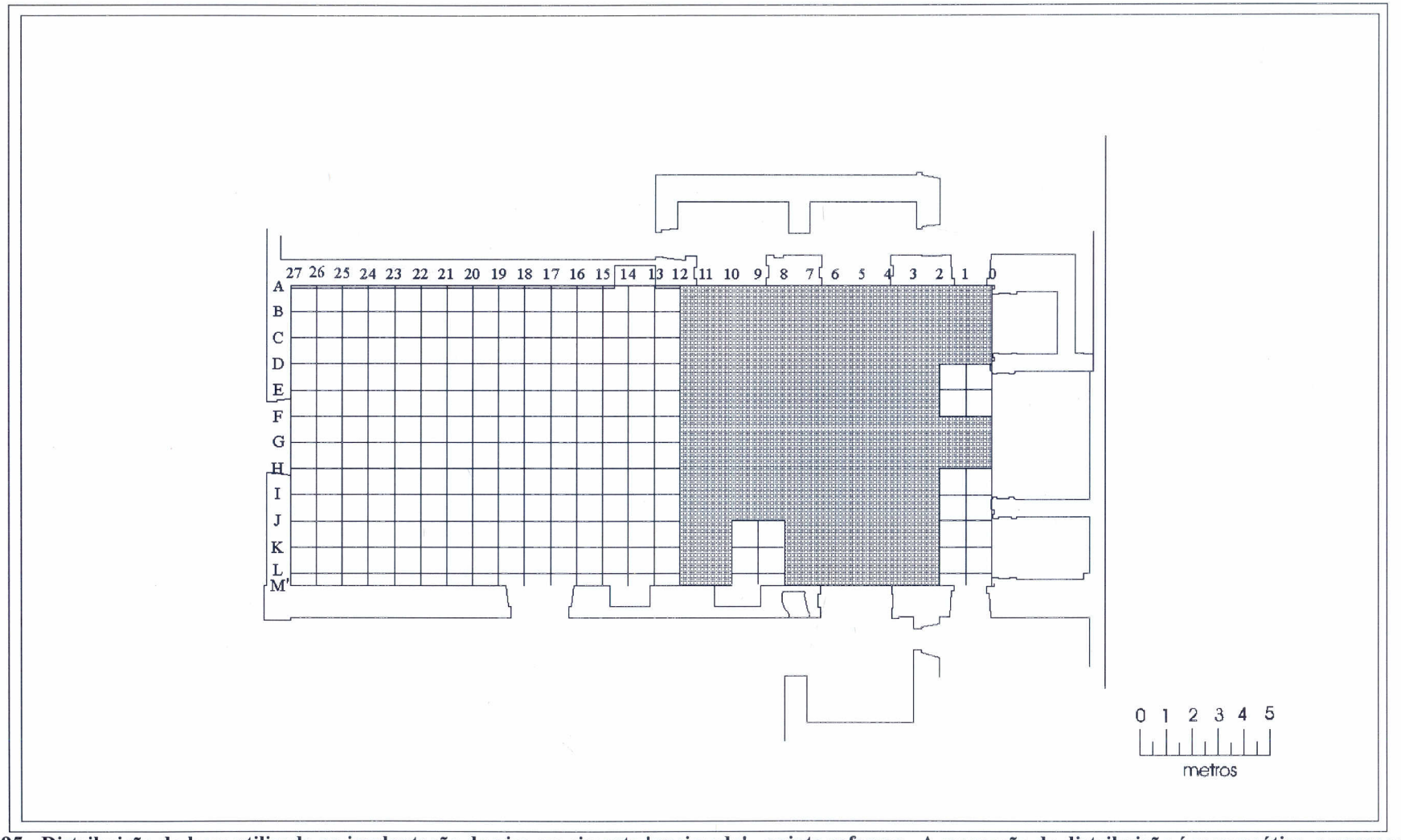

Figura 95 - Distribuição da base utilizada na implantação do piso em cimento 'queimado' , quinta reforma. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes onde foi instalada a base.

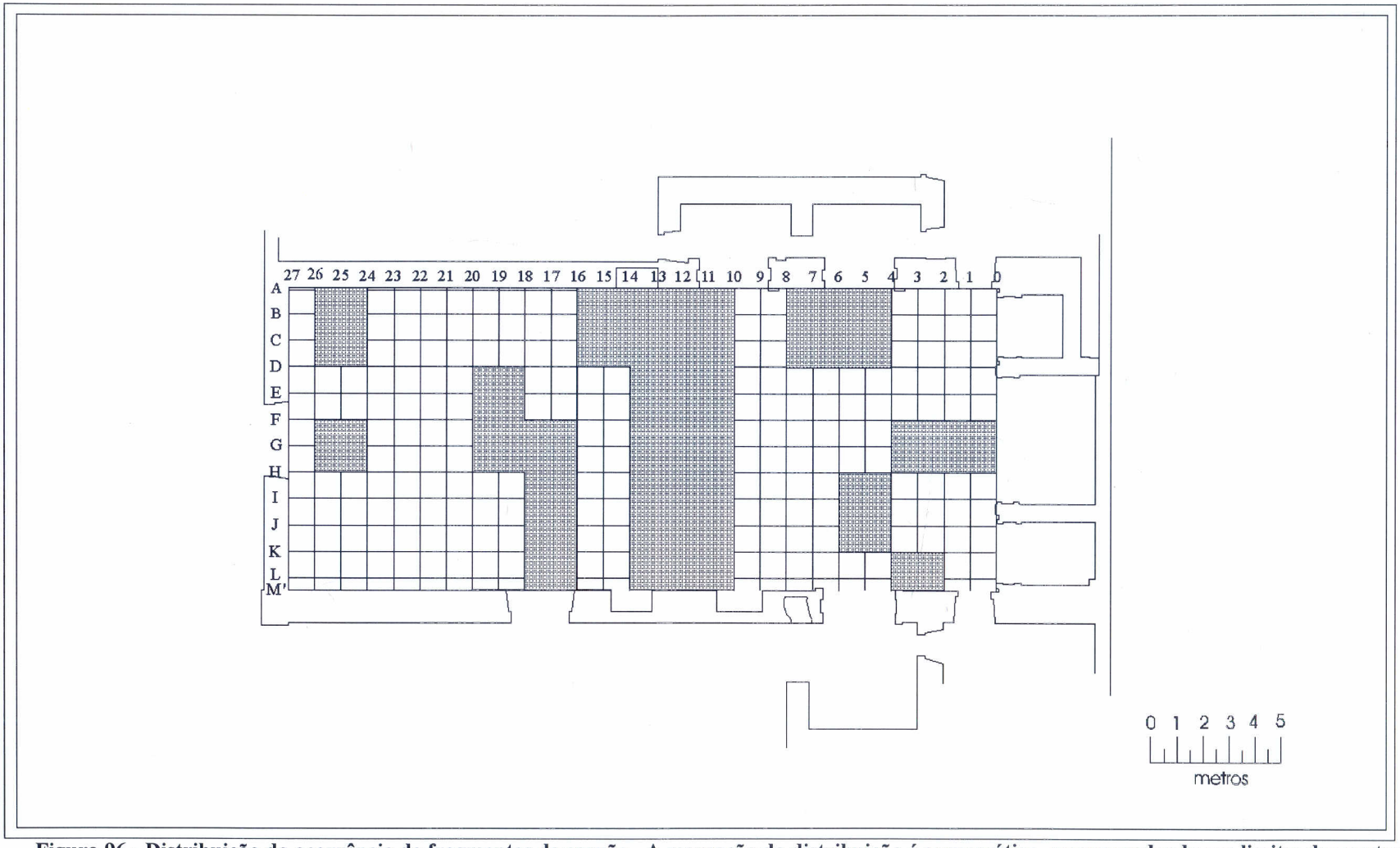

Figura 96 - Distribuição da ocorrência de fragmentos de carvão. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência.

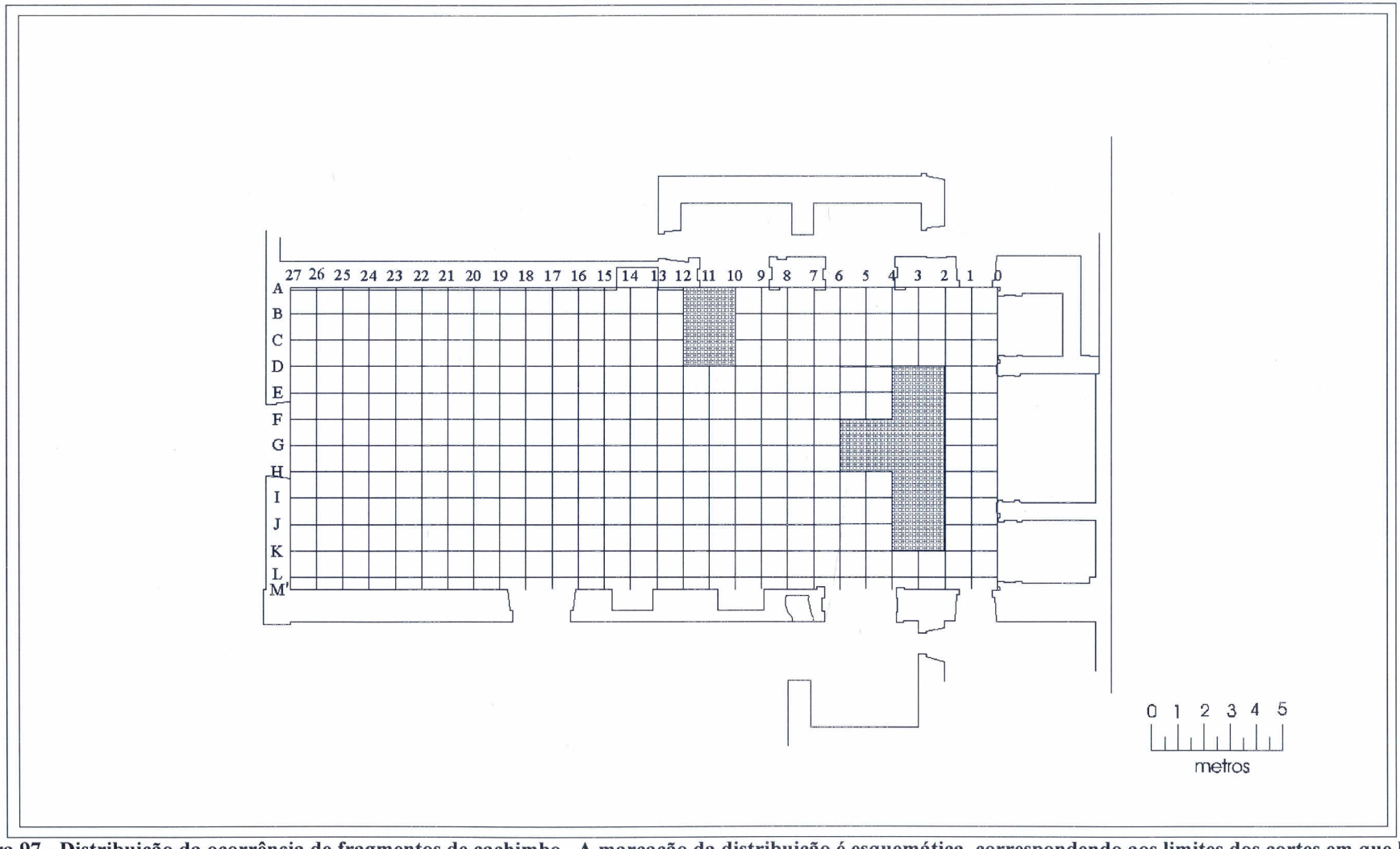

Figura 97 - Distribuição da ocorrência de fragmentos de cachimbo. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência.

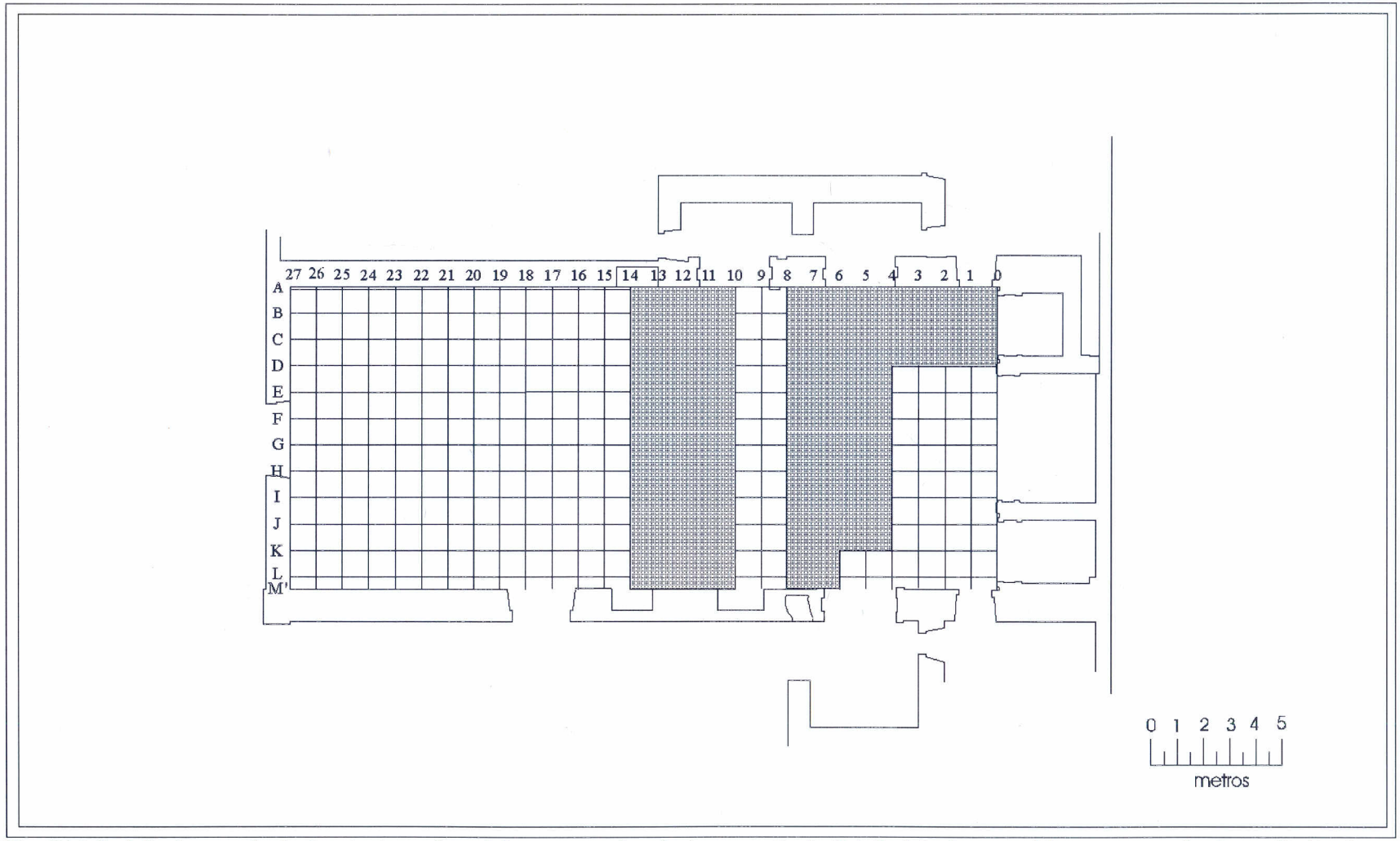

Figura 98 -- Distribuição da ocorrência de estruturas funerárias com uso de cal. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência.

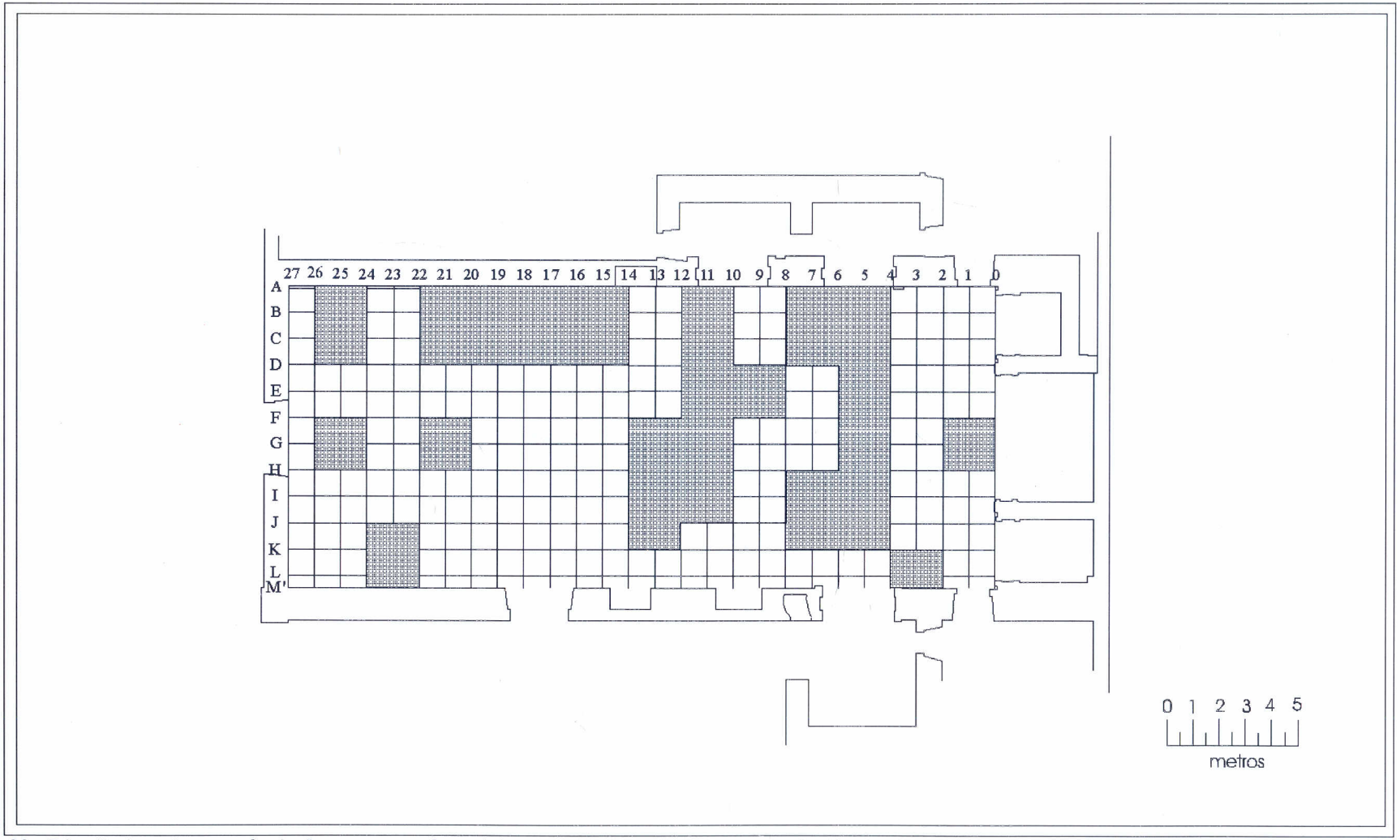

Figura 99 - Distribuição da ocorrência de estruturas funerárias sem uso de cal. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência.

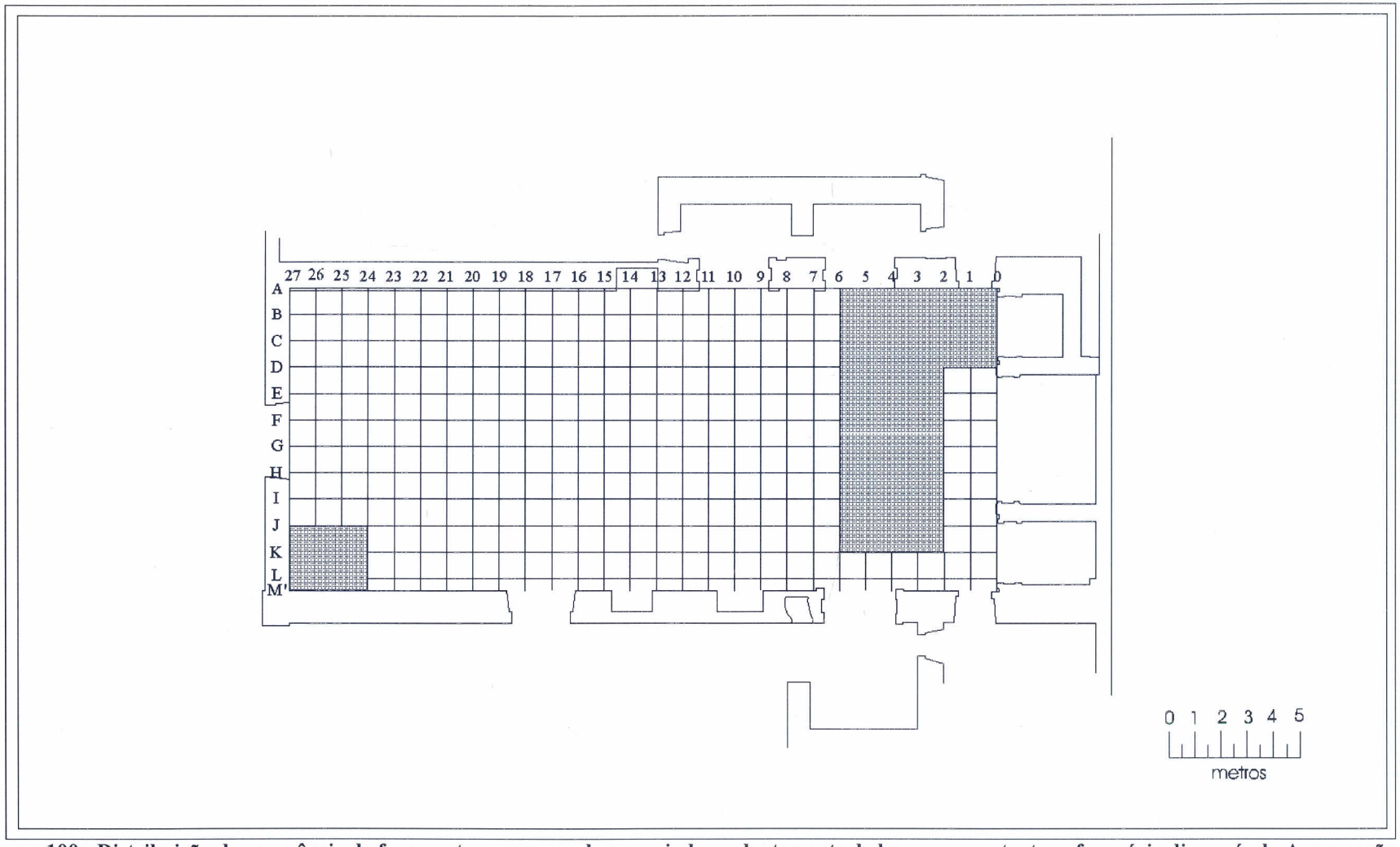

Figura 100 - Distribuição da ocorrência de fragmentos esparssos de ossos, independentemente de haver uma estrutura funerária discernível. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência.

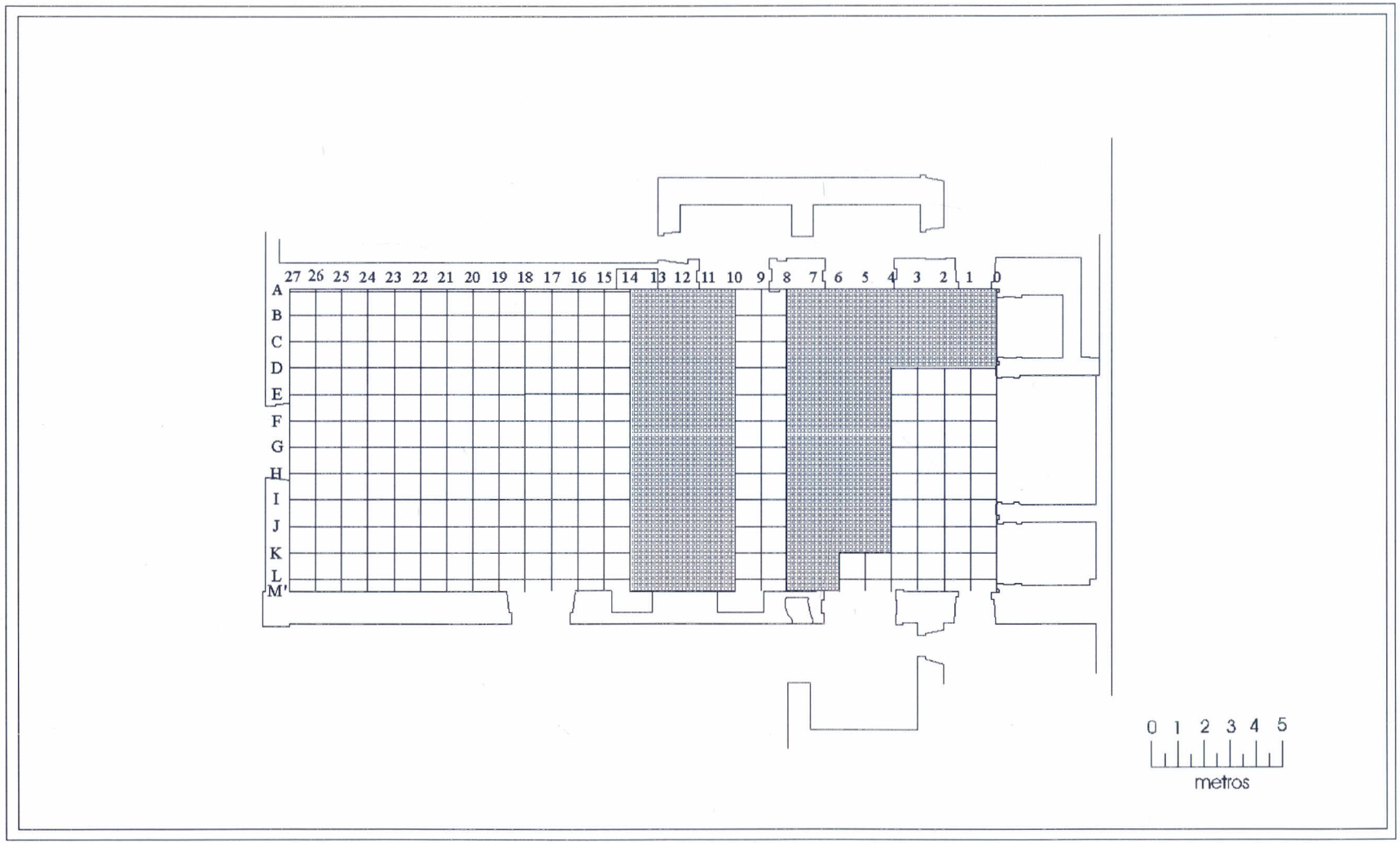

Figura 101-- Distribuição da ocorrência de fragmentos esparssos de cerâmica utilitária doméstica, relacionada a aterros. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência.

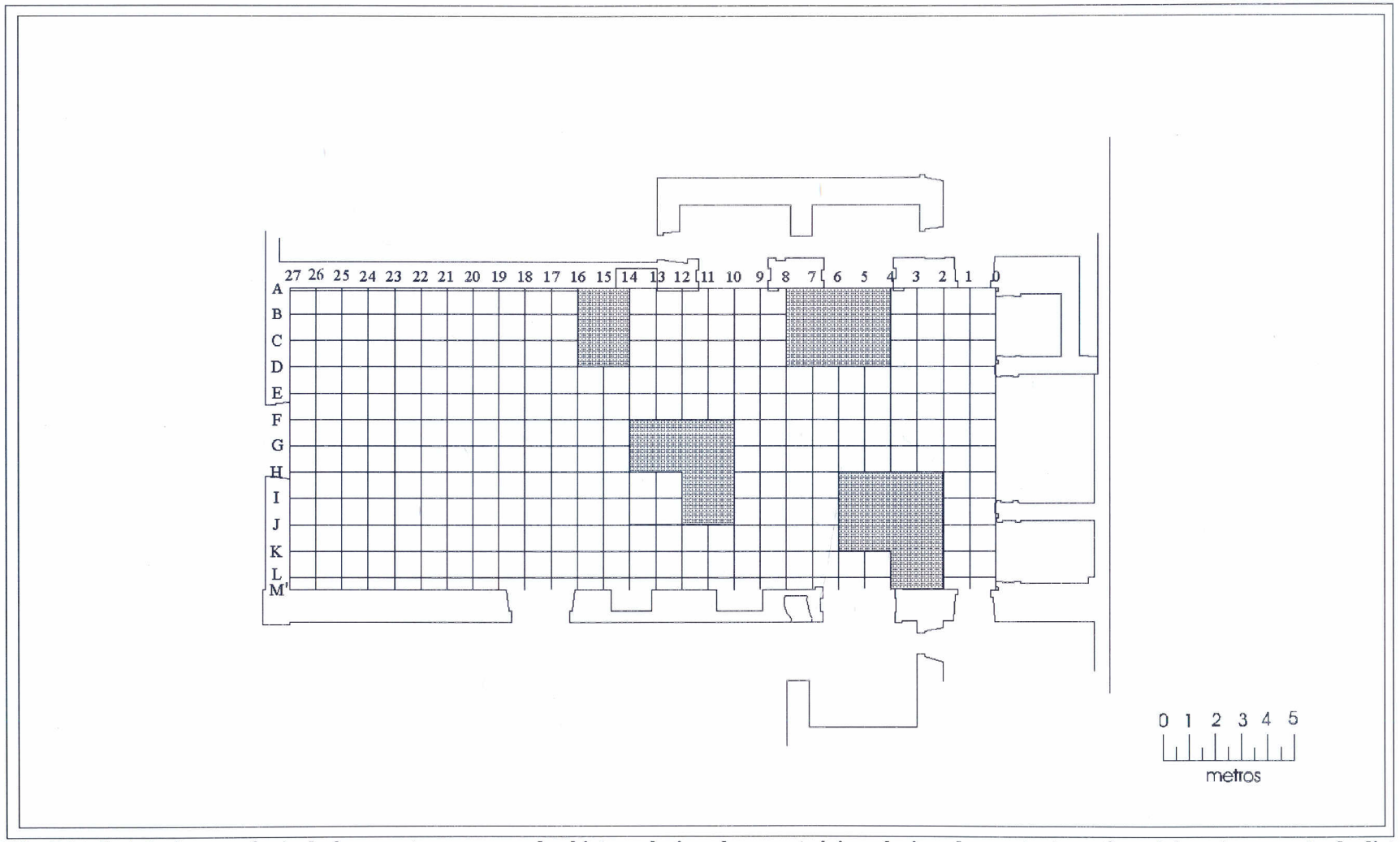

Figura 102-- Distribuição da ocorrência de fragmentos esparssos de objetos relacionados a vestuário, relacionados a estruturas funerárias. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência.

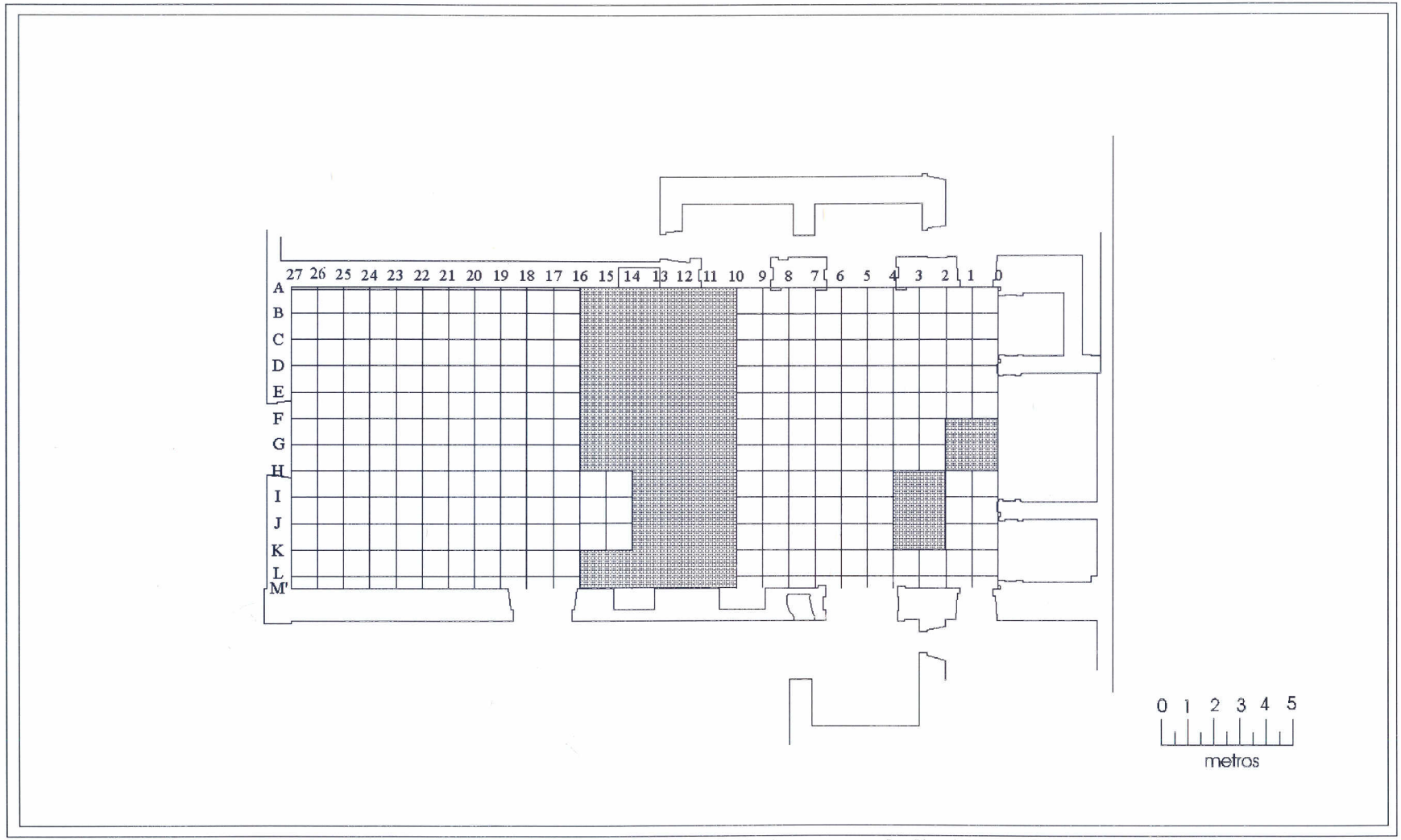

Figura 103-- Distribuição da ocorrência de metralha, relacionada a reformas na igreja. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência.

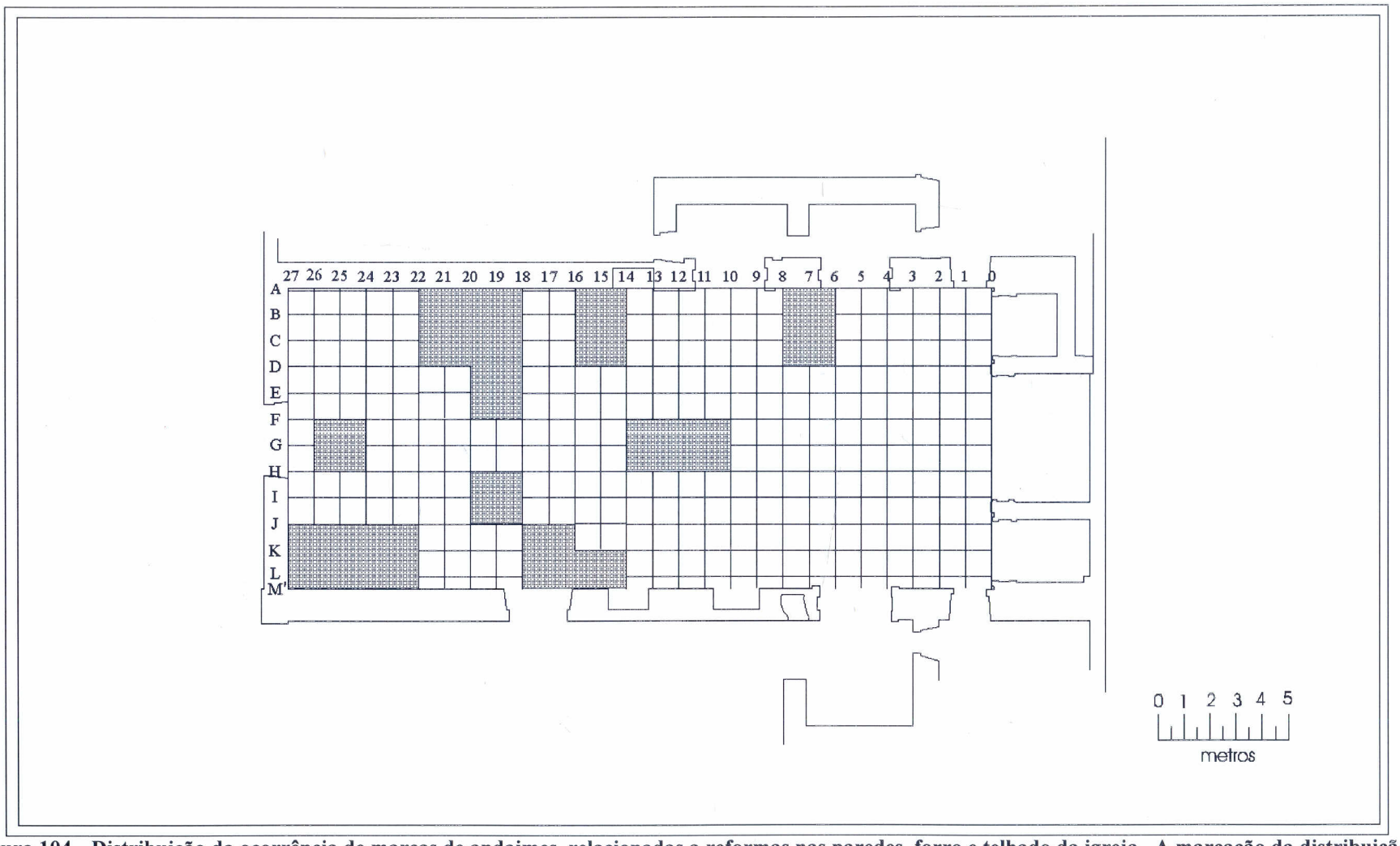

Figura 104-- Distribuição da ocorrência de marcas de andaimes, relacionadas a reformas nas paredes, forro e telhado da igreja. A marcação da distribuição é esquemática, correspondendo aos limites dos cortes em que houve ocorrência.

Figura 105 - Igreja de Nossa Senhora da Graça, após a restauração. Foto do autor.

Figura 106 - Vista frontal da fachada da Igreja de Nossa Senhora da Graça, com a feição que teria quando de sua construção (após a restauração). Foto do autor.

Figura 107 - Vista do conjunto do Seminário de Olinda, com sua igreja. Foto do autor.

Figura 108 - Igreja de Nossa Senhora da Graça, no conjunto do Seminário de Olinda. Foto do autor.

Figura 109 - Vista lateral da Igreja de Nossa Senhora da Graça, com a estrutura da capela lateral. Foto do autor.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)** Revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Pub. Soc. Capistrano de Abreu. Inst. Nac. do Livro (4a ed.). 1954.

AHU. Códice: 1303. Ano: 1782. **Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos da Vila do Recife**.

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa. CFCH - UFPE Monografia 4. Recife. Imp. Univ. 1968.

ALBUQUERQUE COELHO, Duarte **deMemorias diarias da Geurra do Brasil, 1630-1635**- História da Guerra de Pernambuco I Colecao Recife, vol. XII. Recife, Prefeitura da Cidade do Recide, Fundacao de Cultura Cidade do Recife, 1981, 359 p., il.

ALBUQUERQUE, Marcos **O Sítio Arqueológico PE 16-Cb**; (um sítio de contato interétnico). Recife, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE. (Mimeografado). 1971.

ALBUQUERQUE, Marcos **Contato euro-indígena no Nordeste do Brasil** - Um estudo arqueológico. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.1984.

ALBUQUERQUE, Marcos Escavações arqueológicas realizadas na Igreja Quinhentista de Nossa Senhora da Divina Graça, em Olinda. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, n. 3. Recife, p. 89-90. 1980.

ALBUQUERQUE, Marcos Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, n. 5. Recife, p. 105-116. 1982.

ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Veleda. **Forte Real do Bom Jesus - Resgate arqueológico de um sítio histórico**. Recife, Cia. Ed. de Pernambuco, 72 p. 1988.

ALBUQUERQUE, Marcos & LUCENA, Veleda. - **Arqueologia Histórica e restauração de monumentos**. Boletim do Departamento de História da UFPE, vol. 1, n. 1. Recife, p. 58-61. 1976.

ALBUQUERQUE, Marcos. Escavações arqueológicas realizadas na Igreja Quinhentista de Nossa Senhora da Divina Graça, em Olinda. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, n. 3. Recife, p. 89-90. 1980. p. 89

ALBUQUERQUE, Marcos. O sítio arqueológico PE 13-Ln; um sítio de contato inter-étnico: nota prévia. **Pesquisas** Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia da área do Prata, São Leopoldo (RS): 79-90, (Pesquisas, Antropologia, 20; Estudos Leopoldenses, 13).São Leopoldo 1969.

ANCHIETA, Joseph de, S. I Informação dos casamentos dos índios do Brasil. **Sociologia**, vol. 9, n. 4, p. 379-385.1947

ANCHIETA, Joseph de, S. I. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594) - **Cartas Jesuíticas III.** Civilização Brasileira. 1933.

ANTONIL , André João. **Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas** Ed Andrée Mansuy. Paris, 1965

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** Trad. Dora Falksman. Segunda edição. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara. 1981

ARIÈS, Philippe. **A História da morte no ocidente**. Ed. Francisco Alves.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Ed. Guanabara. Rio de Janeiro 1978.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Ed. Francisco Alves, 2 vol.

ARIÈS, Philippe. **The Hour of Our Death**. Trad. Helen Weaver. Ed. Alfred A. Knopf, N.York. 1981:p.29

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial**. Ensaios. Ed. Ática (714p.).

ASSIS, Virgínia Almoêdo de. **Pretos e Brancos - a Serviço de uma ideologia de Dominação** (Caso das Irmandades do Recife). Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1982.

ASSUMPÇÃO, T.J.Lino de, **História Geral dos Jesuítas**. Ed. Moraes, Col. Testemunhos Portugueses.Lisboa Portugal, 1982

Atas da Câmara de Salvador, 6 vol. (Salvador s.d.) I p.390-9.

ATLAN, Henri. **Consciende et désirs dans des systèmes auto-organisateus**. In: Morin e Piattelli Palmarini, 1974, pp. 449-65.

ÁVILA, Cristina; GOMES, Maria do Carmo Andrade. O Negro no Barroco Mineiro - O Caso da Igreja do Rosário de Ouro Preto. **Revista do Departamento de História FAFICH/UFCH**. N. 6, jun., 1988. p. 69-76.

AZEVEDO, Thales. **Ciclo da vida - ritos e ritmos**. Série Princípios, n. 120. Ed. Ática (88p.).

BAERS, Padre João - **Olinda Conquistada**. Recife, Typographia Laemmert & Cia. Editores. 1898.

BARLEUS, Gaspar - **História dos feitos recentemente praticados ... no Brasil ... sob o Governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau.** 1940.

BESSELAAR, José van den. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo, EPU, 340 p.1979.

BINFORD, L.R. (ed.) **For Theory Building in Archaeology**, New York. Academic Press. 1977.

BINFORD, Lewis R.An archaeological perspective. New York, Ed. Seminar Press, 464p., 1972

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes 1966 - **Diálogo das Grandezas do Brasil**. 2a edição integral, aumentada por Gonsalves de Mello. Recife, Imprensa Universitária. (1618) 1966.

BRUNEAU, Thomás C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola: 1974

BUTZER, Karl W. **Archaeology as Human Ecology**. Cambridge, University Press. 1982

CAMPOS, Adalgisa. A Presença do Macabro na Cultura Barroca. **Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG.** N. 5, dez., 1987. p. 83-9.

CAMPOS, Adalgisa. Notas Sobre os Rituais de Morte na Sociedade Escravista. **Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG**. N. 6, jun., 1988. p. 109-122.

CAMPOS, Adalgisa. Considerações Sobre a Pompa Fúnebre na Capitania das Minas - O Século XVIII. **Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG.** N. 4, 1987. p. 5-24.

CARDIN, Fernão - **Tratado da Terra e Gente do Brasil**. Rio de Janeiro. (1587) 1925.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **O trabalho na América Latina colonial.** Ed. Ática (96p.).

CARENA, Carlo. Ruína/restauro. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional- Casa da Moeda, pp. 107-29.1984.

Cartas Jesuíticas III. Cartas, Informações, Fundamentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.I. (1554-1594) Publicação da Academia Brasileira. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro 1933. Nota 554

CARVALHO, Ayrton. Algumas Notas Sobre o Uso da Pedra na arquitetura Religiosa do Nordeste. **Rev. do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, V 5. Rio de Janeiro, 1941.

CARVALHO, Nelly. **Empréstimos lingüísticos.** Série Princípios, n. 170. Ed. Ática (88p.).

CASTRO, Eugênio - **Pernambuco e Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro. 1929.

CAVALCANTI, Irineu - **Atuação dos Jesuítas na Formação do Brasil: crônicas, 1549 - 1570.** Recife :s.ed. 80pp 1939.

CHANGEUX, J. P. Discussion a J.-P. Changeux e A. Danchin, **Appendre par stabilisation sélective de synapses en cours de développement**. Morin e Piattelli Palmarini, 1974, pp. 351-57.

CHAUNU, P. Une histoire religieuse sérielle. **Revue D'histoire Moderne. et contemporaine**., janeiro de 1965.

CORTESÃO, Armando & MOTA, A. Teixeira da- **Atlas de Lopo Homem e Pedro e Jorge Reinel,** 5 volumes. Lisboa, Portugaliae Monumenta Cartographica. 1960.

COSTA PORTO, **Estudo sobre Sistema Sesmarial**. Recife, Imprensa Universitária. 1965. p.:24.

COSTA, Lúcio, Arquitetura Jesuítica no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 5. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1941.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**. Série Fundamentos, n. 74. Ed. Ática (88p.).

D'AZEVEDO, J. Lúcio. **Os Jesuítas no Grão-Pará:Suas missões e a colonização** Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 366p. 1901.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.(tomo II, vol. III)

DIAS, Carlos A.- O Indígena e o Invasor. A confrontação dos poucos indígenas com o invasor europeu, nos séculos XVI e XVII. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, Série História do Nordeste, n. 10. Recife, p. 71- 110. 1988

DIAS, Carlos Malheiro, (ed.), **História da Colonização Portuguesa do Brasil.** 3 Vol. Porto:1922-1924

DICIONÁRIO da Companhia de Jesus.- Lisboa: Imprensa Portuguesa. 1964.

DOBYNS, H. F. Estimating Aborigenal American Population. 1: An Appraisal of Techniques with a New Hemispherical Estimate. **Current Anthopology**, 7 (4) 395-449. 1966.

DOCUMENTOS Históricos: 1715-1727.- Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 400pp. 1944.

Documentos Holandeses- Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação. 1945.

DUSSEN, Adriaen van der. Relatório sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos Holandeses. Suas condições econômicas e sociais. Tradução, Introdução e notas de J.A. Gonsalves de Mello, neto. Instituto do Açúcar e do Álcool, Série História III. Rio de Janeiro, 1947.

ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da linguagem**. Série Fundamentos, n. 64. Ed. Ática.

EDUCAÇÃO Jesuíta e sociedade no Brasil colonial. - **Cadernos de Educação**. João Pessoa n.18 p.9-31. 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. Série Princípios, n. 84. Ed. Ática (96p.).

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística histórica.** Série Fundamentos, n. 78. Ed. Ática (136p.).

FAZOLI FILHO, Arnaldo. **O período regencial.** Série Princípios, n. 195. Ed. Ática (88p).

FEITOSA, Aécio.- **O indígena no Discurso da Companhia de Jesus no Brasil**. Fortaleza, v.9, n.1, p.39-44, jan./jun. 1985.

FERLINI, V. L. Amaral- **Terra, Trabalho e Poder**. São Paulo, Co-edição Brasiliense/CNPq. (Coleção 100 Anos de Abolição - 1888-1988). 1988.p.

FERREIRA, Jorge Luiz. **Conquista e colonização da América Espanhola**. Série Princípios, n. 218. Ed. Ática (104p.).

FERREIRA, Jorge Luiz. **Incas e Astecas - culturas pré-colombianas**. Série Princípios, n. 149. Ed. Ática (72p.).

FOSSEIS. Col. Aventura Visual. Globo.

FREYRE, Gilberto- **Casa Grande & Senzala.** Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora. 2 tomos.1958.

FREYRE, Gilberto- **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora. 2 tomos.1958 vol. 1:115

FREYRE, Gilberto. **Olinda** - segundo guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Liv. José Olímpio Ed. 1980.

FRÖHLICH, Roland. **Curso básico de história da Igreja**. Tradução e adaptação por Alberto Antoniazzi; revisão por Antonio Lúcio S. Lima. 2. edição. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

FURTADO, Celso Monteiro- **Formação Econômica do Brasil**. Brasília, Biblioteca Básica Brasileira XXXIV, vol. 6. Editora da Universidade de Brasília. 1963 p. 8 e 9

GALVÃO, Viviane. **Influência Social e Religiosa dos Costumes Funerários no Brasil.** Comunicação apresentada à ANPHU, 1994

GALVÃO, Viviane. Religiosidade e Morte: Instrumentos Do Projeto Colonial Português. **Historical Archaeology in Latin America**. Vol. 9 Columbia: University of South Carolina, 1995

GAMA, José Bernardo Fernandes. Memórias Históricas da Província de Pernambuco. Recife: Secretaria da Justiça, Arquivo Público Estadual, vol.1, T.1, 1977.

GONSALVES DE MELLO, J. A.- A Feitoria de Pernambuco (1516-35) e o Reduto dos Marcos (1646-54).Separata da Revista **Estudos Universitários**, n. 1. Recife, p. 73-84. 1969

GONSALVES DE MELLO, J. A.- **Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 2. edição. Recife: CEPE. (Coleção Pernambucana, 15). 1978.p. 45.

GONSALVES DE MELLO, J.A, O chamado Foral de Olinda, de 1537. **Rev. do Arquivo Público de Pernambuco**.

GONSALVES DE MELLO, J.A, O Recife e os Arrecifes. **Arrecifes** N.3-4 jan./dez. 1991 p. 13. Recife.

GONSALVES DE MELLO, J.A. & Albuquerque, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**, reprodução fac-similar. Recife Imprensa Universitária, 1967.

GONSALVES DE MELLO. J.A. **A Rendição dos Holandeses no Recife (1654).** IPHAN-MEC Publ. PHNG/3. Recife 1979.

GUERRA, Flavio. História de Pernambuco. 4a. Recife, Ed. Editora Massangana, 1992.

HAUBERT, Maxime. **Índios e Jesuítas no tempo das Missões.** São Paulo, Companhia das Letras, Círculo do Livro. (A vida cotidiana).1990

HEERS, Jaques. **L'Occident aux XIVe et XVe siècles**. Paris Presses Universitaires de France 1966. p. 96.

HISTÓRIA da **Colonização Portuguesa do Brasil**.- Edição Monumental Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, 3 volumes. Porto. 1924

HOOVER, Robert L. Spanish-Native Interaction and acculturation in the Alta California Missions. Columbian Consequences: **Archaeological and Historical Perspectives on the Spanish Borderlands West** (vol.1) David Hurst Thomas, ed., Smithsonian Institution Press. (Chapter 24, 395,-406). 1989.

HOOVER, Robert L. Window on a Spanish California Mission. **Masterkey: Anthropology of the Americas**. California, Southwest Museum. Los Angeles, Winter. 1984

IGLESIAS, Francisco. **História Geral e do Brasil**. Série Fundamentos, n. 39. Ed. Ática (312p.).

INÁCIO, Inês C. & LUCA, Tânia Regina. O **pensamento medieval**. Série Princípios, n. 150. Ed. Ática (96p.).

JABOATÃO, Fr. **Novo Orbe Seráfico Brasílico**, p 357, cap. VIII, & 304, livro III.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. Série Princípios, n. 176. Ed. Ática (112p.).

LACERDA, C. Augusto et GEIGER, Paulo. **Dicionário Aurélio Eletrônico**, V. 1.3, 1994.

LAET, Joannes de- **História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o começo até o fim do anno de 1636**. Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional. 1925

LAPA, José Roberto Amaral. **O sistema colonial**. Série Princípios, n. 209. Ed. Ática.

LE GOFF, Jacques. **A Bolsa e a Vida** - Economia e Religião na Idade Média. Lisboa: Teorema, 1986.

LE GOFF, Jacques. Memória. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, Memória-história. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 95-106.1984.

LE GOFF, Jacques. História. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 158-259.1984.

LE GOFF, Jacques. Idades míticas. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 311-337.1984.

LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 293-310.1984.

LEBRUN, F. **Les hommes et la mort en anjou au XVII et XVIII siècles**. Paris, Mouton, 1971.

LEITE, Serafim, S.I. **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil** (1549-1760). Ed. Brotéria. Lisboa. 1953.

LEITE, Serafim, S.I.- Os Jesuítas contra a invasão holandesa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 183. Rio de Janeiro, p. 95-235. 1944.

LEITE, Serafim, S.I.- Francisco Dias, Jesuíta Português, Arquitecto e Piloto no Brasil (1538-1633). In **Broteria,** vol. LI, fasc. 4. Lisboa, p. 257-265. 1950.

LEITE, Serafim, S.I.- **História da Companhia de Jesus no Brasil**, 10 volumes. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, Livraria Portugalia, Lisboa. 1950.

LEITE, Serafim, S.I.- **Monumenta Brasiliae,** 4 volumes. Roma, Monumenta Histórica Societatis Iesu, volumes 79 (1956), 80 (1957), 81 (1958), 87 (1960). 1960.

LEITE, Serafim, S.I.- **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Comp. Edt. Nacional, 344p. 1965.

LEITE, Serafim, S.I.- **Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Comp. Edt. Nacional, 260p. 1937.

LEROI-GOURHAN, André.. O gesto e a palavra. 2- **Memória e Ritmos**. Col. Perspectivas do Homem, n. 18. Porto, Edições 70, 1987, 247 p.

LESTOCQUOY, Jean. **Les Villes de Flandres et d'Italie.** Paris Presses Universitaires de France 1952

LOURENÇO, Padre J. **Dicionário da Doutrina Católica.** Porto: Tipografia Empresa Guedes, 1945

LOURETO COUTO, D. Domingos- **Dezagravo do Brasil e Glórias de Pernambuco**. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXIV. Rio de Janeiro. (1755) 1904.

LOUZADA, Wilson. Ritos fúnebres e "excelências". Brasília, **Cultura,** 5(18), (p. 104, 106, 110, 113).1975.

LUCENA, Veleda, A Ocupação Humana e os Processos Deposicionais. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, n. 8. Recife, p. 169-175. (Série Arqueológica, 3). 1986.

LUGON, CLOVIS- **A República Comunista Cristã dos Guaranis:** 1610-1768. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 353p. 1977.

MARTIN, Gabriela. Arqueologia nas Missões religiosas do Vale do São Francisco. Revista do CEPA **Anais da V Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. vol 17 n. 20 Santa Cruz do Sul: FISC. 1990.

MENESES, Ulpiano. La "New Archaeology" : LÁArchaeologia como scienza sociale. **DIALOGHI ARCHEOLOGIA**. 3S. Ano 1 n. 1 Ed Quasar.1983

MENEZES, J. Luiz da Mota- **Igreja de Nossa Senhora da Graça e Real Colégio dos Jesuítas de Olinda.** Tese de Livre Decência para o Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1976.

MEUDLERS, M.; BRION, S. & LIEURY, A. "Mémoire". **Encyclopaedia Universalis**, vol. X, France, Paris, 1971, pp. 785-91.

MILLER, René Fülöp. **-Os Jesuítas e o Segredo do seu Poder**. Trad. Álvaro Franco. Ed Livraria Globo. Porto Alegre. 1935.

MOURA, Abdias- Os herdeiros deserdados. **CLIO**, Revista do Curso de Mestrado em História da UFPE, n. 4. Recife, p. 121-128. 1981.

NADEL, S. F. **A black Byzantium**. **The kingdom of Nupe in Nigeria**. London, Oxford University Press.1942.

NEVES, Guilherme P. C. Pereira das. **O Seminário de Olinda: Educação, Culura e Política nos Tempos Modernos.** Dissertação de Mestrado ICHF-DEG Univ. Fed. Fluminense. Niterói: 1984.

NILES, Eldredge & TATTERSOL, Ian. **Os mitos da evolução humana**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1983.

NOGUEIRA, Mons. Severino Leite- **O Seminário de Olinda, e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. Recife, FUNDARPE. (Coleção Pernambucana, segunda fase, 19). 1985.

OLIVEIRA LIMA, M. de. **Pernambuco seu desenvolvimento histórico**. Lepzig 1895; 2a. Ed. -Fac simile - Pernambuco 1975.

OLIVEIRA, Nicolau Rodrigues. **O Livro das Grandezas de Lisboa**. Lisboa ,1620.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**, . Fundarpe (Col. Pernambuco 2a Fase, 18 vol.) 1985.

PEREIRA, Nilo.- A Expulsão dos Jesuítas de Pernambuco. **Estudos Universitários**. Recife, v.9. n.1 p.53-72, jan/mar. 1969.

Pernambuco. AHU. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos da Vila do Recife. Códice: 1303. Ano: 1782

PIMENTEL, Alfredo. **Documento para a história da catequese dos índios e das missões religiosas no Brasil**. Arq. Público da Bahia, vol. 29, 1946.

PIRRI, Pietro. **Giovanni Tristano e I Primordi della Architettura Gesuítica**. Roma 1955.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica.** Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. Ed. Cultrix. São Paulo. 1993.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai:** o ciclo da civilização jesuítica das missões. Rio de Janeiro: Imp Nacional. 621p. 1943.

PRADO Jr., Caio- **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia).** São Paulo, Editora Brasiliense. 1965.

PRADO, J. F. de Almeida- **Primeiros Povoadores do Brasil.** Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série IV. (Coleção Brasiliana, Série V, vol. XXXVI). Editora Nacional São Paulo, 1935.

PRADO, J. F. de Almeida. **Pernambuco e Capitanias do Norte do Brasil**. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série IV. (Coleção Brasiliana, Série V, vol. CLXXV). Editora Nacional São Paulo. 1935.

Projeto RADAM BRASIL. Ministério das Minas e Energia - Secretaria Geral. **Levantamento de Recursos Naturais** Vol. 30. Rio de Janeiro, 1983 p.584

QUEIRÓS VELOSO, José M. de. **A Universidade de Évora - Elementos para a sua história**. Lisboa 1949

REIS, João José. **A morte é uma festa - Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras. 1991

Costa , Lúcio. Relatório à Diretoria do SPHAN, 1937, acerca de seis dos sete Povos das Missões. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. XV. Rio de Janeiro.1988.

RIBEIRO, Orlando. **Geografia e Civilização**. Lisboa, 1961.

RODRIGUES, José Honório- Características do Povo Brasileiro. **Revista da Escola Superior de Guerra**, ano V, n. 12. Edição Comemorativa Quadragésimo Ano. Rio de Janeiro, p. 137-157. 1989.:137-8.

SAIA, Luís. O Alpendre nas Capelas Brasileiras. **Rev. do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, V 5. Rio de Janeiro, 1939.

SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da Guerra de Pernambuco**. Col. Pernambucana, 2a fase. Ed. Gov. Estado de Pernambuco. Recife 1984.

SANTOS SIMÕES, J. M. dos. Azulejaria Portuguesa no Brasil (1500-1822). **Corpus da Azulejaria Portuguesa**, vol. II. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 1965

SANTOS, Paulo F. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. **ACTAS, V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**, Coimbra 1963 vol. IV. Coimbra 1966.

SCHIFFER, Michael B.1972 - Archaeological Context and Sistemic Context. **American Antiquity**, vol. 37, n. 2, p. 156-165.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

SERVICE, Elman R. **Primitive social organization**. An evolutionary perspective 2 ed. New York: Random House, 1971, 221 p.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) **Teoria da História**. Cultrix 1988

SMITH, Robert C. Arquitetura Civil do Período Colonial. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** - Textos Escolhidos. arquitetura Civil I São Paulo: USP. 1975 p. 95-190

SOUTH, Stanley. Archaeological Patern of Material Culture or Hansel and Gretel. **The Modern World**. New York, Academic Press. 1977b.

SOUTH, Stanley. Historic Site Content, Structure and Function. **American Antiquity**, vol. 44 1979.

SOUTH, Stanley. **Method and Theory in Historical Archaeology**. New York Academic Press.1977.

SOUTO MAIOR, Mário & SILVA, Leonardo Dantas; (Org.) A Paisagem Pernambucana, Ed. Massangana, Sec. Educação, Cultura e Esportes. Série Descobrimentos, 3. Recife. 1993.

STEWARD, Julian (ed.). **Handbook of South American Indians**. 7 vol. Washington. Smithsonian (Bureau of American Ethnology 143).

STONE, Lyle M. Formal Classification and the Analysis of Historic Artifact. **Historical Archaeology**.1970.

TORRES Cláudio , Diretor do Campo Arqueológico de Mértola (Portugal) Comunicação verbal, em palestra, seguida de debate, realizada na UFPE, em 30 de março de 1993, através do Projeto Cumplicidades.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**. Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1972, 2 vols.

VASCONCELLOS, Pe. Simão de, S. I. **Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil**. 2 volumes. Lisboa. 1765.

VEYNE, Paul. Panen et circenses: L'Evergétisme devant les sciences humaines. **Annales: Economies, sociétés, civilisations**, 24, n. 3 (mai-jun)1969 p. 805.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5o Arcebispo do Dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: Propostas e aceitas em o synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Tipografia 2 de dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.

VOVELLE, Gaby & VOVELLE, Michel. Vision de la mort et d'au-delà en Provence d'après les autels des âmes du Purgatoire, XV - XX siècles. **Chaiers des Annales**, n. 29. Paris Armand Colin, 1970.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1987.

VOVELLE, Michel. Piété baroque et dechristianisation: attitudes provençales devat la mort au siécle des lumiéres d'après les clauses de testaments. Inédito, exemplar reneotipado.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-Sistem: Capitalist Agriculture and the Origins of the Europeans World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1979.

WHITE, Leslie A. **O conceito de Sistemas Culturais. Como compreender tribos e nações**. Trad. Áurea Weissemberg. R. de Janeiro: Zahar Editores, 1978

WILLEY, Gordon R. & PHILIP, Phillips 1958 - Method and theory. In: **American Archaeology**. Chicago, University of Chicago Press.